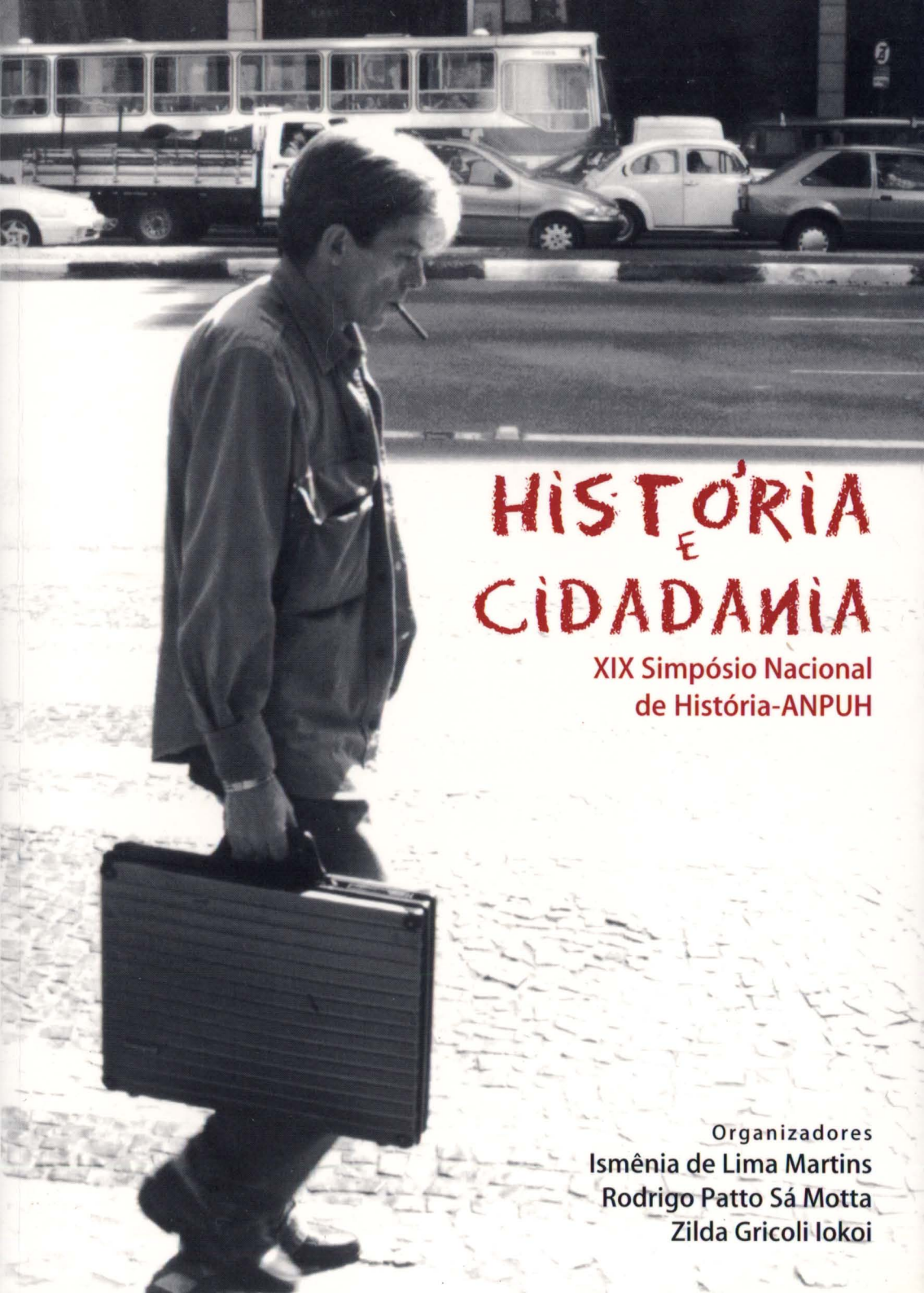


HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. I

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1998

H58 História e cidadania / organizado por Ismênia de Lima Martins, Zilda Marcia Gricoli Iokoi, Rodrigo Patto de Sá. – São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998.
2v.

Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH- Associação Nacional de História realizado em Belo Horizonte - MG em Julho de 1997.

1. História 2. Cidadania I. Martins, Ismênia de Lima, org. II. Iokoi, Zilda M. Gricoli, org. III. Sá, Rodrigo Patto, org.

CDD. 19.ed. 900
323.6

História e Cidadania
Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

Secretaria Administrativa da ANPUH
Aparecida Vanessa Delatorre

Revisão
Laura Aguiar
Marilena Vizentin

Projeto gráfico/Editoração
Joceley Vieira de Souza e Leo Stucchi (joceley@usp.br)

Projeto de Capa
Joceley Vieira de Souza e Leo Stucchi

Fotos
Leo Stucchi

Programa de Apoio a
Publicações Científicas

FINEP

SUMÁRIO

VOLUME I

Apresentação – Rodrigo Patto de Sá 09

I – HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CIDADANIA

Cidadania e História – Ismênia de Lima Martins 17

História e Cidadania – Francisco J. C. Falcon 27

Historiografia: uma Questão de Cidadania – Maria de Lourdes Mônaco Janotti 53

O Mito da Cidadania Municipal – Michel Zaidan Filho 75

II – CIDADANIA EM TEMPOS DE CONFLITOS

Limites e possibilidades da ação política popular no Baixo Império Romano – Gilvan Ventura da Silva 87

As revoltas no século XVII na França e na Inglaterra: a dinâmica de lutas no Antigo Regime – Adriano S. Lopes G. Cerqueira 103

Cidadania e participação política popular na democracia ateniense – Luís Otávio Magalhães 115

O ensandecido Seixa. Usurpação e jurisdição: conflitos intra-autoridades nas Minas setecentistas – Carla Anastásia 133

As pesquisas sobre a antigüidade clássica no Brasil: cidadania e erudição – Pedro Paulo de Abreu Funari 153

Ideologia de governo e governante em Amiano Marcelino – Margarida Maria de Carvalho 163

III - O Corpo como Objeto da História

Corpo, história e cidadania – Denise Benuze de Sant'Anna 171

Sexualidade e identidade na historiografia brasileira – Luzia Margareth Rago 185

Corpo e História – Joana Maria Pedro 203

O corpo como objeto da História: elementos para um debate – Magali Gouveia Engel 215

IV – Os Dilemas da Cidadana em regimes autoritários

O Estado novo e a Assistência Social - Cézar Honorato 223

Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945) - Jorge Ferreira 243

O autoritarismo no imaginário político paranaense (1930-1945) – Luís Carlos Ribeiro 255

Imagens pangermanistas sobre o Brasil: 1930-1940 – Marionilde Dias Brepohl de Magalhães 265

A História das Resistências pelos Arquivos da Repressão. A Esquerda Judaica em São Paulo – Zilda Márcia Grícoli Iokoi 277

VOLUME II

V – Espaços de Cidadania

Cidadão da Ordem: imagens e mensagens nas revistas da Primeira República – Ana Luiza Martins 301

De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República – Francisco José da Silva Gomes 315

A memória possível: passado, presente e cidadania – Marly Rodrigues 327

Cidadania: um simulacro das cidades – Sheila Schwarzman 333

VI – CIDADANIA CULTURAL

História e cinema: Globalização e o olhar dos novíssimos cineastas brasileiros – Alcides Freire Ramos 345

O cinema, tecnologias de comunicação de massa e representações da São Paulo moderna – Maria Inês Borges Pinto 355

Do entrudo às escolas de samba: a ocupação do espaço das ruas pelo carnaval carioca – Myriam Sepúlveda dos Santos 369

Modernização dos meios de comunicação: redimensionamento do conceito de cidadania no Brasil? – Rosangela Patriota 383

Modernismo no Rio de Janeiro – Mônica Velloso 395

Modernização sem participação: transformações na política brasileira a partir dos anos 60 – Wenceslau Gonçalves Neto 405

VII – CIDADANIA EM MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES

No espaço da liberdade a construção de uma Igreja – Euclides Marchi 427

A reforma ultramontana do clero no Império e na República Velha – Lana Lage da Gama Lima 439

Mecenato e Cidadania – Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira 449

Os expostos de Catas Altas: estratégias de sobrevivência em uma comunidade camponesa. Minas Gerais: 1775-1875 – Renato Pinto Venâncio 461

A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Lúcia Maria P. Guimarães 471

A construção da liberdade e de uma identidade nacional. Corte do Rio de Janeiro, fins do século XVIII e início do século XIX – Gladys Sabina Ribeiro 487

O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? – Maria de Lourdes Mônaco Janotti 505

VIII – Cidadania e Negócios

Negócios e eleições nos anos 80: notas introdutórias sobre o voto mercadoria – Daniel Rodrigues de Carvalho Pinheiro 519

Os empresários mineiros no contexto da ordem populista – Ignácio Delgado 537

Balcão de negócios: a operação financeira da independência – José Evaldo de Mello Doin 553

Maçonaria brasileira e sociabilidade ilustrada (1870-1890) – Alexandre Mansur Barata 565

IX – Cidadania : O Público e o Privado

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e os novos desafios da escola – José Carlos Barreiro 583

Parâmetros para quem? Sobre outras histórias – Marcos Antonio da Silva 587

O público e o privado sem limites na colônia brasileira – Sheila de Castro Faria 599

APRESENTAÇÃO



Apresentação

Rodrigo Patto Sá Motta
Universidade Federal de Minas Gerais

Coube a mim a honrosa atribuição de apresentar estes *Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH*, que agora vêm a lume. Acredito que tal escolha se deveu a dois fatores: por um lado, a intenção de prestar uma homenagem à Comissão Organizadora do Simpósio através de minha pessoa; por outro, a expectativa de que alguém envolvido com a organização do evento tivesse melhores condições de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas em Belo Horizonte, na UFMG, durante aquela semana de julho de 1997.

Aceito de bom grado a homenagem em meu nome e no dos outros componentes da Comissão Organizadora, que compartilharam dos pesados encargos e do *stress* envolvidos com a preparação de um encontro acadêmico de porte nacional. Aproveito o ensejo para agradecer às inúmeras congratulações recebidas dos colegas durante o Simpósio, em particular a moção de agradecimento aprovada pela Assembléia Geral da ANPUH.

Agora deixemos de lado os encômios e vamos logo ao balanço.

A expressão numérica do comparecimento ao Simpósio foi marcante. Foi, provavelmente, o maior encontro de historiadores já realizado no país. Aproximadamente 2.300 pessoas se inscreveram para participar, somando público ouvinte e pesquisadores

que apresentaram trabalhos. Deste total, 2.000 efetivamente compareceram às atividades do Simpósio. Quanto aos trabalhos, as inscrições chegaram a 1.600, somando conferências, mesas redondas, comunicações e cursos, sendo que algo em torno de 1.400 foram apresentados de fato.

Contudo, além da expressão numérica, deve se destacar também o aspecto qualitativo e a representatividade das pessoas envolvidas. A maioria das figuras de proa da historiografia brasileira, ligadas aos melhores centros de pesquisa e de ensino vieram ao Simpósio e tomaram parte dos trabalhos. Muitos dos debates realizados e das pesquisas apresentadas levaram ao público o melhor da nossa produção historiográfica, bem como as discussões mais recentes e polêmicas atuais.

Importante ressaltar, também, que ocorreram algumas atividades ligadas ao ensino de História, contemplando - ainda que modestamente - uma área de decisiva e crescente importância. Está na ordem do dia a reformulação dos currículos dos cursos superiores de história e dos programas e das estratégias de ensino da história nos níveis fundamental e médio, decorrência da aprovação da nova LDB e das iniciativas reformistas do governo. Diante deste quadro, evidentemente, a ANPUH não poderia ficar à margem das discussões.

Do ponto de vista da representatividade, deve ser destacado o comparecimento de colegas de todos os recantos do país, muitos provenientes das regiões mais afastadas, e com inserção profissional diversa: professores dos níveis fundamental e médio; professores universitários da rede pública e privada; estudantes de graduação e de pós-graduação; pesquisadores e dirigentes de instituições de pesquisa. Outro dado qualitativo auspicioso: estiveram presentes diversos profissionais do exterior, dos Estados Unidos, da Argentina, do Chile, de Portugal, da Alemanha, entre outros.

Afirmar que o XIX Simpósio foi coroado de sucesso não me parece exagerado. Para além dos elementos quantitativos e qualitativos apontados, o mais importante foi o Encontro ter proporcio-

nado, de maneira satisfatória, espaço e ocasião para os profissionais de história brasileiros apresentarem os resultados de suas pesquisas, realizarem debates sobre temas candentes da historiografia e, desdobramento não menos significativo, inteirarem-se sobre os trabalhos realizados pelos colegas.

Um evento acadêmico deste porte desempenha papel importante, que deveria ser devidamente valorizado. Ele propicia a muitas pessoas, notadamente profissionais do ensino médio e professores de escolas superiores trabalhando fora dos grandes centros, a oportunidade de se atualizarem e acompanharem a produção historiográfica de ponta. Neste sentido, o Simpósio cumpriu uma função de socialização do saber, representando para muitos uma chance sem par de adquirirem novos conhecimentos.

Tal constatação ficou particularmente evidente no caso dos cursos. Embora tivessem sido oferecidos, simultaneamente, 17 cursos com 40 vagas cada, eles não foram suficientes para atender a demanda. Dezenas de interessados não conseguiram vagas e vários tiveram de contentar-se em assistir às aulas informalmente, como ouvintes.

Se algumas vezes somos levados a questionar a validade acadêmica de um evento tão grande, temendo que o excesso de público e de trabalhos apresentados leve a um comprometimento da qualidade, devemos considerar a questão sob outro ângulo. O comparecimento de um grande volume de pessoas implica no aumento da possibilidade da nossa Associação ter o seu raio de ação ampliado, podendo assim contribuir em maior medida para a elevação do nível de formação dos profissionais de história brasileiros.

Além do mais, não há motivo para considerar qualidade e quantidade como elementos incompatíveis. Nada impede que um grande Encontro, contando com grande quantidade de participantes, prime pela qualidade no atinente a trabalhos e discussões apresentadas.

A bem da justiça é preciso ressaltar que os aspectos positivos deste Simpósio, principalmente a boa afluência de público e a organização adequada, são devidos em parte ao trabalho bem realizado nas duas edições anteriores, São Paulo (1993) e Recife (1995). A experiência das comissões organizadoras que atuaram naquelas ocasiões foi por nós aproveitada em benefício da realização do XIX Simpósio.

Na minha opinião, estamos vivendo um momento extremamente positivo, marcado por um visível crescimento e consolidação da Associação Nacional de História. Os indícios desta tendência são evidentes: boa organização dos últimos Simpósios; regularização da publicação da Revista Brasileira de História; reorganização de diversos núcleos regionais da ANPUH; articulação do fórum dos coordenadores de pós-graduação; iniciativas importantes das últimas diretorias, ligadas à divulgação de dados sobre pesquisas e pesquisadores como o "Quem é Quem na História" e o catálogo de dissertações e teses "Produção Histórica no Brasil (1985-1994)"; e, recentemente, outra medida extremamente útil na esfera informativa, a criação de uma *home page* da Associação.

Enfim, muitas iniciativas positivas têm sido tomadas e os resultados estão aparecendo. Cabe a nós continuar trabalhando e não permitir que ocorram perdas ou recuos, possibilidade infelizmente sempre presente. Está ao nosso alcance a oportunidade de tornar a ANPUH uma das maiores e melhores associações acadêmicas do país. Não a desperdicemos.

Arrisco-me a afirmar que há atualmente um quadro positivo para a história e para os historiadores que transcende a dinâmica associativa, ou seja, para além da boa situação da ANPUH existe um ambiente propício ao desenvolvimento da nossa disciplina. Em primeiro lugar, evidencia-se o aumento da produção historiográfica: a cada ano são defendidas mais teses e dissertações, movimento paralelo à expansão e consolidação dos programas de pós-graduação.

Além disso, as publicações também tendem ao crescimento. As revistas acadêmicas vivem situação animadora: na mesma medida em que as publicações tradicionais regularizam suas edições novos veículos surgem por toda parte, ligados a diversos centros regionais. Reclamar hoje de falta de espaço para publicar é desconhecer a realidade.

A publicação de livros igualmente vem se expandindo, novas editoras têm aparecido e o mercado editorial para os historiadores parece abrir-se cada vez mais. Da parte do público a resposta é da mesma forma positiva, haja vista a boa acolhida e os índices expressivos de vendagem alcançados por algumas obras.

Em suma – e correndo o risco de parecer o Dr. Pangloss de Voltaire – acredito que o futuro pode ser encarado com otimismo e que a ANPUH tem boas perspectivas pela frente. Alegra-me pensar, talvez exagerando na pretensão, que o Simpósio de Belo Horizonte deu uma contribuição significativa para o bom momento vivido pela Associação.

Infelizmente, estes Anais se restringem a uma parte dos trabalhos apresentados no Simpósio. O gigantismo do Encontro não deixou outra alternativa, pois se a opção fosse publicar todo o material o volume se aproximaria de mil páginas, com custos evidentemente proibitivos. De qualquer maneira, os textos aqui contidos são representativos e oferecem ao público uma boa amostragem da produção recente da historiografia brasileira.

Só me resta terminar fazendo votos que a leitura seja aprazível e proveitosa.

1

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CIDADANIA



Cidadania e História

Ismênia de Lima Martins
Universidade Federal Fluminense

Oriunda da Antigüidade Clássica e pensada nos moldes da época, a noção de cidadania adquiriu novos contornos no século XVIII do ocidente europeu, nos primórdios do Estado moderno.

Confinada por muitos a mero capítulo da Revolução Francesa – a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão –, ou a tema exclusivo dos países centrais nos quadros da Revolução Industrial, a noção foi alvo de desconfiança, por suas marcas de origem, e transitou com dificuldade nas reflexões mais críticas da produção intelectual brasileira.

Em termos clássicos, a cidadania pressupõe uma abstrata igualdade jurídico-política, na concepção individualista de mundo, própria ao credo liberal. Sua versão corrente imagina um conjunto de direitos civis e políticos (os direitos sociais costumam ser omitidos) e os correspondentes deveres do indivíduo, em seu pertencimento a um Estado, universo em que o cidadão detém a faculdade de exprimir sua vontade política, nos termos da democracia formal. Seriam as excelsas virtudes políticas da cidadania! E cabe ao Estado, guardião dos direitos, a organização dos espaços de sua institucionalização.

A Declaração de 1789 proclamou-se universal. E o modelo correu mundo, na trilha da formação dos estados-nacionais. Incor-

porou conteúdos diversos no espaço e no tempo em sociedades para as quais o modelo europeu se mostrava estranho ou não ultrapassava o formalismo.

Norberto Bobbio retoma a classificação dos direitos humanos em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Os primeiros dizem respeito ao indivíduo – liberdade pessoal, liberdade de pensamento, religião, de reunião e liberdade econômica. Os direitos políticos vinculam-se ao Estado democrático – o voto, a representação, os partidos. Os direitos sociais expressam as exigências da sociedade industrial – direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à saúde, enfim, direitos que, também pertinentes ao Estado, garantam aos cidadãos uma situação de certeza[1].

Ainda o pensador italiano, partindo de suas reflexões sobre os países centrais, mostrou a historicidade da cidadania e das lutas pelos direitos. Não surgem todos ao mesmo tempo, nem da mesma forma. Cada geração teria construído a sua própria noção de direitos.

Nessa perspectiva, os direitos de quarta geração causariam perplexidade aos homens do século XVIII, que também jamais poderiam conceber os atuais direitos sociais. Dos direitos individuais aos direitos da própria humanidade, dos direitos nacionais aos internacionais, dos direitos de primeira geração aos direitos futuros, a cidadania só pode ser compreendida em sua historicidade[2]. Assim, as reflexões aqui desenvolvidas reconhecem a particularização dos processos históricos-sociais.

São conhecidas as discussões sobre a formação do Estado nacional brasileiro, o papel central do escravismo na montagem da sociedade, os limites do liberalismo, o assalariamento tardio, os controles de monopolização da riqueza, os regulamentos parciais, os direitos restritos, a cidadania impossível ou, dito de outra maneira, a impossibilidade da cidadania plena.

Como falar em direitos num percurso em que os pactos dominantes sempre apontaram para a concentração da propriedade e da riqueza e para a sua contraface, uma ordem excludente, a pobreza e a desigualdade[3]?

Mesmo pensando a formação brasileira, cabe lembrar que a versão européia de cidadania é contemporânea dos debates sobre o contratualismo. Seu advento, nas lutas contra o absolutismo, se dá na direção do rompimento das relações servis, da dependência, das relações não-contratuais; na direção da venda da força de trabalho e da inserção de populações no ordenamento jurídico-político dos direitos, ainda que meramente no plano formal[4].

Na sociedade brasileira a cidadania não se universalizou e nem pode ser pensada em termos de uniformidade. São múltiplos os espaços de luta, na pluralidade dos tempos e das populações.

Se a chamada cidadania regulada[5] não é acessível a vastas parcelas da população, não se pode banir a existência das demandas, ainda que por direitos mínimos, das camadas despossuídas.

Nos limites da inexistência de uma consciência de direitos, são resgatáveis, mesmo que, por vezes, se mostrem pouco visíveis, as reivindicações a partir da própria sobrevivência cotidiana, as lutas de expressão restrita, que nem sempre provocam rupturas.

Nesse sentido, é revelador o debate sobre a ideologia da outorga dos direitos sociais no Brasil[6]. E, nessa perspectiva, inúmeras temáticas poderiam ser revistas. Estudos que desvendaram a organização da classe operária, a formulação dos projetos próprios, a consciência de si, a capacidade política autônoma, não deixaram de encontrar reivindicações sobre saúde, transporte, moradia, água, saneamento, educação, as exigências do cotidiano[7].

Nunca é demais sublinhar o quanto a ditadura militar reprimiu a livre expressão e conteve as reivindicações em nome dos imperativos da segurança interna. Mesmo impedidos de se fazerem ouvir a partir de 1964, os setores médios urbanos e os segmentos populares acabaram levando suas demandas para as praças públicas.

Desde o final da década de setenta, novas aspirações se juntam às mais antigas e percorrem os espaços das lutas sociais: as chamadas minorias étnico-raciais, os movimentos feministas, reivindicações sobre ambiente, sexualidade, saúde pública, educação, segurança, favela, moradia, emprego, combate à violência.

Antigos e novos atores vão adquirindo crescente visibilidade no cenário: negros, populações tribais, mulheres, menores, adolescentes, idosos, homossexuais, moradores, estudantes, funcionários públicos, operários, sindicalistas, bancários, agentes do trabalho formal e informal, ambulantes, domésticas, desempregados, meninos de rua, hemofílicos, deficientes físicos, pedintes, presidiários, sem-terra, sem-teto e até policiais.

Apresentam suas demandas, reivindicam, negociam, avançam, recuam, consolidam ou perdem conquistas. Exigem direitos não consagrados, não sancionados juridicamente. A cidadania passa a incorporar novos significados em sua historicidade.

As lutas em torno da "reconstitucionalização" do Brasil na década de oitenta traziam em si o sonho da mudança, traduzível como a busca de direitos e revelando a ampliação das bases sociais da cidadania.

Não se perseguia uma igualdade abstrata. Demonstrava-se um esforço de ação política organizada e propunha-se uma nova cultura democrática.

As múltiplas formas de expressão foram acolhidas em sua maioria, pela Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição-cidadã. Vale lembrar que a incerteza que dominava vastos segmentos da população seria responsável pelo nível de detalhamento do texto constitucional, como meio de assegurar o efetivo cumprimento das conquistas. E se não foi inteiramente regulamentada, vem recebendo emendas que suprimem os direitos nela contidos.

Assim, observa-se que, muito distante do liberalismo eurocêntrico, a reivindicação de direitos inéditos na sociedade brasileira, nos últimos vinte anos, assumiu formas atípicas de expressão e conquistas. Ao apresentar suas exigências à sociedade e aos poderes públicos, ao lutar pela representação e participação no quadro político nacional, procurava-se a cidadania concreta, o homem coletivo, a inserção real, a desnaturalização da pobreza, numa sociedade que, ao longo dos tempos, sempre encarou a privação como normalidade[8].

Nesta multiplicidade de formas de expressão e contestação, grupos preferiram a consciência de si e a organização de suas estratégias de ação coletiva. Buscaram o direito de construir a sua identidade afirmando suas diferenças. Ao vivenciarem formas singulares de exclusão e discriminação, particularizam suas demandas e, através da ação política organizada, perseguiram o direito à própria especificidade, à elaboração e ocupação de espaços de cidadania próprios, fazendo surgir, inclusive, a figura da cidadania cultural, dos direitos culturais, reconhecidos pelo artigo 215 da Constituição de 1988[9].

Ressalte-se a importância da afirmação da identidade étnica num país que desconheceu a heterogeneidade das populações e alijou a diferença em nome da unidade nacional, proclamando o assimétrico ideal de embranquecimento e definindo, com orgulho, os processos históricos como longos processos de aculturação!

A classe operária não é mais vista, na atual produção intelectual, como a portadora do modelo clássico das lutas sociais. A heterogeneidade das demandas, próprias da pluralidade da vida social, se, por um lado, ampliou as garantias democráticas e multiplicou as possibilidades de ocupação dos espaços, por outro lado, pode colocar conflitos de interesse. São apontadas situações contraditórias no interior das lutas gerais e tensões entre direitos universais e direitos específicos[10], no quadro de oposição entre o universalismo e o relativismo. O primeiro com os perigos do formalismo, o segundo com os perigos do imobilismo e da fragmentação[11].

E o contraponto entre cidadania e classes sociais, na complexidade das transformações do capitalismo? A primeira de extração liberal. A segunda com sua base teórica de inspiração marxista. Liberalismo e socialismo, duas correntes de pensamento antagônicas[12]. O primeiro aponta o primado da cidadania igualitária e democrática. O segundo preconiza uma igualdade impossível na sociedade burguesa que, por definição, é desigual, alimentando uma crença ilusória para escamotear os antagonismos de classes.

Não cabe aqui pensar a incompatibilidade entre as duas tradições intelectuais. A busca da igualdade numa sociedade desigual, no mínimo, revela as contradições, desvenda as verticalidades, as assimetrias, a dominação. Assim, a ênfase recairia no capítulo dos direitos sociais.

A chamada esquerda tradicional teve muita dificuldade para incluir os direitos em suas preocupações. Afirmou não ser coincidência a ascensão das lutas pela cidadania num momento de refluxo do ideário socialista, nos quadros do capitalismo sem fronteiras. As gerações mais recentes das esquerdas, no entanto, vem incluindo a cidadania e o ativismo dos direitos humanos em suas práticas e nos programas partidários.

Esgotado o modelo das lutas centradas na classe operária, redefine-se o mundo do trabalho que adquire outras formas e significados, nesse novo processo de universalização do capitalismo[13].

São conhecidos os impasses e dilemas do movimento sindical em termos mundiais. A questão tecnológica, a auto-regulação do mercado, o desemprego, a diminuição do emprego industrial, a precarização das relações de trabalho, a terceirização, as novas demandas nos espaços supranacionais, a quebra dos pertencimentos, as identidades descentradas, o culto da individualidade, a fragilização dos vínculos coletivos e dos laços de solidariedade, os "vácuos" na consciência crítica. Nesse quadro, é muito forte o processo de fragmentação social e as lutas se colocam em outros patamares[14].

A noção da cidadania como tal não ocupou lugar de destaque na pesquisa histórica. Na renovação historiográfica, nos anos sessenta, predominavam as questões estruturais, a busca das determinações, os caminhos da transição, as singulares da inserção da economia brasileira nos quadros do capitalismo internacionais.

Entretanto, é possível localizar no interior daquela produção algumas incursões em áreas que podem ser compreendidas como a da busca de direitos, ainda que a noção de cidadania não se explicitasse. Registros de tal processo encontram-se particularmente nos estudos sobre família, trabalho e escravidão, com ênfase

nas especificidades do escravismo brasileiro, da formação das famílias e das lutas operárias[15].

O levantamento exaustivo dos títulos acerca da cidadania na produção historiográfica ultrapassa os limites desta intervenção. Considero, porém, importante refletir sobre alguns dados empíricos que já se encontram à disposição do meio acadêmico.

O catálogo de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em História, coordenado pela Profª. Maria Helena Capelato e publicado pela ANPUH, com o apoio do CNPq, é um instrumento precioso para os fins desta análise.

Cobrindo um período de 10 (dez) anos (1985-1994) e arrolando a produção de todos os programas, até então existentes, acaba demonstrando a pequena expressão que o tema cidadania, como objeto principal da pesquisa histórica, detinha naquele conjunto.

Num total de 1.254 (mil duzentos e cinqüenta e quatro) títulos encontram-se apenas três registros, três teses de doutorado, que apresentam a cidadania como questão principal[16].

Para os anos de 1995 e 1996, os dados já reunidos permitem identificar mais um registro, no caso uma dissertação de mestrado[17]. Observe-se, porém, que são oriundas de instituições diferentes, o que esvazia a possibilidade de se pensar numa linha de pesquisa emergente sobre o tema, num determinado programa de pós-graduação.

Tal realidade é particularmente destacável, considerando que a mencionada produção abrange um período de grande mobilização nacional em torno da "redemocratização" do país, que culminou na promulgação da Constituição-cidadã, antes referida.

Entretanto, um exame mais apurado do mesmo material evidencia, por várias outras entradas, que os historiadores se vêem comprometendo com as questões de seu tempo! Temas como exclusão, marginalidade, migração, minorias étnicas, exploração do trabalho, direitos da classe trabalhadora, da mulher e da criança, formas associativas, organizações sindicais, habitação, favela,

saúde pública, questão agrária e trabalhadores rurais são recorrentes, na maioria dos programas considerados.

Pode-se dizer que todas essas questões relacionam-se com o campo da cidadania, dos direitos civis, políticos e sociais. Porém, o exame dos resumos referentes àqueles títulos, revelou que são raros os que explicitam a relação com a cidadania[18].

Os estudos históricos, através de sua considerável massa crítica, têm contribuído para a reavaliação da noção de cidadania, desvendando processos e situações em que se inscreve e lançando bases para o tratamento da questão à luz de sua historicidade.

Impõe-se ainda a análise crítica e a própria revisão do conceito. É necessário refletir sobre o quadro teórico pertinente, sobretudo considerando o peso das contribuições da micro-história[19]. E aí é preciso cautela para não se perder de vista as relações, a articulação das dimensões econômicas, políticas e sociais. Não mais o economismo reducionista, mas também nem tanto o simbólico impressionista!

Nesse sentido, parece ser tarefa imediata a reconstituição dessa produção, a revisão das temáticas, o reexame das antigas e a incorporação de novas fontes num campo em que o público e o privado se encontrem.

É princípio liberal a harmonia e a felicidade humana pela via dos direitos. No Brasil contemporâneo, porém, cada um de nós apreende, cotidianamente, a espantosa desigualdade, a imensa exclusão de vastas parcelas da população. Na esfera política, as proclamações de democracia são mera retórica. A regulação dos direitos não corresponde às dimensões da cidadania, e sobretudo, às expectativas de direitos sociais.

Resgato, nesta reflexão final, a afirmação de Norberto Bobbio sobre direitos sociais, como aqueles que garantem uma *situação de certeza* aos indivíduos. Sem perplexidade, mas com indignação, constato que o peso tributado nesta fala à chamada Constituição-cidadã advém do receio com relação às reformas propostas pelo atual governo, que esquartejam direitos e violentam garantias,

lançando-nos na mais profunda incerteza quanto ao presente e ao futuro dos trabalhadores deste país.

Gostaria de me congratular pela escolha do tema deste Encontro Nacional da ANPUH, definido em 1995, na Assembléia Geral de Recife. Não foi por acaso. A escolha revela os nexos entre os estudos históricos e as preocupações atuais da sociedade brasileira – a realidade na qual o historiador se insere. O balanço das contribuições da pesquisa histórica sobre o tema, sem dúvida, jogará, uma vez mais, luz sobre os desafios do presente.

Notas

[1] BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. vol. 1. Brasília, UnB, 1994.

[2] BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

[3] TAVARES, Maria da Conceição. "Da falsa 'via prussiana' à falsa via liberal". In *Folha de São Paulo*, 22/09/1996.

[4] POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980; BRESCIANI, Maria Stella M. "A mulher e o espaço público". In *Jogos da política*. Imagens, representações e práticas. São Paulo, Marco Zero, 1992.

[5] SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

[6] VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

[7] GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho* – Política e legislação social no Brasil (1917 – 1937). Rio de Janeiro, Campus, 1979; HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil* – Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o estado (1889 – 1930) – Documentos. São Paulo, Brasiliense/FUNCAMP, 1981.

[8] COSTA, Suely Gomes. "Assistência social como política social". In *Políticas sociais no Brasil*. Brasília, SESI-DN-SUPER-DITEC, 1993.

[9] ARANTES, Antônio A. "Cultura e cidadania"; OLIVEIRA, João Pacheco de. "Cidadania, racismo e pluralismo". In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, nº 24, 1996.

[10] MACRAE, Edward. "A contestação cultural e a 'abertura democrática" In *A construção da igualdade*. Campinas, UNICAMP, 1990.

[11] BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo, UNESP, 1992.

[12] ANDERSON, Perry. "As afinidaddes de Norberto Bobbio" In *Zona de compromisso*. São Paulo, UNESP, 1996.

[13] CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris, Fayard, 1995.

[14] FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo, UNESP, 1997.

[15] CASTRO, Hebe. "História Social". In *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

[16] CAPELATO, Maria Helena R. (coord.). *Produção histórica no Brasil* (1985 – 1994). Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História, 3 volumes. São Paulo, CNPq/História USP-ANPUH, 1995. (MARCHIORI, Maria Emilia Prado. Os impasses da cidadania na transição da Monarquia para a República no Brasil (1870 – 1902), São Paulo, USP, 1992; VEIGA, Cynthia Greive. Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX, Campinas, UNICAMP, 1994). FRÓES, Vânia Leite (org.). *Programas de pós-graduação em História* – UFF (1974 – 1995). Niterói, UFF, 1996. (VIEIRA, Margarida Luíza de Matos. Semeando democracia: o projeto de cidadania do PSB (1945 – 1964), UFF, Rio de Janeiro 1994).

[17] Catálogo de dissertações (1983 – 1996). *Curso de Pós-Graduação em História*. Franca, UNESP/FHDSS, 1996. (RANGEL, Antônia Maria do Carmo. Cidadania e dominação na Primeira República: o caso de São Paulo, UNESP, São Paulo, 1996).

[18] CAPELATO, Maria Helena R. *op.cit.*

[19] GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros estudos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

História e Cidadania

Francisco J. C. Falcon
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O tema desta conferência situa-se na encruzilhada imaginária de vários caminhos; caminhos que correspondem a interesses e perspectivas os mais diversos, a começar pelos meus. Com efeito, vejo-me agora a recordar toda uma seqüência de intervenções em outros simpósios como este[1] e logo percebo a diferença desta intervenção em relação às anteriores: ao contrário das outras vezes, estou diante de um tema que transcende em muito a perspectiva do historiador, pois não se trata apenas do profissional, mas também do cidadão. Compete ao historiador, por dever de ofício, historicizar a cidadania, relativizando-a. Por outro lado, ao despí-la de uma substância universal e eterna, o historiador se torna, talvez, um iconoclasta aos olhos do cidadão comum para quem, como valor insuperável, a cidadania parece exigir, como fundamento, aquela mesma essencialidade absoluta e a-histórica. Entendo porém que, em face dessa aparente contradição, cabe ao historiador reconhecer que se acha duplamente envolvido mas, acima de tudo, deve ter bastante clareza quanto ao dado mais essencial: o exercício da cidadania constitui a própria condição de possibilidade da prática historiadora e o historiador, enquanto cidadão, no seu próprio tempo, não pode querer ser imune ou isento perante a questão da cidadania.

Introdução

O estudo das relações entre história e cidadania remete-nos a um universo textual de diferentes gêneros de discursos, construídos a partir de lugares muito distintos, tendo em comum a referência à "cidadania" como objeto principal ou secundário. O discurso histórico é um desses gêneros, sem dúvida, mas sua presença nesse universo está muito longe de ser dominante.

Assim, nosso tema obriga-nos a lidar com discursos variados e numerosos, diferentes do discurso histórico, uma circunstância que talvez torne oportunas duas ordens de considerações prévias e introdutórias a esta exposição: as relações entre tais discursos, e as diferenças no interior do próprio discurso histórico.

O universo textual da cidadania é essencialmente polifônico. Discursos produzidos a partir de lugares distintos entre si compõem uma polifonia de múltiplas vozes onde as da história soam, freqüentemente, fracas ou mesmo inexpressivas, no confronto com as vozes da filosofia, direito, política, sociologia, antropologia etc. Esta constatação obriga certamente a duas atitudes do historiador: a de não ignorar, no seu próprio trabalho, essas outras vozes e, ao mesmo tempo, examinar atentamente algumas dissonâncias observáveis nas vozes da própria história. Cada uma destas atitudes envolve, porém, como seu complemento, uma certa crítica ou reparo.

Se compete ao historiador levar em conta outros discursos que não o histórico, é igualmente necessário que esteja atento aos problemas resultantes das formas e dos pressupostos implícitos nas maneiras como, em geral, esses discursos se relacionam com o discurso histórico. Refiro-me aqui, principalmente, a duas dessas formas: a noção de "história" como equivalente à "empíria", domínio do factual ou "documental", e a assimilação, a esta noção, do próprio discurso histórico. Evidencia-se, a partir daí, o pressuposto "positivista" que entende a "história" apenas como fonte ou base de dados empíricos a serem trabalhados pelas ciências do social. Ocorre, ainda, que tais formas de relacionamento

são portadoras, implicitamente ou não, de duas confusões no mínimo curiosas: confunde-se a idéia de História (matéria) com a de história (disciplina), ou historiografia, ou melhor, não se sabe ao certo a qual delas se refere determinado discurso; confunde-se, também, todo e qualquer discurso histórico com o discurso característico da historiografia dita "positivista", o que equivale a dizer que, em geral, a "história" que constitui o referente de tais discursos das ciências sociais constitui algo há muito criticado e superado pela historiografia.

Ao mesmo tempo, é forçoso reconhecer-se a realidade das dissonâncias existentes no âmbito dos próprios *discursos históricos* e tentar perceber, a partir desse fato, como e em que sentido a historiografia possui também sua parcela de responsabilidade nos processos acima descritos. Tentando simplificar ao máximo a análise das dissonâncias reunirei esses discursos em dois tipos aos quais chamarei de *tradicionais* e *modernos*.

Para efeito apenas das suas vinculações com o nosso tema, os discursos *tradicionais*, herdeiros da historiografia oitocentista, caracterizam-se como "positivistas", quanto ao método, e idealistas, quanto aos pressupostos teórico-metodológicos. Enquanto prática historiográfica, tais discursos caracterizam-se sobretudo por dois aspectos: compartimentação disciplinar e autonomia das idéias. A *compartimentação*, função de princípios classificatórios em conexão com as especificidades incontornáveis de cada disciplina, é também causa e conseqüência das segmentações e disputas acadêmico-institucionais. A *autonomia* das idéias baseia-se na hipótese de que as "idéias" são realidades dotadas de existência própria e distinta do mundo "material". Eternas, ou "perenes", ou, então, históricas e evoluindo e transformando-se ao longo de um eixo temporal, as "idéias" assim concebidas comparecem nos discursos históricos respectivos como as "idéias descarnadas", ironizadas por Lucien Febvre. *Compartimentação e autonomia*, reunidas, resultam nas numerosas "histórias das idéias" que bem conhecemos – filosóficas, políticas, jurídicas, econômicas, socio-

lógicas, literárias etc[2]. Dada a crença bastante difundida segundo a qual a cada disciplina, ou "ciência", corresponde um certo conjunto ou tipo de idéias, tornou-se inevitável que, em cada uma delas, a "cidadania" apareça aos pedaços, fragmentada, abordada ou entendida de acordo com o enfoque respectivo. Teoricamente aceitáveis como procedimentos analíticos, tais práticas favorecem tendências que conduzem à coisificação e estilhaçamento da cidadania em *múltiplas cidadanias*: cidadania política, econômica, social, e assim por diante.

Os discursos "modernos", inovadores, típicos das "novas histórias"[3], apesar das suas muitas diferenças, têm, em comum, a preocupação de contextualizar historicamente as práticas e representações ligadas à cidadania, a começar pela sua ausência, o exame de condicionamentos históricos que viabilizaram seu aparecimento, e o cuidado de definir e compreender essas condições de possibilidade também como elementos constituintes das especifidades da cidadania em tempos e lugares diversos. Na realidade, tanto a nova história intelectual, como a história social das idéias e a história social da cultura, interessam-se, no caso da cidadania, por suas manifestações históricas concretas: formas de pensamento, tomadas de consciência, mentalidades (das elites ou populares), práticas coletivas e individuais, análise de textos, clássicos ou não, contextualizando-os e investigando sua circulação/difusão e suas leituras. Dir-se-á, talvez, que as novas histórias se contrapõem à compartimentação disciplinar "positivista" da cidadania apenas para substituí-la por outra tantas "cidadanias" historicamente constituídas. Ainda que assim seja, pois, afinal, a tarefa do historiador é mesmo historicizar, não vejo aí nenhum problema desde que o historiador esteja atento a dois perigos, velhos conhecidos seus: a tentação teleológica e o anacronismo presentista.

A "tentação teleológica" consiste em se interpretar a cidadania, em qualquer espaço-tempo, sempre em função de seu vir-a-ser, isto é, daquilo que o historiador já sabe de antemão acerca

do curso posterior de tal cidadania. Sob tal ótica, as histórias da cidadania apresentam-se sempre como algum tipo de estudo das "origens" da cidadania.

O "anacronismo presentista" situa-se em posição oposta à anterior. Toda forma ou manifestação histórica de "cidadania" tende a ser julgada perante o tribunal do conceito atual de cidadania. Em conseqüência, a cidadania de outros tempos e lugares peca sempre por falta ou incompletude.

A Historiografia Contemporânea e o Universo Textual da Cidadania

As chamadas "novas histórias", que dominam o cenário historiográfico nas últimas décadas, distinguem-se das histórias tradicionais, e, no caso, da "cidadania" como objeto de estudo, precisamente por perceberem que a cidadania "não anda só", ou seja, não se trata mais de reconstituir a trajetória histórica de uma idéia, mas sim de tentar perceber, nos mais variados contextos ou situações, as formas concretas das representações e práticas sociais que envolvem problemas ou aspectos de cidadania, seus "companheiros de viagem", como: individualismo, solidariedade, espaço público e espaço privado, comunidade e sociedade, liberdades, democracia, representação e participação, direitos. Assim, se em sentido mais substantivo, "a cidadania se define como o direito a ter direitos", historicamente a cidadania corresponde, em última instância, aos processos de resistência e luta contra os poderes de todos os tipos com suas práticas tendentes a dominar, explorar e disciplinar grupos e indivíduos. A fim de conhecer e auxiliar com mais precisão o complexo de elementos do qual a cidadania participa, a historiografia contemporânea vem privilegiando novas abordagens – como a da "história vista de baixo" e a "história dos vencidos"–, novos temas – como a história do cotidiano–, novas metodologias – como a da "microstoria".

Antes de abordarmos questões especificamente historiográficas, é conveniente uma breve referência a dois aspectos intrínsicamente associados ao nosso tema central: o lugar da cidadania

no contexto das principais mudanças e tendências observáveis no mundo contemporâneo; e a posição do historiador como profissional e cidadão.

Os ensaios e estudos analíticos sobre *as tendências em curso no mundo atual* trabalham em geral com um pequeno número de idéias-chave – "globalização", "pós-modernidade", "retorno do sujeito", entre outras –, com as quais se propõe, a partir de pontos de vista muito distintos, "dar a tônica" ou "revelar o sentido" das mudanças em andamento no panorama mundial. Cada uma destas idéias, é claro, arrasta muitas outras, ora mais socioeconômicas ou políticas, ora mais ligadas à "cultura" em geral, ou à "filosofia", e em particular, à filosofia das ciências.

Para exemplificar, vejamos uma dessas temáticas – a globalização – e três autores: Liszt Vieira, Sousa Santos e Bobbio.

Poucas palavras são mais freqüentes, hoje em dia, do que "globalização" e nenhuma outra, provavelmente, possui o mesmo dom de provocar adesões irrestritas ou oposições radicais. Assiste-se (mais uma vez), através de hipóstase, à conversão do conceito em uma "força" ou agente histórico. Qual a perspectiva para a cidadania no âmbito dessa "globalização"?

Liszt Vieira, ao sintetizar as questões fundamentais implícitas no par "cidadania – globalização" sublinha as novas relações entre direito, cidadania e democracia: "a cidadania, definida pelos princípios da democracia, constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política"[4]. Conforme esse mesmo autor, outro elemento a destacar é a redefinição do conceito de "sociedade civil", ou esfera pública – o "mundo da vida", segundo Habermas[5] – como esfera distinta tanto da sociedade política como da econômica e onde a dimensão pública corresponde à participação e à opinião pública e a dimensão privada à família. Particularmente significativas da importância crescente dessa "esfera pública não estatal"

são as ONGS e os novos movimentos sociais (ecológicos, feministas, de minorias etc). Por último, fica aqui uma indagação: em face dos efeitos predominantemente nocivos ou catastróficos da globalização na África, Ásia e América Latina, 6 poderão os seus efeitos positivos compensar aqueles a longo prazo? No caso da cidadania, se está em processo o declínio dos Estados nacionais, mas a cidadania ainda permanece a eles atrelada, não seria demasiadamente problemática a aposta numa "sociedade civil global" e, no limite, numa "cidadania planetária"[7]?

Sousa Santos parte dos "desafios à imaginação sociológica" gerados por outras tantas "perplexidades produtivas" e, após analisar a trajetória e as perspectivas atuais do marxismo, além de outras questões típicas do mundo atual, detém-se no exame das relações entre "subjetividade, cidadania e emancipação"[8] nas quais identifica uma reafirmação da subjetividade em detrimento da cidadania e, mais ainda, da emancipação: "O desequilíbrio no pilar da regulação (o outro pilar é a emancipação) consistiu globalmente no desenvolvimento hipertrofiado do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade"[9]. A sociedade liberal caracteriza-se por uma "tensão entre a subjetividade individual dos agentes na sociedade civil e a subjetividade monumental do Estado"[10], tendo como seu mecanismo regulador a cidadania. No entanto, ao consistir em direitos e deveres gerais e abstratos, a cidadania universaliza a individualidade e transforma os sujeitos em unidades iguais e intercambiáveis, colidindo com uma subjetividade individual e individualista[11]. Tendo em vista as dúvidas e impasses acerca da chamada "cidadania social"[12], vivemos hoje a situação denunciada por Marcuse e, depois por Foucault, caracterizada por uma hipertrofia de cidadania estatizante e consumista e uma subjetividade em definhamento. Resta-nos indagar se e como poder-se-á alcançar novas formas de cidadania "não-liberais e não-estatizantes" em que seja possível uma relação mais equilibrada com a subjetividade, superando assim sua revolta

contra a cidadania, em termos de uma subjetividade pessoal e solidária que não repita os equívocos dos anos 60-70 e possa enfrentar as armadilhas do capital a começar pela "difusão social da produção e isolamento político do trabalho"[13].

Norberto Bobbio aproxima-se um pouco mais ainda das relações entre história e cidadania. Em *A Era dos Direitos*[14] começa ele por afirmar que os direitos do homem, "por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos", do que resulta a impossibilidade de "atribuir um fundamento absoluto a direitos historicamente relativos", ou seja, temos aí uma ilusão e também um pretexto para defender posições conservadoras. Segundo Bobbio, direito e dever são como o verso e o reverso de uma mesma moeda; logo, para que a passagem do código dos deveres para o código dos direitos pudesse ocorrer historicamente, seria necessário inverter a moeda, isto é, "uma revolução copernicana em conseqüência da qual a relação entre governantes e governados passasse a ser considerada do ângulo dos governados, quer dizer, dos indivíduos"[15]. A concepção cristã da vida – a fraternidade –, uma vez secularizada, no século XVII, constitui o *jus naturalismo* – concepção individualista da sociedade em que se baseia a doutrina dos direitos naturais. Contrapondo-se às concepções organicistas, holísticas, o individualismo afirma a prioridade do indivíduo frente ao Estado, dos direitos sobre os deveres, da justiça como isonomia, da liberdade como participação, atingindo sua realização plena na passagem ao Estado de direito – o Estado dos cidadãos –, iniciada com as "revoluções burguesas". Nestes últimos dois séculos a evolução dos direitos desdobrou-se em diversas direções: as "liberdades", a "especificação" dos sujeitos titulares de direitos, a garantia e proteção dos direitos[16].

Na esfera das "liberdades" – pluralização da idéia abstrata de "liberdade" – tornou-se consensual o reconhecimento de que, de início, elas foram constituídas por "liberdades negativas", isto é, direitos singulares e concretos que exigiam do Estado obrigações negativas – em relação à consciência, opinião, reunião, associa-

ção, ao direito de ir e vir e às propriedades dos indivíduos (súditos ou cidadãos) Mais adiante, afirmaram-se as "liberdades positivas", ou direitos políticos, centrados na idéia de "participação". Já no século atual, afirmam-se os "direitos sociais", a bem dizer "poderes", já que dependem da imposição, ao Estado, de certas obrigações positivas reivindicadas pelos cidadãos. Bobbio lembra, também, como extensões contemporâneas das liberdades ou direitos, o direito à própria imagem e o direito à privacidade.

No âmbito da "especificação", das referências ao "homem" passou-se às referências ao "cidadão", daí ao "gênero", às fases da vida, aos estados normais e excepcionais da existência humana[17].

A partir de 1945, verificou-se uma tendência à universalização dos direitos do homem paralelamente à sua multiplicação[18], com ênfase nos direitos políticos e sociais, assim como a passagem de um ponto de vista voltado unicamente para o sujeito singular (pessoa) para o dos sujeitos plurais ou coletivos, como a família, as minorias, estendendo-se aos animais – espécies ameaçadas de extinção – e à natureza – preservação e defesa do meio ambiente. Este processo de extensão/multiplicação dos direitos, não obstante sua crescente positivação, defronta-se com inúmeras dificuldades de implementação efetiva em função das resistências motivadas por interesses, preconceitos enraizados e mentalidades conservadoras.

Cidadania e historiografia contemporânea

Pretendo desenvolver neste item algumas das linhas explicativas que se relacionam com panorama desenhado logo ao início desta exposição – abordagens, temas e metodologias –, cujos pressupostos mais gerais acabamos de apresentar. Trata-se, portanto, de uma espécie de balanço da historiografia contemporânea centrado na questão da "cidadania".

Sucessivamente, vamos analisar as "novas histórias", no contexto da "crise dos paradigmas", as implicações historiográficas dos avanços da subjetividade, as relações dos novos objetos e abordagens com a "crise" e com o "retorno do sujeito", e, enfim,

o "retorno do acontecimento" em conexão com o resgate e valorização da história do tempo presente.

Historiografia e "crise"

Já se tornaram habituais, entre historiadores, as alusões à "crise" da história. Variam, no entanto, as maneiras de interpretá-la ou explicá-la. Na opinião da maioria, a crise está localizada no *discurso histórico* e resulta, principalmente, das críticas ou "desafios" oriundos de outras áreas das ciências humanas. Tal como a entendo, essa crise tem como fulcro o "realismo histórico" e é a partir deste que adquirem importância as "teorias" sobre "fim da História", "crise dos paradigmas", "narrativismo" e "fragmentação" do discurso histórico[19].

É também habitual associar a "crise", nos seus diferentes aspectos, ao quadro mais amplo da "transição ou passagem da modernidade à pós-modernidade". As discussões acerca da noção de "pós-moderno" estão ainda muito longe de ser conclusivas; ao mesmo tempo, não está demonstrado que todos os componentes da "crise" derivam realmente desse "pós-moderno"[20]. Sendo assim optei pela apresentação das questões independentemente de sua vinculação à modernidade ou à pós-modernidade, mas tentando avaliá-las do ponto de vista do "realismo histórico" e da "cidadania".

As noções de "fim da História" e de "crise dos paradigmas" estão interrelacionadas mas remetem a níveis de análise distintos – o ontológico e o epistemológico, respectivamente.

A noção de "fim da História" pode significar, pelo menos, duas coisas: a História não existe, nunca existiu, ou, então a História chegou ao seu final, "realizou-se" plenamente. Desta última significação, derivada de Hegel, o texto hoje em dia mais conhecido e debatido é o de F. Fukuyama, mas sua importância é bem mais política e ideológica que historiográfica. Já o oposto é verdadeiro com relação à primeira significação. Neste caso, com efei-

to, podemos tanto tentar explicar e compreender as razões como avaliar as conseqüências dessa negação da História[21].

Descrença ou desencanto em relação à realidade da História tanto podem estar associados à "crise da modernidade" em geral como à "crise do historicismo", em particular[22] (Em relação a tais "crises", tampouco existem interpretações consensuais, a começar pela própria noção de "crise").

Enquanto fenômeno inscrito na crise da modernidade, a perda de realidade da História deriva em boa parte do ceticismo em processo de expansão desde finais do século passado acerca da razão iluminista e a crença no "progresso" do gênero humano – seu racionalismo e humanismo; ceticismo agravado pelo totalitarismo – uma experiência "indizível"[23], o fim do "socialismo real", e a descrença na "revolução"[24].

Como componente da "crise do historicismo", a História é objeto das críticas "científicas" – de Popper a Lévi-Strauss – e posta de quarentena por Althusser e Foucault. Todavia, se o historicismo ontológico parece ameaçado de extinção, o epistemológico e metodológico segue caminho inverso, como logo iremos ver.

Essa perda de substância, ou de credibilidade, da História-em-si favorece, no âmbito da cidadania, as posições conservadoras preocupadas com a lei e a ordem e hostis ou reticentes em face de "ideologias" que buscam na História a legitimação dos "direitos" e sua constante ampliação.

A "liquidação da História", torna-se ainda mais inquietante na medida em que ela conduz ao abandono da Grande Teoria, ou "grandes narrativas explicativas", embasadas no pressuposto da racionalidade do processo histórico e na possibilidade de sua apreensão/explicação "total", ou holística. Na prática, é a maioria dos "paradigmas" explicativos – na teoria social em geral e em historiografia em particular–, que se vê ameaçada, a começar pelo marxista[25].

Avaliar os efeitos dessa "crise paradigmática" sobre os estudos da cidadania seria na verdade escrever outro texto. Observa-

ria apenas, como exemplos, a posição de Bobbio e a das "novas histórias". Bobbio, ao optar decididamente pelo "individualismo metodológico", não apenas se afasta das teorias holísticas como assume uma perspectiva historicista em vários aspectos. As "novas histórias" na medida em que abandonam, na prática, seu compromisso com a "totalidade" e com pressupostos deterministas, trabalhando cada vez mais com objetos distintos segundo temporalidades múltiplas, tendem a destacar o papel dos indivíduos (pessoas em grupos) em termos das suas ações, mentalidades e características culturais. A antiga busca de cientificidade ou é posta de lado, ou se redefine em função das mais recentes teorizações do pensamento científico[26]. Para o estudo da cidadania tais perspectivas significam a possibilidade de recortes quase infinitos – estudos de casos em lugares e épocas os mais diversos – e a utilização de abordagens em geral inovadoras, embora nem sempre suficientemente esclarecedoras quanto à natureza da inserção da cidadania em contextos ampliados.

Tal como afirmei de início, há a tendência, hoje em dia, de entender a "crise" como uma espécie de "mal-estar" em relação ao *discurso histórico.* Refiro-me aqui, de caso pensado, ao "discurso" (singular) uma vez que, apesar de ter consciência da diversidade de discursos historiográficos, acredito que a verdadeira essência ou "nó" da crise reside, antes de mais nada, no "realismo histórico" e seu pressuposto epistemológico – a "teoria da correspondência"[27]. É diretamente sobre esse "nó" que incidem os efeitos da "reviravolta lingüística", do "narrativismo" literário e de outras concepções pós-modernas.

Não julgo porém que seja necessário entrar, por ora, nesta seara, uma vez que a atividade historiadora atual na sua quase totalidade continua fiel, na prática, ao "realismo histórico" Nem a crise dos paradigmas, nem os chamados "retornos ", nem mesmo a "fragmentação", tiveram como conseqüência, até agora, a rejeição do realismo histórico do ponto de vista teórico-metodológico. As diversas formas de relativização do conhecimen-

to histórico, a partir da ênfase no seu caráter interpretativo e da importância atribuída ao sujeito, aos "lugares" de produção do discurso histórico, não implicam necessariamente rejeição do realismo[28].

O exame mais acurado desta questão exigiria uma longa digressão centrada na análise das relações entre história e "representação", ou melhor, da "história como representação" já que, em última instância, é este o problema crucial, como se evidencia, por exemplo, na coletânea de artigos organizada por Friedlander[29]. Acredito, porém, que tal análise extrapola em demasia o tema deste trabalho[30].

HISTORIOGRAFIA E SUBJETIVIDADE – O "RETORNO DO SUJEITO".

Dadas as leituras possíveis do título desta parte da exposição, é conveniente esclarecer desde já que não se trata nem do sujeito cartesiano, nem de uma subjetividade individual à margem do contexto social.

Ao analisar, num texto recente, o processo do "progressiva hipertrofia do sujeito do conhecimento" em nosso século, Philippe Boutry escreve: "A posição hiper-eminente conferida ao historiador na produção do saber constitui o primeiro e, sem dúvida, o principal sintoma da crise intelectual"[31] Na genealogia dessa hipertrofia, Boutry sublinha alguns momentos decisivos: Nietzsche, como ponto de partida e, a seguir dois momentos: um primeiro correspondente a R. Aron, e H-I-Marrou e P. Ricoeur, e o seguinte, marcado por Foucault, Veyne e Certeau[32].

Certeau referiu-se em diversas ocasiões à ressurreição do "eu" no discurso histórico: a importância crescente do sujeito-historiador nos prefácios cada vez mais extensos, a pertinência que a atomização do tecido social dá hoje à questão do sujeito, muito embora sublinhe que não se trata aí de retornar a alguém tipo de atomismo social[33].

O retorno do sujeito verifica-se também no discurso histórico sob vários modalidades: como sujeito social ou coletivo, na historiografia marxista anglo-americana; como mentalidade cole-

tiva ou representação social, na historiografia "annalista"; como sujeito individual, na história política, intelectual e biográfica. Apesar das diferenças em torno da concepção básica de tal "sujeito", bastante perceptíveis, por exemplo, nos debates sobre a Revolução Francesa, ou nas interpretações a respeito dos acontecimentos de 1989/91 na Europa Centro-Oriental, está em andamento um verdadeiro "retorno do sujeito forte da história" que havia sido deixado de lado sobretudo pelos Annales[34].

Considerando-se em conjunto estas duas tendências, percebe-se que a emergência do "sujeito forte", na epistemologia e no discurso histórico, expressa-se na valorização dos papéis tanto do historiador como dos agentes históricos[35], conclusão esta em harmonia com as observações de Sousa Santos sobre o "regresso do indivíduo (em função do) esgotamento do estruturalismo", o qual acarretou "a revalorização das práticas e dos processos (...) e a revalorização dos indivíduos que os protagonizam"[36].

Parece-me bastante correta então a conclusão de que "o lento redescobrimento, ao longo dos últimos vinte anos, do papel do sujeito na história e do livre-arbítrio do historiador em seu trabalho, entre as cinzas da velha história objetivista, economicista e estruturalista, semeou dúvidas acerca da cientificidade da história"[37].

A hipertrofia do sujeito-historiador torna-o a única instância de decisão a respeito da validade de um tema de pesquisa e do tipo de discurso mais adequado; problemas, métodos e resultados são sempre da exclusiva alçada do historiador; logo, a fragmentação é inevitável. Claro está que, descrita nestes termos, a situação atual do ofício historiador é motivo de reações muito variadas e não raro desencontradas[38].

Em face de tais tendências historiográficas, como situar a temática da cidadania? Talvez, neste caso, devamos retornar a Foucault. A distinção por ele estabelecida entre "sujeito"– conceito filosófico – e "indivíduo" – prática social – pode ajudar-nos também a distinguir entre um certo sujeito histórico, abstrato e genérico, chamado "natureza humana" ou "condição humana", e

os sujeitos como indivíduos, presos nas teias da contingência e submetidos aos saberes-poderes e suas práticas de disciplina e dominação. É justamente nas relações entre indivíduos e subjetividade, no marco da cidadania, que esta se faz essencial para a limitação dos poderes estatais e superação dos excessos subjetivistas dos sujeitos individuais[39]. No entanto, a cidadania raramente tem sido capaz de limitar tais "excessos" sem ferir exigências subjetivas legítimas, irredutíveis ao quadro formal de direitos gerais e abstratos reconhecidos nos regimes democráticos; tampouco tem sido eficaz na oposição aos "excessos" reguladores do Estado. Daí subsistirem críticas, algumas delas já antigas e bastante conhecidas, aos efeitos perversos da dominação capitalista na moderna sociedade de massas. Trata-se aí de denúncias contra o caráter excessivamente regulador e uniformizador da modernidade, denúncias que, em claves diferentes, remetem-nos a Weber, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Foucault e Habermas. Todos, de uma maneira ou de outra, criticam as ilusões de uma cidadania da qual a subjetividade foi eliminada, ou alienada. Marcuse, por exemplo, propôs a necessidade de libertar o indivíduo na sua subjetividade[40]. Foucault, embora cético quanto aos resultados da luta contra a dominação e controle exercidos sobre os indivíduos, sublinhou o quanto uma cidadania sem subjetividade resulta apenas em "normalização": "sujeito e cidadão tornam-se então produtos manufaturados pelos poderes-saberes das disciplinas e a cidadania é transformada em artefato do poder disciplinar"[41]. Michel de Certeau, nas longas pesquisas que coordenou nos anos 70 e 80, sobre as "Artes de Fazer", procurou exatamente analisar a outra face da "microfísica do poder", ou seja, a produção dos consumidores: "descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela (disciplina) que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados'?), os processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica de onde a importância das 'trajetórias, táticas e estratégias'"[42].

Historiografia e fragmentação

Numa perspectiva restrita às "novas histórias" é possível talvez afirmar que estamos assistindo, na década atual, a três fracassos sucessivos: 1) Da história objetivista e economicista, quantitativista e estruturalista – daí o já mencionado retorno progressivo do sujeito; 2) Da história total, agora reconhecida como algo impossível de alcançar, mas ainda mantida como "horizonte utópico"–daí e fragmentação de objetos, temas, gêneros e métodos; 3) Da relação passado/presente/futuro, onde falhou, só para exemplificar, a sensibilidade quanto ao feminismo, à ecologia, e as transformações políticas e ideológicas contemporâneas[43]

Tornou-se quase obrigatória, a partir desses "fracassos", a referência à "fragmentação" e à "micro-história". Entretanto, estas e outras tendências apenas nos interessam aqui em suas relações com a cidadania. Restrinjo-me, portanto, a três níveis de análise: o histórico-cultural, o das relações entre a história e as ciências humanas e sociais e o das críticas acerca de certos impasses ou descaminhos das "novas histórias".

A análise histórico-cultural pode ser exemplificada pelo texto de Sousa Santos ao qual já fizemos alusão.

O nível das relações interdisciplinares foi por mim recentemente analisado a partir de uma comparação entre um texto de Chartier e um de Elton[44].

O terceiro nível, que agora mais nos interessa, pode ser mais bem avaliado a partir de dois trabalhos, relativamente recentes, de Lepetit e Lawrence Stone.

O objeto de Lepetit são os impasses da historiografia "annalista", ao passo que no de Stone são alguns descaminhos da história social e cultural.

Segundo Lepetit[45], a "segunda geração" dos Annales enveredou por dois becos sem saída: o da "totalização inviável" e o da "sociografia insuficiente". Deriva o primeiro de uma impossibilidade prática: demonstrar a suposição de que o saber global resulta da acumulação de saberes locais. Assim, foram necessários mais

de vinte anos de monografias locais ou regionais para que se chegasse à conclusão de que o local e o global não se comunicam necessariamente, já que "não há uma contrapartida, na ordem temporal, ao realismo possível das categorias espaciais de análise"[46] Por outro lado, a insuficiência da sociografia decorre da "natureza tautológica da análise das estruturas", a qual ignora as relações sociais na sua dinâmica e "nega aos atores uma capacidade criadora"[47]. Decorreriam daí as duas principais tendências atuais, opostas à totalização: a fragmentação da disciplina em inúmeros subcampos autônomos e as experiências de variação de escala de modo a colocar em relevo as vivências dos atores[48].

L. Stone, na tentativa de explicar o que considera como insuficiências da história social e cultural dos anos 60 e 70[49], utilizou-se de duas metáforas: a pretensão de alcançar as estrelas *versus*. o mergulho nas trivialidades antiquárias. Da primeira, o paradigma seria a história estrutural que acabou por "explodir como uma supernova" nos textos de Foucault, ou, se preferir, foi conduzido aos limites impensáveis das ambições quantificadoras típicas da cliometria praticada por Fogel e Engermam. No caso da segunda tendência metafóricamente descrita, Stone assume os "equívocos de sua própria geração" (*sic*): 1. A ênfase nos grupos marginais empobrecidos "apenas porque eram pobres e marginalizado"; 2. A tirania dos "fatos" imposta pela quantificação; 3. O desprezo generalizado pelos problemas de formação do Estado e pelo próprio poder estatal; 4. As atitudes por demais reticentes em face da religião e da ideologia; 5. O pressuposto da racionalidade imputada a indivíduos ou grupos envolvidos em ações coletivas (revoltas, rebeliões), cultura popular e política nacional; 6. O hábito de ignorar a parte que, na história, cabe à contingência, personalidade e acaso; 7. Incoerência – sem um eixo aglutinador e com temas tão vastos e diversificados, caberia indagar: "como conectar a história da limpeza, ou dos odores, à política?"[50].

O mais curioso no entanto é que Stone tampouco parece acreditar que os críticos dessas novas tendências tenham algo

melhor a oferecer, pois na sua opinião, nem os "nominalistas empíricos", nem os "relativistas factuais" constituem uma autêntica saída[51].

Corcorde-se ou não com esses diagnósticos, interessam-nos neste momento as implicações dos novos rumos historiográficos pobre as relações entre história e cidadania. Destaco, neste caso, três tópicos: os objetos contemplados pela "fragmentação", as abordagens inovadoras, e as novas definições disciplinares.

No âmbito dos "novos objetos", deixando-se de lado discussões sobre a sua "legitimidade histórica", a impressão que tenho, hoje, é a de que a questão da cidadania se acha subjacente à maior parte dos recortes de tais objetos, na condição de pressuposto consciente ou não das pesquisas realizadas pelos historiadores. É assim que podem ser vistos os trabalhos sobre minorias dominadas e/ou marginalizados, os estudos de gênero, as histórias do cotidiano, os textos sobre infância, prostituição, saúde pública, controle social, práticas pedagógicas, formas de sociabilidade, produção e recepção de artefatos culturais, práticas judiciárias e policiais, formas de religiosidade popular, os elementos constitutivos dos processos de construção das diferentes "memórias" etc. Referidos a tempos e lugares os mais variados, esses objetos em geral privilegiam a inserção do historiador em seu próprio presente. Claro está, não vêm aqui ao caso as questões teórico-metodológicas acerca de "empirismo", "nominalismo" e "presentismo", à maneira de Stone, já que, nosso objetivo se limita à constatação de convergências de conteúdo.

O tópico das *abordagens* compreende estudos nos quais as formas de subjetividade dos dominados são encaradas como essenciais à compreensão de seus comportamentos e "representações". Tal é o caso das revoltas, revoluções e movimentos sociais de uma maneira geral quando abordados "de baixo", isto é, do ponto de vista dos indivíduos e grupos neles diretamente engajados. O mesmo se aplica às manifestações culturais populares em geral. Movimentos e cultura vêm sendo pesquisados tam-

bém através de técnicas de "história oral" as quais permitem perceber, na reconstrução de memórias, a forte presença das subjetividades individuais nas próprias maneiras de cada um recordar e descrever suas atitudes, pensamentos, projetos e decisões. Os historiadores procuram contornar os impasses de uma cidadania abstrata através de estratégias tendentes a surpreendê-la na concretude das suas presenças ou ausências. Cabe finalmente mencionar o quanto essas novas abordagens têm se mostrado produtivas para os trabalhos sobre os "novos movimentos sociais": os movimentos feministas e ecológicos, as mobilizações de populações rurais – como é o caso dos sem-terra –, os movimentos urbanos-favelados, de moradores de conjuntos habitacionais, devedores do SFH, ou, ainda, de consumidores, contribuintes e aposentados.

Por *redefinições disciplinares* queremos nos referir as mudanças recentes no campo da história política e da história cultural. A história política, esfera mais visível das questões de cidadania, apresenta-se hoje como "Nova história política"[52] e beneficia-se da extensão quase ilimitada e incontrolável do conceito de "político", a partir dos textos de Foucault e Certeau. Tal tendência tem vindo acompanhada de novas concepções sociológicas e antropológicas que se propõem a repensar e superar as antigas dicotomias do tipo "indivíduo e sociedade", "público e privado", "sociedade civil e Estado"[53].

No campo da história cultural emerge, como contraponto à história social da cultura, uma história cultural do social[54], na qual se tem prestado especial atenção às políticas culturais como práticas estreitamente associadas à promoção e afirmação da cidadania.

O RETORNO DO ACONTECIMENTO E A "HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE".

Retorno do sujeito, da história política, do acontecimento trazem à tona a questão do "presente" como história. Contrariando tanto o preconceito da historiografia tradicional, ciosa de objetividade e distanciamento do sujeito-historiador, quanto o viés estrutural das "novas histórias", reticentes em face das narrativas

"acontecimentais", edificadas sobre o solo temporalmente superficial dos eventos políticos, a historiografia contemporânea vem prestando uma atenção cada vez maior à pesquisa e estudo da "história imediata". Observa-se aí a convergência de fatores ou tendências historiográficos, culturais e existenciais.

Do lado da *historiografia,* o "retorno da narrativa" e do "político" resgata práticas discursivas, objetos e abordagens que ao mesmo tempo legitimam o trabalho de "contar a história" e sublinham o papel dos atores ou agentes, individuais ou coletivos, isto é, suas subjetividades e ações, suas lutas, quer no âmbito do "novos movimentos sociais"[55] quer na esfera do cotidiano[56] A cidadania afirma-se então como objeto privilegiado de pesquisa e como dimensão política do trabalho historiador, o qual se realiza hoje em dia sob o signo da "globalização" e das lutas em prol da democracia.

Os fatores *culturais e existenciais* remetem-nos às características específicas de nosso próprio tempo. Vive-se uma época histórica na qual, como já mencionei, o presente parece ser a única realidade que importa. O "passado" perdeu substância e realidade como "espaço de experiência" a ponto de duvidarem alguns da sua existência, salvo como ficção. O futuro se apresenta como simples extensão do presente, o amanhã do agora, já que para além do imediato há somente um vazio impensável e em aberto, suscetível de todos os exercícios imaginativos possíveis – das utopias redentoras às catástrofes demográficas ou ecológicas e às visões da *science-fiction.*

O presente é o próprio real, mas ele nos alcança, mais do que nós o alcançamos, em função da instanteneidade criada pela mídia. A cada instante, o presente se transforma em passado e com ele é o próprio acontecimento que parece se dissolver sendo logo substituído por algo mais recente[57]. Convertido em espectador, o cidadão cada vez é menos instado a participar, sobretudo porque seus "direitos", mesmo no caso de serem efetivos, não contemplam muitas das suas preocupações como indivíduo imerso no cotidiano de sociedades massificadas. Neste ambiente, ci-

dadania é menos um tema de história e bem mais uma categoria política de luta que se projeta para o "futuro", qualquer que possa ser a dimensão deste. Talvez não seja apenas por acaso que os textos mais recentes sobres os direitos humanos – inerentes à cidadania – se referem à sua "reconstrução"[58] "reafirmação"[59] ou "implementação efetiva"[60], enquanto missão ou tarefa de nosso presente.

A Historiografia Brasileira Contemporânea e a Questão da Cidadania

Para começar, um painel: os "Programas e Resumos" deste XIX Simpósio. Um levantamento das comunicações apresentadas às mesas-redondas, sessões de comunicação coordenadas e comunicações livres, permite-nos formular uma primeira idéia da amplitude temática e das questões mais freqüentemente abordadas dentro da proposta geral do Simpósio. Amplitude temática. Sem muito esforço e não querendo ser exaustivo, consegui distinguir mais de duas dezenas de temas: políticos, culturais, sócio-econômicos, pedagógicos etc. Um dos mais freqüentes é a questão das relações entre política e cidadania: em períodos da história do Brasil (Império, República, Era Vargas), regiões específicas ou eventos (Minas no século XIX; Conjuração Baiana de 1798), sendo essas relações abordadas quer como práticas, quer como "representações". Um segundo bloco corresponde a pesquisas voltadas para a questão do espaço público e o controle social em épocas específicas (geralmente no século atual) tanto em termos gerais como em casos concretos, como "A prática da cidadania em delegacias cariocas da República Velha". Vêm, em terceiro lugar, os trabalhos que articulam educação, ensino de História e formação do professor, em conexão com a construção de cidadania e sua afirmação. A seguir, destaca-se o conjunto de comunicações voltadas para problemas de escravidão, negros e cidadania, inclusive as resistências dos escravos vistas no horizonte da construção de uma cidadania contestada. Em quinto lugar, os trabalhos nos quais o tema da cidadania articula-se com memória e identidade e, a partir daí, aos museus e arquivos.

Temas ou abordagens mais ou menos clássicos, diz-se-á talvez. Todavia, encontramos também outros temas, indiscutivelmente "atuais" em dois sentidos: por estarem perfeitamente sintonizadas com os "novos objetos" e por constituírem uma demonstração evidente do peso crescente daquela "história do tempo presente" antes referida. Temos assim, no primeiro caso, estudos de gênero – especialmente "mulheres e luta pela cidadania" –, cidadania na literatura (Machado de Assis, Lima Barreto), cidadania e cultura, o corpo, a psiquiatria, o catolicismo, a maçonaria. Quanto à sua orientação, são vários os textos sobre lutas sociais, especialmente no campo, infância abandonada, ou a criança no ambiente urbano, o meio ambiente, o índio, o futebol, o sistema de saúde, o indivíduo, isto é, problemas e/ou dimensões múltiplas onde se colocam, hoje, os impasses de cidadania.

A par desses trabalhos quase pontuais, cabe lembrar a presença de preocupações mais abrangentes em diversas das sessões de comunicação coordenadas e livres, como por exemplo, "Antigos e modernos: releituras historiográficas"; "Cidadania e História: um balanço sobre História Política e Liberalismo: trajetórias e crise de paradigmas", "Cidadania e democracia no Brasil: um olhar sobre jornais e jornalistas"; "Cidadania e construção da ordem do Brasil", todas estas comunicações coordenadas. Dentre as comunicações livres, muitas por sinal, lembro, apenas a título de exemplos: "Modernidade e conflito no Brasil contemporâneo"; "Historiografia e discussão conceitual" e "Cidadania, teoria e ação política.".

Esta rápida panorâmica evidencia, no meu modo de ver, várias coisas. Evidencia, antes de tudo, a amplitude e intensidade do interesse dos nossos historiadores pelo problema da cidadania. Desmente-se assim a idéia de que o tema não desperta entusiasmos maiores ou mais consistentes. Aliás, o fato pode ser também comprovado a partir de revistas publicadas recentemente. Veja-se, como exemplo, "Estudos históricos", nº18, sobre "Justiça e cidadania", coordenado por José Murilo de Carvalho, autor tam-

bém do ensaio "Cidadania: tipos e percursos", no qual desenha com traços precisos o perfil histórico das principais teorias da cidadania e suas possíveis vinculações com o caso brasileiro[61].

Não dispomos ainda de algo como um história geral da cidadania no Brasil. Em compensação, temos alguns textos fundamentais produzidos do ponto de vista da ciência política ou de antropologia como, no primeiro caso, os de Wanderley Guilherme dos Santos[62] e no segundo, Roberto da Matta[63], Otávio Velho[64] e a coletânea organizada por Gilberto Velho e Marcus Alvito[65] Simples exemplos, sem dúvida, tomados quase ao acaso, mas suficientes, creio eu, para mostrar que a questão da cidadania é interdisciplinar por excelência e que suas teorizações não devem ficar restritas ao universo historiográfico.

Notas

[1] *Dimensões contemporâneas da História e da historiografia* (UERJ, 1991); *Modernidade e Utopia* (USP, 1993); *A Identidade da História e do historiador* (UFPe, 1995)

[2] FALCON, F. C. *História das Idéias*. In CARDOSO, Ciro F.S, e VAINFAS, Ronaldo (eds.). *Domínios da História*, Rio de Janeiro, Campus, pp. 91-125

[3] GALLEGO, José A. (dir.). *New History, Nouvelle Histoire, Hacia una Nueva História*. Madrid, Actas, 1993.

[4] VIEIRA, Liszt . *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro, Record, 1997, p. 40. O autor cita: CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo, Moderna, 1984.

[5] VIEIRA, Liszt. *op. cit*, p. 54.

[6] *Idem*, pp. 80-103

[7] *Idem*, pp.110 e 120.

[8] SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 1995, p. 235

[9] *Idem*, p. 237.

[10] *Idem*, p. 240.

[11] *Idem*. O autor se refere ao pessimismo cultural de Max Weber, a morte do sujeito em Nietzsche, o pós-perspectivismo do construtivismo russo e da desconstrução cubista e as genealogias de Foucault.

[12] *Idem*, pp. 243 e 247.

[13] *Idem*, p. 251.

[14] BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992, pp. 56-57.

[15] *Idem*, p.57 e segs. Nota-se que o autor situa-se aqui numa perspectiva histórica.

[16] *Idem* p. 62.

[17] *Idem*, pp. 68-69.

[18] *Idem*, pp. 68-71.

[19] CARDOSO, Ciro F.S. *História e Paradigmas Rivais.* In CARDOSO, C.F.S. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História.* Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 01-23.

[20] SEIDMAN, Steve & Wagner, David G. (eds.). *Postmodernism & Social Theory.* Oxford, Blackwell, 1992; Thompson, John B. *Ideologia e Cultura Moderna.* Petrópolis, Vozes, 1995; JAMESON, Frederic. *Pós-Modernismo.* Rio de Janeiro, Ática, 1996; CONNOR, Steven. *Cultura Pós Moderna.* São Paulo, Loyola, 1992.

[21] ANDERSON, P. *O fim da História. De Hegel a Fukuyama.* Rio de Janeiro, Zahar, 1993; LEFORT, Bernard (coord.). *Sobre o Fim da História.* Petrópolis, Vozes, 1995.

[22] FALCON, F.J.C. *Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual.* In Tempo, vol. 02, n. 04, dez. 1997, Rio de Janeiro, Sette Letras, pp. 05-26.

[23] STEINER, G. *Linguagem e Silêncio.* São Paulo, Cia da Letras, 1998; KOTHE, F.R. *Benjamim & Adorno: Confrontos.* São Paulo, Ática, 1978; ARENDT, H. *O sistema Totalitário.* Lisboa, D. Quixote, 1978.

[24] WRIGHT, F.O., LEVINE, A; SOBER, E. *Reconstruindo o Marxismo.* Petrópolis, Vozes, 1993; HABERMAS, J.. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico.* São Paulo, Brasiliense, 1983.

[25] SKINNER, Q. (Ed). *The Return of Grand Theory in the Human Sciences.* Cambridge, Univ. Press, 1991. Lyotard, J.F. *O Pós-Moderno.* 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1990.

[26] PRIGOGYNE, Ilye. *O fim das Certezas.* São Paulo, Unesp. 1996; JAMESON, F. *As Sementes do Tempo.* São Paulo, Ática, 1997.

[27] TOPOLSKI, J. *A non-postmodernist Analysis of Historical Narretives.* In TOPOLSKI, J.(Ed)*Historiography Between Modernism and Postmodernism.* Amsterdam – Atlanta, Rodopi, 1994, pp. 09-86.

[28] CERTEAU, M. de *L'écriture de l'histoire.* Paris, Gallimard, 1975 pp. 33-122

[29] FRIEDLANDER, Saul (Eds). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the Final Solution.* 3ª ed. Cambridge, Harward Univ. Press, 1996.

[30] Estamos ultimando um texto sobre *História e Representação* para uma nova coletânea organizada por Jurandir Malerba.

[31] BOUTRY, Ph. *Certezas e Descaminhos da Razão Histórica.* In BOUTIER, J. e JULIA, D. *Passados Recompostos.* Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1998, pp. 65-78.

[32] NIETZSCHE, F. *De l'utilité et de l'inconvénient dos études historiques pour la vie.* (1874), Garnier, Flammarion, 1988; ARON, R. *Introducción a la Filosofía de la Historia.* Buenos Aires, Losada, 1946(1938); MARROU, H. I. *De la Conaissance Historique.* Paris, Senil, 1959(1954); RICOEUR, P. *História e Verdade.* Rio de Janeiro, Forense, 1968(1965); FOUCAULT, M. *Les Mots et les Choses.* Paris, Gallimard, 1966; VEYNE, P. *Comment on écrit l'histoire.* Paris, Seuil, 1971; CERTEAU, M. de *L'Absent de l'histoire.* Paris, Maison Mame, 1973.

[33] CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994(1996), p. 51; Idem. "Une epistémologe de transition: Paul Veyne". In *Annales*, ESC, XXVIII, 1972, p. 1235.

[34] BARROS, Carlos. *La História que viene*. In BARROS, C. (ed.). *História a Debate*, Tomo I. Santiago de Compostela, 1995, pp. 102-103.

[35] *Idem*, p. 103.

[36] SANTOS, Boaventura S., p. 20.

[37] BARROS, C., p. 99.

[38] KOPOSSOV, N. *Vers l'anthropologie de la raison historique*. In BARROS, C. (ed.). pp. 261-268; CÁRCEL, R. Garcia *La manipulacion de la memoria histórica*. In *Idem*, pp. 291-298.

[39] OLLIVER. S. *Histórias do individualismo e individualismo comtemporâneo*. In BARROS, C. Tomo II, pp. 53-60.

[40] MARCUSE, Herbert. *O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968 (1964).

[41] FOUCAULT, M. apud SOUSA SANTOS, B. pp. 246-247 (referências a *Vigiar e Punir* (1975), *A vontade de saber*(1976) e *Microfísica do Poder*(1980)).

[42] CERTEAU, M. de *A invenção do Cotidiano* I. pp. 37, 41 e 45.

[43] BARROS, C. In *História a Debate I*. pp. 98 e 99.

[44] FALCON F.J.C. "A Identidade do Historiador". In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº17, pp. 07-30.

[45] LEPETIT, Bernard. *La société comme un tout*. In BARROS, C. (ed), Tomo I, pp. 147-158.

[46] *Idem*, pp. 148-149.

[47] *Idem*, pp. 150-151.

[48] *Idem*, pp. 152-153.

[49] STONE, Lawrence. *The Future of History*. In BARROS, C. (ed.), Tomo I, pp. 177-189.

[50] *Idem*, pp. 179-181.

[51] *Idem*, pp. 182-183.

[52] REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 196; FALCON, F.J.C. *História e Poder*. In Cardoso, C.F. e VAINFAS, R. (orgs) *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 61-90; ARENDT, H. *O que é Política?* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

[53] ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994; BOUDIEU, P. *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel (1989).

[54] BURKE, P. (org). *A Escrita da História*. São Paulo, Unesp, 1992, pp. 07-38; JIMÉNEZ, M. y Palayo, J. A. *Propostas metodológicas para una história cultural del social*, In BARROS, C. (org.), Tomo II, pp. 183-200.

[55] VIEIRA, Liszt, pp. 61-68.

[56] MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento do quotidiano*. Lisboa, Vega, s/d.; GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996.

[57] BANDRILLARD. J. *A Ilusão do Fim, ou a greve dos acontecimentos*. Lisboa, Terramar, s/d., (1992).

[58] LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

[59] HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa, D. Quixote, 1990; *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

[60] BOBBIO, N., pp. 25-84.

[61] *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 10, 1997, pp. 337 –360.

[62] SANTOS, Wanderley G. de *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993; *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas cidades, 1987; *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campos, 1979.

[63] MATTA, Roberto da. *A casa & a Rua*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

[64] VELHO, Otávio. *Besta Fera*. Rio de Janeiro, Relume – Dumaré, 1995.

[65] VELHO, G. e ALVITO, M. V. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.

Historiografia: uma questão de cidadania

Maria de Lourdes Monaco Janotti
Universidade de São Paulo

A complexidade em abordar todos os aspectos e momentos da produção historiográfica, ademais contemplada por importantes balanços, levou-nos a abordar apenas as proposições mais abrangentes no interior dos discursos que se constituíram a partir da década de 60. Dessa forma, escolhemos autores representativos de uma consciência histórica esposada por grupos de intelectuais que influenciaram as produções posteriores. Estão presentes as respostas de historiadores que viveram a Revolução de 30, o Estado Novo, as crises subseqüentes da década de 50, o golpe militar de 64 e seu decepcionante "processo de abertura". Esta vivência impregna as narrativas e os julgamentos emitidos tanto quanto os métodos que utilizaram.

Os historiadores depararam-se com quatro principais conjuntos de explicações formuladas pelos homens que participaram do processo político da implantação da República: as que valorizavam a ação específica dos grupos militares, dos agricultores paulistas, dos castilhistas e dos monarquistas.

Mesmo admitindo matizes e nuanças nas doutrinas liberais, positivistas e monarquistas, esses discursos concentraram-se em discordâncias básicas conceituais: monarquia ou república; presidencialismo ou parlamentarismo; federalismo e limites das atri-

buições do Estado e dos municípios; limites dos poderes executivo, legislativo e judiciário; intervenção do Estado nos mecanismos de mercado[1]. Em última análise, estavam presentes concepções diferentes sobre o direito e os deveres dos cidadãos.

Em linhas gerais, o discurso dos militares, senhores da primeira hora, idealizou a instituição de uma República democrática conduzida pela ditadura nacionalista, tomando como modelo o governo de Floriano Peixoto. Mas esse início auspicioso foi traído pelos republicanos civis paulistas e mineiros, que afastaram o país dos rumos revolucionários, entregando-o submisso aos grupos oligárquicos e ao imperialismo inglês.

O discurso civil, hegemônico até a década de 20, idealizou as conquistas obtidas com os sucessos da implantação do modelo da república liberal e presidencialista. O Partido Republicano Paulista, seu maior porta-voz, com sutileza política reconhecia a importância dos militares nos primeiros momentos, mas priorizava a ação contínua e decisiva da propaganda republicana desde 1870. Identificava-se com o progresso e a modernidade, frutos da dinâmica econômica cafeeira, defendendo a autonomia municipal como um dos esteios da sociedade democrática.

Esse modelo resistiu e racionalizou a defecção de vários republicanos históricos, de defensores da República Parlamentar e de críticos do domínio oligárquico, atribuindo a muitos desses dissidentes o honroso título de "próceres da República", incluindo-os na memória ao excluí-los da arena política. Foi também obrigado a conviver com "a excepcionalidade" sul-riograndense do estado castilhista sem, contudo, nunca aceitá-lo completamente. Durante a Revolução Paulista de 1932, os ressentimentos contra os gaúchos cristalizaram-se em fórmulas retóricas radicais de condenação.

Os republicanos sul-riograndenses, vencedores da Revolução Federalista, idealizaram a concretização da ditadura republicana na prática do governo castilhista. Embora negassem que o positivismo tivesse tido influência decisiva em sua Constituição, seu discurso era

repleto de referências a Auguste Comte. Divergiam da perspectiva militar, principalmente no que tange à participação popular.

Às vésperas da Revolução de 30, momento que alguns consideram, anacronicamente, a adoção dessas diretrizes em nível nacional, João Neves da Fontoura assim se expressava:

> O que caracteriza a obra política de Júlio de Castilhos é que ele era um presidencialista sobre os demais presidencialistas, porque tinha horror à chamada demagogia. Quero dizer que ele não acreditava, (...) como eu não acredito, na chamada soberania do povo, do povo ignorante e amorfo (...)
>
> Que é que se chama ditadura? Para o povo ignorante e amorfo, ditadura é despotismo. (...) Para os homens de estudo, de gabinete, a ditadura é uma forma de Governo, tão ou mais legítima do que todas as outras, porque não só ela haure a sua origem da própria natureza humana, que é, no ponto de vista de pensar e agir, profundamente individualista, senão, também, a ditadura representa uma fórmula aperfeiçoada e nobre de Governo dos povos[2].

Os destituídos do poder, os monarquistas, estruturaram um sólido e coerente discurso de idealização do Império. A publicação, de 1899 a 1901, de artigos sob o nome de *A Década Republicana*, que pretendiam ser uma avaliação "imparcial e judiciosa" sobre a política do Império e os primeiros anos do regime, condensou o pensamento divergente e se constituiu em libelo de todos os alijados do poder, fossem eles monarquistas ou republicanos. Ante os excessos da repressão republicana levantaram a bandeira da cidadania plena que era exercida durante a monarquia.

Toda a crítica que estes oposicionistas desenvolveram sobre os governos militares, a dominação oligárquica, a abolição como responsável pelo fim do Império, a indiferença da população e as excelências da monarquia parlamentar sobre o presidencialismo republicano foi absorvida pelo discurso historiográfico de diferentes orientações teóricas, sendo, contudo, desqualificadas as origens históricas de sua produção, acoimadas de saudosistas e antiprogressistas.

Em 1909, o deputado paulista Júlio Prestes declarava na Assembléia Legislativa: "Estamos legislando para a classe dos agricultores que constitui toda a vida, toda a riqueza, toda a prosperidade do nosso país, que vem honrando nossas tradições, formando a nossa nacionalidade"[3].

A consciência de uma cidadania excludente expressa por Júlio Prestes tornou-se uma questão historiográfica primordial: a hegemonia econômica inconteste de São Paulo identificou a sua história com a história do Brasil do período republicano.

A história do complexo agro-exportador cafeeiro e da industrialização passou a constituir-se em temática privilegiada nas obras de história do Brasil de 1850 até hoje.

Os estudos historiográficos, pelo menos até a Revolução Constitucionalista de 32, tenderam a escamotear o sentido real da história paulista, personificando o estado de São Paulo e transformando-o em sujeito do discurso histórico. Mas a reviravolta dos anos 30, significativamente atestada pelo pensamento de Caio Prado Jr., e a produção acadêmica, a partir da década de 50, desmistificaram o sujeito São Paulo, substituindo-o pelo real conteúdo que ocultava: a história da dominação exercida pelas burguesias agrária e industrial.

Os cientistas sociais, desde então, com absoluta prioridade teórica, foram obrigados a se definir sobre o sistema capitalista que se instaurou no país e, nessa tarefa, utilizaram como ponto referencial o modelo de desenvolvimento da economia paulista. Rejeitando ou não esse modelo, necessitaram pesquisá-lo e compreendê-lo como centro dinâmico do capitalismo brasileiro que, por isso mesmo, se tornou o sujeito subjacente de suas análises. A importância da obra de Celso Furtado avulta entre as demais pela introdução da temática do desenvolvimentismo na historiografia[4].

Contudo, e talvez mesmo devido à necessidade de uma maior precisão teórica, as formas de reprodução do capital em São Paulo ainda são as que mereceram mais atenção dos historiadores da economia.

Enquanto na República Velha o exercício direto do poder pela burguesia agrária cafeeira impôs à historiografia brasileira o estudo de temas em que a história de São Paulo e da elite política paulista são dominantes – republicanismo, política dos governadores, expansão cafeeira, imigração, urbanização, política cambial e financeira –, a mesma relação não se configurou nos períodos subseqüentes, nos quais será reivindicada a ampliação dos direitos de cidadania para outras classes sociais.

Após 30, apesar de não ter exercido diretamente a direção do estado, a burguesia paulista continuou a deter o poder econômico, compartilhado sucessivamente por seus setores agrário, industrial e financeiro. Foi então que a industrialização paulista, camuflada sob o tema abrangente "história da industrialização brasileira", passou a ocupar espaços privilegiados da história econômica nacional, da mesma forma que o operariado paulista tornou-se modelo da luta da classe operária no Brasil.

A revolução de 30 e o Estado Novo propuseram inúmeros problemas teóricos e opções políticas para os historiadores. Tratava-se agora de entender e tomar posição sobre as relações do Estado centralizador e autoritário com os interesses das classes sociais no Brasil. Obras de cultura política como a de Victor Nunes Leal (1949) e históricas como a de José Maria Bello (escrita em 1940 e revista em 1952 e 1956) tornaram-se referenciais no diálogo historiográfico que se lhes seguiu, mesmo que fosse no sentido de contestá-las[5]. Era necessário compreender os motivos do enfraquecimento do Estado liberal, controlado pela burguesia agrária, e o surgimento de um *Estado de compromisso* entre as classes sociais. Dividiram-se as opiniões avolumando-se as interpretações ao questionar-se o novo papel histórico das classes dominantes.

Ao mesmo tempo, como explicar a ampliação da cidadania conquistada pela classe trabalhadora sob a ditadura?

O desenvolvimento do capitalismo e o crescimento do poder da burguesia industrial, conjugados à ampliação das classes médias e do proletariado urbano, tornaram-se categorias explicativas para

a compreensão do populismo e do golpe militar de 1964. Este último, sobretudo, evidenciou de forma mais aguda a exigência de compreender as linhas de força da evolução histórica nacional e a natureza do Estado militar, suscitando polêmicas sobre o estágio do desenvolvimento capitalista sob o Estado militar e sua dimensão classista. Destacaram-se nesse debate Caio Prado Jr. (*A revolução brasileira*), Octávio Ianni (*Estado e planejamento econômico no Brasil 1930/1970*) e Florestan Fernandes (*Revolução burguesa no Brasil*)[6].

É fácil depreender que, dificilmente, se desenvolveria sobre a história paulista um conjunto historiográfico fecundo, baseado em uma visão regionalista e localista, pois as metas da burguesia industrial e financeira, ultrapassando os limites econômico-geográficos da burguesia agrária cafeicultora, se estenderam por todo o território nacional. A identificação de São Paulo com a história da República demonstra o vínculo dialético, e não apenas ideológico, que a história mantém com a historiografia[7].

Muitos trabalhos biográficos sobre figuras republicanas, embora trouxessem a público fontes sobretudo oriundas de acervos particulares, adotaram a perspectiva dos republicanos paulistas e compuseram uma "galeria" original de fundadores da República, na qual se encontram, lado a lado, ex-monarquistas, republicanos e dissidentes[8]. Essa produção prende-se, em grande parte, a uma cultura histórico-política do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de seus congêneres estaduais. Evidentemente, admitindo a circularidade dos bens culturais, a encontraremos também presente em trabalhos das tendências mais conservadoras do meio acadêmico, que se atêm apenas aos aspectos mais aparentes dos acontecimentos políticos.

Contra essa tendência colocaram-se historiadores das décadas de 50 e 60 que investigaram níveis mais profundos das relações estruturais da formação histórica nacional tendo como principal objetivo identificar as dificuldades em se estabelecer um regime democrático no Brasil.

Emília Viotti da Costa publicou em 1964 e 1965, respectivamente, os ensaios "Sobre as origens da República" e "A Proclamação da República" que, além de traçarem um balanço crítico dos trabalhos anteriores, salientam a importância da obra pioneira de Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil e outros estudos* (1933) para o movimento revisionista marxista da historiografia brasileira em curso, no qual ela própria se incluía[9].

Para Caio Prado Jr. as decorrências econômicas da extinção do tráfico, em 1850, seriam o motor progressista que levaria o Império ao seu fim e não os sucessos políticos dos gabinetes. Nesse momento foram dados os primeiros passos para a "modernização" do país e sua inclusão no sistema capitalista internacional, surgindo, então, "uma parte 'progressista' da burguesia nacional, ávida de reformas, e cujos interesses se vinculavam à transformação econômica do país"[10].

Não resta dúvida que a historiadora Emília Viotti da Costa se identificava com esta "nova historiografia", fruto da produção acadêmica que definia seu trabalho pela adoção de critérios científicos e por uma postura ideológica voltada para as classes populares. Reconheceu que a formulação inicial de Caio Prado Jr., desenvolvida em suas obras posteriores, deixava em aberto questões fundamentais a serem pesquisadas:

> referindo-se à inadequação do quadro institucional vigente às novas forças, (Prado) quase nada diz sobre quais eram as forças e como atuavam. Menos ainda sobre quais os grupos interessados na preservação do passado e quais os interessados nas mudanças.

Acrescenta ainda que novos historiadores "procuraram estabelecer a conexão entre a Proclamação da República e as transformações ocorridas na estrutura econômica e social do país no decorrer do Segundo Reinado".

Em seus dois ensaios mencionados, oriundos de pesquisas sobre a escravidão nas áreas cafeeiras, a autora oferece um quadro, até então o mais abrangente, sobre as relações entre as fontes de época e a historiografia dos inícios da República. Não deixou,

contudo, de apontar a necessidade de serem mais bem investigadas as classes sociais do Brasil, sua ideologia e participação nos movimentos políticos, bem como as diversidades e as oposições dentro do seu interior, em momentos específicos. Professava que "o verdadeiro revisionismo da história brasileira será feito a partir do momento em que a pesquisa venha testar as novas teorias" e o historiador, cônscio das amarras que mantém com a sua época, "possa dar enfim às investigações de caráter mais científico, integrando e superando as imagens que os intérpretes da história republicana construíram sucessivamente através do tempo".

Fundamentalmente propunha-se a revisionar a historiografia tradicionalista que não supera a versão oferecida pelos testemunhos dos vencedores e dos vencidos.

Para a autora, o movimento de 89

> resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste paulista e representantes das classes médias urbanas que para obtenção de seus desígnios contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano conservavam entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime (...)

A essência de toda sua análise é o reconhecimento da Revolução de 1930 como fato inaugurador de novo período na história do Brasil e não a Proclamação da República. 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

Vários autores dedicaram-se posteriormente a explorar a temática do sistema de produção colonial e aspectos de sua sobrevivência sob o capitalismo, tornando-se esse tema centro de importantes polêmicas[11].

Foi vital para os historiadores das décadas de 60 e 70, influenciados pelo materialismo dialético, empenhados em participar

da luta pela cidadania instituída em sua própria época, compreenderem os limites das propostas ideológicas de uma revolução burguesa e os insucessos das propostas revolucionárias do proletariado no Brasil. Da mesma forma que para os golpistas de 64 foi vital afastá-los de suas cátedras, encarcerá-los e torturá-los, reconhecendo pela violência da repressão a força renovadora intelectual e política que representavam.

No grande debate do revisionismo, onde se configuraram as diferenças teóricas da esquerda intelectual brasileira sobre a coexistência do modo de produção escravista e feudal no Brasil, seus defensores, Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré, uma das figuras marcantes do ISEB, tiveram considerável influência. Seus livros, objeto de ruidosas controvérsias, repensaram, principalmente, o papel dos militares nas diferentes etapas da revolução burguesa em curso. Partindo da avaliação dos governos e do jacobinismo nos inícios da República, projetaram suas análises para a compreensão do tenentismo, da Revolução de 30 e do golpe de 64, sempre tendo como horizonte a identificação da luta de classes que se travava[12].

O historiador Nelson Werneck Sodré analisou os inícios da República como sendo o momento em que surge a burguesia nacional e se confronta com os proprietários rurais tradicionais imersos nas relações de produção semi-feudais. Os militares, defensores do nacionalismo e da democracia, são por ele identificados como um setor da pequena burguesia ou da classe média, vanguarda na luta contra o latifúndio[13].

Um dos pontos mais discutíveis de sua teoria é sua concepção, reiterada em várias ocasiões, de que um dos traços específicos da formação brasileira foi o aparecimento da pequena burguesia antes mesmo da burguesia propriamente dita. Essa classe, sem projeto político próprio, oscila politicamente entre aspirações populares e burguesas, constituindo-se na ponta de lança dos embates dos quais a burguesia sai vencedora.

Baseado nessa teoria, argumenta ter sido o governo de Floriano altamente positivo porque, além dos interesses da pequena burguesia, defendeu os interesses populares da ganância dos exploradores e do imperialismo europeu. Contestando as fontes monarquistas que execraram o militarismo e o jacobinismo, assim as julga: "vigilância contra os privilégios de classe, o sectarismo era o resguardo das instituições democráticas, e o jacobinismo era a preservação da soberania nacional".

Divergindo dessa perspectiva colocaram-se Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda.

Em 1957 Faoro publicara *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, obra que obteria maior repercussão com sua edição revista de 1975, período em que o autor se empenhou na Ordem dos Advogados do Brasil pela redemocratização do país. Propunha uma teoria do patrimonialismo no Estado Brasileiro, largamente inspirada em Max Weber, na qual o estamento burocrático acima das classes teria exercido o poder mais constante sob o capitalismo orientado.

Discorda do revisionismo marxista na avaliação do papel das forças armadas por admití-las integradas "no estamento condutor, com presença própria no quadro do poder, ostensiva nos momentos de divisão no comando superior, divisão que, na estrutura estamental, conduz à anarquia". Expressão do estamento e não das classes, o Exército fôra um veículo da modernização contraditória que conjugava peças anacrônicas da dominação portuguesa e idéias de vanguarda do capitalismo. Esse processo, baseado no pressuposto da incultura e da incapacidade do povo, gera crises que se manifestam com o nacionalismo do século XIX e o jacobinismo antiluso dos começos da República; dissenções entre a camada dirigente que o sistema controla autoritariamente para não se destruir[14].

As teses de Faoro foram a alternativa ideológica mais consistente para o pensamento liberal na grande crise democrática de 64, assim como ofereceram sustentação para intelectuais que não

se alinhavam às críticas marxistas, imersas na discussão da prática das ações partidárias.

A partir de 1960 começaram a ser publicados os volumes da *História Geral da Civilização Brasileira*, coleção dirigida por Sérgio Buarque de Holanda até o fim do Segundo Reinado e a seguir por Boris Fausto. Como toda obra coletiva, não apresenta homogeneidade entre seus colaboradores, nela se identificando as diversas linhas interpretativas e ideológicas do momento[15].

Entretanto, avulta nesse conjunto e dele se distingue o volume *O Brasil Monárquico* (1972), obra-prima da historiografia brasileira, de autoria exclusiva do historiador Sérgio Buarque de Holanda.

Fruto de cultivada erudição e de profundo diálogo com as fontes, o autor faz sua primeira e definitiva incursão na história política, revendo fontes e interpretações anteriores. Discorda dos que acreditavam ver a emergência e participação de novas classes na conjuntura do final do Império, não reconhecendo na insatisfação militar elementos identificatórios de anseios progressistas de uma pretensa classe média ou da pequena burguesia, para ele inexistentes.

Tampouco atribui às manifestações de rua da época do jacobinismo reivindicações classistas específicas, uma vez que a população urbana do Rio de Janeiro costumava há decênios manifestar seus protestos em praça pública, como bem o havia feito com o imposto do vintém. Mais longe ainda se colocam as posturas de Floriano Peixoto, vistas por muitos como vocação democrática do Exército.

Retomando em detalhes a questão da corporação militar e sua condição de classe, enquanto atividade profissional e não por sua origem civil, o autor detém-se em mostrar os desgastes sofridos pelas relações entre a oficialidade do Exército e os sucessivos gabinetes, desde a Guerra do Paraguai, para ponderar:

Nessas circunstâncias os oficiais militares podem inscrever-se na vanguarda das aspirações populares e figurar como porta-bandeiras dessas aspirações. Não porque agem na qualidade de representantes ou componentes das camadas desfavorecidas, mas porque eles próprios, distanciados como se acham dos donos do

poder, e sujeitos como estão dos caprichos do favoritismo oficial também se sentem desfavorecidos e podem desforrar-se, por si e pelos outros. Ainda aqui é importante frisar que, por oficiais militares, são entendidos, neste caso, principalmente os do exército. A marinha de guerra embora possa ter traços comuns, no que diz respeito à mentalidade militar e ao "espírito de corpo", com o exército, sente-se muito próxima das camadas dirigentes, e menos inclinada a contestar essas camadas.

Em sua concepção não houve sequer peso considerável dos progressistas fazendeiros do café no episódio da queda do regime, pois seu poder somente cresceu posteriormente.

Empreendendo uma análise minuciosa da cultura política brasileira, redimensionou o significado do poder pessoal do imperador, enfraquecido pela participação na causa servil, na queda do regime, pois ele se constituía na única instância decisória sólida, visto que não existia representatividade efetiva eleitoral:

> (...) seria injusto atribuir toda a responsabilidade pela inércia administrativa aos homens que detinham o poder. Grande parte da inércia cabe, sem dúvida, à instabilidade desse poder, que vedava qualquer ação contínua e a longo prazo[16].

A extensa análise de Sérgio Buarque de Holanda estabelece um diálogo oculto peculiar com historiadores e suas fontes. Nesse diálogo a historiografia consiste em fonte ela própria. Mais do que explorar as interpretações oferecidas, o autor examina rigorosamente o seu conteúdo empírico entrelaçando-o com as fontes de época.

Ruptura ou continuidade, revolução ou conciliação foram categorias exploradas pelos historiadores, até pelo menos a década de 80, quando as tendências da "nova história francesa" – críticas da teoria marxista da história – penetraram fortemente no Brasil.

Notam-se sensíveis mudanças ocorridas no interior do discurso acadêmico e a utilização do vocabulário marxiano vai desaparecendo. Assim, os discursos que antes eram denominados de "idéias" não são mais só palavras que expressam interesses, mas práticas faladas, fatos concretos, simultaneamente real e representação.

A atenção do olhar historiográfico em direção ao "discurso popular discordante", abriu um leque de novos objetos de pesquisa, como por exemplo habitação, saúde, lazer, alimentação, costumes, emoções, religiosidade, o saber e o pensamento enquanto prática etc. É sintomática a emergência da palavra cotidiano, quase sempre representando a luta pela sobrevivência dos mais pobres, vista como ato político e estratégia de resistência à dominação que permeia o tecido social. Emergem nesse conjunto da produção atual, e com forte presença, temáticas relacionadas à situação feminina, à situação do menor e à situação dos excluídos[17].

Em seu conjunto a produção historiográfica dos anos 70 e 80, embora profundamente influenciada pela corrente revisionista, mergulhou nas investigações de caráter monográfico, abandonando a história de longa duração. Nesse momento, já solidificada por anos de elaboração, a cultura acadêmica passou a oferecer a face plural do Brasil. Os grandes esquemas teóricos foram testados nas realidades regionais, nos estudos de caso e na abordagem interdisciplinar. Nesse esforço de compreender o país, as categorias por demais abrangentes não resistiram. Poder-se-ia afirmar que o povo e as classes sociais começaram a mostrar sua face, emergindo do processo histórico como indivíduos[18].

Multiplicaram-se as pesquisas nos diversos estados sobre a prática do poder, em seus aspectos conjunturais, estruturais e episódicos, identificando seus conflitos e contradições nas relações das oligarquias regionais, dos partidos políticos, das classes sociais e etnias[19].

A abrangência da esfera do político passou também a ser sondada no universo sociocultural urbano. Estudos localizados na cidade do Rio de Janeiro na passagem do século, como os de Nicolau Sevcenko e José Murilo de Carvalho interrogaram-se sobre as relações das tensões político-sociais entre, respectivamente, a criação cultural e as manifestações populares[20].

Enquanto, anteriormente, os agentes políticos do período – republicanos, jacobinos e monarquistas – foram contemplados

por reflexões de cunho geral da cultura política, agora passaram a constituir-se em objeto específico do conhecimento, ganhando historicidade em seus contornos e distinções[21].

Suely Robles Reis de Queiroz, autora que se dedicou a investigar em profundidade o discurso e a prática do jacobinismo, empreendendo avaliação crítica do tratamento dado pela historiografia ao tema, na qual contempla o intrincamento das diferentes posições, salienta a complexidade desse movimento:

> Identificar o grupo jacobino encerra uma série de dificuldades. A historiografia em geral privilegia os exaltados elementos urbanos que aos gritos de 'mata galegos' perseguiam portugueses pelas ruas do Rio de Janeiro, perturbando a ordem pública. Daí as expressões pejorativas – extremistas, malandros, desordeiros – com que eram apodados.

Mas a leitura das fontes revela muito mais: além de intelectuais, parlamentares e políticos ligados a oligarquias estaduais ou coniventes com elas, a presença ponderável de militares a imprimir suas características particulares ao movimento.

É possível perceber que, não obstante a participação instigadora de civis interessados em utilizar o exército como instrumento de propósitos políticos na continuação de uma prática inaugurada com a República e recorrente no processo histórico brasileiro; não obstante ainda a participação entusiástica de um segmento das camadas médias urbanas, a retórica jacobina é nitidamente castrense.

Nela ressalta um conteúdo já visto no episódio de 15 de novembro e sempre presente em sucessos posteriores, isto é, o conteúdo moralista, reformador e sectário, característico dos eventos de que participam militares[22].

Da mesma forma que os jacobinos, os monarquistas, seus principais inimigos, foram contemplados sob nova ótica. Observava-se, então, que a historiografia, à revelia das próprias fontes republicanas, havia desqualificado seu pensamento e sua ação.

O fato de o movimento monarquista desenvolver-se em consonância com a confrontação dos diferentes projetos de domina-

ção republicana não agiu em seu desfavor. Pelo contrário, possibilitou-lhe atuar, apesar de palidamente, em momentos revolucionários, vitalizando e dando sentido à sua propaganda.

Seus escritores esforçaram-se em negar o envolvimento monarquista em revoltas e conspirações, salientando apenas o vigor da propaganda jornalística realizada: ao movimento reacionário de uma fração da classe dominante convinha mais ser lembrado por suas convicções políticas do que pela prática que empreendera. E com isso, passados os embates mais acirrados com os republicanos, puderam não só desfrutar da consideração que a sua situação de classe lhes conferia, como também ocupar cargos no novo regime. A culpa das violências sofridas por membros do movimento foi atribuída a *exaltados jacobinos*; com isto queriam dizer, a elementos de outras classes sociais e não à nova facção hegemônica, facilitando dessa forma a futura convivência entre rivais políticos que se respeitavam mutuamente. A memória monarquista expurgou tudo o que pudesse lembrar o ativismo do movimento, sendo assim co-responsável pelo seu desaparecimento na historiografia.

O discurso monarquista apresentou uma força incontestada, tanto na época quanto posteriormente. Toda a crítica que desenvolveu sobre os inícios do regime e o seu caráter oligárquico foi absorvida pela historiografia. Muitas das representações monarquistas prevaleceram entre a maioria dos historiadores: a República vista como um golpe militar, a abolição como responsável pelo fim do Império, a violência da dominação oligárquica, a indiferença da população perante o novo regime, as excelências da Monarquia parlamentar sobre o presidencialismo republicano e a importância do poder do imperador[23].

Por ocasião do centenário da proclamação da República, publicações diversas, congressos realizados e depoimentos divulgados atestaram a convivência de posturas historiográficas diametralmente opostas. De fisionomia não acadêmica, a história-memória-nacional reconsagrou as imagens caras aos testemunhos da época,

mostrando a permanência no campo ideológico das questões por eles discutidas. Obras acadêmicas atestaram, principalmente, a pluralidade da atual produção historiográfica, aqui já apontada.

A República Como Fatalidade

Tanto os contemporâneos como a maioria dos historiadores viram o advento da República como uma fatalidade histórica.

A percepção fatalista, utilizada como categoria para a compreensão do passado, baseia-se na inevitabilidade da evolução dos acontecimentos. De modo geral e esquemático, esse discurso articula-se em torno de avaliações conjunturais do final do Império, concluindo que as instituições monárquicas haviam a tal ponto se esclerosado que, dentro dos antigos moldes do poder, não seria possível absorver quaisquer mudanças provenientes da rearticulação das forças econômico-político-sociais. O mundo transformara-se, modernizara-se e o velho regime estava, pelas leis da natureza, ou da ciência – dependendo da formação teórica do autor –, fadado a ser substituído pelo novo, a República:

> À medida que avançamos na evolução do Império a agitação interna vai perdendo em intensidade e as questões externas vão sendo resolvidas (...) a Monarquia realizou e, mais do que isso, preservou a unidade nacional. Mas (...) com isso, terminou a sua missão. Esgotada a seiva que a alimentava a Monarquia acabou se esgotando, perdendo a sua razão de ser. Tanto se dedicou ao problema da unidade que, se não se esqueceu, pelo menos deu muito pouca atenção a outros problemas que agora, resolvido o da unidade, surgiam como os problemas básicos. Referimo-nos ao desenvolvimento econômico, ao estímulo à emigração, à educação pública, às escolas técnicas etc: problemas que a Monarquia não se apresentava em condições de resolvê-los. Daí a Monarquia ter sido abandonada, e daí se explicar a facilidade pela qual ela caiu.
>
> Surgia a República, recebendo como herança os problemas da Monarquia e aos quais vão ser acrescentados os seus próprios problemas[24].

Apesar do discurso historiográfico revestir-se de estilo próprio, acabou por utilizar os mesmos argumentos levantados pelos homens da época para justificar a inviabilidade de um terceiro Reinado.

E não foram simplistas ou ingênuos os políticos da Monarquia. Recorreram várias vezes à documentação de áreas técnicas e econômicas. Mesmo entre os parlamentares mais expressivos do Partido Conservador duvidava-se da concretização de um Terceiro Reinado no Brasil.

A coexistência e as alianças dos partidos tradicionais com o Partido Republicano, a partir de 1870, vinham envoltas por discursos em que a temática da "evolução dos tempos" era constante. Recorria-se ao exemplo do progresso dos Estados Unidos da América do Norte como uma meta a ser atingida. Não foram poucas as vozes que advertiram D. Pedro II do perigo que a abolição seria para a dinastia.

Assim, a explanação fatalista do final do Império e o conseqüente advento, cedo ou tarde, da República, encontra sua origem no próprio momento em que a sociedade se confrontava com seus caminhos. No entanto, enquanto para os contemporâneos a história imediata abria-se em perspectivas e expectativas de um futuro não pré-figurado, para os historiadores o futuro foi visto definitivamente como passado.

A persistência dessas idéias pode ser rastreada em produções de diferentes matizes, tanto nas que privilegiam os fatos como portadores de verdades absolutas, mas também entre os revisionistas da década de 60 e seus seguidores que analisaram as mudanças estruturais do século XIX. Estes viram a República como uma necessária adequação da superestrutura do nível político-administrativo às exigências do modo de produção capitalista, desconsiderando as especificidades contidas nesse processo.

Embora existam diferenças substanciais no percurso explicativo das diferentes interpretações teóricas, o seu discurso acaba por desaguar no mesmo resultado: a única solução para as "crises" do fim da Monarquia só poderia ser a República cafeicultora, prece-

dida da ditadura militar, como foi. Portanto, percebe-se que posições divergentes lidam com os mesmos pontos referenciais, isto é, os fatos consumados. Seria temerário admitir ou recomendar que a historiografia não o fizesse, mas este não é o único ponto. Entre o momento imprevisível e o futuro já mumificado em passado, situa-se a historicidade.

Desse modo, os discursos historiográficos elaboraram uma narrativa lógica e contínua na qual os testemunhos contestadores cederam lugar às nuanças dos triunfadores e os acontecimentos se ajustaram em encadeamentos que não possuíam, adquirindo inatacável coerência.

Surpreende que se tenha constituído um discurso sobre a proclamação da República, onde os conflitos e as divergências foram de tal forma racionalizados que apareceram minimizados ou rotulados de "minúcias", enquanto os testemunhos da época apontam exatamente para o contrário. Esse discurso é de inequívoca eficiência, na medida em que conhece e utiliza as próprias fontes que o contradizem, reduzindo, contudo, o seu significado.

Nos últimos dez anos a produção historiográfica brasileira vem procurando se libertar das determinações fatalistas mas, muitas vezes, equivocadamente fragmentando, no exame da multiplicidade dos seus objetos, a própria abrangência do seu discurso. Ao lado de inegáveis avanços no conhecimento histórico, nota-se em parte dessa produção a tendência de descartar, sem utilizar parâmetros críticos seguros, a valiosa contribuição do revisionismo marxista e da mal denominada "historiografia positivista". Descer ao particular é uma incursão desejável, assim como perceber historicamente o cotidiano, a memória e as manifestações culturais. Entretanto, esses procedimentos exigem um retorno dialético ao geral. Impõe-se uma volta à história da longa duração com o objetivo de redimensionar as descobertas realizadas, e nesse fazer criativo a erudição indubitavelmente assumirá papel primordial.

Notas

[1] BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

[2] FONTOURA, João Neves da. *Discursos parlamentares* (1921-1928). Org. por Carmen Aita, Gunter Axt e Vladimir Araujo. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997, pp.197-198.

[3] 24ª. Seção Ordinária de 13 de set. de 1909. Apud ROSA, Zita de Paula. *A dominação legitimada*. São Paulo/Brasília, Contexto, CNPq, 1990, p.89.

[4] A partir de então, a temática sobre o capitalismo e a organização do espaço regional tornou-se núcleo de um número considerável de publicações: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Difel, 1959 e outras mais; CARDOSO, Fernando Henrique. "Alguns problemas da análise do desenvolvimento. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência". In SERRA, José (coord.). *América Latina*: ensaio de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense-Cebrap, 1976 e *A economia de dependência imperfeita*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1977; CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977; MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

[5] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Revista Forense, 1949 e BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo, Companhia. Editora Nacional, 1952.

[6] SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1962 e *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965; PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966; IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil 1930/1970*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971; FERNANDES, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. Sobre o assunto ver, entre outros: CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo* (1922-1932). São Paulo, Desa Editora, 1965, *A República Velha* (Instituições e classes sociais). São Paulo, Difel, 1970, *A República Velha* (Evolução política). São Paulo, Difel, 1971, *A República Nova* (1930-1937). São Paulo, Difel, 1974, *O tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975 e *O Estado Novo* (1937/1945). Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1976; WEFFORT, Francisco C. *Classes populares e políticas*. Fac. Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1968; artigos de SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político-partidário na Primeira República"; FAUSTO, Boris. "A Revolução de 1930"; SOLA, Lourdes. "O golpe de 37 e o Estado Novo"; BEIGUELMAN, Paula. "O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito". In MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968 e FAUSTO, Bóris. *Pequenos ensaios da História do República*: 1889/1945. São Paulo, Cebrap, 1972.

[7] As idéias aqui expostas tiveram sua primeira versão em JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. "Historiografia, uma questão Regional? São Paulo no período republicano, um exemplo". In SILVA, Marcos A. da (coord.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo/Brasília, Marco Zero/MCT-CNPq, 1990, pp. 86-90.

[8] A título de exemplo ver AMARAL, Antônio Barreto do. *Prudente de Moraes*. Uma vida marcada. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1971; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. Apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro/São Paulo, José Olympio/Ed. Universidade de São Paulo, 1973. 2vols.; DEBES, Célio. *Campos Salles*. Perfil de um estadista. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977 e LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

[9] COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 276, 286, 290 e 326.

[10] PRADO JR., Caio. *op.cit.* 2ªed., São Paulo, Brasiliense, 1957, pp. 86 e 91.

[11] Significativa contribuição são os livros de NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, HUCITEC, 1979; MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979 e GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

[12] BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. Das origens até 1889 (Tentativa de interpretação marxista). Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957 e *História sincera da República de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958; SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*

[13] SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, pp. 174 e 177-98.

[14] FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 2ª ed., Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1975, 2 vols. pp. 739 e 747.

[15] *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1960-1984, III tomos, 11 vols.

[16] HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Do Império à República". In *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Tomo II, vol. 5. São Paulo, Difel, 1972, pp. 346 e 350.

[17] D'ALESSIO, Márcia Mansor e JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. "A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994)". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fund. Getúlio Vargas, vol.9, n°.17, 1996, pp. 123-149.

[18] Não desconhecemos a importância da contribuição de brazilianistas para o estudo do período, apenas o recorte teórico deste artigo não os contempla especificamente. Destacamos os seguintes trabalhos: BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República*. História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1954; STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro, Artenova, 1975; LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975; HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil* (1889-1898). São Paulo, Pioneira, 1975 e "Jacobinos versus galegos. Urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890". In Separata do *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 18, nº 2, may 1976; SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; TOPIK, Steven. "Middle-class brazilian nationalism (1889-1930): from radicalism to reaction". *Social Science Quarterly*, vol. 59, nº 1, jun. 1978 *e A presença do Estado na economia política do Brasil. 1889 a 1930*. Rio de

Janeiro, Record, 1989, tendo este último trabalho uma 1ª. edição publicada nos Estados Unidos em 1987.

[19] As seguintes obras que apresentam balanços historiográficos: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. (Pontos de partida para uma revisão histórica). São Paulo, Ática, 1977; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanismo e Federalismo*. Um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902). Brasília/João Pessoa, Senado Federal/Editora Universitária-UFPa, 1978; DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981; GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. "Primeira república: um balanço historiográfico". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, nº 4, 1989, pp. 244-289 e LAPA, José Roberto do Amaral. "Historiografia da República". In LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *História política da República*. Campinas, Papirus, 1990.

[20] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1983 e CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

[21] PICCOLO, Helga I.L. "A política Rio-grandense no Império"; TRINDADE, Hélgio. "Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937) e PESAVENTO, Sandra Jatahy. "República Velha gaúcha; Estado autoritário e economia". In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs.) *RS: economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979; TRINDADE, Hélgio. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul* 1891-1937. Porto Alegre, Sulina, 1980; CASTRO, Angela Maria de (coord.) *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980; PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado:* 1870-1889. São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1983; WITTER, José Sebastião. Partido político, federalismo e República. São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1984; CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*. Política e poder (1889-1926). São Paulo, Brasiliense, 1987 e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro:* as elites políticas fluminenses na Primeira Republica (1889-1930). Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

[22] QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp.12-13. A respeito ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política" e CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Sociedades e Instituições (1889-1930). t.III, vol. 2, Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977; SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1984 e *A formação do Estado burguês no Brasil* (1888-1891). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

[23] JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp.263-265 *passim*.

[24] JANOTTI, Aldo. "Como e porque terminou a Monarquia brasileira". In *Revista de História*. São Paulo, Ano XXII, vol. XLII, nº 86, 305-34, abr./jun. 1971, pp.333-334.

O mito da cidadania municipal

Michel Zaidan Filho
Universidade Federal de Pernambuco

É na minha, na sua cidade, onde a gente começa a ser feliz (Jingle da campanha eleitoral de 1996 para a prefeitura de Recife)

Introdução: Renascimento Urbano?

Segundo o secretário geral do II Congresso Mundial sobre assentamentos urbanos, Wally N'Dow, "autonomia para poder local", isto é, descentralização e independência das prefeituras para captação de recursos externos e aplicação em programas sociais, é a principal recomendação da ONU para superação da crise urbana neste final de século[1].

Num contexto de fragilização fiscal e tributária do Estado Nacional, mais ainda acentuada pela globalização financeira dos mercados e uma permanente fragmentação geopolítica do território nacional, adverte o secretário de que de nada adianta esperar dos poderes centrais recursos para o financiamento da gestão municipal. Neste sentido, a parceria entre o governo federal, municipal, setor privado e ONGs seria fundamental para as cidades. Afinal, o custo da espera por recursos externos e/ou internos para investimentos em infra-estrutura e serviços públicos seria a vertiginosa concentração demográfica e o acúmulo de tensões e conflitos no espaço das megacidades[2]. Urgiria, portanto, buscar soluções criativas e engenhosas a nível local para enfrentar o desafio do crescimento urbano desordenado.

A relatora do documento brasileiro a ser apresentado no Congresso, a urbanista Marlene Fernandes, escolheu dezoito exemplos de "boas práticas urbanas" entre as quais uma da prefeitura do Recife, a legalização de áreas faveladas, para apresentar no Encontro[3].

O que chama atenção nesse esboço de "um novo contrato social", para usar a expressão do arquiteto George Wilhelms[4], é como padrões de desenvolvimento urbano (e social), modelos de sociabilidade e concepções de justiça social vão sendo alterados como se fosse uma necessidade natural e não o resultado de uma determinada correlação de forças, com vencedores e perdedores. Afinal, é possível falar em novo modelo de desenvolvimento urbano neste fim de século assentado na crise fiscal e no desemprego estrutural? Ou tudo isto não passa de mero exercício de racionalização das tendências de adaptação à crise?

A História do "Modelo"

Segundo o sociólogo urbano José Arlindo Soares[5], a história da gestão democrática e popular no país conheceu três fases: uma primeira a partir de 1985 e a redemocratização, denominada *liberal-democrata*, hegemonizada pelas forças políticas de centro-esquerda. Esta fase seria caracterizada pelo chamado planejamento "compressivo" que incluiria o repúdio dos prefeitos "populares" ao autoritarismo e a mudança na lógica dos investimentos. Ou, por outras palavras, participação popular e inversão de prioridades. É o momento em que se coloca a contradição entre a cidade real, através das demandas da sociedade civil e movimentos populares, e os conhecidos "planos estratégicos" das administrações municipais. Os principais representantes dessa fase seriam Jarbas Vasconcelos, Maria Luiza Fontenele e Roberto Requião. É também uma fase de dificuldades em se articular um projeto de desenvolvimento nos morros do Recife, uma verdadeira revolução nas áreas especiais faveladas e uma descentralização administrativa. O fórum do PREZEIS é o grande saldo institucionalizado desse período.

Elementos da gestão depois incorporados ao documento elaborado pelo então futuro prefeito Olívio Dutra (PT).

A segunda fase da história desse tipo de gestão seria aquela conhecida como *radical-democrata*, que, na prática, se confunde com as experiências exitosas do PT. O nome de Erundina da Silva, em São Paulo, seria uma referência importante. Mas o voluntarismo popular ou o assembleísmo, combatida pela própria prefeita e sua secretária de planejamento, Raquel Rolnik, não permitiram que se fale em modelo.

Uma terceira fase seria aquela denominada por Soares de "ampliação das experiências". Ou seja, como avançar nos mecanismos de participação popular de forma a compatibilizar as reivindicações populares – apresentadas nos fóruns e conselhos – com os chamados "projetos estruturadores" da gestão, quase nunca referendados pelas assembléias populares? Outro ponto importante seria como responder ao desafio do desemprego, em escala municipal, as virtualidades redistributivas ou não do turismo, o terciário moderno, as pequenas e médias empresas familiares etc. Enfim, as dificuldades do gestor municipal para enfrentar as conseqüências do desemprego estrutural. Outro aspecto a considerar seria a compartimentalização do poder público tendo como conseqüência a superação das políticas públicas. Aqui, o modelo é o das conferências municipais, estaduais de educação e saúde. De todo jeito, as políticas urbanas mudancistas dependeriam de coalizões políticas circunstanciais e precisariam ser impactadas de fora para dentro. Isto teria garantido, por exemplo, o sucesso de umas tentativas de reforma e o fracasso de outras (a reforma urbana, por exemplo).

O sociólogo conclui sua periodização, afirmando que *não existe* modelo de gestão participativa, mas canais de participação que urgiria aperfeiçoar em função da baixa conflituosidade dos interesses que eles asseguram e da sua pouca eficácia política.

De toda maneira, descentralização administrativa, inversão de prioridade e novas práticas urbanas seriam conceitos-chaves

para um novo modelo no lugar das políticas urbanísticas de "estetização" e "higienização" do espaço urbano, neste final de século.

Existe um Modelo?

Nossa época vem se caracterizando por um paradoxo fundamental: quanto mais avança o processo o processo de fragmentação geopolítica do Estado-Nação, ganha força renovada o chamado "poder local". Os prefeitos são chamados a participar de fóruns e assembléias internacionais, e as agências multilaterais negociam diretamente com a administração das grandes cidades ambiciosos projetos de financiamento. Existe hoje um processo de integração que não é mais *internacional*, mas *sub* ou *supranacional* (vide blocos regionais e a importância das cidades de porte médio no atual processo de globalização da economia mundial). Assim, como é possível avaliar o significado dessa nova cidadania municipal, interligada pelas infravias da rede mundial de computadores?

Esse movimento, que coincide com a retomada do famoso "desenvolvimento local", popularizou expressões como participação social, descentralização, regionalização do orçamento municipal, municipalização dos serviços públicos, parceria, terceiro setor e coisas do gênero, fazendo a festa das conhecidas "prefeituras governadas pelo povo para o povo" conforme título do livro recente)[6] cujas principais características têm sido: "gerência técnicas" da cidade e a " feitura de obras" num período já nominado por alguns como "pós-ideológico" ou da revolução gerencial[7].

Diante disso, podemos indagar em que consiste este estilo de gestão e quais as suas conseqüências para a reorganização do espaço urbano e a própria cidadania neste final de século.

Aqui é necessário fazer uma distinção precisa entre os princípios ou elementos que constituem a agenda da *reforma urbana,* com a qual várias administrações municipais se identificam, e aquilo que diversos autores, como Marcus André Barreto Campelo, vêm chamando de "hobbesianismo municipal".

Destaquemos alguns princípios dessa agenda: orçamento participativo, políticas sociais (de corte universalista e estruturador), direito de acesso as informações públicas, gestão democrática dos recursos públicos, participação no desenvolvimento urbano e econômico, criação/potenciação de canais de participação, programas de geração de emprego e renda, direito à terra, moradia, saneamento e transporte, serviços de saúde eficaz e acessível a todos e educação pública de qualidade[8].

Na verdade, todo esse ideário pode se resumir a duas palavras-chave: participação social (através de mecanismos democráticos de gestão e/ou social público) e políticas públicas. E este talvez seja o maior desfio para a gestão democrática neste final de século, a par das mudanças na relação do Estado com a sociedade e as mudanças no próprio conceito de cidadania. Afinal, como será a cidade (virtual) do século XXI?

Em maior ou menor grau, as administrações mudancistas incorporam esses princípios: orçamento participativo, conselhos populares como gestores das políticas sociais, programa de renda mínima, municipalização e descentralização das ações de saúde, Banco do Povo, programa de mutirões ou autoconstrução de habitações populares, modelos redistributivos de desenvolvimento urbano, inversão de prioridades no investimento público etc. Talvez o melhor exemplo hoje desse tipo de gestão seja a Prefeitura Municipal de Porto Alegre[9].

Na verdade, a reforma urbana e os estilos de administração democráticas apontam neste final de milênio para um outro modelo de cidadania e ética social. Estamos transitando para um outro modelo de sociedade, onde nem o mercado nem o Estado podem, sozinhos, definir o perfil civilizatório.

Mas ao lado desse último modelo, é preciso considerar agora um outro. Este sim de ampla aceitação e divulgação na mídia impressa e eletrônica do país. É o que se vem chamando de "hobbesianismo municipal", por assentar na ruptura ou quebra das redes clássicas da solidariedade que formam o Estado-Nação,

a classe social, a região etc. Este modelo tem se caracterizado pelo seu aspecto "gerencial", "técnico" no trato de reivindicações pontuais da comunidade, na figura do "tocador de obras", decididas muitas vezes ao talante do prefeito municipal. Elementos básicos deste modelo: renúncia, isenção ou comutação fiscal como estímulo para investimentos privados, terceirização ou privatização acentuada dos serviços públicos, modelo de desenvolvimento assentado no terciário, favorecendo a concentração de renda e barbarizando o trabalho; marketização abusiva de história, tradição e cultura popular como meio de viabilização de negócios fabulosos, simulacro de participação social, através da espetacularização da cena política, privando a sociedade de decidir sobre os chamados "investimentos estruturadores". Exemplos de gestões "despolitizadas e despolitizadoras" que transformam o espaço de participação em mecanismos de cooptação de lideranças comunitárias, banindo a intermediação político-partidária na relação Estado-sociedade. Modelo que acentua a fragilização do Estado e das classes sociais, fragmentando ainda mais o espaço geopolítico da cidade. Modelo cuja ética social está intimamente associada ao individualismo exacerbado, que se transfere em escala crescente para os estados, regiões, e nações, destruindo qualquer possibilidade de projetos integrados de desenvolvimento urbano, regional ou nacional, ou ainda de implementação de políticas públicas. Modelo compatível com a globalização financeira dos mercados e rede eletrônica de informações e o desemprego estrutural. Principais representantes: Antônio Carlos Magalhães, Paulo Maluf e Jarbas Vasconcelos[10].

A Questão da Municipalização da Saúde[11]

Onde, talvez, as ambigüidades e contradições dessa liturgia neo-localista vêm se manifestando de forma exemplar é na discussão e implementação da municipalização das ações de saúde. Enquanto se discute se a gestão é incipiente ou semi-plena ou se os recursos aumentaram ou diminuíram, vai-se processando

silenciosamente uma *reforma sanitária* no país, cujas principais características são:

Em primeiro lugar, a crítica cada vez maior à universalização do atendimento médico. Aqui, o ataque a este modelo clássico se faz em nome dos excluídos sociais, pois, segundo o argumento dos críticos quem se beneficia da presumida universalidade é a classe média ou os incluídos sociais, isto é, aqueles que em tese poderiam custear serviços privados de saúde; mas que preferem transferir para o SUS o ônus deste serviço, através da maior facilidade de acesso ao sistema de saúde. Haveria, assim, que redirecionar os gastos, requalificando direitos, para que os verdadeiramente necessitados pudessem usufruir desses direitos. O problema aí, segundo os estudiosos do sistema único de saúde, é como garantir a população mais carente acessibilidade e complexidade dos serviços médicos. Porquanto, o usuário possível resultante disso seria uma maior oferta (e acesso) de serviços médicos, mas de péssima qualidade. Um tipo de medicina pobre para os pobres.

Um segundo ponto se relaciona com a questão da descentralização ou municipalização dos serviços sanitários. Há muito tempo que a palavra de ordem: todo poder ao poder local "vem sendo repetida como uma panacéia para a péssima gestão dos recursos públicos entre nós. Para os estudiosos, a experiência descentralizadora favoreceria a construção da democracia em nível local e o aprendizado do exercício da cidadania; racionalizaria e diminuiria os gastos com a saúde (combatendo "fraudes, o desperdício e a demora no envio dos recursos"), além de revelar o nível local como espaço privilegiado de construção de novas identidades e sujeitos sociais portadores de direitos[12]. Ou seja, conjugaria universalidade, eqüidade e participação social. O problema é que a festejada reforma descentralizadora pressuporia outro modelo de financiamento da saúde (além da autonomia de gestão e planejamento), sob pena de se transformar numa mera *desconcentração* (maior ônus e nem recursos) administrativa, e o seu

potencial participativo em mero canal de administração ou absorção de tensões localizadas.

Finalmente, uma terceira tendência seria a tercerização dos serviços médicos no país. Tendência, aliás, já posta em prática pelo enorme atendimento suplementar dos hospitais e empresas privadas de saúde que já cobrem 47% dos 32 milhões de brasileiros, apropriando-se de 35% do faturamento da seguridade social. A tercerização dos serviços médicos é a faceta mais evidente da profunda crise do modelo clássico de assistência social. Primeiro, porque desobriga paulatinamente o Estado de prestar serviço de saúde de boa qualidade à população; segundo, pela excludência, pela intermitência e a baixa qualidade de serviços prestados.

Essas tendências, longe de esgotarem a discussão sobre a crise de financiamento ou gerenciamento do SUS, apontam na verdade para uma profunda mudança de valores da própria sociedade em relação à saúde, ou seja, estaríamos transitando daquilo que alguns chamam de uma "bioética" – visão segundo a qual a vida humana é um valor absoluto – para uma "ética da resolutividade", esta mais preocupada com a questão da eficiência, da produtividade e rentabilidade do atendimento médico[13].

Em resumidas contas, como bem anotaram os estudiosos da questão, o que realmente está em pauta é uma *grande reforma sanitária* que venha compatibilizar a política de saúde do país com os ajustes "modernos" preconizados pelo atual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Reforma, aliás, já em curso a despeito da poeira que levantou o debate sobre a aprovação ou não da CPMF.

Notas

[1] Cf. *Folha de S. Paulo*, 04/02/96, pp. 02-03.

[2] *Idem*.

[3] Cf. "Brasil leva 18 boas práticas urbanas". In *Folha de S.Paulo*, 30/01/1996.

[4] Cf. "Istambul: Ajuste econômico ou transição Social". In *Folha de São Paulo*, 30/01/1996, pp. 01-03.

[5] Exposição apresentada pelo doutor José Arlindo Soares na mesa redonda: "Tendências das gestões democráticas, ideário e engenharia política", no seminário Gestão Municipal do Recife, Avaliação e Perspectivas, em 12/08/96.

[6] Cf. LESBEAMPIN, Ivo. *Prefeituras do povo para o povo.* São Paulo, Centro João XXI, Loyola, 1996.

[7] Cf. Depoimento verbal do ex-prefeito Jarbas Vasconcelos à TV Globo, durante campanha eleitoral.

[8] Cf. cartaz de 1996, em Recife: "Reforma Urbana". Articulação Regional Nordeste de Reforma Urbana/Fórum Nordeste de Participação Popular nas Administrações Municipais.

[9] Cf. LIMA, Silva. "A experiência da prefeitura de Porto Alegre". In *Prefeituras do povo para o povo.* p. 121 e JIACOMONI, Janes. "Orçamento participativo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. In *Gestão Contemporânea, Salvador,* Getúlio Vargas, 1996.

[10] Este modelo, bem como a gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos (Recife-PE), foi objeto de inúmeras análises e artigos: Ver ZAIDAN, Michel. "Poder local, gestão municipal e cidadania". In *Política Hoje. vol.* 3, nº 6, 1996. ZAIDAN, Michel. *Discursos parecidos, práticas diferentes.* In *Repente.* "Participação Popular na Construção do Poder Local". nº 2, outubro de 1996. "O Mito da cidadania municipal". In *Diário de Pernambuco,* 22/10/1996. "Ideologias acima de qualquer suspeita". In *Diário de Pernambuco.* "Questão urbana e participação social", exposição apresentada no I Encontro Nacional de Normatização e Legislação Educacional, 19/08/1996, Recife.

[11] Cf. "A Saúde em Questão", exposição apresentada na III Conferência Estadual de Saúde. Centro de Convenções da UFPE, 19 de julho de 1996, na mesa redonda: "A reforma do Estado e os seus reflexos na saúde".

[12] Cf. COHN, Amélia. "Mudanças Econômicas e Políticas de Saúde no Brasil". In *Estado e políticas sociais no neoliberalismo.* São Paulo, Cortez, 1995.

[13] Cf. COSTA, Nilson Rosário, exposição feita na mesa redonda "Política e Saúde Pública no Brasil", 8 de julho de 1996, auditório do Mestrado em Ciência Política.

11

CIDADANIA EM TEMPOS DE CONFLITO



Limites e possibilidades da ação política popular no Baixo Império Romano

Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

Nossa intervenção nesta mesa-redonda que trata da cidadania, da participação popular e da concepção de Estado no mundo greco-romano se fará no sentido de discutir em que medida durante o Dominato, sistema político-ideológico que vigorou em Roma, *grosso modo*, de fins do III século até a desagregação do Império Romano do Ocidente, foi possível às camadas sociais ditas "populares" exercerem algum tipo de ingerência no domínio da política, haja visto o fato de que nesse momento nos encontramos diante de uma monarquia que desqualifica sumariamente a participação de tais segmentos como agentes do processo político. De fato, embora tenhamos conhecimento, por exemplo, de que os *acta populi*, os registros das aclamações e protestos da plebe de Roma reunida no Circo Máximo endereçados ao imperador a cada mês ou por ocasião de distúrbios[1], constituíssem uma via de expressão legítima dos anseios dos pobres da *Urbs*, demonstrando-nos assim que a monarquia não era de todo insensível ao clamor popular, as decisões que porventura fossem tomadas tendo como referência as informações contidas nos *acta* eram de competência exclusiva do *comitatus*, numa relação de unilateralidade que deixava a plebe totalmente à margem da prática política institucional. Em virtude do tempo disponível para exposição, tomaremos como

marco cronológico o século compreendido entre 284 (ascensão de Diocleciano) e 395 (morte de Teodósio). Além disso, por imperativos de ordem documental, centraremos nossa análise nos levantes populares ocorridos nos meios urbanos, sem contudo ignorar o lugar e a importância dos levantes populares de extração rural dentro do século em questão.

Conflito político e levante popular

Em termos conceituais, entendemos por conflito no âmbito desse trabalho "uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e distribuição de recursos" de qualquer natureza, desde a riqueza material até os cargos de confiança no governo do Estado[2]. Dentre as diversas modalidades de conflito possíveis, situa-se o conflito de ordem política, fenômeno que se configura quando observamos a irrupção de diversas atividades "exercidas por um grupo de pessoas ou em nome delas, contra um regime de governo, contra um ou mais de seus líderes, contra sua ideologia, suas políticas, intenção política ou falta de política, ou contra a ação governamental exercida ou intencionada", conforme propõe Zimmermann[3]. Através desse tipo particular de conflito, expresso em termos violentos ou não, é que a sociedade, fragmentada em segmentos com ambições, carências e visões de mundo distintas, expõe aos titulares do poder político as suas reivindicações, pretendendo com isso a redefinição da pauta de atividades governamentais a seu favor.

Nesse sentido, podemos dizer que os levantes populares do IV século d.C., da maneira como se processaram, representam um inequívoco exemplo de conflito político direcionado contra as ações do Estado romano, estabelecendo-se por essa via um canal de interação entre parcelas empobrecidas da sociedade e as autoridades públicas que de outro modo dificilmente poderia se concretizar, haja visto o caráter excludente da monarquia romana, especialmente no Baixo Império. Os levantes, de um modo geral, podem ser definidos como uma forma de protesto de caráter

eminentemente político que possui uma organização não programada, breve e violenta, na qual os propósitos dos revoltosos ou os objetos da sua agressão são especificados de modo muito limitado. O sentido político do levante pode ser considerado um autêntico axioma em virtude da violência implícita na sua definição, pois se aceitarmos que o monopólio da coerção física nas sociedades classistas pertence ao Estado, qualquer atividade paraestatal que recorra ao emprego da força, ameaça diretamente o exercício do poder político pelo Estado e, por extensão, a ordem estabelecida. Embora muitas vezes representem uma ameaça real ao controle que o Estado supõe manter sobre a sociedade pelo fato de irromperem subitamente, surpreendendo assim os responsáveis pela ordem pública (governos, milícias, tribunais), os levantes carecem de uma comunicação estreita entre seus membros que permitam a estes desenvolver ações programadas ao longo do tempo com o intuito de obter o atendimento às suas reivindicações. Na verdade, o que se constata é que seus objetivos possuem um alcance muito limitado, dificilmente aspirando à superação do *status quo*, o que não equivale a dizer que os integrantes de um movimento como esse não tenham consciência das razões que os levaram a se sublevar. Ao se produzir um levante, os seus agentes possuem em geral reivindicações bastante específicas a respeito de um problema com intensidade o suficiente para provocar neles comoção, como o aumento do preço do trigo num contexto de fome generalizada, por exemplo. Contudo, pela forma mesma que se dá tal manifestação, oriunda de uma indignação subjacente que num dado momento se expressa por atos de depredação e insultos contra os representantes da autoridade pública, os insurgentes não costumam apresentar um maior interesse nos motivos pelos quais o preço do trigo foi majorado (embargo de cereais, colheitas deficitárias) nem propostas concretas para a solução definitiva do problema. O que lhes interessa é resolver no momento uma situação que julgam ser intolerável, mesmo que num futuro não muito distante o problema venha

novamente a se manifestar. Carecendo de uma organização preliminar, os levantes são movimentos conduzidos por líderes de ocasião e sustentados pela massa dos descontentes. Sendo assim, dificilmente apresentam um plano de ação, ficando as suas reivindicações ao sabor das circunstâncias, de modo que quanto mais diligente for o Estado em conter os insurgentes, mais facilmente obterá o controle da situação.

No caso específico do IV século, devemos entender por levante popular urbano um tipo de manifestação política produzida e sustentada por facções pertencentes, a princípio, à chamada ordem dos ***humiliores***, a qual abarcava toda a população livre do Império que não possuía condições, seja por critérios de nascimento ou de fortuna, de revestir o ***honor***, o exercício de cargos públicos e que não integrava as milícias imperiais. Desse modo, aqueles que se encontravam inscritos na ordem dos ***humiliores*** estavam, por definição, excluídos da prática política institucional, não sendo sequer encarados como interlocutores por parte do governo, devendo-se mencionar aqui que, de acordo com a concepção romana acerca dos seus opositores, os únicos inimigos formalmente reconhecidos pelo Estado eram os ***hostes***, ou seja, os Estados rivais contra os quais se combatia numa guerra regular (***bellum***). Afora isso, todos aqueles que ameaçavam de alguma forma a ordem pública eram considerados bandidos (***latrones***), ou seja, adversários inferiores e indignos de qualquer deferência[4]. É por essa razão que os levantes populares são classificados por Amiano Marcelino como ***seditionis***, ***moti***, ***tumulti***[5], isto é, agitações inconseqüentes produzidas pela multidão enfurecida que exigem uma ação enérgica por parte das autoridades. Os ***humiliores*** corresponderiam, então, àquelas amplas parcelas da população livre que, embora gozando ainda do estatuto de cidadania (o que em si mesmo não significava muita coisa num mundo em que o soberano já se apresentava como ***dominus***), apareciam em termo jurídicos como opostas aos membros da elite inscritos na ordem dos ***honestiores***. Afirmar, entretanto, que o sentido de popular se es-

gota na definição de *humilior* seria por demais discutível, uma vez que a plebe urbana compreendia, além dos cidadãos romanos inscritos na referida ordem, todo um universo de indivíduos das mais variadas categorias, como os estrangeiros, escravos e infames. Se juridicamente esses estratos se encontravam apartados uns dos outros, na prática se estabeleciam redes de intercâmbio e de solidariedade que os aproximavam, permitindo que em diversas ocasiões se insurgissem coletivamente contra o Estado.

Podemos afirmar que, de um modo geral, o Estado romano do Baixo Império se relacionava com a plebe urbana através de dois procedimentos básicos: 1) exercendo um controle de fato e de direito sobre a facção da plebe que lhe era útil do ponto de vista econômico, isto é, os trabalhadores agrupados nos *collegia*; 2) garantindo o abastecimento regular das cidades como uma forma de evitar a irrupção de conflitos que pudessem ameaçar o *status quo*, haja vista que a aglomeração de indivíduos nos núcleos urbanos foi um processo contínuo ao longo do Império sobre o qual o Estado nunca se pronunciou de maneira eficaz. O atrelamento das associações profissionais (*collegia*) ao Estado se dava fundamentalmente pela concessão de monopólio público a determinados ramos artesanais e comerciais, pela salvaguarda dos estatutos da profissão elaborados por um chefe (*patronus*) e pela isenção dos *collegiati* de alguns impostos, especialmente daqueles pagos em trabalho compulsório (*munera*). Em troca, o *collegium* devia ao Estado uma parcela da sua produção ou a prestação por tempo determinado de algum tipo de serviço específico[6]. Esse atrelamento, tendo se iniciado sob a dinastia dos Severos, foi posteriormente complementado pelos soberanos do III século, no bojo da reformulação do Estado que se instaura como resultado das dificuldades crescentes de gerenciamento do Império.

Sobre a relação do Estado com a plebe urbana, o que se constata é que somente a facção mais abastada e organizada em *collegia* sofreu amiúde, desde os Severos, imposições, restrições e privilégios por parte do governo imperial, ficando amplas par-

celas da população urbana praticamente à margem de qualquer política voltada para a satisfação de suas demandas ou mesmo para a fixação do seu estatuto. Desse modo, para a massa da população ordinária e depauperada que habitava os núcleos urbanos, o que se observa é uma ausência atroz de qualquer política social consistente, além das distribuições periódicas de trigo, vinho e outros produtos aos habitantes de algumas cidades importantes. Na realidade, a plebe urbana, excetuando-se os *collegiati*, era praticamente ignorada nos decretos e rescritos imperiais, justificando-se assim a opção pelo levante até mesmo em situações nas quais os problemas apareciam muito mais como uma possibilidade do que como uma realidade, pois caso não realizasse nenhuma manifestação digna de nota para defender os seus interesses e impor reivindicações é pouco provável que a plebe urbana viesse a ser de outro modo atendida.

As motivações e os procedimentos

Conforme exposto em artigo recente[7], detectamos cinco motivações fundamentais para a irrupção dos levantes populares urbanos:

a) levantes produzidos contra exações julgadas abusivas: o de 306 contra Galério[8]; o de 312, contra Maxêncio[9]; o de 361 contra Jorge da Capadócia, bispo de Alexandria[10]; o de 365 contra Volusiano Lampádio, prefeito de Roma[11]; e o de 387 contra Teodósio[12]. Os exemplos aqui citados demonstram a insatisfação da plebe com a crescente necessidade de recursos por parte do Estado romano o qual, num contexto de aumento progressivo dos gastos de governo, se via em algumas ocasiões forçado a aumentar as suas bases de arrecadação, exigindo uma contribuição da plebe urbana suplementar à *collatio lustrallis*, imposto recolhido a cada cinco anos em ouro ou prata dos comerciantes, artesãos, prostitutas e camponeses que vendiam seus produtos nas cidades[13], o que não deixou de suscitar uma vívida resistência.

b) levantes produzidos em virtude da escassez efetiva ou iminente de trigo: o de 309 ou 310 contra Maxêncio[14]; o de 353, contra o César Galo[15]; o de 360 ou 361 contra Tertúlio, prefeito de Roma[16]; os de 383, sob a

prefeitura de Anício Basso. O que tais levantes nos permitem concluir é a evidência de uma dependência crescente da plebe das cidades mais populosas do Império (Roma, Alexandria, Antioquia, Constantinopla) frente ao sistema de aprovisionamento estatal, o qual no Baixo Império se converte de benefício concedido segundo a *liberalitas* do imperador em dever de Estado.

c) levantes de natureza religiosa: o de 361, contra o bispo de Alexandria, Jorge da Capadócia[17]; o de 362 ou 363, quando os cristão de Cesaréia destruíram o templo da deusa Fortuna[18], acontecimento contemporâneo do levante de Gaza, desta vez perpetrado pelos pagãos contra os cristãos da cidade; e o de 366, opondo os partidários de Dâmaso e Ursino pelo controle da Sé de Roma. Os quatro episódios aqui mencionados se constituem em importantes exemplos de como as querelas religiosas transpõem no IV século o limiar das disputas retóricas de pagãos contra cristãos, ou de ortodoxos contra heterodoxos, e assumem contornos violentos, mobilizando a plebe urbana que toma partido numa polêmica sensível também às esferas governamentais e muitas vezes estimulada pela própria orientação religiosa da monarquia;

d) levantes ocasionados pela falta de vinho: o de 353 ou 354, contra o prefeito de Roma, Mêmio Orfito, e os dois levantes situados entre 356 e 357 contra Leôncio, o qual ocupava na ocasião o mesmo cargo de Orfito[19]. Segundo Chastagnol[20], foi Aureliano o responsável distribuição regular de vinho à cidade de Roma, prática mais tarde regularizada por Diocleciano, quando o sistema de requisições extraídas dos *possessores* italianos encarregados a cada ano de transportar uma certa quantidade do produto à *Urbs* assumiu a sua forma definitiva através da *iugatio-capitatio*. A distribuição de vinho assim regulamentada logo se tornou em Roma tão importante quanto a de trigo, com condições suficientes para suscitar um levante em caso de escassez, como de fato se deu;

e) levantes provocados pela prisão de aurigas: o de 355, contra a prisão do cocheiro Philoromus decretada por Leôncio[21], prefeito da *Urbs* e o de 390, quando o *magister militum* Buterico condenou à morte um popular auriga de Tessalônica. Ambos os levantes nos permitem avaliar o nível de contra-ofensiva desencadeada pela plebe quando da detenção de indivíduos que sem dúvida cumpriam um papel de liderança entre

ela, uma vez que as competições do hipódromo representavam no IV século não apenas o meio favorito de divertimento da plebe, mas freqüentemente uma ocasião para manifestações de caráter político, como acontecia em Roma, onde o Circo Máximo se converteu num espaço de contato oficial entre os habitantes da cidade e autoridades[22].

Na operacionalização dos levantes, a plebe recorreu, em todos os casos detectados, a atos explícitos de violência, o que se coaduna com a definição de levante adotada neste trabalho. De fato, se por levante compreendemos um tipo específico de conflito político que dentre um repertório determinado de variáveis se inclui o recurso à violência sob as suas mais variadas formas, os levantes populares urbanos do IV século não constituem exceção. Assim é que vemos a plebe exercer a violência através de três procedimentos fundamentais: 1) atentando contra a integridade física de representantes do Estado, como se deu em 361, quando o bispo ariano Jorge da Capadócia, o preposto monetário Dracônio e o *comes* Diodoro foram trucidados pela facção pagã de Alexandria, só para citar um dos casos mais importantes; 2) depredando construções públicas e privadas. Em 375, por exemplo, Símaco, o Pai, teve a sua mansão em Trastevéres, um dos bairros de Roma, incendiada, ao passo que em 387 a plebe de Antioquia despedaçou as estátuas do imperador Teodósio e da imperatriz; 3) constrangendo verbal e materialmente os titulares da autoridade pública. Só para citar um exemplo extremo, em 365 o prefeito de Roma, Volusiano Lampádio, além de ter a sua residência incendiada, foi acuado sobre a Ponte Mílvia pela plebe enfurecida.

A REAÇÃO IMPERIAL

Dada a violência subjacente à produção de um levante, este jamais poderia passar despercebido diante do governo imperial, exigindo dos seus titulares um posicionamento imediato a fim de dirimir o foco de conflito instaurado. No espaço de interação entre o governo e a plebe urbana responsável pelo levante, verificamos dois padrões de comportamento possíveis: 1) a repressão mate-

rializada em demonstrações de força explícitas (chacinas, exílios, prisões, castigos corporais) e implícitas (adoção de penas pecuniárias, censura verbal e outras) e aplicadas com um certo comedimento se comparadas a outros conflitos do mesmo período, como as usurpações, as quais foram na sua quase totalidade erradicadas pelo uso ostensivo da força. 2) o diálogo que, surpreendentemente, representou uma alternativa de gerenciamento do conflito quase tão freqüente quanto a repressão. Exemplos de situações nas quais os representantes do Estado assumiram uma posição contemporizadora são o levante de Antioquia de 353, no qual o César Galo apresenta Teófilo aos manifestantes como responsável pela negligência do governo da província em garantir o abastecimento de víveres à cidade, elegendo com isso um bode expiatório para atenuar o ódio dos populares e evitar um acirramento do conflito, estratagema que ao que tudo indica surtiu o efeito desejado[23]; o levante de 359 ou 361, no qual o prefeito Tertúlio, acuado e temendo a fúria costumeira da plebe de Roma, entrega seus filhos a ela num gesto carregado de simbolismo que arrefece os ânimos dos mais exaltados e desmobiliza o movimento[24]; e o levante de 387, novamente em Antioquia, quando Teodósio, visitado por embaixadores procedentes da cidade, recuou na sua determinação de impor à plebe "um castigo proporcional ao seu desmando" e encomendou inclusive a composição de um discurso "Sobre a Reconciliação" para celebrar o término da crise[25].

A repressão, em contrapartida, quando se efetuou, assumiu, em duas ocasiões particulares, um alto grau de violência. Reportamo-nos aqui, em primeiro lugar, ao levante de Roma de 309 ou 310, cuja irrupção foi duramente sufocada por Maxêncio, o qual lançou os pretorianos contra a plebe num confronto que resultou na morte de cerca de seis mil pessoas. E em segundo lugar, ao levante de Tessalônica de 390 que suscitou uma pronta reação de Teodósio, chegando o número de mortos a sete mil[26]. Em outros dois casos, se não verificamos execuções sumárias, nem por isso o Estado se abstém de agir com rigor. No levante de 356-357,

vemos o prefeito da *Urbs*, Leôncio, prender, chicotear publicamente e exilar o suposto líder dos insurgentes, Pedro Valvomero[27] enquanto que no de Cesaréia da Capadócia, Juliano baixou severas medidas contra a cidade, instituindo uma multa para os seus habitantes, exigindo que os clérigos fossem inscritos nas listas de soldados à disposição do governador da província, ordenando que os cristãos e suas famílias fossem excluídos do censo e pagassem tributo, rebaixando a cidade ao estatuto de aldeia e, por fim, condenando os autores da destruição do templo da deusa Fortuna à morte ou ao exílio, determinação que não sabemos se foi rigorosamente cumprida[28].

Afora os casos descritos acima, não constatamos uma determinação férrea do Estado em punir os insurgentes nem muito menos em adotar sanções contra as cidades. A partir dos procedimentos adotados pelo Estado para gerir os conflitos de base popular no IV século, podemos concluir que a tática oficial não era seguramente erradicar a qualquer preço os levantes, o que se deve, em nossa opinião, ao fato de a plebe urbana, dadas as suas dificuldades de arregimentar recursos humanos e materiais capazes de sustentar tanto no tempo quanto no espaço um embate de amplas proporções, não representar uma séria ameaça ao poderio do Estado, pois caso contrário este teria deslocado com a máxima rapidez as suas tropas móveis (*comitatenses*) para o local do levante, o que não vemos ocorrer em nenhum momento. Pelo contrário, o Estado na maioria das vezes procura atender dentro das suas possibilidades os manifestantes, evitando assim o derramamento desnecessário de sangue. Diante dos levantes populares, a preocupação do governo foi, acima de tudo, garantir a ordem sem punir de maneira excessiva a população urbana acuada e sem muitas possibilidades de defesa.

Os levantes rurais

Se para o estudo dos levantes populares urbanos os dados disponíveis se apresentam escassos e dispersos por uma grande variedade de documentos, a situação torna-se ainda mais difícil no que concerne aos levantes rurais. Analisando o repertório de fontes disponíveis para o IV século não encontramos informações suficientes que nos permitissem, nem mesmo recorrendo às mais arrojadas generalizações, identificar variáveis como agentes, interesses, procedimentos e outras. Os autores da época praticamente ignoram o que acontece nas zonas rurais do Império e, quando a elas se referem, o fazem com uma sobriedade discursiva que nos causa um autêntico desconforto, tal o desejo de saber um pouco mais sobre essa imensa população emudecida responsável pela sustentação econômica do Estado romano. Numa das poucas passagens em que detectamos referências sobre a plebe rural e seus movimentos de contestação, o autor se limita a narrar o seguinte:

> Diocleciano, ao saber que após a partida de Carino, Eliano e Amando haviam reunido nas Gálias uma tropa de pastores e bandidos, chamados ***bagaudas*** pelos naturais do país, e que após terem devastado ao longe os campos, eles tentavam penetrar na maior parte das cidades, se apressa a criar imperador Maximiano, seu amigo fiel[29].

Ainda que a carência de dados mais precisos seja um obstáculo até o momento insolúvel, é bem verdade que o silêncio das nossas fontes deve significar algo. Podemos aventar, a princípio, imperativos de ordem geográfica para explicar o motivo pelo qual os autores do IV século silenciam sobre os levantes populares rurais, embora saibamos através de diversos relatos superficiais, como o de Aurélio Vítor supracitado, que tais levantes existiram e assumiram em mais de uma ocasião contornos da maior gravidade. No entanto, arraigados por demais à vida urbana e sem conhecimento exato do que se passava nos cantões do Império, os nossos autores teriam preferido não escrever sobre uma realidade tão obscura para eles, hipótese perfeitamente admis-

sível. Em nossa opinião, entretanto, o silêncio constrangedor que emana dos documentos possui ainda um outro fator condicionante, que é a tentativa de sepultar através da poeira do esquecimento movimentos que, na sua origem, colocavam em risco todo o padrão de distribuição da propriedade fundiária que garantia a manutenção do domínio sociopolítico das elites romanas. De fato, os levantes populares urbanos, a despeito da sua importância pelo fato de terem desafiado o Estado de modo súbito e violento, em nenhum momento sequer preconizaram a alteração do *status quo*, limitando-se a exigir que se cumprissem as suas reivindicações a respeito de tal ou qual assunto em particular. Já os levantes camponeses foram, pelo pouco que sabemos, muito mais ameaçadores para as elites romanas, pois atingiram diretamente o regime de propriedade fundiária, conseguindo inclusive em alguns casos proceder a expropriações[30].

Conclusão

Através do estudo dos levantes populares do IV século, concluímos que a ação política da plebe não pode jamais ser ignorada se desejarmos entender a estrutura e funcionamento do *Dominato*, pois se por um lado eles não representaram nem ao nível da *práxis* nem ao nível das ideologias uma ameaça consistente ao padrão sociopolítico de organização do Estado romano, por outro tiveram o mérito de alertar os poderes públicos acerca da sua condição. Sabemos que Constantino doou terras do patrimônio público para que nelas se construíssem moradias para os pobres. Já Valentiniano, provavelmente em 368, instituiu o cargo de *defensor plebis*, dando a este funcionário a incumbência de denunciar os abusos perpetrados pelos *potentes* contra os *humiliores*. Ao longo de todo o IV século numerosas *mandata* imperiais ordenavam aos governadores de províncias que velassem para que os *humiliores* não fossem vítimas de injustiças e exações arbitrárias, desenvolvendo-se aos poucos um direito especial (*ius singulare*) para o benefício dos incapazes de toda ordem.

Em nossa opinião, a adoção de medidas de caráter social como as aqui mencionadas não resultou do simples despertar de uma consciência filantrópica de ascendência cristã nos círculos de liderança do Império, mas em grande parte das reivindicações coletivas feitas pela plebe através dos levantes populares, quer de natureza urbana ou rural, o que obrigou o Estado a se pronunciar, ainda que timidamente, a favor dos mais pobres. Na prática, todas as medidas visando a beneficiar a plebe não puderam ser implementadas de modo duradouro e eficaz, permanecendo em muitos casos letra morta, como ocorreu com a instituição do *defensor plebis*, que não tardou a cair sob o controle dos *potentes*. Além disso, embora em tese fosse permitido a todo cidadão se dirigir ao imperador, o qual não cessava de estimular essa prática, os custos de uma petição à casa imperial eram muito altos, o que tornava tal procedimento proibitivo para os mais pobres. Casos como esse demonstram o quanto era difícil para a plebe, num contexto de polarização brutal entre ricos e pobres, fazer valer os seus direitos, muitos deles conquistados a duras penas, embora deva-se reconhecer a sua importância como força política no IV século ao se posicionar, de maneira aguerrida e corajosa, contra qualquer ação (ou falta de ação) governamental que julgasse abusiva e desonrosa, razão pela qual, dentre todos os predicados que lhe possamos atribuir, não se inclui seguramente a indolência.

APÊNDICE: OS CICLOS DOS LEVANTES POPULARES URBANOS

I – Levantes da tetrarquia

· Levante de Roma contra contra o pagamento da *capitatio* determinada por Galério (306)

· Levante de Roma contra o corte no abastecimento de trigo por Domício Alexandre, vicário da diocese da África, rival de Maxêncio (309 ou 310)

· Levante de Roma contra a arrecadação suplementar de dinheiro para construções decretada pro Maxêncio (312)

II – Levantes do governo de Constâncio II

· Levante de Antioquia contra a iminência de escassez de trigo sob o César Galo (353)

· Levante de Roma contra a falta de vinho sob a prefeitura de Orfito (353 ou 354)

· Levante de Roma contra a prisão do auriga Philoromus pelo prefeito Leôncio (355)

· Levante de Roma contra a falta de vinho sob a prefeitura de Leôncio (356 ou 357)

· Levante de Roma contra a falta de trigo sob a prefeitura de Tertúlio (entre 359 e 361)

III- Levantes do governo de Juliano

· Levante de Alexandria contra a proposta de Jorge da Capadócia de transferir a renda dos edifícios públicos da cidade para o Erário (361)

· Levante de Cesaréia da Capadócia contra os pagãos, com a destruição do templo da deusa Fortuna (362 ou 363)

· Levante de Gaza contra os cristãos (362 ou 363)

IV- Levantes do governo de Valentiniano

· Levante de Roma contra a extorsão de materiais realizada pelo prefeito Volusiano Lampádio (365)

· Levante dos partidários de Dâmaso e Ursino pela Sé de Roma (362 ou 363)

· Levante de Roma contra Símaco, o Pai, por conta da falta de vinho (375)

V- Levantes dos governos de Graciano e Teodósio

·Levante de Roma contra a falta de trigo sob a prefeitura de Anício Basso (383)

·Levante de Antioquia contra o aumento abusivo de impostos (387)

·Levante de Tessalônica contra a prisão de um popular auriga decretada pelo *magister militum* Buterico (390)

Notas

[1] CHASTAGNOL, A. *La préfecture urbaine a Rome sous le Bas-Empire.* Paris, Presses Universitaires de France,1960, p. 80.

[2] BOBBIO, N. (org.). *Dicionário de Política.* Brasília, Ed. da Unb, 1992, p. 225.

[3] GURR, T. *Manual do conflito político.* Brasília, Ed. da Unb. 1985, p. 195.

[4] SHAW, Brent A. "O bandido". In GIARDINA,1992, p.252.

[5] XIV, VI, 1; XXVII, II.

[6] ELLUL, J. *Historia de las instituciones de la Antiguedad.* Madrid, Aguilar, 1970, p. 414.

[7] SILVA,G. V. da. "Motivações e procedimentos dos levantes populares urbanos no IV século d.C". In *Phoinix*, Rio de Janeiro, 157-168, 1997.

[8] LACTANCIO. *Sobre la muerte de los perseguidores.* Madrid, Gredos, 1982. 26,2-3.

[9] Lact., *op. cit.*, 44,7

[10] Am. Marc., *op. cit.*, XXII, XI

[11] Am. Marc., *op. cit.*, XXVII, III.

[12] ZOSIMO. *Nueva historia.* Madrid, Gredos, 1992, IV, 41,1-3.

[13] STEIN, E. *Histoire du Bas-Empire*. Paris, Desclée du Brower, 1959, p. 176.

[14] Zos. *op. cit.*, II,13; Hist. Ecl. XIV, p. 337.

[15] Am. Marc., *op. cit.*, XIV,VII,5.

[16] Am. Marc., *op. cit.*, XIX,X,1.

[17] Am. Marc., *op. cit.*, XXII,XI.

[18] Soz. V, 4-1 *apud* Juliano II, 125.

[19] Am. Marc., *op. cit.*, XXVII, III.

[20] CHASTAGNOL, 1950, p. 167.

[21] Am. Marc., *op. cit.*, XV,VII,2

[22] CHASTAGNOL, 1960, p. 80.

[23] Am. Marc., *op. cit.*, XIV,VII,6-7.

[24] Am. Marc., *op. cit.*, XIX,X,2-3.

[25] Zos. *op. cit.*, 41,1-3.

[26] STEIN, *op. cit.*, 1959, p. 209.

[27] Am. Marc., *op. cit.*, XV,VII,4-5.

[28] Soz. V,4,1-5 *apud* Juliano, I, 125.

[29] Aur. Vict. *De Caes.*, XXXIX, p. 283.

[30] PASTOR, M. "Consideraciones sobre el caracter social del movimiento bagaudico en la Galia e Hispania a fines del Imperio Romano". In *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo, 1978, p. 206.

As revoltas no século XVII na França e na Inglaterra: a dinâmica de lutas no Antigo Regime

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Universidade Federal de Ouro Preto

O século XVII foi um período de grandes perturbações para a tradicional sociedade da época. Houve diversos episódios de rebeliões envolvendo desde camponeses até a nobreza, em Estados como a França, a Inglaterra, Portugal e Espanha, entre outros. Assim, temos a *Fronda* (guerra civil na França, 1648-1653), quando o Cardeal Mazarino teve de enfrentar sucessivas rebeliões de famílias aristocráticas de províncias distantes até a própria Paris; temos ainda a *Revolução Inglesa* (1642-1649), que dividiu a aristocracia em torno do apoio a um rei com problemas em manter uma unidade religiosa e cujo grande pendor centralista desagradou a boa parte dos membros do Parlamento de Londres. Nesses dois eventos, uma característica comum se apresenta: um derradeiro esforço coletivo de membros influentes das famílias aristocráticas para levantar uma oposição feroz contra a crescente capacidade administrativa do poder centralizado em torno da figura do rei. Em um Estado, esse esforço foi em vão; em outro, foi vitorioso e cada um dos episódios foi decisivo para a posterior configuração institucional da França e da Inglaterra.

O que parece fundamental aqui é a repercussão da estruturação de um aparato administrativo centralizado na sociedade tradicional da época. Ou seja, torna-se necessária a compreensão

de como se processam as relações entre os agentes sociais mobilizados sob o impacto da estruturação desse aparato, com crescentes poderes de intervenção e de gerenciamento dos conflitos entre os mesmos. Assim, a investigação dos canais de intermediação entre os agentes sociais que controlam o aparato administrativo do Estado e os agentes sociais mobilizados em relação a esse aparato assumem uma importância básica. São dois os canais básicos de intermediação: o de *reivindicação*, por meio do qual os agentes mobilizam o aparato administrativo no sentido de atender aos seus interesses ou às suas demandas mais imediatas; e o de *incorporação*, no qual os agentes sociais que controlam o aparato burocrático e administrativo, politicamente centralizado, mobilizam setores da sociedade até então menos privilegiados pela órbita de ação das políticas estatais. Em ambos os casos, há forte tendência para o crescimento do aparato administrativo centralizado, já que crescem as suas atribuições, estimulando o aumento de sua representatividade social.

1. As lutas políticas no Antigo Regime.

O período histórico compreendido entre os séculos XVI a XVIII no Ocidente europeu caracterizou-se, fundamentalmente, por uma significativa transformação nos níveis políticos e administrativos, com decisivas repercussões sobre a estrutura social dos nascentes Estados da época.

A transformação envolveu, basicamente, a demanda por um efetivo controle administrativo e financeiro dos recursos nacionais, centralmente orientada e localizada na esfera estatal[1].

Evidentemente, tal demanda vinculou-se às estratégias de setores articulados nas sociedades européias, que estariam agindo em atenção ao processo de estruturação de um aparato administrativo centralizador. Convém salientar que esse processo não teve um curso linear, no tocante ao crescimento de um poder central soberano; pelo contrário, durante o período assinalado houve resistências movidas por grupos da nobreza territorial. A impor-

tância desse setor social se deve ao controle da maior parte dos recursos materiais e humanos, consubstanciados na propriedade da terra e posse de títulos nobiliárquicos que asseguravam o reconhecimento social de seu poder enquanto grupo constituído[2]. Deve-se concluir que a luta que se seguiu entre os monarcas e a nobreza proprietária de terras foi pelo controle de fato desses recursos, fundamentalmente no tocante à extração de parcelas determinadas do montante produzido pela estrutura econômica das sociedades da época.

Outro setor social de peso determinante para as lutas políticas que ocorreram no período assinalado foi o dos camponeses, uma vez que alojava a maior parte da população européia. Estruturalmente, as sociedades européias da chamada época moderna podem ser classificados como agrárias, isto é, dominadas por relações econômicas e sociais assentadas, majoritariamente, na forma de um "sistema de consumo agrário direto" entre o produtor e o consumidor, segundo a definição clássica de B. H. Slicher Van Bath. Conseqüentemente, omias possuíam um sistema financeiro de trânsito limitado a pequenas praças, sem boa articulação entre si. O baixo volume de transações econômicas, embora suficiente para gerar instabilidades nas relações sociais e econômicas entre setores dos camponeses e da nobreza proprietária, não impediu que o predomínio da estrutura agrária na Europa se prolongasse por um período considerável de séculos[3].

Atentando-se para as transformações econômicas ocorridas no período, importantes caracterizações podem ser delineadas. Basicamente, elas se reportam à esfera da produção, que passou a sofrer uma pressão crescente do consumo, isto é, uma maior demanda por produtos comercializáveis, capacitados à inserção em um mercado de trocas que, à medida que alargava o seu domínio, tornava cada vez mais necessária a presença de um padrão monetário regulador. Evidentemente, esse sistema produtivo influenciou diretamente a estrutura social ligada à sua esfera de atuação, mediante a entrada de padrões novos de conduta social, com

estratégias de ação tanto individualizadas quanto coletivizadas. Conseqüentemente, abriu-se o caminho para a evolução de novos atores sociais, cujo campo de ação e de estratégias inscreveu-se no desenvolvimento afirmativo do mercado de trocas de base monetária. A categoria social mais diretamente relacionada com essas transformações foi a *burguesia*, isto é, um grupo social cuja atividade econômica dirigia-se para o investimento na esfera comercial e produtiva[4].

Finalmente, merece ser destacada a evolução de um outro setor social cuja atuação foi decisiva para a configuração institucional em processo nesse período. O crescimento do aparato administrativo estatal, em curso na Europa Ocidental, com pretensões de domínio efetivo sobre um território delimitado, desenvolveu-se a partir das antigas dinastias reais. Pode-se dizer que este setor, originalmente ligado à nobreza territorial, gradualmente foi desenvolvendo uma lógica de interesses própria, relacionada a um posicionamento distinto nas estruturas políticas e sociais então em curso. Fundamentalmente, esse processo se dirigiu para a constituição de um ator social específico, alojado na estrutura política e administrativa em desenvolvimento em países como a França, Inglaterra, Espanha e Portugal, por exemplo, e que demonstraria uma intenção de domínio territorial e administrativo efetivo, centralizador e, conseqüentemente, soberano[5] (ver Quadro 1).

Havia um potencial significativo de conflitos políticos envolvendo os agentes sociais, notadamente naqueles diretamente referidos com a montagem de um aparato administrativo centralizador em curso nesse período, cuja nascente burocracia tinha como objetivo principal o controle incontestável dos recursos materiais e humanos circunscritos territorialmente. Nesse aspecto, as políticas tributárias – isto é, os meios de aquisição dos recursos econômicos do território e o grau de alcance social da aplicação do fisco – foram fundamentais para a afirmação de um poder soberano sobre os recursos nacionais. Por conseqüência, o potencial de relações políticas entre os agentes sociais acima descritos sofreu

Quadro 1 - Esquema da Sociedade Francesa

Setor Social	Caracterização de tipo estamental	Efeitos do processo de monetarização	Efeitos da burocratização
Camponeses	Sem posse de títulos nobiliárquicos	Fim da servidão; diversificação social (jornaleiros, pequenos proprietários e empresas agrícolas)	Pagadora de tributos e formadora de tropas de guerra
Burguesia mercantil	Acesso restrito aos títulos nobiliárquicos (compra/ renda)	Arrendatária de terras; atividades comerciais e de financiamentos	Pagadora de tributos, mas com possibilidade de isenção; compra de cargos burocráticos
Aristocracia proprietária de terras	Portadora de títulos nobiliárquicos herdados	Arrendamento de suas propriedades; comércio; cargos públicos; tributação local	Isenta de tributos; acesso aos cargos burocráticos
Famílias dinásticas	Portadora de títulos nobiliárquicos; direito à sucessão monárquica	Comércio internacional (mercantilismo); tributação; formação da burocracia; difusão monetária	Fortalecimento das finanças e do poder monárquico; centralização política

uma influência decisiva do desenvolvimento da estrutura burocrática centralizadora, gerando formas de intermediação política que visavam a um maior controle sobre a administração dos recursos. Em outras palavras, assiste-se ao desenvolvimento de negociações políticas orientadas para o controle dos recursos materiais e humanos, o que evidencia a importância de se examinar as formas de negociação concebidas, devido às possibilidades analíticas referentes às estratégias executadas pelos agentes sociais envolvidos neste processo[6].

Pode-se perceber, nesse período, que o desenvolvimento de formas de intermediação política nos Estados burocraticamente centralizados obedeceu a uma lógica política de organização administrativa, relacionada com a maximização dos objetivos estabelecidos na consecução das políticas estatais, especialmente na área tributária. Essa lógica estaria associada à necessidade de garantir a aplicação eficiente daquelas políticas, com as expectativas no tocante ao máximo de adesão a elas, pois o que está em xeque é justamente a capacidade do Estado de extrair os recursos produzidos dentro do país, fundamentais para a sua afirmação enquanto

poder soberano[7]. Evidentemente, quando se fala em Estado, reporta-se à ação de agentes sociais específicos envolvidos diretamente em uma competição pelo controle de fato dos aparatos administrativos e militares que compõem tal estrutura. O nível político situa-se fundamentalmente nessa competição, e a forma como ela se desenvolve determinará a constituição política e institucional do Estado em questão[8].

Por agentes sociais se compreende um grupo de indivíduos que compartilham um conteúdo programático, definidor de estratégias de ação. O conceito refere-se, portanto, às ações práticas possíveis de serem empreendidas coletivamente por um grupo específico de indivíduos situados em um determinado nível da estrutura socioeconômica. Ora, uma possibilidade prática e unificadora, quanto aos objetivos programáticos, facilita o reconhecimento desses indivíduos enquanto grupo social, permitindo o estabelecimento de canais de comunicação entre os diversos grupos assim constituídos, inclusive daqueles situados na estrutura burocratizada do Estado[9]. O desenvolvimento de canais de comunicação entre os grupos, particularmente no que se refere à formulação de estratégias tendo em vista as expectativas de comportamento mutuamente compartilhadas, pode ser entendido como o eixo fundamental por onde transitam as formas específicas de intermediação política entre os agentes sociais alojados *dentro* e *fora* da estrutura estatal.

Conseqüentemente, é possível estabelecer duas formas básicas de evolução de canais intermediadores entre os agentes sociais acima descritos. De um lado, observa-se uma forma fundamentada em estratégias de *reivindicação*, cuja principal característica seria a formulação de políticas de pressão que têm como objetivo o centro político do Estado, o que define desde logo um caráter nítido de confrontação. De outro lado, apresenta-se uma forma baseada em estratégias de *incorporação*, conduzidas pelas políticas geradas de *dentro* do centro político do Estado. Em ambos os casos, é possível estipular um objetivo político comum, fundado

em um princípio de negociação, estimulado mediante a possibilidade de obtenção de um controle efetivo dos recursos econômicos.

A percepção de um objetivo comum às duas formas básicas de intermediação política aponta para um sentido de evolução institucional, qual seja, o do desenvolvimento crescente da administração pública-estatal em sociedades atingidas pelo processo aqui descrito. Independentemente do tipo de constituição política concebida, verifica-se o aumento das atribuições do considerado *poder público*, em função das demandas produzidas pelos agentes sociais, e dirigidas cada vez mais para um espaço de negociação delimitado pela estrutura do Estado. Ou seja, à medida que o Estado centralizado se afirma como o poder administrativo *de fato*, ele canaliza as demandas dos grupos na sociedade, reforçando-se enquanto poder político regulador das relações sociais. Logo, o crescimento do poder do Estado sobre a administração dos recursos nacionais seria conseqüência das estratégias de negociação política dos agentes sociais mobilizados, sendo possível estipular que tal crescimento significaria, para determinados grupos sociais, um resultado não antecipado e muitas vezes indesejado,[10] como as guerras civis na França (a Fronda) e na Inglaterra (a Revolução Inglesa) exemplificam bem.

Por outro lado, a afirmação do Estado como a arena principal de intermediação política dos agentes sociais mobilizados implicaria necessariamente a representação de sua estrutura. Isto porque o Estado, enquanto instituição social, desenvolve as suas estruturas na medida em que os agentes sociais se mobilizem para tal, o que aponta para a necessidade deles estarem presentes na montagem desse aparato. Nessa medida, o aumento de representação política pode ser entendido como mais uma evidência do crescimento do poder público instituído em uma dada sociedade, sendo esse o sentido empregado para a compreensão da dinâmica de evolução institucional[11].

A descrição do processo de crescimento do poder público-estatal acima exposta delimita as formas de intermediação

política entre os agentes sociais, cujas estratégias compartilhariam de um princípio básico e comum, que seria o controle sobre o exercício da administração pública.

As formas de intermediação referem-se, portanto, ao nível de inserção dos grupos sociais na estrutura do Estado, e não em mecanismos políticos baseados em princípios estruturais diferenciados. Nessa medida, supõe-se que as diferentes formas compartilham de um mecanismo político comum no que respeita ao princípio estruturador, que é o da negociação acerca do controle do exercício administrativo do Estado[12].

Conseqüentemente, a caracterização do Estado no período moderno pode ser empreendida de modo abrangente, haja vista a presença de um mecanismo político básico e comum. Especificamente, o mecanismo refere-se à construção de um aparelho administrativo centralizador, concomitante ao reconhecimento *público* de determinados agentes sociais mobilizados, reconhecimento este traduzido em privilégios determinados, que abrangem fundamentalmente o campo econômico, mas com repercussões políticas e sociais, como títulos nobiliárquicos, por exemplo[13].

O estudo da história dos Estados na Europa pode ser mais bem entendido na medida em que são apresentados os elementos constitutivos comuns a eles que seriam, fundamentalmente, a presença de um aparato administrativo centralizador, a caracterização da economia – predominantemente agrária, mas sob um intenso processo de desenvolvimento comercial e produtivo, caracterizado nas políticas ultramarinas – e a estratégia básica presente no exercício de intermediação política entre os agentes sociais e a prática administrativa burocrática, fundamentalmente, as lutas em torno de políticas tributárias, foco central para a análise dos processos de negociação política entre os diferentes grupos sociais do período assinalado.

NOTAS

[1] Um fundamental conjunto de estudos desse tema está em TILLY, Charles (ed). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1975. Para um bom acompanhamento historiográfico, consultar: BARUDIO, Günter. *La época del absolutismo y - la Ylustración, 1648-1779*. México, Siglo XXI, 1986; BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa, Edições 70, 1982; BRAUDEL, Fernand. *Civilization & capitalism, 15th - 18th Century. The wheels of commerce*, vol. 2, New York, Harper & Row publishers, 1982; BRAUDEL, F. *Civilization & capitalism, 15th - 18th century. The perspective of the world*, vol. 3, London, Collins/Fontana Press, 1988; BRAUDEL, F. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. 2 vols. São Paulo, Martins Fontes, 1984; DÜLMEN, Richard van. *Los inicios de la Europa moderna, 1550-1648*. México, Siglo XXI, 1986; MORINEAU, M. *O século XVI, 1492-1610*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980; MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. São Paulo, Difusão Européia de Livro, 1973; PASTOR, REYNA et alii. *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo*. Barcelona, Editorial Crítica, 1984; SABOUL, A. et alii. *La abolición del feudalismo en el mundo occidental*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1979.

[2] A descrição das sociedades erigidas em tal princípio organizativo tem em WEBER, Max. *Economia y sociedad*. 7ª edição, México, Fondo de Cultura Económica, 1984, o texto clássico. Uma obra mais recente e que traz uma boa caracterização dessas sociedades é a de BLUM, Jerome. *The end of the old order in Rural Europe*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1978. Com relação à importância política da nobreza, encontra-se na obra de BENDIX, R. *Kings or people*. Los Angeles, University of California Press, 1978, uma investigação fundamental.

[3] O peso da estrutura agrária nas sociedades da época foi bem demonstrado por MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo, Martins Fontes, 1983. Ver também BLUM. *The end of the old order in Rural Europe*. A passagem citada de Van Bath encontra-se em, BATH, B. H. Slicher van. *História agrária da Europa ocidental, 500-1850*. Lisboa, Edit. Presença, 1984, p.11.

[4] Os textos básicos para o estudo da estrutura econômica da Europa nesse período são: MARX, Karl. *O capital*. 2ª edição, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1985; WEBER, Max. *Historia económica general*. 6ª edição, México, Fondo de Cultura Económica, 1987; CIPOLLA, Carlo M. *História económica da Europa pré-industrial*. Lisboa, Edições 70, 1984. Quanto aos efeitos do desenvolvimento de relações comerciais em uma estrutura agrária, ver: DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977; DOBB et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; destacam-se ainda os trabalhos de BRENNER, Robert. "Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe." In *Past & Present*, n.70, February, 1976, pp. 30-75 e BRENNER, Robert. "The social basis of economic development". In ROEMER, John (ed). *Analytical marxism*. Cambridge, Cambridge University Press; 1986. Merece menção, evidentemente, MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

[5] Os textos fundamentais são: WEBER, Max. *Economía y sociedad*. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor; 1990; e do mesmo, *A sociedade de Corte*. Editorial Estampa, 1987; STRAYER, J. R. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa, Ed. Gradiva, s/d; BENDIX, Reinhard. *Estado nacional y ciudadanía*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974; HESPANHA, A. M. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984; ANDERSON, P. *Linhagens do Estado absolutista*. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1989; e, finalmente, TILLY, C. *The formation of national states in Western Europe*.

[6] A referência básica aqui é a discussão efetuada por BENDIX na introdução de sua obra *Work and authority in industry*. Los Angeles, University of California Press, 1974, especificamente o tratamento dispensado ao mecanismo de sustentação de uma dominação social, cujo princípio assentaria em uma suposta "boa vontade" do dominado. Para o melhor acompanhamento dessa discussão, consultar WEBER, Max. *Economía y sociedad*, em particular a primeira parte. Destaca-se também o artigo de REIS, Elisa M. P. "O Estado Nacional como Ideologia". In *Estudos Históricos n. 2*, São Paulo, Vértice editora, 1988/2, pp. 187-203. Merece destaque também a recente pesquisa sobre a mecânica de negociação política na França do século XVII, efetuada por KETTERING, Sharon. *Patrons, brokers, and clients in Seventeenth-Century France*. New York Oxford, Oxford University Press, 1986, e que segue a linha de pesquisa desenvolvida por BEIK, William. *Absolutism and society in Seventeenth-Ceentury France*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. Para a compreensão básica da questão fiscal, ver ARDANT, Gabriel. "Finance policy and economic infrastructure of modern states and nations". In TILLY, C. *The formation of national states in Western Europe*, pp.164-241.

[7] Segue-se aqui a análise empreendida por ARDANT, Gabriel. "Financial Policy and Economic Infrastructure of Modern States and Nations". In TILLY, C. *The formation of national states in Western Europe*, pp.164-242.

[8] No modelo de análise histórica apresentado por BRAUN, Rudolf. "Taxation, sociopolitical structure, and state-building: Great Britain and - Brandenburg-Prussia". In TILLY, Charles. *The formation of national states in Western Europe*, pp. 243-327, a taxação tem várias funções, como a "Política" definida como: "(...)the character and the degree of political participation of social groups, estates and holders of certains properties". Ele ainda afirma nas pp.247-8: "(...) it is evident that a close connection between the political system and taxation exists."

[9] Para um melhor acompanhamento dessa discussão ver: BENDIX, R. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986; REIS, Elisa P. "Reflexões sobre o Homo Sociologicus". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. II, vol.4, outubro de 1989; MERQUIOR, José G. *Rousseau e Weber*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990; e Schluchter, Wolfgang. *The rise of western rationalism. Max Weber's developmental history*, Berkeley, University of California Press, 1985.

[10] Há pelo menos três obras clássicas nas ciências sociais que sustentam essa hipótese: TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1979; BENDIX, R. *Estado nacional y ciudadanía*, particularmente no capítulo "La Extensión de la Ciudadanía a

las Clases Bajas", pp. 78-104; MARSHAL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1967. Outra discussão que se tornou também clássica nas ciências sociais é a que se refere ao problema dos efeitos não antecipados das ações sociais, feita por BOUDON, Raymond. *Efeitos perversos e ordem social*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1979.

[11] A este respeito, é interessante acompanhar a polêmica envolvendo REIS, Fábio W. e SCHWARTZMAN, Simon, sobre a propriedade de se apoiar os estudos de sociologia eleitoral no modelo de representação política, independente das realidades históricas diversamente concebidas, que poderiam não se adequar analiticamente a um modelo de tipo ocidental. Ver: SCHWARTZMAN, S. "As eleições e o problema institucional (1): estado e sociedade no Brasil"; e REIS, F. W. "As eleições e o problema institucional (2): a revolução é a geral cooptação". In *Dados*, n.14, 1977, pp. 164-200. Ver ainda SCHWARTZMAN, S. "Back to Weber: corporatism and patrimonialism in the Seventies". Paper presented to the Seminar on Corporatism and the Corporate State, University of Pittsburgh, Center for International Studies, april 4-6, 1974.

[12] Nesse aspecto, Sharon KETTERING oferece o modelo de investigação tendo em vista a descrição de tal mecanismo. Ver, especialmente, caps. "One: Patrons and clients" e "Conclusion: nobles, brokers, and statebuilding". In KETTERING, S. *Patrons, brokers, and clients in Seventeenth-Century France.*, pp.12-39 e pp.232-237, respectivamente.

[13] Neste instante se pode adiantar alguns textos básicos dedicados ao estudo do mecanismo das "relações clientelísticas": KETTERING, S. *Patrons, brokers, and clients in Seventeenth-Century France*; POWELL, John Duncan. "Peasant society and clientelist politics". In *The American Political Science Review*, vol. LXIV, n. 2; june 1970, pp.411-425; o clássico brasileiro é: LEAL, Victor - Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5ª edição, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975; e, para um estudo sobre Portugal, GREENFIELD, Sidney M. "The patrimonial state and patron-client relations in Iberia and Latin America Sources of 'The System' in the Fifteenth Century writings of the Infante D. Pedro of Portugal". *Program in Latin American Studies*, University of Massachussets at Amherst (Occasional Papers Series n.1), oct. 1976.

Cidadania e participação política popular na democracia ateniense

Luiz Otávio de Magalhães
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Em um texto voltado para análise da figura do liberto na sociedade romana, Jean Andreau, comentando a célebre passagem da Cena Trimalchionis do *Satyricon* de Petrônio, assim se refere para expressar o grau de intervenção e motivação política dos libertos que fazem companhia ao ilustre anfitrião: as reflexões políticas efetivadas por Trimalchio e seus convidados são reflexões de plebeus, de "pessoas que se servem da política, mas que não fazem política", pessoas estranhas ao círculo restrito dos dirigentes. Estes libertos interessam-se apenas pelo pão e pelos jogos no circo, e avaliam o valor dos magistrados, "tal como faz provavelmente a maior parte dos cidadãos romanos da época", pelo custo dos gladiadores que fazem exibir-se e pela importância das distribuições públicas de bens que permitem[1].

Ao afirmar que os participantes do banquete oferecido por Trimalchio manifestam, em relação às práticas políticas, uma posição de espectadores e consumidores e nunca de produtores ou dirigentes, o autor tem por intenção principal enfatizar o paradoxo inerente à figura dos libertos de Petrônio: embora desfrutando de riquezas materiais comparáveis às das elites senatoriais, esses libertos continuam a apreender a ação política pela ótica inerte das massas. Suas reflexões expressas no simpósio são "reflexões

de plebeus", porque para os plebeus é natural e inerente a postura de "pessoas que se servem da política, mas que não fazem política", ou, ainda, porque para os plebeus, que compõem "a maior parte dos cidadãos romanos da época", as expectativas e demandas impostas à ação política se restringem à oferta regular do pão e do circo. Ricos materialmente como os aristocratas, libertos como Trimalchio continuariam pobres como os plebeus nas arenas políticas nas quais os homens verdadeiramente livres exibiam seu valor.

Este texto tem por objetivo explorar esta imagem, presente nas tradições antigas e freqüentemente manifesta nas próprias reflexões historiográficas, que, tomando como inevitável uma distinção, no mundo da política, entre elite e massa, entre líderes e liderados ou, ainda, em outros termos, entre benfeitores e beneficiados, conduz também à afirmação de uma eterna incapacidade do *demos* ou da plebe em efetivamente exercer o *kratos*, em tomar as rédeas da ação política em suas mãos, em romper com o fato "natural" de que aos pobres cabe se servir e não fazer a política.

Nosso caminho, porém, se desviará da Roma analisada por Andreau e se concentrará nas relações políticas retratadas pelas fontes atenienses do século V a.C., ou seja, em um ambiente histórico e político comumente referido como local de elaboração de normas e padrões de conduta política alicerçadas numa concepção de liberdade e de cidadania marcadas pela afirmação do direito universal de participação na direção dos assuntos comuns.

Na Atenas do século V a participação política popular, ou, noutros termos, a capacidade dos segmentos populares do *demos* em contribuir para as decisões comuns, se concretizava nos vários ambientes institucionais de efetivação das práticas da cidadania: os tribunais, as magistraturas, e, principalmente, a Assembléia. Participação esta que seria, ainda, incentivada pela adoção de medidas como a mistoforia, a utilização do sorteio como mecanismo de indicação dos magistrados públicos, o rodízio permanente entre os ocupantes destas magistraturas etc. Porém, como pretendemos demonstrar, em que pesem estas características atribuídas

à democracia ateniense do século do V, pautadas pela afirmação da presença do demos na direção dos assuntos comuns – que levaram Aristóteles a afirmar que na democracia de seu tempo "as massas são soberanas e não a lei" e que nela "o povo se transforma numa espécie de monarca múltiplo, numa unidade composta de muitos, já que os muitos são soberanos não como indivíduos, mas coletivamente"[2] – prevalece, mesmo neste caso, a hegemonia das imagens que afirmam a ausência do *demos* dos espaços privilegiados de definição e direção dos assuntos da cidadania.

Vejamos, primeiramente, como tal representação aparece em Tucídides. Numa passagem célebre do livro II, em que se preocupa em tecer considerações quanto ao comportamento adotado pela liderança política ateniense na condução da guerra e, ao mesmo tempo, em reafirmar excelência do cálculo previsivo de Péricles, a análise tucidideana em torno do papel das massas na condução da política é, em vários aspectos, esclarecedora. A citação é um tanto longa, mas, em função de nossos objetivos, vale a pena ser transcrita:

> Péricles sobreviveu dois anos e seis meses ao início da guerra; depois de sua morte foi ainda mais admirado pelo *valor de suas previsões quanto à mesma.* De fato, ele havia aconselhado os atenienses a manterem uma política defensiva, a cuidarem de sua frota e a não tentarem aumentar o seu império durante a guerra. Eles, porém, agiram contrariamente a tudo isto e, mais ainda, em assuntos aparentemente alheios à guerra foram levados por ambições pessoais e cobiça a adotar políticas nocivas a si mesmos e aos seus aliados; enquanto produziram bons resultados, tais políticas trouxeram honras e proveito somente a cidadãos isolados, mas quando começaram a fracassar foram altamente prejudiciais a toda a cidade na condução da guerra. A razão do prestígio de Péricles era o fato de sua autoridade resultar da consideração de que gozava e de suas qualidades de espírito, além de uma admirável integridade moral; ele podia conter a multidão sem lhe ameaçar a liberdade, e *conduzí-la ao invés de ser conduzido por ela,* pois não recorria à adulação com o intuito de obter a força por meios menos dignos; ao contrário, baseado no poder que lhe dava a sua alta reputação, era capaz de enfrentar até a cólera popular. Assim, quando via a multidão *injustificadamente* confiante e arrogante, suas palavras a tornavam temerosa, e quando

> ela lhe parecia *irracionalmente* amedrontada, conseguia restaurar-lhe a confiança. Dessa forma Atenas, embora fosse no nome uma democracia, de fato veio a ser governada pelo primeiro de seus cidadãos. Seus sucessores, todavia, *equivalentes uns aos outros mas cada um desejoso de ser o primeiro, procuravam sempre satisfazer aos caprichos do povo e até lhe entregavam a condução do governo.* Por se tratar de uma grande cidade no comando de todo um império, muitos erros resultaram dessa atitude, especialmente a expedição à Sicília (...). Apesar de tudo, mesmo depois do desastre na Sicília, onde perderam não somente seu exército mas também a maior parte de sua frota, e não obstante as dissensões reinantes, os atenienses ainda enfrentaram durante dez anos os inimigos que já tinham, reforçados então pelos sicilianos, mais a maior parte de seus antigos aliados, então revoltados, e logo depois Ciros, filho do Rei, que se juntou aos peloponésios e lhes forneceu dinheiro para a sua frota, e *só foram vencidos por causa das desavenças pessoais entre seus dirigentes* em meio às dissensões internas que os levaram à ruína. Não podiam ter bases mais sólidas as afirmações de Péricles ao tempo de suas previsões no sentido de que sua cidade poderia vencer facilmente a guerra contra os peloponésios sozinhos.[3]

Trata-se de uma passagem voltada precipuamente para análise e fixação do tema da derrota e da ruína de Atenas. Derrota e ruína que são associadas à afirmação de uma ruptura – que teria se verificado logo após o desaparecimento de Péricles – no âmbito da caracterização de sua liderança política.

O capítulo se inicia e conclui afirmando a justeza das previsões e políticas recomendadas por Péricles que apontavam para a vitória ateniense no combate. Mas um fato aparentemente inapelável medeia esta afirmação da excelência do cálculo pericleano: a derrota. É necessário, então, apontar as verdadeiras razões da derrota, identificá-las e denunciá-las de imediato, para que não pairem dúvidas quanto ao alcance das formulações do líder. Cabe, pois, demonstrar que, entre a justa presciência da vitória e o fracasso final efetivado, introduziu-se um elemento novo, estranho, que logrou anular a ampla superioridade dos atenienses: um novo padrão de liderança política.

Qual o papel desempenhado pelas massas, pelo *demos*, na definição deste destino ruinoso da cidade? O *demos*, ou a multidão reunida na Assembléia, é, em Tucídides, por natureza e definição, irracional; sua conduta é motivada por caprichos e marcada por excessos contrários como a arrogância e o temor. E estes excessos se mostram sempre em posição inversa ao que recomendaria uma percepção calculista das situações presentes: explosões de confiança e arrogância nos momentos em que são necessários a cautela e a prevenção, temores irracionais quando a situação exige confiança e audácia.

Porém, apesar desta conduta irracional exibida pelo *demos* quando presente nos fóruns institucionais da cidadania, não são jamais as massas as responsáveis pela definição dos destinos históricos de Atenas, pois, na fórmula sintetizada por Tucídides, os atenienses "só foram vencidos por causa das desavenças pessoais entre seus dirigentes". A definição das ações do Estado, das ações da cidadania, passa, necessariamente, pelo âmbito exclusivo da liderança.

Assim, o apogeu e a ruína de Atenas são explicados através da contraposição entre dois tipos de liderança. Por um lado, a liderança do tipo pericleano, ou liderança que sobrepõe os imperativos da razão sobre os caprichos irracionais das massas. Em outros termos: "A modalidade de liderança pericleana consagra o comando da razão: a inteligência perceptiva que atina as ações apropriadas às necessidades do momento (...), e a inteligência previsiva que dirige a política pelas determinações do cálculo" [4]. Liderança apreendida de forma positiva por sua capacidade de manter suficientemente distanciadas das definições da conduta política da cidade as paixões e os desejos irracionais do *demos* ("ele podia conter a multidão sem lhe ameaçar a liberdade, e conduzi-la ao invés de ser conduzido por ela").

Por outro lado, selando a ruína da cidade, a liderança de tipo demagógico, pela qual a razão, atributo desde sempre inacessível à multidão, deixa de conduzir as ações da cidadania. Em

primeiro lugar, porque à liderança demagógica carece das virtudes essenciais da excelência no cálculo e na racionalidade exigidas para uma condução adequada dos assuntos políticos ("equivalentes uns aos outros"). Assim, desprovidos da brilhante inteligência de um Péricles, os demagogos, ambiciosos em ocupar a proeminência pública ("mas cada um desejoso de ser o primeiro"), viabilizam sua ascensão através da submissão ao desejo das massas ("procuravam sempre satisfazer aos caprichos do povo"). Nas palavras de Francisco Murari Pires, "a direção da política torna-se subserviência ao querer das massas, acolhimento e satisfação de suas inclinações"[5].

O querer das massas: não se trata de uma vontade política de classe, ou de facção, de uma aspiração lúcida e consciente do *demos*. O demagogo não se define por uma ação que favoreça o interesse social ou político do povo, uma vez que nem o povo e nem o demagogo – que apenas expressa as inclinações populares – são aptos a conceber qualquer linha de conduta racional e coerente. O querer das massas resume-se a "caprichos" (*hedonaí*), termo utilizado para delimitar a ação da liderança demagógica no campo oposto ao da razão.

Assim, a imagem tucidideana de uma cidade no comando de todo um império na qual a condução do governo é exercida pelas massas, se resume, na verdade, a uma metáfora utilizada para denunciar um tipo de liderança política especificamente associado à decadência e à ruína da *pólis*. O destino histórico da cidade não é decidido pela ação das massas, vistas como irremediavelmente incapazes de alcançar as virtudes necessárias para um correto exercício da direção do Estado, mas sim pelas atitudes adotadas pela liderança – ou, noutros termos, pelos dirigentes – em face dos desejos irracionais destas massas. Como afirma Jacqueline de Romilly,

> toda a política ateniense se explica pela atitude que adotam os homens de Estado a respeito dos desejos do povo. (...) A ausência de clarividência do povo não é denunciada em si mesma; diria-se

> que ela se constitui em uma evidência. O que realmente se examina é a forma pela qual os homens de Estado a levam em consideração[6].

Outra passagem de Tucídides que igualmente se presta para o exame de um discurso sobre a democracia que, paradoxalmente, elide a questão do poder do *demos*, é o Discurso Fúnebre atribuído a Péricles. Como demonstra Nicole Loraux, este discurso, no qual muitos autores acreditaram reconhecer um *locus* privilegiado de desenvolvimento de uma teoria da democracia no mundo grego antigo, revela-se, em sua tentativa de eximir a democracia ateniense das críticas de seus opositores, como o refúgio do mais puro princípio aristocrático.

Loraux chama a atenção para o fato de que no *epitáphios logos* de Péricles, características essenciais da democracia ateniense que poderiam fornecer a imagem de um *demos* atuante, participativo e soberano nos assuntos do Estado, são ou totalmente ignoradas ou então relegadas a referências marginais na *pólis* e na *politeia* descritas por Péricles. Desta forma, a *isègoria*, princípio fundamental da democracia pois que substancia a noção de igualdade ao indicar o direito de todo cidadão de falar ao povo reunido em assembléia, a mistoforia e o sorteio, práticas essenciais para o acesso do *demos* aos ambientes institucionais de definição das ações comuns, passam completamente ao largo do discurso pericleano. Desta forma, a *demokratía* não é representada, em momento algum do discurso, como afirmação do poder soberano do demos, como o regime que consagra o exercício do poder político pelo povo. Segundo Loraux,

> em vão o leitor procurará no *epitáphios* qualquer menção aos cargos não eletivos, cuja atribuição depende, democraticamente, do sorteio, sem que, contudo, deixem por isto de se constituir num serviço sancionado pela mistoforia; nenhum desenvolvimento é consagrado a este exercício direto e igualitário da cidadania que é a assistência prestada à *ekklesía*, ou à vigilância exercida pelo *démos* soberano sobre seus magistrados, sujeitos a um controle sem indulgências[7].

Esta imagem de uma democracia na qual o *demos* não exerce o poder é marcante em uma passagem específica do Discurso Fúnebre:

> Desfrutamos um regime político que nada inveja as leis de nossos vizinhos; antes somos nós mesmos muito mais modelo para uns do que imitamos outros. Pelo nome, *em razão da administração estar voltada não para poucos mas para a maioria, chama-se democracia;* agora, pelo que cabe efetivamente a cada cidadão: em conformidade com as leis, *há igualdade para todos no tocante aos litígios privados,* mas, em conformidade com o apreço, na medida em que cada um obtenha boa reputação por algo, *não é pela classe mais do que por mérito que se dá preferência para os cargos públicos, e nem, inversamente, pela pobreza que alguém, entretanto capaz de fazer algo de bom para a cidade, é impedido pela obscuridade de sua condição.*[8]

Democracia, portanto, neste discurso, antes do que um regime no qual o poder é exercido pelo povo, aparece como um tipo peculiar de *politeia* no qual as ações administrativas são direcionadas no sentido de atender aos interesses da maioria e não àqueles do pequeno número. O *demos*, portanto, "aparece mais como beneficiário do regime do que como povo soberano"[9]. Mas a seqüência final da citação nos parece ainda mais reveladora. Ao afirmar que a pobreza não deve se constituir em obstáculo para a ocupação dos cargos públicos, o discurso de Péricles parece estar afirmando um princípio fundamental da democracia ateniense: a recusa ao absenteísmo político, a asseveração de que o regime se constrói através da participação de todos nos assuntos da *pólis*. Porém, a obscuridade de condição não deve se constituir em óbice à ação política apenas em relação aos indivíduos que, malgrado sua pobreza, são, entretanto, capazes "de fazer algo de bom para a cidade". O poder não deve ser exercido por todos, mas apenas por aqueles que exibem as virtudes necessárias para tal atividade. Como aponta com precisão Francisco Murari, a igualdade afirmada pelo *epitáphios* pericleano somente é absoluta, "*para todos*", no âmbito exclusivo do privado ("há igualdade para todos no tocante

aos litígios privados"); já no respeitante à direção dos assuntos do Estado, a igualdade se apresenta "em conformidade com o apreço", com a consideração social distintiva construída por cada cidadão, privilegiando, portanto, a excelência, a *areté* – princípio essencial do governo exercido por uma elite – como determinante para o acesso e o exercício da iniciativa política. "Na democracia predomina, para a definição da direção estatal, a identidade qualitativa que diferencia singularmente cada indivíduo, não podendo, pois, a identidade de pertinência à categoria social sobrepor-se a ela"[10]. Assim, no próprio discurso do líder a quem diversas tradições atribuem as iniciativas políticas que tornaram possível o acesso mais generalizado às magistraturas, o *demos* continua a figurar como consumidor, beneficiário e não soberano do regime.

Um outro texto que merece ser analisado quando inquirimos sobre as imagens elaboradas para retratar o *demos* ateniense do século V é a comédia *Cavaleiros*, de Aristófanes.

Numerosos autores acreditaram encontrar nos personagens de *Cavaleiros* – líderes ou candidatos a líderes políticos caracterizados como indivíduos de baixa condição material e cultural, oriundos dos setores economicamente mais humildes do corpo dos cidadãos – uma perfeita demonstração do processo de ascensão do *demos* ateniense às instâncias da direção estatal. Entendendo como inevitável, na democracia ateniense, a continuidade da distinção entre líderes e liderados, entre dirigentes e beneficiários do regime, estes autores visualizam a força do *demos* soberano através do surgimento de um "novo tipo de líder", emergindo diretamente das profundezas humildes e anônimas das massas. Nas palavras de E. Walker,

> pouco antes da eclosão da Guerra do Peloponeso, um novo tipo de líder surge em cena. Ele é de origem humilde (um comerciante ou um artesão) e nunca exerceu o cargo de general. (...) Era de se esperar que chegaria uma época em que o 'povo' desejasse ser *guiado por aqueles que eram eles também, homens do povo*[11].

Maria de Fátima Sousa e Silva, na apresentação de sua tradução de *Cavaleiros*, ao procurar correlacionar o conteúdo da peça com o contexto político e social do momento de sua produção, afirma:

> durante os anos em que a guerra do Peloponeso assolou a Hélade, um novo tipo de político surgiu em Atenas. É das classes mais humildes, ocupadas no comércio e indústria (...) que saem as figuras públicas que sucedem a Péricles. Êucrates, Lísicles, Cléon e Hipérbolo são os representantes que o povo escolheu, *dentro de si próprio*, para orientar o seu voto[12].

A percepção do demagogo como dedicado aos ofícios da ágora fixou-se tão profundamente na historiografia moderna – retomando a representação da demagogia presente em *Cavaleiros* – que se tornou um lugar-comum a identificação nominal deste novos líderes acompanhada pela indicação de seus respectivos objetos de *métier*:

> (...) homens "novos" aparecem na cena política, que retiram seus rendimentos de atividades artesanais depreciadas (como Cléon, o curtumeiro, Hipérbolo, o fabricante de lamparinas, e Cleofon, o mercador de liras).[13]
>
> Eram chefes deste grupo *figuras saídas do povo*, industriais do Pireu, novos ricos ambiciosos de poder, tais como Eucrates, o mercador de estopa, Cleão, o curtidor de couros, Lísicles, o vendedor de carneiros e Hipérbolo, o fabricante de lâmpadas. [14]

Porém, numerosos problemas podem ser colocados em oposição a esta tradição historiográfica que tende a encarar os curtumeiros, mercadores de lâmpadas e de garrafões de Aristófanes como mero registro informativo da identidade social dos líderes que serviram de alvo para a invectiva cômica do poeta.

Em primeiro lugar, várias evidências legadas pela Antigüidade apontam para a necessidade de se questionar esta representação cômica que faz de figuras como Cléon e Hipérbolo líderes recém-emergentes, *parvenus* nas arenas políticas atenienses. Cléon, o curtumeiro malcheiroso de *Cavaleiros*, exerceu, no ano de 426 (portanto dois anos antes da produção da peça de Aristófanes), a

magistratura de *hellènotamías*, responsável pela gestão das somas arrecadas, como tributo, junto aos aliados de Atenas, magistratura esta que era reservada exclusivamente à classe soloniana dos *pentakosiomedmnoi*[15]. Segundo Édouard Will, Cléon era não apenas rico, mas também proprietário de terras, entendendo que a magistratura de *stratégia*, exercida por Cléon em 424, era reservada àqueles que possuíam propriedade fundiária na Ática[16]. Além disso, no verso 225 da peça, o escoliasta afirma que Cléon, em sua juventude, integrara o corpo dos *hippeis* que, para muitos autores, constitui-se na representação suprema da elite econômica de Atenas[17]. Por fim, um outro registro contribui para dissipar a imagem aristofânica de Cléon como indivíduo malcheiroso, miserável e ignorante. O nome de um certo Clêeneto é mencionado, em algumas listas, como *choregos* nos anos de 460 e 459[18] e a maior parte dos estudiosos, hoje, concorda em se tratar do mesmo Clêeneto citado nos escólios do verso 44 de *Cavaleiros* como pai de Cléon. Significa, portanto, que, ao menos uma geração antes de Cléon, sua família já desfrutava de recursos suficientes para dissipá-los à maneira dos aristocratas tradicionais de Atenas.

Evidências semelhantes podem ser apontadas para questionar a representação das origens sociais atribuídas por Aristófanes a outras lideranças políticas, como Hipérbolo, Dítrefes, Cleofon, entre outras. Hipérbolo, que é referido em *Paz* e *Nuvens* como fabricante de lâmpadas (*lykhnopoiós*)[19], atingiu, assim como Cléon, a magistratura de *stratégia*, o que pressupõe, como já adiantamos, sua condição de proprietário de bens fundiários. Dítrefes, atacado em Aves como um inescrupuloso mercador de garrafões, "um tipo que veio do nada e que agora está entre os grandes"[20], também pertencia a uma família bem estabelecida em Atenas. Como demonstra Connor, ao recompor a árvore genealógica deste personagem, seu avô, também Dítrefes, já era um político conhecido em torno de 460, quando seu nome aparece em um *ostrakon*. Além disso, duas figuras da geração anterior de

Dítrefes, Hermolycos e Nicostratos, pai e tio do político satirizado por Aristófanes, também deixaram registrados atos e procedimentos típicos das famílias tradicionais atenienses. O primeiro se mostrou rico o suficiente para empregar um dos melhores escultores da época para dedicar uma estátua a um famoso ancestral. O segundo alcançou o generalato durante a Guerra do Peloponeso, tendo morrido em Mantineia em 418[21].

Portanto, verificamos vários registros que apontam para a necessidade de esvaziar a concretude histórica da representação aristofânica que faz da Atenas pós-Péricles o ambiente de ascensão de líderes autenticamente populares em direção ao comando das ações do Estado. Mas, então, como interpretar tal representação?

Ste. Croix acredita que figuras como Cléon, Hipérbolo ou Cleofon eram, realmente, ligadas às atividades da ágora, mas não da forma sugerida por *Cavaleiros*, pessoalmente envolvidos nos negócios profissionais e educados segundo os ensinamentos correntes nas ruas e nos mercados. Para Ste. Croix, "deixar escravos trabalhando sob a supervisão de um administrador (que poderia ser um escravo ou um liberto) e viver em propriedades agrárias onde desfrutavam do estilo de vida de um gentleman" era algo muito diferente da participação pessoal no comércio ou na indústria. E esta seria, precisamente, "a situação de proeminentes políticos atenienses dos séculos V e IV, como Cléon, Cleofon e Anito, que foram satirizados por Aristófanes e outros poetas cômicos como curtumeiros, vendedores de couro, sapateiros, fabricantes de potes, vendedores de gado e fabricante de liras"[22]. Assim, obtendo suas riquezas e chegando a desfrutar do estilo de vida aristocrático graças ao trabalho braçal de escravos empregados fora das atividades agrárias, a condição social de Cléon ou Hipérbolo não diferiria, por exemplo, da de Nícias, nome jamais citado como de origem popular e que, segundo Plutarco, tinha sua riqueza oriunda do trabalho de escravos nas minas da Ática[23]. De qualquer forma, admitindo o estilo de vida aristocrático destes líderes, invalida-se a idéia de uma liderança política forjada dire-

tamente nas condições de vida e entre as expectativas e demandas das massas populares.

Porém, a representação aristofânica que aponta para uma liderança originada entre os *phauloi* pode, ainda, ser encarada a partir de uma outra perspectiva. É necessário lembrar que o ataque e o escárnio contra as celebridades, e sobretudo contra as celebridades políticas de Atenas, se constituía em uma convenção firmemente estabelecida na Comédia enquanto gênero poético específico. Lançar o ridículo sobre indivíduos notórios e politicamente influentes era, para o poeta cômico, motivo de jactância, como atestam as parábases de *Vespas* e *Paz*[24]. Utilizando os termos de S. Byl, "o ataque às personalidades em maior evidência de Atenas se inscreve em uma tradição que remonta, sem dúvida, às origens da comédia e não apresenta, verdadeiramente, intenção hostil"[25]. Desta forma, a representação das origens vis e da atividade comerciante do demagogo aristofânico pode ser encarada como um insulto dirigido pelo poeta contra o líder político do momento. O escárnio contra Cléon, então, não se restringiria, em *Cavaleiros*, à representação da ação demagógica ou aos traços de caráter atribuídos ao líder demagogo, mas incluiria, principalmente, a identidade social a ele imputada. Na verdade, referindo-se aos alvos de suas invectivas como comerciantes, o poeta não tem por intenção informar a origem econômico-social da liderança política, mas sim compor e precisar o seu caráter, indicando sua infâmia, baixeza e vilania.

Neste sentido, ao fazer de Cléon um infame mercador de couros, Aristófanes tinha em mente cumprir o objetivo essencial da comédia: a elaboração de um *psógos*, de uma invectiva que se mostrasse, ao mesmo tempo, risível e poderosa. E o vigor demonstrado por esta invectiva levou-a a se tornar corriqueira no conjunto das peças cômicas do último quartel do século V, ajudando a compor uma espécie de padrão cômico de representação dos políticos da época. Como afirma Heath,

> a leitura dos fragmentos cômicos dá a impressão de que havia um elenco ou repertório comum de material cômico: tudo o que fosse

> colocado em cena numa comédia tornava-se propriedade pública e era absorvido pelo repertório[26].

Neste sentido, se, ao situar no *demos* a origem social do líder demagogo, a intenção do dramaturgo é de insultar e escarnecer uma dada liderança política, então, o que o texto nos revela, longe de ser o registro da ascensão popular à direção dos assuntos comuns, é, uma vez mais, a persistência das imagens que associam o demos à incapacidade, à inabilidade, à ausência das virtudes requeridas para uma condução adequada das questões da cidadania.

A representação cômica da identidade comerciante destes novos líderes poderia se prestar, ainda, a mais uma interpretação. Representando a ágora – hábitat do *demos* e espaço urbano por excelência – como a escola de todos os vícios e infâmias que orientam a ação demagógica, Aristófanes parece situar a origem, a causa da ascendência desta liderança incapaz na predominância alcançada por este ambiente urbano na condução dos assuntos da *pólis*. A demagogia, face decadente e ruinosa da democracia, seria, então, apreendida como resultado da condução política imposta pelo ambiente urbano da *pólis*, ambiente este que encontra na ágora a sua forma mais perfeita de representação. Assim, atribuindo a identidade de comerciante aos líderes políticos desta democracia comandada por seus setores urbanos, os poetas cômicos revestiriam seus personagens com o caráter correspondente e verossímil à baixeza e infâmia das ações adotadas por este regime. A figura cômica do demagogo comerciante representaria, então, uma espécie de metáfora da imagem de um regime em que predominariam as aspirações e desejos de seus habitantes estabelecidos em seu perímetro urbano, gravitando em torno da ágora e do Pireu. Poderíamos, então, vislumbrar, finalmente, a imagem de um regime afirmado na soberania política popular.

Porém, quais são estes desejos e aspirações exibidos pelo *demos* ateniense de acordo com o texto aristofânico? Ora, estas demandas são orientadas justamente para reforçar a imagem de um *demos* estritamente consumidor. O eixo central da comédia

Cavaleiros passa por uma disputa entre os rivais curtumeiro e salsicheiro pelo controle de Demos. Nessa disputa, o personagem Salsicheiro acaba por alcançar a proeminência junto a Demos oferecendo-lhe, além de várias iguarias para saciar o apetite insaciável desta personagem que representa o povo de Atenas, brindes como uma almofada, para que o Demos usufrua do conforto de aliviar seu traseiro sempre assentado nas pedras duras da Pnix[27]; um par de sandálias, para proteger os pés do povo, expostos ao frio e aos caminhos íngremes e pedregosos de Atenas [28]; uma túnica para aliviá-lo das agruras do inverno[29]; um ungüento terapêutico, para que este trate suas pequenas feridas e arranhões que exibe nas canelas[30]; e, por fim, um rabo de lebre para que o velho mantenha seus olhos sempre limpos e enxutos[31].

A eficácia da ação sedutora do demagogo sobre Demos exige que o primeiro conheça o caráter do segundo, que identifique os bens que o agradam e interessam. Neste sentido, as ofertas do Salsicheiro ajudam a compor a percepção aristofânica da figura e dos modos de ser de Demos: um indivíduo incapaz de apreender as profundas dimensões da ação política, incapaz de exibir expectativas que ultrapassem o estreito limite da satisfação de pequenos caprichos particulares. Além de tudo, um indivíduo caracterizado pela languidez e pela moleza corpórea, que procura sempre escapar aos rigores da vida natural. O Demos aristofânico de *Cavaleiros* aparece como o oposto dos velhos e virtuosos *Marathònomákhoi*, representados em *Acarnenses* por uma série de adjetivos que sugerem a força, robustez, firmeza e resistência física: *stiptoi*, *príninoi*, *aterámones*, *sphendámninoi*[32].

Frente aos bens de interesse privado oferecidos a Demos pelo Salsicheiro, a perspetiva de ganhos de caráter público ou de discussão dos assuntos comuns não despertam o menor interesse. Para o *demos* representado na comédia, a longa e dura guerra travada com os lacedemônios não merece qualquer preocupação, desde que as sardinhas estejam a bom preço no mercado[33]. E a mistoforia, mecanismo institucional que poderia ser apreendido

como fundamental para o exercício efetivo da ação política popular, é também representada de forma a se situar nos limites estreitos dos interesses de consumo privado do *demos*, transformada em mera oportunidade para que este sacie seus apetites e gulas. Assim, como se fosse uma iguaria, o Paflagão/curtumeiro promete a Demos arranjar um prato de salário (*misthós*) para que este o devore[34]. Ao povo-consumidor, colocado na impossibilidade de traçar suas próprias condutas políticas, restaria apenas a liberdade de ensejar um tipo de liderança que o fizesse pastar a ração de dádivas que lhe são oferecidas, em contrapartida, por esta liderança.

Poder-se-ia, talvez, argumentar que a persistência com que, mesmo na democracia ateniense, se conduz esta operação de desqualificação, de negação da capacidade política do *demos*, é resultado e constatação de uma certa inevitabilidade histórica e social, pela qual se estabelece que somente indivíduos dotados de certos requisitos – como riqueza, lazer e influência – são capazes de efetivamente ocupar os espaços públicos de definição das ações do Estado. Como afirma Connor:

> como hoje, a política grega era mais fácil de ser seguida pelos ricos do que pelos pobres, e a crescente complexidade dos negócios públicos, somada à necessidade cada vez maior de profissionalismo, no final do século V, deve, presumivelmente, ter excluído de uma carreira política séria qualquer indivíduo que não tivesse um tempo abundante de lazer[35].

Porém, a verdadeira questão, nos parece, não é a de questionar a evidência de que mesmo regimes democráticos como o corrente na Atenas do século V não dispensam, para o seu funcionamento, a distinção entre líderes e liderados. O que discutimos são os efeitos de uma ideologia que apreende a sociedade distinguindo e privilegiando exclusivamente os seus "produtores" face àqueles que não o são. Uma ideologia que se nega a admitir qualquer característica criativa e criadora fora do âmbito exclusivo da liderança estatal. Como afirmou recentemente Michel de Certeau,

ao efetuar sua crítica à representação do consumidor na sociedade contemporânea, trata-se de enfrentar a ideologia do consumo-receptáculo, pela qual "a eficácia da produção implica a inércia do consumo" e, a partir daí, construir a "chance de descobrir uma atividade criadora ali onde foi negada"[36].

Notas

[1] ANDREAU, Jean. "O liberto". In GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa, Presença, 1992, p. 160.

[2] ARISTÓTELES. *A Política*, 1292 a 5-10.

[3] TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, II. 65.

Citação conforme tradução de Mário da Gama Kury.

[4] PIRES, Francisco Murari. "A razão da democracia e a astúcia da demagogia". In CARDOSO, Z.A. (org). *Mito, religião e sociedade*. São Paulo, SBEC, 1991, p. 437. Este artigo que apresento tem, aliás, uma grande dívida intelectual para com Francisco Murari Pires, pois se apóia, em grande parte, nas reflexões e análises desenvolvidas durante o curso de mestrado que realizei na USP entre 1991 e 1996, período no qual pude desfrutar do privilégio de contar com a orientação sempre profícua do referido professor.

[5] PIRES, F. M. *op. cit.*, p. 437.

[6] ROMILLY, Jacqueline de. *Problèmes de la démocratie grecque*. Paris, Hermann, 1975.

[7] LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, p. 198.

[8] TUCÍDIDES, *op. cit.*, II. 37.1. Citação conforme tradução de Francisco Murari Pires. In PIRES, F. M. *op. cit.*, p. 434.

[9] LORAUX, Nicole. *op. cit.*, p. 198.

[10] PIRES, Francisco Murari. *op. cit.*, p. 435.

[11] WALKER, E. "The Periclean Democracy". In *The Cambridge Ancient History*. Cambridge, The Cambridge University Press, 1953, vol. V, pp. 106-107.

[12] SOUSA E SILVA, M. de F. "Introdução". In ARISTÓFANES. *Os cavaleiros*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, p. 24

[13] MOSSÉ, Claude. *Dictionnaire de la civilisation grecque*. Bruxelles, Complexe, 1992, pp. 143-144.

[14] STARZYNSKI, Gilda M. R. "Aristófanes e Cleão". *Boletim de Estudos Clássicos*, nº 1, 1956, p. 113.

[15] Ver RENAUD, Raymond. "Le démagogue Cléon." In *Les Études Classiques*, vol. XLI, nº 2, 1973 p. 182.

[16] WILL, E. "Un nouvel essai d'interprétation de l'Athènaiôn Politeia pseudo-xénophontique". In *Revue des Études Grecques*, vol. XCI, 1978, p. 90.

[17] Sobre as notas dos escoliastas em torno da origem social de Cléon, ver CARAWAN, E.M. "The five talents Cleon coughed up (Schol. Ar. Ach. 6)". *Classical*

Quarterly, vol.XL , nº 1, 1990, pp. 141-142 e, ainda, CONNOR, W. R. *The new politicians of fifth-century Athens*. Reprint. Indianapolis/Cambridge, Hackett Publishing Company, 1992, p. 152, especialmente nota 32.

[18] Cf. RENAUD, Raymond. *op. cit.*, p. 182.

[19] *Paz*, v. 690; *Nuvens*, v. 1065.

[20] *Aves*, vv. 798-800.

[21] CONNOR, W.R. *op. cit.*, pp. 156-158.

[22] STE. CROIX, G.E.M. *The class struggle in the ancient Greek World*. Londres, Duckworth, 1981, pp.124-125.

[23] *Vida de Nícias*, 4.

[24] Ver *Vespas*, vv. 1029-1030; *Paz*, vv. 751-752.

[25] BYL, S. "La comédie d'Aristophane: un jeu de massacre". *Les Études Classiques*, vol. LIX, nº 1, 1989, pp. 113-114.

[26] HEATH, Malcolm. "Aristophanes and his rivals". *Greece & Rome*, vol. XXXVII, nº 2, 1990, p. 152.

[27] *Cavaleiros*, v. 784.

[28] *Cavaleiros*, v. 872.

[29] *Cavaleiros*, vv. 881-ss.

[30] *Cavaleiros*, v. 906.

[31] *Cavaleiros*, v. 909.

[32] *Acarnenses*, vv. 180-181.

[33] *Cavaleiros*, vv. 671-673.

[34] *Cavaleiros*, v. 905.

[35] CONNOR, W.R. *op. cit.*, p. 153.

[36] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 262.

O ensandecido Seixa. Usurpação e jurisdição: conflitos intra-autoridades nas Minas setecentistas

Carla Anastasia
Universidade Federal de Minas Gerais

> Estes indivíduos (os ouvidores), ordinariamente levantados do pó da terra e sempre vindos para semelhantes lugares por primeira ou segunda instância, vão bebendo uns dos outros máximas de independência totalmente incompatíveis com a boa ordem social. Ao mesmo tempo que a sua jurisdição se não deve contemplar mais que na pura distribuição da justiça e que as suas expedições não devem ser mais que em matérias judiciais, eles se intrometem na administração política que não pode pertencer mais que aos governadores, arrogando-se, cada um na sua comarca, uma autoridade sem limite, afetando uma total independência dos governadores a quem nunca dão outro nome mais que o de General para assim designarem que eles não têm outra inspeção que não seja a da tropa, desconhecendo, ou tendo por irrisórias, as palavras expressas das patentes com que Sua Majestade nos honra em que manda às justiças nos obedeçam como a seus governadores (...) Daqui nasce a desordem que precisamente há de existir em um corpo sem cabeça.
> (D. Rodrigo José de Menezes, 1781)

A longa citação se justifica na medida em que explicita um dos conflitos mais usuais nas Minas setecentistas: as disputas entre governadores e ouvidores em razão dos comportamentos nem sempre ortodoxos destes últimos. Esses conflitos iniciaram-se tão logo se organizou administrativamente a região e foram constantes ao longo de todo o século XVIII.

Neste trabalho, trato do comportamento muito pouco ortodoxo de Joaquim Manoel de Seixas Abranches, ouvidor da comarca do Serro Frio entre 1779 e 1783. Para tanto, inicio com comentário sobre a administração das Minas, marcada pela indisciplina dos funcionários reais e pela falta de sintonia na atuação das autoridades metropolitanas. Não se trata de constatar, o que já foi feito em diversas oportunidades, a administração iníqua de alguns dos funcionários reais ou as relações que se estabeleceram entre eles e os "homens bons"[1], senão de analisar as dificuldades de se manter a previsibilidade da ordem político-social na Capitania, em razão dos constantes conflitos de competência entre o oficialato e entre este e o poder eclesiástico, bem como dos enfrentamentos entre magistrados e a população da Capitania. A viabilidade da manutenção de uma certa previsibilidade da ordem político-social nas Minas dependeu, entre outras coisas, da existência de consenso entre os magistrados em torno das políticas determinadas pela Coroa para a Capitania. É verdade que a indisciplina e o descompasso na ação dessas autoridades não foram os únicos responsáveis pela imprevisibilidade da ordem social na Capitania. Mas, sem dúvida, estes são dois dos elementos que contribuíram para a generalizada desordem, o sem número de conflitos e levantamentos da população e as dificuldades da Coroa em submeter os povos da região mineradora.

A questão central que pretendo discutir é a da dificuldade da manutenção do equilíbrio social pretendido para as Minas, que é, sem dúvida, resultado da autonomização da burocracia.

Apesar da forma pouco consensual com que a historiografia tem tratado a política colonizadora e a administração portuguesas, o sucesso na imposição da ordem pública nas Minas setecentistas e a eficácia do aparelho burocrático repressivo e fiscalizador na região estão sempre presentes. Raymundo Faoro é o expoente máximo desta posição[2]. Para esse autor, o Estado penetrou em todas as atividades coloniais, que acabaram por ficar à mercê dos interesses fiscais da Coroa. O sucesso dos desígnios metropolita-

nos deveu-se ao cargo, que domesticou as "turbulências dispersas", levando à submissão ao soberano. O rei, por seus delegados e governadores, dominou tanto as vontades rebeldes quanto as dissimuladas.

Faoro distingue o detentor do cargo público, que tinha investidura formal e regimento, daquele que exercia a função pública, o agente por delegação. Não obstante a distinção, calcada na natureza do vínculo – permanente e formal no primeiro, transitório e informal no segundo –, para ele, em ambos pulsava a centralização, "capaz de mobilizar recursos e executar a política mercantil". A função pública, a que ambos estavam vinculados, congregaria, reuniria e dominaria a economia. Assim, não apenas os funcionários leais ao rei pela hierarquia seriam responsáveis pela eficácia administrativa na Colônia, mas o seriam também aqueles funcionários que "não sabiam que (atuavam) sob a vontade do rei, que os (domava), (disciplinava) e lhes (infundia) o cunho de colaboradores submissos"[3].

Enfim, para Faoro, a força integradora que neutralizou as energias e rebeldias na Colônia foi a camada dos fiéis agentes do rei e dos seus funcionários.

Caio Prado Júnior, em que pesem as afirmações apresentadas em *Evolução política do Brasil,* relativiza consideravelmente em *Formação do Brasil contemporâneo* a tese de Faoro[4]. Ressalta, neste último, o espírito indisciplinador que solapava a autoridade pública, cujos poderes, muitas vezes, foram anulados por essa indisciplina e desobediência sistemáticas[5]. Mas se refere, sem dúvida, à indisciplina da população colonial, não à dos funcionários reais. Da administração metropolitana enfatiza outros traços negativos: a falta de organização, a incapacidade, a negligência e a inércia.

Francisco Iglésias é, sem dúvida, o historiador que apresenta a análise da administração metropolitana nas Minas de forma mais "realista", se é que podemos nos expressar assim[6]. Para o autor, embora o Estado português tenha saído vitorioso na sua luta para impor a ordem e garantir a arrecadação dos tributos, a partir da

crescente centralização e fortalecimento das autoridades, a tese não dispensa relativismo. Iglésias reconhece a "impossibilidade do exercício pleno do poder" metropolitano nas Minas, exteriorizada nos conflitos entre os governadores e funcionários, agentes do fisco e da justiça, funcionários e clero.

Apesar dessa constatação, Iglésias afirma concordar em "linhas gerais" com a posição de Faoro. E o faz por compartilhar da idéia de que fundamental para a análise da administração colonial no século XVIII é o "sentido geral configurador da política que afirma o poder público mais do que o particular". Este princípio é ponto importante na análise das condições políticas do Brasil. Isto porque, através dele, se quer buscar no passado colonial algo como uma essência da sociedade e da política brasileiras, qual seja, a do predomínio secular do Estado sobre a sociedade[7].

Concordamos com Fábio Wanderley Reis que, mesmo na colônia, o Estado nem sempre prevaleceu sobre a sociedade, uma vez que o aparato burocrático, "a despeito dos desígnios monolíticos" da Metrópole, foi levado, em seu esforço para suplantar as forças desagregadoras em atuação (por exemplo, nas Minas) a um grau de fragmentação que comprometeu seriamente a possibilidade da ação unitária e disciplinada, "tornando-se o próprio aparato burocrático uma *nova fonte* de focos locais de poder"[8].

Essa idéia está presente na análise de Oliveira Vianna. Segundo Vianna, esses "centros de autoridade local, subordinados em tese ao governo geral da Capitania, acabam, porém, tornando-se praticamente autônomos, perfeitamente independentes do poder central, encarnado na alta autoridade do capitão-general"[9]. Este é um ponto que, sem dúvidas, deve ser considerado nas análises sobre o Estado e a sociedade no Brasil.

Laura de Mello e Souza, em "As redes do poder", capítulo do livro *Desclassificados do ouro* em que analisa a administração colonial nas Minas, buscou fundir as perspectivas de Faoro e Caio Prado Júnior. Acreditamos que o ponto fundamental que devemos extrair do seu texto é a afirmação de que a justiça foi uma das

facetas do poder que contribuiu de forma mais decisiva para a manutenção do sistema colonial. Segundo Souza, a violência, a coerção e a arbitrariedade estiveram sempre presentes e definiram o caráter da aplicação da justiça nas Minas.

A possibilidade da generalização na Capitania destas características perversas da aplicação da justiça residiu na independência e autonomia dos magistrados em face dos governadores, em especial dos ouvidores e capitães-mores das Ordenanças[10]. A questão relevada pela autora não é a da autonomização da burocracia, mas antes a da iniqüidade de suas decisões. Além disso, a perversidade da atuação dos funcionários reais não teria se constituído em fator de desequilíbrio mas, ao contrário, teria sido importante para a garantia da previsibilidade da ordem social.

Com base na fragilidade do papel dos potentados nas Minas, e portanto da pequena significação do patriarcalismo, em razão da "presença marcante do Estado, (dos) olhos vigilantes do fisco, (da) violência da justiça", Souza conclui que a população mineira ficou à mercê do Estado, pela ausência de um poder que intermediasse a sua relação com a administração metropolitana. Segundo a autora, a região mineradora "foi envolvida por uma verdadeira rede de que faziam parte o aparelho administrativo, a justiça e o fisco". Finalmente, essa rede foi capaz de capturar a classe dominante das Minas e os camaristas, amendrontados ante a ameaça dos quilombolas, das desordens e crimes dos desclassificados[11].

Acreditamos que é possível discutir em que medida se deu a concretização dos desígnios metropolitanos para as Minas a partir do desempenho do oficialato nesta região.

Segundo António Manuel Hespanha, o tratamento do corpo de funcionários como um fato relevante do ponto de vista da análise do poder político é recente nos estudos históricos[12].

Por influência da teoria política liberal, a burocracia não foi considerada um centro autônomo de poder, mas apenas mais um dos elementos característicos do poder de Estado que a racionalidade burocrática trataria de colocar a serviço do inter-

esse geral. A burocracia aparece em muitas das análises políticas como um dos graus de estatidade (ou seja, do processo de construção do Estado moderno) – o da diferenciação do poder – que se tornou mais ou menos importante em virtude da maior ou menor extensão de áreas críticas na sociedade civil em que precisou atuar[13].

Na perspectiva de Marx, ao contrário por exemplo de Hegel e Weber, o corpo dos funcionários tem a capacidade de desenvolver uma estratégia própria[14]. Não obstante a diferença de princípios, Merton e Michels caminharam nesta mesma direção[15]. Segundo Merton, a ação burocrática apresenta uma *disfuncionalidade vis à vis* dos centros de poder que ela pretensamente deveria servir. Michels, por sua vez, aponta para um deslocamento dos objetivos da ação burocrática com a conseqüente usurpação do poder de Estado. Nessa medida, a burocracia pode tornar-se um centro autônomo de poder, embora nem sempre este seja explicitado.

Tratando-se de Portugal na época moderna, podemos afirmar que a administração da Coroa foi, por excelência, a área de ação do poder do príncipe, do poder do Estado, enfim.

Segundo Subtil, desde o século XVI já se podiam identificar grandes zonas de atuação dos agentes da Coroa, como a justiça, a fazenda e a milícia[16]. Mas essa classificação não significava senão o resultado de uma tipologia "mais funda" dos atos do governo que decorria das imagens do rei e das correspondentes representações sobre os fins das suas atribuições. Aos vários corpos que coexistiam no rei aplicavam-se várias imagens e a cada uma delas atribuíam-se certas funções e prerrogativas. A primeira e mais fundamental atribuição do rei era a de fazer justiça, ou seja garantir os equilíbrios sociais estabelecidos e tutelados pelo direito.

Na concepção medieval, a garantia dos equilíbrios sociais visava à ordenação do corpo social e à conseqüente salvação de suas almas. Na Idade Moderna, da garantia dos equilíbrios sociais

decorreria ainda a ordenação social, mas, em conseqüência, não resultaria mais a salvação, senão a paz.

Na impossibilidade de cumprir sozinho tal atribuição – a de fazer justiça – o príncipe delegou o exercício da justiça aos seus ministros, oficiais letrados. No Estado Moderno, com a delegação do poder do rei ao oficialato, a justiça desvinculou-se do corpo sagrado do rei, ficando ultrapassada a idéia da justiça somente como a da resolução de conflitos de interesse. A justiça passou a integrar algumas das prerrogativas que poderíamos considerar adstritas à "administração ativa" – o poder de editar leis, de punir criminosos, de impor impostos, entre outros. Assim, com a afirmação progressiva de outras áreas do governo (especialmente da política) algumas dessas atribuições se desligaram da imagem do rei de "senhor da justiça e da paz". Contudo, acredita Subtil que "até muito tarde, a vinculação ao modelo de agir jurisdicional não foi fundamentalmente abalada"[17]. Ou seja, no campo simbólico a imagem do rei "senhor da justiça e da paz" permaneceu[18].

Não obstante esta permanência no campo do simbólico, por ter o estatuto destes oficiais lhes atribuido uma extensa liberdade de decisão, acabou por tornar deles o poder do rei. Podemos afirmar que, em razão da liberdade decisória destes magistrados, conferida pelos seus estatutos, foi possível ao corpo de funcionários reais tornar-se, muitas vezes, um centro autônomo de poder. José Subtil critica a historiografia portuguesa por ter reiterado o papel decisivo cumprido pelos magistrados e oficiais para o fortalecimento do poder real. A posição de Subtil é reforçada pela análise de Hespanha, que afirma terem estes funcionários estabelecido uma rede de solidariedades e cumplicidades que em nada contribuiu para fortalecer o poder do rei. Ressalta ainda que a burocracia portuguesa possuía uma grande autonomia jurisdicional e pode exercer suas atividades sem mecanismos efetivos de controle por parte da Coroa[19].

Em se tratando da administração na colônia, a autonomização da magistratura é tanto mais reiterada quanto mais grave.

Assim, partindo da premissa de que a disfuncionalidade da atuação do corpo dos funcionários reais impedia a manutenção dos equilíbrios sociais pretendidos, na colônia, onde as dificuldades de manter tais equilíbrios eram maiores, a disfunção e/ou autonomização da burocracia comprometeu indubitavelmente a previsibilidade da ordem social, ao contrário do que têm afirmado muitos trabalhos sobre a administração da colônia. Senão vejamos.

Em 1722, o então governador da Capitania, D. Lourenço de Almeida, apontava para as dificuldades de enfrentar os ministros de Sua Majestade. Afirmava ao rei que o desassossego e as revoltas que eclodiam em Minas derivavam, no mais das vezes, do comportamento das autoridades metropolitanas que "não (obedeciam) porque (diziam) que não (eram) súditos dos governadores". O governador solicitava ao soberano instruções precisas sobre como proceder com os ministros, em especial nas matérias alheias à jurisdição ordinária de sentenciarem feitos. Nas palavras de D. Lourenço de Almeida, "os povos lhe requeriam que lhes (acudisse) a estas violências" e ele não lhes podia valer "por não ter coação nenhuma contra os Ouvidores", porque no mesmo capítulo 17 do seu regimento "lhes ordenava (Sua) Majestade que podiam emprazar para Lisboa o Governador ou Capitão-Mor que os quisesse prender". Como o governador nada podia fazer além de prestar contas ao rei destes desserviços, "os povos (padeciam) e se (amotinavam) por desesperados, como sucedera várias vezes"[20]. Informava o governador ao soberano que "pelas vexações dos ouvidores se tem feito todos os motins nestas Minas". Na Vila de Sabará, o ouvidor Luiz Botelho de Queiroz havia liderado um motim contra D. Brás Baltasar da Silveira porque o governador "queria estabelecer os quintos de (Sua) Majestade nas bateias, o que parece não convinha ao dito ministro". O ouvidor Martinho Vieira fora um dos principais responsáveis pelos ânimos acirrados na revolta de 1720 em Vila Rica. Outro motim ocorrera em Sabará, no governo de D. Lourenço de Almeida, contra o ouvidor Joseph de Sousa Valdes "por ele querer por conveniências suas fazer um

estanque de carnes"[21]. O mesmo ouvidor Valdes envolveu-se em uma disputa com o seu antecessor Bernardo Pereira de Gusmão, que acabou expulso de Sabará pelo governador da Capitania "por entender que estando nela (na vila) poderia haver mais alguma revolução"[22].

Por enfrentar cotidianamente problemas com os ouvidores, D. Lourenço recomendava ao rei que "por bem do serviço de (Sua) Majestade e quietação dos povos" não se devia consentir que, após o exercício de seus cargos, os ministros permanecessem nas comarcas, nem lhes deveria ser permitido comprar bens de raiz, possuir lavras etc e, caso as tivessem, deveriam ser confiscadas para a Real Fazenda. Isto porque, na opinião de D. Lourenço, "por causa das ditas fazendas (...) (resultavam) tantas desordens quantas (se viram) naquele governo, contrárias não somente ao serviço de (Sua) Majestade, mas à quietação e sossego destes povos"[23].

Muito tempo depois destas declarações de D. Lourenço, o comportamento pouco ortodoxo dos ouvidores ainda continuava. D. Antonio Rodrigues Banha, ouvidor geral da comarca do Serro Frio, levantou a população da Vila do Príncipe contra o pagamento dos direitos de entrada, além de prender os responsáveis pela cobrança; D. Caetano Costa Mattoso esteve envolvido em um motim dos oficiais mecânicos em Mariana no ano de 1752, e o nosso personagem central, o ouvidor da comarca do Serro Frio, Joaquim Manoel de Seixas Abranches, acabou preso após alguns anos de desatino administrativo.

Em dezembro de 1781, D. Rodrigo José de Menezes escrevia dois ofícios a Martinho de Melo e Castro informando-o dos descaminhos administrativos dos ministros de Sua Majestade na Capitania das Minas. O governador colocava Melo e Castro a par dos "contínuos clamores em que os povos (...) formavam repetidas queixas dos enormes despotismos com que de comum acordo os ministros se empenhavam em oprimí-los e vexá-los...". Na comarca do Rio das Mortes, o ouvidor Luiz Ferreira Araújo, "com todos os seus vícios da ínfima plebe" e "arrogância intempestiva", rompeu

em "excessos muito alheios do seu Ministério". O ouvidor da comarca do Rio das Mortes havia se indisposto com o intendente do ouro, com o bispo, a quem proibira de fazer as visitas pastorais, e com o guarda-mor, que representara contra seus atos à rainha[24].

D. Rodrigo deixava clara a sua irritação com os ministros ao afirmar que não aceitava "um rábula autorizado com uma vara momentânea (vir) ao Ultramar ser despótico com toda uma comarca maior, algumas vezes, que todo Portugal (...) e (dizer) que só o Desembargo do Paço (era) responsável na sua residência". E continuava o governador afirmando que "se algum deles (viesse) a ser louco furioso (...) (poderia) matar, insultar, roubar e até que vindo seu tempo o Desembargo do Paço, sentenciando a residência, o (mandasse) a Casa dos Orates (...)". Para D.Rodrigo, o problema nas Minas eram as "loucuras parciais que (necessitavam) de pronto remédio e (eram) as que (...) (estavam) continuamente fazendo os ministros, que não (conheciam) subordinação (...)"[25].

Ainda em 1788, na sua instrução para o Visconde de Barbacena, Martinho de Melo e Castro alertava o novo governador dos prejuízos à Real Fazenda derivados do "descuido e negligência" dos funcionários reais[26]. Esta atitude havia permitido que a "relaxação e abusos" se instalassem na Capitania, privando a Coroa de se beneficiar das "grandes vantagens com que a natureza havia dotado" as Minas. Além da prescrição de submeter os povos das Minas à obediência e à ordem, Mello e Castro determinou ao Visconde de Barbacena cuidar para que os eclesiásticos e ministros da Igreja cumprissem os seus deveres, os ministros da justiça também observassem as obrigações de seus lugares, "administrando justiça com prontidão, imparcialidade e desinteresse", e fosse garantida a "boa e exata" administração e arrecadação. Os governadores deveriam estar vigilantes, diligenciando para que os ministros administrassem "pronta justiça ao povo" e para que não fossem corruptos. Insistia Mello e Castro que os governadores tomassem muito cuidado neste ponto porque "uma grande parte dos abusos e prevaricações que (perverteram) a ordem e regula-

ridade do governo de Minas, (tinha) sua origem nas violências e injustiças que os ministros (praticavam) (...)"[27].

No entanto, nesta mesma Instrução, Mello e Castro afirmava estar a administração da justiça inteiramente entregue aos ministros, que podiam julgar com total independência dos governadores. Não cabia aos governadores se intrometer nas competências dos ministros, cujo poder fora "delegado tão somente aos referidos ministros para o exercitarem no Real nome" de Sua Majestade. Esperava-se, contudo, que os ministros respeitassem e reconhecessem os governadores como seus legítimos superiores, tratando de obedecê-los.

Podemos dizer que temos na colônia o que denominaríamos de "concorrência de impressões". O rei delegava competência aos ministros para que exercitassem o poder em seu Real nome, mas esperava poder reduzí-los à obediência através, por exemplo, dos governadores. Os funcionários, por seu lado, ultrapassavam as suas competências, uma vez que acreditavam possuir uma autonomia maior do que o rei acreditava que efetivamente lhes havia delegado.

Assim, os governadores não eram obedecidos, muito embora o rei insistisse na necessidade de controle dos magistrados e o Conselho Ultramarino recomendasse que somente bons administradores fossem enviados ao Brasil[28].

É neste contexto que se insere a história do ouvidor e corregedor da comarca do Serro do Frio, Joaquim Manoel de Seixas Abranches, o nosso ensandecido Seixas, "homem de coifa na cabeça, chapéu branco e veste de baeta cor-de-rosa" que tanta perplexidade causou em Minas Novas quando chegou pela primeira vez para "correger a vila composta de homens sisudos".

Durante três anos, D. Rodrigo José de Menezes relatou a Martinho de Melo e Castro os desvarios administrativos responsáveis pela prisão de Seixas Abranches, que além de ouvidor e corregedor, era provedor dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos e intendente do ouro[29].

Segundo D. Rodrigo José, este ouvidor, logo que chegou à Vila do Príncipe, sede da comarca, deu "imediata prova da turbulência e cobiça de seu gênio" ao suspender, sem jurisdição, todos os oficiais da Intendência do Ouro e substituí-los por outros de sua estrita confiança[30]. Essa situação durou pouco. D. Antônio de Noronha, então governador das Minas, ordenou que todos os funcionários suspensos fossem imediatamente reconduzidos aos seus postos na Intendência. Na oportunidade, alertou o ouvidor de que ao governador tocava o conhecimento desta matéria.

Empossado D. Rodrigo José de Menezes governador das Minas, vários requerimentos lhe foram enviados contra Seixas Abranches. Consta ainda que sete cartas haviam sido enviadas ao Conselho Ultramarino, pedindo à rainha que acudisse os moradores da comarca e colocasse um fim aos desatinos do ouvidor. Agostinho de Almeida, escrivão dos órfãos, acusava o ouvidor de dividir e multar o ofício, além de suspender o juiz, o que não era da sua competência uma vez que este havia sido arrematado na Junta da Real Fazenda. Os oficiais da câmara de Vila do Príncipe reclamavam do desprezo e desrespeito do ouvidor quanto às tramitações legais afeitas ao órgão.

Seixas Abranches governava ao seu modo, sem observar as determinações metropolitanas para o desempenho da função pública. Assim é que ia para os distritos em correição fora dos prazos estipulados em seu regimento, para "ter tempo de desfrutar as donzelas e as algibeiras dos povos", desacatava as decisões dos Senados da Câmara, do governador e desobedecia as leis de Sua Majestade.

Sua passagem pelo Distrito de Minas Novas do Araçuaí ilustra bem o seu comportamento pouco ortodoxo.

Em janeiro de 1781, o procurador da Câmara de Minas Novas enviou uma representação dos povos da comarca do Serro do Frio na qual pediam o amparo do governador em razão dos vexames a que estavam expostos pelo comportamento do ouvidor e

do seu séquito que "(exauriam) o sangue dos povos a título de justiça, sem temor de Deus e das leis de Sua Majestade"[31].

De acordo com as Ordenações, livro 1º, título 58, parágrafo 53, os ouvidores faziam uma correição por ano nos distritos com a duração de um mês. As de Seixas Abranches tinham um intervalo de oito meses e em cada uma delas o ouvidor demorava três meses no distrito. Na correição em Minas Novas, o ouvidor, auxiliado por Bernardo José de Almeida e Manoel José de Souza, reputou a maioria da população do distrito por criminosa e logo depois absolveu a todos aqueles que pagaram pela absolvição. Os que não tinham dinheiro entregaram seus bois e cavalos ao ouvidor e a Bernardo José. Dos donos de cinqüenta engenhos em Barra do Rio Velhas foi cobrada a quantia de quarenta e tantos mil réis para que suas propriedades não fossem confiscadas. Não bastassem as suas insanidades administrativas, Seixas Abranches abusou sexualmente de moças moradoras no distrito, além de obrigar todas elas a participarem dos batuques, indignando seus pais e os principais das vilas do distrito.

O incidente, porém, que causou maior escândalo nos povos foi a carta de usança passada pelo ouvidor para empossar e jurar o capitão Manoel José de Souza no cargo de juiz trienal dos órfãos. A escolha do juiz dos órfãos pelo ouvidor atropelava as disposições da Ordenação, livro 1º, títulos 67 e 88 e o Alvará de 12 de novembro de 1611. Os oficiais da Câmara se opuseram pelas desordens e desvarios que o provido havia feito quando ocupava o cargo de juiz ordinário em 1780. Os oficiais o consideravam "um homem mau, de má consciência, perturbador do sossego público, contra toda a forma da lei; porque (era) solteiro, muito licencioso, endividado(...)". Seixas deu carta precatória de diligência na qual "com poder despótico" mandava que lhe dessem posse e ameaçou os camaristas que prontamente não o obedecessem. Como os oficiais da Câmara insistissem em vetar a posse do juiz dos órfãos, o ouvidor mandou o provido, acompanhado de amigos e negros armados, invadir a Câmara, o que foi feito. O novo juiz dos órfãos

"sem respeito ao Régio Estandarte de Sua Majestade e ao Corpo Místico do Senado da Câmara" puxou o florete e agrediu os oficiais com "palavras descompostas".

Como os oficiais da Câmara continuassem a vetar a posse de Manoel José, o ouvidor incumbiu João Batista Marques, mulato reconhecidamente facinoroso, de falsificar a assinatura em um testamento e afirmar tê-lo feito a mando dos oficiais da Câmara. Uma vez consumado o fato, o ouvidor da comarca acusou e prendeu os oficiais.

D. Rodrigo de Menezes, informado do ardil, tratou logo de abrir devassa. Convocados pelo juiz a depor, os principais de Minas Novas inocentaram os vereadores, revelando toda a trama montada por Seixas. A esta altura, o governador das Minas já estava mais do que atento aos desmandos do ouvidor.

Mas o desatino de Seixas Abranches não parou por aí. Beneficiou um ourives com a renda das aferições em troca de peças de ouro – fivelas, jarros, bacias e outras, todas comprovadas e confiscadas quando do sequestro dos bens do ouvidor. Substituiu o fiel do registro de Inhacica pelo Dr. Luiz José de Figueiredo, "homem terrível", proprietário de uma fazenda contígua ao registro, "por onde poderia fazer os maiores extravios de ouro, fazendas, gados e fraudar impunemente por todos os modos os direitos régios". Nomeou um escrivão da Intendência demitindo o que tinha a provisão do governador. Além de usurpar reiteradas vezes a jurisdição de D. Rodrigo José de Menezes, contrariou mais de uma vez as decisões do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.

Seixas Abranches não deixou de se defender. Em abril de 1782, o ouvidor escreveu à rainha denunciando D. Rodrigo José de Menezes por usurpação de jurisdição[32]. Informava à rainha que, na devassa geral da correição em Minas Novas, ele, enquanto ouvidor, havia inquirido algumas pessoas pelos "concubinatos com concubinas teúdas e manteúdas com geral e público escândalo", pronunciado e prendido algumas delas. Os pronunciados haviam recorrido ao governador que mandou o ouvidor que as

soltasse com o "fundamento de ser a culpa pueril". Acusando o governador de estar persuadido de ter sobre ele ilimitada jurisdição, continuava Seixas Abranches: "(...) não obedeço à ordem do governador por não lhe reconhecer poder ou jurisdição para mandar sair presos da justiça e não contemplar cousa vergonhosa executar as leis de Vossa Majestade"[33].

O comportamento pouco ortodoxo do ouvidor da comarca do Serro Frio não foi exceção nas Minas setecentistas. As ligações ilícitas de Seixas Abranches com autoridades do Distrito Diamantino comprovam nossa afirmação[34].

Da mesma forma que repudiava o comportamento do ouvidor da comarca, D. Rodrigo de Menezes enfrentava o fiscal, depois intendente dos diamantes, José Antônio de Meireles Freire. D. Rodrigo acusava o fiscal e a Junta Diamantina de serem responsáveis pelo caos em que se encontrava o Distrito[35]. Meireles não reconhecia a autoridade do governador "mandado para governar os soldados", não para se intrometer no governo do Distrito a cargo dos ministros diamantinos[36]. D. Rodrigo justificava sua intromissão pela "obrigação que tinha em razão do cargo de governador e Capitão General desta Capitania, das instruções que Sua Majestade (lhe) mandou comunicar em que (lhe) determinava (vigiasse) sobre a inteira observância do Regimento Diamantino"[37].

O governador denunciava uma rede de desmandos e corrupção na comarca do Serro Frio que envolvia as autoridades da Demarcação Diamantina e dos seus vários outros distritos. E denunciava com razão. Seixas Abranches possuía 40 escravos minerando no Distrito, o que era terminantemente proibido pelo Regimento de 1771, além de lavras de ouro em Masangano. Não poucas vezes o ouvidor entregou a vara ao juiz mais velho e foi cuidar das suas lavras para escândalo dos moradores da comarca e do governador.

D. Rodrigo José de Menezes tentou, durante algum tempo, contornar a situação criada pelo ouvidor no Serro do Frio, reiterando as dificuldades no exercício de sua autoridade. Insistia, em suas cartas, no quanto era "prejudicial ao serviço de (Sua Majes-

tade) e bem comum dos povos a confusão que (existia) sobre os limites de jurisdição entre os governadores (da) Capitania e os ministros"[38]. O governador tinha clareza da ambigüidade do Regimento dos Governadores de 1679, o que, somada ao grande número de ordens régias expedidas posteriormente, havia gerado "um corpo informe e contraditório, sendo cada uma (das ordens régias) ditada pelas inclinações da conjuntura"[39]. D. Rodrigo enfatizava também que o Regimento de 1679 não era respeitado na colônia e que os governadores que se dispusessem a seguí-lo enfrentariam graves dificuldades em seu governo. Em razão dessa ordenação fluida, muitos governadores preferiam o seu sossego e escapavam de comprometer sua autoridade uma vez que "os ministros não (podiam) ser contidos nos limites de sua jurisdição e (faziam) sempre o que lhes (parecia)".

Mas D. Rodrigo, premido pela "indispensável necessidade", mandou suspender e prender à ordem de Sua Majestade o ouvidor da comarca do Serro Frio. Em 6 de agosto de 1783, os bens de Seixas Abranches foram colocados em depósito pelo juiz ordinário da Vila do Príncipe e em 14 do mesmo mês foi o ouvidor conduzido para Vila Rica por vinte e tantos soldados dragões fortemente armados[40]. Foi-se Seixas Abranches, mas os desmandos administrativos continuaram (e continuam) a fazer parte da política no Brasil.

Notas

[1] Stuart B. Schwartz analisa os administradores profissionais portugueses tanto como executores de funções políticas específicas quanto como participantes ativos do complexo de relações que constituíram a sociedade colonial. Segundo o autor, os magistrados portugueses poderiam ter assumido uma orientação política e aspirações diversas dos ideais da Coroa. Mas raramente o fizeram. No mais das vezes, utilizaram o "prestigio e autoridade para vantagens pessoais ou da família". Enfim, estes magistrados se inseriram em uma rede de relações pessoais que os levou a entrarem em conflito com o comportamento profissional deles esperado. Nessa medida, na percepção de Schwartz, não houve uma autonomização da burocracia no que se refere à política metropolitana, mas a violação do comportamento probo esperado pela Coroa. Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial.* São Paulo, Perspectiva, 1979.

[2] FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1975. vol. 1, p. 171 passim.

[3] Faoro recorre a Vilhena para exemplificar a ação dos colaboradores submissos. Segundo Vilhena, mesmo os paulistas, apesar da fama de "facínoras, rebeldes ao soberano e insubordinados às leis (foram) todos vassalos da Coroa portuguesa, o que nesta dilatadíssima região têm dado as mais evidentes provas de fidelidade, zelo e obediência ao seu soberano, quem mais tem exposto as vidas em benefício da pátria, em utilidade da capital e da nação". Cf. VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII.* Bahia, Itapuã, 1969. vol.3. pp. 617-618. Apud FAORO, R. *op. cit.*, p. 175. Esta afirmação é absolutamente equivocada se generalizada para a região das minas, em especial na primeira metade do século XVIII.

[4] "A nossa evolução política segue portanto, passo a passo, a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVII. Esta transformação, que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo *desaparecimento gradual da nossa autonomia* do primeiro século e meio da colonização. Desloca-se a autoridade das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da Coroa portuguesa. E é nesta que ela vai se consolidar. Despojam-se as câmaras sucessivamente (...) de todas as suas prerrogativas, e a elas se substitui a onipotência dos governadores. *No correr do século XVIII só existe na colônia uma autoridade: a da metrópole portuguesa".* Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1975, p. 41.

[5] PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo, Brasiliense, 1973.

[6] IGLÉSIAS, Francisco. "Minas e a Imposição do Estado no Brasil". In *Revista de História.* nº 50, 1974, pp. 257-273.

[7] Sobre este assunto ver: REIS, Fábio Wanderley. "Brasil: Estado e sociedade em perspectiva". In *Cadernos DCP.* nº 2, 1974, pp. 35-74.

[8] *Idem*, p. 56.

[9] VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 215.

[10] "Os ministros que a exerciam (a justiça) gozavam de bastante independência, sendo que, no caso dos ouvidores, pode-se mesmo falar de uma grande autonomia em relação aos governadores, que guardavam certa reserva ante estes magistrados (...) Era pois freqüente que as regalias de que gozavam estes magistrados abrissem caminho à iniquidade (...) Em muitas partes, sobretudo nas mais retiradas, a figura que dominava o exercício da justiça era a do capitão-mor das ordenanças, verdadeiro delegado de polícia que punia criminosos e prevenia infrações. Exercia, nesses casos, 'uma autoridade plenária e absoluta, resumindo em suas mãos todo o poder de julgar e punir discricionariamente". Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro.* Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 117.

[11] Afirma Souza: "(...) a administração serviu, em primeiro lugar, à Metrópole, e, depois, na medida em que havia consonância de interesses aos homens bons. A justiça supliciou com a pena máxima a população negra e mestiça (...) O fisco (...) recaiu com mais peso sobre os que não tinham voz para protestar. Estes, os danados da terra, os desclassificados, que morriam de fome numa terra onde tanta riqueza era gerada, foram o inimigo interno que cumpria

enquadrar, normalizar, cercear". Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *op. cit.*, p. 139. Note-se que a autora enfatiza, nesta passagem, os dois paradigmas a que nos referimos neste trabalho.

[12] HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan.* Coimbra, Livraria Almedina, 1994, p. 498 passim.

[13] O processo de consolidação do poder do Estado Nacional estaria na dependência da maturação dos chamados graus de estatidade: a exteriorização do poder (o reconhecimento da soberania), a institucionalização da autoridade (aquisição do monopólio dos meios de coerção), a diferenciação do poder (formação da burocracia e atuação do Estado em áreas críticas da sociedade civil) e a internalização da identidade coletiva (introjeção do sentimento de pertencimento). Sobre o assunto ver: OSZLAK, Oscar. *Formación historica del Estado en America Latina.* Buenos Aires, Cedes, 1981.

[14] Referimo-nos à idéia da burocracia como "o espírito do Estado" (Hegel) ou da burocracia como instrumento privilegiado do Estado na sua tarefa de racionalização da sociedade (Weber).

[15] Cf. MERTON, Robert K. *Teoria y estructura sociales.* Mexico, Fondo de Cultura, 1964 e GOULDNER, Alvin W. "La théorie de la Bureaucratie et sa valeur affective fondamentale". In *L'Année Sociologique.* Paris, 1956, pp. 220-234.

[16] Cf. SUBTIL, José. "Os poderes do centro. Paradigmas de legitimação, áreas de governo, processamento burocrático e agentes da administração". In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807).* Lisboa, Editorial Estampa, vol. 4, 1993.

[17] *Idem*, p. 157.

[18] Segundo Hespanha, "os séculos XVII e XVIII continuam a conviver com os ingredientes fundamentais da construção institucional (e mesmo doutrinal) da *republica* medieval. A polarização do poder político numa entidade única, soberana *erga exteros ac subditos* - o tal Estado que Th. Hobbes personificou no Leviathan e cuja problematização constitui uma das linhas de força do pensamento político dos nossos dias - não se tinha ainda produzido". Cf. HESPANHA, António Manuel. *op. cit.*, p. 528.

[19] Cf. SUBTIL, José. In: *op. cit.* e HESPANHA, António Manuel. *op. cit.*

[20] *Idem.*

[21] *Idem.*

[22] Sobre os sucessos de Vila Real do Sabará entre o ouvidor atual Joseph de Sousa Valdes (...) e expulsão de Bernardo Pereira de Gusmão. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* nº 31, 1980, pp. 147-150.

[23] *Idem.*

[24] Ofício de D. Rodrigo José de Menezes a Martinho de Mello e Castro de 31 de dezembro de 1781. AHU. Minas Gerais, cx. 117, doc.82. Apud: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais. (1770-1795).* Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,vol. II, 1997.

[25] Ofício de D. Rodrigo José de Menezes a Martinho de Melo e Castro de 31 de dezembro de 1781. AHU. Minas Gerais, cx. 117. Doc. 81. Apud VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *op. cit.*

[26] "Instrucção para o Visconde de Barbacena, Luiz Antonio Furtado de Mendonça, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* nº 21, 1844, pp. 3-59.

[27] *Idem*, p. 13.

[28] CARTA do Rei de Portugal de 03 de maio de 1733. APM. Seção Colonial. Documentação Avulsa. CMOP 04 doc.37 e CONSULTA do Conselho Ultramarino a Sua Majestade no ano de 1732, feita pelo Conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* nº 7, 1931, pp. 475-482.

[29] PROCESSO. 1783. APM. Seção Colonial. Códice SG 236 fls. 49 v. a 61.

[30] CARTA de D. Rodrigo José de Menezes ao Sr. Martinho de Melo e Castro de 3 de junho de 1781. PROCESSO, 1783, *op. cit.*

[31] REPRESENTAÇÃO do Procurador do Senado da Câmara de Minas Novas, Antônio de Freitas, em 23 de janeiro de 1781. PROCESSO, 1783, *op. cit.*

[32] Carta de Joaquim Manuel de Seixas Abranches à Rainha de 16 de abril de 1782. AHU. Minas Gerais, cx. 118. Doc.29. Apud: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *op. cit.*

[33] Carta de Joaquim Manoel de Seixas Abranches à Rainha de 16 de abril de 1782. AHU. Minas Gerais, cx. 118, doc.32. Apud: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *op. cit.*

[34] A corrupção e os desmandos das autoridades no Distrito Diamantino são examinados por Júnia Ferreira Furtado em seu excelente trabalho *O Livro da Capa Verde. O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo, Annablume, 1996, que coloca por terra vários paradigmas sobre a história do Distrito.

[35] FURTADO, Júnia Ferreira. *op. cit.*, p. 190.

[36] APM. SC. 224. Fls. 213-215. Apud: FURTADO, Júnia Ferreira. *op. cit.*, p.193.

[37] APM. SC 232. Fl. 6. *Idem.*

[38] CARTA do D. Rodrigo José de Menezes ao Sr. Martinho de Mello e Castro de 3 de junho de 1781. *op. cit.*

[39] *Idem.*

[40] AHU. Minas Gerais. Cx. 120. Doc 36. Vila do Príncipe, 29 de outubro de 1783.

As pesquisas sobre a Antigüidade Clássica no Brasil: cidadania e erudição

Pedro Paulo de Abreu Funari
Universidade de Campinas

O ensino universitário de história antiga tem tido a oportunidade de contar com um crescente número de traduções de obras estrangeiras sobre a Antigüidade, algumas delas não apenas aprofundadas como bem traduzidas. Duas delas poderiam ser citadas como exemplos paradigmáticos: sobre a cultura grega, a obra de Jean-Pierre Vernant *Mito e Pensamento entre os Gregos, estudos de psicologia histórica*[1], traduzido com precisão e rigor por Haiganuch Sarian e, sobre o mundo antigo e a ideologia moderna, outro clássico, de Moses I. Finley, *Escravidão antiga e ideologia moderna*[2], em versão acurada de Norberto Luiz Guarinello, ambos utilíssimos não apenas para o estudo da Antigüidade. Outros, talvez mais populares, por causa da editora que publicam os livros – atenção, só no Brasil há moda até para editora! –, como é o caso dos *best sellers* da Companhia das Letras. Um exemplo basta: a *História da Vida Privada*, volume primeiro, a cargo de Paul Veyne, sobre o Império Romano. Há erros de cópia do original, quando está em latim, como ao apresentar *sufragia* (sic) por *suffragia* (p. 106), e galicismos que levam ao uso de três palavras diversas, em duas frases sucessivas, para se referir ao escravismo:

> O escravagismo (sic) não é um traço essencial da Antigüidade romana mais do que a escravatura no sul dos Estados Unidos

> antes de 1865 constitui uma característica do Ocidente moderno. Fora dessas regiões de eleição (sic), a escravidão é apenas uma das relações de produção...[3].

A expressão "regiões de eleição", para um estudante brasileiro que não conheça o francês – afinal, o leitor da tradução, presume-se, não precisa conhecer a língua do original! – pode ser entendida como "regiões onde havia eleição", induzindo a erro de interpretação. O mesmo ocorre com *uillae*, traduzido como "castelos no campo" (p. 174), novo galicismo, em lugar de "fazendas" ou, quando muito, "casas de campo". Deixando de lado as versões, seria o caso de tratar dos livros produzidos por autores nacionais para o ensino superior; a primeira leva de trabalhos, pioneiros, ressentiu-se de um certo apego aos manuais e livros estrangeiros; não raramente, havia erros no uso das línguas clássicas, traindo a falta de familiaridade do autor com o latim e o grego. Em seguida, classicistas mais preocupados com o domínio da documentação e mais acostumados a uma literatura científica alentada, viriam a produzir os primeiros manuais a um só tempo corretos e bem informados. Dois bons exemplos podem ser citados: *Imperialismo greco-romano*, de Norberto Luiz Guarinello[4] e *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga*, de Maria Beatriz Borba Florenzano[5]. O primeiro manual, especificamente voltado para o ensino superior de disciplinas ligadas ao estudo da Antigüidade Clássica, em particular história antiga, com a apresentação de documentos comentados, sairia apenas em 1995[6]. A resenha do livro por estudiosos brasileiros e estrangeiros parece indicar que pode se constituir em obra útil para alunos e professores.

Os docentes de história antiga contam, portanto, com uma literatura, em vernáculo, mais diversificada e especializada do que há dez anos. Ainda predominam os *professores leigos*, em geral especialistas em História do Brasil que devem pagar a corvéia, de quando em quando, lecionando tema que não escolheram como sua área de investigação. Estes são, infelizmente, aqueles que, mais amiúde, utilizam uma bibliografia mais antiquada e menos

recomendável. Ainda se pode falar em ***best sellers*** como os livros de Mário Curtis Giordani, cujo êxito ainda persiste, graças, em grande parte, à falta de formação e, por que não?, desinteresse de docentes que não sentem qualquer atrativo pelo tema. É evidente que, como uma reação em cadeia, os alunos também não se interessam por algo que não fascina o professor e, em seguida, serão os alunos de primeiro e segundo graus a sofrerem as conseqüências desse abandono.

Muitas universidades, no entanto, começaram a se preocupar com a contratação de especialistas, oriundos dos programas de pós-graduação. Não há, via de regra, flexibilidade suficiente, nos currículos de cursos superiores, para que os alunos que iniciam o curso de graduação possam dedicar-se, desde a iniciação científica, às disciplinas mais diretamente ligadas à Antigüidade Clássica. Assim, poucas são as oportunidades para que os graduandos de história consigam seguir, com a regularidade necessária, as disciplinas de línguas clássicas, latim e grego, nem muitas disciplinas imprescindíveis para a formação geral de um bom historiador da Antigüidade são fornecidas pela Universidade brasileira, como arqueologia clássica ou numismática, para citar apenas duas. Na verdade, este é um problema generalizado na formação do historiador no Brasil, pois, embora se saiba que a história é feita com documentos – para ater-me a uma definição tradicional – e que, por isso mesmo, há que se conhecer a língua em que os documentos estão escritos, não há preocupação com o ensino das línguas em que estão os documentos; o mesmo se aplica ao estudo da paleografia, indispensável para a leitura de manuscritos antigos. Se esta já é uma deficiência na formação do historiador, em geral, maior é a falta no que se refere ao estudo da Antigüidade Clássica.

Esta deficiência estrutural exige que o aluno desenvolva as suas aptidões de maneira autodidata, o que não deixa de ter seu aspecto positivo, mas que, de qualquer forma, revela um problema estrutural que afeta a todos os graduandos em história. As dificuldades serão menores para aqueles, em grande número, que se

dedicam à história do Brasil, pois a grafia antiga não é tão distante da nossa, nem o português antigo tão diferente do nosso. As muitas expressões em latim, por exemplo, podem ser estudadas e traduzidas, com algum esforço, pelo aprendiz de historiador do Brasil. O mesmo não se passa com o classicista, cujo conhecimento do latim e do grego não pode ser demasiadamente limitado. Na prática, as dificuldades são muitas e, em alguns casos, não se dá a devida ênfase ao domínio da língua da documentação, o que resulta numa formação às vezes excelente para os parâmetros locais, mas aquém do que se esperaria de um especialista.

O estudo da história antiga, portanto, é cheio de percalços e não pode prescindir de parâmetros universais, externos ao nosso próprio meio acadêmico, sob risco de atrofiar-se. Este perigo, felizmente, não é significativo no campo dominante, a História do Brasil, pois a história de nosso país, por definição, é criação de brasileiros. O mesmo se passa, *mutatis mutandis*, com a história nacional dos outros países latino-americanos, pois não há dúvida que a história do Chile encontra seus principais referenciais no próprio Chile, assim como se passa nos demais países. Também como decorrência, as outras historiografias de nosso continente ignoram-se mutuamente, ao que parece sem grandes prejuízos. O mesmo não se passa com a história dos outros rincões da terra e de outros períodos históricos. Existe um universo historiográfico referente à Antigüidade, ou à Idade Média, que independe de estados nacionais, com inúmeras publicações periódicas, com livros, resenhas e discussões que, apropriadamente, podem ser chamadas de universais, à diferença das histórias nacionais. Os clássicos da historiografia brasileira e chilenas são clássicos nesses países, não são universais, enquanto os clássicos sobre a Antigüidade e sobre a Idade Média, sejam eles autores antigos, como Tito Lívio ou Isidoro, ou modernos, como Gibbon, Mommsen, Veyne, Finley ou Duby, são referências universais.

Esta digressão fazia-se necessária para que ficasse claro que o campo discursivo da História do Brasil talvez possa resumir-se

ao Brasil, enquanto o estudo da Antigüidade não pode restringir-se, artificialmente, às fronteiras do estado nacional. Um estudo sobre a Revolução de 1930 pode restringir-se a dialogar com autores brasileiros, mas um ensaio sobre um tema qualquer da Antigüidade não deveria contentar-se com isso. Daí a redobrada importância do conhecimento de línguas e da erudição, em geral. Apesar das dificuldades, pode-se produzir, em nosso meio, estudos que dialogam com a ciência universal e que passam a ser debatidos, tomados como referência ou, mesmo, contestados, mas sempre em um ambiente acadêmico internacional. Para tanto, como disse, faz-se necessário enfatizar a formação do estudioso, o que permitirá sua inserção nos debates científicos universais. Assim, é sintomático que o único brasileiro a ter escrito na prestigiosa coleção francesa de história *Nouvelle Clio*, tenha sido...uma classicista! Haiganuch Sarian (1989) foi encarregada de escrever o capítulo conclusivo, interpretativo por excelência, do volume sobre as civilizações egéias. Os três livros e mais de vinte artigos que publiquei no exterior traduziram-se em muitas citações e resenhas e, em alguns casos, como no livro de Antonio Varone (1994), "Erotica Pompeiana", tive uma obra elencada entre as abreviadas, ao lado do *Corpus Inscriptionum Latinarum.*

Nossos especialistas na história antiga *podem*, portanto, dialogar com a literatura científica internacional. Além da formação do pesquisador, há que se estar aberto ao contato com o exterior, não apenas, nem principalmente, pelas lacunas bibliográficas, em nosso meio. De fato, os meios eletrônicos permitem que hoje se tenha acesso às fontes e à literatura científica, moderna ou antiga, com certa facilidade. Os contatos com o meio acadêmico internacional, neste contexto, mantêm sua importância enquanto inserção em uma *cultura* acadêmica. Nada substitui essa participação direta, tanto na forma de aulas de professores estrangeiros, no Brasil, como pelo contato com pesquisadores e instituições estrangeiras. No mínimo, para que conheçam os parâmetros universais. Assim se evitariam pesquisas abortadas *ab initio*, como o

estudo de Mommsen, por alguém que não sabe bem o alemão, ou uma análise sócio-cultural, sem o necessário conhecimento do latim ou do grego. Ainda neste caso, felizmente não se trata de um *wishful thinking*, pois há já exemplos de cooperação sólida entre instituições e entre pesquisadores, implicando não apenas a importação de docentes e cursos estrangeiros como, de maneira mais significativa ainda, a exportação de professores e de cursos. Há relações sólidas, por exemplo, com a Brown University, com as escolas francesas de Atenas e de Roma, com o CEIPAC de Barcelona, entre outras instituições.

A história antiga e suas vicissitudes no Brasil atual relacionam-se com a questão da cidadania de diversas formas interrelacionadas. Em primeiro lugar, a formação de bons cidadãos implica o desenvolvimento de uma consciência crítica, que começa a ser cultivada nos bancos escolares. Esse "discernimento" – esse o sentido de *krisis*, em grego – não se dá em um vazio, como se todos os discursos fossem igualmente válidos, pois as diferentes interpretações ligam-se a interesses de grupos sociais. A manutenção de desigualdades e de opressões depende, diretamente, da propagação de valores considerados *clássicos*. Um bom exemplo consiste na divulgação de noções de raça, língua e cultura, como um todo único e homogêneo, a partir de um modelo normativo de cultura. Este modelo funda-se na tríade *ein Volk, eine Sprache, eine Heimat*, "um povo, uma língua e uma pátria", cuja formulação dependeu, diretamente, do desenvolvimento da noção de língua indoeuropéia e conseqüentes povo (ou raça) e pátria primigênia indoeuropéias.

As teorias científicas relacionam-se, de forma muito clara, aos interesses de grupos sociais e essa reificação dos conceitos de língua, raça e pátria não pode ser desvencilhada do avanço europeu pelo mundo, que levaria à formulação de teorias que dessem sustentação às desigualdades e opressões, em particular que justificassem a escravidão negra e a submissão de inúmeros povos coloniais. Os preconceitos, que existiam, há muito, quanto a

diferentes grupos culturais, tornaram-se, no século XVIII e início do XIX, científicas constatações de superioridade de uns – os arianos – e inferioridade de outros – negros, semitas *et alii* –, gerando-se, ainda, a moderna formulação do Estado-nacional, centrado na "unidade cultural", intolerante quanto à diversidade. O que nos interessa, nesta ocasião, é o papel da *Altertumswissenschaft*, ou estudo da Antigüidade, na construção de teorias científicas que estiveram na base das ideologias opressoras nos últimos dois séculos. Assim, a compreensão do racismo institucionalizado no mundo contemporâneo teria muito a ganhar com um conhecimento crítico e aprofundado da construção dos estudos sobre a Antigüidade.

Dois campos distantes, cronologicamente, da Antigüidade, podem servir como exemplos da importância de um estudo aprofundado de história antiga e de suas formulações modernas. Por um lado, a transformação da escravidão como sujeição de pagãos ou de pobres aos poderosos, em superioridade dos proprietários e inferioridade dos escravos, dependeu de uma nova interpretação dos autores antigos e da cientifização da noção de raça e língua. Portanto, toda a historiografia sobre a escravidão moderna, em geral, e no Brasil, em particular, não poderia prescindir de uma crítica da construção desse discurso. Por outro lado, o discurso sobre os indígenas americanos, antes do contato com os europeus e nos séculos posteriores, ainda constrói-se, no Brasil, a partir dos conceitos arianistas, aqui transpostos para os grupos indígenas. Língua guarani, povo guarani, cultura guarani, território guarani, migrações guaranis, remetem ao modelo arianista de Kossina (1911), agora aplicados aos ameríndios. Não é casual que teorias racistas vicejem na sociedade abrangente, pois, no interior da academia, geram-se interpretações culturalistas que retornam à sociedade, intensificando os preconceitos do senso-comum. "Raças (ou povos) são assim ou assado", "as sociedades são todos coesos, homogêneos, cujos integrantes seguem regras e normas de comportamento socialmente aceitos"; conseqüentemente, grupos ou indivíduos que não se amoldam a essa suposta coesão

regras são anômalos. Em outras palavras, a manutenção de desigualdades e opressões funda-se, em parte, no desconhecimento dos fundamentos epistemológicos de diversas noções oriundas da *Altertumswissenschaft*. Resultado de uma história antiga pouco desenvolvida.

A história antiga, contudo, já avançou muito, em nosso meio. Pode-se dizer que há uma massa crítica de estudiosos brasileiros sobre a Antigüidade comparável, não em número, mas em vitalidade, àquela de História do Brasil, ainda que tenha se desenvolvido, como se disse, apenas nos últimos anos. Os artigos sobre temas da Antigüidade, publicados em revistas brasileiras, são numerosos, tendo surgido, além disso, publicações especializadas como *Classica*, que congrega artigos de Letras, História, Arqueologia, Filosofia, *Phoenix*, revista de história antiga da UFRJ, ou o *Boletim do Centro de Pensamento Antigo da UNICAMP*, de caráter interdisciplinar. Esta produção deveria servir, em primeiro lugar, para uso nos cursos de história antiga, já que os artigos estão em vernáculo e as revistas podem ser obtidas por intercâmbio, embora, na prática, sua difusão não seja tão ampla como poderia ser. Além disso, há ainda certa resistência infundada ao uso de artigos brasileiros, preteridos em favor de textos, às vezes antigos, de autores estrangeiros. Entretanto, há casos de discussão acadêmica de autores e interpretações nacionais, demonstração do vigor da história antiga no Brasil. Dois casos podem ser citados como bons exemplos: os estudos sobre a sociedade e cultura romanas, a partir da obra de Petrônio, cujos estudiosos citam-se e trocam idéias e sobre a cultura popular na Antigüidade, a partir de um livro que publiquei em 1989, em português, e em 1992, em espanhol.

O ensino de história antiga nos cursos superiores, portanto, conta com um conjunto de docentes crescentemente especializado. Neste contexto, deve superar-se o conceito, pedagogicamente desaconselhável, de *programas* de disciplina, que independeriam dos docentes. Essa uniformização e empobrecimento de con-

teúdos não se coaduna com a capacidade criativa de docentes pesquisadores, produtores de conhecimento que visam transformar seus alunos em produtores, eles também, de conhecimento. Daí a importância da ênfase no trato com a documentação, ainda mais que se difundem as publicações de textos clássicos, no original e em tradução, com notas explicativas e esclarecimentos vários. A comparação de diferentes traduções, como o premiado livro de João Angelo Oliva sobre Catulo permite fazer, representa uma ferramenta importante nas mão do docente de história antiga. Outro recurso didático muito aconselhável é a leitura dramática de peças clássicas, prática tornada mais acessível graças às traduções, voltadas para a representação, do grupo de latinistas e helenistas da UNESP de Araraquara. À aridez da erudição que a disciplina não pode dispensar, as leituras dramáticas de peças e de poemas fornecem um contraponto, pois a emoção e o prazer são indispensáveis para que o conhecimento seja criativo e proveitoso.

Como conclusão desta exposição, caberia ressaltar que, embora os avanços tenham sido notáveis no que se refere à pesquisa e à docência superior, ainda há muito que se fazer para que a história antiga possa influir, de maneira mais decisiva, na formação da cidadania. É necessário expandir a pós-graduação em Antiga, para que as disciplinas de graduação passem a ser ministradas por pesquisadores, em muitas instituições em que ainda não o são. Impõe-se, para tanto, flexibilizar o currículo, para que os graduandos possam especializar-se desde cedo. A massa crítica existente e em formação deve preocupar-se em integrar-se à ciência internacional. Como resultado, o conhecimento crítico sobre a Antigüidade poderá reverter em benefícios para áreas como a História do Brasil, em particular ao permitir uma formação mais sólida e crítica para os estudiosos de temas como a escravidão, o racismo, a pré-história e os contatos culturais, em geral. Apenas dessa forma, o ensino fundamental e os meios de comunicação poderão oferecer leituras alternativas, menos comprometidas com a exploração e a mistificação das relações sociais, no passado e no presente. A

história antiga é apenas um componente desse processo, mas como grande parte das construções ideológicas contemporâneas fundam-se em noções desenvolvidas pela *Altertusmkunde*, é a cidadania, como um todo, quem tem a ganhar com seu conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos seguintes colegas que, de uma ou outra forma, contribuíram para as reflexões desenvolvidas, ainda que a responsabilidade limite-se ao autor: Antônio Aguilera, Martin Bernal, José P. Brochado, Zélia de Almeida Cardoso, Genaro Chic, José Dejalma Dezotti, Fábio Faversani, Maria Beatriz Florenzano, Renata Senna Garraffoni, Claudiomar dos Reis Gonçalves, Norberto Luiz Guarinello, Nobuo Hayashi, Siân Jones, Célio José Losnak, Mário Maestri, Antônio de Paiva Moura, João Angelo Oliva Neto, Haiganuch Sarian, André Luiz Soares, J. A. A. Torrano.

NOTAS

[1] VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos, estudos de psicologia histórica.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

[2] FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna.* Rio de Janeiro, Graal, 1991.

[3] VEYNE, Paul. "O Império Romano". In DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe. *História da vida privada. Do Império Romana ao Ano Mil.* vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 63.

[4] GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo, Ática, 1987.

[5] FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga.* São Paulo, Atual, 1996.

[6] FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *Antigüidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1995.

Ideologia de governo e governante em Amiano Marcelino

Margarida Maria de Carvalho
Universidade Estadual Paulista-Franca

Amiano Marcelino é um autor pagão do Império Romano do século IV d.C. Escreveu a obra *Res Gestae*, composta de 31 livros no período denominado de Renascimento Teodosiano. Os treze primeiros livros, cujos fatos relatados são de 96 a 353 d.C., encontram-se perdidos. Os dezoito restantes revelam acontecimentos vividos e assistidos pelo autor, num arco cronológico que vai de 354 a 378 d.C.

Interessam-nos, especialmente, os livros XV-XXV que contêm narrações sobre a vida e os feitos do imperador Juliano. É principalmente nestes que buscamos a concepção de Amiano sobre ideologia de governo e governante.

Amiano Marcelino é proveniente de Antioquia e tudo indica que há uma certa indisposição por parte do próprio autor de falar sobre si mesmo.

Há uma carta de Libânio endereçada a ele, datada de 392 d.C., na qual tal neoplatônico elogia o discurso de Amiano recitado em público em Roma.

Libânio enviou sua missiva a este autor pagão que estava sendo aclamado por seus escritos em recepções ilustres ou nos colóquios ocorridos em Roma daquela época. Em sua carta, o consi-

dera "um de nós" por ter elevado a fama de Antioquia, cidade natal de ambos escritores.

É só através de Libânio que sabemos que Amiano finalizou sua obra em 392 e estava realizando, com grande êxito, leituras de seus próprios discursos para o público romano.

Em alguns momentos Amiano nos dá a entender que é proveniente de família nobre. Foi designado por Constâncio II, em 353 d.C., ao *staff* pessoal de Ursicino – *magister equitum* do Oriente.

Em 356 d.C. ouve falar de Juliano como *César* de Constâncio, o qual estava realizando grandes feitos contra os bárbaros invasores das regiões romanas.

Amiano atua no exército romano de 356 a 363 e em março deste último ano integra-se ao exército de Juliano como um oficial de artilharia e participa, já inserido diretamente no círculo de amigos e profissionais deste imperador, de inúmeras batalhas nas Gálias e de outras contra os persas, inclusive naquela em que o príncipe seria morto. Após a entronação de Joviano, retira-se da vida militar, iniciando sua vida literária.

Em toda a sua obra é marcante uma interpretação pessoal do valor dos reinos, da idéia que possui de Roma, sobre seu passado e seu momento presente. Através da análise das *Res Gestae,* conseguimos perceber sua noção de Estado, de governo e de governante. Esta noção insere-se numa ideologia tradicional própria do século IV d.C. Uma ideologia cujo sistema de valores busca apoio nas forças de conservação, pois Amiano parece ter medo do futuro, medo das invasões bárbaras, ou seja, da entrada destes no Exército, o que passa a acontecer demasiadamente após a elevação de Constantino ao trono. O Império Romano, em sua concepção, deve ser mantido sob a égide de um exército formado, em sua essência, por romanos. A noção de Estado passada por Amiano é a de um Estado centralizado que deveria intervir de forma eficaz e direta sobre a administração pública e, principalmente, sobre o exército.

Amiano é representante de uma sociedade que, tudo indica, vive sob o temor das novidades, novidades estas que arriscariam romper com o equilíbrio da sociedade romana do século IV d.C., recuperado com dificuldade, após um longo período instável politicamente e militarmente, proporcionado pelas circunstâncias do século III d.C.

Na visão do romano do Baixo Império, o imperador começa a revestir, com uma intensidade cada vez maior, os atributos de um rei salvador com poderes para reordenar o Império Romano.

No caso de Amiano, sobressai a grande importância do imperador como um chefe militar exemplar. Aquele que vai defender as fronteiras do Império contra os bárbaros e que vai manter um aparato militar ampliado – condição fundamental para a preservação do Império contra ataques estrangeiros.

Inúmeras são as descrições de Amiano sobre os feitos militares gloriosos de Juliano como César e como Augusto.

Nos livros XV, XVI e XVII encontram-se inúmeros comentários sobre suas investidas contra os alamanos, sua grande vitória em Estrasburgo, as conseqüências de seu sucesso (como intrigas feitas na corte de Constâncio) e as campanhas contra os sármatas.

Nos livros XVIII e XIX há relatos sobre seus empreendimentos nas guerras, livrando os romanos de Sapor (rei dos persas).

Podemos ilustrar algumas passagens que demonstram a paixão de Amiano Marcelino pelo Juliano militar:

Os soldados aprovaram com uma alegria prodigiosa a escolha de Juliano – Augusto e o acolheram como *César* com grande admiração[1].

Eles contemplaram por muito tempo seus calorosos olhos e sua feição animada e graciosa e os soldados deduziram o que ele seria, um dia, como se tivessem investigado em livros antigos cuja leitura revelasse os segredos das almas pelos traços do corpo[2].

Outra passagem ilustra a chegada de Juliano a Viena quando "os habitantes de todas as cidades e de qualquer escala social acompanharam sua entrada para acolhê-lo com honras como um príncipe desejado e feliz"[3].

Amiano revela o quanto Juliano lutou contra os alamanos e as tribos germânicas, não só para consolidar o *limes*, mas, sobretudo, para reconstruir e fortificar as cidades renanas entre Agripina e Argentorato[4].

Percebe-se que Amiano Marcelino possui reações morais típicas, comuns aos homens do século IV d.C., quando trata dos deveres do soberano e do cidadão, celebrando a virtude romana.

Reconhece que o bom governante, ou seja, o homem sóbrio, deve ter temperança, coragem e equilíbrio. Assim, louva o imperador Juliano, o qual era de temperamento são e enérgico como todo homem de Estado deveria ser. Amiano é sensível às qualidades do ser social: admira o homem culto, filósofo e educado. Comenta que Juliano possuía um eminente grau de cortesia e uma doçura natural[5].

Observa-se, também, que em nenhuma passagem de sua obra ele critica a organização de sua sociedade.

É fiel à Monarquia Imperial. O Estado político presente é, sem contestação, o melhor aos seus olhos, superior mesmo às antigas instituições republicanas.

Recrudesce as funções do governante ao citar que:

> A cidade venerada, após Juliano ter abatido as cabeças orgulhosas dos povos selvagens e ter elaborado as leis que são o fundamento e a garantia eterna da liberdade – como um pai previdente e rico – confiou aos Césares as suas crianças e o direito de administrar seu patrimônio.

Amiano, como um bom soldado, vincula-se à pessoa do soberano; para ele a legitimidade do poder detido por um príncipe funda a submissão e o respeito que devem ser a ele concedidos.

Na passagem XIX, 12, 17, Amiano comenta que:

> A existência do Príncipe legítimo está articulada à idéia de proteger os bons cidadãos, logo, todas as vontades devem se unir para defendê-lo.

Portanto, inferimos na narrativa de Amiano que o governante Juliano é o *Princeps* ideal. O discurso de Amiano possui ingredi-

entes tradicionalistas, moralizantes, os quais fazem parte de um repertório de exemplos construído no passado, resgatado no presente e plenamente ratificado pela tradição secular. O príncipe deve ser virtuoso, clemente, justo e piedoso[6].

Dentro desta tradição, Amiano faz honras a Juliano pelas suas qualidades como homem de Estado, fundamentalmente, por ter sido um grande chefe militar.

> O bom soberano é, sobretudo, admirado pelo seu conhecimento sobre a ciência das armas, espírito de liderança sobre as tropas, boas empresas e generosidade.[7]

Percebe-se, assim, que a própria hostilidade de Amiano com os bárbaros é um aspecto de sua defesa dos valores tradicionais.

Para tratar mais precisamente a ideologia de governo e governante de Amiano, é interessante perceber que este autor luta contra o tempo que pode destruir e aniquilar a lembrança dos atos heróicos de Juliano. Sua narrativa está repleta de digressões e parcialidades. Devemos prestar atenção em suas expressões e na sua retórica e perceber que para dar vida a um momento da história e para apropriar-se dele, o autor não escapou aos frutos de sua imaginação, utilizando-se de uma linguagem que reforça o mito do bom governante, inserido em sua ideologia de bom governo.

Notas

[1] AMIANO MARCELINO. *Histoire. Livres XIV-XIX*. Texte établi et traduit par Édouard Galletier e Guy Sobbah. Paris, Les Belles Lettres, 1968-1970, 2t.; AMIANO MARCELINO. *Histoire. Livres XX-XXVIII*. Texte établi et traduit par Juan Deseado Nisard. Paris, F.D.F, 1860. XV, 8, 15.

[2] *Idem*.

[3] *Idem*, XV, 8, 24.

[4] *Idem*, XVI, 3, 12.

[5] *Idem*, XXIV, 1, 13.

[6] GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A figura do "Optimus Princips" nos compêndios de História Romana produzidos no século IV d.C.* Monografia de Bacharelado. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, 1991.

[7] Amiano, XXV, 4.

III

O CORPO COMO OBJETO DA HISTÓRIA



Corpo, História e Cidadania

Denise Bernuzzi de Sant'Anna
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Os progressos científicos e tecnológicos que vão da engenharia genética à ergonomia, passando pela medicina e pela dietética contribuíram para mergulhar o corpo humano numa vasta empresa tecnocrática. Fecundação *in vitro*, comércio de órgãos, massificação da cirurgia estética... uma série de práticas médicas e biológicas, em desenvolvimento acelerado desde o final da Segunda Guerra, não cessa de colocar o corpo em questão e de deslocar as fronteiras entre "humano" e não-humano. Deslocamento que ocorre no âmbito industrial, na esfera científica e também no cotidiano, onde proliferam serviços, equipamentos e produtos que propõem, diariamente, a reconstrução e a modificação do corpo, em nome de uma saúde melhor, de mais juventude e beleza. Como se, após séculos de culpabilizações, o corpo tivesse conquistado uma importância inédita, tendo sido amplamente liberado das coações religiosas e morais de um passado recente, para ser reconstruído ao sabor das modas e dos novos investimentos nos campos da cosmética, da dietética, das atividades físicas e terapêuticas hoje em expansão. Como se o "culto ao corpo" contemporâneo implicasse uma ampla ruptura com o passado: ruptura em relação às regras de conduta misóginas e filiadas ao eugenismo; ruptura perante uma tradição religiosa devotada à

pureza sexual; ruptura, enfim, com uma moral do sacrifício e, mais recentemente, com as informações contidas em nosso patrimônio genético.

Entretanto, no seio destas rupturas – nem sempre realizadas por completo – encontramos a renovação de antigos valores e a persistência de receios que atravessam as épocas e as culturas. É no bojo da inflação atual de produtos para o corpo e de saberes sobre o seu bem-estar que expectativas antigas buscam abrigo. Pois estudar o corpo é, em primeiro lugar, confrontar-se com paradoxos e contradições, na medida em que cada prática corporal exprime a persistência de valores e mitos antigos, assim como novas maneiras de definir e tratar as aparências e a saúde. Ao mesmo tempo, estudar o corpo é situar-se num espaço movediço, essencialmente multidisciplinar, para o qual convergem saberes vindos de áreas dispersas da cultura, da medicina à arte, passando pela história e pela antropologia. E, por fim, estudar o corpo, é, para o historiador em particular, deparar-se com a relevância de estudos voltados à antropologia dos gestos, à história das sensibilidades, à história da medicina e do esporte.

Lugar das manifestações biológicas e das expressões psicológicas, receptáculo e processador de símbolos sociais, espaço sobre o qual se inscrevem natureza e cultura, o corpo engloba uma complexidade de histórias cujo conhecimento parece inesgotável. Contudo, ainda não são muitos os estudos que buscam conhecer os processos de manipulação dos corpos nos espaços das indústrias e dos laboratórios responsáveis pela fabricação de produtos para a preservação da vida. Como se a compreensão destes processos escapasse ao historiador, supostamente imerso em paixões e ideologias consideradas – erroneamente – inexistentes no cotidiano dos locais em que o corpo serve como experimento fundamental. Como se houvesse uma distância incomensurável entre ciência e sociedade, tecnologia e cultura. Ora, como compreender a historicidade das práticas corporais, incluindo as relações de gênero, as definições da sexualidade e da saúde, sem

a investigação de sua produção científica e industrial? Se em nossos dias o historiador já consegue "entrar" nos ambientes privados e nos prostíbulos sem a autorização de um oficial da justiça, seria preciso, ainda, que ele mesmo se autorizasse a investigar, também, os laboratórios e indústrias da saúde, agora sem a permissão de um médico ou biólogo.

Desse modo, poderíamos, realmente, defender a tese de que todo estudo sobre o corpo – melhor seria dizer corpos – é necessariamente plural, na medida em que evoca uma série de processos – fisiológicos, culturais e econômicos – nos quais se cruzam domínios da cultura que por vezes acreditamos separados. Como veremos a seguir, é certo que diversos pesquisadores das ciências humanas já dedicaram sua atenção aos estudos sobre a historicidade das "técnicas corporais" no lazer, no esporte e na educação física, assim como já estudaram algumas de suas representações na arte, na moda e na mídia. Do mesmo modo, já dispomos de muitas análises que, direta ou indiretamente, historicizam a variedade de cuidados com o corpo nos campos da saúde, do trabalho e das relações amorosas. Mas é certo, igualmente, que quando se trata de verificar os processos de manipulação do corpo humano e, portanto, da vida, dentro da esfera das ciências médicas (e, atualmente, no âmbito das biotecnologias), as iniciativas ainda são tímidas. Se tal verificação fosse realizada, não apenas por médicos e biólogos, mas também por antropólogos, sociólogos e, especialmente, por historiadores, teríamos, por um lado, a oportunidade de desmistificar a antiga crença segundo a qual aqueles locais da "Ciência" seriam "exteriores" à toda historicidade e à toda "poluição" ideológica. E, por outro, estaríamos contribuindo para ampliar e enriquecer as pesquisas em ciências humanas e a atuação profissional do historiador.

O interesse pelo estudo do corpo humano possui uma história secular, que, evidentemente, se confunde com a história humana. Da medicina dos humores às utopias do corpo-máquina, passando pelo antigo dualismo corpo e alma na filosofia, essa história

recebeu uma atenção maior das ciências humanas no decorrer deste século. A partir dos anos 60, em particular, as contribuições para o estudo do corpo passaram a formar verdadeiras legiões, não apenas nos domínios da medicina e da filosofia mas, em particular, naquele das ciências humanas, principalmente nos Estados Unidos, França e Inglaterra. Na França, os estudos históricos emergentes nos anos 70, diretamente influenciados pela *École des Annales*, por exemplo, contribuíram, em grande medida, para tornar legítima a pesquisa com as práticas corporais nas ciências humanas. Desde então, vários estudos começam a questionar a presença do corpo – seus gestos e os cuidados a ele destinados – nos espaços de trabalho e de lazer, no mundo familiar ou fora dele, o que contribui para a formação de uma "sociologia do corpo", de uma "antropologia do corpo" e de uma história das práticas e das representações corporais[1]. Para o entendimento destes domínios é preciso ter em mente, primeiramente, que eles não englobam unicamente as influências teóricas e os problemas da época contemporânea. Jean Michel Berthelot afirma que podemos reconhecer uma "sociologia implícita do corpo" desde os primeiros passos da sociologia bem como nas pesquisas com trabalhadores desenvolvidas na primeira metade do século passado[2]. Além disso, as esferas da sociologia, da história e da antropologia do corpo não são coesas e contribuem, efetivamente, para o desenvolvimento de análises sobre práticas corporais até então pouco investigadas, tais como aquelas ligadas às experiências de alto risco, incluindo o uso de drogas e certas competições esportivas. Por fim, é necessário ressaltar que os domínios destinados ao estudo do corpo estão em contínuo processo de mudança: por exemplo, nos anos 70, era comum a emergência de pesquisas preocupadas, principalmente, em relacionar o corpo aos mecanismos de alienação, típicos das sociedades de consumo em plena expansão. A revista francesa *Quel Corps* é um exemplo de publicação situada dentro dessa perspectiva de análise. Fundada em 1975, seu primeiro número apresenta treze teses sobre o corpo e vinte sobre

o esporte. Estas últimas foram fortemente influenciadas pelas leituras de Marx e Reich. Diversos números da revista contaram com as participações de Jean-Marie Brohm, Michel Caillat e Jean Baudrillard, pesquisadores que ressaltaram, cada um a seu modo, o quanto a bandeira da liberação corporal poderia significar uma nova forma de alienação antes desconhecida. Como se toda liberação proposta na esteira de 68 tivesse, rapidamente, sido recodificada e transformada em mercadoria ou em "*soft* pornografia". É a partir do desenvolvimento de estudos desta natureza, que, desde o final dos anos 60, o corpo transforma-se em objeto de questionamento privilegiado das ciências sociais.

Entretanto, quanto mais caminhamos em direção aos anos 80, mais chances teremos de encontrar estudos que ultrapassam esta perspectiva ideológica, não necessariamente para negá-la, mas para fornecer uma complexidade maior às análises em curso. Uma nova geração de pesquisadores influenciados diretamente pelos estudos sobre a sexualidade, a loucura, a medicina e a disciplina, desenvolvidos por autores como Norbert Elias, Marcel Mauss e, ainda, Michel Foucault, começa a questionar os pressupostos a-históricos por vezes atribuídos aos cuidados com o corpo em diferentes épocas e culturas. Mauss e Elias, que, segundo perspectivas diferentes, viveram os anos 30, quando o corpo tornava-se objeto de novas atenções, sobretudo na arte, no cinema, no esporte e na educação física, contribuíram, amplamente e cada um a seu modo, para legitimar o caráter social e histórico dos gestos e comportamentos humanos. Mais recentemente, estudando a produção dos saberes nas ciências humanas, detectando as relações de poder em sua positividade e investigando a construção histórica dos modos de sujeição a si, Michel Foucault contribuiu, em grande medida, para colocar o corpo no centro dos problemas históricos. Não haveria, em sua perspectiva, uma história do corpo na medida em que não existiria um corpo já pronto, à espera de ser liberado ou castigado. Principalmente nos dois últimos volumes da *História da sexualidade*, são as relações que emergem

como constituintes dos corpos, são as práticas sociais, historicamente datadas, que produzem, ao longo da vida, sentimentos, preferências, aparências e fisiologias. Com Foucault fica evidente que o trabalho do historiador não seria aquele de buscar as transformações que um certo objeto sofreu ao longo dos anos e em cada cultura, pois esse autor não persegue o objeto mas sim as suas "condições de possibilidade" que, em cada época, fazem emergir as designações, divisões, formas de controle e de resistência. Nesse sentido, a pesquisa histórica não buscaria "o corpo", mas as práticas, as experiências, as relações sociais que visam fortalecê-lo ou enfraquecê-lo em cada circunstância.

A partir da influência de Foucault surgiram inúmeros trabalhos sobre o corpo. Michel Dostie, por exemplo, ultrapassa a visão de um corpo essencialmente psicologizado, ou percebido como assunto do âmago privado, para estudar sua morfologia, seu psiquismo e seus gestos segundo uma perspectiva sócio-histórica[3]. Georges Vigarello, outro exemplo, analisa historicamente a criação e o uso de instrumentos e saberes destinados à pedagogia e à civilização das condutas, apontando, ao mesmo tempo, as zonas de descontrole, os limites e as resistências que participam de cada estratégia criada para normalizar os indivíduos[4]. Philippe Perrot também analisa o trabalho de cuidar da aparência corporal e observa que nele encontramos não apenas o desaparecimento das coações de outrora, não simplesmente rupturas no modo de lidar com a beleza e a higiene corporal, por exemplo, mas também, a interiorização de formas de vigilância e de governo do corpo que podem ser antigas ou não[5]. Muito da investigação das condições de possibilidade implicadas na transformação dos comportamentos, incluindo a gestualidade e a percepção humanas, é movida pela ambição de saber como foi possível tornar habitual, normal e adequado a nós não apenas certos valores e práticas outrora inadequados ou sem sentido, mas também, determinados modos de ver, ouvir e dizer o mundo. Destaca-se, nesta perspectiva, o singular trabalho de Alain Corbin, responsável por lançar

as bases para uma antropologia sensorial, cujo objetivo principal é sempre o de perceber, no decorrer do tempo, as transformações da sensibilidade humana[6].

Os diferentes trabalhos sumariamente mencionados aqui, não se limitam a revelar quão diferentes são os corpos do passado, seus modelos de conduta e os valores a eles ligados. Eles nos fornecem, também, o privilégio de tornar estranho, nem que seja por alguns instantes, os gestos, as verdades, os hábitos que hoje nos são familiares e indispensáveis. Por vezes, eles nos indicam ainda as assíduas alianças entre o cotidiano e a ciência, entre técnica e cultura. E, através destas alianças, os históricos ideais de saúde e de corpo eficaz, vigentes no universo tecno-industrial se revelam estreitamente relacionados às concepções e usos do corpo no cotidiano o mais banal.

Desde o século passado, por exemplo, encontramos a disputa entre modelos de eficácia corporal que possuem em comum o fato de serem constituídos por interesses ao mesmo tempo políticos, econômicos e científicos. Vários exemplos poderiam ser fornecidos a este respeito[7]. Entre eles, predomina o famoso modelo corporal da "máquina energética": filho direto da termodinâmica, herdeiro de seus comprometimentos com os resultados da segunda revolução industrial e com a globalização em curso desde a segunda metade do século XIX, este ideal de corpo se quer liberado das supostas leis naturais e divinas, desvencilhado dos laços de sangue e das tradições locais. No lugar do corpo aberto e atravessado por humores, ou ainda do modelo mecanicista, prevalece, agora, o modelo do corpo assimilado ao motor à combustão enquanto que o humano é comparado à locomotiva. Pois, tal como o universo das máquinas, o ideal de corpo predominante nestes novos tempos não será mais aquele dos relógios, moinhos e alavancas. O corpo não deverá mais ficar à espera de um sopro divino para fazer mecanicamente seu trabalho. A força não lhe é dada, tem de ser produzida[8]. Mais do que nunca o homem se distancia de qualquer semelhança com a natureza e da

dependência com a vontade divina. A vontade deve, dizem médicos e empresários, vir de dentro de cada um, sendo construída no cotidiano, através da ginástica, da boa alimentação, e, sobretudo, da disciplina no trabalho. É quando uma "pastoral do suor"[9] atinge os corpos, no lazer e nas fábricas, assim como modifica o imaginário ligado ao funcionamento orgânico. Já no início deste século, os anúncios publicitários, na Europa e também no Brasil, ilustram o fato: elixirs para *acelerar* o processo de digestão dos alimentos, estâncias balneárias e águas medicinais para limpar o organismo, desobstruir os canais de circulação dos fluxos, facilitando o aumento da produção de energia, exercícios para majorar o vigor dos corpos, atenção extremada à saúde dos pulmões, esse centro de combustão do corpo, tal qual ele é entendido nesta era da termodinâmica. Limpar, acelerar os movimentos, produzir mais rápido: tais são os enunciados dirigidos aos corpos humanos e às cidades, a cada organismo e a cada trabalhador. Já assistíamos, desde então, à emergência do homem "excitado" mencionado por Nietzsche, mas também preparávamos o terreno para o homem super-excitado do qual fala Virilio[10].

Nas grandes capitais brasileiras, a voga do *sportman,* do início do século, visava, justamente, criar "uma nova raça", capaz de atualizar o ideal produtivista. Interessante observar que, desde então, a educação física começa a receber uma atenção especial. Ao contrário dos espartilhos e coletes que moldavam o corpo do exterior, sem exigir dele nenhuma força, com a ginástica e os esportes o corpo será chamado a se fortalecer sozinho, utilizando para tanto as suas próprias forças. Mas, por isso mesmo, ele será coagido, também, a render mais. Imediatamente qualquer desperdício de energia se torna uma grande ameaça. Empresários e médicos se apressam em diagnosticá-las: o álcool, o jogo, a prostituição, a masturbação não são mais, apenas, práticas pecaminosas ou excessos da vadiagem. Elas representam, sobretudo, desperdício de energia, logo de trabalho.

Contudo, até meados deste século, a demanda pelo aumento da produtividade reluta em associar termos até então opostos: sedução e higiene, prazer e desgaste físico, trabalho e lazer. Será preciso esperar que as grandes mensagens ideológicas percam sua força de adesão social, que a crença numa história linear rumo ao progresso seja esmaecida, que a sociedade de massas se desenvolva, para que os apelos em torno do aumento da produtividade possam aliar o prazer à disciplina no trabalho. Será preciso também que a biologia molecular se desenvolva, acelerando transformação dirigida do ser vivo, para que o saber sobre o corpo ganhe uma profundidade e uma complexidade inéditas. Será necessário enfim que as técnicas de intervenção e de "escuta" do organismo se sofistiquem e se massifiquem, que se banalize enfim o espaço corporal – na mídia e na medicina –, para que um novo modelo de corpo seja construído.

Desde então, o modelo energético, produzido pela termodinâmica, começa a concorrer com a imagem de um corpo *informatizado*: não apenas máquina de produção e consumo de energia, mas também de informação. Se com a informática o pensamento sai da era Gutenberg, com o desenvolvimento da bioquímica, da genética e da biologia molecular, o ser vivo será percebido como sendo, fundamentalmente, um produtor e um transmissor de *informação*[11]. No domínio científico e fora dele, fica a impressão de que o corpo passou a ser semelhante a um texto que se dobra sobre si mesmo, um dispositivo composto por redes de mensagens cujas possibilidades de interpretação parecem mais variadas e fragmentadas do que no passado. A diversificação e a multiplicação de exames médicos, por exemplo, exigem uma interação maior entre ciência e tecnologia. Muitas vezes, o olho humano é substituído por máquinas capazes de reconstituir as imagens do organismo em três dimensões, o que demanda da medicina o aprendizado de uma nova semiologia. O progresso no conhecimento do corpo deixou, portanto, de estar limitado a uma medida humana, pois tal medida passou a estar contida nos próprios

instrumentos e técnicas de investigação, o que leva a ciência à ultrapassar a escala humana individual. Da biologia molecular à bioengenharia, o conhecimento do ser humano não poderá mais ser concebido sem a leitura, a descrição, o tratamento, a seleção, a análise e a reprogramação da informação biológica num nível infinitesimal[12]. Com o Projeto Genoma, por exemplo, uma espécie de carta de informação invisível, interior a cada indivíduo, promete revelar as suas singularidades e os seus limites.

Entretanto, repetindo uma tendência histórica, quanto mais avançamos na pesquisa da identidade do corpo, mais amplo e complexo será o espaço onde supostamente encontraríamos suas verdades. Como se, doravante, para investigar a identidade própria ou alheia tivéssemos que perguntar não apenas quais os segredos do coração, do pensamento ou do inconsciente, mas também o que está guardado nesta outra memória do ser, ou seja, quais informações revelam o seu genoma. Além disso, é no seio de rupturas no modo de pensar e tratar o corpo que antigos receios podem ser atualizados. Nesse sentido, em plena era de transformação do ser vivo num "pacote de informação", a secular cisão entre corpo e alma tende a tomar a forma de uma divisão entre dois tipos de indivíduo: aquele que é sensível à escuta de seu íntimo, atento e devotado à decifração de sua sexualidade e de seus afetos, disposto a ampliar a zona de diálogo consigo mesmo, em oposição ao indivíduo supostamente considerado alienado em relação a seus desejos, insuficientemente liberado para poder encontrar prazer em se auto-decifrar, analfabeto em relação às formas de expressão da subjetividade manifestadas através das novas técnicas de escuta em desenvolvimento. Sob a era da obsessão pela informação, quando o corpo se torna pura linguagem, meio, mensagem, os que permanecem analfabetos em relação à leitura de suas próprias intimidades, alheios aos prazeres da decifração do corpo, correm o risco de ser considerados os *novos excluídos da história*.

Todavia, esse corpo que se quer liberado é coagido a se desvencilhar, também, das antigas noções de normalidade até então existentes. Se no século passado o controle do corpo encontrava um poderoso argumento na necessidade do fortalecimento da raça, a partir de meados desse século é sobretudo o *bem-estar individual* que vai se tornar uma justificativa inquestionável. A definição de saúde amplia sua zona de normalidade para ser compreendida como sinônimo de bem-estar e prazer, enquanto que sua apologia é paralela à galopante desnaturalização do sofrimento. Como se, doravante, tudo estivesse destinado a fornecer, unicamente, prazer. Assim, principalmente após os anos 60, com os movimentos de liberação social, a relação do homem com o seu passado se vê transformada: se anteriormente era comum que ele se arrependesse dos pecados cometidos ou dos prazeres furtivamente experimentados sem o consentimento social, em nossos dias, ele tende a lamentar os possíveis prazeres que deixou de viver, as supostas relações sociais que não experimentou. O passado continua a perseguir cada um, no entanto, menos para trazer a memória culpada da transgressão e muito mais para lembrar os prazeres que poderiam ter sido vivenciados. Pois na medida em que o prazer ganha legitimidade e o bem-estar se torna uma regra, toda satisfação obtida se quer para além do lícito e do ilícito, para além da moral e de toda oposição. Nesse sentido, as grandes cidades multiplicam seus serviços de fornecimento de bem-estar e enfatizam que é preciso ter prazer em tudo o que se faz: é preciso ter prazer não apenas no lazer, mas também no trabalho, nas relações conjugais e extra-conjugais, na rotina ou fora dela. Como se o prazer não pudesse mais ser algo extraordinário.

Com a beleza feminina ocorre algo similar. Se no tempo de nossas avós ela ainda era considerada um dom, recentemente ela foi transformada em algo que se conquista, individualmente, cotidianamente[13]. Por conseguinte, ela deixa de ter um limite preciso: não há mais idade para começar nem para parar de se preocupar com o embelezamento. Os cuidados de beleza transformam-se

em experiências mais flexíveis, mas por isso mesmo exigem novas competências e novas regras. Em suma, para ser belo e saudável não basta mais curar as doenças, usar um espartilho, cobrir o que se acha feio. É preciso corrigir, prevenir, é preciso não apenas parecer belo e saudável mas sê-lo, autenticamente, para os outros e para si mesmo. Desse modo, em vez da imposição do apertado espartilho, teremos a livre escolha da disciplina oferecida pelos inúmeros exercícios e pelas centenas de dietas.

Liberamos o corpo da natureza divina, dos moralismos de outrora, e, neste século, não cessamos de liberá-lo também de suas células, de sua pele, de seus genes e de suas informações. Não apenas nos laboratórios, mas também na mídia, na proliferação de heróis de seriados e filmes, cujo corpo se mostra um misto de silício, carne, *chips* e sentimentos. Expedição de células pelo correio, construção de organóides, reprodução *in vitro*, transplante de órgãos e de genes, a dispersão corporal está no mundo científico e fora dele atinge populações carentes e grandes multinacionais, interfere na ecologia e nas formas cotidianas de conceber a saúde e a vida conjugal. Para que as diversas partes corporais sirvam como equivalentes gerais de riqueza, a história de suas singularidades é apagada. Os estóicos já haviam dito que o desequilíbrio significava separar uma parte do todo. Pois o que é uma célula liberada do corpo onde sempre viveu, ou então, o que é um clone liberado da terra e de todo corpo? Nesta época devotada em ressaltar o direito ao prazer, tão prolixa em relação à manutenção da vida, é urgente o desenvolvimento de estudos históricos dedicados às práticas corporais, não apenas no cotidiano das famílias, mas também nos laboratórios e nas indústrias, não para simplesmente denunciá-los, mas para historicizar seus produtos, evidenciando aquilo que raramente conseguimos ver: as estreitas conivências entre aqueles produtos resultantes da engenharia genética ou da cosmética, por exemplo, e nosso modo de vida cotidiano. Conivências que passam necessariamente pelo atual imperativo da livre escolha e que se pautam menos pelo direito à

cidadania do que pelo direito ao consumo. Recorrer à análise histórica, longe de solucionar estes dilemas, possa, talvez, impedir que eles sejam retirados do tempo. É quando começamos a conhecer a idade de alguns dos receios diante do corpo que envelhece, por exemplo, assim como a natureza dos sonhos em face das promessas de beleza e saúde eternas. O que não é suficiente, é lógico, para evitar os primeiros, nem para realizar os segundos. Mas pode ser muito útil para que se possa entrar em contato com temores e expectativas existentes em outras épocas, quando os valores e os ideais corporais se sustentavam em modas, tradições, justificativas e conceitos científicos hoje tornados, muitas vezes, hilários.

Notas

[1] Para um diversificado apanhado dos trabalhos sobre o corpo nas ciências humanas, ver, FEHER, Michel et alii *Fragments for a history of the human body.* Nova York, ZONE, 1989, 3 vols. Ver, também, ANDRIEU, Bernard. *Une histoire du corps au XX^e siècle.* Paris, L'Harmattan, 1993.

[2] BERTHELOT, Jean Michel. "Corps et Société, problèmes méthodologiques posés par une approche sociologique du corps". In *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXIV, 1983, pp. 121-122.

[3] Cf. DOSTIE, Michel. *Les corps investis.* Quebec, Oxalis, 1988.

[4] VIGARELLO, Georges. "Panóplias corretoras, balizas para uma história". In SANT'ANNA, Denise B. *Políticas do corpo, elementos para uma história das práticas corporais.* São Paulo, Estação Liberdade, 1995, p.21. Vigarello possui uma ampla obra sobre a história das práticas corporais. Destacamos seu último livro, *Histoire du viol.* Paris, Seuil, 1997, no qual é analisada a emergência de novas intolerâncias em relação à violência sexual na França, durante os séculos XVIII e XIX.

[5] PERROT, Philippe. *Le travail des apparences ou les transformations du corps féminin XVIII-XIX siècle.* Paris, Seuil, 1984, p.206.

[6] Entre os estudos de Corbin, destacamos: *Cloches de la terre, paysage sonore et culture sensible dans les campagnes au XIXe siècle.* Paris, Albin Michel, 1994; *Le temps, le désir et l'horreur. Essai sur le XIXe siècle.* Paris, Albin Michel, 1991; *Le miasme et la jonquille.* Paris, Flammarion, 1982.

[7] Realizamos um resumo destes modelos no artigo: "Corpo e História" In *Cadernos de Subjetividade*, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, PUC/SP, 1995.

[8] Desenvolvemos melhor este problema no artigo "O receio dos 'trabalhos perdidos'; corpo e cidade" In *Revista Projeto História*, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC/SP, 1996.

[9] A este respeito ver o artigo de COURTINE, Jean-Jacques. "Os stakanovistas do narcisismo". In Sant'Anna, Denise B. de, *op. cit.*

[10] Paul Virilio. *L'art du moteur.* Paris, Galilée, 1993, pp.129-167.

[11] Ver OLBY, R.C., CANTOR, G. N., CHRISTIE, J.R.R. e HODGE, M.J.S.(eds.). *Companion to the History of Modern Science.* Londres, Routledge, 1990, pp.503-520.

[12] ROSNAY, Joël de. *L'aventure du vivant.* (Sciences). Paris, Seuil, 1991, pp.188-189. Serres, Michel. *Les messages à distance.* Québec, Fides, 1994.

[13] Ver nosso doutorado: *La recherche de la beauté. Une contribution à l'histoire des pratiques et des représentations de l'embellissement féminin au Brésil, 1900 à 1980.* Paris, Universidade Paris VII, 1994, 658p.

Sexualidade e identidade na historiografia brasileira

Luzia Margareth Rago
Universidade Estadual de Campinas

A preocupação em "inventar o Brasil", em descobrir nossas supostas raízes históricas marcou o horizonte de muitos historiadores dos anos 20 e 30[1]. Envolvidos com a tarefa de encontrar as formas de superação dos obstáculos ao desenvolvimento social e econômico, perguntaram-se pelas características essenciais do povo brasileiro, pelo passado que nos havia constituído como tal.

Para aquela geração, tratava-se de definir nossa suposta identidade cultural, encontrando os pontos fixos, ou a tão prestigiada "essência", oculta nas profundezas da terra e da psique. Tratava-se de compreender o passado para transformar o presente: romper com as pesadas tradições que emperravam o progresso e entrar no compasso da História. O leque de questões que eles se colocavam tinha por objetivo entender os problemas sociais e a incapacidade de nos construirmos como uma nação moderna, rica e poderosa, a exemplo dos Estados Unidos.

Quase todos esses autores davam especial ênfase à índole pacífica, acomodada e preguiçosa do povo brasileiro. Sérgio Buarque de Hollanda se perguntava por que a modernidade não se completava no país, quais eram os entraves à formação da esfera pública no Brasil, tentando perceber as linhas tendenciais de uma possível modernização transformadora.

São consagrados os trabalhos produzidos nessa época, como *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira,* de Paulo Prado, publicado em 1928, *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre e *Evolução política do Brasil,* de Caio Prado, de 1933 e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, de 1936[2]. Esses brilhantes estudos formaram inúmeras gerações, tornando-se nossa principal referência acerca de nós mesmos.

Vale notar que, nesses livros, é basicamente em torno da *dimensão sexual* que se produz a referência maior das características que explicam o povo brasileiro, sua índole e sua vocação. O desenvolvimento histórico que se observa ao longo de nossa história estaria contido, em germe, nesses traços que se constituíram nas relações primárias que se estabeleceram na "infância" do Brasil, quando chegaram os primeiros conquistadores e se iniciou o processo de miscegenação racial.

Alguns historiadores, a exemplo de Ronaldo Vainfas, questionaram a imagem desregrada da Colônia, produzida pelos observadores dos primeiros séculos da colonização e reproduzida pelos historiadores, encontrando muitas regras e formas de culpabilização, onde outros viram apenas caos e descompromisso. "À fornicação tropical não faltaram, pois, normas bem rígidas. (...) Por mais sexualmente intoxicada que tenha sido a Colônia, como quer Gilberto Freyre, os valores da família, mescla da cultura popular e do discurso oficial se fizeram presentes"[3].

Contudo, nos limites de nosso texto, não se trata precisamente de decidir sobre a moralidade ou imoralidade historicamente existente no país, mas de destacar a importância que o discurso da sexualidade assume na leitura que fazemos de nossas origens históricas. Como observou o antropólogo norte-americano Richard Parker, que nos chama a atenção para este ponto, a noção da sexualidade não está apenas presente na percepção que cada indivíduo faz de sua existência, mas na auto-interpretação de toda a sociedade[4]. "É uma visão que se tornou cada vez mais acentuada em anos recentes nas

histórias que os brasileiros escolheram para relatar sobre si próprios, como um povo"[5].

A Tristeza Brasileira

Neste ensaio inaugural, Prado procura explicar o Brasil, construindo seu mais fiel retrato. Inicia definindo a principal característica do povo brasileiro, comparado ao pássaro jaburu, na epígrafe de Capistrano de Abreu. Logo na primeira página, o autor afirma: "Numa terra radiosa vive um povo triste". Nas seguintes, Prado explicita o significado da tristeza, que passa progressivamente a denominar, a partir de um vocabulário médico, de melancolia. Somos, então, informados de que melancolia é o estado físico e psíquico decorrente da "hiperestesia sexual". De tantos excessos sexuais e vícios da multiplicação das "uniões de pura animalidade", desde os inícios da colonização no Brasil, tornamo-nos um povo triste, cansado, prostrado.

> A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíram como cúmplices – já dissemos – três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana. Na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual(...). Desses excessos de vida sensual ficaram traços indeléveis no caráter brasileiro. Os fenômenos de esgotamento não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; extendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas, acompanhadas de profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo até o ódio. (p.120)

Este traço original que marca definitivamente a cultura brasileira desde os primórdios da colonização será responsável pela incapacidade atávica de evoluirmos, pela não-realização da Modernidade brasileira. Ao contrário dos povos de origem puritana, como os norte-americanos, nos quais o lado racional e administrador é mais forte do que o instintivo, o Brasil não consegue romper com o passado arcaico, pesado, conservador e autoritário, que entrava sua marcha rumo ao progresso.

É interessante lembrar que de 1928 é também a famosa obra de Mário de Andrade, *Macunaíma*, aliás, dedicada a Paulo Prado. O herói, ou anti-herói, é um homem da natureza, como os nossos antigos habitantes, sem nenhum caráter, que se diverte todo o tempo "brincando com as cunhãs", ou meretrizes, que, por sua vez, se divertem e deliram todo o tempo[7]. Não é à toa que até seu ingresso na civilização, sua entrada na cidade barulhenta de São Paulo, seu contato repentino com as máquinas se faz através de três lindas e alvas "cunhãs", com quem ele passa a noite e para quem paga quatrocentos "bangarotes".

A inteligência do herói estava muito perturbada. As "cunhãs" rindo tinham ensinado pra ele que o sagüi-açu não era sagüim não, chamava elevador e era uma máquina. De-manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncos esturros não eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina[8].

Assim, são as prostitutas que fazem a passagem do herói do reino da natureza para a civilização, da terra verdejante para o mundo das máquinas, a mercantilização do sexo sendo a primeira relação capitalista que vive o herói.

Entre a história e a literatura, portanto, emerge um povo indolente, fraco e fortemente sexualizado, traço que indica seu grau de atraso cultural, o predomínio do lado instintivo sobre o racional, o que o torna, por sua vez, inadequado para construir a Modernidade, para se tornar um cidadão de primeiro mundo.

Mas vale perguntar por que a cultura sexual descrita por Prado seria origem de nossa tristeza e não de nossa alegria, como aparece em Mário? É verdade que Prado é conhecido como membro da elite oligárquica decadente, representante de seu pessimismo em termos da avaliação do país, às vésperas das transformações políticas de 1930. Medo da degeneração da raça, do escurecimento em vez do embranquecimento populacional que tanto queriam, medo do predomínio do instinto sobre a razão, medo de uma "*psyché* racial" que nos predeterminaria ao fracasso. Em seu en-

saio, os viajantes do século XIX são invocados para reforçar esta visão pessimista: para John Luccock, por exemplo, que não ouve gritos no Brasil até 1810, depois da chegada da corte portuguesa, "todos parecem de língua atada"[9].

A visão pessimista sobre o povo brasileiro, nessa direção, parece assentar na própria concepção altamente negativa da sexualidade que tem o próprio autor, para além de toda a influência do darwinismo social em sua obra. Afinal, o excesso de energia sexual, a abertura para o outro, a facilidade de contato físico, em princípio, poderiam não ser percebidos como fatores negativos na constituição de um povo. Aliás, ainda está para ser esclarecido por que o desejo sexual deveria ser o principal traço da "psique nacional", questão que obviamente não incomodou os pensadores do século XIX e meados do XX. Dando visibilidade à questão, Foucault afirma a necessidade de compreender por que a sexualidade se converteu, nas culturas cristãs, no "sismógrafo de nossa subjetividade." E completa:

> É um fato, um fato misterioso, que dentro desta espiral indefinida da verdade e da realidade, a própria sexualidade se tenha transformado de primeira importância desde os primeiros séculos de nossa era. Cada vez é mais importante. *Por que existe uma conexão tão íntima entre sexualidade, subjetividade e obrigação com a verdade?* [6]

Certamente, os historiadores basearam-se em importantes fontes documentais para construir suas interpretações históricas de nosso passado, e certamente os viajantes, inquisidores, colonizadores que desvendaram o país, desde o século XVI, além do olhar masculino, traziam toda a bagagem de preconceitos culturais da Europa renascentista, através da qual codificaram as práticas sociais e sexuais, como mostrou Vainfas. Assim, enxergaram nas práticas sexuais dos indígenas todos os vícios que o cristianismo lhes ensinava ver. As índias nuas foram transformadas em "ninfomaníacas" e "devassas", segundo as classificações das "perversões sexuais" elaboradas pelo médico vienense Von Kraft-Ebing, em meados do século XIX. A representação instituiu-se como fato, e, ape-

nas recentemente alguns trabalhos têm desconstruído essas imagens, entre misóginas e racistas, veiculadas pela documentação[11].

Parece-me, além disso, que é o discurso médico não-citado, apenas referido, que constitui a matriz das interpretações cientificistas de Prado sobre o povo e a raça brasileiros. Ora, sabe-se, desde Foucault, o quanto este discurso, instituidor das referências modernas sobre a sexualidade, é severo, moralista e sexista[12]. Para os médicos do século passado, o desejo sexual era visto como força ameaçadora, vulcânica, destrutiva que deveria ser combatida e bem administrada pelo intelecto. Segundo o doutor Heredia de Sá:

> o homem sequioso do prazer venéreo sente-se atormentado por necessidade imperiosa, irresistível, uma excitação espantosa vivifica seu organismo, um fogo ardente abrasa seus órgãos, as artérias pulsam com excessiva força, os olhos incendeiam-se com brilho sobrenatural, sua face colora, sua respiração se torna anelante, as partes genitais se intumescem, se congestam e nelas se experimenta um sentimento de ardor e titilamento. O pensamento não tem mais força, a vontade não domina, todas as faculdades estão concentradas em a idéia fixa; (...). (1845)

Obcecados com a sexualidade, voyeuristas disfarçados, os homens da ciência não paravam de falar da sexualidade desde o século XIX, como apontou Foucault, principalmente para condená-la. Todas as práticas sexuais foram postas sob o signo do discurso científico, classificadas, contidas e condenadas. Dir-se-ia que a ciência domou o sexo, com medo de ser dominada[13].

Em relação à prostituição, por exemplo, o doutor Ferraz de Macedo, por exemplo, classificava as prostitutas do Rio de Janeiro por volta de 1872, como "degeneradas natas", signos da involução das espécies: sub-raça. Seus pares insistiam na ausência de instinto sexual nas "mulheres castas", a não ser para fins reprodutivos. Juristas como o doutor Viveiros de Castro, ao lado dos médicos, enxergavam onanistas, pedófilos, homossexuais, tríbades, perversos sexuais em quase todos os cantos da cidade. Especialmente importante foi a condenação da masturbação, masculina e feminina, vista como caminho certo para a loucura. Segundo o discurso médico:

> O onanismo reina como senhor entre a mocidade dos colégios e casas de educação.(...) Com a reclusão, a instigação diária e muitas vezes quase contínua da excitação vai, pouco a pouco, embotando as faculdades intelectuais, o seu desenvolvimento orgânico não continua; há mesmo parada do desenvolvimento geral do organismo, enquanto que o dos orgãos solicitados se faz com assustadora precocidade[14].

Como procede Paulo Prado para definir a identidade nacional? Seu primeiro passo é nutrir-se do discurso médico para organizar sua percepção da sociedade e construir uma representação da sexualidade dos habitantes do país, incorporando assim, ou reforçando seus próprios preconceitos. Todas as "verdades" médicas sobre a sexualidade são reproduzidas pelo historiador. Segundo passo: sobre esta base interpretativa, ele elabora sua leitura da identidade nacional, generalizando para todos os brasileiros/as uma forte dose de sensualidade, uma sexualidade latente, transbordante, irradiadora para todas as outras dimensões físicas e psíquicas. O terceiro movimento lhe escapa: é a reprodução e a apropriação destas teses por seus pares.

Assim, o discurso médico sobre o corpo e a sexualidade é apropriado como verdade científica, o que equivale dizer, aceito acriticamente pelos historiadores, servindo-lhes de fundamento para construir a interpretação de uma "psique nacional" que, triste ou alegre, passa pela perversão, pelo predomínio do instinto sobre a razão, por tudo aquilo, portanto, que impossibilita a formação do indivíduo racional, cidadão apto a participar da esfera pública e administrar o bem público. Do olhar dos viajantes e inquisidores à historiografia, essas misóginas e fantasiosas representações sobre a "realidade brasileira" foram reproduzidas e repetidas indefinidamente, ensinando-nos de certo modo quem era e o que seria ser o brasileiro[15].

O resultado é a construção de um campo discursivo que, de ordem biológica, reforça a estigmatização do outro percebido como desvio, monstruosidade, diferença. Etnocêntrico e xenófobo, percebe o outro biologicamente como raça inferior; falocên-

trico, institui o masculino como lugar da verdade e da perfeição. As índias nuas – pura animalidade – querem dar..., pois vivem em estado de natureza, e não de sociedade. No reino da natureza exuberante, só mesmo a sexualidade desvairada poderia ter espaço... O Brasil não teria chances então?

A Alegria Brasileira

Será preciso outro famoso autor, Gilberto Freyre, para nos devolver parcialmente a alegria e notar como a vida sexual no Brasil é positiva, responsável aliás pela "democracia racial", apesar da propagação das doenças venéreas, principalmente a sífilis. O povo brasileiro se origina da *miscegenação das três raças* que, no Brasil especialmente, não tiveram maiores problemas para se fundir, pois a atração sexual foi mais forte do que as exigências legais e racionais de união entre os diferentes. Daí uma cultura particular, marcada pela cordialidade, pela leveza, pelo instinto, pelo corporal e pela tolerância.

As relações primárias em Freyre se caracterizariam pela intensa atividade sexual:

> O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual.
>
> O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho.[16]

Inspirando-se em Paulo Prado, Freyre constrói sua argumentação a respeito das origens do povo brasileiro:

> Paulo Prado salienta que o "desregramento do conquistador europeu" veio encontrar-se em nossas praias com a "sensualidade do índio". Da índia, diria mais precisamente. Das tais cablocas "priápicas", doidas por homem branco.[17]

É interessante observar que um historiador competente como Freyre tome a documentação tão literalmente, encontrando aí a verdade mesma sobre a índole do povo brasileiro, constituída a partir de toda uma tradição de licenciosidade, cujas raízes por sua vez teriam vindo das índias e caboclas "priápicas" e de portugueses aventureiros, "garanhões desbragados".

Quanto ao colonizador, a ausência de "consciência de raça" no "português cosmopolita e plástico" marca nossa formação radicalmente. O português que vem é "predisposto para a colonização híbrida e escravocrata" pela influência africana em seu sangue, pelo sangue um pouco mouro; o ar quente e oleoso da África, amolecendo as instituições. A "moura encantada", envolta em misticismo sexual, imagem deixada pelo contato com os sarracenos para os portugueses, foi projetada aqui nas índias, banhando-se nos rios, "gordas como as mouras" e menos ariscas: "Por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos 'caraíbas' gulosos de mulher"[18].

Retomando Paulo Prado, afirma:

> Atraídos pelas possibilidades de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram por gosto ou vontade própria, muitos europeus do tipo que Paulo Prado retrata em traços de um vivo realismo. Garanhões desbragados."[19]

A sexualidade adquire ainda uma dimensão muito poderosa em sua interpretação histórica do Brasil, na medida em que é fator fundamental na determinação das relações que se estabelecem na esfera pública. O público molda-se por modelos emprestados do mundo privado, segundo ele, e aí as relações primárias são sobretudo marcadas pelo sado-masoquismo. Assim, o modelo de relação sexual sadomasoquista entre senhor e escrava passou para a esfera pública.

Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual de doméstica, tem-se feito sentir, através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos supreendê-los em nossa vida política,

onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes às vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como do chamado "marechal de ferro"[20].

Ainda assim, e seguindo pois seu raciocínio, o patriarcado permitiu a estabilidade social, garantiu a coesão social que, de outro modo, estaria perdida:

> A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América Hispânica; e esse tipo de civilização, ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes.[21]

Casa-Grande e Senzala x Modernidade Urbana

Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*, embora não se refira à sexualidade como lugar de constituição e origem da personalidade do homem brasileiro, de certa forma compromete-se com este imaginário sexual ao desenhar a figura de cordialidade essencial do brasileiro. Apesar de concordar plenamente com sua análise sobre as dificuldades de construção da moderna esfera pública entre nós, não deixa de ser curioso o peso dado à sexualidade para explicar a índole emotiva que caracteriza o "homem cordial".

Herdeiro dos portugueses "personalistas" que para cá vieram, ele é o produto de uma pesada tradição marcada pelo personalismo, pelo ruralismo, pelo patriarcalismo e sobretudo por uma forma de colonização aleatória, onde importava muito mais atender aos caprichos pessoais do que a um planejamento racional. O "aventureiro" e o "semeador" predominaram sobre o "trabalhador" e o "ladrilhador", responsáveis pela colonização espanhola, produzindo uma figura mais emotiva e instintiva que racional, portanto, mais para anti-moderno. A mentalidade da casa-grande invadiu as cidades e conquistou as profissões, diz ele, até as mais humildes; o culto da personalidade predominou sobre o fortalecimento dos laços de solidariedade, a ética da aventura sobre a do trabalho; as cidades cresceram à mercê do momentâneo dado

o espírito "livre" e avesso a compromissos dos colonizadores; tudo contribuiu, enfim, para formar uma ética anti-moderna, uma sexualidade permissiva e ao mesmo tempo corrosiva. Nem mesmo orgulho da raça tiveram os portugueses, que se fundiram com os negros e os índios sem problema algum, sem impor nenhuma barreira étnica ou sexual. Os valores morais não se firmaram nunca entre nós.

Pater poder inconteste e ilimitado, o predomínio da família e da casa-grande sobre o Estado e a vida pública, a ditadura do campo sobre as cidades e a extensão do poder da esfera privada impediram a formação do conceito de cidadania no país. Os problemas decorrentes do fato de que na estrutura familiar patriarcal, "as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós"[22] – daí a "cordialidade brasileira", o sentimento de que tudo nos é familiar, o desejo de estabelecer intimidade – são nosso maior obstáculo para nos tornarmos modernos.

Richard Sennett pode nos ser bastante útil para compreender a problemática do não-formação da esfera pública no Brasil[23]. No primeiro mundo, diz aquele autor, o desejo de intimidade se sobrepôs à consciência pública, ou melhor, à crença na coisa pública, no decorrer de um longo processo iniciado no século XIX. No Brasil, o predomínio do privado se deu de outra forma, mas também dificultou a formação da esfera pública moderna. O poder dos fazendeiros em suas grandes propriedades, o não-reconhecimento dos interesses públicos, a repressão dos movimentos sociais que pressionaram pelo reconhecimento dos direitos, a confusão entre os dois domínios levaram à cristalização da lógica da casa-grande e senzala, reproduzida em todos os espaços e instituições nacionais. O espaço público foi percebido e instituído como "quintal de minha casa" pelo dirigente, chefe, governante, caracterizando-se pelas relações clientelísticas que permeiam inclusive as formas de sociabilidade nas favelas e nos meios populares.

Liberalidade ou permissividade da vida íntima do brasileiro, que não é

> bastante coesa para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a como peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os frequentemente se maiores dificuldades.[24]

Se Sérgio Buarque não fundamenta sua construção do caráter brasileiro no campo da sexualidade, a exemplo de Prado e Freire, que aliás cita e admira, participa de certa forma deste imaginário em busca da identidade nacional nos anos 30, ao enfatizar como principal traço da brasilidade o predomínio do emocional e do instintivo sobre o racional. Afinal, o "homem cordial" é um homem do coração, dos sentimentos e afetos. À flor da pele, exatamente como nos vêem os americanos.

> Seria engano supor que essas virtudes (a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade) possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.[25]

Também aqui somos mais corpo que alma, mais imediatez que planejamento, mais "casa-grande e senzala" do que modernidade urbana. Por isso mesmo, não conseguimos realizar a esfera pública no Brasil, desenvolver laços efetivos de solidariedade, construir uma sociedade democrática e justa. A figura do "homem cordial", essência do caráter brasileiro, impede a modernização, é um enorme obstáculo ao nosso desenvolvimento.

> A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, ao s seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.[26]

Tradição do "vale tudo": esse é o trágico legado das raízes históricas do Brasil. O que dá às relações de gênero, ou, se se

quiser, ao machismo brasileiro uma característica toda especial, pela ausência de limites. Infelizmente, o feminismo ainda não é forte o suficiente para gerar um contra-poder no mesmo nível, apesar de seu peso. As mulheres continuam achando que a sexualidade masculina é mais importante e necessitada, e que elas devem se submeter por um pedacinho de céu(?), enquanto os homens destroem e jogam fora o tesouro que se lhes oferece[27].

Como o "homem cordial" foi apropriado? Gilberto Freyre encontrou-o no mulato:

> Evidentemente, o brasileiro que tem sua pinta de sangue africano ou alguma coisa de africano na formação de sua pessoa; não o branco ou o "europeu" puro, às vezes cheio de reservas; nem o cabloco, de ordinário, desconfiado e que ri pouco."[28]

O mulato que sai de baixo social e etnicamente: o "riso abundante" característico de nosso mulato não advém da raça mas de um desenvolvimento ou especialização social, por causa das condições de ascensão social que teve o mulato através da vida livre. Segundo Freyre, o mulato procurou vencer o branco, agradando o "povo", os clientes, sorrindo. Seu riso foi um instrumento de ascensão social – na passagem de uma raça para outra, e de uma classe para outra, o que se explicaria pela ação do meio cultural sobre o indivíduo[29]. Finalmente, ele é identificado ao "homem cordial" por ser "criador de intimidade", que revelaria um desejo dos mulatos em ascensão de encurtar a distância com os brancos[30]. "No uso brasileiro do diminutivo, uso um tanto dengoso, ninguém excede ao mulato." Mas o mulato é efeminado: "Socialmente incompleto, o mulato procura completar-se com esse esforço doce, oleoso, um pouco feminino"[31]. Ao mesmo tempo, Freyre procura destruir a idéia de inferioridade intelectual do mestiço.

O Sentido Sexual da Colonização

Já Caio Prado, em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), inaugura a tendência marxista de interpretação histórica, apontando para a infraestrutura econômica com lugar de inteli-

gibilidade da história. O historiador inicia o livro com o capítulo sobre o "Povoamento", em que focaliza a constituição sexual da população, já que a relação sexual permite a miscigenação das raças e o surgimento da população. Ela é pois condição de possibilidade de todas as demais dimensões da vida em sociedade, isto é, das relações produtivas abordadas nos capítulos "Vida Material" e da "Vida Social". Nesse sentido, a sexualidade está na base da economia e da sociedade, já que é da fusão sexual produzida pela mistura das raças que nasce o povo brasileiro.

> A licença dos costumes, que sempre foi a norma do Brasil Colônia, (...) teve ao menos esta contribuição positiva para a formação da nacionalidade brasileira: e graças a ela que foi possível amalgamar e unificar raças tão profundamente diversas, tanto nos seus caracteres étnicos como na posição relativa que ocupavam na organização social da Colônia.

Não é pois por acaso que Caio reproduz *ipsis literis* as teses de Gilberto Freyre, no capítulo "Raças". Aí, o marxismo dá lugar a outro tipo de análise e o autor não se importa, pois trata-se para ele, ao contrário do autor que reproduz, de falar de superestruturas, perfumarias. Destaco este capítulo, em que Caio explica que o "cruzamento das raças" foi o que mais contribuiu para a absorção do indígena, o que se deu não por providência oficial, mas

> agiu para este fim como no caso paralelo e análogo do negro, o impulso fisiológico dos indivíduos de uma raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa[32]

Aliás, a mestiçagem,

> signo sob o qual se forma a nação brasileira, e que constitui seu traço característico mais profundo e notável, foi a verdadeira solução encontrada pela colonização portuguesa para o problema indígena.

A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas estão em contato, tudo naturalmente se dispõe ao sabor

da primeira, no terreno econômico e social, e em conseqüência, no das relações sexuais também[33].

A mestiçagem "resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças"[34]. Ele explica que isso se deve grande parte pela forma da emigração dos portugueses, que vieram sós. "A falta de mulheres brancas sempre foi um problema de toda colonização européia em territórios ultramarinos (...)". Aí cita a nota 40 – de Gilberto Freyre, é claro. Logo, o colono é forçado a procurar aí a satisfação de suas necessidades sexuais.

> Aliás, particularmente, no caso da índia, é notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual. A impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais completam o quadro: as uniões mistas se tornaram a regra.

Em seguida, fala sobre a mestiçagem...

> convenção tácita que se harmonizava o preconceito de cor, paradoxalmente forte neste país de mestiçagem generalizada(...).

Concluindo

Para concluir, uma questão: para quem olhavam estes autores? De que povo falavam? Ocorre-nos focalizar a cultura operária do período, as greves e manifestações que pipocaram entre os anos 10 e 20, nos centros urbanos, os imigrantes estrangeiros e os trabalhadores nacionais, que como sabemos hoje eram explorados ilimitadamente nos espaços de produção. De onde vinha a indolência a que se referem? De quem falavam estes autores que não liam Maria Lacerda de Moura, ou Pagu?

Notas

[1]Veja-se a respeito HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do brasil moderno.* Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

[2] PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira.* 3ª ed. São Paulo, s/ed., 1929. Para uma análise da obra deste autor, veja-se BERIEL, Carlos. *Paulo Prado: a obra do Tietê.* Tese de Doutoramento; FREYRE, Gilberto. *Casa-*

grande e senzala. 2ª ed. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1936; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994, 2ª ed.; PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil*.

[3] VAINFAS, Ronaldo. *Trópico do pecado*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p.65.

[4] Vide a respeito Richard Parker. *Corpos, prazeres e paixões.Cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 22.

[5] *Idem*, p. 23.

[6] Ver Paulo Prado.

[7] ANDRADE, Mário de. *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter*. 18ª ed. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1981.

[8] ANDRADE, *op. cit.*, p.32.

[9] Ver John Luccock, p. 127.

[10] ABRAHAM, Thomas. *Foucault y la ética*. Buenos Aires, Editorial Biblos, 1988, p. 175.

[11] RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização;* VAINFAS, Ronaldo Vainfas. *Trópicos do pecado*.

[12] FOUCAULT, M. *História da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, vol. 1.

[13] Veja-se RAGO, Margareth . *Prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

[14] VASCONCELLOS, 1888. In JURANDIR, *op. cit.*, p. 191 e PARKER, *op. cit.*, 125.

[15] Veja-se SWAIN, Tania Navarro. "Feminino/masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico", 1996, mimeo.

[16] Ver Gilberto Freyre, p.60.

[17] *Idem*, p.68.

[18] *Idem*, p. 8.

[19] Ver Paulo Prado, p. 21.

[20] *Idem*, p. 54.

[21] *Idem*, p. XXI.

[22] Ver Sérgio Buarque, p. 104.

[23] SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

[24] Ver Richard Sennett, p. 112.

[25] Sérgio Buarque, *op. cit.*, p.107.

[26] *Idem*, p. 119.

[27] *Visões do Paraíso* (1958) permite trabalhar esta idéia da autoconstrução de nossa identidade nacional a partir da sexualidade forte e primitiva. Afinal, mostra que aqui vieram os portugueses buscando a "cópia do Eden", o Paraíso perdido, ao contrário dos calvinistas da Nova Inglaterra que buscavam no Éden "abrigo" para sua própria igreja perseguida. No Paraíso, onde o homem era livre, onde as regras inexistiam, a vegetação era abundante, dádiva da natureza, o pecado não existia. Novamente as imagens das índias nuas se

oferecendo aos portugueses, dos índios avessos ao trabalho, das práticas de incesto e licenciosidade ilimitada no Inferno Atlântico.

[28] FREYRE, Gilberto, *Sobrados e mucambos,* p. 644.

[29] *Idem*, p. 645.

[30] *Idem*, p. 646.

[31] *Idem*, p. 647.

[32] Ver Caio Prado, p. 98.

[33] Caio Prado, p. 110.

[34] *Idem*, p.107

Corpo e História

Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina

Esta perspectiva de pensar o corpo em sua historicidade, desnaturalizando-o, de perceber que não existe um *corpo pronto à espera de ser liberado ou castigado*[1], permite levantar questões presentes nos dias atuais, capazes de contribuir na disputa por uma sociedade menos hierarquizada, na qual o corpo não seja apenas o lugar da definição sexual, da demonstração das distinções, das etnias, enfim, das diferenças que estigmatizam e excluem.

Refletir sobre a historicidade do corpo permite-nos prefigurações nas quais os corpos sejam múltiplos, e sua dispersão seja a tônica das relações. Além disso, perceber as representações atuais com estranhamento permite-nos sonhar com mudanças culturais.

É dentro desta perspectiva de estranhamento *dos gestos, das verdades e dos hábitos familiares e indispensáveis*[2], que tenho estudado o entrecruzamento de diferentes representações sobre o corpo, em pesquisa sobre práticas abortivas e infanticídio.

Neste sentido, o texto de Denise B. Sant'Anna, *Corpo, história e cidadania* aponta para a importância que adquirem, nos dias atuais, as questões do corpo. Alvo costumeiro das ciências médicas, o corpo, ou, mais propriamente, as práticas corporais e as representações do corpo, têm sido alvo da pesquisa em ciências humanas.

A autora desenha-nos a representação de corpo em constituição nos dias atuais, como a de um *corpo informatizado*, lugar de *desenvolvimento da bioquímica, da genética e da biologia molecular, corpo, enfim, transmissor de informações.* Este tipo de representação, tenho encontrado em minha pesquisa, nas representações atuais do feto, especialmente em discursos contra a descriminalização do aborto. Esta representação do corpo informatizado tem contribuído para colocar os argumentos feministas em dificuldades.

Desde a década de 70, as feministas têm defendido o direito ao aborto utilizando uma representação de corpo na qual o feto faz parte das entranhas maternas e, portanto, é produto do corpo feminino. Essa representação tem proporcionado às mulheres argumentos para reivindicar o direito de decidir sobre o destino a ser dado aos produtos de seu corpo. Convém destacar que, tanto na Grécia quanto na Roma antiga, o feto já era considerado parte das entranhas femininas[3]. A autonomia do feto em relação ao corpo materno é uma história com datações variadas e bastante recente.

A idéia de proteção à vida do feto, como um ser animado, é uma inovação da filosofia cristã. Durante a Idade Média, a Igreja aceitava a teoria de Santo Tomás de Aquino, segundo a qual o feto masculino só tem alma 40 dias após a fecundação, e o feminino aos 80 dias. Assim sendo, antes desta data o aborto não eliminava uma vida humana propriamente dita. Foi somente a partir de meados do século XIX que a Igreja Católica passou a considerar que, a partir da concepção, o feto passaria a ter alma[4].

Os códigos penais brasileiros acompanharam as mudanças nas representações do feto, criminalizando gradativamente as práticas abortivas. Entretanto, o Código Criminal do Império, publicado em 1830, não previa penas para a gestante que provocasse em si mesma o aborto, mas apenas para pessoas que o praticassem em outra mulher[5].

No Código Penal da República, publicado em 1890, a gestante passou a ser incriminada; porém, estava prevista a redução da

pena em uma terça parte, no caso de o crime ter sido "cometido para ocultar a desonra própria"[6]. Já o Código Penal de 1940 introduziu os casos em que o aborto não se constituiria em crime, desde que praticado por médico[7]. A questão da honra foi, então, suprimida.

O Código Penal de 1940 encontra-se em vigor atualmente, sendo motivo de amplos debates por vários setores da sociedade. De um lado, há os que defendem a descriminalização do aborto[8] e, de outro, aqueles que querem suprimir até mesmo aqueles casos em que o aborto legal é previsto; é o que se pode perceber nos projetos que pretendem suprimir o direito ao aborto, no caso em que a concepção resulta de estupro.

Em sua elaboração, os Códigos Penais têm recebido as influências de vários discursos; estes são permeados por representações diferenciadas, tanto do feto quanto do corpo feminino.

Nos dias atuais, os últimos avanços que se observam nas técnicas de reprodução humana têm levado o ato reprodutivo – anteriormente, restrito à esfera privada – para dentro do laboratório[9]. Esse deslocamento tem ensejado, inclusive, acirradas discussões sobre o destino que deve ser dado ao embrião.

Estas discussões estão inseridas numa nova forma de representação do feto e do corpo feminino. Em relação ao primeiro, em vez de parte das vísceras femininas, ganha, no laboratório de reprodução humana, *individualidade* e, no ventre das novas mães, mesmo daquelas que não estão incluídas entre as clientes destes laboratórios, ganham *personalidade*.

Muito se tem discutido a respeito dos novos parâmetros em que se tem constituído, nos dias de hoje, a chamada "nova maternidade": os avanços dos instrumentos e das tecnologias médicas têm dado às mães de classe média uma maior visibilidade das suas entranhas e, conseqüentemente, do feto. As fronteiras entre o feto e a criança tendem a diluir-se à medida que aumentam e se tornar complexos os instrumentos. A ultra-sonografia e a escuta de batimentos cardíacos, por exemplo, permitem ver e escutar o feto, que até então era invisível e inaudível[10].

Alvo da crítica dos psicólogos naquilo que eles têm chamado de *psicologização da vida*, esta nova representação do feto – não mais como *pessoa potencial*, mas como *pessoa atual*, capaz de sentimentos e de individualização – tem surgido no bojo de toda uma parafernália de instrumentos tecnológicos que, como diz Denise B. Sant'Anna, ao lado de novas visibilidades, criam outras obscuridades e *inquietações antes desconhecidas*[11].

Dados da engenharia genética, que individualizam os seres, definem para o embrião uma personalidade, fornecem informações sobre o futuro e, portanto, embaralham o virtual e o concreto. Este embrião transmissor de informações torna-se passível, inclusive, de intervenções visando à correção de possíveis problemas futuros. Esta representação do feto como corpo informatizado, e como sujeito psicologizado – visível, não a olho nu, mas com o olho armado pelas novas tecnologias –, distante do ventre materno, tem colocado em xeque muitos dos argumentos feministas baseados na representação do feto como parte do corpo feminino e, portanto, dependente de sua decisão. Diante destas novas representações, torna-se necessário a constituição de novos argumentos, se quisermos conquistar – no caso do Brasil – ou manter – no caso de países como França e Estados Unidos –, a decisão sobre a manutenção ou a interrupção da gravidez nas mãos das mulheres.

Convém destacar que, mesmo nos dias atuais, e em passado recente, o feto e o corpo feminino têm sido representados das mais variadas formas. Em nossa pesquisa, temos encontrado representações do corpo feminino que vão desde aquela de vaso capaz de abrigar e desenvolver a semente masculina – presente nos sermões da Igreja em meados do século XIX e resistentes nas entrevistas, nos dias de hoje –, até aquelas do útero ambulante, que permearam os anúncios dos jornais da primeira metade do século XX.

Diferente das representações de corpo mais ou menos hegemônicas, e destacadas por Georges Vigarello em *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*[12], o que pudemos obser-

var na pesquisa que estamos realizando é o entrecruzamento de diferentes representações, atestando a existência de diferentes relações de poder.

Em Florianópolis, no início do século XX, os jornais anunciavam remédios para o útero feminino. Nos textos dos anúncios, o corpo feminino organizava-se em torno do útero, as mulheres são verdadeiros *úteros ambulantes*. Lugar de saúde e de doença, o útero é tematizado como o órgão que define a vida das mulheres.

A freqüência destes anúncios, no início do século XX, é crescente, intensificando-se a partir de meados da década de 20[13]. O que se destaca neles é, em primeiro lugar, a pretensão de curar inúmeras doenças e, em segundo lugar, que estas doenças são atribuídas ao útero feminino.

Um anúncio do Regulador Gesteira, publicado no jornal *O Estado* de 1931, exemplifica esta atribuição ao útero das inúmeras moléstias que afligiriam a mulher. Neste anúncio, por demais longo para ser aqui totalmente reproduzido, afirma-se que a mulher sofre muito e que é muito sensível; enumera, a seguir, vários sentimentos, considerados femininos; informa que muitas mulheres sofrem, há muito tempo, do útero, e não sabem que isso constitui o maior perigo. O anúncio enumera, então, as moléstias que o citado remédio poderia curar[14].

Esta atribuição ao útero de tantas virtualidades contrasta com o silêncio sobre o aparelho reprodutor masculino, o qual não se constitui, nos jornais, alvo de cuidados e recomendações. Entretanto, com relação ao útero, o que se observa é esta representação de potência.

Representação semelhante foi atestada por Mary Del Priore nos textos médicos portugueses do início do século XIX:

> É o sexo feminino dotado de uma entranha por demais ativa, a qual, como singular energia, reage sobre todo o corpo, e principalmente sobre o peito e as entranhas abdominais. A observação mostra qual extraordinária perturbação ela pode excitar em toda

> máquina, e quanto altera a sua forma exterior e modifica as afecções morais. Falamos do útero, o qual, desde a época da puberdade até que a menstruação cessa, se pode ter pelo árbitro de tudo quanto em geral se passa na sua organização. Pela sua influência vem a ternura e carinho materno[15].

A semelhança entre esta representação do útero do início do século XIX e aquela dos anúncios de jornal de 1931 atesta, por um lado, a resistência de certas representações e, por outro, o retorno de mitos com novas roupagens. A representação do corpo como máquina capaz de produção de energias encontrava, no útero, no caso das mulheres, sua principal peça. Responsável pelo andamento de todo corpo feminino, as representações do útero recorriam a mitos vigentes desde o século XVIII. Foi com a revolução industrial que o corpo passou a ser comparado a uma máquina energética. Georges Vigarello, falando da higiene corporal da época, cita textos em que a metáfora do corpo-máquina era utilizada:

> Toda máquina exige a limpeza freqüente das suas engrenagens e a rejeição, não menos freqüente, das escórias ou partes inutilizadas do carvão. Sendo o corpo humano uma máquina das mais delicadas, é necessário velar pela sua limpeza e pela expulsão regular de seus dejectos[16].

É este corpo-máquina que encontramos envolvendo um útero, no texto médico do século XIX, e presente no anúncio do jornal de Florianópolis em 1931. Por outro lado, a própria focalização centrada no útero remonta a mitos bem mais antigos, nos quais este é responsabilizado pela emissão de humores, causador de doenças como a melancolia e, desde Galeno, é representado como tendo comunicação com todas as partes do corpo, como um animal *errabundo*[17].

São relações sociais e de gênero eminentemente hierarquizadas que, possivelmente, estão reeditando estes mitos, associados a novas representações do corpo. É uma sociedade que define papéis femininos centralizados na maternidade, especialmente

no final dos anos 20 quando, na cidade de Florianópolis, sobreveio a estagnação econômica e o declínio do porto.

Ao lado destes anúncios de remédios para o útero, proliferam, com intensidade, artigos que tematizam as mães consideradas "desnaturadas", aquelas cujos fetos ou filhos recém-nascidos são encontrados nos mais diferentes lugares da cidade: no mar, nas fossas, nas bananeiras, nas valas. As notícias "Mãe desnaturada"[18], do jornal *A verdade,* de 1921, "Mãe desnaturada!"[19], do jornal *O Estado,* de 1924, e "Um achado macabro!"[20], do jornal *O Estado*, de 1925, são exemplos de formas de tratar episódios de encontro de fetos ou recém-nascidos mortos. Em todos estes artigos da década de 20, percebe-se – além de textos longos –, em alguns deles, como o de 1924, a repetição da notícia por mais de um dia, investindo na denúncia daquilo que consideravam um atentado à "civilização".

Nos processos judiciais, especialmente nos exames de corpo de delito, em fetos ou em crianças mortas, e ainda nos exames de partos-supostos, podemos destacar outras formas de representação dos corpos.

No caso de fetos ou crianças mortas, a própria separação e identificação do achado demonstra uma forma de representar os corpos diferente da dos dias atuais. São considerados fetos os produtos da gravidez de até sete meses; a partir daí, já são considerados crianças recém-nascidas mortas, pois considerava-se que, após o sétimo mês, o feto já tinha possibilidade de vida fora do útero materno. Além disso, a definição de que a criança teria ou não nascido com vida era dado pelo exame chamado *docimásia pulmonar hidrostática*, o qual permitia saber se teria ocorrido entrada de ar nos pulmões da criança. O ar definia se esta tivera vida extra-uterina.

A oxigenação do pulmão, como sinal de vida, está ligada à representação do corpo-máquina, capaz de combustão, e produtor e consumidor de energia. Nos manuais de higiene do século XIX, a limpeza da pele era recomendada como recurso à permissão de que ela respirasse. No interior de uma luta contra os micróbios,

então recém descobertos, a oxigenação facilitava a combustão e desenvolvia imunidades[21].

Era essa a representação que estava presente no exame realizado pelo aparato jurídico-policial. Esta forma de pensar o feto ou a criança difere, em muito, das atuais representações, nas quais o embrião ganha personalidade dada pelas referências genéticas que traz. O feto, no início do século, só era pensado como criança após os sete meses de gravidez, e ainda necessitava da prova da existência de ar nos pulmões para ter o estatuto de pessoa. Nos dias atuais, as novas tecnologias podem garantir a vida do feto, fora do útero, com menos de sete meses.

Ainda num entrecruzamento de representações, as entrevistas que realizamos dão-nos conta de outras imagens. Para as mulheres que hoje possuem mais de 65 anos, residentes há muito na cidade de Florianópolis, o aborto nos primeiros meses não elimina a vida de uma pessoa: o produto que sai do corpo feminino é considerado, no máximo, uma *bola coalhada*[22], às vezes *uma bola branca*[23]; em outras ocasiões, descrito como *um monte de molas,* semelhante a *água-viva gelatinosa*[24]; era *sangue parado*[25]. Enfim, parte das entranhas femininas. Esses produtos eram expelidos do útero por meios que visavam fazer vir as regras, como se costuma dizer. Não se tratava, de acordo com as entrevistadas, portanto, de aborto, mas de menstruação atrasada; nem de um feto, mas de um outro produto qualquer. Representações, portanto, bem diferentes daquelas da tecnologia da reprodução humana atual, e daquela dos jornais e processos judiciais do início do século XX.

Convém destacar que este tipo de representação, em que a mulher não reconhece que realizou um aborto, especialmente quando este foi *induzido por via oral, pela ingestão de chás e/ ou remédios,* está presente não só na fala das mulheres idosas de Florianópolis, constatadas por nossa pesquisa, como também em investigações realizadas em outros locais[26]. Essa constatação demonstra o entrecruzamento de representações acerca do feto e

do corpo feminino. E atesta a permanência da representação do útero como um órgão poderoso no corpo feminino.

Esta representação do útero, já discutida neste texto, permite entender a possibilidade da produção dos mais diferentes produtos. Mitos antigos falam do nascimento de monstros, e do abrigo, no útero, dos mais diferentes seres[27]. Jornais de Florianópolis, no século XIX, reeditavam estes mitos, preenchendo espaços nas edições, em vista da falta de notícias, tão comum em províncias como a de Santa Catarina. Nestas notícias, eram comuns a referência aos nascimentos de crianças monstruosas ou até mesmo de animais[28].

Nas falas das mulheres entrevistadas, o período da menstruação é um momento que exige muitos cuidados, tanto com o clima, quanto com a dieta. Tanto neste período quanto nos partos, os banhos devem ser suspensos e a alimentação precisa ser selecionada. Lavar cabelos, nem pensar! O útero neste momento está expelindo seus produtos, todo cuidado é pouco...

Aliada à representação de um útero poderoso, em torno do qual existe uma mulher, há, também, a permanência de uma representação de corpo muito antiga, que remonta, de acordo com Georges Vigarello, ao século XVI: a do corpo poroso, cheio de orifício e atravessado por humores[29].

É este corpo poroso que possui, no seu interior, um útero poderoso, exigente de cuidados. Este corpo feminino e este útero produzem sangue menstrual e, eventualmente, bebês. Entretanto, às vezes, também é capaz de produzir coisas bastante estranhas.

Trata-se de representações que se entrecruzam, diferem entre si, constituem-se no interior de relações sociais, são expressão de lutas e de concepções de saberes que se contrapõem. Umas constituídas na longa duração de uma cultura que se transforma lentamente, outras constituídas no interior de políticas populacionais definidas, as quais atribuem aos pais, cada vez mais, a responsabilidade sobre os filhos. Definem, assim, papéis de gêneros, atribuindo às mulheres a maternidade como sua principal função.

Nos dias atuais, em que sobressai uma representação de corpo associada à informação – o corpo informatizado ao qual se refere Denise B. Sant'Anna –, definido pela genética, prenhe, portanto, de dados, e capaz de dizer de si muito mais do que muitas palavras, instituições e experiências, o feto deixou de ser produto exclusivo do ventre feminino: tornou-se, em muitos casos, o desenvolvimento de um embrião que ganhou personalidade e que tem sido condenado a viver pelo discurso "pró-vida"[30].

Talvez o próximo passo seja reivindicar todos os óvulos desperdiçados na menstruação, e todo sêmem que não foi empregado na reprodução humana. Germaine Greer, em *Sexo e destino,* tem denunciado a hipocrisia dos grupos pró-vida que, se quisessem ser coerentes naquilo que defendem, deveriam batizar os embriões de laboratório que são inutilizados após o tempo regular de guarda, e os absorventes femininos, que a cada mês, mesmo sem qualquer intervenção externa, em muitas ocasiões eliminam embriões mal formados[31].

O ridículo dessa reivindicação talvez possa ajudar-nos a estranhar as representações do corpo que engendram as práticas corporais da atualidade, na qual sobressai, como já dissemos, o corpo informatizado. Cabe às mulheres – que lutam para que as decisões sobre o destino dos produtos do seu corpo permaneçam em suas mãos – reinventar novas práticas e representações que permitam enfrentar estas que têm, no mínimo, trazido impasses aos argumentos até agora utilizados.

Notas

[1] Conforme SANT'ANNA, Denise B. *Corpo, História e Cidadania*, apresentado na mesa-redonda "Corpo e História" e incluído no presente volume.

[2] *Idem.*

[3] No antigo Direito Romano, não se encontram disposições sobre o aborto. Em Roma, as mulheres que praticavam o aborto por aversão a seus maridos eram desterradas, embora eles pudessem autorizá-lo. FONSECA, Romy Medeiros da. "Justiça Social e Aborto". In CARVALHO, Nanci Valadares. *Condição Feminina.* São Paulo, Vértice, 1988, pp. 25-24.

[4] RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus*. Mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro, Record, Rosa dos Tempos, 1996, p. 322.

[5] LUIZ, Francisco. *Código Criminal do Império do Brazil: theórica e praticamente.* Maceió, T. de Menezes, 1885.

[6] SOARES. Oscar de Macedo. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. Garnier, 1908.

[7] "Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico".

Aborto necessário. I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; aborto no caso de gravidez resultante de estupro. II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal".

Ver Código Penal - Decreto Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. São Paulo, Livraria Acadêmica/Saraiva e Cia. Editores, 1941.

[8] É o exemplo do projeto da senadora Eva Blay. Ver BLAY, Eva. Projeto de lei sobre o aborto. *Estudos Feministas.* Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol.1, nº 2/1993, pp. 430-434.

[9] Ver NOVAES, Simone e SALEM, Tânia. "Recontextualizando o embrião". In Revista *Estudos Feministas.* Rio de Janeiro, IFSC/UFRJ - PPCIS/UERJ, nº 3, nº 1/1995, p.69.

[10] ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. "A nova maternidade: uma ilustração das ambigüidades do processo de modernização da família". In FIGUEIRA, Sérvulo A. (org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira.* Rio de Janeiro, Zahar, 1987, p. 64.

[11] SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Apresentação. In *Políticas do corpo.* São Paulo, Estação Liberdade,1995, p.12.

[12] VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média.* Lisboa, Fragmentos, 1988.

[13] Foi realizado um levantamento completo nos maiores jornais da cidade, entre 1900 e 1950.

[14] "A asma nervosa, palpitações do coração, aperto e agonia do coração, falta de ar, sufocações, sensação de aperto na garganta, cansaço, falta de sono, falta de apetite, incômodos do estômago, arrotos freqüentes, azia, boca amarga, ventosidade na barriga, enjôos, latejamento e quentura na cabeça, peso na cabeça, pontadas e dores na cabeça, dores no peito, dores nas costas, dores nas cadeiras, pontadas e dores no ventre, tonturas, tremuras, excitações nervosas, escurecimento da vista, desmaios, zumbido nos ouvidos, vertigens, ataques nervosos, estremecimentos, formigamentos súbitos, caimbras e fraqueza das pernas, suores frios ou abundantes, arrepios dormenciais, sensação de calor em diversas partes do corpo, vontade de chorar sem ter motivo, enfraquecimento da memória, moleza de corpo, falta de ânimo pra fazer qualquer trabalho, frio nos pés e nas mãos, manchas na pele, certas feridas, certas coceiras, certas tosses, ataques de hemorróidas etc. *Tudo isso pode ser causado pelas moléstias do útero.*[...] O Regulador Gesteira é o remédio de confiança para tratar inflamação do útero, o catarro do útero causado pela inflamação, anemia, palidez, amarelidão e desarranjos nervosos causados pelas moléstias do útero, a pouca menstruação, dores e cólicas do útero e ovários, as hemorragias do útero, as menstruações exageradas e muito fortes ou muito demo-

radas, as dores da menstruação, as ameaças de aborto e as hemorróidas causadas pelo peso do útero inflamado." *O Estado*, 18/02/1931, n°5218, p. 05. "Como as mulheres sofrem". Os grifos são nossos.

[15] FRANCO, Francisco de Melo. *Elementos de higiene ou ditames teóricos e práticos para conservar a saúde e preservar a vida*, p. 12. Apud: PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Ed. UnB, 1993, p. 209.

[16] DEGRAVE, P. *Manuel d'hygiène élémentaire*. Paris, 1902, p.7. Apud: VIGARELLO, G. *op. cit.*, p. 165.

[17] PRIORE, Mary Del. "Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino". In PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1996, p. 84.

[18] Jornal *A verdade*, 08/11/1921.

[19] Jornal *O Estado*, 08/05/1924, n°2961, p. 2 c. 1, e no mesmo jornal em 10/05/1924, n°2963, p. 2,c. 3.

[20] Jornal *O Estado*, 03/09/1925.

[21] VIGARELLO, G. *op. cit.*, p.165.

[22] Entrevista com Dona Ruth Farias Pereira, realizada em 01/04/1996 por Joana Maria Pedro.

[23] Entrevista com Dona Ondina Dorvalina Vieira, realizada em 21/03/1996 por Joana Maria Pedro.

[24] Entrevista com D. Matilde (Tiloca), realizada em 06/03/96 por Maria Conceição de Lacerda.

[25] Entrevista com Dona Ruth, citada.

[26] Ver OSIS, Maria José D. et alli. "Dificuldades para obter informações da população de mulheres sobre o aborto ilegal". *Revista de Saúde Pública*, vol. 05, n° 30, 1996, pp. 444-451.

[27] Ver PRIORE, M. D. 1997, *op. cit.* p. 91.

[28] Ver PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, Ed.UFSC, 1994, p. 39.

[29] VIGARELLO, G. *op. cit.*, pp.15-24.

[30] "Pró-vida" são grupos de cunho religioso, que defendem a sacralidade da vida desde a concepção. Têm realizado movimentos e manifestações contra tentativas de despenalização do aborto e da eutanásia. Nos Estados Unidos têm sido comuns os ataques violentos destes grupos às clínicas legais que fazem aborto.

[31] GREER, Germaine. *Sexo e destino:* a política da fertilidade humana. Rio de Janeiro, Rocco, 1987, pp. 182-223.

O corpo como objeto da História: elementos para um debate

Magali Gouveia Engel
Universidade Federal Fluminense

O presente texto tem como objetivo levantar e discutir algumas questões suscitadas pelo trabalho da professora doutora Denise Bernuzzi de Sant'Anna, "Corpo, História e Cidadania", apresentado na mesa redonda *Corpo e História* durante o XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH. Neste sentido, é importante esclarecer que me limito aqui tão somente a esboçar algumas das problemáticas centrais que vêm norteando as controvérsias relativas à delimitação da história do corpo como um campo de conhecimento específico.

Uma história do corpo ou o corpo como objeto da história?

No processo de proliferação de novas abordagens, de colocação de novos problemas e de incorporação de novos objetos que marcou o movimento da chamada *Nouvelle Histoire*[1], a partir de fins da década de 1960 e inícios dos anos 70, o corpo passou a figurar entre os temas de investigação histórica[2], adquirindo nos últimos anos um espaço cada vez mais significativo no âmbito da referida área. Como desdobramento desta trajetória, observa-se um esforço dos especialistas para delimitar com precisão os limites definidores da história do corpo, concebida como um campo especializado do conhecimento histórico. Entretanto, para muitos

estudiosos, as tentativas neste sentido são profundamente marcadas pela indefinição, na medida em que os objetos pertinentes à história do corpo – tais como a sexualidade, a doença/saúde, a morte, os gestos, a moda, a estética etc –, não apresentariam especificidade em relação aos relacionados a outros campos de conhecimento.

Esta é a posição, por exemplo, de Hilário Franco Júnior e de Ronaldo Vainfas, autores de comentários ao artigo de Mary Del Priore, intitulado "Dossiê: a história do corpo", ao questionarem a possibilidade de se definir fronteiras nítidas e, portanto, capazes de delimitarem a história do corpo como um campo autônomo de investigação[3]. Para outros autores, contudo, a inexistência ou inconsistência de tais fronteiras poderiam ser superadas através de uma delimitação precisa e específica dos objetos e temáticas pertinentes ao âmbito da história do corpo. Neste sentido, inspirado nas sugestões de Roy Porter[4], Ronald Raminelli propõe uma tipologia, capaz não apenas de mapear os trabalhos existentes, mas também de apontar possibilidades de pesquisas, visualizando-se suas "filiações teóricas" e, portanto, "as possibilidades de autonomização da temática"[5].

Contudo, não se trata de delimitar com maior precisão ou rigidez os limites que assegurariam autonomia ou especificidade à história do corpo, pois isto, ao meu ver, não resolveria o impasse apontado por Hilário Franco Júnior e por Ronaldo Vainfas. Sem querer colocar em xeque a validade da emergência de uma variedade cada vez maior de objetos/temas no âmbito da investigação histórica – que, efetivamente, vêm contribuindo para uma melhor compreensão da própria história – parece-me pertinente lembrar aqui uma das questões cruciais do debate historiográfico contemporâneo. Será que o surgimento e a institucionalização de uma infinidade de campos de investigação especializados – tais como, história da sexualidade, história do corpo, história das mulheres, história da família, história da criança, história da vida privada etc – não estariam provocando uma fragmentação tal que

acabaria por comprometer a articulação das partes com o todo/conjunto mais abrangente?

Não creio ser o caso de enfrentar os problemas postos por tal questionamento nos termos propostos por Ciro Cardoso ou por François Dosse[6]. Melhor seria, talvez, enfrentar o referido impasse não perdendo de vista que a construção dos objetos de investigação histórica só adquire consistência e solidez se pautada em perspectivas que busquem a compreensão do processo histórico mais amplo, o que, ao meu ver, é mais importante do que fixar parâmetros absolutamente precisos e inequívocos para os cada vez mais numerosos e diversificados campos de investigação do historiador. Nesse sentido, vale lembrar que para Roy Porter a construção de uma tipologia capaz de traduzir os limites da história do corpo como campo de conhecimento autônomo só teria sentido a partir da identificação das áreas-chaves – já exploradas ou ainda por explorar – nas quais o conhecimento do corpo seria "crucial para interpretações mais amplas da mudança social"[7].

Que corpo é esse?

Tais considerações nos levam a uma outra questão fundamental que se encontra intimamente vinculada à primeira, constituindo-se mesmo um de seus desdobramentos. Refiro-me aqui aos riscos de se tomar o corpo em si mesmo, como uma categoria abstrata/universal, completamente desvinculada de sua inscrição social. Neste sentido, mais uma vez endosso o questionamento formulado por Hilário Franco Júnior em torno da atual historiagrafia sobre o corpo:

> (...) o corpo, ele próprio, é formado por laços sociais, é representado, é utilizado, é tratado (ou maltratado) em função da rede social na qual está inserido. Desta forma (...) é preciso fazer-se não uma história do corpo *per se*, mas uma história social do corpo. (...) História do corpo, sim, mas de qual corpo? (...) Não se pode esquecer que os novos e restritos objetos historiográficos (sexualidade, corpo, criança, mulher, imaginário etc) ganham sentido apenas se articulados com objetos tradicionais e mais amplos (política, economia, cultura, religião etc). E a articulação é sempre social[8].

No texto apresentado, Denise Bernuzzi propõe-se a examinar as continuidades/descontinuidades entre os modelos corporais que teriam se difundido a partir da segunda metade do século XIX ("era da produtividade") e o modelo da informação, disseminado a partir de meados do século XX[9]. Entretanto, algumas questões que me parecem fundamentais ficam sem resposta. Quais seriam as condições sociais de produção/disseminação deste corpos ideais? Quem seriam os sujeitos sociais produtores destes modelos? Quais seriam os corpos-alvo destes modelos normatizadores? Corpos masculinos, corpos femininos? Corpos operários, corpos burgueses? Ou, ainda, os corpos do conjunto da população das cidades industriais?

Por outro lado, a autora refere-se à multiplicidade da construção/difusão de modelos de corpos ideais variáveis no curso da história (ou no tempo), enfatizando, inclusive, rupturas e permanências neste sentido. Porém, sua análise não contempla suficientemente a questão da diversidade dos ideais de corpos produzidos e disseminados num mesmo tempo, o que conduz à idéia de que cada época teria sido marcada neste sentido pelo unicidade/homogeneidade. O movimento, a diversidade, a mudança parecem aprisionados na linha de *evolução* temporal, perdendo-se a dimensão concomitante dos embates, das tensões e dos conflitos que remetem, necessariamente, à complexidade e ao dinamismo da diversidade social, cuja apreensão e compreensão pressupõem levar em consideração uma intrincada rede de variáveis - tais como classes, etnias, gêneros, regionalismos, crenças religiosas etc.

Corpo e gênero: desafios e perspectivas

Abordagens que busquem a articulação corpo/gênero são, portanto, bastante promissoras neste sentido, pois, como sabemos, referida ao âmbito das diferenças culturais e, portanto, historicamente construídas, a categoria *gênero* começaria a ser utilizada pelas feministas americanas preocupadas em refutar o determinismo biológico inevitavelmente expresso em termos como *sexo*

ou *diferença sexual*. Além disso, o enfoque de gênero pressupõe que as representações da feminilidade, construídas e vivenciadas historicamente, só podem ser compreendidas a partir de seu aspecto relacional, desmistificando-se, assim, a crença na possibilidade de se tomar as *mulheres* como categoria de análise isolada. Por fim, os significados das relações entre os gêneros, vistas como integrantes de um universo mais amplo, diversificado e complexo, não podem ser desvinculados das dimensões sociais e étnicas (ou raciais) que permeiam as diferenciações que caracterizam uma dada sociedade[10].

Trata-se, portanto, fundamentalmente de buscar compreender e avaliar as relações vivenciadas por homens e por mulheres numa sociedade historicamente dada – impregnadas por tensões e conflitos e, ao mesmo tempo, por ambigüidades e cumplicidades – enquanto construções socioculturais norteadas pelas noções de feminino e de masculino variáveis no tempo e no espaço, cujos significados mais profundos e as múltiplas dimensões só podem ser detectados se referidos às diferenças de classe e de etnia. Examinar as construções históricas de ideais de corpos masculinos e femininos a partir deste referencial apresenta-se como uma perspectiva de abordagem bastante promissora, embora seja também, sem dúvida, uma tarefa complicada e difícil, um verdadeiro desafio...

Notas

[1] Vejam-se as coletâneas organizadas por LE GOff, Jacques e NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. 2ª ed., Rio de Janeiro, F. Alves, 1986; *História: novos problemas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, F. Alves, 1979; *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. Sobre a chamada *História Nova* vejam-se, por exemplo, LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1993; BURKE, Peter "Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro". In *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, pp. 07-37; e, numa perspectiva crítica, CARDOSO, Ciro Flamarion S. "Uma 'Nova História'?". In *Ensaios racionalistas. Filosofia, Ciências Naturais e História*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

[2] Vejam-se, por exemplo, os artigos de REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre "O corpo: o homem doente e sua história", In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.), *op. cit., 1976* pp. 141-159; de PORTER, Roy, "História do corpo". In BURKE, Peter. *op. cit., 1992*, pp. 291-326; e, de DEL PRIORE, Mary L. M.,

"Dossiê: a história do corpo". In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova Série. VOL. 03, jan./dez. 1995, pp. 09-26.

[3] Cf. Hilário Franco Júnior, "Comentário I". *Anais do Museu Paulista, op. cit.*, pp. 27-30; e, Ronaldo Vainfas, "Comentário VII". *Anais do Museu Paulista, op. cit.*, pp. 63-67.

[4] Cf. PORTER, Roy, *op. cit.*

[5] RAMINELLI, Ronald "Comentário VI". In *Anais do Museu Paulista, op. cit.*, pp. 58-59. O autor apresenta a seguinte proposta de tipologia: 1) o corpo biológico (doenças, profilaxia, esportes, práticas corporais e sua influências sobre a anatomia humana); 2) o corpo doutrinado (intervenções de regras morais sobre os corpos, por intermédio de penitências, torturas, deformações); 3) o corpo representado (imagens do corpo e seu significados).

[6] Cf. CARDOSO, Ciro F. Santana. *op. cit.* e DOSSE, François. *A História em migalhas dos "Annales" à "Nova História"*. São Paulo/Campinas, Ensaio/ Ed. da UNICAMP, 1992.

[7] PORTER, Roy, *op. cit.*, p. 320.

[8] FRANCO JÚNIOR, Hilário, *op. cit.*, p. 29.

[9] Cf. SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "Corpo, história e cidadania", texto apresentado na Mesa Redonda *Corpo e História*, durante o XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, Belo-Horizonte, jul. 1997, mimeog.

[10] Cf. SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS Corpo, 1991.

IV

O DILEMA DA CIDADANIA EM REGIMES AUTORITÁRIOS



O Estado Novo e a assistência social

Cezar Honorato
Universidade Federal Fluminense
e Universidade Estadual do Rio Janeiro

O chamado Estado Novo é um dos períodos da História do Brasil que mais vem despertando a atenção dos pesquisadores. Existe uma vastíssima bibliografia a respeito nas várias áreas das ciências sociais em grande parte devido ao fato de podermos identificar aí um divisor de águas na vida brasileira. Contudo, um dos importantes papéis do historiador é o de rever sempre o passado construído, interrogando-o, problematizando-o.

Nesse sentido, o objetivo principal de nosso trabalho é o de buscar o entendimento das articulações entre o Estado Novo e o surgimento da assistência social como uma profissão. Trata-se da primeira tentativa de sistematização dos resultados preliminares do Projeto Integrado de Pesquisa – UERJ/UFF/CNPq – intitulado "Assistência Social: Saber e Poder na Construção de Uma Profissão (1937-45)". A problemática central do referido Projeto é de

> analisar as relações de saber e poder manifestas na criação e desenvolvimento das primeiras Escolas de serviço social do Rio de Janeiro promovidos pelo Estado brasileiro no período 1937/45, na constituição da profissão de assistente social e na criação de um espaço institucional para o técnico que deverá tratar dos subalternos.

As nossas preocupações devem ser percebidas no contexto do vigoroso debate travado no campo do serviço social a respeito da sua história, como parte de um projeto mais amplo de repensar o papel do assistente social na formação econômico-social brasileira, o seu objeto de estudo e as suas várias formas de inserção junto aos movimentos sociais, o Estado e o capital.

Já existe uma razoável quantidade de trabalhos no campo do serviço social que tem buscado recuperar a história de sua profissão. Em recente documento a ABESS/CEDEPSS afirmava a preocupação no desenvolvimento de pesquisas acerca do processo histórico que tanto articule suas determinações gerais como suas expressões particulares (ABESS/CEDEPS;1995).

Apesar de todo esse interesse pela recuperação da história do serviço social, particularmente no Rio de Janeiro e São Paulo, continuam a existir lacunas. Por um lado, os estudos pouco têm atentado para a articulação do projeto político do Estado varguista, enquanto construção de hegemonia, com a constituição das instituições educacionais em apreço e com o próprio perfil do profissional a ser criado. Por outro, o processo de socialização de um tipo peculiar de profissional – formação de *habitus* de classe – que, desde então, passou a deter o monopólio da atuação, da intervenção, sobre os que se encontram em situação de subalternidade.

Desde a sua institucionalização, os assistentes sociais são estigmatizados como aqueles que desempenhariam o papel de agentes mantenedores da ordem – o capataz da conciliação – ou recebem outras adjetivações pejorativas no campo das ciências sociais. Injusto, visto que o assistente social traria uma marca de origem - preconceito de origem – por desqualificar um cientista social que tem como principal diferencial ser aquele que não só analisa o social, mas é capaz de efetivar alterações neste mesmo social. De outra forma, trata-se de um cientista social que intervém, quotidianamente, sobre a realidade que analisa. Logo, analisar criticamente a sua trajetória torna-se uma necessidade.

Em Busca De Uma História

Tem sido sobejamente explorada a relação entre a dominância da ordem capitalista e a emergência do serviço social para desempenhar o papel de apaziguador das contradições inerentes da superexploração da classe trabalhadora. Neste sentido, a assistência social seria a resposta conservadora – visto que não revolucionária – às necessidades de reprodução da força de trabalho. O seu papel, convém não esquecer, seria o de duplamente alienar o proletariado, que, alienado no processo produtivo, ganharia algumas "migalhas sociais" – segunda alienação – e, feliz, acreditaria no caráter democrático e igualitário do capitalismo[1].

Não se pode negar que existe uma ligação sólida e profunda da assistência social com a filantropia que, desde o medievo, buscou atender às mais prementes necessidades dos pobres. Também é verdadeiro afirmar que com o acirramento da questão social des de meados do século passado nos países capitalistas centrais a Igreja e setores do capital, com medo de uma "comunistização" dos pobres no roldão do crescente movimento operário, partiram para atuar em alguns setores – particularmente educação e saúde – contando com a participação caridosa – a caridade era uma das formas da salvação – das senhoras burguesas que à falta do que fazer, doavam parte do seu tempo, além de sopa e pão, à causa dos pobres. Sem falar nas vilas operárias construídas no espaço fabril para atender aos "bons" operários.

Nesse sentido, o movimento conhecido como "reconceitualização", que vem ocorrendo no seio do serviço social desde os anos 1960, cuja questão maior é repensar o papel do Assistente Social no capitalismo brasileiro, tem como primeiro pressuposto fazer a expiação de sua origem, de suas culpas, negar as *proto-formas* da assistência social, com vistas à redefinição do papel do assistente social na sociedade brasileira de tal modo que passe a atender aos anseios do povo. A reconstrução do passado passa a ser a forma de se constituir um negativo padrão de atuação profissional que deveria ser negado e superado. É necessário deixar

de ser o mantenedor da situação de classe do operariado, alienando-o, para se transformar no porta-voz da consciência, da verdade e da revolução contra a ordem.

Não é por acaso que desde o movimento de reconceitualização surgiram as duas grandes vertentes historiográficas acerca do serviço social: de um lado, a questão fundamental é de preservar a história dos seus fundadores. Confundindo-se história com memória, esta corrente tem gerado uma derradeira corrida às "velhinhas" e seus "velhos documentos", antes que feneçam, como forma de preservar as lutas, dificuldades e vitórias por elas conseguidas quando da constituição da profissão. Fonte fundamental para a história do serviço social, a memória de seus primeiros profissionais, passou a ser considerada como a própria história.

Uma variante dessa perspectiva está presente no Projeto História do Serviço Social desenvolvido pela PUC de São Paulo. No que pese a sua fundamental importância como centro de referência documental, inspirou trabalhos com profusão de depoimentos de antigos professores e alunos, além dos documentos institucionais, mas que carecem de uma maior problematização. Operando aquele movimento tão criticado na historiografia que é o de buscar a *verdade histórica* através *de documentos verdadeiros* agrupados de forma genética de causalidade, tão ao gosto do historismo.

Como conseqüência, essa corrente acabou por construir uma história do serviço social preocupada em buscar as autodefinidas proto-formas da profissão e as suas raízes. Por vício das fontes, acabou por inventar-se a tradição de que a constituição do serviço social no Brasil seria um desdobramento quase que linear da atuação da Igreja brasileira que no início dos anos 30 criou em São Paulo, e posteriormente no Rio de Janeiro, os cursos de visitadoras sociais, que, num segundo momento – a Era Vargas – quase que por acidente, foram transformados nos cursos superior de serviço social.

Repetida em praticamente todos os trabalhos que tratam da história do serviço social, essa perspectiva passou a fazer parte

também de todas as obras consideradas críticas sobre a profissão. Mais ainda, como expiação, aparece na grande maioria das teses e dissertações de serviço social, como forma de contrastar-se as novas propostas com as do passado.

A outra vertente, marcadamente marxiana, embora mantenha muito desta tradição inventada, foi buscar no acelerado processo de industrialização e urbanização dos anos 1930 e na *capitulação* da classe trabalhadora através de um corporativismo mussoliniano atribuído a Vargas, num quadro de implantação de uma revolução burguesa à brasileira, as explicações para a criação das escolas de serviço social públicas no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. Desta corrente vieram à luz os que nos parecem os mais prescrutantes trabalhos sobre o tema por buscarem uma problematização teórica mais ampla e que servirá de base para muitas de nossas inquietações. Uma variante mais recente desta corrente pode ser encontrada em estudos que buscam entender, não o processo de constituição da profissão de assistente social como um todo, mas de sua cultura profissional[2], tendo como aporte a chamada História Cultural. Neste caso, acaba-se por descarnar-se os agentes históricos de seríssimas condicionantes estruturais quer econômico-sociais, quer político-ideológicas.

E Surgem os Assistentes Sociais

No contexto intervencionista característico do Estado Novo ocorreu a incorporação das várias frações da classe burguesa junto ao Estado através da criação de Conselhos e outros modelos institucionais[3] e a implementação de um novo perfil de regulamentação das relações entre o capital e trabalho, com o enquadramento da classe trabalhadora e corporativização sindical[4]. Faltava, contudo, tratar da emergência dos subalternos[5], dos *miseráveis,* do *não-trabalho, dos desvalidos* e *até* da família daqueles que se encontram no mundo formal do trabalho. De outra forma, era necessário cuidar da *miséria* uma nova categoria social *criada*

pelo Estado Varguista, visto que a aceleração do processo de urbanização e industrialização[6] agudizava as contradições sociais.

A preocupação com o atendimento às carências oriundas da miserabilidade existe no Brasil desde o período colonial. Já existe uma ampla literatura demonstrando que a saúde era um drama para toda a população colonial. Principalmente as Santas Casas de Misericórdia que foram criadas para atender aos colonizadores e, num gesto de filantropia, àqueles colonos que se encontravam em estado de miserabilidade e expostos às doenças, particularmente as epidêmicas[7]. Tais instituições filantrópicas marcaram, e marcam, a vida brasileira como a alternativa de atendimento médico e hospitalar para uma parcela considerável da população.

A complexidade urbana e as grandes epidemias fizeram com que a doença passasse a preocupar alguns dos governantes, manifesto na destinação eventual e parcimoniosa de alguns recursos orçamentários para cobrir os déficit das instituições. Se bem que, a fórmula mais usual de atendimento aos reclames das instituições pelo governo imperial e pelos provinciais, era através da autorização para a criação de loterias beneficentes como forma de capitalizá-las.

Ao final do século passado podemos observar uma nova tendência no trato das necessidades sociais – não somente de amparo aos doentes – com o surgimento de associações de apoio e pecúlio de empregados de algumas empresas. Tal é o caso, por exemplo, dos operários da Companhia Docas de Santos que criaram a União Operária de Santos, no roldão de outras congêneres de características mutualistas e assistencialistas. Convém realçar que, na maioria desses casos, rapidamente a empresa assumia politicamente a direção das referidas associações, com medo de que pudessem funcionar como sindicato ou como canal de reivindicação operária, como ocorreu no caso santista, em que a Cia. Docas de Santos passou a comandar a União Operária[8]. Não se pode esquecer também a criação das vilas operárias onde os operários passaram a contar com moradias condignas, atendimento médico, escolas e etc, não gratuitos. Contudo, deve-se lembrar se que tratava muito

mais de uma forma de frear o crescente movimento operário, com as grandes empresas passando a controlar o operário fora dos muros da fábrica, do que atender às necessidades de sua força de trabalho.

Ainda sobre uma certa benemerência de setores da burguesia brasileira que se entendiam como ilustrados, convém citar o caso de algumas instituições ambulatoriais e hospitalares criadas e mantidas por grandes empresários brasileiros preocupados com a expansão das epidemias que de tempo em vez atacavam as metrópoles brasileiras. Como exemplo, vale citar o Hospital Gaffrée e Guinle, do Rio de Janeiro, criado por iniciativa de Guilherme Guinle com a função de prevenir e tratar a população no caso de doenças infecto-parasitárias, com destaque para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nos bordéis da região portuária do Rio de Janeiro, e que se tornou referência nacional nesta especialidade.

Outras instituições surgidas na Primeira República estavam ligadas ou à organização espontânea de operários, em grande parte sob influência anarquista, sendo, portanto, autofinanciados, ou pelo preocupação de indivíduos de uma mesma nacionalidade na busca de atender às necessidades dos patrícios, como no caso dos italianos, espanhóis e sírio-libaneses.

De qualquer modo, pode-se afirmar que a participação do Estado no atendimento às demandas sociais, particularmente dos excluídos, variava de pouco, no caso da educação, a nenhum, no caso da saúde, habitação, alimentação, empregos etc . Isso não deve nos surpreender, visto que, mesmo na Europa, raros são os exemplos da participação do Estado nessas questões, sendo um dos aspectos mais interessantes observarmos que a chamada Doutrina Social da Igreja – especificamente a *Rerum Novarum* e a *Populorum Progressio* – conclamava os cristãos a ajudar na diminuição da miséria através de doações, benemerências e atitudes filantrópicas, o que aliás, pouco repercutiu entre o empresariado cristão.

Nos países capitalistas centrais pode-se perceber a grande inflexão no tratamento da questão social no período do entre-guerras, particularmente na Grande Depressão derivada da crise

de 1929. As formas de enfrentamento da crise implementadas por Roosevelt serão o grande exemplo para a América Latina, particularmente para o Brasil. Embora seja abusivo atribuir ao conjunto de medidas conhecido como New Deal uma real preocupação com a situação de miserabilidade da sociedade americana, não se pode negar que, na busca de uma solução para a maior crise já vivenciada – política de pleno emprego, salário mínimo etc – atenderam-se a algumas das necessidades mais prementes daquela sociedade.

No caso brasileiro, sem querer apagar todas as iniciativas ocorridas no campo da sociedade civil e aquelas surgidas no enfrentamento entre o capital e o trabalho, é nítida a inflexão ocorrida no primeiro período varguista no trato da questão, podendo-se mesmo encarar o Estado Novo como um divisor de águas na forma de atuação do poder público. Isso porque nessa conjuntura foram criados os primeiros cursos superiores de serviço social e as primeiras e mais importantes instituições públicas de assistência social, com destaque para a Legião Brasileira de Assistência, a LBA, redefinindo, portanto, o próprio sentido da chamada questão social.

A criação dos cursos superiores de serviço social e a institucionalização da profissão é um fenômeno diretamente relacionado com a especificidade e a própria lógica de estruturação do chamado Estado Novo[9], quando um novo perfil do Estado capitalista é implantado no Brasil[10].

Observemos com mais vagar essa questão. Primeiramente, convém discutir o próprio Estado Novo. Visto tradicionalmente ora como *estado de compromisso*[11] ora como o exemplo brasileiro da chamada *via prussiana*[12], tais definições pouco têm a nos ajudar no entendimento do período, por utilizarem modelos analíticos oriundos de outras formações econômico-sociais sem as devidas mediações – infelizmente não cabe neste momento realizar uma discussão mais aprofundada dessas categorias analíticas – com a especificidade brasileira.

As análises que buscaram explicar a essência do Estado Novo a partir de seus condicionantes externos embora tenham como mérito fundamental marcar o seu surgimento no bojo da expansão do capitalismo monopólicas, carecem da maior acuidade quando das peculiaridades intrínsecas da sociedade brasileira, por desconsiderarem as várias conjunturas nacionais e internacionais, inclusive políticas e culturais, que marcaram o primeiro governo Vargas.

Por outro lado, aqueles que trabalharam com o viés de cultura política ou da atuação dos atores na arena política brasileira, acabaram por deterem-se em demasia na rica teia das conjunturas e na construção do *sentido da nação,* que isolaram o Brasil das determinações econômicas e políticas mais gerais quer nacionais, quer internacionais[13].

> Sem embargo, parece-nos alvissareiro pensar o Estado Novo como um momento em que o capitalismo monopolista em crise exige uma reorganização da lógica dos estados nacionais, sendo que no caso brasileiro esta reorganização implicava a substituição de um modelo político estruturado para atender de forma tópica e reativa às pressões de grupos capitalistas, para outro que possibilitasse o desenvolvimento da lógica do capitalismo como um todo, da construção de um projeto capitalista brasileiro consoante com as novas redefinições que ocorriam no plano mais geral.
>
> De outra forma, era necessário construir-se um novo Estado tanto no seu sentido e na sua lógica, quanto na sua composição e estruturação, utilizando-se uma cultura de modernização autoritária (GOMES) como forma de legitimar-se, coerente com o espectro político internacional, que vivenciava uma crise dos paradigmas liberais e apontava para o estado autoritário e intervencionista como a única alternativa para a inserção dos países não completamente industrializados na nova ordem mundial.

Não concordamos com a perspectiva de que a Era Vargas marcaria finalmente a implantação de um capitalismo tardio[14]. Afinal, desde o final do século passado pode-se observar um significativo avanço das relações capitalistas de produção e que um expressivo crescimento financeiro e industrial – inclusive do setor de bens de produção –, além de modernização agrícola, que

vinha ocorrendo desde a Primeira Guerra Mundial. Todavia, o Brasil estava longe de poder ser considerado um país moderno. Logo, tornava-se necessário acelerar o processo de industrialização nativa, até como forma de se beneficiar de uma conjuntura internacional muito peculiar de guerra.

Os desdobramentos do quadro político advindo do movimento de 1930 apontavam para uma crise política séria desde meados da década, enraizavam-se projetos autoritários para o Brasil e o grupo varguista sentia-se ameaçado de ter de apear do poder. A solução golpista foi a possibilidade não apenas de responder às necessidades da conjuntura política, como de realizar um conjunto de mudanças exigidas para que fosse possível adaptar o Brasil à nova ordem capitalista.

Uma das mudanças mais expressivas que, talvez, represente a própria essência do Estado Novo é o conjunto de alterações ocorridas no âmbito da própria *ossatura do Estado*[15]: é realizada a maior reforma da administrativa da história do país com a criação, extinção e transformação de vários órgãos públicos, a implantação de orçamentos-programas e a instituição de concursos públicos para a constituição de um corpo permanente de técnicos da administração pública.

Devem-se enfatizar dois aspectos estruturais da reforma administrativa proposta pelo DASP e suas versões estaduais. Primeiramente, ocorreu a *estatização das relações sociais*[16] trazendo para o interior da administração pública os conflitos e confrontos entre as classes sociais, ou entre as suas frações, que anteriormente se davam ou na esfera do mercado ou nas instituições de representação política tradicionais, como o Congresso Nacional. O poder público passou a propor, corrigir, acomodar ou reprimir as demandas tanto do capital, e suas frações, quanto do trabalho.

Isso passa a ser feito – e aí identificamos o segundo aspecto – pela incorporação da representação das classes ou de suas frações na própria estrutura da administração pública. Os Conselhos e demais órgãos de assessoria criados passaram a propor o modelo

de desenvolvimento brasileiro, desde que não colidissem com as preocupações maiores com o núcleo do poder. Com decisões construídas ao sabor das composições políticas específicas, nada mais coerente que as suas propostas carecessem da coerência de um grande projeto de modernização, nos moldes pensados por alguns destacados economistas brasileiros[17]. Como as decisões emanadas desses órgãos modificavam-se ao sabor das composições políticas, do embate interno entre as suas correntes e da conjuntura tanto nacional quanto internacional, o que podemos perceber é o surgimento de tendências que acabaram por se cristalizar ao longo do tempo.

Uma das primeiras dessas tendências é a de um desenvolvimento industrial acelerado e substitutivo das importações, que apontasse para a endogenização produtiva de bens de consumo e a montagem de uma indústria de bens de capital a partir do Estado, embora, realcemos, sem que existisse um projeto industrializante[18]. Tal tendência buscava ainda um aquecimento econômico com facilidades de crédito para atividades produtivas e restrições às importações – embora a guerra fosse um limitador natural para as importações – e o rebaixamento do poder aquisitivo da classe trabalhadora com o controle sobre o trabalho e sobre as atividades industriais.

Compensatoriamente foi implementada uma política para a classe trabalhadora em busca de uma compensação para as perdas salariais e a repressão sindical, no pleno emprego e na implantação de uma legislação trabalhista extremamente moderna para o período. Com relação à legislação trabalhista convém realçar que, embora representasse um retrocesso para os setores da classe trabalhadora que conseguiram ganhos através de lutas sindicais pretéritas, representou um real avanço para a grande maioria dos trabalhadores urbanos politicamente não organizados, que passaram a contar com direitos expressivos.

Sem contar com as mesmas vantagens, os trabalhadores rurais ou se mantinham presos às péssimas condições de trabalho do

campo – o que representava um subsídio extra ao empresariado agrícola – ou migravam para as grandes cidades, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, como força de trabalho barata, aumentando o exército de mão-de-obra de reserva e regulando o preço do trabalho.

O pacto político em gestação ao longo do período incluía os empresários e os trabalhadores urbanos, mas faltava atrair os que se encontravam à margem do processo de desenvolvimento capitalista, os *não-trabalhadores*, os que não conseguiam se situar no mercado formal de trabalho identificados ora como *miseráveis* ora como *desvalidos*, que mendigavam pelas ruas das grandes cidades, além das *famílias pobres* cujo salário formal conseguido por um dos seus membros não dava para prover o necessário sustento.

É nessa conjuntura que nos parece que ganha sentido a questão da assistência social no Estado Novo. Utilizando-se inicialmente de um discurso humanista cristão, de alguns dos quadros técnicos surgidos no interior da militância católica e da burocracia estatal, o estado varguista criou a assistência social como uma profissão e o mercado de trabalho para estes novos profissionais, que são as instituições públicas de assistência social. Existe uma ruptura fundamental entre os visitadores sociais – posteriormente, assistentes sociais – gerados pela Igreja para o trabalho caritativo e missionário, redefinidos pela Doutrina Social, como o da PUC de São Paulo, e os cursos de serviço social surgidos no Estado Novo, para o atendimento à nova lógica política do país.

Isto porque nem de longe a atuação social da Igreja tinha a abrangência e a amplitude que os seus autores querem nos fazer crer, ao contrário das propostas governamentais. Em segundo lugar, o papel que o assistente social passou a deter na esfera pública foi o de burocrata do social, cabendo-lhe definir os benefícios a serem concedidos e seus beneficiários destes benefícios, a partir dos recursos de que dispunham e que eram definidos não por eles, mas pelo jogo político da administração pública. E, por último, embora não menos importante, não se tratava de um tra-

balho caritativo, visto que os recursos eram oriundos da receita da União, no caso da LBA, ou de contribuições compulsórias, como no caso do SESC, SENAI, SESI, e muito menos missionário, pois que laico e feito por um corpo profissional e assalariado.

É verdade que a constituição dos primeiros cursos públicos de serviço social no Rio de Janeiro – Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944), atualmente Faculdade de serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (1945), que compõem nos dias de hoje a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – sofreu a influência da Igreja. Contudo, a lógica de constituição, as suas definições e práticas, são desdobramentos da ação do poder público objetivando naquele momento, atender aos interesses do Estado Varguista[19].

Tornava-se necessário *criar* uma profissão que, utilizando os recursos das ciências sociais de então, pudesse atuar de *forma neutra, científica e apolítica* na solução dos problemas da pobreza, num entrelaçamento entre saber, poder e reprodução social, mediante a fusão entre ação política-gestores do social e ação simbólica-elaboração de paradigmas. Era uma necessidade criar agentes sociais especializados na *potencial gestão* de instrumentos consolidadores da direção política (hegemonia) do Estado que incluíssem, na condição de subalternidade, grandes contingentes da sociedade brasileira.

As supostas *neutralidade* e *apolicismo*, com o monopólio do saber especializado, permitiam a mediação entre o público e o privado. Pela via do saber, as Assistentes Sociais construíram, lenta e inexoravelmente, a própria necessidade de seus serviços, ao mesmo tempo em que também construíram um *discurso de rotina* que as garantiam enquanto *agentes do poder*. Logo, analisar os *canais de formação* dos assistentes sociais no período torna-se uma necessidade já que, para além da *condição de classe*[20], muitas de suas *tomadas de posição* estavam respaldadas pela

bagagem adquirida nas distintas instituições escolares criadas no período – hábitos e posição de classe[21].

Observando com mais vagar esses canais de formação do assistente social podemos perceber que a composição do corpo docente das duas primeiras faculdades de serviço social do Rio de Janeiro contava com elementos oriundos da Igreja e burocratas, normalmente próximos à Igreja, que operaram uma aproximação das ciências sociais com os valores cristãos. A primeira escola de serviço social do Rio de Janeiro de cunho oficial, laica e gratuita, a Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dosdoworth – atual Faculdade de Serviço Social da UERJ – foi sendo gestada desde 1939[22] transformando-se em faculdade em 1944, como desdobramento das ações do Juízo de Menores e do Laboratório de Biologia Infantil do Distrito Federal. Tendo a liderança de Maria Esolina Pinheiro, não vinculada à Igreja, mas à alta burocracia do Distrito Federal, acabou por contratar professores da PUC/SP para atuar nas disciplinas específicas de intervenção social, com destaque para as de estágio e de monografia.

A Escola de Serviço Social de Niterói – atual Faculdade de Serviço Social da UFF – foi criada por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, mulher do interventor Amaral Peixoto, filha e secretária particular de Getúlio Vargas, contando com verbas da LBA criada por sua mãe, Darcy Vargas. Para surgir a Escola foram também contratados professores da PUC/SP, sendo que após a formatura da primeira turma, a sua administração foi entregue a Violeta Campofiorito, de família de políticos e estreitamente ligada à Igreja tradicional do estado do Rio de Janeiro, que buscou agregar técnicos que também fossem próximos do clero.

Quando se fala de quadros oriundos da Igreja, temos de ter em mente que se trata de professores formados na Universidade de Louvain (Bélgica) e que fundaram o Curso de Serviço Social da PUC/SP (1936) e da PUC/RJ (1937), além de expressivos intelectuais católicos como Alceu de Amoroso Lima, Cardeal Leme e Jackson de Figueiredo, o grupo do chamado Centro Don Vital,

que, indiscutivelmente eram os mais qualificados quadros técnicos do período.

Uma análise da biografia – pesquisa em andamento – poderá nos informar melhor a respeito das vinculações dos primeiros docentes dessas escolas com a burocracia pública e com a Igreja. Contudo, os dados preliminares têm nos sugerido que a grande maioria dos professores nas duas instituições analisadas, embora fossem reconhecidos publicamente como cristãos – e quem poderia não sê-lo no Estado Novo? – ganharam nomeada como profissionais nas suas respectivas especialidades. Mais ainda, a observação dos programas das várias disciplinas tem apontado para uma forte influência do positivismo funcionalista, tão em voga nos centros acadêmicos norte-americanos, agregado a um biologismo psicologizante como bases para a reflexão acerca das formas de intervir no social e não, a doutrina social da Igreja.

Nas disciplinas especificamente de prática do serviço social – serviço social de caso, estágio etc – pode-se observar uma tendência diferente: grande parte dos professores foram recrutados nas escolas católicas. Como resultante, parece-nos que junto a uma tradição oriunda da sociologia positivista[23], construiu-se um *ethos profissional,* baseado em valores católicos, tais como o *ascetismo, a benemerência, o messianismo, o desprendimento, o voluntarismo e o caritativismo* que marcam, até hoje, muito da prática profissional de vários dos assistentes sociais espalhados pelo país, no que pese o esforço hercúleo que desde o início dos anos 1960 seus principais intelectuais têm feito para reverter este quadro.

Logo, é muito mais na constituição de um *habitus de classe* do assistente social do que na sua prática, que a Igreja participou decisivamente na constituição da profissão de assistente social desde o Estado Novo. Caberia ainda uma pergunta acerca desta questão: de que forma este *habitus de classe* se articularia com os interesses varguistas?

Primeiramente, a ideologia estadonovista nunca entrou em confronto com muitos dos símbolos e valores defendidos pela

Igreja. Ao contrário, buscou articulá-los aos seus próprios interesses. Em segundo lugar, convém lembrar que a principal instituição de assistência social surgida no Estado Novo foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que originariamente tinha como meta amparar a família dos pracinhas que lutavam nos campos da Itália, e rapidamente se transformou na grande agência de atendimento às necessidades dos miseráveis e desvalidos. Para que a LBA pudesse desempenhar o seu papel era necessário ter técnicos que *gostassem* de trabalhar com o "lumpesinato" e que antes de se revoltarem com a situação de vida dos excluídos da ordem capitalista, considerassem tal atividade como *missão* e como parte de sua própria redenção.

Em segundo lugar, como o positivismo implementado entre nós era extremamente moralista buscando retirar os miseráveis e desvalidos da degradação social e moral que se *auto-impuseram*[24], as formas de assistência social mais comuns assemelhavam-se a uma cruzada moralista, com a utilização de todo o refinamento metodológico importado das ciências sociais norte-americanas.

Num outro prisma, podemos observar que estruturalmente a LBA sempre contou com muito menos aporte financeiro do que as demandas que buscava atender. Logo, seus recursos e seu poder – no que pese ser um cargo ocupado pelas primeiras-damas – eram definidos no núcleo de poder, cabendo aos seus profissionais, os assistentes sociais, elencar prioridades e canalizar os recursos não para atender a todas as demandas, mas para atender aqueles que se encontravam em pior situação, numa espécie de hierarquia macabra.

Não podemos com isso crucificar os assistentes sociais de então. Ao contrário, a análise da documentação tem demonstrado que muitos dos assistentes sociais tinham extrema sensibilidade para estas questões, e tentaram encontrar soluções que até contrariavam essa lógica: os vários documentos aprovados em congressos profissionais, a atuação junto aos constituintes de 1946 e os

posicionamentos de instituições profissionais como o CBCISS e a ABESS mostram propostas alternativas às oficiais.

À Guisa De Conclusão

Ao longo deste pequeno artigo buscamos apresentar as primeiras observações decorrentes do projeto de pesquisa acerca das vinculações entre o Estado Novo e o surgimento da assistência social no Brasil. Era nossa meta dialogar com algumas das tradições inventadas acerca da história do serviço social, buscando situar a criação dos cursos de serviço social na nova lógica que o Estado brasileiro assumiu no Estado Novo, e não na Igreja com preocupações sociais, como querem nos fazer crer alguns dos atores políticos de então.

A nossa perspectiva é de que o Estado necessitava de um técnico – ou burocrata, caso se queira – que tratasse do lumpesinato brasileiro e possibilitasse a consolidação política dos que estavam no poder com a incorporação de amplas parcelas da sociedade brasileira na condição de subalternidade, viabilizando a construção da imagem de *pai dos pobres* que Vargas passou a ostentar.

Contudo, é importantíssimo dizer que, por mais que sejamos críticos na análise de todo o processo, não podemos deixar de reconhecer que com Vargas, pela primeira vez, a questão da miséria e do atendimento às principais demandas sociais passaram a fazer parte da realidade política brasileira, possibilitando o atendimento de necessidades que atentavam contra a própria sobrevivência de milhares de indivíduos, embora ainda estivesse longe de ter sido reconhecido a eles os direitos a uma cidadania plena.

Num momento em que se acabou por decreto com as principais instituições de assistência social surgidas desde o Estado Novo em nome de um rompimento do assistencialismo e da filantropia, os atuais detentores do poder buscaram truncar um vigoroso debate ocorrido nos interstícios do serviço social e que foram responsáveis por significativos avanços na constituição de uma cidadania plena desde a Constituição de 1988. E o que tem sido

apresentado como solução milagreira para a extinta LBA? A distribuição de verbas de forma autoritária ou clientelística pelos novos intelectuais orgânicos, misantropos, que, encastelados no poder, têm menos sensibilidade e compromissos sociais que os primeiros assistentes sociais surgidos no Brasil.

Notas

[1] NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.* São Paulo, Cortez, 1991; IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* 3ª ed. São Paulo, Cortez/CELATS, 1985, dentre outros.

[2] COSTA, Suely G. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional.* São Paulo, Cortez, 1995.

[3] DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos (1870-1914).* São Paulo, HUCITEC/PMS, 1995; HONORATO, Cezar. *O Novo Estado no Estado Novo:* análise da interventoria Amaral Peixoto no antigo estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Niterói, ICHF/UFF, 1987, mimeo; GUIMARÃES,Carlos Gabriel. *A indústria álcool-motora no primeiro governo Vargas (1930/45).* Dissertação de Mestrado, Niterói: ICHF/UFF, 1991, mimeo.; ANNI,Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil.* 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986, 1977; FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas: o capitalismo em construção.* São Paulo, Brasiliense, 1989.

[4] GOMES, Angela M. de C. *A invenção do trabalhismo.* São Paulo, Vértice, 1988.

[5] PESAVENTO, Sandra J. *Emergência dos subalternos.* Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS/FAPERGS, 1989; CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o serviço social.* São Paulo, Cortez/EDUFMA, 1995.

[6] HONORATO, Cezar & BEAUCLAIR, Geraldo. "A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial". In COGGIOLA, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico.* São Paulo, XAMÃ/FFLCH/USP, 1995.

[7] BITTENCOURT, Marta T. E. *A infância nos recolhimentos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1890/1911).* Niterói, dissertação de mestrado, PPGH/UFF, 1991, mimeo.; SILVA, M. B. Nizza da. *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V.* Rio de Janeiro, Fundação da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990; BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais.* São Paulo, Ática, 1986..

[8] HONORATO, *op. cit.*, 1995.

[9] IAMAMOTO e CARVALHO, *op. cit.*, 1985; NETTO, *op. cit.*, 1991.

[10] HONORATO, *op. cit.*, 1987; FONSECA, *op. cit.*, 1989; BRANDÃO, A. A. *Executivo estadual e políticas públicas no antigo estado do Rio de Janeiro (1950/54):*

um estudo do segundo governo Amaral Peixoto. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1992, mimeo.

[11] WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

[12] VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1976; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

[13] GOMES, Leila M. A. *Assistência social no estado do Rio de Janeiro: o significado histórico da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense no período de 1945/64*. Tese de Doutoramento, São Paulo, PUC,1994, mimeo.

[14] MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

[15] DRAIBE, *op. cit.*, 1985.

[16] HONORATO, *op. cit.*, 1987.

[17] Por exemplo FURTADO, *op.cit.*, 1964.

[18] HONORATO e BEAUCLAIR, *op. cit.*, 1985.

[19] COSTA, *op. cit.*, 1995; GOMES, *op. cit.*, 1994; FREIRE, *op.cit.*, 1994.

[20] GRAMSCI, Antonio. *Antologia*. 4ª ed. México, 1978.

[21] BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1973; BORDIEU, Pierre. *La noblesses d'Etat: Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Minuit, 1989; MENDONÇA, Sonia R. de. *Ruralismo: agricultura, poder e estado na Primeira República*. Tese de Doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP, 1990, 2 vol., mimeo; MENDONÇA, Sonia R. *Saber e poder no Brasil:* o ensino agrícola na Primeira República. Rio de Janeiro, CNPq, Relatório Final de Pesquisa, 1994, mimeo; MENDONÇA, Sonia R. "Ensino agronômico: saber, classe dominante e Estado na Primeira República". In *Cadernos do ICHF* nº 71, Rio de Janeiro, ICHF/UFF, abril/1995.

[22] PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço social: uma interpretação do pioneirismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UERJ, 1985.

[23] NETTO, *op. cit.*, 1992.

[24] VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela*. Petrópolis, Vozes, 1986.

Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945)*

Jorge Ferreira
Universidade Federal Fluminense

Em 1937, de Porto Alegre, Heitor Pinto Silveira escreveu a Vargas afirmando ser oposicionista ao governo do estado. Desse modo, ele não poderia pedir um emprego ao governador que, inclusive, não conta mais com o apoio do presidente:

> Mas por ser oposicionista eu não me julgo impossibilitado de solicitar um emprêgo ao exmo. sr. Presidente da República. Pedir uma colocação é a coisa mais natural dêste mundo; agora não o era absolutamente na República Velha em sendo agente da oposição(...) A República Nova está mudando essa mentalidade e graças às idéias e ideais de Getúlio Vargas (...)[1].

A leitura da carta de Heitor poderia sugerir, a princípio, a manifestação entre os trabalhadores do projeto político varguista. Poderia sugerir, também, uma reprodução passiva do discurso dos governantes. Porém, é preciso perceber que Heitor elogia Getúlio Vargas e depois pede um emprego. Ele usa os argumentos de dominação política para tirar proveito e conseguir o almejado emprego. Informado das desavenças entre o presidente e o governador, ele trabalha e explora as divergências entre os dois políticos.

A maneira de abordar os textos dos trabalhadores, aqui, usando as palavras de Robert Darnton, não é "transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia"[2]. Heitor aceita as formulações dominantes, elogiando

a nova ordem política pós-30, sem dúvida. Mas, quando conta a seu modo, procura tirar proveito da situação. Heitor procura, na verdade, "se virar" dentro de um contexto político e social onde as alternativas eram muito restritas.

Vejamos outro texto que demonstra como as condições de vida levam os indivíduos a construir argumentos para contornarem as dificuldades. Quando em 1938, de Diamantina, Minas Gerais, Amerida de Mattos Diniz escreveu a Getúlio Vargas procurando obter um benefício, elaborou um contra-argumento construído a partir do próprio discurso dominante. À procura de justiça ela legitima sua atitude com o seguinte argumento:

> Não faço senão cumprir os desejos de Va. Excia. que já declarou que no Estado Novo não existem intermediários entre o governo e o povo[3].

A afirmação de Vargas, em seus discursos, procurava legitimar a ditadura com o fim dos partidos e do Congresso, sugerindo o contato direto entre chefe e povo. Amerida trabalha com este argumento, recriando um outro na cobrança das mesmas afirmações do presidente.

Após a introdução do texto, a autora declara que é agente postal em Buenópolis há mais de onze anos, recebendo tão-somente 200$000 de salário. Com doze filhos, somente agora o marido conseguiu emprego, em Diamantina, o que obriga a família a ficar longe dele durante toda a semana. Para que a família ficasse unida, Amerida prestou concurso para a empresa de Correios e, embora aprovada, não foi nomeada para o emprego. Seu objetivo é a nomeação para o cargo, a fim de que possa transferir-se para Diamantina e morar junto ao marido. No entanto, procurando elaborar melhor o argumento, ela parte dos pressupostos doutrinários do Estado Novo visando reforçar seu ponto de vista. É interessante observar, nesta parte do texto, como a autora trava uma argumentação com o poder:

> O Estado Novo collocou a familia sob sua proteção especial e prometteu o amparo as familias numerosas. Pois bem. Va. Excia. fazendo a minha nomeação estará protegendo a familia pois bem sabe Va. Excia. que é improprio do casamento viverem os conjuges separados um do outro. Tal situação só pode concorrer para a desagregação do lar. E se essa situação é por motivo economico, mais uma razão existe para Va. Excia desfazê-la, auxiliando a esta numerosa familia, possibilitando-a viver junto do seu chefe e reduzindo (assim) as suas despesas."

Além de expor suas próprias convicções sobre a moral conjugal, Amerida aceita as formulações relativas ao Estado amparador da família. No entanto, ao assumir o discurso dominante, ela o interpreta de acordo com seus interesses e o reelabora em proveito próprio. Atenta à doutrina estadonovista, particularmente no que se refere à família, Amerida cobra coerência do discurso oficial: a nomeação para o cargo seria a realização daquilo que o Estado dizia estar acontecendo na vida dos trabalhadores. Amerida utiliza a doutrina oficial, selecionando aqueles elementos que melhor convêm aos seus interesses.

Para compreender melhor a cultura política popular na época de Vargas, sigo, aqui, algumas indicações de Peter Burke, sobretudo ao recusar a chamada "teoria do rebaixamento". Para o autor, as imagens, relatos e idéias dominantes não são aceitos passivamente pelos populares, mas interpretados, modificados e transformados. "As mentes das pessoas comuns", diz Burke, "não são como uma folha de papel em branco, mas estão abastecidas de idéias e imagens". Formando uma espécie de crivo, as percepções e valores dos indivíduos e dos grupos assimilam algumas novidades do discurso dominante e recusam outras[4]. Assim, é preciso evitar a abordagem de que o projeto político varguista teria dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestar qualquer avaliação crítica e impedindo-as de reivindicarem seus direitos. Teoricamente mais interessante é a noção de *apropriação*, sugerida por Roger Chartier[5], ou seja, o reconhecimento das invenções criadoras no processo de recepção das mensagens.

Tentemos trabalhar com essa abordagem no depoimento de Antonio Ivo Vieira que, de Belo Horizonte, em 1939, escreveu a Vargas declarando ser guarda de segunda classe na E.F.C.B., com vinte anos de trabalho e com a folha de serviço limpa. Segundo Antonio:

> Tenho 4 filhos que necessitam de conforto e alguma instrução e eu com este parco ordenado de 350$000 mensais não estou na altura de dar-lhes nem siquer a instrução primaria, que infelizmente até isto agora se paga: soffro grandes descontos em folha de pagamento (...); não tenho podido nem ao menos sustentar os meus filhos com esse parco vencimento (...); a minha situação é mais que premente, é afflictiva e angustiosa e sei que tenho já direitos adquiridos para merecer uma promoção (...). Nem roupa e calçado para os meus 4 filhos, posso adquirir, pois o meu ordenado mal dá para não morrermos à fome[6].

Após denunciar, com certa contundência, suas difíceis condições de vida, Antonio, em aparente contradição, afirmou em seguida:

> Desde já Sr. Presidente, peço para que Deus abençôe à V. Excia. e toda Exma. familia e V. Excia. poderá em qualquer terreno, contar com a mais sincera e grata admiração, do mais humilde servidor da Nação, de que é V. Excia. o seu mais alto Magistrado e Chefe forte, energico e justiceiro. Salve! Sr. Presidente Dr. Getulio Vargas.

O objetivo de Antonio é apenas a promoção. No entanto, Antonio continua escolhendo duas vias de argumentação, excludentes e complementares ao mesmo tempo.

Na primeira, ele argumenta, denuncia na verdade, que sua situação é premente, aflitiva e angustiante, já que seu ordenado é para não morrer de fome. Com o parco salário, com grandes descontos em folha, não tem podido sustentar os filhos, comprar-lhes roupas, calçados, dar-lhes conforto e instrução. Aqui, Antonio nada tem de conformado e o que demonstra é revolta, indignação e sentimentos de injustiça.

Na segunda via, porém, em aparente contradição com a primeira, Antonio se diz humilde servo, além de sincero e grato admirador de Vargas.

Antonio procura alcançar sua promoção demonstrando a grave situação em que vive, em que denuncia e protesta ao mesmo tempo em que aceita e confia. Confiando e negando em um mesmo movimento, para Antonio não há contradição entre o aceitar e o opor. Existem na consciência social do autor, isto sim, limites que não podem ser rompidos. A denúncia tem de ser seguida de elogios ao chefe de governo. Ultrapassados os limites, ele estaria pondo em perigo a possibilidade da realização de seu objetivo e, talvez, a sua própria segurança individual. A propósito, poderia ser diferente? Haveria possibilidade de Antonio apenas denunciar sem nenhuma manifestação de aceitação ao regime? Ao aceitar resistindo, Antonio manifesta valores políticos populares que, como filtros culturais, reelaboram e reinterpretam as concepções dominantes em proveito próprio.

As enunciações discursivas de trabalhadores e populares na época do primeiro governo de Vargas demonstram como eles aceitavam o discurso oficial e as concepções dominantes. Todavia, não interpreto essas formas de expressão como conformismo, passividade ou resignação, mas, antes, como *apropriação*, permitindo que eles fizessem leituras criativas e desviantes. Passando por difíceis situações econômicas e sociais, ao recorrerem ao Estado, produtor de toda uma legislação que os beneficiava materialmente e formulador de um discurso que assumia suas dificuldades, os trabalhadores procuravam uma alternativa a mais em suas vidas – como escrever ao presidente – que, como estratégia, não poderia ser subestimada. Mais ainda, as pessoas comuns apresentavam em seus escritos formas de críticas ao estado de coisas que viviam, criando contra-argumentos que tinham como base as idéias dominantes.

Os argumentos formulados pelos trabalhadores, no entanto, elegeram um personagem central para a resolução de suas demandas e satisfação de suas reivindicações: Getúlio Vargas. Afinal, era para o presidente que eles escreviam.

Mas qual o significado que a imagem de Vargas assumiu na cultura política popular da época?

Vejamos o que escreveu Nelson Aranha, em 1939, da cidade de São Paulo, e o que o levou a mudar suas concepções políticas. Segundo Nelson, durante os acontecimentos da Revolução de 30, particularmente quando Vargas chegou em São Paulo, a caminho do Rio de Janeiro,

> confesso não ter tomado parte absolutamente nas manifestações de que foi alvo, não tomei porque era fervorosamente contra aquelle golpe e muito mais ainda contra V. Exa. de quem ainda o fui por muito tempo[7].

Após declarar que foi contra o "golpe" de 1930 e de ter sido opositor de Vargas por nove anos seguidos, Nelson justifica suas razões:

> Apesar de reconhecer algumas falhas no governo passado, era admirador incondicional da pessoa do então Presidente, pois que julgava estar certo de que as falhas provinham sómente de seus auxiliares, nunca cheguei a conclusão de que (era) elle o unico culpado.

Comparando a administração de Vargas com a de Washington Luis é que o escritor inicia um processo de reflexão de suas próprias idéias:

> Neste caso, agora cumpre-me dizer, que, ou lhe faltava competencia ou lhe faltava um pouco mais de amor ao nosso querido Brasil – vejo agora as inumeras falhas e erros, bem como a falta de cumprimento das leis, vejo agora o quanto eram nossos irmãos desprezados, homens de valor, filhos legítimos do Brasil (...) – Tudo dependia delle, sómente delle, era elle o unico culpado não ha duvida."

A preocupação de Nelson está centrada em personalidades políticas, sobretudo aquelas que ocupam o cargo de presidente da República. Para Nelson,

> as vossas sabias leis, as vossas patrioticas leis que venho acompanhando com absoluto interesse, tudo destruiu, vejo agora o quanto da necessidade tinha o nosso grande e amado Brasil de um homem de pulso de ferro e de um bom filho como é V. Exa.

Em sua carta, Nelson descreve como muda suas idéias políticas: de como afirma ser "admirador incondicional" do antigo presidente até concluir que "era ele o único culpado"; de como era "fervorosamente" contra Vargas para, mais tarde, reconhecer o seu valor.

No entanto, segundo Nelson, Vargas tem qualidades das quais o presidente anterior era desprovido: ele reconheceu que os trabalhadores, antes "desprezados", são "homens de valor", "filhos legítimos do Brasil" e, ao compreender tais dificuldades, concedeu-lhes "sábias e patrióticas leis". Esta, a meu ver, é a questão central que incentivou Nelson a mudar suas idéias: Vargas reconheceu a legitimidade política e social dos trabalhadores, seus sofrimentos e dificuldades e, generosamente, concedeu-lhes uma legislação que os beneficiou no trabalho e na vida comum. Vargas, para Nelson, investe-se de legitimidade ao produzir ganhos materiais e, particularmente, simbólicos aos trabalhadores.

O "mito" Vargas, portanto, não foi criado simplesmente pela vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo DIP. Não há propaganda, por mais sofisticada e massificante que seja, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O "mito" Vargas, assim, narrava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.

Para compreender o significado que o nome de Getúlio Vargas assumiu na cultura política popular brasileira é preciso considerar a repercussão, senão o impacto, que a legislação trabalhista e o discurso de valorização do trabalho causou entre os assalariados. Avaliando as mensagens contidas nas milhares de cartas enviadas a Vargas, as temáticas mais recorrentes ressaltam o respeito ao operário, o reconhecimento de suas dificuldades e a sua valorização na sociedade por parte do presidente, bem como a justiça e os benefícios generosamente *concedidos* por ele. Tais manifesta-

ções, no essencial, não diferem dos mesmos anseios de operários de outras nacionalidades. Seguindo algumas idéias de Barrington Moore Jr. ao estudar o caso alemão, trabalhadores e populares perceberam no governo de Vargas a possibilidade de serem tratados e viverem como seres humanos - ou seja, reconhecidos politicamente e valorizados socialmente. Para Barrington Moore, "concreta e especificamente, o tratamento humano decente significa aquele mínimo de respeito e preocupação merecido por todos os membros da comunidade nacional". Por "tratamento humano decente" entende-se segurança na velhice, garantia contra as arbitrariedades patronais, justiça nas relações trabalhistas, regulamentação de salários e jornadas de trabalho e, particularmente, o reconhecimento e a valorização social e política[8].

Assim, o tratamento humano decente de que fala Barrington Moore Jr. inclui, particularmente, concepções populares sobre os significados de justiça e injustiça. É sistemática e insistente, na correspondência, como as pessoas relacionavam Getúlio Vargas como um governante que instituiu no país a justiça social.

Antes de qualificar os apelos por justiça como o natural processo de domesticação dos trabalhadores, resultado da propaganda política conjugada à repressão policial, é preciso observar que, ao lado de uma sincera exaltação ao presidente, trabalhadores e populares também estabeleciam estratégias de vida. Ao aceitarem o "mito Vargas" como verdadeiro, eles cobravam a realização da justiça que os governantes diziam estar sendo praticada.

A maneira como os populares se apropriaram da imagem de Vargas e nele viam a possibilidade de realização da justiça encontra-se, de maneira acentuada, na carta de Dinorah F. Wangler, do Rio de Janeiro. Diz a autora que residia na cidade do Rio de Janeiro com seu marido, quando ele passou a sofrer de tuberculose, doença de difícil tratamento na época, cujos resultados nem sempre eram animadores. Os médicos, pessimistas com o caso, aconselharam Dinorah a procurar uma cidade de clima ameno, apropriada para o tratamento, na esperança de melhoras. O casal,

então, foi residir na cidade de Miguel Pereira, região serrana do Estado, conhecida por seu clima agradável. Após a mudança para a cidade, Dinorah conseguiu um emprego, com o qual passou a sustentar as despesas do casal, confiando na recuperação do marido. Com o passar do tempo, paulatinamente, ele foi recuperando a saúde, até curar-se do terrível mal. Nesse momento, surgiu um novo dilema para o casal. Com a melhora do marido, não haveria motivos para continuarem morando na agradável cidade de Miguel Pereira; seria hora de voltarem ao Rio de Janeiro para que ele assumisse seu emprego, voltando a sustentar o lar. O drama de Dinorah, como afirma, é que a volta ao Rio pudesse significar o retorno da doença. Assim, ela escreveu a Vargas pedindo, para o marido, um emprego naquela cidade, como escrevente da E.F.C.B. Nesse ponto da carta, Dinorah argumenta com o presidente:

> Por isso eu imploro a V. Exa. que atenda o pedido que lhe vou fazer, como Chefe da Nação, como Pai dos Brasileiros, pois eu me considero sua filha, e um pai não deve negar nunca um pedido justo que lhe faz uma filha num dos momentos mais angustiantes de sua vida (...)[9].

O que Dinorah faz é reinterpretar o discurso estatal construtor de toda uma simbologia relativa ao "grande pai" – sobretudo a expressão "pai dos pobres" – em benefício próprio. Com um pedido que ela considera justo e definindo-se como "filha" e "pobre", a autora da carta criou um argumento inteiramente convincente para a realização de seu pedido. Ao assumir o papel de filha e pobre, Dinorah quer coerência do discurso estatal, quer que Vargas, de fato, assuma o título de "pai dos pobres", mas dê o emprego ao marido.

As manifestações de apoio de trabalhadores e populares a Vargas demonstram o êxito obtido pelos formuladores da imagem presidencial. No entanto, é preciso lembrar que o conjunto de imagens que deram forma ao chamado "mito" Vargas não foi recebido de maneira passiva. Os trabalhadores reconheceram os benefícios obtidos e o "tratamento humano decente" que passaram

a receber, mas também interpretaram a simbologia presidencial de acordo com seus padrões culturais, recriaram uma outra imagem de Vargas que lhes interessava e, a partir da leitura oferecida por sua cultura política, trabalharam por suas reivindicações. Quero enfatizar, porém, que o apoio manifestado pela população não era exatamente aquele que o governo almejava.

Quando trabalhadores e populares explicavam sua realidade social, apresentavam uma forma peculiar de se apropriar do discurso autoritário, dando-lhe novos significados e interpretações. Se eles assumiram o discurso dominante, e daí sua eficácia, não se tratou, no entanto, de simples reprodução ou submissão intelectual. Longe de repetirem mecanicamente a doutrina estatal, a simbologia dominante foi repensada e, por meio de filtros culturais, reformulada e reelaborada. Nada indica que os trabalhadores tornaram-se meros reprodutores das mensagens dominantes. Ao contrário, as pessoas comuns tinham informações dos acontecimentos políticos e da doutrina estatal, e as utilizavam em proveito próprio, trabalhando por suas demandas. Era uma estratégia de lutar dentro do sistema político, aproveitando as oportunidades que se abriam.

Vistas de cima, porém, as enunciações populares podem sugerir apenas um conformismo generalizado. Mas conformismo, passividade e "alienação" muitas vezes estão nos olhos de quem os vê. O apoio e a confiança que os trabalhadores depositaram em Vargas, aqui, são entendidos como aceitação a um estado de coisas que fugia a seu controle. Aceitavam, pois naquele momento não havia alternativas. Além disso, o objetivo não era apenas o de exaltar gratuitamente Vargas, mas, sim, dar um passo à frente, avançar, conseguir um emprego, um aumento salarial ou melhorar de vida. A aceitação ao regime, enfim, não implicava necessariamente resignação ou conformismo.

Notas

* Este trabalho resume algumas idéias contidas no livro *Trabalhadores do Brasil.* O imaginário popular. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

[1] Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Processo nº 31.823.

[2] DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. xiv.

[3] AN. FSPR. Processo nº 7.823.

[4] BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 86.

[5] CHARTIER, Roger. *A história cultural;* entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

[6] AN. FSPR. Processo nº 4.040.

[7] AN. FSPR. Processo nº 16827.

[8] MOORE JR. Barrington. *Injustiça; as bases sociais da obediência e da rev...* São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 312-313.

[9] AN. FSPR. Processo nº 18591.

O autoritarismo no imaginário político paranaense (1930-1945)

Luiz Carlos Ribeiro
Universidade Federal doParaná

O objetivo do presente artigo é apresentar e discutir dois momentos de consolidação do discurso autoritário dos anos 30/40. O primeiro discutindo o processo da Revolução de 30. O segundo, já nos anos 40, analisando a implantação do projeto político de industrialização elaborado pelas elites industriais, principalmente paulistas, mas em consonância com a centralização do regime varguista.

Esses dois momentos serão analisados tendo como perspectiva os interesses das elites paranaenses. Interessa-nos, portanto, tendo em vista o processo de reordenamento político brasileiro desde os anos 20 – a crise da Primeira República –, compreender o envolvimento dessas elites na formulação do projeto hegemônico autoritário brasileiro do período.

Tomando como ponto de partida a existência desse projeto hegemônico e centralizador, nossa inquietação inicial diz respeito ao nível de envolvimento das elites regionais paranaenses seja na sua elaboração, seja na sua consolidação/difusão.

Tendo claro que não se constituiu de um projeto homogêneo nem no esboço inicial – a crise dos anos 20, a Revolução de 30 e os momentos imediatos –, nem no seu momento mais consolidado – o do Estado Novo –, interessa-nos discutir alguns aspectos da

luta política entre os setores *hegemônicos* e *não-hegemônicos* da elite nacional na formulação do ideário autoritário dos anos 30/40.

A ideologia autoritária do período Vargas não se constituiu de uma única matriz doutrinária. Sem dúvida desenvolveu-se ao longo dos anos 10/20 uma cultura autoritária na experiência ocidental capitalista de que as elites brasileiras demonstraram pleno conhecimento. Contudo, não é possível reduzir simplesmente uma à outra. Pelas condições do desenvolvimento econômico e social, a experiência brasileira tem a sua singularidade.

O fato é que os reordenamentos impostos pelo capital desde o final do século XIX, ao mesmo tempo em que contribuíram para consolidar uma elite nacional e com ela o próprio do Estado Nacional, não determinaram a existência de uma ideologia monolítica. Pelo contrário, quando a observamos mais de perto, o que verificamos é uma eterna construção. Se na esfera mais próxima ao poder central essa doutrina aparece com algum grau de consolidação, ela assim se manifesta exatamente como uma estratégia de ocultamento de outros projetos de poder[1].

O que se observa é um processo da convivência contraditória do *projeto nacional* (o universal da política brasileira) com as políticas regionais. Resta discutir, portanto, o quanto estas, mesmo possuidoras de identidades próprias, estão presentes naquele. Há nessa relação do nacional com o regional um duplo jogo: de um lado, elites regionais hegemônicas na economia brasileira exercitam num mesmo movimento a produção e difusão do seu projeto político, procurando se instalar como nacional, interferindo, modificando ou silenciando outros projetos; de outro, elites não-hegemônicas, se não têm a pretensão de ser *nacionais*, procuram se legitimar enquanto identidade regional, interferindo necessariamente no nacional.

Estabelece-se, portanto, uma interação de conflito/acomodação entre a elite e o projeto político – que se pretendem nacionais – e os interesses regionais. Por esse viés, a consolidação de uma "política nacional" não pode ser vista como uma ação exclusiva

das elites hegemônicas. Deve ser vista como resultado de um conjunto complexo de relações, não só entre as elites regionais, mas como um *movimento cultural* que envolve a totalidade da sociedade. É no interior dessa relação que elites e projetos políticos – nacionais e regionais – se constróem e ganham legitimidade e representação.

De todo modo, no período aqui destacado, apesar da força ideológica com que se procurou forjar uma política oficial representando o Estado e os interesses do grande capital industrial, é claro que não se pode falar na existência de uma política monolítica. Mesmo no período mais autoritário do Estado Novo, "o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem um certo ecletismo em suas propostas"[2]. O que há, enfim, é uma *memória histórica hegemônica* que fixa e cristaliza um conceito de regime político, procurando não deixar transparecer no seu interior as diferenças e as contradições dos interesses regionais e setoriais da economia e da sociedade brasileira. Mas o fato é que os interesses políticos regionais, ao mesmo tempo em que constróem suas identidades, alimentam e reforçam o *projeto nacional*.

Crise e Autoritarismo nos Anos 20

Daniel Pécaut nos oferece uma análise instigante a respeito do comportamento político da elite brasileira desse período. Apesar de seu estudo centrar-se na atuação dos intelectuais, suas conclusões podem ser utilizadas na análise da elite de um modo geral.

Os anos 20 são marcadamente um momento de profunda reflexão para a elite brasileira. Compõem o cenário dessa reflexão as profundas mudanças na economia e na política mundial que impõem às elites nacionais novas regras de comportamento. Entre essas mudanças encontram-se os efeitos sociais e urbanos da expansão do complexo cafeeiro e, ao mesmo tempo, o esgotamento dessa economia que trouxe consigo a ruptura no poder oligárquico que dava sustentação ao regime liberal de 1891. No limite dessa tensão encontram-se os "tenentes", as classes traba-

lhadoras urbanas e os interesses heterogêneos das elites regionais, até então sufocados pela eficiência da "política dos governadores".

Para Pécaut, portanto, a crise do modelo econômico e político que definia a Primeira República, somada às aceleradas pressões do capital internacional, provocou uma desordem e uma instabilidade interna. Obrigou as elites intelectuais e políticas, além de responder aos seus interesses próprios e imediatos, a repensar e reordenar a sociedade como um todo. A defesa de seus interesses levou essas elites a pensarem o seu tempo e a se assumirem como classe dirigente. Essa ação expressou uma conversão ideológica e um voltar-se à ação política[3].

Mais que defensivas ou passadistas, suas estratégias foram ofensivas, constituindo-se numa espécie de recriação institucional, seja entre os militares, a Igreja, o ensino, o aparelho de Estado etc. É um movimento, portanto, em que ao mesmo tempo em que (re)pensa o nacional e o Estado, se institui como uma classe dirigente. Encontramos uma elite que atribui para si um papel messiânico de salvar a vida nacional[4]. De tal modo esse processo se imbrica que a memória dessa elite confunde-se com a própria nação. Sua intenção é a de que não se possa reconhecer a nação fora dessa memória.

Logo, no sentido dessa reordenação é produzido um discurso elitista, centralizador e autoritário. Referindo-se à formação dessa elite, Júlio de Mesquita Filho, do jornal *O Estado de São Paulo*, afirmava em 1925:

> Formular o problema brasileiro é tarefa a que só os espíritos superiormente dotados e cultivados se poderão abalançar (...) filtrados através dos vários estratos que constituem normalmente uma sociedade organizada e perfeitamente articulada, a ação das elites intelectuais, formadas no cadinho dos centros superiores, refletir-se-á na consciência popular.[5]

A Conjuntura de 30

O desejo de reordenamento da sociedade como um todo é um fenômeno da crise de um determinado modelo hegemônico de ordem econômica e política: a sociedade estruturada no complexo cafeeiro.

Interessa compreender como esse projeto de reordenamento se define enquanto nacional, lendo-o não só a partir do interesse das elites hegemônicas diretamente ligadas ao desempenho do café, mas também da ótica de uma de suas principais interlocutoras, as elites regionais – no caso, as elites da sociedade paranaense. Em suma, interessa estudar a participação da elite paranaense na configuração de uma ação política nacional em seus momentos cruciais: a conjuntura política da Revolução de 1930 e a consolidação do discurso industrializante no Estado Novo.

Nesses termos, a crise do complexo cafeeiro que demandava um reordenamento não tocava direta e imadiata a economia paranaense. Paradoxalmente, as dificuldades paulistas com o plantio e comercialização do café produziram a ocupação do norte do Paraná: desde o começo do século – mais precisamente a partir da década de 20 – a região vinha sofrendo uma frente de ocupação cafeeira, originária de São Paulo.

Paradoxalmente porque a frente agrícola despertava pouquíssimo interesse nas elites tradicionais do Paraná, muito mais ligadas à economia do mate, da madeira e de criação do gado. Como os efeitos da expansão sobre o norte paranaense ainda eram incipientes, o comportamento da elite regional era de relativo desconhecimento do que ocorria na região. Havia, sem dúvida, um mal-estar sobre o que era considerado uma ingerência paulista no território paranaense. Aliás um "imperialismo" que foi denunciado até os idos da década de 70.

Assim, se a crise do complexo cafeeiro parecia não tocar diretamente os interesses da elite paranaense, qual foi efetivamente sua participação no processo de reordenamento engendrado na conjuntura de 30?

A leitura que fizemos de parte da documentação sobre a participação política paranaense na chamada Revolução de 30 nos permitiu tirar algumas conclusões. Conclusões sem dúvida parciais tendo em vista nos encontrarmos ainda em processo de levantamento e análise das fontes.

A primeira impressão que nos salta à vista é a não explicitação de um embate específico regional, ou o envolvimento mais intenso de lideranças locais no processo. O discurso das principais fontes consultadas reproduz o embate político entre as oligarquias hegemônicas nacionais, ou seja, num primeiro plano as oligarquias paulistas e mineiras e, num segundo, as do Rio Grande do Sul. O embate local se define entre os partidários do governo de Washington Luís – o Partido Republicano Paranaense, ou conservadores – e os partidários da oposição, denominados a partir de agosto de 1929 de "aliancistas" (Aliança Liberal, composta a partir das dissidências do próprio bloco governista).

As repetidas alusões a essas lideranças políticas reforçam e legitimam o quadro do cerimonial de poder, ou seja a legitimação da política "café com leite" dos governadores de São Paulo e Minas Gerais. Mesmo quando as criticam, as reconhecem como porta-vozes do poder nacional.

Desse modo, ao incorporar o discurso de mudança dessas lideranças nacionais, reconhecem e legitimam o processo de reordenamento, princípio da crise do complexo cafeeiro: a reforma constitucional, o voto secreto, o fim da corrupção

Ou seja, as lideranças locais não chegam a manifestar um interesse mais elaborado no processo de reordenamento diante da crise do complexo cafeeiro. Contudo, percebem o momento como propício para ampliar seu poder de barganha, dentro ainda da tradição oligárquica de disputa de poder. Nesse sentido, a crítica dos oposicionistas era a da subserviência das elites locais, como nos revela trecho do documento de Brasil Pinheiro Machado.

> Tempos de anteontem e de hoje, os círculos oficiais são os mesmos.

> O mal do Brasil, não será, talvez, a forma de governo, mas o vício hereditário dos homens de governo.
> E em estados como o Paraná este mal toma um caráter mais profundo, devido a fatores a eles inerentes.
> A sua falta de importância nas balanças governamentais da União, faz de seus governos um mecanismo inteiramente submetido a interesses de governos de Estados mais fortes, para cujo apoio sacrificam todo o trabalho e toda a ação que, se fossem aplicadas em rumos administrativos e econômicos, lhes assegurariam muito melhor do que aquela submissão, o equilíbrio do poder.[6]

O "equilíbrio do poder": era isso que reclamavam setores da oligarquia paranaense, mesmo sabendo serem uma força menor na disputa do poder nacional.

No Paraná, as eleições de 1º de março de 1930 deram uma vitória significativa para as forças conservadoras. Com o apoio do governador Afonso Camargo, os candidatos a deputado e senador pelo Partido Republicano Parananense e o candidato situacionista à presidência da República, Júlio Prestes, foram largamente vitoriosos. Como em todo o Brasil, foi uma vitória evidentemente contestada pela oposição "aliancista", com a acusação de corrupção eleitoral.

Os temas debatidos no processo eleitoral que culminou com a deposição do presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930 pela Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas, eram os mesmos: a corrupção eleitoral, com situacionistas e oposição acusando-se mutuamente; a crise generalizada, na economia e na política do país.

Já em 1928, o jornal *Gazeta do Povo* fazia severa crítica à "situação", acostumada a revezar-se no poder, a tratar as eleições com desdém e a continuar oprimindo a população. Define a política situacionista como uma "política de compradesco a fazer a felicidade de ditosos grupos familiares, enquanto o povo (...) sofre cada vez mais"[7].

A explosão oposicionista no Paraná acontece quando o presidente Washington Luís rompe com o acordo com o Partido Republicano de Minas Gerais – que pretendia fazer a sucessão –, e

lança o governador por São Paulo, Julio Prestes. Referindo-se à oligarquia governista, afirma o presidente:

> A oligarquia toda poderosa, dispondo do Tesouro e da força pública, absolutamente submissa, nada teme e está disposta a esmagar, no nascedouro, qualquer resistência a seus propósitos.[8]

Identicamente, para a oposição a ação dessas lideranças são as suas referências. Por exemplo, é incansável a postura de crítica do jornal *Diário da Tarde* – ligado aos republicanistas paranaenses –, ao se referir a figuras como Antonio Carlos P. de Andrada, de Minas Gerais, João Pessoa, da Paraíba e Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, entre outros. Frases como as seguintes aparecem constantemente no período pesquisado:

> Vitoriosos, os aliados haveriam de prolongar por todo o imenso território pátrio o regime de terror que seu grande 'líder' Antonio Carlos criou em Minas. Vitoriosos, fariam do Brasil uma imensa feitoria dominada pelos homens que levaram o Rio Grande ao desespero de uma revolução dificilmente jugulada pela espada do sr. Flores da Cunha.[9]

Mas em um aspecto tanto situação quanto oposição pareciam estar de acordo, a necessidade de reformar a Constituição brasileira:

> Passada porém, que foi a onda excessivamente idealista que dominou a mentalidade política brasileira nas primeiras décadas após a proclamação da República, começamos a compreender hoje que a obra dos constituintes republicanos perdera demasiadamente de vista as nossas condições próprias e realizara uma obra de majestosa beleza ideal mas pouco adequada ao povo cujos destinos iria reger.[10]

E o revisionismo constitucional tinha uma inspiração elitista e centralizadora muito clara: "Desde Alberto Torres, o grande mestre de 'Organização Nacional', até Oliveira Vianna, no seu recentíssimo e excelente 'Problemas da Política Objetiva'"[11]

À medida que o movimento recrudesce com a insatisfação dos resultados oficiais das urnas, aparece e se torna voz corrente o tema da revolução. Nesse contexto, o o tradicional jornal *Gazeta*

do Povo – sem dúvida um dos mais legítimos porta-vozes da oligarquia paranaense –, acusado de "revolucionário", assume e define sua concepção de revolução:

> Revolução: diz-se particularmente do levantamento ou insurreição política a mais memorável que se dá num país e que estabelece uma ordem de coisas durável e relativamente benéfica.
>
> Visto isso, a *Gazeta do Povo* nenhuma dúvida tem em ser taxada de revolucionária. (...) A *Gazeta do Povo*, interprentando o sentir da opinião pública do Paraná e uníssona com o estado de ânimo do Brasil inteiro, acha a ordem atual de coisas da política nacional profundamente malefica e detestável, não devendo e não podendo continuar a durar mais tempo. Assim sendo, a *Gazeta do Povo*, como também as consciências liberais do Brasil, aspira a uma nova 'ordem de coisas durável' para o país. (...)
>
> Somos e fomos um jornal conservador tendo sido e sendo um jornal revolucionário. A revolução que nos tenta, empolga e arrasta, a revolução que continuamos sempre pregando é a dos espíritos contra a miséria da situação nacional vigente, é a das opiniões contra aqueles que não souberam conservar 'durável e benéfica' a 'ordem de coisas' estabelecidas em 15 de Novembro. Com planos bélicos, com objetivos de violência ou, simplesmente, com finalidades doutrinárias e atuação pacífica, somos todos hoje, uns e outros, no Brasil, revolucionários e revoltados.[12]

Para o jornal, portanto, a revolução se justificava, a força se legitimava pela incapacidade das elites governamentais em cumprir os preceitos da representação e do pacto social, garantidores da ordem social. O que o jornal reclamava – nos termos, aliás, propostos por Pinheiro Machado – era a instituição de uma elite capaz de restituir essa ordem.

Resulta, enfim, que se as elites paranaenses por um lado não são porta-vozes de nenhuma proposta alternativa de reordenamento – até porque a crise do complexo cafeeiro não as atinge diretamente –, elas alimentam com a sua participação a tese da dança das oligarquias. Na medida em que não possuem uma proposta efetiva de reordenamento da ordem política, não chegam a propor o fim do regime oligárquico, pois, afinal, sentem-se muito à vontade nele.

Notas

[1] CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista". In *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo, CEDEC, 1978; DE DECCA, Edgard. *1930. O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense.

[2] GOMES, Angela Maria de Castro."O redescobrimento do Brasil". In OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alii.*Estado Novo. Ideologia e poder.* Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 110.

[3] PÉCAUT, Daniel.*Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.* São Paulo, Ática, 1990, p. 21.

[4] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alii. *Estado Novo.Ideologia e poder.* Rio de janeiro, Zahar, 1982, p. 10.

[5] Apud: CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista (1920-1945).* São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 146.

[6] PINHEIRO MACHADO, Brasil. "Instantaneos Paranaenses". In *A Ordem*. Orgão do Centro D. Vital. Rio de Janeiro, ano X, nº 5 (Nova série), fev. 1930, p. 133.

[7] *A Gazeta do Povo*, 26/07/1928

[8] *Gazeta do Povo*, 02/12/1928.

[9] *Diário da Tarde*, 22/01/1930.

[10] *Diário da Tarde*, 07/05/1930.

[11] *Idem*.

[12] *Gazeta do Povo*, 02/09/1930.

Imagens pangermanistas sobre o Brasil: 1930-1940

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães
Universidade Federal do Paraná

Meu objetivo nesta mesa redonda é apresentar, através de algumas imagens elaboradas pela literatura em língua alemã sobre o Brasil, a utopia imperialista subjacente no imaginário pangermanista durante as três primeiras décadas do século XX.

Para tanto, parto do princípio de que ainda que a conquista territorial nunca tivesse sido contemplada nos planos oficiais do governo alemão, o sonho de se ter no sul da América Latina uma colônia alemã sempre esteve presente entre os defensores da ampliação do espaço vital dos alemães (*Lebensraum*), ideologia que assume sua forma mais definida com a criação da Liga Pangermânica a partir de 1891.

Além de procurar demonstrar como essas imagens são reveladas no campo da cultura, pretendo também, ainda que de forma muito ensaística, demonstrar como essas noções influenciaram o racismo e os racistas no Brasil.

Antes de analisar as imagens elaboradas pela literatura em língua alemã[1], queremos tecer rápidas considerações sobre nosso entendimento acerca do imperialismo alemão.

É legítimo afirmar-se que houve uma tática imperialista da Alemanha com vistas à dominação da América Latina? Até que ponto esta leitura não é conseqüência dos artigos jornalísticos numa época em que se difundia o mito do perigo alemão?

Tomemos o exemplo de dois clássicos neste assunto.

Para Hannah Arendt, os imperialistas alemães restringiram suas ações aos países que lhes eram vizinhos, o que ela denomina como *imperialismo continental*, e não de ultramar. O critério de conquista territorial e de conquista de *zonas de influência econômica* era justificado pela presença da população de origem germânica em países como a Hungria, a República Tcheca, a Polônia e outros. Este princípio é conceituado pela autora como *nacionalismo tribal*[2].

Ulrich Wehler, por sua vez, afirma que Bismarck não tencionava disputar territórios com outras potências européias, porquanto considerava dispendiosos o investimento bélico e o financiamento de uma burocracia nas colônias, fatores essenciais para a manutenção do poder político e econômico naquelas regiões. Preteria portanto a estratégia de conquista territorial em favor do livre jogo do mercado, no qual as vantagens comparativas das mercadorias alemãs propiciar-lhe-iam o fortalecimento econômico. Tratava-se de um *expansionismo pragmático*, pois evitava o confronto com outras potências européias, respeitando-se também a Doutrina Monroe, dos Estados Unidos[3].

Essas duas interpretações, extremamente importantes aos nossos estudos, não levam em consideração entretanto a interferência dos poderes não oficiais em prol de uma outra tática expansionista. Refiro-me a empresários, intelectuais e religiosos, bem como a associações e agremiações políticas que propugnavam pela conquista de territórios na África ou nas Américas, como é o caso da Liga Pangermânica, entidade que reuniu e organizou diversos membros da sociedade para exercerem pressão política sobre o governo. Eram deputados, pastores, intelectuais e empresários que militaram em favor do expansionismo continental e também do expansionismo ultramarino, como Karl Peters, na África e Friedrich Fabri, na América Latina.

Quanto a este último, cuja ideologia influenciou sobremaneira os agentes da emigração para o Brasil, entre 1864 e 1880,

> era um teólogo ligado à concepção missiológica da Igreja, fundador e professor de escolas especializadas na formação de pastores para o exterior, e defensor da preservação da germanidade como parte integrante de sua doutrina. Filho de Carl Fabri, diretor da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, Friedrich aprendera, provavelmente desde cedo, a importância da preservação do *Deutschtum*, como uma estratégia indireta de imperialismo, ou, por outro lado, e não excludentemente, como uma maneira eficaz de cooperar para a manutenção da religião protestante a despeito da hegemonia da Igreja Católica nos países latinos.[4]

É sobre autores e utopias como estas que concentro minha atenção. São visões que, dada a sua difusão na imprensa de língua alemã no Brasil, bem como nas escolas e nas igrejas, influenciaram a opinião pública tanto na Alemanha como no sul do Brasil, notadamente entre os imigrantes alemães e seus descendentes. E mesmo que não tenham interferido diretamente na política e na economia, foram extremamente relevantes para a cultura teuto-brasileira.

A Missão dos Alemães

O imperialismo alemão, uma sorte de imperialismo de caráter privado[5] ou para-oficial, que congregou protestantes nacionalistas e pietistas, adeptos das doutrinas racistas, nacionalistas seculares e homens de negócios, todos eles, em última instância, preocupados com o *Lebensraum*, influenciará sobremaneira o imaginário social dos teuto-brasileiros nas três primeiras décadas do século XX. Estes, abandonados à sua própria sorte durante todo o século XIX, passam a ser alvo das atenções daqueles atores sociais, doravante designados não mais como "imigrantes" (*Auswanderer*), mas como "alemães no exterior" (*Auslanddeutschen*).

Essa nova posição se inicia, originalmente, nos meios eclesiásticos, e depois se generaliza no meio secular.

As análises de Friedrich Fabri são dirigidas às Igrejas e aos agentes da colonização. Ele acreditava que, com a proclamação da República (que já se avizinhava), este país tornar-se-ia uma federação, à semelhança da dos Estados Unidos, o que facilitaria a proclamação da independência da Região Sul, transformando-

se esta numa república teuto-brasileira[6]. Suas análises foram fundamentais para a decisão de enviar pastores ao Brasil, que tinham sua formação política, teológica e intelectual preparada em seminários onde se veiculava tal doutrina. E estes, quando no Brasil, logo se integrariam à liderança da comunidade de origem germânica.

Suas posições se assemlham a outras correntes religiosas que se amalgamaram à política imperialista em outros contextos, como por exemplo, o caso inglês e o norte-americano.

Na Inglaterra, ao longo de todo o século XIX, o imperialismo esteve intimamente ligado ao senso missionário dos puritanos. Esta corrente religiosa sofre a influência do pietismo alemão e do metodismo inglês, o que resultou no movimento de reavivamento da fé, cuja ênfase consistia na conversão pessoal e na prática devocional. Os revivalistas iniciaram também diversas ações missionárias nas colônias inglesas, onde tradições e costumes seculares foram introjetados como parte da doutrina religiosa[7].

No século XX, semelhante processo ocorrerá nos Estados Unidos, principalmente após a Segunda Guerra. Para os fundamentalistas, os Estados Unidos eram uma nação eleita por Deus para recristianizar o mundo, um novo Israel, um povo que Deus estava preparando para regenerar o mundo[8]. Mais destacadamente do que o puritanismo inglês, os valores do homem branco, ascético e protestante como paradigma da civilização, associou-se ao imperialismo sob o ponto de vista econômico, político e principalmente cultural.

Feitos estes comentários, retornemos ao imperialismo alemão, cujo paralelo a estas duas correntes religiosas pode ser identificado no protestantismo nacionalista de caráter pietista.

O pietismo nacionalista, que também pregava a conversão pessoal a uma *religiosidade de coração*, uma vez associado às doutrinas raciais, reatualiza a Reforma de Lutero para advogar para si a condição de povo eleito, portador da única e verdadeira doutrina, raça superior por destino e por missão: Luteranismo é

germanidade (*Luthertum ist Deutschtum*), predicavam estridentemente os pastores em seus cultos:

> Nossa igreja alemã (...) vê sua herança cultural como uma dádiva de Deus, a ser mantida e nutrida na Igreja e na escola (...) os serviços religiosos, a língua alemã (...) a fé evangélica e o nacionalismo alemão estão intimamente ligados; não podem ser separados sem injúria.[9]

Esse sentimento de superioridade religiosa não resultou, como entre os puritanos ingleses ou os fundamentalistas norte-americanos num impulso missionário junto à população brasileira.

Pode-se explicar tal posição, de um lado, como uma estratégia para evitar conflitos com a Igreja Católica, que detinha a hegemonia no Brasil. De outro lado, porém, e não de forma excludente, a noção de superioridade religiosa, associada à noção de povo eleito, incute neles uma atitude sectária, pois tal confisão religiosa era sentida como exclusiva dos alemães.

Aos olhos do pastor Braunschweig, por exemplo, estes logo dominariam o país e poderiam fazer da Igreja Luterana a Igreja oficial, pois Estavam ganhando, gradativamente, posições de liderança na economia brasileira[10].

Assim, à semelhança do que se processava na Alemanha – a discriminação aos judeus, mesmo que cidadãos alemães –, no Brasil, aos alemães (arianos) estava destinada a dominação sobre todos os demais.

E será por meio de noticiosos, aulas na escola primária, artigos científicos, prédicas e panfletos que este ideário será transmitido aos "alemães no exterior". De todos, porém, é no campo da literatura que estes desejos se tornariam mais claramente manifestos.

Imagens do Outro, Imagens de Si

É importante salientar que a literatura de língua alemã difundida no Brasil não foi escrita apenas pelos "emissários" do sonho imperialista. Muitos teuto-brasileiros também se deixaram seduzir

pela Alemanha unificada e mantinham um desejo velado de a ela pertencer, fosse no retorno àquele país, fosse na preservação daquela cultura, fosse em seus sonhos separatistas. Com o fortalecimento da ideologia nacionalsita, tornam-se um público ávido pela leitura, para reafirmar seus valores de origem, como forma de identificação emocional com a "velha pátria".

Isso se explica em parte pelo fato de que muitas famílias experimentaram, de 1870 a 1920, uma ascensão sócio-econômica considerável, mas não gozavam do *status* de elite, papel desempenhado, com raras exceções, pelas oligarquias de origem lusa.

Neste sentido, pertencer a outra nação não deixava de representar uma forma de compensação psicológica para esta subcultura.

E é neste contexto que eles se tornam produtores e consumidores de livros – notadamente os romances de aventura – em que o imigrante alemão é quase sempre o protagonista. São imagens que estão a representar os sonhos imperialistas, nacionalistas e, por vezes, separatistas; do colono ao colonizador; de cidadãos teuto-brasileiros a alemães residentes no exterior (*Auslanddeutschen*); de minoria religiosa a precursores da única e verdadeira fé.

Deste repertório de imagens, detenhamo-nos a três elaborações que melhor enunciam, segundo nossa compreensão, o sonho imperialista.

A primeira delas, o *aventureirismo*, ou seja, o ímpeto dos imigrantes para enfrentarem o desconhecido, para "descobrirem" o Brasil. Não por acaso, estas aventuras têm como pano de fundo, quase sempre, a floresta, o que simboliza, de um lado, a missão civilizadora do homem branco (que estava sendo executada no Brasil pelos alemães), e, de outro, o enfrentamento do desconhecido, no caso, a população nativa e a terra Brasil.

Este aventureirismo reflete o anseio dos colonizadores por enriquecer rapidamente, próprio da era dos impérios, como ilustra o seguinte trecho do livro *Der blaue Tiger* (O tigre azul), de Alfred Döblin:

> Tudo meu! Tudo meu!
>
> (...)
>
> Sim, querida mãe, tu me deste à luz, e eu fui um patife e te abandonei, sim, querida mãe, eu te agradeço a vida. Viva, viva, vou ser rico.

> Sim, querido pai, tu me geraste, deixaste-me ser um bandido, um servo, um patife, e eu te amaldiçoei e difamei. Sim, querido pai, eu te agradeço a vida. Viva, viva, vou ficar rico.
>
> Sim, querida irmã tornaste-te uma serviçal, uma reles gorda e suja, não encontraste um homem, entregaste-te a pobretões, nunca tiveste enfeites e adereços, nem sapatos nem fitas, e eu não tinha nada para te dar. Sim, querida irmã, tu terás o que quiseres, viva. Eu sou rico.
>
> Sim, querida noiva, sim, querida noivinha, Lucinda, Dorinda, Teresa, Camila, de faces rosadas, os braços leitosos, à janela, mas sem me pertencer. Tinha de ser um cavaleiro, um rapaz mais distinto.
>
> Agora, eu sou distinto. Tenho dinheiro, tenho ouro, todos temos toneladas de ouro, todos hão de lamber-nos as botas, uma cidade inteira caiu em nosso poder, um país dourado caiu em nosso poder, eu sou um nobre, um conde, um marquês. Sim, querida noiva, vou te buscar, hoje e amanhã e depois de amanhã, espera um pouco por mim, dançaremos em volta de ti, minha nova noivinha, o noivo dourado está chegando. Viva, viva, dez mil vezes viva.[11]

Alfred Döblin não era nem de longe pangermanista, sequer estivera no Brasil. Muito mais próximo do ideário socialista, descreveu, em sua trilogia *O tigre azul, Viagem à terra sem morte* e *A nova floresta* sua utopia para com o Novo Mundo, em que a opressão e o racismo jamais estariam presentes.

Mas ao lermos este trecho do livro, não podemos deixar de deduzir que o autor se referia a um imigrante alemão que veio ao Brasil, cuja mentalidade é muito semelhante à dos colonizadores ingleses na África, tão bem descritos nos romances de aventura como os de Rudyard Kipling e Joseph Conrad, magistralmente interpretados por Hannah Arendt[12]. A sede de lucros de tais homens os desafiava a todo o sacrifício, homens que perderam seu *status* no país de origem e que buscam reconquistá-lo com a exploração colonial.

O mesmo espírito de aventura é demonstrado em *O destino alemão* (*Deutsches Schicksal*) de Edschmid[13].

São seis oficiais do exército que deixam a Alemanha ilegalmente, em virtude da pauperização ocorrida com a Primeira Guerra. Após diversas tentativas frustradas para emigrarem para outros

países da América Latina, conseguem se fixar no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul. Participaram em combates entre os revolucionários que levariam Vargas ao poder em 1930; sua atuação como combatentes foi fundamental para a vitória da Revolução, que no entanto foi pacífica e ordeira (*stc*).

O espírito do aventureiro desbravador se reedita até nos contos infantis, como *A menina na floresta* de Maria Kahle (1953). Neste, narra-se a saga da menina Helga, que aos 6 anos é capturada por indígenas, os quais tencionavam oferecê-la em sacrifício a uma divindade de sua tribo, quando ela se tornasse jovem (uma vez que esta divindade era também loura)[14]. Entretanto, sua beleza e graciosidade seduzem a mãe e o filho do cacique, que a auxiliam, dez anos depois, a reencontrar o caminho para sua casa. Sua vida com os indígenas e seu retorno à civilização são narradas de forma a apresentá-la como autêntica guerreira, não obstante sua feminilidade e beleza.

É também o caso de Hans e Phillip no romance *Colônia em Itajaí*, da mesma autora[15]. Neste, os dois imigrantes co-fundadores da colônia de Blumenau eram refugiados políticos, pois haviam lutado em 1848 em favor da *Grossdeutschland* (a grande Alemanha). Ambos representam o imigrante que, ao construir um novo *Lebensraum* para os alemães em Blumenau, estão trazendo consigo *um pedaço da Alemanha para o Brasil*, enfrentando bugres, cobras, enchentes e animais selvagens. É tanto um pedaço da Alemanha que, no ano da unificacão (1870), hasteiam a nova bandeira alemã na única escola da cidade.

A segunda imagem se refere à *filantropia imperialista*, tal como o concebe Edward Said[16], ou seja, como homem branco é generoso para com os colonizados.

Em *Río de la Plata,* de Karl May[17], o herói do romance é obviamente um alemão, que vive entre os gaúchos do Uruguai: ensina-os a domesticar cavalos e ainda as melhores técnicas de cultivo da terra. Embora sejam mestiços em suas origens, os gaúchos podem ser considerados brancos, dada sua valentia e cora-

gem. Mas mesmo brancos, submetem-se à liderança do colonizador, porquanto é este superior intelectualmente.

Karl May, autor mundialmente famoso pelos contos de aventura infanto-juvenis, jamais saíra da Alemanha, mas era capaz de imaginar mil mundos selvagens, onde o branco era desafiado a vencer as dificuldades para prevalecer sobre os demais. Segundo Gottlob, seus personagens são uma mescla de Siegfried e Fausto, e o centro da civilização humana é Berlim. Trata-se de um pequeno-burguês a desejar um lugar mais honroso no mundo, o que consegue por meio de sua imaginação literária, que o torna desbravador nas colônias (1957).

O personagem Phillip, de Maria Kahle[18], é igualmente um homem generoso. Constrói a primeira escola de Blumenau para evitar que os filhos dos colonos cresçam analfabetos. Logo, uma creche, para auxiliar as mães que precisam trabalhar no campo. Permite inclusive que um mestiço (mal visto por todos por ser filho de uma mulata) estude naquela mesma escola, o que só não acontece pela recusa do pai do garoto a que ele aprenda o idioma alemão.

Na narrativa de Niemeyer[19], descreve-se a bondade de uma família alemã que adota um indiozinho como filho, muito embora tenha este voltado a sua tribo quando adulto, o que comprova o apego das raças pelas suas respectivas culturas.

Finalmente, a imagem do outro, neste caso específico, do "nativo", o que não deixa de ser também uma construcão da imagem de si. Seja o índio, o negro ou o brasileiro (três categorias distintas), são vistos como raças inferiores.

O índio é o selvagem, que ataca os teutos para defender seu território; mas não se veja aí o reconhecimento de que as terras brasileiras pertenciam originalmente aos indígenas, e sim que este comportamento é semelhante ao dos animais, que defendem seu território como espaço de caça.

Dele nos fala, por exemplo, Maria Kahle[20] e E. Niemeyer[21], que os entendem como seres subordinados à natureza, tal como

os animais. Seus costumes, suas crenças e até seus nomes revelam tal condição; e como selvagens devem permanecer, pois que incapazes de suportar a vida civilizada.

O negro é representado com um ser dominado pelos seus impulsos. Incapaz de pensar, ele pode, no entretanto, trabalhar no mundo civilizado, desde que sob a tutela do homem branco. É o caso do personagem Cruz de Edschmid[22], um negro que participou da Revolução de 30 no Brasil, e que "atirava com uma paixão que jamais se viu em outro homem no mundo todo". Cruz era "uma máquina de guerra demoníaca, carregada de fanatismo e de consciência nacional"[23].

Essa imagem do negro é bastante semelhante àquela elaborada por Oliveira Vianna em *Populações meridionais*, escrito nesta mesma década; para este autor, o negro era espontaneamente servil, dadas suas origens biológicas[24]. E como em Edschmid, precisava da tutela do branco para integrar-se à civilização.

Já o brasileiro é, por excelência, o miscigenado. Ainda que elogiado por ser pacífico e amável, não pode ser considerado propriamente um povo, pois é produto da miscigenação. Todos os elogios ao seu caráter pacífico e a sua hospitalidade não deixam de ser, ao fim e ao cabo, uma crítica velada à sua condição de subalternidade. Sua cordialidade mascara sua capacidade de autodeterminação, a não ser quando liderado pelo ariano.

Assim, temos três formulações no campo da imaginação literária sobre o Brasil, terra propícia ao aventureirismo, carente da filantropia e com uma população de raça inferior.

Gostaria de concluir citando um último autor, que representa de forma bem evidente o sonho imperialista alemão, digamos assim, um autor que conjuga estas três imagens em uma só narrativa: Friedrich Sommer, que elaborará a história dos alemães no Brasil e sua missão civilizadora.

Segundo o autor, os alemães trouxeram consigo um pedaço de sua pátria e a plantaram aqui. Vieram para regiões marginais da economia brasileira, mas logo ampliaram seu *Lebensraum* e

afirmaram sua liderança econômica. Espalhados em todas as regiões do país, tornaram-se os responsáveis pelo avanço técnico e científico desta sociedade, desde a época colonial até nossos dias. Sommer menciona inclusive Oliveira Vianna, o qual afirma terem alguns portugueses a origem germânica, e que são estes exclusivamente que formaram, no Brasil, a aristocracia rural. Tais homens sobreviveram, segundo o sociólogo brasileiro, por suas características guerreiras, seu espírito colonizador, coragem, resistência e *gosto pelo poder*, que sabem conquistar como nenhum outro povo.

Reafirmando as idéias de Vianna, principalmente no que se refere ao direito ou senão o dever de poder dos arianos, Sommer conclui:

> Ora, o que são os *Auslanddeutschen* senão como ilhas de sangue no mar dos povos, prepostos e pontos de apoio, portadores de uma herança cultural de antiquíssimos elementos? Isto não se deixa perder em décadas ou séculos de estadia no exterior (...) Nós, alemães, somos persistentes, esta é nossa herança genuína, (...) que impulsiona a ação e a pesquisa, e nela reside uma parte da alma alemã (...) nossa força vem do ânimo, o qual tem sua fonte não na cabeça, mas no coração[25].

Para esse autor, e independentemente da conquista territorial, os alemães já dominavam o Brasil, pois todos os arianos desta terra eram de fato germânicos em seu espírito e origem racial. Já colonizaram o país.

Nestas alturas Hitler já tinha assumido o poder, e o Partido Nazista contava com muitos simpatizantes e mesmo membros no Brasil, que viam nele uma possibilidade de terem suas utopias concretizadas.. Era o momento, segundo os autores dos sonhos imperialistas, da imaginação literária transformar- se em ação política.

Notas

[1] Utilizamos esta designação, por não serem eles necessariamente alemães. Em muitos casos, são brasileiros ou mesmo latino-americanos, filhos de imigrantes, que preservaram o uso do idioma alemão, tanto em seu cotidiano, como na atividade literária.

[2] ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa, Dom Quixote, 1978, p. 295 e ss.

[3] EHLER, H. Ulrich. "Bismarck's imperialism 1862-1890". In *Past and Present*, Oxford, nº 48, aug. 1970, p.119-155.

[4] MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *Alemanha mãe pátria distante;* utopia pangermanista no sul do Brasil. Tese de doutorado, Campinas, UNICAMP, 1993, pp. 109-110.

[5] FRANZE, Johannes. "Faustische Elemente im unter-Bewusstsein des Auslands-Deutschtums". In *Südamerika*. Buenos Aires, nº 2. (okt-dez), 1957, p.129-134, 1957.

[6] RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau.* Florianópolis/Blumenau, USCC/FURB, 1986.

[7] HOFSTADTER, Richard. *O antiintelectualismo nos EUA*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

[8] Esta corrente é especialmente importante para entendermos o ingresso de um sem número de seitas fundamentalistas na América Latina, bem como o movimento Maioria Moral nos Estados Unidos, o qual contribuiu para a eleição de Ronald Reagan. (A este respeito, ver GALDINO, Florencio C.M. *O fenômeno das seitas fundamentalistas*. Petrópolis, Vozes, 1994; e KEPEL, Gilles. *A revanche de Deus: cristãos, judeus e muçulmanos na reconquista do mundo*. São Paulo, Siciliano, 1991).

[9] MARTIN BRAUNSCHWEIG, Apud: LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil; a comparative history of cultural conflict during World War I.* Lousiana, Lousiana State University Press, 1987, p. 44.

[10] Esta visão até certo ponto megalogâmica fica evidenciada num texto publicado por O. Quelle (1934), no qual, ao analisar o *Deutschtum* na Bahia, conclui que, apesar de serem apenas cerca de 600 famílias de origem germânica a habitarem este Estado, são eles os líderes empresariais e intelectuais e da ciência da Bahia.

[11] DÖBLIN, Alfred. *Der blaue Tiger*. Baden Baden, Kepler, tradução de SOUSA, 1996, pp. 37-38.

[12] ARENDT, 1978, pp. 255 e ss.

[13] EDSCHIMD, Kasimir. *Deutsches Schicksal*. Wien, Leipizig, Zsolnay, 1932.

[14] Sobre o mito da origem branca de alguns grupos indígenas, ver LANGER, Johnni. *Cidades imaginárias no Brasil*. Curitiba,1997.

[15] Hans e Phillip, *Colônia em Itajaí*. 1934.

[16] SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

[17] MAY, Karl. *Reise an Rio de la Plata*. Munique, 1940.

[18] KAHLE,1934.

[19] NIEMEYER, 1918.

[20] KAHLE, Maria. *Siedler in Itajaby*. Reutlingen 1953.

[21] NIEMEYER, Ernst. *Das Heim in neuen Land; Novellen aus Brasilien*. Stuttgart, 1918.

[22] EDSCHMID, Kasimir. *Deutsches Schicksal*. Wien, Leipizig, Zsolnay, 1932.

[23] Apud SOUSA, H.M. Ribeiro. *Retratos do Brasil*. São Paulo, Arte e Cultura1996, p. 191.

[24] VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2 vols, 1934.

[25] VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, p. 42.

A História das Resistências pelos Arquivos da Repressão. A Esquerda Judaica em São Paulo

Zilda Márcia Grícoli Iokoi
Universidade de São Paulo

Parte significativa da documentação referente à história da resistência brasileira desapareceu, em larga medida, pelas dificuldades dos próprios militantes em manter os conjuntos documentais referentes às organizações e a seus membros, em constante processo de fugas e ocultamentos, dado o longo período de clandestinidade a que foram submetidos. Ao longo da história republicana, as lutas urbanas empreendidas por anarco-sindicalistas ou simplesmente por aqueles que se opusessem à ordem estabelecida, nos conflitos de rua ou na exposição das idéias divergentes pela imprensa, discursos ou conversas, seguiam a lógica constituída desde o período colonial e consagrada como estratégia de classe na repressão a Revolução Praieira, de 1848. União entre os donos do poder, conciliando seus antagonismos e interesses, para impedir que o *populacho* pudesse se apropriar, tanto do aparelho de estado, como impedir a concentração de rendas e de riquezas. Em nome da ordem e contra a anarquia, manifestaram-se os maiores baluartes conservadores[1].

Como a repressão foi constante e levou ao extermínio enormes contingentes dos rebeldes, fossem eles índios nativos da terra, negros fugitivos da escravidão, judaizantes transformados em cristãos novos e perseguidos pela inquisição, militares convencidos

das necessidades de mudanças, padres solidários às causas das liberdades, camponeses interessados na construção de suas comunidades santas, operários, estudantes, intelectuais defensores da revolução, ou simplesmente homens comuns, a documentação oriunda dos conflitos tendeu a ser escasseada, a memória foi ocultada e a riqueza desta história quase desapareceu. Alguns processos da resistência só aparecem, respeitada a visão de seu opositor, para demonstrar sua eficácia na manutenção da ordem, sua tolerância frente aos descontentes ou a ingenuidade e anacronismo do propositor.

Deste modo, os organismos da repressão deveriam cuidar da captura e prisão dos rebeldes, do combate aos grupos opositores ao regime, e do desbaratamento de suas organizações, assim como da apreensão de tudo o que estivesse em poder dos perseguidos, tais como documentos de suas instituições, pertences, acervos bibliográficos e mesmo patrimônios pessoais, como fizeram ao longo da história os conquistadores, em diferentes tempos.

Encontram-se assim, nos arquivos policiais, enormes quantidades de documentos produzidos pelas agremiações de protesto e de combate dos movimentos sociais brasileiros. Esses arquivos têm sido muito consultados para períodos históricos distantes, como o da Torre do Tombo, que reúne os processos inquisitoriais, ou o do Conselho Ultramarino, responsável pela guarda da documentação fiscal e administrativa da Colônia, estando a parte referente ao Brasil em processo de microfilmagem no Projeto Resgate, organizado a partir da definição das atividades acadêmicas das comemorações do 5° Centenário. Para o período contemporâneo, entretanto, os acervos políciais estão sendo liberados à consulta pública, mediante processos legais muito complexos. Uma dessas instituições que nos interessa neste estudo, é o Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, DEOPS-SP, fundado em 1924 e extinto em 1983.

Os documentos oriundos desse órgão, estão organizados em séries: *Prontuários,* onde os presos e os citados passavam a fazer parte de um fichário que servia de fonte de informação para os

agentes da repressão identificarem as conexões entre pessoas e grupos; *Dossiês*, constituídos por nove mil pastas com um milhão e cem mil fichas remissivas, organizadas pelo nome atribuído ao fichário, pessoa fisíca (sobrenomes comuns ou não) pessoa jurídica (instituições tais como sindicatos, partidos, universidades, órgãos de imprensa etc). Nas pastas encontram-se papéis oriundos do setor de informações com materiais apreendidos nas diligências, cuja riqueza é enorme; além da série *Ordem Política e Social*. Estes materiais têm grande siginificado para a cidadania, uma vez que informações sobre pessoas, organizações e grupos estão ali reunidas, especialmente aquelas oriundas de um sistema de buscas e apreensões feitas com ou sem o amparo das leis. Além disto, nos períodos de repressão mais radical, nos quase quarenta anos de ditadura do período republicano, esses documentos podem permitir a análise da estrutura e funcionamento do Estado e de suas alianças políticas.

Entretanto, é sobre a história das resistências que este acervo poderá ter grande significado. Através de um serviço reservado, os agentes da repressão infiltravam seus membros nas organizações sindicais, partidárias e mesmo nos grupos estudantis, de padres, sociedades amigos de bairros, escolas etc. Os relatórios dos serviços reservados são muito detalhados, feitos em forma de diários, recebendo uma letra para indicar qual organização estaria sendo acompanhada, ou o militante seguido. Os relatórios identificam lugares, pessoas, atividades, conexões internas e externas, e contêm também os materiais distribuídos. Alguns dos relatórios dos serviços reservados são claramente infiltrações em hierarquias superiores das organizações de esquerda e revelam aspectos fundamentais das atividades e dos processos de discussão.

Interessa-nos neste texto acompanhar a documentação existente sobre Felicia Itkis e Hersch Schechter, membros do Partido Comunista e participantes do Instituto Cultural Israelita Brasileiro, também denominado *CASA DO POVO*, que se originou do Centro Cultura e Progresso, no Bairro do Bom Retiro, em São Paulo.

Hersch foi, ao longo de todo o período[2], editor do Jornal *Unzer Shtime* (Nossa Voz), órgão de imprensa da Casa do Povo, onde escrevia, segundo depoimento de Dina Lida, os editoriais e as matérias referentes à política internacional. Felicia, sua mulher, cuidava da parte administrativa da Casa do Povo, atividade que lhes garantia um modesto salário, e deste modo viviam com extrema dificuldade.

No periódico que procurava tratar de questões nacionais, internacionais e de política interna da comunidade dos judeus progressistas, pode-se recuperar as teses, idéias e propostas desse militante que dedicou toda sua vida ao trabalho do partido e às lutas pelas liberdades humanas. Jornalista e professor, destacou-se pela fácil oralidade elogiada por vários depoentes no processo ora analisado, o que provavelmente explica um de seus codinomes, *Fala-Fina*. Bom orador, pouco imperativo, conseguia pelo convencimento argumentar em favor da causa operária, que motivou suas lutas[3].

O processo é de 1949, quando o casal Hersch e Felicia é acusado de ter prestado declarações falsas sobre a nacionalidade de Felícia, em 1933 e 1935. Há um forte objetivo do órgão em provar que ela é brasileira, nascida em Quatro Irmãos, no Rio Grande do Sul, e do casal, em provar que ela chegou com 15 anos ao Brasil, vinda da Bielorussia. Todo o processo pede juntada de diversos documentos, permitindo a reconstituição da história da família, das formas de transportes utilizadas, das regiões que foram sendo ocupadas, dos laços de parentescos, das festividades existentes, das lutas políticas e as diversas conexões em diferentes espaços (na Europa e América Latina), dos livros lidos, dos panfletos elaborados e distribuídos, dos problemas familiares dos militantes, entre outros elementos arrolados na documentação.

Sabe-se pelos documentos que Hersch foi deportado por duas, sendo a segunda vez motivada pelas atividades de propaganda do Partido. Na organização do processo de 1935, revolução que não atingiu os fins desejados, Hersch distribuía jornal e documentos, quando foi preso.

Este personagem estudou no Colégio Pedro II, tendo provavelmente sido levado ao PCB por Otavio Brandão, que ali lecionava naquela época. Foi portanto no Brasil que ele aderiu ao comunismo, abraçando as lutas dos trabalhadores brasileiros e não a dos judeus inicialmente. Os pais de Schechter migraram para a América na decada de 1910 e seguiram como muitos dos imigrantes europeus daquele período para Buenos Aires. De lá, migraram para o Rio Grande do Sul e depois para o Rio de Janeiro. Esteve fora do Brasil por duas vezes, entre 1929 a 1933 e de 1941 a meados de 1946, ocasiões em que foi deportado. Só depois de sua segunda deportação para o Uruguai, que lá, ele começou a escrever em iídich no Unzer Fraint.

Abre-se o caso no DEOPS-SP, com com um Relatório da Sub-Chefia do Serviço Especial de Vigilância, referente à localização das testemunhas do casamento de Hersch e Felícia. José Geraldo de Paiva Braga, residente a Rua Albuquerque Lins, 304, vendedor da Cia. Wolff Metal e Paulo Nico, trabalhador de uma oficina de pinturas na Alameda Barão de Limeira, 217, fundos. Ambos confirmaram ter sido testemunhas do casamento, mas negam ter estado no Cartório de Paz de São Miguel, onde o casal afirmava ter sido realizado o ato civil. O que havia de comum entre os dois testemunhos era viver ou trabalhar pert*o do Bom Retiro, sugerindo uma aproximação que poderia estar no Centro Cultura e Progresso.

Em seguida aparece um atestado da Jewish Colonization Association, de Quatro Irmãos, no Rio Grande do Sul , "que em 1913, chegou da Província de Maurício, Província de Buenos Aires, Argentina, Itkis Jjiel, com 44 anos, sua mulher,Riwke com 40 anos e os filhos, Aaron, com 18, Leib, com 13, Rachel, com 16, Schieve (Sofia) com 7 e Velia (Feltza) provavelmente Felicia com 5 anos". A declaração ainda informa que a família deve ter chegado da (Pudolia) Rússia, em 1909 pelo vapor Santa Cruz, e que o pai de Felícia era professor. Diz que a família ocupou o lote número 66 da Colônia Quatro Irmãos e que retirou-se dali com destino ignorado.

Esse documento está na seqüência de um certificado do escrivão da polícia Armando Gomide, de 6 de outubro de 1949, composto por um inquérito policial de 7 laudas sobre o processo de expulsão de Hersch ter sido cancelado, sob alegação de ser casado com brasileira, tendo deste modo direito a permanecer no território nacional.

Nesse documento Scherchter afirma que deveria seguir para Viena na primeira deportação, mas ficou na França, e que na segunda permaneceu no Uruguai, conforme já relatamos acima. Voltou ao Brasil por ter sido anistiado, mas como sua Carteira Modelo 19 vencia no mesmo ano de 1946, recebeu visto temporário, e no processo de atualização da carteira de identidade de estrangeiro, passou a ser investigado, mesmo estando anistiado pelo Governo Federal.

Sua primeira expulsão em 1929 se deu por pertencer a administração do jornal Classe Operária, ocasião em que o veículo era legal. Informa que era funcionário do jornal e não dirigente do mesmo. Voltou em meados de 1933 e foi preso no início de 1934, quando conseguiu um Habeas Corpus, garantido pela Constituição de 1934, que garantia liberdades político-ideológicas. Foi condenado a 2 anos de prisão por retornar ao Território Nacional sem autorização legal, estando em Curitiba, distribuindo Classe Operária, em 1936. Em 1937, foi transferido para julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, sendo condenado a mais dois anos de prisão, por infringir a Lei de Segurança Nacional. Em 1941, foi finalmente deportado para o Uruguai, onde permaneceu até meados de 1946[4].

Tentando tirar os documentos de identidade, percebeu a necessidade de obter um Habeas Corpus, e graças a isso, quando foi preso em São Paulo e transferido para o Rio de Janeiro, a existência desse documento o protegeu, e permitiu um decreto da Presidência da República isentando-o da expulsão. Mesmo assim, depreende-se um movimento interno em busca de informações anteriores que nos remete a declarações anteriores de Felícia

sobre sua nacionalidade. Essas declarações, feitas entre 1933 e 1935, nos remetem às tentativas de deportação que ela procurou obter em momentos de perseguição política.

Pelas informações existentes no Dossiê, depreende-se que ela pertencia ao Socorro Vermelho e que suas tarefas consistiam em encontrar os militantes presos e obter meios de apoiá-los e lhes oferecer álibis, dinheiro e demais préstimos[5]. Deste modo, Felícia agia com grande mobilidade naquele período, articulando conexões entre os organismos internacionais e os comunistas e aproveitando-se das ambigüidades da política anti-comunista de Vargas, uma vez que, em inúmeros momentos, vencia seus opositores civis e militares através de acordos ou de promessas aos seus opositores de esquerda, como se pode verificar nas articulações entre os comunistas e os golpistas[6]. Neste documento podemos verificar a existência de contatos entre Felícia e Marino Bessouchet, marido de Inez, sua irmã, e entre estas e Alexandre Wainstein, que se notabilizou por alimentar as leituras comunistas no período.

Na seqüência, está arrolado um documento que esclarece ter sido em 1941 o casamento de Felícia com Hersch, num cartório em São Miguel. Este acontecimento foi realizado num momento em que ele estava preso no Rio de Janeiro, sendo que um cirurgião dentista, de nome Edgar Ribeiro, a pedido de seu amigo, Danton Vampré, foi o responsável pelo ato. O dentista, perguntado na polícia sobre o episódio, disse que não via mal em ajudar a mulher casar-se por procuração. A documentação arrolada não permite compreender os elos de ligação entre Vampré, Ribeiro e Felícia. Aparentemente, tanto o advogado como o dentista, não pertenciam ao movimento comunista. Entretanto, a retificação que faz Felícia sobre seu local de nascimento junto ao DEOPS indica que ela utilizou de dupla estratégia para se mover frente aos aparatos repressivos do Estado. Em 1933 e 1935, utilizou a ausência de dados políciais e cartoriais para afirmar ser Russa, uma vez que deste modo poderia ser deportada e realizar as atividades que lhe eram destinadas naqueles difíceis momentos, onde ser judia

e comunista eram marcas profundas contra a sua segurança, de seus familiares e da própria organização.

Em 1941, teve que se casar por procuração, quando Hersch estava preso no Rio de Janeiro. Em 1946, novamente se colocava o dilema da identidade e da perseguição, estando ela em questionamento sobre as verdades parciais já afirmadas anteriormente. Esse processo de inquirição, moveu vasta engrenagem do aparelho policial e enormes movimentos de pesquisas para comprovação da falsidade das afirmações de Felícia, uma vez que os agentes da repressão tentavam converter Scherchter em um comunista perigoso e nocivo a ordem social no pós-guerra. É interessante perceber que um movimento de regularização documental provocou um forte aparato de recuperação das histórias policiais pretéritas do casal e de suas relações pessoais e políticas.

Neste processo de busca e de recolhimento de cópias, percebe-se um longo quadro de referências tanto da história da própria instituição policial, como dos elos que ligam inúmeros sujeitos conhecidos ou distantes da mesma prática sócio-política.

Outro aspecto fundamental na recuperação desse processo, é que não há nenhum tom mais ofensivo por parte dos investigadores policiais e dos delegados no sentido de serem esses grupos judeus. Alguns historiadores afirmam que a questão étnico-cultural não interferiu de modo algum em formular elos identitários entre esses militantes. Entretanto, essa condição aparece nas atividades legais que guardavam esses grupos e os permitiam circular livremente pelos bairros. O Centro Cultura e Progresso, e depois a Casa do Povo, foram espaços que davam inclusive legitimidade ao próprio partido em momentos de repressão[7].

Em primeiro lugar, o casal foi de grande importância no desenvolvimento das atividades da Casa do Povo. Idealizadores do projeto do teatro, do coral e ao lado de Elisa Abramovich, da criação de uma escola, para judeus e não judeus, que se pautasse pela educação libertária, crítica e universalizadora. Hersch dava às discussões para o Congresso Mundial da Paz, uma importância

especial, e deste modo, procurava estabelecer um tom mais universal aos temas do congresso judeu. Em seus artigos no jornal, destacava os pontos importantes da nova ordem mundial que se anunciava, dos perigos dos preconceitos raciais, culturais e mesmo políticos. Destacava a necessidade de se construir uma paz duradoura que permitisse a autodeterminação dos povos para evitar os monopólios imperialistas. Felícia cuidada da parte administrativa, e era o elo nas ligações internacionais.

No documento *qualificação dos indiciados*, assim se referem os agentes de polícia ao casal:

> ambos militavam nas hostes do ex-PCB. Ele, elemento de classe, arguto, ativissímo, emprestava sua colaboração intelectual aos jornais comunistas Classe Operária e A Nação, do Rio de Janeiro. Tem passado pela polícia de vários estados da federação, o que lhe custou a expulsão do país, por mais de uma vez. Recalcitrante que é, Hersch sempre reingressou em território brasileiro e aqui permanecia, até que a polícia o descobrisse. (...) Não gostava de viver às escondidas e por isso, foi aconselhado por Danton Vampré a se casar com mulher brasileira e assim ter salvo-conduto permanente. Assim, surgiu o caso de Felícia, até então sua amasia. Estava preso por ocasião em que foi representado pel o dentista Edgard Ribeiro, em seu casamento com Felícia. Reconheceu como filho legítimo o menino Horácio, nascido em Porto Alegre em 1937.

Neste mesmo documento, o delegado relator afirma serem muito firmes as provas que atestam a chegada de Jejil, pai de Felícia, com sua família procedente de Charguerod, na Rússia. Pelo documento da imigração, ele já estaria no Brasil e naquele período apenas Riwke e os filhos teriam imigrado em 1913.

Todo o processo está sendo apresentado com base no documento da companhia de imigração que fundou um núcleo colonial em Quatro Irmãos, no Rio Grande do Sul. Deste modo, e pelo conjunto de documentos existentes, parece-nos que o órgão da repressão estava muito motivado no sentido de demonstrar ser Felícia estrangeira. Ela estava sendo observada desde 1933, quando foi detida e fichada pelo DEOPS. Naquele período, toda a atenção sobre ela e seus irmãos era feita numa atitude altamente

destinada a desbaratar a célula comunista que garantia apoio aos refugiados da guerra e ao socorro vermelho. Depois, na década de 1940, acreditando ser ela amante do comunista Guido Romani, passou a ser seguida e observada constantemente.

Em todo este período, foram sendo criados documentos capazes de incriminar a ambos os militantes, num mesmo processo. Entretanto, sua primeira menção está registrada em 13 de fevereiro de 1935, quando recebeu o número de prontuário 339.147, no Registro Geral do órgão. Assim, em 29/11/33, aparece um informe reservado, afirmando que Felicia Itkis participara de uma reunião no Clube do Artista Moderno, cujo comparecimento foi sobretudo de operários do Belém e do Bom Retiro. O objetivo era implementar as atividades da Juventude Comunista e que foram levados para a reunião, materiais do La Vanguardia Estudantil[8].

Ainda em 1957, o casal respondia junto ao DEOPS por suas falsas declarações a propósito do nascimento de Felícia, demonstrando que o inquérito aberto em 1949, oito anos depois ainda era referido no órgão. Ainda em 1949, um recibo dava conta de uma apreensão executada na casa de Julio Itkis,

> um amarrado contendo documentos diversos e papéis, apreendidos hoje às 10:30 hs., na residencia à Rua Prates ,125, residencia do sogro de Hersch Scherchter, ficando retidos apenas os documentos constantes do auto de exibição e apreensão lavrado neste ato.

O funcionário afirma no documento que o material apreendido pertencia ao sogro de Hersch, sendo deste modo o ato, violação de domicílio. Tratava-se de ato cometido contra um cidadão que não estava sob suspeita, de apreensão de documentos de alguém sem qualquer acusação e assim, de ato violento. Em fevereiro daquele ano, Hersch foi detido em carceragem, conforme ofício ao Delegado Chefe à Seção de Expulsandos. A prisão foi seguida de apreensão de documentos. Das listas existentes, destacam-se os volumes *Canciones del Tercer Frente* de Raul Gonzales Tuñon; *Las que llegaran despues* de Paulina Medeiros; *En un*

Rincon de Tacuari e *Fausto Garay – Um Caudillo* de Justino Zavala Muniz; *Caras de Sueño* de Adelmo Otto Aparicio, endereçadas à Jorge Amado e livretos de propaganda comunistas tais como: *Tiradentes, Herói Popular*; *Levemos às Massas nossa Linha Política*; *O PCB no trabalho de Massas*; *Os comunistas na luta pela democracia*; *Organizar o povo para a democracia*; *Dolores Ibarruri, La Passionaria; União Nacional para a Democracia* e o *Progresso*; *O PCB na luta pela paz e a democracia; Forjemos um poderoso Partido Comunista; Os Comunistas e o monopólio da terra; Resolução Política do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil; A Palavra de Prestes na Constituinte; Regulamento interno da comissão de finanças; Estatuto do PCB*; um cartão postal com os dizeres "Las banderas de la Libertad victoriosas flamen sobre el baluarte del nazismo"; um título de eleitor de Felicia, uma fotografia da visita de Jorge Amado ao jornal Unzer Fraint de Montevidéu; a certidão de nascimento de Horácio Itkis Scherchter; uma certidão de casamento de Felícia e Hersch em Cartório de São Miguel; um exemplar da Folha do Povo de 09/07/1948, do Rio de Janeiro; e um folheto, contendo canções sob o título *Coro Infantil Progresso*.

Em outro documento afirma-se que Fala-Fina chegou com o nome de Artur Araujo. Organizou associações, criou sindicatos, comitês, células de propaganda nas fábricas, aulas para o ensino do ABC comunista. Foi o principal fomentador das greves iniciadas em 1929, em número de onze em São Paulo, foi preso como elemento indesejável em agosto de 1929 e transferido para o Rio de Janeiro. No Prontuário de Hersch aparece o seguinte: agitador e organizador de classe. Orador fluente e culto, professor de português de seus compatriotas, foi embarcado no navio Belle Isle, por ter sido expulso do território nacional. Em todos os depoimentos apresentados na Polícia, Hersch aparece com liderança de um grupo, responsável pelas articulações do partido, das estratégias das lutas contra o regime de Vargas, considerado fascista.

Em todos os casos, sua figura era central e sua função a de formador. Professor, escritor, jornalista, de fato, sua presença na esquerda judaica, era muito firme. Deste modo, quando passou a dirigir o Nossa Voz, ele fazia uma clara articulação entre a frente legal do PCB na Casa do Povo e as demais atividades da militância. As várias dimensões da Casa do Povo constituíam-se como elos de ligação entre a comunidade judaica e a cidade e entre judeus comunistas e comunistas judeus.

No primeiro grupo, encontramos os elementos do messianismo judaico. Linha muito fina entre os apegos aos valores tradicionais, comunitários, e a questão judaica tão bem definida por Marx. Nesta mesma linha, Michel Lowy procura relacionar a rebeldia do messianismo judaico aos elementos de superação das dependências e explorações, cujo fim seria a utopia libertária. Para Lowy, na Bíblia, o mundo era percebido não como eterno e imutável, mas como produto histórico destinado a ser substituído por uma ordem divina. Em Max Weber, a atitude frente à vida, no judaísmo bíblico, é marcada por uma concepção de uma revolução futura, de ordem política e social, sob a condução de Deus. Em *Ideologia e Utopia*, Karl Manheim antecipa a idéia de que o anarquismo radical seria a mais pura consciência utópica milenarista moderna[9].

Deste modo é possível se perguntar se há uma articulação entre o messianismo judaico e a utopia libertária, ou seja, uma visão de mundo revolucionária. Para Gershon Scholem, o apocalíptico popular ou o pensamento anárquico de Daniel nos indica que há um sentido de movimento em movimento que, no nível do vivido[10], apresenta momentos de desordenação geral dos processos hegemonizados. Há portanto, restauração da idade de ouro perdida e utopia, ou seja, aspiração de um futuro radicalmente novo, um estado de coisas que nunca existiu. O TIKKOUN é o restabelecimento da harmonia rompida pela SHERIVAT HA KELIM. Para ele, o caminho que leva ao fim, leva também ao começo e implica a restauração, a restituição do todo original. O advento do Messias é o cumprimento do Tikkoun. Para Manheim, a uto-

pia revolucionária é sempre acompanhada de uma profunda nostalgia da comunidade anterior, mas também de um mundo livre e novo que supere o mundo capitalista.

Assim, na Casa do Povo poder-se-ia reencontrar a idéia de um Messias Coletivo. A Palestina não poderia ser mais o lugar do encontro desse elo libertador e deste modo, as hipóteses revolucionárias se colocavam de modo emergente. Lutar contra a opressão, pela paz, pelo livre pensar e de modo amplo contra os autoritarismos. Ao contrário, os órgãos da repressão apresentavam esses militantes como verdadeiros tiranos e deles procuravam se livrar por todos os meios. Mais ainda, a virulência policial foi tanta que moveram-se todos os esquemas da pesquisa para dar força à idéia de serem falsas as declaracões de Felicia e expulsar Hersch do país.

Ao longo de todo o processo, inúmeros documentos são agregados para demonstrar o perigo que esse grupo de comunistas representavam à ordem no país. De outro ponto de vista, pode-se perceber que novas possibilidades de entendimento entre o sentido libertário da vida apresentava-se nos elos culturais antigos. É possível perceber que as esperanças de uma solução interna, baseada nas experiências ds kibutsin desaparecera depois dos processos de disputas pela formação de um Estado Judeu, com apoio dos Estados Unidos sendo este o território definidor do que seria a *guerra fria* e a política de blocos.

Parece que Hersch Schechter já percebia a necessidade de um sentido mais humanizador e libertário, para frear a hegemonia dentro do partido e ampliar a democracia nos engendramentos sociais. Deste modo, parece que mesmo sendo relatado pelos agentes da repressão, pode-se encontrar os elementos fundantes da quebra dos ocultamentos, sendo muito importante a busca das histórias que foram impedidas de se expor e dos cotidianos alterados pelos processos discricionários do Estado e das engrenagens formadas no Departamento de Ordem Política e Social. Este órgão que se tornou o grande aparato de informações político-ideológicas e serviu desde a década de 1920 até 1983 ao Estado

autoritário brasileiro, foi uma das grandes instituições contrárias às liberdades e a democracia em nosso país. Hersch foi o seu contrário.

Notas

[1] Joaquim Nabuco defendia a repressão aos Praieiros, afirmando que se tratava de um motim entre liberais e conservadores cujas dissidências ameaçavam a ordem.Vide NABUCO, J. *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro, Topbook, 1998; Campos Salles, afirmava ser a tirania temporária a forma política preferível à anarquia permanente, justificando o estado de sítio e a repressão aos rebeldes da Revolução Federalista, em1893. Confira em SALLES, C. *Da propaganda à Presidência*. INEP, 1902. A Lei Adolfo da Silva Gordo expatriava os que cometessem delitos de opinião, para o Presidente Washington Luís, a questão social era um caso de polícia e em 1924, o governo cria o Departamento de Ordem Política e Social, para reprimir as manifestações sociais que se ampliavam por vários setores. Operários, militares, intelectuais, movimento negro, luta contra a carestia, comunistas etc.

[2] O Centro Cultura e Progresso foi fundado em 1928 e transformado em ICIB ou Casa do Povo em 1946. Hersch Scherchter foi editor do *Unzer Shtime* (Nossa Voz), desde 1946 até 1964, quando foi fichado pelo golpe militar.

[3] Os judeus de esquerda dividem-se em três grupos: os que atuaram nos anos 20 e que migraram impulsionados pelas tarefas e atividades decididas pela Internacional Comunista, viviam no Rio de Janeiro, como Waldemar Gutnik e sua noiva, Rivka, organizadores da Cozinha do Povo, Aron Shenker e Motel Gleizer; o segundo grupo dos judeus comunistas que atuavam no PCB, com forte ligação com os temas da comunidade judaica, especialmente pelas dificuldades da língua, integraram-se com os seus correligionários no Rio de Janeiro, na Praça Onze, e em São Paulo, no Bom Retiro; a terceira, de filhos de imigrantes judeus, que atuavam no meio revolucionário sem a especificidade do grupo original, em prol da causa revolucionária no Brasil; cf. MILGRAN, Avrahan - Contribuição à História do Radicalismo Judeu no Brasil,s/d, mimeo.

[4] Depoimento de Hersch Scherchter em 1946, no DEOPS-SP, anotado pelo escrivão Armando Gomide, Dossiê 75.390.

[5] Vide declaração de testemunhas sobre o encontro de Felícia e Guido Romani no Presídio Paraísa, quando deu nome falsa de Flora Jaraclansky, segundo ela, depois de levada ao DEOPS-SP, devido à oposição de sua família quanto a visitas a comunistas.

[6] O "Queremismo" foi parte desta estratégia de aproximar-se das esquerdas contra aqueles que o haviam ameaçado de deposição .

[7] Francisco Abramovich afirmou ,em entrevista, que a Casa do Povo acabava sendo a frente legal do PCB.

[8] Cf. Prontuário nº 339.147 de Felícia Itks.

[9] LOWY, M. *Redenção e utopia*, O Judaísmo Libertário na Europa Central. São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp.20-21.

[10] Henri Lefebvre desenvolve a idéia de três níveis de ação humana: o nível do vivido, ou seja a história, o nível do refletido, os valores e a consciência e o nível do concebido, ou seja, a historiografia ou o conhecimento.

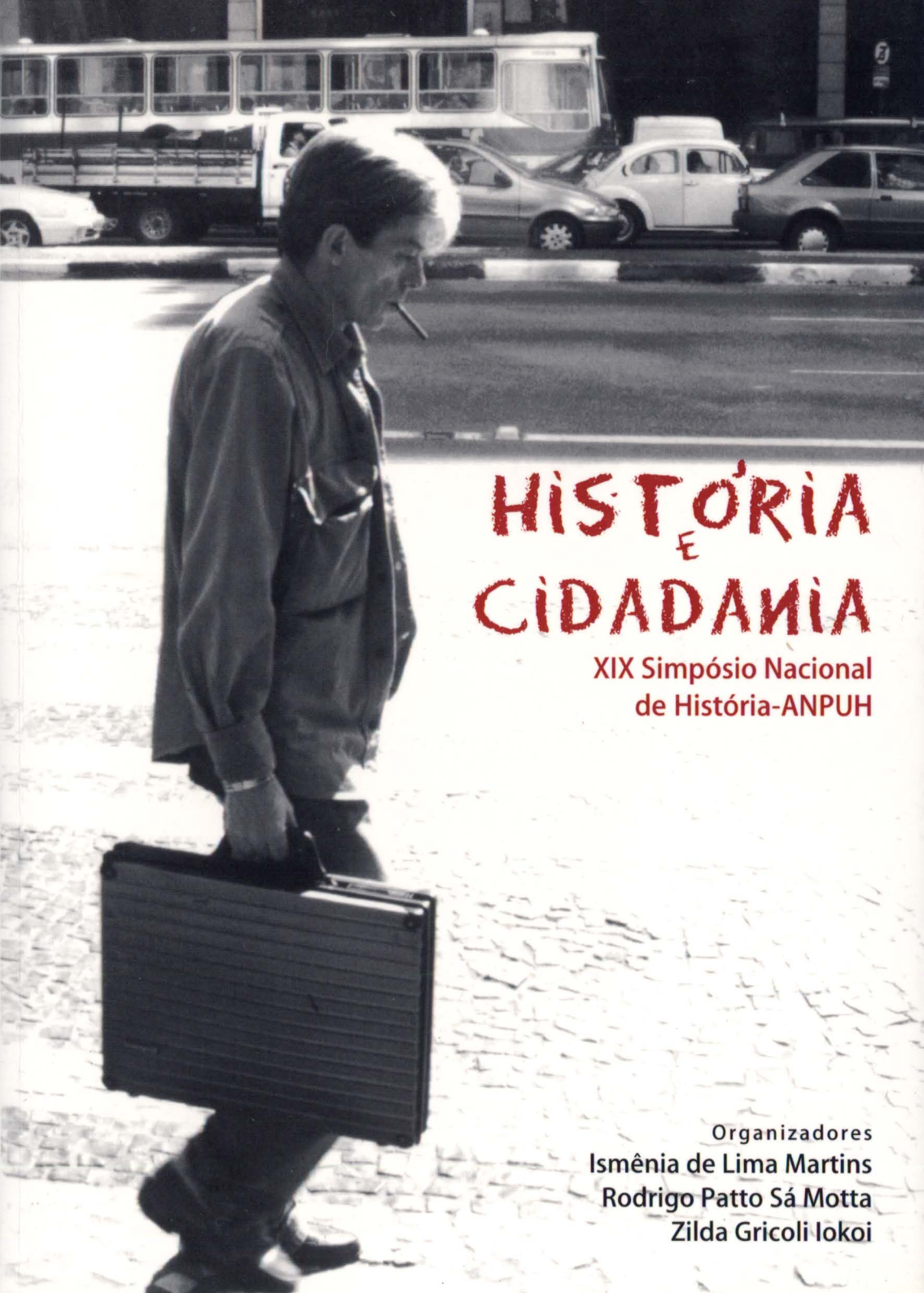
Título	*História e Cidadania*
Capa e Projeto Gráfico	Joceley Vieira de Souza e Leo Stucchi
Diagramação/Editoração	Joceley Vieira de Souza e Leo Stucchi
Fotos	Leo Stucchi
Montagem	Erbert Antão da Silva
Divulgação	Humanitas Livraria – FFLCH/USP
Formato	15 x 21cm
Mancha	11,7 x 17,5cm
Tipologia	Garamond, Erase
Papel	Pólen Rustic Areia 85g/m² (miolo)
	Supremo 240 g/m², laminação fosca (capa)
Impressão e Acabamento	Gráfica – FFLCH/USP
Nº total de páginas	608
Tiragem	1250 exemplares





Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

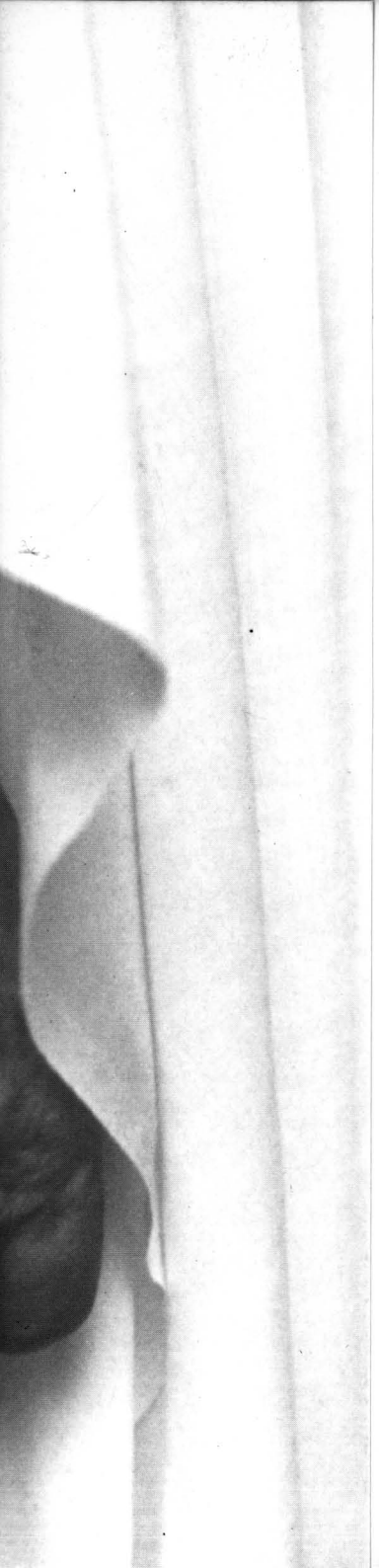
ANPUH



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. II

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1998

H58 História e cidadania / organizado por Ismênia de Lima Martins, Zilda Marcia Gricoli Iokoi, Rodrigo Patto de Sá. – São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998. 2v.

Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH- Associação Nacional de História realizado em Belo Horizonte - MG em Julho de 1997.

1. História 2. Cidadania I. Martins, Ismênia de Lima, org. II. Iokoi, Zilda M. Gricoli, org. III. Sá, Rodrigo Patto, org.

CDD. 19.ed. 900
323.6

História e Cidadania
Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

Secretaria Administrativa da ANPUH
Aparecida Vanessa Delatorre

Revisão
Laura Aguiar
Marilena Vizentin

Projeto gráfico/Editoração
Joceley Vieira de Souza e Leo Stucchi (joceley@usp.br)

Projeto de Capa
Joceley Vieira de Souza e Leo Stucchi

Fotos
Leo Stucchi

Programa de Apoio a
Publicações Científicas

FINEP

SUMÁRIO

VOLUME I

Apresentação – Rodrigo Patto de Sá 09

I – HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CIDADANIA

Cidadania e História – Ismênia de Lima Martins 17

História e Cidadania – Francisco J. C. Falcon 27

Historiografia: uma Questão de Cidadania – Maria de Lourdes Mônaco Janotti 53

O Mito da Cidadania Municipal – Michel Zaidan Filho 75

II – CIDADANIA EM TEMPOS DE CONFLITOS

Limites e possibilidades da ação política popular no Baixo Império Romano – Gilvan Ventura da Silva 87

As revoltas no século XVII na França e na Inglaterra: a dinâmica de lutas no Antigo Regime – Adriano S. Lopes G. Cerqueira 103

Cidadania e participação política popular na democracia ateniense – Luís Otávio Magalhães 115

O ensandecido Seixa. Usurpação e jurisdição: conflitos intra-autoridades nas Minas setecentistas – Carla Anastásia 133

As pesquisas sobre a antigüidade clássica no Brasil: cidadania e erudição – Pedro Paulo de Abreu Funari 153

Ideologia de governo e governante em Amiano Marcelino – Margarida Maria de Carvalho 163

III - O Corpo como Objeto da História

Corpo, história e cidadania – Denise Benuze de Sant'Anna 171

Sexualidade e identidade na historiografia brasileira – Luzia Margareth Rago 185

Corpo e História – Joana Maria Pedro 203

O corpo como objeto da História: elementos para um debate – Magali Gouveia Engel 215

IV – Os Dilemas da Cidadana em regimes autoritários

O Estado novo e a Assistência Social - Cézar Honorato 223

Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945) - Jorge Ferreira 243

O autoritarismo no imaginário político paranaense (1930-1945) – Luís Carlos Ribeiro 255

Imagens pangermanistas sobre o Brasil: 1930-1940 – Marionilde Dias Brepohl de Magalhães 265

A História das Resistências pelos Arquivos da Repressão. A Esquerda Judaica em São Paulo – Zilda Márcia Grícoli Iokoi 277

VOLUME II

V – Espaços de Cidadania

Cidadão da Ordem: imagens e mensagens nas revistas da Primeira República – Ana Luiza Martins 301

De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República – Francisco José da Silva Gomes 315

A memória possível: passado, presente e cidadania – Marly Rodrigues 327

Cidadania: um simulacro das cidades – Sheila Schwarzman 333

VI – Cidadania Cultural

História e cinema: Globalização e o olhar dos novíssimos cineastas brasileiros – Alcides Freire Ramos 345

O cinema, tecnologias de comunicação de massa e representações da São Paulo moderna – Maria Inês Borges Pinto 355

Do entrudo às escolas de samba: a ocupação do espaço das ruas pelo carnaval carioca – Myriam Sepúlveda dos Santos 369

Modernização dos meios de comunicação: redimensionamento do conceito de cidadania no Brasil? – Rosangela Patriota 383

Modernismo no Rio de Janeiro – Mônica Velloso 395

Modernização sem participação: transformações na política brasileira a partir dos anos 60 – Wenceslau Gonçalves Neto 405

VII – Cidadania em Múltiplas Representações

No espaço da liberdade a construção de uma Igreja – Euclides Marchi 427

A reforma ultramontana do clero no Império e na República Velha – Lana Lage da Gama Lima 439

Mecenato e Cidadania – Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira 449

Os expostos de Catas Altas: estratégias de sobrevivência em uma comunidade camponesa. Minas Gerais: 1775-1875 – Renato Pinto Venâncio 461

A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Lúcia Maria P. Guimarães 471

A construção da liberdade e de uma identidade nacional. Corte do Rio de Janeiro, fins do século XVIII e início do século XIX – Gladys Sabina Ribeiro 487

O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? – Maria de Lourdes Mônaco Janotti 505

VIII – Cidadania e Negócios

Negócios e eleições nos anos 80: notas introdutórias sobre o voto mercadoria – Daniel Rodrigues de Carvalho Pinheiro 519

Os empresários mineiros no contexto da ordem populista – Ignácio Delgado 537

Balcão de negócios: a operação financeira da independência – José Evaldo de Mello Doin 553

Maçonaria brasileira e sociabilidade ilustrada (1870-1890) – Alexandre Mansur Barata 565

IX – Cidadania : O Público e o Privado

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e os novos desafios da escola – José Carlos Barreiro 583

Parâmetros para quem? Sobre outras histórias – Marcos Antonio da Silva 587

O público e o privado sem limites na colônia brasileira – Sheila de Castro Faria 599

V

ESPAÇOS DE CIDADANIA



Cidadão da ordem: imagens e mensagens nas revistas da Primeira República

Ana Luiza Martins
CONDEPHAAT

Esta reflexão se deu a partir da fonte "revista periódica", modalidade de impresso que se constituiu em instrumento preferencial da mídia da época, para veicular mensagens e conformar ideários. A diversidade do período em análise – a Primeira República – foi revelada através do surto periódico então registrado, apoiado nas facilidades de uma imprensa que se aprimorava com novos recursos técnicos. E mais: através de uma rica segmentação, que se manifestou repentinamente, revelando, em São Paulo, as tantas visões de mundo e os entendimentos mais diversificados em curso, sobretudo sobre o "ser cidadão". Revistas institucionais, revistas de crítica social, femininas, agrícolas, esportivas, em que a questão da cidadania – não exatamente na terminologia *cidadão*, embora este fosse um tratamento republicano por excelência – estava na ordem do dia. Embutia-se numa formulação precedente, que ainda estava em construção, que era a noção de pátria.

Contudo, nada pode ser apreendido do período sem perder de vista a especificidade do tempo que se vivia. Tempo que, contrariamente ao que propaga a historiografia, foi antes de mudanças radicais, mais que de transição. Seus agentes conectavam-se sobretudo às bruscas transformações em curso, antes da consciência de que viviam uma transição. Período de transição inferimos nós,

que analisamos os fatos depois; naquele momento, o que os regia era um pacto com a mudança – se possível radical. A consciência desse limite temporal secular era confirmada mundialmente pelos balanços que marcaram o ocaso do oitocentos, sobretudo no exterior. Inúmeras publicações marcaram na Itália, na França e Inglaterra, o registro de fim de uma era e abertura de outra. A começar pela Exposição Mundial de 1900, em Paris. No Brasil, esta percepção se potencializou, dado que vivíamos duas mudanças inegáveis: aquela do regime político e aquela do fim do século. Com a mesma intensidade que hoje se refere à virada do século e do milênio, também naquela altura isto se dava. Havia uma forte consciência do *fin-de-siècle*. E aquele *fin-de-siècle* vinha muito especial, por conta da nova dinâmica, sobretudo da revolução científica e técnica. No Brasil, sinalizado pelas tantas celebrações de centenários, que exigiam balanços e recolocações, dava-se o Centenário da Descoberta em 1900 e o Centenário da Independência em 1922. Com uma agravante: o Brasil, isto é, as capitais mais desenvolvidas, envergonhadas do atraso, queriam expor-se e impor-se ao mundo na projeção do modelo idealizado pelas nossas elites de "país culto, civilizado", jargão reverberativo da época.

Em face desta especial conjuntura, o que regia aqueles dias de euforia era uma nova colocação da sociedade e do cidadão republicano, em busca do moderno, do inusitado da revolução técnica a que se assistia, em tempo presidido pelo espírito científico e da laicização. Uma nova retórica intermediava a comunicação, concluída com os votos de "saúde e fraternidade". As províncias passaram a ser estados. "Cidadão" tornou-se o chamamento adotado de pronto nos comunicados oficiais. O tempo do Império, a tração animal, deu lugar ao tempo da República, à tração elétrica, marcado pela velocidade.

Sabe-se que a proclamação da República, longe de configurar uma ruptura de amplo espectro, trouxe à baila dissidências de toda ordem, revelando a permanência de práticas arcaicas numa sociedade que se queria moderna. Em princípio, o país livrara-se

da mancha da escravidão, ocupava lugar privilegiado na balança internacional como primeiro produtor de café do mundo, alardeava a educação livre para todos e redesenhava suas capitais com empréstimos ingleses, à imagem e semelhança da França, tão civilizada.

Em contrapartida, nesse mesmo país oligarca, monocultor, analfabeto, assistia-se à reorganização do trabalho e à transformação acelerada do capital. Não obstante o "espírito colonizado" de nossa elite, compulsoriamente, o olhar de alguns de seus homens mais sensíveis interiorizou-se, desprendendo-se do litoral, até cosmopolita, para centrá-lo no sertão, em Canudos, de onde divisava-se um outro Brasil, jagunço, que desafiava o poder central. Já em 1896, Coelho Neto, escritor afamado, publicara a obra *Sertão*[1]; em seguida, quase perfazendo uma década após a República, em 1898, um homem da elite, Afonso Arinos, escrevia *Pelos sertões: histórias e paisagens*[2]; em 1902, Euclides da Cunha lançava *Os sertões*[3]. Novas temáticas confirmavam o redirecionamento do olhar que tivera em *Canaã*, de Graça Aranha, no ano de 1901, o aporte de outro horizonte[4].

O tempo, mais do que nunca, ritmara-se pelo pêndulo do mercado, imantado irremediavelmente à engrenagem capitalista. As negociatas do Encilhamento só fizeram crescer a onda de especulações, bastante acentuadas em São Paulo, então Capital do Café. A *Revista Brasileira,* em sua quarta fase, de 1895 a 1899, sob a direção de José Veríssimo, trazia no artigo de fundo a mesma inquietação, certamente de sua lavra:

> Este período é em nossa vida nacional de reorganização política e social. A *Revista Brasileira* não lhe pode ficar alheia e estranha. As questões constitucionais, jurídicas, econômicas, políticas e sociais, em suma, que nos ocupam e preocupam a todos, terão um lugar nas suas páginas. Republicana, mas profundamente liberal, aceita e admite todas as controvérsias que não se achem em completo antagonismo com a inspiração de sua direção (...) Pretende simplesmente ser uma tribuna onde todos os que tenham alguma cousa que dizer e saibam dizê-la, possam livremente manifestar-se[5].

Esta transformação foi espelhada pelo periodismo, em particular através de uma segmentação que refletia a nova sociedade – revistas de grupos sociais diversos – do operário à nova mulher e à criança. Esta última, porque prenunciava um mercado em potência. Para cada um destes segmentos, a tônica reverberativa era a colocação na nova sociedade, fazendo-se uma sociedade de classes, referenciadas pelos valores da elite. Elite ainda afrancesada, mas que se "yankizava", premida pelos Estados Unidos, os novos e poderosos compradores de café do Brasil. Essa segmentação em São Paulo foi muito forte. Não só pela estratificação social, mas pelos modelos veiculados pelo poder, ocupado por paulistas em conluio com os mineiros, vale dizer, com os bacharéis que haviam cursado a Faculdade de Direito e que saíam praticamente formatados no mesmo ideário. Surgia o Cidadão da Ordem.

> Mais forte que a idéia de cidadão, contudo, foi aquela de identidade pátria, ao sabor de uma invenção das tradições, criada especialmente por uma revista que tinha por trás essa elite: a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* que trazia no editorial de seu primeiro número a seguinte afirmação ufanista: a história de São Paulo é a história do Brasil.

O discurso do Império, no que teve de moderno por parte de suas oposições, foi assumido na prática: a política de alfabetização. O Estado de São Paulo incidiu naquele investimento, criando uma rede de escolas, que trabalhos recentes revelam também elitista, mas que ao fim e ao cabo reduziu em 80% o analfabetismo do Estado. Imbuídas da urgência das *Luzes da Ilustração*, as escolas encontraram na revista, já por sua proposta intrínseca de formadora e propagandista, o recurso ideal para apropriação de conteúdos, instrumento pertinente à propagação da ideologia do Estado. Posteriormente, corroborando a construção do Cidadão da Ordem, isto se intensificou com o eclodir da Guerra, quando a necessidade de fortalecer o país encontrou na campanha de Bilac a mensagem destiladora de conteúdos amplamente divulgados pela revista.

Concomitantemente, a remodelação das capitais, em nome do utilitarismo inglês da cidade saneada, induzia a população a uma postura civilizada, enquanto em São Paulo, com Washington Luís, o figurino da nova Força Pública, de modelo francês, criava a ilusão de que a pátria era de cidadãos.

A idéia de pátria e eventualmente de cidadão da nova república apareceu mais forte nas revistas de ensino, amparadas pelo Estado e por associações de professores, em especial na *Revista Moderna* (1892), *A Escola Pública* (1895), *Revista do Ensino* (1902), *Educação* (1902) e *Revista dos Educadores* (1912). A *Revista do Ensino* foi a de mais longa duração, estendendo-se até 1918. A curta duração das demais, em contrapartida, refletiu a relatividade do amparo à instrução tão amplamente divulgado pelo Estado republicano. Não obstante a consciência de que o ensino primário era "(...) elemento modificador, e o mais importante, na evolução social", aparecia explícito na proposta associativa então em curso:

> (...) A congregação de esforços de muitos para um fim conhecido e determinado, que, aplicado especialmente ao nosso ensino público, será quiçá o meio único de o elevar, além de *uniformizá-lo e sistematizá-lo*[6].

O corpo redator da *Revista do Ensino*, estreitamente ligado à rede oficial de ensino, constituiu-se de professores normalistas, e o circuito de sucesso da publicação se fechava apoiado em nomes categorizados e influentes que a compunham, ligados à Escola Normal, a instituição educacional mais celebrada do país, "o grande templo", na fala de Bilac[7].

Enquanto na órbita particular e do Estado a contribuição foi parcimoniosa e irregular, por outro lado, a área foi beneficiada com inúmeros títulos pertinentes, por iniciativa de corpo docente e discente das escolas públicas e particulares do período e dos grêmios escolares e inúmeras agremiações que viveram, por vezes, "o espaço de uma manhã", mas que se fizeram representar pelo órgão periódico divulgador de seus propósitos.

QUAL O DISCURSO? TUDO PELA PÁTRIA E PELA REPÚBLICA!

A relativa facilidade de efetivar projetos gráficos na época e a necessidade de se fazer representar para grupos que ensaiavam tantas identidades, presidiam aqueles empreendimentos, numa cidade que vivenciava o novo e experimentava formas de se fazer representar. Emergia uma produção dirigida, no sentido de uniformizar os conhecimentos, com ênfase na construção dos símbolos do poder republicano, na força do Estado, na reverência às datas cívicas nacionais. A adjetivação recorrente nos textos daquele professorado e alunato recaía no jargão em voga, reiterador da idéia fundante de pátria e patriotismo, exaltando seus "vultos eminentes", insistindo no "desenvolvimento progressivo de nossa instrução pública". A partir de 1917, sob a influência da Liga Nacionalista e da reforma de Sampaio Dória, exacerbou-se a exaltação de um passado grandioso, homogeneizando a tradição, cunhada a partir de figuras cívicas relevantes[8]. Das letras de hinos às leituras propostas, passando pelos artigos de obrigatoriedade da língua portuguesa[9] até pelos riscos de bordados com flora e fauna nacionais, tudo se referia ao Brasil.

A profusão de títulos em torno da data cívica máxima, o 15 de Novembro, ilustra a celebração do novo regime pelo periodismo paulista, através do lançamento de várias publicações comemorativas. No sexto aniversário da Proclamação da República, em 1895, elas proliferaram através de números especiais inseridos em séries periódicas que já tinham seu curso em andamento. Ainda em 1895, as falas se voltavam para a reiteração da república em detrimento da monarquia, confirmando o embrião do discurso homogeneizador, assentado no tema da "nacionalização" aliado à formação de um "novo cidadão"[10]. Nas escolas da rede oficial as edições comemorativas veicularam textos veementes nesse sentido, ratificadores dos ideais republicanos e do ufanismo que caracterizou a idéia de construção nacional. *O Republicano*, dos alunos da Escola Modelo da Luz, com as divisas: "Tudo pela Pátria e

pela República" e "Também somos bandeirantes à conquista do saber", definia sua rota:

> (...) Procurar bater em toda linha e por todos os meios esses que querem pôr obstáculos à marcha triunfante da República, esses retrógrados que querem a infelicidade para a pátria, para seus irmãos[11].

Em lugar de espírito cívico emergia o espírito nacional. A partir da Escola Normal da Praça privilegiou-se a conquista do saber, moldando-o no sentido da valorização da pátria, da construção do cidadão. Resultou uma produção de discurso homogêneo, orquestrado pelos homens do poder, que regiam os destinos do país e que fizeram dos estabelecimentos públicos de ensino e de seus responsáveis seus porta-vozes mais fiéis, reprodutores dos interesses do Estado. A incidência de títulos recaía no reforço da idéia de pátria e renovação: *O Patriota, A Pátria, A Aurora; Porvir* e *Lábaro,* assim como *Libertas,* refletiam o ideário em pauta, conferindo à educação seu papel doutrinador, homogeneizado pela idéia de construção nacional e grandeza paulista.

De cunho diverso, as revistas de escolas particulares e protestantes caracterizavam-se por apresentação até luxuosa, disseminando outros conteúdos, além daqueles veiculados pela rede oficial. Bons costumes, higiene e eugenia foram temas que persistiram naquelas páginas, dirigida a um público alvo de caráter elitista, fortemente presidido pelo cultivo da educação física, do aprimoramento do corpo.

Há que se sublinhar, todavia, que a iniciativa periódica no âmbito do ensino não foi exclusivamente uma criação do Estado, assim como também não foi o Estado *a principal figura da ação educacional*[12], conforme se inferiu do quadro do periodismo escolar paulistano. No conjunto dos periódicos didáticos, pedagógicos e escolares ressaltou a participação decisiva do espírito associativo, iniciativa de profissionais idealistas da área, que patrocinaram publicações e traçaram projetos tanto para o aperfeiçoamento do corpo docente, como para a formação do corpo discente. Com

eventuais auxílios do governo e igualmente poucos da iniciativa particular.

A partir do primeiro quartel do século XX, afloraram alguns questionamentos sobre o encaminhamento do aprendizado. Passada a euforia dos primeiros anos republicanos, quando muito se discursou sobre a temática e iniciativas foram avidamente encetadas em nome das luzes do saber, outras propostas emergiram, ponderando sobre conteúdos e formas de ensino. Nascia ali a reflexão maior, empreendida por educadores remanescentes da primeira geração republicana e jovens pedagogos, que traziam outras teorias para o campo do ensino. Essa tomada de consciência, que levava em conta as novas correntes de educação, pensadas agora para outro alunato, bastante ampliado pelo aumento demográfico e ascensão de camadas sociais diversas, resultou na formulação da Escola Nova.

> O desenvolvimento das nossas escolas criou novas e prementes necessidades, às quais vamos tentar satisfazer, dando à *Revista*, outra feição, mais prática e útil. (...) Respeitando a forma (...) aproveitando tudo que de bom nela se contem, iremos, pouco a pouco, adaptando suas páginas às necessidades atuais.[13]

De fato, entre os anos de 1917 e 1920 se dera a Reforma de Ensino, realizada por Sampaio Dória e Oscar Thompson, com vistas a não apenas alfabetizar, mas moldar um "novo cidadão", construtor de um "novo país"[14]. O recrudescimento da homogeneização do aprendizado se fez acompanhar de cerceamento à multiplicidade das escolas particulares, na sua maioria de formação estrangeira, particularmente daquelas que não se alinhavam aos projetos das classes dominantes.

Em São Paulo, as experiências com ensino caminharam naquela direção. A *Revista Nacional – nossa terra, nossa gente, nossa língua, educação e instrução, ciências e artes*, lançada em 1921 pela Editora Melhoramentos (Weisflog Irmãos Incorporado)[15], voltava-se à discussão das questões pedagógicas, germe do projeto da Escola Nova. Diga-se que já pelo título a proposta homogeni-

zadora estava explícita, encampando sobretudo a questão da língua portuguesa, então ameaçada pela maciça presença estrangeira na capital e no Estado. Sob a direção de Alfredo Weisflog, a *Revista Nacional* reuniu nomes envolvidos com aquela proposta, entre eles Lourenço Filho, enquanto veiculava artigos de autores que já se colocavam em seu quadro editorial: Afonso Taunay, Mário Pinto Serva, Abílio Álvaro Miller, Francisco Roca Dordal, Mello Leitão, Djalma Forjaz, Alberto Rangel, Othoniel Motta, Alfredo G. dos Santos Diniz. Em dois anos de publicação, forjou-se um repertório de importância para o entendimento não só das questões pedagógicas em curso, mas para avaliação da idéia de Brasil que então se construía.

A partir de 1919, surgiram revistas de cunho comercial, produzidas pelas grandes empresas jornalísticas do Rio de Janeiro. A primeira delas vinha novamente na esteira de um modelo francês, de 1905, a revista *Je Sais Tout, encyclopédie mondiale illustré*[16], lançando-se em 1919 exatamente com o título *Eu sei tudo – magazine mensal ilustrado*[17]. Impressa em papel couchê, 148 páginas, ao preço da assinatura anual de 30$000, de propriedade da Companhia Editora Americana, sob direção de Aureliano Machado, trazia a recorrente adjetivação: *nesta cidade que se civiliza.*

Essa modalidade de revista comercial voltada para a faixa etária escolar encontrava terreno fértil. Em três décadas, o público alfabetizado crescera, a classe média vinha se conformando ávida de ascensão, saber e consumo, e a imprensa periodística mais experiente dispunha de uma rede de apoio ampliada, com serviços de comunicação aperfeiçoados. O sucesso de *Eu sei tudo* estava garantido, conforme se inferiu pelo vigor de sua edição, que se estendeu por 30 anos.

Nesse processo de comercialização e especialização de revistas segmentadas para o público escolar, de caráter educativo, o ciclo se completou em 1936, com o lançamento de *Vamos Ler*, de propriedade da S.A. A Noite, sob a direção de Raimundo Magalhães,

em papel jornal e custo baixo, 32$000 a anuidade para garantir sua ampla penetração.

O tempo, porém já era outro. Do avião, do rádio, do cinema, assim como diversa a gestão política do país. Enquanto, à sua maneira, o comércio viabilizava as publicações ditas "educativas", a iniciativa oficial retraiu-se e a educação, conforme preconizada pelos fundadores da República, deixava de ser privilegiada pelo governo republicano. Em ambas as publicações, contudo, fosse a do governo ou comercial, infere-se o propósito uniformizador do discurso, veiculado segundo interesses do poder oficial, instância definidora da sobrevivência e eventual sucesso daquelas iniciativas.

Nas revistas paulistanas, a partir de 1920, o foco temático nacional mudou de espectro. Da campanha civilista à jornada de Bilac, São Paulo filtrara seus valores de Ordem e Progresso nas mensagens nacionalistas. Finda a guerra, vitoriosas as forças aliadas, os armistícios do Palácio de Versalhes propalados com alguma freqüência nas páginas periódicas[18], retomava-se a divulgação apologética da terra paulista. As lentes, porém, centravam-se num outro horizonte, bem mais próximo: o *Centenário da Independência*, a ser comemorado em 7 de Setembro de 1922.

Não por acaso, em 1920, surgia a revista *Terra Paulista*, cujo artigo de fundo auto-elogioso deixava claro tratar-se de uma revista a serviço do sistema:

> *Terra Paulista*, ao iniciar a sua carreira na imprensa periódica de São Paulo, gloriosa terra dos *ínclitos bandeirantes*, saúda na pessoa do emérito homem do estado o maior dos democratas e extremadíssimo patriota (...)[19].

A exaltação focalizava Herculano de Freitas, secretário de Altino Arantes, mas toda ela voltava-se para a valorização das figuras paulistas do poder, fossem políticos, comerciantes, industriais ou nomes de expressão econômica suficiente para justificar com bom pagamento a impressão de sua imagem e/ou seu negócio naquelas páginas periódicas.

De fato, às vésperas dos festejos de 1922, o nacionalismo adquiriu diferentes facetas. O agricultor, o comerciante e o industrial, ameaçados em sua ascensão, valeram-se do nacionalismo como arma ideológica. Na pluralidade de raças que formava a nação procurou-se congraçar todos os povos, proclamando que um novo tipo de homem resultaria do caldeamento, da mistura dos sangues – o brasileiro de amanhã. O dito de Washington Luís caía perfeito naquele contexto: "Fortifiquemos e, sobretudo, abrasileiremos o brasileiro".

Ao longo dos anos, a construção paulatina do especial significado paulista cunhara auto-imagem generosa. Uma identidade nova, que continuou a fazer uso das teorias racistas, era camuflada pelos ideais de Saúde e Educação, receita de cura para todos os males brasileiros. Ainda em 1921, o lançamento da revista *Papel e Tinta*, com direção de Menotti del Picchia, dava uma guinada no tratamento paroquial e ufanista do periodismo paulistano. Em seu primeiro editorial, refletindo sobre o verdadeiro nacionalismo, questionava a crítica aos estrangeiros e insistia no neo-nacionalismo. Divulgava, com ênfase, o quanto aquele estupendo São Paulo nababesco, brasileiríssimo, patriótico, era quase uma colônia estrangeira.

> Oh! Reivindiquemos a ávida propriedade! Brasil, desnacionalize-se! [20]

Em 1922, o tempo e o espaço resultavam favoráveis para invenção e reforço das tradições[21]. Heróis, datas e símbolos vieram ao encontro do pretendido. A vaga nacionalista insistia, materializando-se então através da abertura de concursos para exaltação de momentos pátrios. As revistas cuidaram de dar ampla divulgação à confecção desses marcos, estampando o curso de suas realizações. A começar pelo *Monumento a Bilac*, uma iniciativa dos acadêmicos da São Francisco, que se envolveram em renhida campanha de arrecadação de fundos, contratando o escultor Willian Zadig, cuja maquete foi estampada pela revista *O Eco*:

> a mocidade paulistana, sempre solerte e atenta na defesa das nossas glórias, vai erigir-lhe um monumento que diga de quanta ufania foi o talento raro do saudoso poeta. (...)[22]

Inicialmente, a mocidade paulistana se envolvera com a realização do Monumento a Bilac; agora, São Paulo se mobilizava para o concurso do *Monumento do Centenário* a ser erigido na esplanada do Museu do Ipiranga, à guisa de altar da pátria. Na cidade de Santos, a data seria comemorada com um *Monumento aos Irmãos Andradas*, para o qual também se abrira concurso. Naquelas obras, o território da tradição era mapeado a partir de São Paulo.

A culminância da exaltação dos valores da nacionalidade, da raça e da tradição, expressos nas revistas, encontrou na festa do Centenário o seu veículo apropriado. Viveu-se o apogeu e a decadência do próprio ufanismo, a construção simbólica de maior constância e penetração naquelas décadas. Esta apoteose de 1922, contudo, não imperou hegemônica. Entre a verbosidade do nacional, o cultivo da língua geral e a gramatiquice em voga, o cinema chegava na frente. Por meio do cinema, e por conta dele, do periodismo, entravam todas as subversões de modelos de fora naquele projeto nacionalista. As revistas divulgavam em seu interior o culto dos valores pátrios, mas já traziam na capa estampas de Hollywood, com artistas da cena muda. Em *Panóplia*, segunda fase, vinham June Caprice e Mary Pickford[23]; em *Terra Paulista*, a estrela de cinema Dolly Morgam[24]; n' *O Eco*, Mary Thurman[25]. As melindrosas de Hollywood, em modelito *art-déco* que os *ballets* de Diaguilev e o próprio cinema ajudaram a divulgar, substituíram as paisagens, as cenas bucólicas, os edifícios suntuosos que "ornavam" a capital. As revistas gráficas alemãs eram substituídas pelas americanas. Belmonte acertou seu traço a partir das revistas americanas, imprimindo aquela marca em inúmeras ilustrações, particularmente nas que retratam a Segunda Guerra.

Em 1922, uma nota dissonante, sob a grafia de uma buzina: *Klaxon*, a revista porta-voz do grupo modernista da Semana de Arte Moderna. Lançada enquanto corria solta a preparação dos

festejos do Centenário, era proposta muito estranha àquele meio. Pela forma, pelas ilustrações, pelo texto. Menotti del Picchia adiantava:

> *Klaxon*, magrinho de papel, custa uma fortuna. (...) Mas *Klaxon* é orgulhoso e vende-se caro. Se ninguém o ler, paciência. *Klaxon* não se queixará jamais de ser incompreendido pelo Brasil. O Brasil é que se esforçará para compreender *Klaxon*.[26]

A buzina estridente, de som dissonante, alastrou-se, ecoando até hoje como um ponto de inflexão na recorrente busca do nacional. São Paulo, com a velha oligarquia no poder, apontava, via uma publicação requintada, conquanto esdrúxula e marginal, a possível modernidade. Ao contrário de seu gritante progresso material, primitivo e retrógrado em seu curso, anunciava no texto impresso, a nacionalidade possível. O nascimento de Macunaíma, foi sua contrafação. Visualizava-se, finalmente, o país, o homem, o seu *ethos* cultural.

Notas

[1] NETO, Henrique Maximiniano Coelho. *Sertão.* Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1896.

[2] ARINOS, Afonso. *Pelos sertões (histórias e paisagens)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1898.

[3] CUNHA, Euclides da. *Os sertões.* Rio de Janeiro, Laemmert, 1902.

[4] ARANHA, Graça. *Canaã*. Paris, Rio de Janeiro, Garnier, 1901.

[5] DOYLE, Plínio e alii. *Histórias de revistas e jornais literários. op. cit.*, v. II p.66, 1995.

[6] *Idem*. Grifo nosso.

[7] *Revista de Ensino*, ano XVII, dez. 1917 a mar. 1918, nº 3 e 4, pp. 70 a 73.

[8] THOMPSON, Oscar. *Nacionalismo no ensino como base de formação da pátria nova.* Relatório apresentado ao Secretário de Interior em 1917. Apud: BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho.* O ensino de história nas escolas paulistas 1917-1939. São Paulo, Edições Loyola, 1990, p. 95.

[9] ARANTES, Mário. "Obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa nos colégios particulares". In *Revista de Ensino*, nº 4, out. 1902, pp. 581-586.

[10] BITTENCOURT, Circe. *op. cit.*

[11] *O Republicano*, da Escola Modelo da Luz. Apud: FREITAS, Afonso de. *op. cit.*, p. 746.

[12] BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *op. cit.*, p. 22.

[13] *Revista do Ensino,* órgão da Associação Beneficiente do Professorado Público do Estado de São Paulo. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1918-1919, nº 1 a 4, p.1.

[14] BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *op. cit.*, p. 95.

[15] *Revista Nacional. Nossa terra, nossa gente, nossa língua, educação e instrução - ciências e artes.* São Paulo, Cia. Melhoramento de São Paulo, Weisflog Irmãos Incorporado, ano I, nº 1, out. 1921. O último número conhecido é de dezembro de 1923, ano II, nº 12. A Assinatura era de 15$000 anuais.

[16] *Je sais tout, encyclopédie mondiale illustré.* Paris: Publication Pierre Lafite, 1905, I jan. jun. 1 et 11.

[17] *Eu sei tudo, magazine mensal ilustrado*. Rio de Janeiro, 1919.

[18] *O Echo. op. cit.*, jul. 1919, ano XVIII, nº 1.

[19] *Terra Paulista, revista literária, artística e de atualidades*. São Paulo: 10 mar. 1920. nº 1. Grifo nosso.

[20] *Papel e Tinta. op. cit.*, nº 1.

[21] HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

[22] *O Echo. op. cit.*, 1919, p. 16.

[23] *Panóplia. op. cit.*, dez. 1918, ano II, nº 6.

[24] *Terra Paulista. op. cit.*, 1920, n. 5.

[25] *O Echo. op. cit.*, mai 1919, ano XVII, nº 9.

[26] *São Paulo: a capital artística na comemoração do Centenário*. São Paulo, 1922, s/p., 1984.

De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República

Francisco José Silva Gomes
Universidade Federal Fluminense

Este estudo pretende colocar tão-somente algumas questões relacionadas com o poder político e o poder religioso e eclesiástico no Império e na República Velha.

O Império, herdeiro do Padroado colonial, considerava o aparelho eclesiástico católico como indispensável à manutenção da ordem estabelecida e à homogeneização dos padrões de comportamento da população. A República Velha começou por considerar dispensável essa função social tradicional desempenhada pelo aparelho eclesiástico (1889-1910), mas logo se deu conta de que tal não era possível (1910-1930). No entanto, o Estado republicano manteve formalmente a sua "neutralidade" na concorrência que existia então no mercado de produção de bens simbólicos, em geral, e religiosos, em particular. Adotou, por isso, o regime de separação da Igreja do Estado.

Fosse num regime de união, fosse num regime de separação, o catolicismo e a Igreja só manifestam toda a sua relevância quando analisados com relação à questão do poder, se os situarmos no âmbito do sistema de cristandade. Entendo por cristandade um sistema de relação da Igreja e do Estado *na* sociedade. A relação bipolar Igreja e Estado só é relevante quando situada no campo mais abrangente da sociedade.

Em situações históricas "constantinianas", a relação Igreja e Estado pressupõe um sistema único de poder e de legitimação, um projeto unanimista, o catolicismo como religião oficial do Estado, como religião sacralizadora do poder e da ordem vigente. Em situações históricas "pós-costantinianas", a relação Igreja e Estado assenta-se na aconfessionalidade e laicidade do Estado, na redução do campo religioso à esfera privada das escolhas individuais e num processo de secularização da sociedade e da cultura.

O Estado imperial: os súditos e cidadãos

A cristandade colonial foi uma cristandade em situação histórica "constantiniana", implantada a partir do século XVI, com os padrões do catolicismo medieval português e alguns poucos elementos do catolicismo tridentino. Este, todavia, não se consolidou no Brasil antes do Segundo Reinado.

O padroado concedido à Coroa portuguesa pela Santa Sé tornou o aparelho eclesiástico colonial fortemente dependente do Estado metropolitano. Mas a ingerência da Coroa nas questões eclesiásticas também decorria da política jurisdicionalista do Estado moderno que eram um Estado soberano, centralizado, absolutista e confessional e que perdurou na Europa, dos séculos XVI ao XIX aproximadamente.

O "despotismo esclarecido" no século XVIII exacerbou esse jurisdicionalismo do Estado com o regalismo pombalino. O Estado imperial deu prosseguimento ao regalismo no Brasil, usando-o como instrumento para se defender contra possíveis ingerências da Igreja de Estado.

O Estado imperial manteve uma permanente ambigüidade entre um projeto conservador para a sociedade e uma ideologia com elementos tirados do liberalismo. Não por acaso D. Pedro I reinou sob o signo dessa ambigüidade já que reinou por aclamação dos povos (12 de outubro de 1822) e em decorrência de uma sagração (1° de dezembro de 1822), pela soberania popular e pela graça de Deus.

Era um Estado que professava oficialmente uma religião. A Carta de 1824 foi outorgada por D. Pedro I incorporando o padroado. Por isso, o artigo 5, por exemplo, estabelecia que a religião católica continuaria a ser a religião do Estado. O artigo 102 considerava como obrigação do imperador nomear os bispos e conceder ou recusar *placet* aos documentos emanados da cúria romana.

O Estado imperial tinha como projeto criar um Estado centralizador e nacional, considerando os brasileiros simultaneamente como súditos e cidadãos. Todos os súditos deveriam ser formalmente católicos, seguidores da religião do Estado segundo o princípio confessional *cuius regio, illius et religio* (quem manda, manda também na religião). Mas esses súditos eram também cidadãos com iguais direitos perante a lei. Em matéria de religião, o Estado usava de tolerância e transigia com as eventuais escolhas pessoais dos cidadãos, desde que tais escolhas se restringissem aos estreitos limites do âmbito da vida privada sem manifestações de caráter público.

O Estado imperial constituiu-se e permaneceu nessa ambigüidade, tentando unir autoritarismo e liberalismo, jurisdicionalismo confessional e tolerância religiosa, esfera pública e privada, estatuto de súdito e de cidadão. Daí os conflitos constantes entre bispos e/ou internúncios e ministros da Justiça ou do Império (estes após 1861) a quem os negócios eclesiásticos estavam afetos. Nesses conflitos opunham-se duas visões da Igreja: a do regalismo do Estado e a do ultramontanismo do episcopado e da Sé. A Questão Religiosa (1872-75) foi talvez o conflito mais emblemático em matéria de jurisdicionalismo sobre o aparelho eclesiástico.

A Igreja no Império: os Católicos, Fiéis e Súditos

A ambigüidade do Estado imperial estava, em matéria religiosa, na difícil conciliação do jurisdicionalismo confessional com as liberdades de consciência e de culto dos súditos e cidadãos.

Portugal reconheceu o Estado imperial em janeiro de 1826 e só então a Santa Sé, envolvida na política da Restauração e da

Santa Aliança, resolveu reconhecer, em abril do mesmo ano, com um Breve de Leão XII, o *ius praesentandi* dos bispos a D. Pedro I e a seus sucessores. Em julho desse mesmo ano, uma nova distribuição das circunscrições eclesiásticas era dada ao Brasil: oito dioceses, todas sufragâneas do arcebispado da Bahia eram estabelecidas, tendo sido elevadas a diocese as prelazias de Goiás e Cuiabá. Em 1827, as dioceses do Pará e do Maranhão foram desmembradas do patriarcado de Lisboa e integradas à única província eclesiástica brasileira. Pela bula *Praeclara Portucalliae* de maio de 1827, a Santa Sé concedia a D. Pedro I e a seus sucessores os mesmos direitos e privilégios de Grão-Mestrado e padroado que haviam tido, no Brasil, os reis de Portugal.

Duas comissões da Câmara dos Deputados emitiram um parecer desfavorável de *placet* à bula papal, julgando-a anticonstitucional e inútil. Paradoxalmente, o imperador assinou nesse mesmo ano um decreto que declarava a nomeação dos bispos e a provisão de todos os benefícios eclesiásticos infra-episcopais da sua alçada em virtude da Carta Constitucional e de seu poder soberano.

O padroado tornou-se assim um direito régio, mesmo se continuava sendo um privilégio da Santa Sé concedido à Coroa. Esta usurpação do padroado pelo Estado imperial teve como conseqüência um conflito permanente entre o crescente regalismo do Estado e a atitude defensiva do episcopado ultramontano e dos representantes da Santa Sé, os internúncios.

Durante o Segundo Reinado, o Estado imperial foi progressivamente dissociando o liberalismo do regalismo, foi-se tornando mais conservador e passou a usar o regalismo para escolher bispos conservadores, anti-liberais e ultramontanos. O episcopado romanizador encontrava-se assim num dilema: defender a liberdade de ação dos bispos *(libertas Ecclesiae)* no confronto com o Estado regalista sem ameaçar os interesses comuns da aliança do Trono com o Altar, qual seja, a manutenção da ordem estabelecida. O sistema da cristandade era assim mantido no Brasil, funcionando em torno de um projeto conservador comum à Igreja e ao Estado.

Se havia uma aliança objetiva, havia também conflitos. Seguindo a distinção de Godelier[1], não se deve confundir a racionalidade dos sistemas sociais e a intencionalidade dos indivíduos. A aliança objetiva não impedia que a intencionalidade dos agentes sociais fosse conflitiva sob certos aspectos.

Os bispos lutavam pela *libertas Ecclesiae* e defendiam a concepção de um Estado cristão. O Estado imperial, durante o Segundo Reinado sobretudo, desejava o apoio da Igreja, enquanto aparelho eclesiástico a serviço dos interesses do sistema.

Para a Igreja, a contradição situava-se na tentativa de conciliar a reestruturação do aparelho eclesiástico segundo os moldes da reforma tridentina e ultramontana e a permanência da cristandade colonial na qual a Igreja desempenhasse a função de realizar a direção intelectual e moral da sociedade e mantivesse o monopólio sobre a produção dos bens simbólicos, em geral, e religiosos em particular.

Com suas práticas e representações sobre poder e reforma, a Igreja na Colônia propiciara o consentimento dos diferentes grupos sociais ao sistema, à Igreja e ao Estado. As práticas sociais eram naturalizadas e/ou sobrenaturalizadas na consciência dos agentes sociais gerando conformismo e consenso social entre os fiéis católicos e súditos da Coroa no bojo de um projeto unanimista da Igreja e do Estado. O consenso social era assim obtido sem que fosse necessária a intervenção constante dos aparelhos de coerção. Como diria Godelier, a religião constituía um elemento interno das relações sociais de produção, uma parte da armação interna dessas relações, não somente uma ideologia legitimadora dessas mesmas relações.

Para o Estado imperial, a contradição estava na conciliação de seu projeto conservador, seu poder autoritário, seu regalismo e as tentativas de criar um Estado que atendesse a certas demandas liberais.

Objetivamente, tanto a Igreja quanto o Estado defendiam a necessidade de uma cristandade "constantiniana" para o Império.

No entanto, o Brasil caminhava historicamente para uma situação "pós-constantiniana". A defesa de um Estado confessional tornava-se cada vez mais impraticável à medida que o Estado se laicizava e a sociedade se secularizava. O regalismo e o ultramontanismo se opunham, mas, até 1889, o Trono e o Altar defenderam o confessionalismo do Estado porque se atribuía a este a manutenção da ordem social, sua inviolabilidade e sacralidade.

O Estado republicano: os cidadãos

Com a proclamação da República, o decreto de separação da Igreja e do Estado do governo provisório (1890) e a Constituição de 1891, punha-se fim à vigência de um Estado confessional no Brasil, bem como às ingerências deste nos negócios eclesiásticos.

O novo governo adotou, numa tentativa de modernizar o Estado soberano e nacional, o republicanismo, o federalismo e a democracia que se expressava formalmente no multipartidarismo e no sufrágio universal, ainda que se este excluísse os analfabetos e as mulheres. O modelo inspirador era o dos Estados Unidos. De lá vieram igualmente a aconfessionalidade e a laicidade do Estado. Estas foram implantadas no Brasil sem uma política anticlerical e hostil à Igreja como foi o caso de certos países que seguiram o modelo piemontês/italiano de separatismo.

O Estado republicano tornou os súditos do Império simples cidadãos. Tal passagem implicava um Estado moderno aconfessional e laicista, a redução do campo religioso à esfera privada das escolhas individuais. O cidadão na vida pública ficava sozinho na sua relação com o Estado. Por isso, a laicidade preconizava a "neutralidade" do Estado no mercado concorrencial de produção de bens simbólicos, o qual deixara portanto de ser monopólio da Igreja católica. O regime de separação operou constitucionalmente aquele trânsito.

No plano dos princípios, o Estado republicano sempre defendeu o separatismo estrito. Implementou até uma política laicista que dispensou o catolicismo da sua tradicional função ideológica

e sacralizadora do sistema. Já no plano prático, rendeu-se à evidência de que a função de direção intelectual e moral da sociedade não podia ficar só com ele, mas a colaboração da Igreja era necessária e indispensável. Uma reaproximação da Igreja, muito embora sem questionar o regime de separação, foi sendo realizada por etapas entre 1910 e 1934.

Uma aliança objetiva voltou a ser possível sobretudo a partir do momento em que a burguesia cafeeira passou a dirigir os rumos da República oligárquica (1898). A Igreja e o Estado voltavam assim a se reencontrar objetivamente em torno de um projeto conservador, o da manutenção da ordem estabelecida.

O Estado Republicano curvava-se diante da necessidade de deixar à Igreja a sua função tradicional de geradora de consenso social, de formadora das consciências dos indivíduos, formando-os simultaneamente como bons católicos e bons cidadãos. O Estado rendera-se ao fato sociológico da maioria católica, à "pátria católica" como se dizia então, e passou a adotar uma política de estreita colaboração com a Igreja católica já que esta reunia formalmente a maioria da população brasileira, apesar do catolicismo apresentar concretamente aspectos multiformes.

O Estado e a Igreja, aliados, desejavam obter o que sempre a cristandade realizara no Brasil: o consenso social e religioso, a unidade territorial, a busca de homogeneização de padrões de comportamentos da população. Mantendo esses objetivos, o Estado imperial e republicano tentaram construir um modelo de cidadania, enquanto que a Igreja romanizadora tentava criar a figura do católico praticante.

A Igreja na República: os católicos, leigos e cidadãos

Desde a sua instalação, a República se proclamou laica. A reação imediata do episcopado foi de desconfiança e de intransigência quanto aos princípios, na boa tradição ultramontana. Graças à diplomacia de D. Macedo Costa, a hierarquia católica atravessou o período de 15 de novembro de 1889 à promulgação

da constituição(1891) sem contestar formalmente a legalidade do novo regime. Seu caráter legal foi reconhecido, mas a sua ilegitimidade ética foi proclamada sem reservas.

Em 1890, o jornal *A Civilização* do Maranhão podia afirmar categoricamente: "Estado sem religião é Estado ateu, e Estado ateu é absurdo perante a razão e uma monstruosidade em Moral". Um regime político despojado de princípios e valores éticos e religiosos era encarado então como um absurdo, uma monstruosidade. Só a religião podia dar um sentido e uma significação à existência do Estado. Era a velha concepção agostiniana de Estado e de cristandade.

O episcopado, na Pastoral Coletiva de 1890, dizia explicitamente:

> Exigir que o Estado legisle para os cidadãos, prescindindo do religioso respeito à autoridade da Igreja, a que estão sujeitos os mesmos cidadãos; e, vice-versa, querer que a Igreja exerça a sua jurisdição sobre os fiéis sem olhar sequer para o Estado de que são igualmente súditos os mesmos fiéis, é um sistema este, aos olhos do senso comum e da mais vulgar eqüidade injusto em si e impossível na prática.

A esta atitude de intransigentismo teórico e retórico no domínio dos princípios, opunha-se uma atitude prática, um *modus vivendi* que evitasse a todo o custo uma ruptura da ordem social vigente. A Igreja, apesar da "impiedade" do Estado laico, continuava a pregar o princípio do respeito às autoridades estabelecidas por parte dos católicos e de todos os cidadãos, e também o princípio da origem divina de todo o poder e das autoridades constituídas. Estabelecia além disso a inviolabilidade da ordem social.

A Igreja não discutia os critérios de legitimidade da ordem, mas inculcava nos católicos/cidadãos o espírito de obediência e conformismo. A ilegitimidade ética da República laica não podia ser um pretexto para contestações e revoltas. O discurso do episcopado era paradoxal: proclamava simultaneamente a ilegitimidade ética do regime e a inviolabilidade da ordem social. O paradoxo era contudo aparente pois tal discurso mantinha a intransi-

gência quanto aos princípios e mostrava-se flexível quanto às medidas práticas. Aliava intransigentismo católico e pragmatismo.

Aderir pragmaticamente à república laica era manter intacta a inviolabilidade da ordem social, era lutar contra os progressos mais radicais dos liberais, democratas e socialistas, era opor uma barreira à "revolução". Esta, uma vez vitoriosa, não se contentaria em suprimir os privilégios da religião de Estado, mas impediria certamente a ação livre da Igreja, assegurada apesar de tudo pelo Estado republicano no Brasil.

Excetuando-se a ação mais radical de alguns liberais, positivistas e maçons, o novo regime não alimentou hostilidades contra a Igreja e anticlericalismo, muito menos atitudes anti-cristãs. O Estado republicano logo se deu conta de que não podia dispensar a Igreja na sua função de direção moral da sociedade no interesse das oligarquias estaduais e da burguesia cafeeira. Foi-se reaproximando da Igreja. E esta para levar a cabo aquela função teve de reestruturar o seu aparelho eclesiástico. Os grupos dominantes e dirigentes ajudaram-na a sobreviver, a se reestruturar e a se expandir. Nem os agentes da romanização, nem as elites republicanas buscaram intencionalmente estar a serviço uns dos outros, mas a racionalidade do sistema levou-os a buscar objetivamente essa aliança.

Apesar de uma atitude defensiva e intransigente, a Igreja procurou implantar pragmaticamente o ideal ambíguo de um Estado laico inspirado pelo cristianismo. Na República Velha, os católicos, enquanto religião, apresentaram oficialmente uma estrutura coesa apesar das diversidades dentro do catolicismo. Respaldados no fenômeno sociológico de constituírem a maioria dos cidadãos brasileiros, pensavam poder transigir com a minoria dos não-católicos.

Com a reestruturação do aparelho eclesiástico, a Igreja desejava poder enquadrar as massas dos fiéis e preparar a militância dos católicos praticantes vistos como laicado, isto é, como a parcela dos fiéis sob estrita dependência do clero. Se o projeto era romanizar o catolicismo no Brasil, havia também a intenção de, respal-

dada na maioria, poder pressionar o Estado laico a transigir com os interesses da Igreja e dos católicos.

Com tal estratégia, a Igreja pensava restaurar a cristandade com o intuito de "recristianizar" a sociedade, de inspirar o Estado com princípios cristãos. A partir dos anos 10 e 20, ensaiou-se o estabelecimento de instituições confessionais católicas no seio do mundo secular: a escola, o sindicato, a imprensa. Para organizar e preparar os militantes católicos, a Igreja criou a Ação Católica como forma específica de apostolado dos leigos.

Esse projeto de restaurar a cristandade superava igualmente a volta a uma cristandade sacral, "constantiniana". Era decididamente um projeto de neo-cristandade pelo qual se redefinia o sistema numa situação "pós-constantiniana". A colaboração de Estado laico e aconfessional com a Igreja católica, no sentido de manter inviolável a ordem estabelecida, foi possibilitada pela concepção societária de Igreja.

Nesta concepção, que foi emergindo desde a Idade Média, a Igreja é concebida como uma sociedade:

> que tem um fim completo e supremo na sua ordem; uma autoridade soberana coordenadora das ações de seus membros; e que dispõe de meios necessários para atingir esse fim. Nesse sentido devem ser consideradas sociedades juridicamente perfeitas tanto o Estado como a Igreja, não são assim outras sociedades ou instituições[2].

Afirmando a sua autonomia e independência institucional (*societas perfecta*), a Igreja pode demarcar-se do Estado laico e aconfessional e elaborar um projeto de neo-cristandade com o intuito de recristianizar a sociedade mediante a ação direta do laicado católico nas instituições confessionais. Para tanto, houve aceitação progressiva de uma certa dessacralização da ordem política. No entanto, não se abria mão de uma política inspirada pelo cristianismo e da tentativa de incorporar os não-católicos nessa política. Os cidadãos católicos, sendo maioria no Brasil, deveriam ser os protagonistas principais da ação política e transigir com os não

católicos. A Igreja pensava poder assim pressionar o Estado laico e a minoria dos não-católicos, e integrá-los numa *societas christiana.*

Conclusão

O projeto de neocristandade deu como fato consumado a superação da cristandade colonial no Brasil, mas quis manter um certo monopólio da Igreja católica sobre a produção dos bens simbólicos religiosos. Recolocou a questão que se esconde por detrás de todo o sistema de cristandade, a saber: como deve o cristão comportar-se na vida pública para construir evangelicamente a sociedade? Recolocando a questão, o catolicismo na República Velha reafirmava o laço entre o cristianismo e o evangelho e a práxis pública dos cristãos.

No entanto, persistia a ilusão de constituir um laço mediante a reconstrução necessária de uma *societas christiana*. O projeto de neocristandade idealizado e implementado a partir dos anos 10 e 20 deste século, tanto a nível da Igreja no Brasil, quanto a nível da Igreja católica em geral, aliado à criação da Ação Católica, permitiu que o catolicismo não ficasse reduzido a uma religião da esfera privada dos cidadãos, ideal esse do mundo burguês e individualista. Evitando volatilizar-se e perder toda a credibilidade, o catolicismo insistiu no ideal de criar uma sociedade cristã e uma política inspirada pelo cristianismo. Este ideal de cristandade, numa situação histórica "pós-constantiniana", começa a dar sinais de crise nos anos 50 e 60, rumo ao Concílio Vaticano II (1962-1965).

Tentei colocar algumas questões relacionadas com o poder político, o poder eclesiástico e religioso no Império e na República Velha. Essas questões se deram no âmbito do sistema de cristandade. Tentei evitar as simplificações ao aplicar este modelo. Se a cristandade se manteve ao longo de quatro séculos de história da Igreja no Brasil (1530-1930), isto se deveu às redefinições e reformulações do modelo num processo histórico constituído de continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas[3].

Notas

[1]GODELIER, Maurice. *Considérations théoriques et critiques sur le probéle des rapports entre l'homme et son environement.* Social Sciences Information, vol. 06, nº13,1974, pp.31-60.

[2]CIFUENTES, Rafael. *Relações entre a Igreja e o Estado.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1989, p.31.

[3] Este estudo foi elaborado a partir de elementos extraídos da minha tese de doutoramento, defendida em 1991 na Université de Toulouse-Le Mirail com o título: *Le projet de néo-Chretienté dans le diocèse de Rio de Janeiro de 1869 à 1915,* 3 tomos.

A memória possível: passado, presente e cidadania

Marly Rodrigues
CONDEPHAAT

Neste encontro, no qual se discute a relação entre história e cidadania, é notável a apresentação de um grande número de trabalhos sobre memória e patrimônio. Isso é promissor, pois revela a atual importância destes temas na sociedade e o crescimento do interesse do historiador por um campo de construção do passado até cerca de vinte anos não reconhecido como um dos espaços de seu exercício profissional.

O longo distanciamento entre patrimônio histórico-arquitetônico e historiadores relaciona-se à configuração da historiografia brasileira e do perfil profissional do historiador. Este desenho foi iniciado no século XIX, nos Institutos Históricos, cuja preocupação em construir o passado nacional e regional resultou não apenas no conhecimento histórico, mas também na afirmação e proteção dos registros em papel como documentos privilegiados da história.

Durante a década de 1910, caberia mais uma vez aos Institutos Históricos a preocupação com outros documentos tidos como testemunhos da história da nação, os edifícios; mais tarde, ao menos no que se refere ao estado de São Paulo, voltaram a se adiantar aos historiadores de profissão, propondo a instalação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT –, criado em 1968. Neste

momento, vale lembrar, a escrita da história já assumira a feição teleológica e grande parte dos historiadores estava envolvida em explicar ou transformar o presente privilegiando a pesquisa de temas políticos e outros relativos à organização dos trabalhadores e suas conquistas sociais. A cultura e a memória ainda não faziam parte da pauta da historiografia brasileira.

A presença de profissionais historiadores na área de preservação do patrimônio histórico sempre foi reduzida e, além da orientação dos próprios cursos universitários, voltada para a formação de professores e pesquisadores acadêmicos, deve-se também às circunstâncias de formação do pensamento preservacionista no país.

As primeiras propostas no sentido do poder público promover a proteção de edifícios que, representantes do passado nacional, estavam ameaçados de destruição, datam da década de 1910 e partiram de deputados que eram membros de Institutos Históricos. O espaço urbano de algumas capitais brasileiras passava então por intervenções que destruíram sua antiga conformação espacial e a defesa do passado se impunha como forma das elites intelectuais reformularem a identidade brasileira e sintonizarem o país com a modernidade imposta pelos padrões de desenvolvimento capitalista.

Posteriormente assumida por parte da vanguarda modernista, na qual se incluíam os pioneiros da moderna arquitetura brasileira e, em 1937, concretizada com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a ação protetória do Estado se tornaria também a via de construção de um passado legitimador da nascente arquitetura moderna, justificando-a na tradição e projetando-a como um dos traços da identidade nacional.

Profundamente marcado por essa postura, o pensamento patrimonialista brasileiro se dirigiria para a construção de uma tradição arquitetônica nacional cuja historicidade limitava-se à consideração do período entre a colonização e o século XVIII. Do barroco, saltava-se para o modernismo, desconhecendo o que no

século XIX havia de modernização da arquitetura e dos espaços urbanos, por considerá-los retratos da influência estrangeira no país. Não obstante, a necessidade de afirmação do passado rural do Brasil, pois nele se localizaria a "alma" de nossa cultura, levaria os patrimonialistas a considerarem a arquitetura das grandes fazendas de café desse mesmo período, em especial as do Vale do Paraíba fluminense.

Constituindo uma ortodoxia referenciada em valores estéticos e construtivos, na qual a história, sempre na versão oficial, servia de pano de fundo e de argumento para o estabelecimento de elos entre a arquitetura e a nação, no sentido de construir uma identidade brasileira, o "patrimônio" durante muito tempo fechou os olhos para a importância do gosto eclético, considerado influência estrangeira, que desde a virada do século marcava o ambiente urbano e fora adotado até mesmo nas intervenções promovidas pelo poder público em várias cidades, entre as quais o Rio de Janeiro.

O passado delineara-se, assim, como objeto único da ação preservacionista que procurava "resgatá-lo" em fragmentos. Esta situação começaria a tomar outros rumos a partir do final da década de 1960, sob influência de muitos fatores, entre os quais a renovação da escrita da história que incorporara o estudo das mentalidades e se propunha a romper os silêncios que haviam segregado segmentos sociais e étnicos cuja importância para a construção da sociedade brasileira vem sendo atualmente reconhecida.

Também seria fundamental a adoção de um novo conceito de patrimônio. Deste ponto de vista, vêm ocorrendo transformações que o deslocaram da posição de representação do passado nacional para a de representação da cultura material e fator de qualidade de vida; antes referenciado na nação, o patrimônio passou a ter como referência a sociedade.

Concebido inicialmente a partir da noção de monumento – construção comemorativa, que objetiva perpetuar o presente no futuro –, hoje diferenciada de monumento histórico, entendido como objeto que, a partir do reconhecimento do poder público

passa a representar o passado, o patrimônio passou a ser visto como produto cultural de valor turístico, o que abriria os horizontes para sua utilização econômica e, por meio de sua relação com as cidades, definiu-se como ambiental.

A partir do conceito de patrimônio ambiental urbano que, forjado na área de planejamento de cidades, foi adotado ainda que parcialmente pelo patrimônio, desenvolveu-se a proteção de extensas áreas, como bairros e áreas naturais, estas entendidas também como memória da natureza, pois testemunham transformações geomorfológicas e de paisagem.

A consideração do patrimônio como parte da cultura e a atual importância assumida pela memória, da qual ele é uma vertente, acabou por desvendá-lo como um dos campos de disputa simbólica da sociedade. Hoje ele não é visto como uma atenção ao passado, mas responde ao presente e sob seu comando constrói o passado, representando-o nos limites impostos pelo binômio preservação/destruição. Este influi também nas formas sociais de conceber o tempo e nas relações dos homens com o passado; seu alcance varia segundo as possibilidades de acesso da sociedade às decisões de interesse coletivo.

Sob este ponto de vista, o patrimônio não é apenas um universo de representações da cultura, mas das possibilidades políticas dos diferentes segmentos sociais expressas por meio dos documentos materiais de sua presença como construtores da sociedade e do reconhecimento de seu lugar na memória social.

Se considerarmos que a qualidade de vida ultrapassa as questões ambientais abarcando também os direitos políticos, aqui representados no acesso ao passado e à representação na memória social – o que implica a definição de identidades particulares e seu reconhecimento pelo conjunto da sociedade –, o patrimônio se configura como um dos campos mais suscetíveis ao exercício da cidadania.

Entretanto, tomando como exemplo a prática do CONDEPHAAT, o que se verifica é que a pergunta "por que preservar?" continua recebendo respostas que não expressam a

absorção da importância social da memória. Se no âmbito do poder público não se verifica qualquer empenho em promover a redefinição das práticas de preservação – o que é complexo e, sem dúvida, depende de vontade política –, por parte da população também não existem pressões neste sentido.

Como em geral acontece, o CONDEPHAAT tende a ser encarado pelos cidadãos como mais um órgão público entre os vários existentes, aos quais só recorrem em casos de extrema necessidade, o que expressa não só a distância existente entre Estado e sociedade mas, também, o longo caminho que precisa ser percorrido em busca do pleno exercício dos direitos de cidadania.

Se por um lado as vias de acesso do público ao CONDEPHAAT são estreitas, restritas quase que apenas às solicitações de tombamento, uma vez que a composição do colegiado responsável pelas decisões de tombamento não contempla grande parte das forças populares organizadas, por outro, os cidadãos não assumiram ainda a defesa de sua memória.

Um levantamento das solicitações de tombamento enviadas ao CONDEPHAAT de 1969 a 1987 indica que em maior número elas se originaram do colegiado e dos técnicos do próprio órgão; em seguida, vêm as das prefeituras das cidades paulistas e de outros órgãos públicos. Apenas em 1975 começa a crescer o número de pedidos enviados por entidades civis e preservacionistas. Estes, porém, estão hoje declinando em razão do descenso do movimento ambientalista enquanto as solicitações individuais de cidadãos, feitas isoladamente, mantêm-se.

Estas, em principal, revelam muito da forma pela qual os habitantes de São Paulo se relacionam com seu passado. Para justificar os pedidos apelam para argumentos nos quais transparece o senso comum em relação à história. Ela é considerada verdade, é externa ao solicitante e o lugar de grandes feitos e personagens. Como ela, o passado configura-se como lição, como exemplo que aponta para constantes possibilidades de progresso.

O sentido atribuído à ação preservacionista soa como uma honra a ser concedida a um passado glorioso mas difuso, do qual o solicitante não é partícipe, mas apenas um respeitoso admirador. Não se trata, portanto, de uma postura de quem reivindica o cumprimento de um direito. Recentemente, se bem que não muito freqüentes, alguns argumentos dos solicitantes apontam para o valor ambiental, de memória e referência urbanas. De qualquer modo, eles têm como centro os objetos e não os benefícios sociais de sua preservação, embora por meio da nostalgia revelem a permanente tensão entre memória e esquecimento presente na sociedade.

A concepção do público sobre a história e o patrimônio, grande parte da qual estabelecido por via do ensino e constantemente reiterada pela ação dos órgãos públicos e pelos meios de comunicação, mas, sobretudo, por uma prática cotidiana na qual os direitos não são iguais perante a lei, demonstra que, além do rompimento da distância entre Estado e sociedade, a instituição de um patrimônio que contribua para o aprimoramento das relações políticas precisa ser acompanhada de mudanças profundas.

Entre elas, a divulgação das novas pesquisas historiográficas e do potencial político da memória. Parte desta tarefa social cabe aos profissionais da memória e por isso a expansão dos estudos demonstrada neste encontro soa como uma esperança.

Cidadania: um simulacro das cidades

Sheila Schvarzman
CONDEPHAAT

Embora não sendo especialista na história de Belo Horizonte, resolvi refletir sobre esta cidade e a cidadania movida mais pelo conhecimento e prática sobre cidades, e aquilo que envolve o quotidiano de quem trabalha em preservação, do que por verdadeiro conhecimento da causa. O que me interessa discutir na história de Belo Horizonte é, justamente a idéia impressa em sua construção, que é a crença de poder, por meio do desenho e de preceitos técnicos e racionais, aliados à idéia da mudança e do novo, moldar a felicidade dos homens a partir do espaço.

Para quem hoje em dia, e cada vez com mais freqüência, vem se decepcionando em seu trabalho de manutenção do patrimônio histórico, da memória, e até mesmo do que se considera como condição mínima de sociabilidade e de respeito pelo semelhante, como a "civilidade", o respeito à cidadania ou "urbanidade" (termos que a cidade cunhou), revisitar os horizontes que informam essa lógica, quando estes eram ainda uma promessa, é indispensável, uma vez que, hoje, esses mesmos primados continuam a ordenar ininterruptos fracassos em nome de uma ordem econômica arqui-rentável.

A isso junta-se também o papel do Estado, que em São Paulo, abandona e deserta destas questões que de alguma forma lhe

interessaram e disseram respeito, ainda que ligados a interesses políticos imediatistas, em nome de lógicas tão pragmáticas quanto estreitas.

Assim, é a partir da ótica das utopias urbanas que Belo Horizonte me interessa.

Há ainda outro ponto de convergência que une Belo Horizonte, cidadania, arquitetura e história. Aarão Reis procurou desenhar a história. Vincou na cidade o presente e futuro, ao ordenar a distribuição e função dos espaços na vida de seus cidadãos. Nos anos 30 do nosso século, com a arquitetura moderna e a busca das raízes nacionais, os arquitetos, além de desenhar o presente e o futuro, passaram a definir também, a partir da sua lógica, no IPHAN, o rosto do passado, do que devia permanecer como identidade nacional.

Nessa história que se embasa na racionalidade técnica e cria uma visada monumental, que desconhece tudo aquilo que não vai de par com seus preceitos, os historiadores não tiveram lugar. A eles foi reservado o papel de memorialistas. (Seria possível dizer que os historiadores não viam esta questão como sua. Mas a rejeição às propostas humanistas de Mário de Andrade fala com eloquência sobre que tipo de visada cultural se produz em relação à constituição de um patrimônio nacional). É aqui, portanto, que a discussão sobre o lugar do historiador na constituição do que se define como patrimônio nacional ganha sentido.

Além disso, venho tentando entender a construção do Brasil que fizeram alguns mineiros, mais especificamente o cineasta Humberto Mauro. Foi por estas vias que me pus a pensar sobre tudo isso. Assim, vou abordar também um pouco da Belo Horizonte de 1928 vista por Humberto Mauro, quando procurava seduzir o conterrâneo Antônio Carlos para a causa do cinema brasileiro, construindo um argumento que, ao menos em sua introdução, apela fervorosamente aos mais profundos sentimentos da mineiridade. Trata-se do filme *Sangue mineiro*.

É oportuno discutir cidadania quando Belo Horizonte faz cem anos. Tendo surgido em 1897, oito anos depois de procla-

mada a república, os mineiros buscavam conciliar pela construção de uma nova capital as suas diferenças regionais, da mesma forma que marcar no espaço do próprio país o seu lugar: lugar de possibilidades, de riqueza, de capacidade de empreendimento, gestão e cidadania. E nada como a construção de uma nova cidade, de uma capital planejada para representar este fato.

Se já devíamos a Minas, com o ouro e o barroco, o surgimento de uma vida urbana mais intensa, de um novo tipo de relacionamento social, mais livre, onde era a cidade que preponderava, onde atividades como a música e a literatura vão frutificar, a construção de Belo Horizonte deveria ser em alguma medida a reedição deste sopro de liberdade marcado em 1792, símbolo de sua bandeira, e até nome do palácio do governo. Belo Horizonte vai configurar no espaço a liberdade como o emblema de Minas.

É através da construção de uma cidade baseada na racionalidade, no progresso, que a representação do lugar de Minas no interior da nação se formalizaria. É nela que estarão impressos os projetos transformadores, que por certo, no dia a dia da cidade, a história não confirmou.

No momento em que Belo Horizonte era gestada – entre 1893 e 1897–, o próprio conceito de cidade e sua organização estavam sendo questionados. Das reformas de Hausmann em Paris ao racionalismo jeffersoniano de Washington, aos bairros-jardim londrinos de Barry Parker, vários modelos de relacionamento social estão em questão.

A cidade tradicional, que cresceu desordenadamente com os avanços do liberalismo, afastara os homens de suas raízes rurais, transtornara seus modos de vida, tornara-se um dos motivos mais aparentes da falência social, da miséria. Tratava-se portanto de repensá-la: das idéias iluministas da École Polythecnique ao socialismo utópico, a regeneração do homem mergulhado na miséria e na revolta deveria ser buscada. Muitos desses projetos passam a ter concretude no risco do papel.

Se até as reformas de Hausmann em Paris (1856-1870) o centro das preocupações urbanísticas é ainda pontuar o lugar do poder e a monumentalidade, a circulação e o controle social no espaço ganham importância com a abertura das grandes avenidas imunes às barricadas que a cidade intrincada permitira em 1848. É a partir dessa mentalidade que a equipe de Aarão Reis, egressa da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pensa a nova cidade. Com Barry Parker e os socialistas utópicos surgem as idéias do retorno à natureza, da qual os homens haviam sido arrancados, e da divisão da cidade por função, herdeira já das preocupações francesas. Vida privada e trabalho se separam. Segregam-se as indústrias e o proletariado – a sujeira e os protestos. O funcionamento social se redesenha racionalmente na prancheta, e se crê o gérmen primeiro de toda a transformação do funcionamento da sociedade.

A cidade ordenada exerceria o controle sobre os indesejáveis, o afastamento das agitações dos trabalhadores com suas reivindicações, a exposição de sua miséria e de suas atividades, a partir de um discurso técnico e higienista. Por outro lado, dava ao indivíduo, no recanto do seu lar – novidade burguesa do século XIX – a possibilidade do reencontro com a natureza e o belo da paisagem construída, criando uma vida mais saudável e portanto homens mais felizes.

É em meio a estas concepções que se desenha a nova capital mineira. Ela seria ao mesmo tempo a sede de um poder conciliado entre as diferentes regiões: Minas Gerais, Zona da Mata, que buscavam hegemonia no Estado, conforme aponta Helena Bomeny em seu *Os guardiães da razão*[1]. Da mesma forma, esta conciliação estaria também inscrita no espaço interno da cidade, devidamente arranjado e equilibrado. Uma conciliação desdobrada, dentro e fora de Minas, que dá ensejo, segundo Bomeny[2], a esse grande arranjo que é a mineiridade, cujo amálgama a autora localiza no movimento que deu origem à construção da nova capital. A construção de Belo Horizonte encerra, diz a autora, citando Afonso Arinos, "uma tradição em Minas, um momento do século passado,

romântico e oratório, trazendo uma nova mentalidade, mais de acordo com a característica do século XX – a técnica, o ideal de progresso, a modernização industrial".

A cidade se divide por funções, ela é racional: separa ricos de pobres, trabalho do viver, lazer, atividades administrativas e exercício do poder. E todos os caminhos convergem para a Praça da Liberdade, o Palácio da Liberdade, inclusive uma avenida chamada Brasil. Não se poderia construir melhores emblemas do lugar de Minas e de Belo Horizonte, para essa geração, do que esta concepção espacial no corpo da cidade. (Seria a nossa Étoile?)[3].

SERIA ESSE NOVO ESPAÇO PORTADOR DE CIDADANIA?

Seriam a racionalidade da divisão por funções, a organicidade entre elas, a salubridade garantias do exercício da liberdade democrática, da igualdade e portanto da cidadania?

Sabemos que, no discurso, esses termos que invocam o progresso técnico e científico tiveram longa permanência, e têm ainda, embora no espaço o aumento da circulação apenas provoque mais circulação e a divisão do espaço, a segregação social. O liberalismo se traveste em liberdade. Belo Horizonte não realiza sua promessa de modernidade. A mudança geográfica e o aspecto cosmopolita da arquitetura não criam a fórceps uma mentalidade metropolitana e citadina. O papel de Minas também não cresce no cenário nacional, uma vez que sua economia não muda significativamente, apesar do incremento causado pelas atividades de construção de Belo Horizonte e já nos anos 20 parece, ao menos no dizer de Carlos Drummond de Andrade, citado por Bomeny[4], misturar uma grandiosidade sem escala verdadeira com seus habitantes.

Por que ruas tão largas?
Por que ruas tão retas?
Meu passo torto
de onde venho.
Não sei andar na vastidão simétrica
implacável
Cidade grande é isso?

Essa mesma imagem é nítida na Belo Horizonte filmada em *Sangue mineiro* em 1927 por Humberto Mauro. A cidade, que completara trinta anos, não mobiliza o diretor mineiro, que viria a se tornar, com esta e outras obras, um dos maiores cineastas brasileiros. O filme, que anuncia como tema a evocação das profundas tradições mineiras, embora se abra com uma tomada em panorâmica da capital, com seus principais atrativos, é depois rodado inteiramente em Cataguases, cidade da Zona da Mata mineira, e nos interiores da casa de José Mariano Filho, no Rio de Janeiro, em estilo neocolonial, o que é bastante significativo da pouca identidade que sentem os próprios mineiros em relação à cidade de feições européias. Prova disso é que Mauro, ao compor um personagem que ele chama "mineiro de tradição", coloca-o no interior da casa de Mariano Filho. Esta casa, construída nos anos 20, em "estilo brasileiro", funcionava como um manifesto vivo do ideário do que seria a verdadeira arquitetura nacional de então. Tratava-se na realidade de uma mistura de elementos do barroco mineiro e português. Um ecletismo de feições barrocas.

Como mostra Helena Bomeny[5], a significativa geração de intelectuais mineiros que se formou na Rua da Bahia, em Belo Horizonte, nos anos 20 (Carlos Drummond, Abgar Renault, Rodrigo de Mello Franco, Pedro Nava, Gustavo Capanema), migra para o Rio de Janeiro e é lá, na capital da República, que vai desenvolver o projeto modernizador centrado na educação – enfim, tudo aquilo a que a construção de Belo Horizonte poderia aspirar. Entre os vários projetos, Gustavo Capanema é responsável pela instalação do IPHAN e do inovador Palácio da Cultura, o Edifício do Ministério da Educação e Saúde.

De novo a arquitetura é chamada a dar forma e perenizar no espaço um novo grupo político no poder que fazia fé na mudança, e da modernidade o seu emblema. Se Corbusieur não conseguira ainda construir nenhum edifício de vulto em seu próprio país, é aqui que vai, junto com Lúcio Costa e Niemeyer, mostrar de forma mais clara o seu projeto. É bom lembrar que em 1936 o Morro do

Castelo, no Rio de Janeiro, está sendo modificado, sediando de forma contundente e monumental o novo regime que se instalava e marcava com esses edifícios a sua permanência. Pouco importa a vizinhança do moderno Ministério da Educação com a arquitetura francamente fascista do Ministério da Fazenda. Ao contrário, ambos são as duas faces de uma mesma moeda. O que é importante reter é a construção no espaço do estado que se denomina "novo". É em nome deste novo que Capanema abandona o projeto *art-deco* vencedor, de Arquimedes Memória, e contrata outro que melhor espelhava, por seu arrojo, suas verdadeiras aspirações. "Convencido de que um órgão novo pede uma casa ajustada e esse espírito o governo remeteu (o projeto) à crítica dos especialistas em urbanismo, engenharia sanitária e administração pública" (Rodrigo Melo Franco de Andrade).

Mas são os mesmos arquitetos (Niemeyer, Lúcio Costa, Carlos Leão) que estão desenhando o nosso futuro, que vão determinar o passado com a criação do IPHAN em 1937, com Rodrigo Mello Franco de Andrade. O Brasil "de verdade" começou em Minas com o barroco.

Da mesma forma que desenham edifícios, cidades, desenham também a história, e o que dela preservar. A vida passada que deve perdurar como herança e história, e a vida futura são objetos de construção da arquitetura.

Brasília é mais uma tentativa de criar a fórceps um país moderno. Aqui de novo o sonho de um presidente mineiro e o desenho urbano se unem para forjar um novo homem. Conhecemos os desdobramentos. Mas cabe lembrar uma observação de Le Corbusieur feita em 1927 e apontada por Marshall Berman em *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Como observou Berman, em 1927 Le Corbisieur já fizera o último grande salto da modernidade, que unia o primado da circulação rápida à máquina, e o homem da rua se transforma no homem do carro que Brasília e as cidades atuais hoje tanto espelham. O novo homem, diz Le Corbusier, precisa de "outro tipo de rua", que será "uma máquina

para o tráfego" ou, para variar a metáfora básica, "uma fábrica para produzir tráfego". Uma rua verdadeiramente moderna precisa ser "bem equipada como uma fábrica". "Nessa rua, como na fábrica moderna, o modelo mais bem equipado é o mais altamente automatizado: nada de pessoas, exceto as que operam as máquinas, nada de pedestres desprotegidos e desmotorizados para retardar o fluxo"[6].

Hoje, quando vivemos de forma intensa sob o primado destas noções, sem qualquer das contrapartidas utópicas que lhes davam sentido, a noção de cidadania construída a partir do espaço mostra todos os seus limites.

Se isso é pertinente para cada um de nós enquanto cidadãos de suas cidades, é pertinente também como historiadores. Como historiadores envolvidos com a preservação, corremos atrás do tempo – como sempre – em busca do nosso lugar nessa história toda (com pelo menos trinta anos de atraso), em busca de outros passados, não apenas marcos fundadores da brasilidade, ou assemelhados, ou manifestações de estilos e técnicas construtivas. Corremos atrás de tantas outras expressões quantas nos for possível ainda resgatar, correndo contra essa mesma racionalidade que, ao imprimir hoje a desistoricização de que fala Hobsbawm[7], reifica o novo como o elemento regenerador de um presente perpétuo, tornando portanto a preservação do patrimônio não mais um elemento de constituição da cidadania, mas o seu simulacro.

Nos últimos anos a prática da preservação cultural tem sido marcada pela deserção paulatina do Estado. A lógica do mercado e da racionalidade, aliadas, torna preservável apenas aquilo que interessa ao marketing político ou o que não se choca com grandes interesses econômicos. Quando este está em pauta, o temor de que o Estado venha a ser acionado e, se perder, tenha que ser onerado, pagando uma indenização a um proprietário, faz com que, na realidade, o poder econômico paute as ações atuais de preservação.

A lógica do capital se sobrepõe à lógica da cidadania. O reconhecimento de interesses comuns, de fundo social e de identidade parece perder a consistência frente à lógica da racionalidade, que

aspira pelo novo e rentável. Ao mesmo tempo, no reverso desta mesma moeda, tendo sempre o capital como fiel da balança, em geral os grupos ou pessoas que reivindicam a preservação de algum bem são aquelas de nível sócio-econômico médio e alto, morando em bairros deste mesmo padrão. Isso faz com que o órgão, não tendo condições (materiais, salariais, de infra-estrutura burocrática) de inventariar os bens de interesse cultural no estado, não tenha qualquer política específica, e tenha a sua ação conformada por esta lógica, já que, a reboque da corrida do capital, e respondendo, na esmagadora maioria das vezes, a demandas pontuais de pessoas ou grupos organizados, o patrimônio que vai se constituindo se concentra em regiões de maior poder aquisitivo – são em geral edifícios residenciais – e praticamente desconhece construções industriais, habitações de trabalhadores etc.

A questão se torna mais aflitiva na medida em que, hoje, as contendas entre interessados arbitradas pelo Judiciário partem da concepção de tombamento como uma restrição ao direito de propriedade privada. A partir desta ótica estreita, o Estado tem arbitrado contra o interesse social, em proveito do capital privado, mesmo que a proteção ao capital signifique danos sociais e econômicos muito maiores para toda uma enorme comunidade e para a própria memória cultural do país. O exemplo mais claro disso é a autorização para a instalação de um grande *shopping center* num bairro tradicional de São Paulo, vizinho de pelo menos vinte edificações em estudo de tombamento, e provavelmente o único no mundo no interior do centro tradicional, sem vias de escoamento de trânsito compatíveis.

Da nossa experiência de trabalho com patrimônio em São Paulo, passado, memória, nacionalidade e conseqüentemente cidadania só existem enquanto valor de troca, para aqueles que sabem ou podem obtê-la. É uma mercadoria.

Da utopia de uma sociedade igualitária, que parecia possível a partir do uso criterioso da técnica e do progresso elaborados nas pranchetas do século XIX e início do XX, passamos ao simu-

lacro da cidadania, convertida em "qualidade de vida" que só muitos poucos podem ter. A cidade organizada por funções, idéia concebida no auge do liberalismo e aplicada em Belo Horizonte no final do século passado, mostra então com nitidez a sua verdadeira face: a produção da segregação social. Em tempos de neoliberalismo, de combate à idéia de um Estado pelo menos regulador da selvageria da exploração do capital, o patrimônio histórico e arquitetônico edificado nas cidades é um entrave arcaico. Sua existência só é possível quando obedece à mesma lógica que está ordenando o tempo atual: a desregulamentação e o desmonte de todos os empecilhos que conduzem ao "fim da história".

Notas

[1] BOMENY, Helena. *Os guardiães da razão.* Rio de Janeiro, UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

[2] BOMENY, Helena. *op. cit.*, p. 53

[3] Estou me referindo à Place de l'Étoile, parte fundamental do novo desenho de Paris formulado por Haussman, onde se encontra o Arco do Triunfo, construído em homenagem às vitórias de Napoleão. A esta praça convergem oito grandes avenidas, as oito pontas da estrela.

[4] BOMENY, Helena. *op. cit.*, p. 56

[5] BOMENY, Helena. *op. cit.*, p. 56

[6] BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar.* São Paulo, Companhia das Letras, p. 161

[7] HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. (introdução).

VI

CIDADANIA CULTURAL



História e Cinema: *globalização* e o olhar dos *novíssimos* cineastas brasileiros

Alcides Freire Ramos
Universidade Federal de Uberlândia

Muitos têm afirmado que estamos vivendo um momento de transformações nas perspectivas políticas e estéticas. Com efeito, cineastas como Glauber Rocha e Leon Hirszman, idéias como "estética da fome", "descolonização", "cinema de autor" e "representação anti-naturalista", filmes como *São Bernardo* e *Terra em transe* já não servem de inspiração para os nossos "novíssimos" diretores e são vistos como fazendo parte de um passado que deve ser definitivamente esquecido. Ocorre que essas "mudanças" de enfoque representam tomadas de posição, cujas repercussões políticas não têm sido discutidas em profundidade, sobretudo pelos historiadores de ofício. Nesse sentido, a partir da análise de alguns filmes brasileiros lançados recentemente, procuraremos evidenciar impasses e/ou perspectivas inscritas em nosso presente.

Na realidade, como muitos já salientaram[1], qualquer filme dialoga com o contexto sociopolítico em que foi realizado. Por isso, se um filme de ficção aborda um tema socialmente considerado como histórico (algo que esteja, por exemplo, consagrado em nossos manuais escolares), a sua articulação com a história se dá em um duplo nível. Primeiro: o do filme como ensaio de inter-

pretação de um *fato*. Segundo: o seu diálogo com as condições sociais e políticas do momento de sua produção, distribuição e exibição. Por essa via, é possível dizer: o discurso sobre o passado está intimamente ligado ao presente e às suas mais diversas lutas políticas. Impor uma determinada interpretação é, ao mesmo tempo, impor uma interpretação do presente. Toda vez que se propõe uma interpretação única da história, simplificando-a, ocultando as contradições, as divergências, os confrontos, o resultado é, por extensão, impor uma visão única do presente.

Diante disso, é preciso que se diga desde já: a crítica consistente e sistemática dos filmes de ficção histórica é uma tarefa que não pode ser desprezada pelo historiador. Ao contrário, tendo em vista a inegável capacidade de comunicação que o cinema tem demonstrado, esta modalidade de crítica deve ser encarada como um campo de trabalho sério e digno[2], pois, não raramente, os problemas enfrentados no momento da análise fílmica implicam a mobilização de grande parte do arsenal teórico-metodológico que temos à nossa disposição. É o que veremos a seguir.

Neste sentido, para discutir o modo como os *novíssimos* cineastas brasileiros têm dialogado com o processo de *globalização*[3], atualmente em curso, é preciso começar pela análise de *Carlota Joaquina*.

Tendo sido a primeira grande manifestação desta *novíssima* safra de filmes, esta obra, ao narrar uma passagem *clássica* da história brasileira, "dialoga com o presente por meio da reconstituição do caráter das personagens". D. João é tratado como um jovem covarde e Carlota foi transformada numa devoradora de homens, com os dentes podres, bigode e vários filhos bastardos. Sem dúvida, esse tratamento foge da concepção heróica e pomposa tão marcantes em nossos filmes históricos. Quase sempre, os grandes vultos do passado são lembrados com dignidade, apreço e reverência. Suas trajetórias, cada uma a seu modo, fazem parte do processo de desenvolvimento da nação brasileira. D. João, em manuais escolares, é retratado como o responsável pela

introdução de práticas econômicas livre-cambistas no Brasil (liberação de entrada de navios estrangeiros, por exemplo), pelo estímulo à cultura (criação da Imprensa Régia, do Museu Nacional, da Biblioteca Real, da Academia de Belas-Artes e incentivo à chamada missão francesa) e pela criação do Banco do Brasil. Algumas dessas realizações estão presentes em *Carlota Joaquina*, mas o modo de fazer referências a elas é que não coincide com o *tratamento tradicional*. Nesse sentido, partindo do princípio de que todo e qualquer filme dialoga com a conjuntura política em que foi concebido, cabe questionar: como *Carlota Joaquina* rebate sobre a sociedade brasileira dos anos 90?

Com efeito, o momento atual (o processo chamado de "globalização") é marcado, sobretudo, por um debate acerca do papel do Estado. Para o pensamento hoje dominante[4], o Estado tornou-se "grande demais" e as empresas estatais tendem a ser ineficientes, devido à incapacidade que os poderes públicos têm de impor a elas qualquer tipo de controle mais eficiente. As saídas apresentadas para superar este quadro materializam-se nas chamadas "reformas": diminuição do tamanho do Estado, desregulamentação da economia etc. Ora, o filme de Carla Camurati, queira ou não, dialoga sensivelmente com esta conjuntura. O tema escolhido pela cineasta (vinda da família real para o Brasil) toca, sem dúvida, na questão do Estado brasileiro.

Dessa forma, vale a pena lembrar alguns dados históricos importantes. Com a instalação da corte no Rio de Janeiro, os senhores rurais brasileiros passaram a ter, pelo menos do ponto de vista teórico, a oportunidade de influir diretamente nas decisões do governo. Na prática, contudo, sofreram a concorrência dos ricos comerciantes, na maioria portugueses, que se aliaram à nobreza com cargos públicos que acompanhara o regente na fuga. Além disso, D. João manteve o governo dentro da *tradição absolutista*, o que restringiu a participação dos senhores rurais na vida política. O *Estado* português que foi reconstituído no Brasil "parecia não ter relação alguma com a sociedade brasileira, e o

seu governo acabou se transformando numa espécie de entidade estranha, que pairava acima da própria sociedade". Nessa linha de raciocínio, a criação do Banco do Brasil demonstra exemplarmente esse afastamento entre Estado e sociedade. Em vez de atuar como instituição de fomento aos setores produtivos (comércio, indústria, agricultura), na realidade serviu como mero instrumento das finanças do Tesouro Real, permitindo ao governo emitir papel-moeda "apenas para suprir suas necessidades"[5].

Diante disso, não é difícil perceber o motivo pelo qual, em *Carlota Joaquina*, no momento de retratar a criação do Banco do Brasil, a cena tenha sido tão marcada pelo deboche/sarcasmo. O que o filme mostra, *rebate* ou *repercute* de imediato sobre os espectadores atuais. E as (preocupantes) gargalhadas se espalham pela sala de exibição...

Algo semelhante pode ser observado em *O quatrilho*. Esse filme foi, aliás, a face mais festejada desta *nova* safra, graças à sua indicação para concorrer ao Oscar de melhor filme estrangeiro. O que cabe destacar é que o maior problema da película em questão, na verdade, reside na forma como resgatou um importante capítulo da história brasileira, desconsiderando os processos sociais aí presentes. Para perceber isso, basta que se apresente um quadro resumido do processo imigratório. Com efeito, a colonização do sul do país foi presidida pela ocupação de áreas pouco povoadas (em particular, as regiões de fronteira), dinamizadas economicamente com base no trabalho do imigrante. Apesar do otimismo na criação das colônias, as dificuldades encontradas eram grandes. A propaganda do governo e dos particulares nem sempre correspondia à verdade. As estradas eram péssimas. O afastamento de centros consumidores dificultava a venda dos produtos. Ademais, justiça, escola e igreja eram muitas vezes inacessíveis, devido ao isolamento dos núcleos. Poucas áreas tinham ferrovias que facilitassem os contatos. A falta de conhecimento das reais condições do país e das técnicas agrícolas a serem empregadas causou muitos fracassos. É claro que, havendo boas

condições, como mercados consumidores próximos, estradas e terras férteis, os imigrantes enriqueciam, dando origem a uma paisagem marcada pela prosperidade[6]. Diante disso, é fácil perceber porque a história retratada em *O quatrilho* está longe de conseguir oferecer um quadro convincente do processo de ocupação das terras do Rio Grande do Sul. Esse processo, cabe enfatizar, foi contraditório e marcado por inúmeras dificuldades.

Poder-se-ia objetar, porém, que Fábio Barreto não tinha a obrigação de produzir um rigoroso tratado histórico-sociológico sob a forma de um filme, pois, certamente, correria o risco de não conseguir *cativar* a atenção do grande público. Obviamente, não é isso o que querem sugerir as observações feitas até aqui. O que se deseja destacar são as *opções feitas pelo diretor*. Uma pesquisa um pouco mais profunda em relação ao tema tratado poderia trazer elementos capazes de matizar o quadro[7]. A narrativa, porém, faz com que o espectador acompanhe, em detalhe, apenas uma bem-sucedida trajetória de enriquecimento.

Fábio Barreto estaria, desta forma, querendo recusar toda e qualquer postura de denúncia? Parece bem provável. Nos últimos anos, graças às pregações feitas pelos ideólogos da *globalização*, preocupar-se com as *mazelas sociais* é uma atitude que passou a ser considerada *démodeé,* ou, simplesmente, que desse provas de *fracassomania*. Por isso, as *opções do diretor* enfatizam/reforçam valores tidos, pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira, como adequados à nossa realidade atual. Em suma: num momento em que os mercados mundiais se interligam, exigindo de cada país envolvido gigantescos saltos de produtividade, é preciso olhar atentamente para o Brasil que se dedicou ao *trabalho árduo*, *deu certo* e *prosperou*, sobretudo exaltando-o. Ao lado disso, como não contribuem na realização das atuais tarefas, é preciso – à semelhança de Fábio Barreto – deixar de lado as denúncias das diversas formas de opressão e de exploração que marcam, ainda hoje, amplos segmentos sociais no Brasil, inclusive na região sul do país, ocupada/colonizada por imigrantes italia-

nos. É isso o que permite definir *O quatrilho* como um *filme brasileiro marcadamente conservador*.

O caso de *Terra Estrangeira*, infelizmente, não difere dos que foram vistos até aqui. Em verdade, este filme foi saudado por muitos críticos (jornalistas em sua maioria) como uma das grandes novidades do nosso cinema atual. A obra de Walter Salles Jr. retrata acontecimentos que, de início, possuem ligações estreitas com a nossa realidade. A narrativa, à moda da História Imediata[8], é ambientada num momento particularmente difícil de nosso passado recente: o Plano Collor[9]. O protagonista é um rapaz de 21 anos que mora na cidade de São Paulo num pequeno apartamento próximo ao *Minhocão*[10] e alimenta o sonho de ser ator. Sua mãe é uma imigrante espanhola que sonha em voltar para a terra natal, San Sebastián. Tenta juntar algum dinheiro para a viagem, trabalhando como costureira.

Cabe destacar um aspecto importante: a relação mãe-filho se estabelece num ambiente característico da baixa classe média paulistana, marcado pelo desenraizamento e pela solidão. "O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. (...). O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro"[11]. Por isso, os personagens desmonstram tanta desesperança em relação à política.

Não obstante, os sonhos dos personagens *vão pelos ares* com o Plano Collor. A TV mostra o anúncio do confisco. Collor e Zélia Cardoso tentam explicar o inexplicável: as pequenas quantias, guardadas com tanto sacrifício, estavam congeladas nos bancos... A mãe de Paco morre ali mesmo... diante da TV... O desenraizamento, antes latente, foi levado ao limite, pois o pouco que restava ao rapaz – o laço afetivo com a mãe – acabara de se romper. A forma mais acabada de perda de raízes é, sem dúvida, a que associa apatia política com quebra de laços afetivos. Não é à toa que o personagem passe, então, a perseguir um projeto que, antes,

não era seu: ir para San Sebastián. Realizar o sonho da mãe é tentar manter sua única raiz. Na esquina da Av. Ipiranga com a Av. São João, no bar do Restaurante Brahma, ponto de encontro da boêmia paulistana, Paco, em total disponibilidade, conhece o contrabandista Igor. A possibilidade de viajar tornar-se realidade.

Neste ponto, o filme deixa de ser um instantâneo da nossa história recente e torna-se uma *fraca* indagação a respeito da condição existencial daqueles que se *auto-exilaram* em 1990. Devido à necessidade de comercializar a fita, isso foi feito com base nas estruturas narrativas do *filme noir*[12]. Esta foi a *fórmula* encontrada para cativar o público estrangeiro. E é exatamente aqui que os temas que se anunciavam no início (política *versus* indivíduo durante o governo Collor; enraizamento *versus* desenraizamento nos quadros da globalização etc) perderam-se por completo.

Neste sentido, o filme de W. Salles Jr. se afirma como o pensamento de uma *geração jovem* totalmente descrente da política que, sem dúvida, não é tratada como uma atividade inspiradora: os projetos presentes na disputa Lula *versus* Collor não mais iluminam projetos futuros. Este é, segundo nosso entendimento, o diálogo de *Terra estrangeira* com as circunstâncias sociais e políticas do momento de sua produção e exibição.

Participando deste momento em que o cinema brasileiro *renasce*, Monique Gardenberg trouxe para as telas temas bem conhecidos pelos brasileiros e que, de início, estão longe de reafirmar valores dominantes. O Movimento dos Trabalhadores Rurais *sem-terra*, a atuação da parcela progressista da Igreja Católica engajada na luta contra as desigualdades no campo, um Parlamento marcadamente conservador em sua maneira de encarar a questão social e a imprensa sensacionalista interessada exclusivamente no aumento das vendas, estas são as personagens principais de *Jenipapo*. E ninguém pode negar: tudo isso faz parte de nossa realidade atual. Apesar disso, ao sair da sala de exibição, o espectador ainda permanece em dúvida e fica se perguntando: que

país é este ? Será que o quadro de valores dominantes desta vez foi realmente abalado ?

Com efeito, *Jenipapo* trabalha com o tema da reforma agrária. Faz isso a partir da trajetória de um padre americano, Lewis Stephen, que, logo de início, anuncia o extermínio de líderes do movimento dos *sem-terra* ("estes homens estão marcados para morrer") e passa o filme fugindo de entrevistas por motivos que a trama só revela no final. Esse padre engajado é homossexual e está sendo ameaçado por capangas pagos por latifundiários. Sua opção sexual, a qualquer momento, pode ser revelada publicamente, caso não se cale. Entre pequenas cenas em que aparece distribuindo alimentos para camponeses pobres ou celebrando missas, L. Stephen é tratado como um homem dividido (sexualidade *versus* política) e angustiado (falar ou não) com a possibilidade de perder todo o seu trabalho em virtude de chantagens.

Neste contexto, o tema da reforma agrária, bem como o do engajamento da Igreja Católica, fica bastante reduzido, já que concorre com outro também de inegável importância: o da chantagem sofrida por um homossexual de projeção pública. Ademais, os (poucos) melhores momentos são os que nos mostram manifestações de rua promovidas pelos *sem-terra*, a violenta reação da polícia e as torturas e assassinatos. Ocorre que tudo isso recebe um tratamento demasiadamente rápido e superficial, resultante das concessões feitas à linguagem hollywoodiana.

Portanto, esta *nova* safra de filmes, ao invés da crítica e da denúncia, caracteriza-se pelo desejo de afagar o público com narrativas que reafirmam muitas das idéias atualmente dominantes. Acima de tudo, demonstra a existência de um preocupante fenômeno: a passagem de uma "cultura de oposição" para uma "cultura governista"[13]. Frutos de um acordo tácito entre produtores, diretores, jornalista e *ideólogos de plantão*, estas obras retratam o Brasil como um país que pode se integrar ao mercado internacional, sem levar em consideração os desníveis existentes nas trocas comerciais, bem como as profundas desigualdades de classe que

caracterizam a sociedade brasileira atual. Inconscientemente ou não, nossos novos diretores produziram filmes cujos *valores* (conservadores) coadunam-se plenamente com o repertório ideológico exigido pelo atual processo de *globalização.*

Notas

[1]Para elucidar como os filmes históricos relacionam o presente ao passado, sugere-se a consulta dos seguintes textos: ROMAGUERA, J. & RIAMBAU, E. (orgs.). *La historia y el cine*. Barcelona, Fontamara, 1983; SORLIN, P. *La storia nei film: interpretazioni del passato*. Firenze, La Nuova Italia, 1984.

[2]Felizmente, este quadro parece estar mudando. Se, até bem pouco tempo, os melhores estudos vinham sendo feitos por alguns poucos historiadores franceses (P. Sorlin e M. Ferro, sobretudo), atualmente, podemos observar contribuições importantes aos estudos cinematográficos vindas de muitos historiadores que trabalham nos Estados Unidos e que obtiveram respeitabilidade em áreas de pesquisa já consolidadas. Um bom exemplo disso é o livro *Passado imperfeito: a história no cinema.* Rio de Janeiro, Record, 1997. Organizado por Mark C. Carnes (Columbia), esta obra conseguiu reunir Robert Darnton (Princeton), Peter Gay (Yale), Simon Schama (Columbia), entre outros.

[3]As numerosas manifestações a respeito do tema revelam que "globalização", antes de ser *"a"* palavra da moda, é um conceito polêmico que ainda está sendo formulado. Há, na verdade, um debate envolvendo diversos cientistas sociais, espalhados pelo mundo inteiro. É possível, porém, compreender esse processo como aquele que envolve, entre outros, a chamada "terceira revolução tecnológica" (processamento e difusão de dados por rede, inteligência artificial, engenharia genética etc), a formação de blocos comerciais ampliados (Mercosul, União Européia, Nafta etc), a hegemonia do capital financeiro (movimentação de grandes somas de dinheiro por meio dos novos dispositivos tecnológicos), o surgimento de novos padrões de inclusão e exclusão social (o fenômeno do desemprego oriundo das transformações tecnológicas é um bom exemplo disso), a destruição de manifestações culturais regionais e a consolidação da chamada "cultura global" (a hegemonia do cinema norte-americano nas salas de exibição do mundo inteiro e a generalização do consumo dos programas veiculados pelas televisões a cabo são alguns dos indícios desse processo).

[4] Uma visão de conjunto do paradigma que norteia a atuação das forças políticas representadas pelo governo de FHC pode ser encontrada no seguinte artigo: PEREIRA, L. C. B. "A Crise do Estado na América Latina". In *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 37, novembro de 1993, pp. 37-57.

[5] Para maiores detalhes, consultar: FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1977 (vol. 1). Ver em especial pp. 248-260.

[6] Para maiores detalhes, consultar: PETRONE, M. T. S. "Imigração". In *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, 1985, pp. 121-133 (HGCB, Volume 9).

[7] Cabe destacar que a única fonte de informação usada pelo cineasta foi o romance de POZENATO, José Clemente. *O quatrilho*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

[8] Para J. Lacouture, a História Imediata é um tipo de pesquisa histórica "cujos componentes irredutíveis são, a um só tempo, proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada" ("A História Imediata". In LE GOFF, J. (org). *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 215). O cinema e outros meios de comunicação pode ser veículos de História Imediata.

[9] Em linhas gerais, esse plano pretendia combater a inflação, "enxugar" a administração estatal e eliminar o déficit público. Estas propostas eram vistas como básicas para a retomada do desenvolvimento. Dentre as medidas de impacto sobre os cidadãos comuns, destaca-se a retenção por dezoito meses das contas das pessoas físicas e jurídicas no valores acima de 50 mil cruzados novos.

[10] Trata-se de um viaduto construído em meio a uma região repleta de prédios de apartamentos. Já na fase de edificação, os imóveis circunvizinhos sofreram forte desvalorização, devido ao intenso movimento de automóveis, poluição e ruídos.

[11] WEIL, S. *A Condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 347.

[12] De acordo com um importante estudioso, o filme *noir* é um dos gêneros "mais populares do cinema hollywoodiano. Nascido no início dos anos 30, desenvolveu-se na década seguinte destacando o branco e preto, as luzes cruas e os planos escuros, os cenários dos bairros pobres das grandes cidades, com suas ruas mal iluminadas e suas calçadas reluzentes de chuva. Personagens ingênuos, mulheres fatais cruéis e calculistas, chefões megalomaníacos ou detetives particulares de coração terno sob uma carapaça de cinismo povoam os filmes *noirs*" (PARAIRE, P. *O cinema de Hollywood*. São Paulo, Martins Fontes, 1994, p. 63).

[13] Outros filmes recentes poderiam ser analisados de modo a corroborar esta afirmação. Sem dúvida, o que mais se ajustaria é *O que é isso, companheiro?* de Bruno Barreto. Seu enfoque do seqüestro do embaixador americano por um grupo de guerrilheiros de esquerda reforça, com certeza, a "onda conservadora" vigente nestes anos 90. Para uma visão crítica acerca desta película, sugere-se a consulta ao livro *Versões e ficções: o sequestro da história* (vários autores), São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997. Além disso, é importante verificar o depoimento concedido por Vera Silvia Magalhães à *Revista de Cultura Vozes,* n. 1, ano 92, vol. 92, jan./fev. de 1998.

O cinema, tecnologias de comunicação de massa e representações da São Paulo moderna

Maria Inez Machado Borges Pinto
Universidade de São Paulo

A abrangência e presença constante dos grandes meios de comunicação dentro dos espaços urbanos e das expectativas de seus habitantes é questão fundamental, na medida em que se percebe a relevância da participação desses meios na reorientação de sensibilidades e divulgação de valores culturais.

A análise do cinema, num determinado momento, pode nos desvendar as matrizes de uma época, os modos de percepção, sensibilidade, vontades, gostos e os valores morais.

Nos anos 20, a difusão da cultura cinematográfica é tal que qualquer cidadão dificilmente pensa sobre uma cidade sem articular ao pensamento algumas imagens de natureza cinematográfica. Antes do cinema, no século passado, a cidade imaginável dependia predominantemente da experiência de vida, dos lugares já visitados pessoalmente ou descritos em conversas. Além disso, em círculos de alcance menor, a cidade podia ser imaginada a partir de outros meios, como a literatura e a imprensa escrita, por um lado, e, por outro, a progressiva difusão de gravuras e fotografias. Mas será a linguagem do cinema, já por suas características e pelo modo como articula espaço e tempo, a que mais se aproxima da vivência moderna do espaço arquitetônico e urbano[1].

Do fim do século passado até a Primeira Guerra Mundial é inventado o cinema e, na estréia da eletrificação das grandes cidades, vai surgindo um circuito consumidor internacional. De um modo ou de outro, é o cinema industrial que vai inundar com suas fantásticas provocações de celulóide os mais longínquos centros do mundo. Cidades do futuro, cidades do passado ou cidades contemporâneas, construídas por cineastas, encerram intensas experiências de viver para multidões de espectadores, que vêem assim balizadas as suas noções de urbanidade e de "civilidade" (palavra cuja raiz, *civis* – em latim cidadão – é a mesma de cidade).

Se, antes do cinema, sentir-se um cidadão do mundo, um cosmopolita, era um ato do espírito partilhado especialmente por pessoas ilustradas, estava dada agora uma base concreta de experiência para um sentimento análogo, só que em versão massiva, de um maior alcance social. Além de substrato de um cosmopolitismo mais sensível na sociedade, o cinema vem redimensionar nela a noção contemporânea de cidadania.

No entanto, se desde o início do século XX os cinemas dos centros urbanos dedicaram-se, quase que exclusivamente, à apresentação de filmes americanos, é a partir dos anos 20 que o cinema americano insere-se na sociedade brasileira como um referencial cultural determinante. Um investimento maciço na moda, nos costumes, é viabilizado pelo cinema em sincronia com a publicidade de massa, instâncias que fortemente irão influenciar na formação da sensibilidade urbana das populações. A ampliação do público espectador e da influência do cinema e da propaganda em suas vidas conjuga-se aquela estabelecida pelas outras formas de expressão cultural, como o rádio e as revistas.

Citando um observador europeu, Gilberto Freyre descreve a urbe paulista como "centro de americanização – não de ianquização ou norte-americanização, note-se bem, mas de pura americanização – da vida brasileira, no sentido de ser a área do País onde maior se apresenta a natural predominância psicológica da esperança no futuro sobre a tradição de um breve passado(...)". A

concentração industrial ao lado da imigratória – inclusive a imigração de brasileiros do Norte, atraídos por uma São Paulo messiânica –, definiria em traços decisivos essa predominância, cada dia maior em São Paulo, da "esperança no futuro" sobre a "tradição de um breve passado". Mas, assevera Freyre, tal esperança não implica "repúdio completo à tradição regional como 'vitalidade' já ordenada por um espírito de nítida civilidade"[2].

Por outro lado, a copiosa correspondência endereçada ao cronista-poeta Guilherme de Almeida, tratada em secção especial diariamente da coluna "Cinematógraphos" do jornal *O Estado de São Paulo,* a partir de certo momento funciona como verdadeiro termômetro das demandas culturais e da receptividade com que a população paulistana consome a produção cinematográfica oriunda, já nesse momento, predominantemente de Hollywood, além de fornecer farto material concernente aos novos costumes inaugurados pelo hábito de comparecer às salas de cinema para mergulhar no mundo imagético-onírico da "cena muda".

A crônica cinematográfica de Guilherme de Almeida apresenta-nos uma reflexão extremamente lúcida acerca da modernidade contraditória da cidade de São Paulo, de modo tal que o poeta defende, intransigentemente, o cinema enquanto veículo civilizador por excelência dos hábitos e costumes paulistanos.

A concepção modernista de Guilherme de Almeida insere o cinema, arte da cena em movimento, no centro de um projeto estético artístico que, mais consentâneo com as mudanças que a nova sociedade industrial provocara no ritmo de vida cotidiana da cidade de São Paulo, privilegia a velocidade, a ação, a juventude e a puerilidade, a esportividade, a aventura, o bom-humor e o divertimento, enfim, o "novo" em contraposição àquilo que se afigura genericamente "velho", estático, moroso, triste, reflexivo e, acima de tudo, intelectualizado[3].

A função estética modernista que Guilherme de Almeida atribui ao cinema também contempla certa veneração declarada e tipicamente futurista ao maquinismo e uma certa euforia com

relação ao progresso material visível no processo de urbanização tumultuária da metrópole paulista, o qual já enceta a aparecer como ambientação fotográfica de certos filmes.

> É fatal. Hoje, por exemplo, vinte e cinco anos depois de lançado o pensamento herético de Papinini, já não há quem ponha em dúvida a beleza da máquina(...). Quem ainda constituir uma cômica exceção, quem duvidar disto (e, portanto, descrer também do cinema), deve ir ao Sant'Ana e ao Royal ver 'O Homem de Aço' (...) O filme merece ser visto pelo que há de moderna beleza nos cenários mecânicos. Há nesse filme tudo que pode haver de belo na brutal magnificência de uma enorme usina de aço. Com cenários reais, onde a vida moderna, útil e prática é ritmada pelo bravejar poderoso das escavadoras, pelo disparo reto das carretas, pelo gesto lento dos guindastes, pela voracidade rubra dos altofornos, pela cadência pesada dos martelos-pilões; com essa paisagem brusca, simétrica e matemática vida de trabalho, acomoda-se, harmoniza-se um romance impetuoso(...). Se uma pessoa desse século mecânico e desta cidade industrial não conseguir compreender e não puder sentir a beleza brutal de 'O Homem de Aço', deve, imediatamente trocar o seu telefone, a sua máquina de escrever, a sua vitrola e o seu automóvel por uma cama-de-gato, uma caixa de música e um tílburi.[4]

O predomínio de uma São Paulo humana sobre a física nos filmes do ciclo regional paulista, parece ceder, anos adentro, atenção maior, aqui e ali, para a cidade que se construía freneticamente, vivia um intenso processo de remodelação urbana, aburguesamento, e a instituição de uma "nova ordem urbana" segundo padrões funcionais e estéticos internacionais.

Faz parte deste movimento de resgatar os símbolos do crescimento e dos melhoramentos materiais da cidade de São Paulo e do estado, a orientação dos cinejornais conduzida com o espírito de cavação. Não simplesmente o desenvolvimento da lucrativa modalidade da propaganda travestida em notícia que, entre outras soluções, acompanhava através da câmera cinematográfica, pelas ruas do centro, o movimento da burguesia, dos grupos recém chegados à distinção social, dos setores médios emergentes, desfrutando dos benefícios da reurbanização de São Paulo, usufruindo

do seu melhoramento material, de toda rede de produção e reprodução cultural, desde os luxuosos magazines, os agradáveis cafés e confeitarias do centro às óperas e peças teatrais de companhias estrangeiras, cinemas, tudo, enfim, que expressasse uma rotina de hábitos elegantes e a europeização dos costumes para uma sociedade ansiosa por civilizar-se e sedenta de modelos de prestígio. Mas principalmente um faro publicista incensador que sabia ter nas autoridades locais a clientela mais promissora[5].

Deve ter sido merecedor de inveja entre os "cavadores", o trunfo conseguido por Gilberto Rossi ao obter apoio do então governador do estado de São Paulo, Washington Luis, que veio a garantir a regularidade e o vigor incomparáveis do *Rossi Actualidades* (1921-1933). O *Rossi Actualidades* nº 1 é projetado no programa de inauguração do importante Cine República em 1921, com cenas das "nossas estradas de rodagem" e aparição do governador em solenidades locais, além dos habituais panoramas de "nossas belezas naturais", com vistas do litoral. Foi também a Rossi Film quem recebeu da prefeitura a encomenda de uma série de filmes documentando as suas obras entre 1926 e 1929, emblema da pujança e dinamismo da urbanização de São Paulo, que podem hoje ser vistos reunidos sob o título *Administração Pires do Rio,* mas que foram certamente exibidos em partes, como cinejornal. Este filme, provavelmente, acompanhado por engenheiros, possui traços narrativos diferenciados, demorando-se em planos descritivos dos processos técnicos de construção, caracterizando um olhar interessado nas proezas da engenharia na representação ordenada. Nisto não destoa, por exemplo, dos intermináveis e menos criativos planos de máquinas funcionando que podemos ver em *Sociedade Anonyma Fabrica Votorantim* ou dos trabalhos de construção dos monumentos do Ipiranga (1922), ambos da Independência Film de Armando Pamplona[6].

Nada melhor, para nos introduzir ao espírito de celebração do progresso material na representação do espaço urbano de São Paulo, de alguns segmentos da intelectualidade paulista, nos anos

vinte, a acolhida que teve o filme *São Paulo, uma sinfonia da metrópole* de Kemeny e Lustig e a análise do artigo esfusiante com o dinamismo vertiginoso da "cosmópolis", que lhe dedicou o crítico de *O Estado de São Paulo*, Guilherme de Almeida, quando do seu lançamento em circuito[7].

> Anteontem à noite, na grande sala do Paramount – enquanto pela tela passava o primeiro *film* nacional que conseguiu não nos envergonhar, e pelo contrário, envaidecer-nos – estive imaginando que aquele teatro não estivesse em São Paulo, mas em qualquer grande capital estrangeira, e que aquela gente que o enchia não fosse brasileira, mas de qualquer outra importante nacionalidade(...). E, imaginando isso, fui me dizendo com sinceridade e convicção: – Que esplêndida propaganda para nós!

Em *Sinfonia da metrópole*, há uma outra verticalidade presente, cujo caráter resulta de dados formais na composição do quadro, em planos das mais variadas temáticas, quase que independentemente do dado de realidade, se pensarmos na ainda pouco verticalizada paisagem paulistana. Talvez com isso possamos supor uma aspiração à verticalidade no espaço urbano, dando-se importância a todos os seus indícios mais que a observância empírica do espaço físico da cidade[8]. Kemeny filmou um plano dos edifícios do centro, próximo ao Prédio Martinelli, no cruzamento da rua São Bento com a São João, e que não foi colocado na *Sinfonia* mas foi usado em *São Paulo em 24 horas* (1933), um curta-metragem sonoro que condensava o longa. Este plano sobe e desce de uma maneira eufórica, quase frenética pelas fachadas dos edifícios postados ao redor da câmera. É um plano bastante sintomático deste anseio de verticalidade. Sentimos no espaço paulistano algo frontal e solene. A verticalidade assim disposta caracteriza a visualidade do espaço monumental, que dispõe suas linhas para serem observadas com maior rigor, implicando numa atitude cerimoniosa[11].

São Paulo, uma sinfonia da metrópole também pode ser caracterizado como documentário convencional. No começo ele tem, como vimos, um estilo que se aproxima da montagem "sin-

fônica". Mas depois ele vai caindo num ritmo de documentário convencional, com planos mais longos e o mesmo procedimento banal do gênero, sendo provavelmente nessa parte que os cineastas mais aproveitam o material filmado profissionalmente nas "cavações". Nas seqüências institucionais fica mais clara a noção de progresso que o filme tem, que não é composto de contradições, não é determinado a partir de nenhum tipo de jogo ou conflito. Em *São Paulo*, a penitenciária é mostrada oferecendo uma vida social sadia e dando chances ao preso. Ele é visto fazendo exercícios, ginástica em conjunto, aprendendo ofícios, tendo aulas, tudo dentro de uma filosofia que realmente o recuperaria. A Escola é mostrada como entidade exemplar que educa para a vida urbana. Com toda essa ideologia das instituições elas aparecem sem nenhum deslocamento, sem nenhum tipo de contraponto.

Existe um movimento no interior de cada uma dessas seqüências "exemplares" a respeito das instituições, que pretende colocar de modo inequívoco que o movimento social da cidade é o movimento da produtividade, do trabalho. A São Paulo que dominava o filme de Kemeny era uma cidade dinâmica, com as ruas formigando de trânsito. A sociedade é posta a produzir – tanto na dinâmica vertiginosa como na dinâmica exemplar das seqüências mais longas, e aí o filme assume uma função educativa e propagandística de demonstrar que a maneira pela qual a cidade produz e a maneira pela qual a cidade vive são uma mesma coisa, se identificam absolutamente; a ordem que condiciona o trabalho é a dinâmica da metrópole. E assim, a vida urbana se reduz no filme a este quadro de trabalho e ordem.

Em *São Paulo* simplesmente não há vida noturna que mereça um plano sequer. Há só uma filmografia do Anhangabaú à noite, no fim do filme, com fachos luminosos e aeronaves em animação, lembrando alguns efeitos de *Metrópolis*. A vida social tem um sentido de compulsão ao trabalho. A finalidade dessa vida civilizada é a produção, o progresso. Temos aí um lição de moral que corresponde a tantos discursos políticos moralistas, escritos

ou falados *ad nauseam* a respeito da cidade. Vimos que Guilherme de Almeida escreveu a propósito que o filme era um excelente substituto destas discurseiras de autoridades, vendo aliás nisto um mérito auspicioso. Coloca a "modernização" acima de qualquer discussão objetiva do que de fato estaria sendo dito pelo novo discurso, para o qual chega a utilizar as adjetivações de "inteligente e verdadeiro".

Também o filme de Ruttman acaba expondo as grandezas de Berlim, mesmo não se propondo ao caráter publicístico que orientou a *Sinfonia* paulista.

Se não localizamos ambigüidade, ou muita margem para movimentos contraditórios no interior do filme, talvez pudéssemos achar outros filmes que pudessem ser contrapostos a estes como visão de São Paulo. Mas não: os outros documentários que podemos encontrar no período, antes complementam e reforçam esta ótica da *Sinfonia,* do que propriamente provocam contrastes, expõem discrepâncias ou deslocamentos de perspectiva que construam outra visão. Vejamos o que ocorre no campo do filme ficcional.

Trens, bondes e ônibus eram, em realidade, os fatores determinantes do desenho da cidade àquela altura, referido pelos estudiosos com o formato de uma grande mão, ou de uma aranha. Os vazios entre os prolongamentos ocupados do solo urbano, mantidos por mecanismos de especulação imobiliária, ajudam a explicar o fato de não terem Kemey e Lustig nos honrado com planos aéreos da capital, nada difíceis tecnicamente para eles. E nos dão uma indicação do drible que os cinegrafistas paulistanos de uma forma geral deviam dar naqueles terrenos baldios e aspectos mais bucólicos imediatamente adjuntos aos setores mais soberbamente edificados daquela São Paulo. A natureza é banida da São Paulo cinematográfica no que toca à presença cênica da vegetação, só disponível na disciplina de jardins bem tratados – critério extensivo a quintais, chácaras e sedes de fazenda.

As periferias paulistanas são mostradas em obras, necessariamente; como um eco do lema de Washington Luís – "governar é

abrir estradas" – a *Sinfonia* num raro momento desurbanizado exibe rodovias. O domínio da natureza é impecavelmente ostentado, até na farta exibição de mostradores de relógios públicos, e diversos privados sendo acertados por seus donos, indicando um paulistano mais cioso que o berlinense no controle do ciclo diário do sol. A natureza é perfeitamente civilizada ou mitificada quando se isola, por exemplo, na reprodução da cena da Proclamação da Independência, calcada no célebre quadro *Grito de Ipiranga*[10].

A figura humana evocativa de um contato mais estreito com a natureza, que seria o caipira, é banida da paisagem urbana e só aparece na silhueta de um camponês que contempla da seara um pôr-do-sol estilizado sobre a cidade. Há pouca concessão às forças semi-arcaicas de vida urbana: comadres conversando na janela depois de uma rápida seqüência da feira-livre, e um ou dois protagonistas dos "ruídos da rua", como o paneleiro ou o afiador de faca, não se pode dizer que fossem então ocorrências rareadas[11].

A mesma severidade rígida que doma a natureza nas representações paulistanas apagando os seus traços mais revoltos, pela seletividade empregada pelos cinegrafistas e cineastas, opera também no âmbito da vida popular da cidade. Praticamente só há imagens de cortiços e malocas[12] em documentários dos anos 40. E a pulsação da gente humilde ou do operário é filmada com um cuidado emudecedor. Nisto opõe-se *Somente as horas* e tantos outros filmes-da-metrópole que se possam recordar. Imagens de miséria, da violência urbana, dos movimentos sociais e da mais banal agressividade da vida nervosa da cidade grande sucumbem numa ótica de positividades que só quer enxergar o progresso numa ordem do "trabalho".

Um dos aspectos que salientamos da expressão enérgica dessa "ordem" consiste no vincar vertical estabelecido na representação visual da cena urbana. Achamos que do diálogo de formas preferenciais com que se degladiam os cinegrafistas na composição da São Paulo ficcional resulta o uso enfático de um elenco de vibrações privilegiando dados de verticalidade[13]. Supusemos que

tal sintaxe da verticalidade era posta a serviço dos conteúdos de uma severidade cívica em curso na cultura urbana vivida sobretudo em círculos próximos às esferas oficiais. Os vincos verticais enquanto esgar da paisagem citadina remeteriam deste modo à evocação da lei que deve ordená-la, à semelhança do que pretende a espada em riste do brasão paulista, adotado naqueles dias estremecidos da Revolução Constitucionalista da 1932[14]. A esse respeito, proclama Martins Fontes em versos que "ser paulista em brasão e em pergaminho é ser traído e pelejar sozinho, é ser vencido mas cair de pé (...)[15].

No período entre-guerras em civismo paulista, inflamado pelas convulsões sociais que puseram em cheque as suas formas de liderança no cenário nacional, parece deste modo mais próximo da ótica apresentada pelos filmes do que por exemplo o refinamento da literatura modernista. Faz talvez mais sentido aproximar a produção fílmica justamente da "discurseira" inútil dos políticos a que aludia Guilherme de Almeida, do que à produção "culta" que já nos habituamos a utilizar como prisma para enxergar a paulicéia dos loucos anos 20. As atas das sessões públicas dos mandatários e os "sermões encomendados" das cerimônias oficiais, um documento subscrito pelo empresariado ou o Plano de Avenidas de Prestes Maia, na interpretação daquela São Paulo cinematográfica, talvez rendesse paralelos mais profícuos que, digamos, um cotejamento com as *Novelas paulistanas* de Alcântara Machado, escritas de 1924 a 1930.

O modernista Antônio de Alcântara Machado, num artigo de jornal em que deplora e caçoa da paisagem paulistana instilando depurada ironia e desabrido sarcasmo para com os seus executores, aponta a

> preocupação das linhas retas, dos ângulos retos, das ruas bem direitinhas, das praças quadradas. Nem uma linha curva amenizando um pouco a monotonia do xadrez urbano. Nada de avenidas circulares. Não. Tudo tem que ser posto em esquadria. Do contrário fica feio.

> Não se traça a cidade obedecendo à configuração natural de seus terrenos. Esta é que se tem de adaptar ao traçado daquela. Para conseguir isso desmanda-se a paisagem, escangalha-se com o pitoresco. Não faz mal. Quanto mais arranjadinho melhor.
>
> E é preciso que tudo pareça bem novo e bem limpo. O pórtico do cemitério da Consolação por exemplo não consegue envelhecer sossegado. Quando a pedra começa a ficar assim meio acinzentada os homenzinhos da Prefeitura aparecem e põem de novo bem branquinha para os estrangeiros não pensarem que a governança da cidade é relaxada.
>
> Com as árvores acontece a mesma coisa. Mal principiam a criar copa sofrem uma poda de mestre. Tudo quanto é ramo folhado, vem abaixo. Ficam nuazinhas. E de coco raspado. Passam de árvores a cabides (...) E assim por diante.
>
> É por isso que nesta época de ciclones a gente fica assim com vontade de encomendar um para São Paulo também.[16]

O artigo é de 1926. Observe-se a diferença entre a visão de Alcântara Machado e a de Menotti del Picchia, escrita poucos anos depois:

> Onde se levantavam as tabas de Caiubi e de João Ramalho, o reducto dos arranha-céus rimava, entre as paralelas das ruas, o bizarro poema de cimento armado das grandes metrópoles modernas[21].

Paulo Emílio, numa conferência em São Paulo, descreve a seqüência final de *Cousas nossas* (1931) de Wallace Downey, fotografado por Lustig e Kemeny, um musical que se perdeu, produzido pelo cavador americano que queria reeditar em São Paulo o sucesso recente do gênero em seu país. Depois de uma sucessão de números aproveitando êxitos do rádio, os cinegrafistas também dão o seu *show* num

> epílogo em estilo de *grand finale* cinematográfico mostrando a grandeza e o dinamismo de São Paulo. As imagens dos edifícios maiores que existiam na época eram sobrepostas umas às outras a fim de dar a impressão de arranha-céus novaiorquinos. E a montagem rápida de cenas com transeuntes e automóveis – que eram projetadas aliás em ritmo acelerado – procuravam sugerir um trânsito informal(...) Em suma, na São Paulo ainda pacata do início da década de 30, essa conclusão de *Cousas nossas* é um bom exemplo da aspiração paulista por isso que está aí.[18]

Precisamos ter em mente as diferenças de identidade cultural entre as várias São Paulo imaginadas. Há aqui um ambiente de aspiração cosmopolita em geral e, em particular, uma busca de espelhamento nas metrópoles americanas e européias. Um anseio que, ao expressar-se, muitas vezes não consegue esconder seu profundo traço provinciano. E um provincianismo algo estreito, moralista, sem ambigüidade na linguagem.

Notas

[1] Veja-se a respeito ZEVI, Bruno,"Architettura per il cinema e cinema per l"architettura". In *Bianco e Nero.* ano XI, nºs 8/9, 1950. ARGAN, G.C. *Storia dell'arte como storia della città.* Roma, 1984, especialmente p. 248.

[2] Também Gilberto Freyre aponta concomitâncias culturais autóctones enriquecidas em face de valores cosmopolitas em São Paulo. Cf. "Prefácio 13". In BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo.* vol. I, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1954, p. XVII

[3] *O Estado de S. Paulo* 09/08/1927.

[4] *O Estado de São Paulo* 23/07/1927.

[5] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão.* Tensões sociais e criação cultural na Primeira Republica. São Paulo, Brasileira, 1983, pp. 25-68.

[6] Sobre o mercado cinematográfico no período, ver GALVÃO, Maria Rita. *Crônica do cinema paulistano.* São Paulo: 1975. Machado, Rubens." O cinema paulistano e os ciclos regionais sul-sudeste" . In RAMOS, Fernão (org.). *História do cinema brasileiro.* São Paulo, Perspectiva , 1987, p. 106-7.

[7] *O Estado de São Paulo,* 08/09/1929, pp. 3-4.

[8] Ver descrição de BERNARDET, Jean Claude. *São Paulo, uma sinfonia da metrópole.* Datilografado, Cinemateca Brasileira, p. 32.

[9] *Idem,* p. 34.

[10] MACHADO, Rubens. *São Paulo em movimentp. A representação cinematográfica da metrópole nos anos 20.* Dissertação de Mestrado, São Paulo, ECA-USP, 1989, p. 01.

[11] PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914).* São Paulo, EDUSP/ FAPESP, 1984.

[12] Sobre bairros populares, cf. BRUNO, E. S. *História e tradições da cidade de São Paulo,* p. 132.

[13] Gilberto Freire fala em "formas arquitetônicas verticalmente urbanas, com os *skycrapers* masculinóides novaiorquinos", e discutindo o nomadismo do bandeirante paulista glorificado, posteriormente por oligarquias fixadas sedentariamente, adota para estes últimos a expressão "verticalidade" complementária à dinâmica "horizontal" dos primeiros. Cf. "Modos de homem e modos de mulher". pp. 159-160; 176.

[14] Jorge Americano confunde os escudos paulista e paulistano. *São Paulo nesse tempo (1915-1930)*. São Paulo, 1962, p. 277. Ver AMARAL, Antônio B. do. *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo, 1980, pp. 88-89.

[15] Cf. *Sonetos de Martins Fontes*. São Paulo, 1987, p. 70

[16] "Estética Suburbana". In *Jornal do Comércio*. São Paulo, 15/09/1926. Publicado em MACHADO, A. *Obras*. Rio de Janeiro, vol. 01, 1983, pp. 169-174.

[17] *O Despertar de São Paulo*. Rio, 1933, pp. 198-9. Para uma visão de conjunto da cidade de São Paulo vista pelos modernistas, consultar Fabris, Annateresa: "O Ecletismo à luz do modernismo". In *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo, 1987, pp. 280-296.

[18] Ver GOMES, P.E.S. "O cinema brasileiro na década de 30". In CASTILHO, A. e PRETI, D. (org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1986, p. 102.

Do entrudo às escolas de samba: a ocupação do espaço das ruas pelo carnaval carioca

Myrian Sepúlveda dos Santos
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Orgia e Fraternidade

O carnaval é uma festividade que tem se mantido no Rio de Janeiro a despeito de toda série de dificuldades: ele persistiu em tempos de epidemias que devastaram a cidade, como foi no caso da gripe espanhola dos idos de 20, ou mesmo em anos extremamente conturbados, quando muitos dos habitantes da cidade deixaram o país por ocasião das guerras mundiais. Em que pesem as diferenças – do período colonial até os dias de hoje, diversos setores da população carioca fizeram do carnaval múltiplas festas com significados sem fim – a folia carnavalesca é uma marca na vida da cidade.

O carnaval carioca, no entanto, longe de ser uma manifestação única, é múltiplo e variado. Nas páginas que seguem procuro tecer alguns comentários sobre os diferentes usos das ruas feitos por diferentes grupos carnavalescos. Analiso, particularmente, as brincadeiras do entrudo que ocupavam indistintamente as ruas da cidade, no período colonial, os desfiles das grandes sociedades e ranchos, ocorridas na Avenida Central, em meados do século XIX e, as escolas de samba, que surgem na Praça Onze na década de 30. Evidentemente que o carnaval carioca representa muito mais do que estes grupos e estes momentos históricos, e, se resgato

aqui estas formas de brincar o carnaval, isto se deve ao propósito de refletir sobre a concepções de público e privado que ocorrem nas ocupações das ruas por estes grupos carnavalescos. Estas reflexões são resultado de um trabalho de pesquisa sobre memória, identidade e política nas escolas de samba do Rio de Janeiro, que venho coordenando na UERJ desde 1994. Nesta pesquisa, partimos não só de uma série de entrevistas com participantes do carnaval como de pesquisas em documentos e arquivos[1].

Proponho considerar o carnaval como uma expressão particular de nossa cultura, na qual podemos encontrar as principais tensões presentes na sociedade[2]. Manifestações carnavalescas tanto perpetuam controles estabelecidos por estruturas dominantes quanto são possuidoras de uma linguagem própria, potencialmente transformadora. Formas de sociabilidade e relações de poder já estabelecidas cristalizam-se nas convenções compartilhadas pelos grupos carnavalescos, da mesma forma que novas formas de sociabilidade são geradas e propagam pressupostos comunicativos e de sentimento que, de uma forma ou de outra, são capazes de contribuir para a renovação de sistema estruturados vigentes.

Se a linguagem carnavalesca pode apontar para uma maior liberdade sobre a definição dos direitos universais de comunicação e expressão, a maior ou menor autonomia destes pressupostos não pode ser vista como um dado fixo em nossa história. Enquanto algumas das associações carnavalescas mantiveram, como mantêm até hoje, relações diretas e compromissos diversos com as esferas econômicas e decisórias de poder, outras têm se mantido mais independentes, contando com maiores chances de gerar formas de opinião alternativas capazes de influenciar os processos e sistemas estruturados. Além disso, as festas carnavalescas permitem a possibilidade de encontro entre pessoas diversas em um espaço comum, muitas vezes possibilitando a organização de grêmios e associações, os quais, por sua vez, mantêm formas de opinião alternativas capazes de influenciar sistemas vigentes, sejam eles políticos, econômicos ou sócio-culturais.

É, portanto, no sentido de compreender os diferentes tipos de práticas carnavalescas ao longo da história, seus pressupostos comunicativos e dialógicos, e sua relação com espaços públicos, que ora me volto para as festas do entrudo, ranchos e grandes sociedades e escolas de samba.

A LINGUAGEM COMUM DA ÁGUA E DAS MÁSCARAS DE CERA DO ENTRUDO

O entrudo foi a forma como os brasileiros brincaram o carnaval desde o século XVI até o início deste século. Foi uma prática popular herdada dos costumes portugueses e também presente sob formas similares entre as colonizações espanholas da América Latina. Consistia basicamente de brincadeiras em que pessoas de todas as idades e segmentos sociais jogavam água umas nas outras durante os três dias de carnaval. A festa envolvia a todos. O imperador mandava cartel de desafio a várias famílias de nobres, moças de família iam para as janelas à procura de seus amados e também os escravos se divertiam à larga[3]. Em suma, família imperial, senhores ou escravos, todos brincavam o entrudo, e o faziam no mesmo local comum: as ruas da cidade Rio de Janeiro.

A água molhava indistintamente a todos, descaracterizando vestimentas, atitudes e gestos. Ria-se do outro, que de uma hora para a outra perdia sua "fachada" frente aos demais. Nas ruas do Rio, os baldes d'água tinham o poder de lavar todos os transeuntes, igualando-os e descaracterizando a hierarquia social tão bem estruturada na capital do País. O entrudo foi também o carnaval dos mascarados, que escondiam seus rostos com cera ou papelão fino. Brincava-se com a natureza bestial dos homens, deformidades físicas, velhice, infância e principalmente com a religiosidade. Foliões tornavam-se irreconhecíveis com caras de animais, saias e peitos gigantes, piratas sem pernas e com a mais popular das fantasias, a do diabo, composta por capuz, chifre, rabo e uma roupa vermelha, justa no corpo. As máscaras e fantasias permitiam que os temores dos homens daquela época, fossem eles o imperador, o senhor ou o escravo, aparecessem de forma inofensiva.

Ria-se do satanás, do corpo deformado, da pobreza. Ria-se com uma gargalhada solta que tinha a capacidade de redimir o grotesco da realidade. Aquele era um mundo em que se podia escolher ser o "sujo", coberto de trapos dos pés às cabeças, ou o príncipe, vestido de veludo e cetim. O cômico que existe no folião cristaliza o que tem movimento e vida, libertando dessa forma, ainda que de forma éterea e inconseqüente, o conteúdo de sua forma.

Ainda que o entrudo tivesse uma linguagem reconhecida por todos, isto não significava que ele fosse constituído de práticas homogêneas. A desordem do entrudo tinha diversas ordens. Ria-se muito, mas de diferentes formas. Mas a desordem contém sempre potencialmente o poder de se confrontar com a ordem. Enquanto uns fabricavam laranjinhas e limõezinhos de cera com águas perfumadas, outros entravam na brincadeira jogando água suja nos transeuntes de grandes baldes e banheiras de pau. Utilizavam-se não só groselhas e tintas, mas caldos gordurosos, lamas e águas sujas. Polvilho, vermelhão e cal muitas vezes completavam a brincadeira. Enfim, era possível ao folião tanto acariciar o peito da amada com uma laranjinha, quanto jogar um balde de urina no transeunte da esquina. O mesmo podemos dizer das máscaras e fantasias, que podiam ser confeccionadas tanto de saco de aniagem, quanto de tecidos luxuosos, atendendo a demandas diversas. Além disso, há diversos registros policiais de proibições ao entrudo, desde 1604[4]. Em 1689, registros policiais mostram a repressão a mascarados e encapuzados que teriam aparecido associados a crimes e assassinatos.

Inicialmente, as medidas repressivas não se dirigiam ao entrudo como um todo, mas às suas manifestações mais violentas. Em 1838, a repressão ainda era seletiva. Havia códigos de posturas que aplicavam multas aos participantes do entrudo que variavam de quatro a doze mil contos de réis para aqueles de posse, de dois a oito dias de prisão para os que não pudessem pagar e de oito dias a cem açoites para os escravos. De uma maneira geral, estas e outras restrições ao entrudo foram ignoradas até meados do século

XIX. O entrudo começou a ser colocado seriamente em questão a partir da década de 70, quando novos hábitos e costumes reordenaram o carnaval carioca. No início do século, jornalistas já descreviam o entrudo como um conjunto de práticas bárbaras, porcas e sujas.

Os estrangeiros, que não compartilhavam os códigos e julgamentos presentes na sociedade carioca, freqüentemente percebiam a guerra de bolas de cera como uma selvageria, uma agressão sem motivos, uma brincadeira fora de lugar. As reclamações dos estrangeiros chamam a atenção para o fato de que não havia convites para a festa: todos os transeuntes da cidade eram participantes independentemente de suas vontades. A irreverência do carnaval quebrava de várias formas coerções sociais generalizadas, mas sem desfazer, no entanto, os lugares específicos que cada folião ocupava no mundo não carnavalesco. Em um palco comum, aqueles que não estavam satisfeitos com seu lugar específico na ordem não carnavalesca encontravam um espaço ímpar para demonstrar sua agressividade. Não podemos estranhar, portanto, que o novo modelo de civilização, cultuado pelas autoridades e consolidado com obras e políticas urbanas de modernização, nas primeiras décadas do século, tenha reprimido violentamente o entrudo, não só através da crítica a sua "barbárie", mas principalmente através da segmentação da festa carnavalesca no espaço da cidade.

Avenida Central e Praça Onze: dois carnavais

Foi somente no final do século XIX que a reação das autoridades governamentais às práticas do entrudo intensificaram-se. Em 1875, um edital do governo reiterava proibições anteriores de forma mais radical. Neste mesmo ano, proibiu-se o uso de máscaras, das dez horas da noite às quatro horas da manhã. Em 1889, a repressão aumentava e fazia-se cumprir o Edital de 75. A partir de 1904, o prefeito Pereira Passos solicitou às instituições de ensino sua participação no controle do hábito do entrudo. Data aproximadamente deste último quartel do século, período em que restrições legais e policiais

mais intensas ao entrudo vigoraram, o surgimento no Rio de novas manifestações carnavalescas.

Na virada do século, apesar de a cidade do Rio de Janeiro concentrar as atividades portuárias de exportação e importação e ser o centro comercial, financeiro, industrial e político do país, ela era ainda uma cidade de ruelas estreitas, manguezais, cortiços e mazelas tropicais. Houve, portanto, por parte das autoridades um grande empenho em transformar a cidade em um centro urbano moderno, seguindo o modelo europeu de reformas. Durante o governo do prefeito Pereira Passos, metade do orçamento da União foi gasto na cidade por meio de políticas públicas voltadas para o remodelamento do plano físico da cidade; controle da população através diversos códigos de posturas e erradicação de epidemias. Datam desta época várias obras como a abertura da Avenida Central, atual Rio Branco, que passou a unir as partes norte e sul do centro comercial e financeiro do país; melhoria de acesso à zona sul com a construção da Avenida Beira-Mar, que apontava o escoamento das moradias das classes mais próspera, e a reforma do acesso à zona norte, com os múltiplos caminhos que levariam à rápida povoação dos subúrbios cariocas[5]. Estas obras configuraram o início da divisão social urbana com a qual o Rio convive até nossos dias.

Nestas reformas, as construções coloniais do centro da cidade, na sua maioria habitações da população de baixa renda do Rio de Janeiro, foram derrubadas. Era o "bota abaixo" dos cortiços e antigos casarios divididos em pequenas moradias, em que parte da população pobre, em sua maioria negra, que habitava o centro da cidade era empurrada para seus arredores, morros e periferias. Os moradores do bairro da Saúde, concentração de negros baianos próxima ao porto da cidade, e de demais localizações para onde foram afastados os antigos moradores do centro do Rio, como Campo de Santana e Cidade Nova, passaram a convergir para a praça Onze de Junho, que se tornara aos poucos seu ponto de encontro natural. Muitos arrumaram empregos, profissionaliza-

ram-se e elaboraram músicas orquestradas nas salas de diversões, bares, gafieiras, teatros e clubes dançantes das redondezas do Mangue. Eram estes malandros e subempregados que faziam a vida boêmia e noturna da cidade, que crescia em paralelo à vida urbana e ao moralismo apregoado pelas famílias tradicionais da época. Seguindo a estrada de ferro, o subúrbio crescia e locais como Madureira, Oswaldo Cruz, Cascadura, Vaz Lobo e Irajá eram aos poucos ocupados pela população de baixa renda, que lá construía sua "roça", com seus terreiros, jongos e batucadas.

Os investimentos, leis e obras da cidade destinaram-se prioritariamente aos setores mais privilegiados da população em detrimento de um grande contingente de homens e mulheres pobres que foram seguidamente empurrados para fora do centro "civilizado". Neste processo de modernização da cidade manifestações populares de toda ordem eram reprimidas: do candomblé às festas populares da Penha. Uma política de incentivo à imigração de trabalhadores europeus dificultava ainda mais aos negros libertos acesso ao trabalho assalariado. Além de todas as medidas de repressão, os negros lidavam com forte preconceito racial, com a valorização do trabalho regular e com uma nova ética baseada na competitividade de que muitas vezes não davam conta.

Na década de 20, a prefeitura, a imprensa e o comércio do Rio de Janeiro apoiaram as atividades carnavalescas que tinham lugar na nova Avenida Central, referencial da cidade regenerada. Havia o desfile de carros abertos chamado corso, os desfiles dos Ranchos e Grandes Sociedades e os cordões. Fora das ruas, havia os bailes de máscaras, que ocorreram inicialmente nos teatros da época e mais tarde nos clubes dançantes. Incentivava-se o carnaval que seguia os padrões da Belle Époque e proibia-se definitivamente o entrudo e as manifestações populares. Os zé-pereiras, manifestações lideradas por imigrantes portugueses, que causavam um barulho ensurdecedor com seus tambores gigantes, nas ruas do centro da cidade, também foram criticados por suas exibições grotescas e acabaram por desaparecer.

Em 1855, o Congresso das Sumidades Carnavalescas agrupou alguns sócios para promover uma passeata à fantasia por diferentes ruas da cidade. Estas primeiras agremiações caracterizaram-se pelo riqueza e luxo das fantasias, mas principalmente pelo caráter privado do grupo. O dinheiro fazia-se presente e distinguia seus participantes. Mas foi no início da década de 70 que letrados, poetas, romancistas e os principais jornalistas da época deram continuidade e novo vigor a estes desfiles de grupos seletos de pessoas, formando as grandes sociedades. Os ranchos surgiram logo a seguir[6]. O carnaval do corso, das grandes sociedades e dos ranchos operava uma mudança radical em relação às folias anteriores, pois não representava mais um espaço aberto a todos os habitantes da cidade e nem sustentava uma linguagem única para o riso. Percebe-se também o início do patrocínio mais sistemático destes foliões pela imprensa e comércio.

A atuação das Grandes Sociedades Tenentes do Diabo, Democráticos e Fenianos não se restringia aos dias de carnaval, voltando-se para os movimentos sociais da época. Elas foram palco do discurso de abolicionistas e republicanos, sendo responsáveis inclusive pela libertação direta de vários escravos. O carnaval organizado pelos clubes apropriava-se do espaço das ruas de forma diferenciada. Não eram todos os habitantes da cidade os membros desta festa, como não eram todas as ruas seu palco. Os "clubes" funcionavam o ano inteiro; cobravam jóias e mensalidades não acessíveis a toda a população e tinham perfis determinados. Num espaço previamente delimitado, o discurso político radicalizava-se. O palco escolhido, evidentemente, era o mais nobre: Avenida Central.

Desfilavam também na Avenida Central os ranchos carnavalescos, que consistiam de cortejos constituídos, em sua grande maioria, de negros baianos que haviam migrado para o Rio de Janeiro por ocasião da crise do café no vale do Paraíba de 1860. Traços totêmicos característicos de ternos de reis nordestinos podiam ser observados, por exemplo, nos nomes dos ranchos: Jardineiras, Filhas das Jardineiras, Rosa Branca, Ameno Resedá, Reino

das Magnólias, todos eles nomes de plantas[7]. Os negros que chegavam ao Rio procuravam trabalho livre e ascensão social e, de uma maneira geral, eram bem sucedidos graças a um forte esquema de solidariedade presente entre eles. A zona portuária do Rio acolheu muitos destes migrantes, que passavam a trabalhar no Arsenal da Marinha, Casa da Moeda ou Departamento dos Correios. Procuravam moradia no centro da cidade, mais especificamente, nos bairros vizinhos à zona portuária, como Saúde e Gamboa. O candomblé era capaz de oferecer sentido à existência do grupo. Os terreiros tinham como líderes as tias baianas, que mantinham uma aliança comunitária e preservavam a herança cultural do grupo[8]. Se as festas que aconteciam nas casas eram protegidas da ameaça da rua, os desfiles na Avenida serviam justamente à apresentação deste grupo aos olhares externos; apresentação cuidadosa e ensaiada. Os integrantes dos ranchos mantiveram um carnaval à parte: muitos deles saíam nos blocos dos "sujos", estes sim, grupos carnavalescos informais e satíricos que saíam depois do dia do desfile misturando-se aos demais transeuntes da cidade. Através da disciplina, do luxo apresentado nas fantasias de reis e rainhas e da expressão artística, os ranchos, tais como as sociedades, procuraram marcar a identidade de seus componentes e com ela inserir-se na nova sociedade.

Em suma, as manifestações carnavalescas, ao segmentaram-se no espaço da cidade, fizeram das ruas palcos de grupos sociais específicos e, evidentemente, lugares de exclusão. O carnaval deixou de abrigar a todos e passou a ser uma festa dividida não só entre setores sociais distintos, mas também entre atores e espectadores. Com papéis tão bem delimitados e marcados, os foliões dos ranchos e das grandes sociedades perderam a linguagem comum partilhada por todos no entrudo. As máscaras e fantasias não escondiam mais o folião e seus temores, não significavam mais anonimato; muito pelo contrário, elas eram utilizadas para promover a identidade que se queria propagandear. O carnaval do final do século é o carnaval de pares; ele não iguala, mas diferencia.

Do fundo de quintal à Praça Onze

Da mesma forma que a remodelação do Rio no início do século não resolveu os problemas básicos da cidade, mas apenas os empurrou para fora do centro urbano, também a reorganização do carnaval não eliminou as brincadeiras de populares, consideradas muitas vezes sujas e primitivas. O carnaval desejado e planejado para a Avenida Central durante as primeiras décadas republicanas não eliminou as manifestações populares de toda ordem, que tinham lugar em fundos de quintais, locais proibidos e em provocações com a polícia. As escolas de samba eram chamadas inicialmente pelos jornais da época de escolas de samba do morro. Constituíam-se de habitantes dos morros e de bairros periféricos, em sua maioria negros, que não tinham trabalho ou fonte de renda regular. Os valentes e arruaceiros eram perseguidos pela polícia e tinham direito apenas aos terreiros para formar seus blocos e criarem seus batuques e músicas. Foram estes blocos que deram origem às escolas de samba. Neles havia violência, rivalidades bairristas e o famoso roubo dos estandartes. As famosas baianas eram compostas por homens que escondiam seus canivetes nas saias rodadas. A música era o samba e o carnaval era a época em que estes grupos invadiam as ruas à procura de espaço.

Nos últimos anos da década de 20, as escolas de samba começaram a se organizar patrocinadas por jornais cariocas. A grande imprensa e o comércio tinham interesse em reordenar as atividades carnavalescas. Ao mesmo tempo, o sonho de muitos sambistas concretizava-se no sucesso nos programas de rádio. Zé Espinguela, sambista da Mangueira, começou a promover concursos entre o pessoal do samba em 1929 a partir de palavras e temas propostos por eles para selecionar músicas que poderiam fazer sucesso. A partir de 27 surgiram dezenas de novas emissoras com programações de rádio mais populares, paralelamente ao desenvolvimento tecnológico que permitia a multiplicação de aparelhos de rádio, discos e vitrolas a preços acessíveis[9].

Data também da década de 30 a consolidação de novos padrões de brasilidade e a política populista do governo de Getúlio Vargas. Análises sociais que ignoravam ou tratavam de forma negativa o negro foram substituídas por obras de ampla popularidade, que valorizavam a participação do negro e do mestiço na construção da sociedade brasileira[10]. Pedro Ernesto, interventor de Getúlio no então Distrito Federal, procurou incorporar os novos setores da população à política local, subvencionando, entre outras, as manifestações carnavalescas. Durante seu governo, foi criado o registro policial, a premiação e os regulamentos para os concursos entre as escolas. Entre os primeiros componentes das escolas de samba há um consenso de que Pedro Ernesto foi o grande amigo e patrono das escolas.

Os primeiros desfiles ocorreram na famosa Praça Onze, próxima ao Mangue e à zona do meretrício do Rio de Janeiro, numa manifestação completamente marginal às atividades centrais da Prefeitura. É importante enfatizar que praticamente não havia escolas de samba no início de 30, mas sim blocos carnavalescos que agregavam sambistas. A demarcação entre escolas de samba e blocos era muito confusa no início de 30. O nome "Escola de Samba" só surgiu em 1928[11], às vésperas da oficialização do desfile das escolas no carnaval oficial. A própria Mangueira só foi fundada em 28 e assim mesmo a partir da união de vários blocos[12]. Ao contrário do que se pensa, portanto, as escolas de samba não têm uma tradição anterior à sua legalização, independentemente de sua ligação com a imprensa, comércio e políticos. Elas surgiram em parceria com o mundo oficial da ordem.

As escolas de samba tinham inicialmente apenas quinze minutos para se apresentar, nenhum carro alegórico, pouquíssimas alegorias e nenhum luxo. Havia dois sambas: o segundo era improvisado durante o desfile. De festas perseguidas e realizadas em fundos de quintais, os sambistas e suas batucadas adquiriram o direito a integrarem-se às demais manifestações da cidade. Além

de deixarem de serem perseguidos, os componentes das escolas obtiveram apoio moral e financeiro por parte do governo.

As fantasias e máscaras utilizadas na virada do século não faziam nenhum sentido para os novos foliões. O desfile das escolas de samba, em que pesem o delírio e o transe trazidos pelo ritmo sensual dos batuques, desde o início foi um carnaval sem máscaras[13]. Não são poucos aqueles que se lembram do carnaval da Praça Onze, onde os sambistas chegavam cedo com seus batuques e só partiam quando os três dias se acabavam. Este batuque deixou de ser apenas expressão de um parte da população para tornar-se um espetáculo que representava a nova brasilidade. Seus componentes não perceberam que ao serem aceitos sem máscaras, suas faces tornaram-se máscaras; perderam a possibilidade de negociar o lugar de sua própria identidade. A perversidade do processo está no fato de que os negros perderam sua condição de igualdade com todos os demais cidadãos à medida que foram reconhecidos não por sua condição humana, mas por suas representações. À medida em que o carnaval de fundo de quintal cristalizou-se em uma apresentação pública, ele perdeu sua privacidade e, com ela, sua identidade. Com as escolas de samba, os hábitos e costumes de uma parcela da população socializaram-se num mundo que lhe subtraiu, em primeiro lugar, seu mundo interior, e, em segundo, o espaço de negociação garantidor de sua identidade. As escolas de samba consolidaram-se enquanto manifestação cultural oriunda de uma população que se situava na base da hierarquia social e que detinha muito poucos ou nenhum dos privilégios possuídos por outros grupos. Diferentemente dos ranchos, os grupos que deram origem às escolas de samba não utilizaram a diferença para conquistar uma inserção na sociedade como iguais; ao contrário, elas se inseriram através de um discurso de iguais em uma sociedade diferenciada. Na anatomia da cidade, o lugar ocupado foi o da Praça Onze.

Apesar das ordens estabelecidas durante o carnaval, a alegria e irreverência do carnaval sem máscaras permanece fiel à desor-

dem. Através da batida e do ritmo de origem africana, ainda tem-se no carnaval carioca criatividade, expressão corporal e sensualidade próprias que aparecem com vigor quebrando normas e rotinas. Se estas são manifestações populares que têm se mantido em equilíbrio com uma estrutura organizacional coercitiva e restritiva, potencialmente elas permitem que a tristeza seja jogada para o lado, quebrando normas estabelecidas e apontando para a renovação de utopias e formas de agir. Como nos ensinou Bakhtin[14], a loucura da festa carnavalesca não tem um caráter único e pode tanto denunciar certos aspectos da vida quanto acomodar-se a outros, uma vez que os foliões não têm regras ao brincar com a ordem em que se inserem, invertendo-a e suspendendo-a de várias formas.

Notas

[1]Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida com apoio da UERJ e CNPq, que possibilitaram a participação dos bolsistas de iniciação científica Flávia Teixeira Guerra, José Carlos da Vera Cruz, Patrícia Teixeira de Lima, Renata de Melo Rosa e Roberto Batista do Nascimento.

[2] Os trabalhos de Roberto DaMatta (1973, 1980, 1981) e Maria Isaura Pereira Queiroz (1992), em que pesem suas diferenças teóricas, são sem sombra de dúvida aqueles que primeiro focalizaram o carnaval como expressão de nossa cultura, estabelecendo os marcos fundadores desta análise.

[3] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras.* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

[4] Sobre medidas coercitivas sobre entrudo, ver *Memórias do Carnaval*, s/d, pp. 21-28; PEREIRA, *op. cit*.

[5] BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical.* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

[6] Segundo *Memórias do Carnaval*, *op. cit.*, foi por volta de 1850 que os *zé-pereiras* começaram a sair às ruas. O carnaval das grandes sociedades iniciou-se em 1855. Já a data mais provável do surgimento dos ranchos é a de 1872.

[7] EFEGÊ, Jota. *Ameno Resedá, o rancho que foi escola*. Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1965.

[8] Sobre a influência das negras baianas no samba carioca e a organização de suas casas, ver MOURA, Roberto, 1995.

[9] CABRAL, Sérgio. *No tempo de Almirante: uma história do Rádio e da MPB.* Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1990.

[10] ORTIZ, Renato, 1985 mostra como a obra de Gilberto Freyre, ao transformar a negatividade do mestiço em positividade, permite completar os contornos de

uma identidade nacional que vinha sendo desenhada. QUEIROZ (1992) também analisa como o modelo "mestiço" do carnaval das escolas de samba cariocas torna-se "tradicional" e signo de brasilidade.

[11]Origem do nome "Escola de Samba"cf. nos relata Hiran de Araújo: segundo Ismael Silva, os sambistas do bloco *Deixa Falar* reuniam-se na antiga Escola Normal e como também se considerassem mestres passaram a se denominar Escola de Samba Deixa Falar. Deixa Falar, primeira Escola, criada em 12/08/28, passa a rancho em 1932.

[12]Segundo Maria Julia Goldwasser, o primeiro bloco a desfilar com a denominação de Escola de Samba foi a Mangueira. A Estação Primeira de Mangueira foi fundada em abril de 1928.

[13] SANTOS, Myrian. "As escolas de samba do Rio de Janeiro: o carnaval sem máscaras", paper apresentado no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1996.

[14] BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rabelais. São Paulo/Brasília, Hucitec/Ed. Universidade de Brasília, 1993.

Modernização dos meios de comunicação: redimensionamento do conceito de cidadania no Brasil?

Rosangela Patriota
Universidade Federal de Uberlândia

O trabalho sistemático de pesquisa por mim desenvolvido sobre teatro brasileiro[1] permitiu constatar que a idéia de conscientização da sociedade brasileira foi um dos eixos norteadores das atividades de atores, diretores, dramaturgos nas décadas de 60 e de 70, principalmente a partir de temas como "revolução democrático-burguesa", "resistência democrática", "luta armada", "contracultura" e "meios de comunicação", entre outros.

Ao lado destas preocupações que, evidentemente, não podem ser pensadas de maneira homogênea, tanto no que se refere a grupos quanto no que diz respeito às áreas de atuação, deve ser recordado que a passagem dos anos 60 para a década de 70 foi marcada também pelo processo de modernização da sociedade brasileira, ora denominada "modernização conservadora". Esta propiciou, a médio prazo, mudanças fundamentais, na medida em que redefiniu o campo da produção de bens materiais, bem como o universo da criação culturais, ocasionando neste último mudanças fundamentais, como a consolidação da indústria cultural, principalmente pelo investimento do Estado na área de telecomunicações.

Neste contexto, redimensionaram-se as atividades de vários meios de comunicação, entre eles o rádio, a imprensa e a televisão. Sobre esta última, em particular, o impacto da modernização da

década de 70 foi decisivo, não só do ponto de vista técnico como também sobre os artistas e sua produção, principalmente pelas novas perspectivas profissionais que, além de propiciar entretenimento, poderiam contribuir com o debate político e com o processo de conscientização da população ao discutir momentos da realidade brasileira.

Evidente que as perspectivas e os trabalhos foram os mais diversos possíveis, mas como demonstração significativa do impacto da modernização no campo das artes vamos analisar as potencialidades ali verificadas por Oduvaldo Vianna Filho[2], um dos mais importantes dramaturgos brasileiros, que fez de seu trabalho uma das mais expressivas traduções do binômio "arte e política", ao lado de uma defesa incessante da necessidade em se buscar uma perspectiva "nacional" para a dramaturgia brasileira. No entanto, esta preocupação não o tornou sectário a nenhuma forma de comunicação, pelo contrário, o teatro, o cinema e a televisão foram suas áreas de atuação, sendo que nesta última atuou na extinta TV Tupi de São Paulo como roteirista do programa de Bibi Ferreira, na extinta TV Excelsior para a qual escreveu roteiros originais como *O matador*. No início da década de 70 foi contratado pela Rede Globo de Televisão, apoiado por amigos como Dias Gomes e Janete Clair. Nesta emissora adaptou para a linguagem televisiva *Noites brancas,* de Dostoiévski, *Mirandolina,* de Goldoni e *Medéia,* de Eurípedes[3], escreveu casos especiais como *Turma, minha doce turma*, *Enquanto a cegonha não vem* ou *As aventuras de uma moça grávida*[4], e foi roteirista de um dos marcos da televisão brasileira: a série *A grande família*.

No entanto, ao lado destas atividades, Vianinha problematizou o tema em peças teatrais como *A longa noite de cristal* (1969), *Corpo a corpo* (1970) e *Alegro desbum* (1972). Trabalhando questões como o acesso à informação nos telejornais, os limites ético-profissionais da publicidade e da propaganda, aliás profissões que se colocam entre as mais atrativas do mercado, com o fortalecimento dos meios de comunicação, o autor procurou estabelecer

um diálogo com as transformações sócio-econômicas e com as possibilidades de atuação de profissionais comprometidos com o princípio da democratização e da participação política. Embora suas personagens tenham sido derrotadas no processo, em nenhum momento Vianinha mostrou-se desmotivado com as novas perspectivas profissionais, principalmente se for levado em conta o fato de que uma das razões que o levaram a se desligar do Teatro de Arena, em São Paulo, dizia respeito aos limites físicos do espaço teatral, na medida em que uma sala de espetáculos com cento e oitenta lugares, em absoluto poderia abrigar um teatro de massas. Nesse sentido, a possibilidade de ter um trabalho veiculado em rede nacional, acenava para uma perspectiva até então não vislumbrada nem no teatro nem no cinema.

Estas questões nortearam os últimos trabalhos de Vianinha (à exceção de peça *Rasga Coração*) como também as suas entrevistas. Em 1974, refletindo acerca do papel social da publicidade, considerou que

> (...) num processo social assim de profundo estreitamento da distribuição de renda, quer dizer, em que o funcionamento da sociedade fica muito ligado ao que eles chamam aí de economia de escala, a necessidade de economia de escala, então isso faz com que fatalmente a sociedade brasileira se reduza ao seu mercado e não à sua própria sociedade. Para reduzir uma sociedade de mais de cem milhões de pessoas a um mercado de vinte e cinco milhões de pessoas é preciso um processo cultural muito intenso, muito elaborado e muito sofisticado, muito rico, para manter, para fazer com que as pessoas aceitem ser parte de um país fantasma, de um país inexistente, de um país sem problemas, a não ser os problemas de trânsito, da poluição, do próprio crescimento, da falta de matéria-prima no mundo, porque parece que realmente precisa, para circunscrever a minha visão de existência social a esse círculo muito fechado, da duplicação dos produtos de consumo. (...) Então é preciso embrutecer essa sociedade de tal forma, que aí eu acho que realmente só o refinamento dos meios de comunicação, dos meios de publicidade, de um certo paisagismo urbano, que disfarça a favela, que joga, que esconde as coisas ao mesmo tempo, a volúpia do luxo, da grande construção, das belas vivendas – tudo isso é que pode transformar o ho-

> mem numa pessoa interessada não na sociedade brasileira, mas em quantos metros quadrados tem o apartamento dele em relação ao do vizinho. A sociedade brasileira está sendo um pouco reduzida a isso: à ambição individual da ascensão social como um valor supremo reduzido num setor muito pequeno. Realmente os meios de comunicação são muito necessários, o estudo nesse negócio de comunicação é muito necessário para isso. Não que numa outra sociedade não haja necessidade de comunicadores, eu acho que há, mas não(...) Nesta eu acho que basicamente é uma sociedade virando uma sociedade de especialistas nesse tipo de comunicação de transformação de uma mentalidade[5].

De maneira indiscutível, Vianinha evidenciou questões que continuam tão atuais hoje quanto no momento em que ele as considerou, principalmente no que se refere ao deslocamento de compreensão da sociedade como mercado consumidor, construindo, assim, um país virtual que, do ponto de vista da representação, assumiria o lugar das contradições e das lutas sociais. Nesse sentido, o fundamental, para ele, era discutir a qualidade do profissional que estivesse atuando neste mercado, pois a perspectiva qualitativa seria pelos recursos humanos e não meramente pelo investimento tecnológico.

Estas preocupações se apresentaram também quando Oduvaldo Vianna Filho se voltou especificamente para o assunto televisão, pois de acordo com suas ponderações ela

> (...) cria um campo de trabalho para a intelectualidade da maior importância, de maior significado, porque exatamente a televisão tem um lado que nós todos somos contra, em relação ao que ela deixa de mostrar. O que ela deixa de mostrar é que é fundamental; o que ela não pode mostrar, o que ela não pode apresentar, esse sim é o seu papel principal, a sua coisa mais importante. Mas essa nós damos de barato, que a televisão não pode apresentar mas que é um fenômeno da televisão, é um fenômeno da imprensa brasileira, muito mais acentuado e caracterizado na televisão. Como concretização da publicidade – que é a publicidade que faz a televisão brasileira – e como a publicidade é um negócio muito importante no Brasil atualmente, (...) então a televisão, como concretização disso tudo, realmente atingiu um nível de qualidade no Brasil, na TV Globo, eu acho, muito alto. Muito alto como dinâmica, como condução, como execução, como

> mobilização de intelectuais e trabalhadores. Eu acho que consegue alguns momentos muito expressivos, como nas novelas de Dias Gomes, Jorge Andrade, Bráulio Pedroso, algumas de Walter Negrão, de Geraldo Vietri. Acho que realmente em alguns momentos a televisão participou da cultura brasileira, se desenvolveu, deu informações, enriqueceu em observações etc... Ela faz parte desse processo que toda a sociedade brasileira hoje vive, de tornar-se mais aguda, mais perceptiva, mais rigorosa, mais perfeita diante dos problemas, da necessidade que cada um tem, que é fruto da situação real e que não pode ser mais iludido, mais abandonado por ninguém, que é a necessidade de transformar a sociedade brasileira. É verdade que, voltando, uma classe apresenta um determinado tipo de transformação que é contra os interesses da maioria do povo. Mas a necessidade de transformação é uma coisa básica, apesar de não voltar a discussão ao nível conceitual, volta a discussão no nível subjetivo, da alma das pessoas, todas morrendo de insatisfação. Esse é o material que a televisão pode desenvolver no sentido de aprimorar e aperfeiçoar a percepção das relações humanas, a precisão de ritmo. (...) Eu acho que é muito significativo trabalhar na televisão brasileira e lutar nela, da mesma maneira que trabalhar na imprensa, trabalhar no rádio, trabalhar em qualquer meio de comunicação. A televisão não é um meio de comunicação maldito, ou amaldiçoado pela sua própria natureza[6].

Significativamente, Vianinha não entra no mérito do processo que deu origem à Rede Globo de Televisão. Pelo contrário, partindo do princípio de que no momento de "resistência política" cabe ao intelectual ocupar as brechas, divulgar idéias, valores, pois como profissional o artista não deveria se furtar em trabalhar, e como cidadão não poderia, em absoluto, se recusar em ocupar um espaço de tão grande importância na estrutura dos meios de comunicação no país, uma vez que trabalhar na televisão brasileira e, em particular, na Rede Globo, é enfrentar as limitações e os impasses presentes também na imprensa escrita, nas rádios, entre outros. Nesse sentido, de acordo com Vianinha qual a contribuição efetiva da redes de televisão para o debate político no Brasil?

Para ele,

> a omissão fatual da grande realidade é uma constante de todos os meios de comunicação. No plano da informação, portanto, a televisão não tem autonomia decisória. No plano da formação

> cultural, a televisão não é criadora – é extensiva, é democratizadora, difusora de valores vigentes socialmente e também difusora de valores espirituais conquistados pela humanidade ao longo de sua grande aventura espiritual. Há valores vigentes que a publicidade divulga: de competição, representação, *status*, individuação etc. Há valores de sempre que precisam ser permanentemente veiculados, como a solidariedade, o direito ao fracasso, a beleza da justiça, da liberdade, do amor conquistado, da rebeldia diante da injustiça, a igualdade dos seres humanos, o direito à busca da felicidade. Nada criei em tudo que escrevi para a televisão, mas sempre procurei tornar extensivos estes valores mais nobres criados pela humanidade à custa de séculos"[7].

Nesta perspectiva, as questões levantadas por Vianinha são extremamente instigantes, na medida em que, apesar de manter uma perspectiva crítica em relação aos caminhos propostos pela publicidade e pelo mercado, coloca-se otimista diante das possibilidades advindas da televisão como veículo de comunicação, particularmente pela potencialidade de público a ser atingido e pela quantidade de informação que poderá se tornar pública. Sob este ponto de vista, o autor encara o veículo sob uma perspectiva democrática, pois, a partir da qualidade da programação e dos projetos a serem desenvolvidos, se poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa. Sob esse aspecto, as suas considerações, acerca dos primeiros anos do Brasil Via Embratel, são marcadas por uma positividade advinda da idéia de progresso e da possibilidade contida no processo de modernização que, pouco a pouco, aceleraria o acesso democrático à informação. Evidente que, ao lado da ocupação das brechas existentes no sistema, deve-se observar que o momento da implantação da televisão em rede nacional coincide com o fim de expressivos grupos teatrais como o Arena e o Oficina. Ao lado disso, o exílio de vários diretores, dramaturgos e atores contribuiu para que a mão-de-obra altamente qualificada que aqui ficou disponível em grande quantidade fosse absorvida pela dramaturgia televisiva.

As considerações de Oduvaldo Vianna Filho, de maneira inconteste, foram marcadas por um otimismo nas possibilidades

de trabalho contidas na televisão. No entanto, se nos remetermos a trabalhos realizados posteriormente sobre o papel da televisão brasileira poderemos observar que o projeto da Rede Globo de Televisão ganha impulso, fundamentalmente, com a expansão do mercado publicitário, ao lado de uma renovação estética "inaugurada" pela novela *Beto Rockfeller*, da extinta TV Tupi, próxima do naturalismo. Estes acontecimentos, de maneira conjunta, desencadearam um processo que na opinião de Paulo Afonso Grisolli significou que

> o compromisso ético-social da empresa que faz televisão não tem que ser maior do que a da empresa que faz macarrão[8].

Esta ponderação de Paulo Afonso Grisolli ganha uma dimensão maior se forem observadas as seguintes considerações de Inimá Simões:

> em face do entusiasmo que invade o país nesse momento, essa concentração excessiva não incomoda nem preocupa. O que vale mesmo é a idéia de unir todo o território nacional através das imagens da TV. Coincidentemente (ou não), assiste-se à multiplicação dos cursos e faculdades de comunicação pelo país afora, misturando-se confusamente certa compulsão a um estilo idealizado de vida com a absoluta penúria bibliográfica. Infelizmente, a explosão dos cursos de comunicação e os especialistas formados não conduzem muito adiante as discussões sobre o papel da televisão, pois o que está em primeiro plano nas análises críticas, nas monografias e mesas-redondas acadêmicas é um desprezo indisfarçado pela TV[9].

Nesse contexto, torna-se importante repensar este desprezo. Sem dúvida, a televisão foi assumindo o papel de organizadora da vida pública, sobretudo se atentarmos para o fato de que o debate político, no Brasil, assumiu a forma do espetáculo, de que as eleições são decididas a partir da escolha da agência de publicidade que vai gerenciar a campanha do candidato. Sob esta ótica, a televisão acabou se tornando

> (...) o ponto de confluência onde se deve resolver simbolicamente a relação entre o poder político, o poder econômico e as

> necessidades da população. O poder político concessionário (e conseqüentemente policialesco), o poder econômico do qual a TV depende mais que qualquer outro veículo pelos seus altos custos e sua voraz necessidade da publicidade, e o "poder político", tão abstrato durante a década passada, mas que justamente por isso se manifestava nem tão passivamente quanto possa parecer, em suas opções de consumo – inclusive cultural – de comportamento. É captando o emergente entre a massa da população que lhe interessa como público que uma emissora de televisão bem planejada procura orientar os conteúdos de sua programação, capitalizando tais tendências em interesse dos outros dois poderes citados. A importância desta indústria de propaganda, em termos de comunicação e opinião pública, é que ela tem que realizar sua missão econômica de ponte entre quem produz e quem consome diz Mauro Salles, além de realizar a sua missão social de estimular o crescimento do homem e educá-lo para os novos serviços e os novos produtos. A propaganda comercial realiza, além disso, a importante missão de custear a parte mais importante de nossa indústria do conhecimento (a televisão)[10].

Significativamente, o tema da democratização e da cidadania tão enfaticamente saudado por Oduvaldo Vianna Filho acabou sendo substituído pela questão contábil, pela discussão acerca da capacidade de consumo da sociedade brasileira. Em nenhum momento se estabeleceu uma discussão efetiva sobre as formas de concessão das redes de televisão no país, bem como uma reflexão sistemática dos conteúdos que, da maneira direta ou indireta, constróem representações históricas, sociais e políticas do país. Mauro Salles, em 1977, em uma conferência na Escola Superior de Guerra assim circunstanciou o papel da televisão:

> é tarefa urgente da economia brasileira e do parque de comunicações sociais do país: incorporar ao mercado de consumo o quarto estrato da população – cerca de 20 milhões de brasileiros. (...) São os sub-brasileiros, de responsabilidade de toda a nação. Na miséria, na fome, na opressão e na desesperança não existe opinião pública. (...) São 30 milhões de estudantes brasileiros. Estudantes, consumidores e futuros líderes em suas comunidades. Temos que estar preparados para seus novos símbolos de *status*, não ligados apenas à posse, propriedade, moda e dinheiro. Olhar para a frente para atender a essa geração que é produto da Nova Sociedade da Informação[11].

Neste debate evidencia-se que houve, deliberamente, o fortalecimento da idéia de "opinião pública" em detrimento do "espírito público", entendendo que esta "opinião" está sendo, cotidianamente, construída à luz dos institutos de pesquisa. Assim sendo, a escolha dos temas e de sua abordagem têm sido determinadas, preferencialmente, pelos meios de comunicação, em particular pela televisão[12]. Fundamentalmente a constituição de uma indústria e o seu diálogo com o seu mercado consumidor estabeleceu nuances muito diferentes das preconizadas por Oduvaldo Vianna Filho, em especial se se considerar a maneira pela qual ocorreram as concessões de canais de TV no país, além de se observar como as perspectivas de TV locais foram suplantadas em nome de um "padrão de qualidade" que poderia contemplar todo país. No entanto, ao lado disso, um outro aspecto importantíssimo deve ser observado: o processo vivenciado por Vianinha constituiu-se nos primórdios desta "revolução", no campo da informação e do entretenimento, e, para tanto, a viabilização deste projeto necessitava de mão-de-obra qualificada, que fosse capaz de produzir em "larga escala" qualidade temática e estética. Assim, ele assistiu à entrada de seus companheiros de luta para a televisão, Guarnieri, Dias Gomes, Bráulio Pedroso, entre tantos outros, e, diante destes nomes e dos trabalhos por eles prestados à cultura no Brasil tornava-se impossível questionar a qualidade do que estava sendo desenvolvido na televisão brasileira.

Porém, mais de vinte anos se passaram e a televisão se redimensionou completamente, levando às últimas conseqüências a ética do "vendedor de macarrão". Criou seus profissionais, seus núcleos de dramaturgia, suas oficinas de atores, suas aulas de história da telenovela. Apurou a técnica e a forma. Ganhou em qualidade plástica, mas no caso da Rede Globo de Televisão, em particular, há um verdadeiro abismo entre o conteúdo veiculado no início dos anos 70 e a programação atual, principalmente se se observar que se abriu mão da criatividade artística e do talento em nome da técnica e do que é plasticamente vendável. Estas são

questões que devem ser pensadas, analisadas, pesquisadas e discutidas. Os tempos são outros, mas nunca é demais lembrarmos Vianinha, em sua última entrevista, falando do trabalho intelectual em uma sociedade de classes:

> Você não pode ser mais letárgico, não pode mais ser cabisbaixo e aceitante, mas tem que ser interventor, cria muitas contradições e muitas fissuras dentro do processo das classes dominantes e dos processos culturais, o processo em geral, da sociedade subdesenvolvida e do Brasil em particular. Eu acho que é nessas fissuras, nesses rachas, nessas incoerências, nessas incongruências, que o intelectual deve atuar e desenvolver o seu trabalho[13].

Estas observações continuam plenamente atuais, porém não devemos nos esquecer que, ao lado destas discussões sobre os meios de comunicação, a constituição de um espírito público, do ponto de vista social e político, está diretamente comprometido com a perspectiva de uma educação para a cidadania e não no discurso da mera formação de mão-de-obra, com vistas à lógica do mercado. Democratização dos meios de comunicação, em absoluto, significa o número de televisores instalados, nem os números do IBOPE, mas, fundamentalmente, a possibilidade de fomentar um exercício crítico do ponto de vista social e político.

Notas

[1] Acerca deste tema defendi a tese de doutoramento intitulada *Fragmentos de utopias (Oduvaldo Vianna Filho - um dramaturgo lançado no coração de seu tempo)*, e atualmente venho desenvolvendo, com financiamento do CNPq, a seguinte pesquisa: *O Brasil dos anos 60 a partir das experiências estéticas e políticas do Teatro de Arena (SP) e do Teatro Oficina (SP): uma contribuição à história da cultura.*

[2] Oduvaldo Vianna Filho foi membro do Teatro de Arena de São Paulo, em fins da década de 50 e início dos anos 60, de onde saiu para fundar no Rio de Janeiro, junto com Carlos Estevam Martins e Chico de Assis, o Centro Popular de Cultura (C.P.C.). Com o golpe de 64, a União Nacional dos Estudantes (U.N.E.) colocada na ilegalidade, o seu prédio incendiado e o C.P.C. desmantelado, Vianinha e outros artistas criaram em 1965, no Rio de Janeiro, o Grupo Opinião, que recebeu o nome a partir de um dos espetáculos mais marcantes da história da música popular brasileira, o show *Opinião*, que em 1965 foi uma das primeiras resistências ao governo militar.

[3] A adaptação de Vianinha do texto de Eurípedes para a televisão tornou-se o ponto de partida para que Chico Buarque de Hollanda e Paulo Pontes escrevessem a peça *Gota d´água* de 1975.

[4] Este caso especial foi, posteriormente, adaptado para o cinema, dando origem ao filme *O casal*, dirigido por Daniel Filho e protagonizado por José Wilker e Sônia Braga.

[5] "Entrevista a Ivo Cardoso". In PEIXOTO, F. (org.) *Vianinha: teatro, televisão e política*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 180-181.

[6] *Idem*, pp. 184-185.

[7] "Entrevista a Luís Werneck Vianna". In PEIXOTO, F. (org.). *op. cit.*, p. 172.

[8] KEHL, M.R. "Eu vi um Brasil na TV". In COSTA, A.H. da et alii. *Um país no ar: história da tv brasileira em 3 canais*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 209.

[9] SIMÕES, I.F. "TV à Chateaubriand". In COSTA, A.H. da. et alii. *op. cit.*, p. 90.

[10] KEHL, M. R. *op. cit.*, pp. 204-205.

[11] *Idem*, pp. 206-207.

[12] Acerca desta discussão é de fundamental importância o texto de Hannah Arendt "A tradição revolucionária e seu tesouro perdido", parte integrante do livro *Da revolução* (São Paulo/Brasília, Ática/Ed. da UNB, 1988, p. 172-224).

[13] "Entrevista a Ivo Cardoso". In PEIXOTO, F. (org.). *op. cit.*, pp. 183-184.

Modernismo no Rio de Janeiro

Mônica Velloso
CPDOC- FGV

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro vive um clima de intensas mudanças que podem ser identificadas como expressões da "cultura do modernismo"[1]. A partir daí, alteram-se a percepção e a sensibilidade do conjunto da sociedade. E é com base nessa vivência que se produzem as representações simbólicas sobre a cidade.

Através desse imaginário é possível apontar uma outra perspectiva para se pensar o processo da instauração do moderno. Uma perspectiva, enfim, mais próxima da dinâmica cotidiana urbana e dos seus habitantes.

Em *Vida e morte de Gonzaga Sá*, obra publicada em 1919, Lima Barreto põe na boca de seu personagem a seguinte frase: "A cidade mora em mim e eu nela". Questionando a concepção documentalista da História, o autor constrói a imagem do historiador-artista. É a partir de suas impressões, sentidos e memória que ele resgata a história da cidade. Gonzaga Sá, no caso o historiador, é um *voyeur*, um andarilho que vai imprimindo no seu itinerário a própria história do Rio e de suas memórias.

Essa passagem de Lima Barreto nos remete à reflexão de Certeau[2] sobre a "retórica do andar". Na cidade, os habitantes caminham acompanhando um texto que escrevem sem serem

capazes de ler. Em suma, trata-se de uma cidade metafórica, imaginária. Mas essa cidade dos desejos, se é que assim podemos denominá-la, tem a sua historicidade marcada.

Falar das representações simbólicas do Rio de Janeiro é falar também da territorialidade, dos espaços de sociabilidade urbana que estão sendo ocupados Isso porque o local de onde se fala tem a ver com o quê se fala. Em outras palavras, representações e espaço estão estritamente relacionados.

Vou tomar como referência um grupo de intelectuais que chamo de humoristas boêmios. Ele é composto de escritores como Lima Barreto, Bastos Tigre, Emílio de Menezes, incluindo também os caricaturistas Raul Pederneiras, Kalixto, J.Carlos e Storn. Através de intensa participação na imprensa cotidiana e nos cafés, eles constróem um retrato satírico-humorístico da cidade e da nacionalidade[3].

Os Cafés como Espaço de Sociabilidade

No início do século, a cultura boêmia ainda ocupava espaço expressivo na vida carioca. No entanto, o crescente processo de urbanização e industrialização já começara a provocar mudanças. A força do mercado acarretando a própria mercantilização da cultura[3] impunha aos intelectuais novos hábitos e condutas.

Em "Galeões do México", artigo escrito na *Gazeta da Tarde* em 1911, Lima Barreto compara o trabalho dos intelectuais nas repartições públicas com o trabalho dos escravos. A imagem é contundente: "acorrentados às galés dos protocolos e registros, remávamos sob o chicote da vida." Para o autor, só após o expediente é que o grupo alcançaria, no Café Papagaio, os seus momentos de liberdade e criatividade. O café era significativamente chamado de *esplendor dos amanuenses.*

No seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1914, Emílio de Menezes critica essa dissociação entre trabalho e criatividade[4]. O alvo são os próprios intelectuais da Academia. Em 1905, Emílio tivera vetada a sua entrada na instituição. Alegara-se que os seus vínculos com o círculo boêmio o impossibilitavam

para o exercício do cargo. Quando finalmente conseguiu ser eleito, Emílio retoma a questão. Acusa os acadêmicos de serem "pivetes da literatura". Destituídos de imaginação, argumenta, eles se colocavam nas portas das livrarias para roubar as idéias alheias.

Tanto na escrita como nas representações visuais, essa sátira aos intelectuais – geralmente vinculados às instituições oficiais – é recorrente. No modernismo a tensão contra a autoridade, seja ela representada pelo Estado, sociedade ou pelo "outro", é marcante[5]. O que está em discussão é o lugar do intelectual na cidade e no seio da própria modernidade.

A Academia se configura como espaço do saber, da reflexão e da seriedade. A condição de isolamento é tida como exigência para reflexão. Pela sua intensa vida social, atitudes irreverentes e humor, os intelectuais boêmios são desqualificados para o exercício da reflexão.

Essa discussão não ocorre apenas no Brasil mas está presente em países como a França e Espanha. Em Madri, os intelectuais boêmios polemizam com os da Academia sobre a função dos cafés na vida nacional. Miguel de Unamuno, ligado à famosa "geração de 98", argumenta que são os freqüentadores dos cafés que forjam a cultura. No final do século XIX e começo do XX, as tertúlias literárias incentivaram o surgimento de vários jornais e revistas[6].

Na França vários movimentos políticos importantes, tanto de direita quanto de esquerda, são desencadeados nos cafés. Caso da Action Française (1889) e do Manifesto dos Intelectuais (1898), liderado pelo escritor Émile Zola[7].

No Rio de Janeiro, cidade capital, os cafés também tiveram importante papel na campanha abolicionista e republicana. Liderados por José do Patrocínio, "pai da família boêmia", o grupo participa ativamente das discussões e comícios de rua. Também são nos cafés que os intelectuais ensaiam novas modalidades de comunicação. Caso, por exemplo, do "jornal falado", prática que teve início em meados do século XIX. Nessa época, os boêmios começam a dramatizar as principais notícias do dia. Recorrem à linguagem verbal, visual e às vezes performática.

Mas é em 1914, no Teatro Fênix, que é encenado o primeiro "jornal falado". Notícias do mundo político, esportivo, mundano, literário são encenadas pelos jornalistas. Bastos Tigre é o encarregado da seção de humor, enquanto Kalixto faz a caricatura dos apresentadores. O evento denota o novo papel do intelectual na sociedade. Ele emerge como ator que se comunica diretamente com o público. O seu texto deixa de ser produzido e apresentado solitariamente. Agora o gabinete de trabalho e o jornal são substituídos pelo palco e pelo teatro. Agilidade, impacto, condensação são atributos da cultura do modernismo que busca instaurar uma nova linguagem. A comunicação direta com o público é o grande alvo.

É do Café Papagaio, local freqüentado pelo grupo, que saem os cordões carnavalescos. Raul Pederneiras, Emílio de Menezes e Bastos Tigre são os autores das mordazes trovinhas que visavam desbancar os figurões da política. Caso do ministro da Justiça J.J Seabra que se tornara impopular durante o governo Rodrigues Alves (1902-1906).

Mas nos cafés não se exercitava apenas a sátira afiada. Além de ser o espaço das folias carnavalescas, da participação política e da veiculação de notícias, ele também era lugar do intercâmbio cultural. Era num bar da Lapa que Emílio de Menezes e Bastos Tigre costumavam encontrar-se com Pixinguinha, Heitor dos Prazeres e Donga. Lá conversavam sobre literatura e música[8].

A trajetória dos humoristas boêmios demonstra que já existia uma rede de intercâmbio entre a chamada cultura erudita e popular. Raul Pederneiras fez música popular e teatro de revista, tendo como parceiros Paulino Sacramento, Patrício Teixeira e Paraguaçu. No teato produziu burletas com Luís Peixoto e J.Praxedes. Já Bastos Tigre se associou à Sinhô em 1920 na peça "Cassino Maxixe", cujo cartaz de propaganda foi feito por Kalixto[9].

Destoando da maior parte dos intelectuais da época, o grupo usava um estilo coloquial, mais próximo do cotidiano. A sua temática, as parcerias que estabelecia e os locais que freqüentava na cidade denotam esse comportamento meio avesso aos padrões vigentes.

É nas mesas dos cafés que começam a aparecer as primeiras revistas ilustradas de periodicidade semanal. Pelo seu poder de informação e impacto visual, essas revistas são veículos da modernidade. Seus colaboradores exercem o papel de verdadeiros formadores da opinião pública. É no Café Papagaio que têm origem as revistas *Mercúrio* (1889), *O Malho* (1902), *Tagarela* (1902) e *Avança* (1904).

O Impacto das Revistas Humorísticas

Por meio das caricaturas, o grupo expressa o seu imaginário sobre a cidade, captando-a nos seus impulsos modernizadores. Na vasta produção desses caricaturistas alguns acontecimentos são particularmente densos de significado. Assim, eles servem de inspiração para uma discussão maior que é a da própria instauração da modernidade.

A reforma urbana empreendida por Pereira Passos (1902-1904) provoca verdadeira profusão de caricaturas e escritos. Na ocasião, Raul Pederneiras publica na revista *Tagarela*, em junho de 1904, um mapa da cidade. Neste faz uma releitura do espaço. Em contraposição aos engenheiros e arquitetos do cais do porto que representam uma cidade moderna e arrojada, Raul insiste no peso dos nossos hábitos e tradições. O desenho do traçado urbano é encabeçado pela seguinte manchete: "Como é mania de todos os jornais publicar mapas com futuras reformas, nós publicamos a obra atual que não se endireita nunca".

Pederneiras constrói uma cartografia imaginária centrada na política. A cidade capital ganha sentido como sede do governo. A Praça da República – situada no centro do mapa – recebe, então, outra denominação: Campo das Adesões. Em frente à Praça encontra-se a praia deserta dos eleitores, atual Praça 15. Todas as ruas que desembocam na República adquirem nova nomenclatura: Travessa das Notas Falsas, Travessa dos Filantes, Travessa das Más Damas.

A caricatura é extremamente expressiva, mostrando o diálogo, no sentido de contraposição, entre os caricaturistas e os "produtores de espaço". Revisitado pelo lápis de Pederneiras, o espaço

urbano carioca adquire novas conotações. Desfaz-se a imagem da modernidade arquitetônica, substituída pelo mundo arcaico da política que "não muda nunca".

Outro acontecimento que mobiliza particularmente a atenção do grupo é a Exposição Internacional de 1922. Planejada como evento comemorativo do centenário da independência brasileira, a exposição busca expor ao mundo as conquistas da modernidade.

Nos seus estudos sobre a cidade de Paris, Walter Benjamin[10] mostra as galerias comerciais, fotografia e exposições como veículos da modernidade. Voltadas para uma indústria do entretenimento, as exposições visariam manipular o público transformando-o em mera mercadoria. A revista *D. Quixote* (1917-27), publicação que aglutina o grupo dos intelectuais humoristas, aborda claramente essa questão.

Em "Palácio D.Quixote", caricatura de Kalixto publicada em 05/06/22, o humor aparece como mercadoria. E é uma mercadoria barata; custa apenas 400 réis. O pavilhão do humor contrasta vivamente com os demais.pavilhões da exposição. Na realidade é uma propaganda bem feita da revista D. *Quixote.* O ingresso da Exposição é infinitamente mais caro do que o preço da revista, argumenta-se. E a vantagem é que esta todas as semanas apresenta novidades ao público, enquanto a Exposição se repete há um ano.

É clara a idéia de uma sociedade regida pelos valores do mercado. Através das caricaturas, o grupo busca minar a idéia da Exposição enquanto vitrine do progresso urbano e industrial. Ao longo do ano de 1922, a revista *D. Quixote* apresenta um contra discurso ou uma exposição paralela ao evento oficial. Esse material constitui-se em rica fonte para análise historiográfica.

De modo geral, as análises sobre o período acabam enfatizando a idéia de um "vazio cultural" no Rio, contrastando com a efervescência do período anterior. É como se o polo cultural se deslocasse para São Paulo, ficando o Rio como arena dos acontecimentos oficiais. A Exposição de 1922 acontecendo junto com a Semana de Arte Moderna favoreceu, em parte, esse tipo de inter-

pretação. Uma perspectiva mais ampla da dinâmica social, mostra, no entanto, que a situação não era bem assim.

Desde o início do século, o grupo dos intelectuais humoristas já vinha atuando na vida político-cultural do país. A montagem da Exposição de 1922 no Rio dá margem a uma paródia em que é feita uma leitura da nacionalidade. Nesta, a cidade deixa de ser o cenário do progresso, da ordem, da urbanidade, do saneamento e da cidadania[11]. Em contraposição, surgem o Palácio dos Micróbios, o Palácio da Crise, e o I Encontro dos Profissionais do Crime.

Na caricatura *Exposição Nacional*, Kalixto reforça a imagem crítica da modernidade. Esta também inclui pés no chão, pobreza, caldo de cana, acarajés, amuletos e jogo do bicho[12]. Tanto na representação pictórica como na escrita, a Exposição de 1922 passa a ser emblema de uma modernidade fictícia e ilusória:

> Que maravilha emocional simétrica
> De luz elétrica e cimento armado
> A entrada é a célebre avenida
> Mas a saída é a Praça suja do mercado[13]

Essa imagem da exposição é extensiva à cidade e à modernidade brasileira. A entrada é uma bela avenida enquanto a porta dos fundos desemboca na miséria e na sujeira. Essa interface se apresenta como síntese da nossa história.

O carnaval carioca é outro evento que inspira o grupo na construção dessas representações. As máscaras, fantasias, desordem e desvario passam a compor a verdadeira face da nacionalidade. No imaginário do grupo, carnaval e política pertencem ao mesmo domínio. Ou seja: o da teatralidade e encenação. Satiriza-se a idéia que associa a política aos domínios da ordem e seriedade e o carnaval à desordem.

Nos primórdios do regime republicano, era comum o dia das eleições coincidir com o término do carnaval, na quarta-feira de cinzas. Prato cheio para os caricaturistas. Eles exploram com extrema criatividade a idéia do contraste entre carnaval e política. Aqui reside um dos efeitos de comicidade da caricatura. Ela opera justa-

mente com a idéia de contraste. Quanto mais rígida for uma norma ou uma situação, mais propícia está à violação. É violando regras e padrões de pensamento que o caricaturista atinge o risível[14].

As charges mostram o povo votando ainda impregnado do espírito dionisíaco. Bêbados, foliões, mascarados e travestis quebram a seriedade do ato cívico. Alguns mesários bocejam entediados, outros dormem[15].

Analisando o modernismo no subdesenvolvimento, Berman[16] destaca a superposição de realidades contraditórias. A modernidade é pensada como jogo ilusório, cenários esplendorosos por trás dos quais se oculta uma realidade precária. Como cidade capital, o Rio de Janeiro condensa particularmente essa idéia. As representações simbólicas sobrecarregam o sentido de teatralidade, dramatização e artifício.

Na sua reflexão sobre as "cidades periféricas" como arenas de cultura, Morse[17] chama a atenção para a lógica interna que preside essas representações. Sugere que consideremos, de forma mais sensível, as reações dos atores que se expressam sob o impacto dos acontecimentos. Por trás desses registros há um pensar próprio com as suas contradições, indagações e achados.

Os intelectuais humoristas expressam esse pensar. Recorrendo à ironia, à sátira e ao ceticismo eles constróem uma reflexão sobre a cidade e a modernidade. Se lançam "dardos contra a modernidade", é porque ela se apresenta aos seus olhos de forma paradoxal, contraditória e, às vezes, inexplicável. Talvez em função disso, o recurso escolhido tenha sido o do humor. Uma maneira de relativizar as tensões sem deixar de refletir sobre elas. Não é por acaso o lema adotado pelo grupo: *"Muito riso, muito siso"*.

Notas

[1] KARL, 1988.

[2] CERTEAU, Michel de. "Andando na cidade". In *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*, nº 23, 1994, p. 21-31.

[3] Essa perspectiva de análise foi desenvolvida por mim em *Modernismo no Rio de Janeiro, turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

[4] FABRIS, Anateresa. "Modernidade e vanguarda; o caso brasileiro". In *Modernidade e modernismo no Brasil.* São Paulo, Mercado das Letras, 1994.

[5] MENEZES, Emílio de. Discurso de posse na ABL. *Jornal do Comércio* , 7/6/18. In *Obra reunida.* Secretaria de Esportes e Cultura do Paraná, 1980.

[6] KARL, Frederick R. *O moderno e o modernismo;* a soberania do artista 1885-1925. Rio de Janeiro, Imago, 1988.

[7] TUDELA, Mariano. *Aquellas tertulias en Madrid.* Madri, El Avapiés, 1985.

[8] LANGLE, Henri Melchior. *Le petit monde des cafés et debitas parisiens au XIX siècle, évolution et sociabilité citadine.* Paris, Presses Universitaires de France, 1990.

[9] VIANNA, Hermano. *O mistério do samba.* Rio de Janeiro, Zahar/UFRJ, 1995.

[10] VASCONCELOS, Ari. *Panorama da música popular brasileira na "Belle Epoque".* Rio de Janeiro, Liv. Santana, 1977.

[11] BENJAMIN, 1987.

[12] NEVES, Margarida de Souza. "As arenas pacíficas". In *Gávea*, revista de arte e arquitetura. Rio de Janeiro, abril de 1988.

[13] *D. Quixote,* 19/06/22.

[14] *D.Quixote*, 27/6/22.

[15] MELOT, M. *L'oeil qui rit, le pouvoir comique des images.* Fribourg, Office de livre, 1975.

[16] *D.Quixote,* 01/03/22.

[17] BERMAN, Marshall. "O modernismo nas ruas". In *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

[18] MORSE, Richard. "As cidades 'periféricas' como arenas culturais". In *Estudos Históricos*, v. 8, n.16, 1995.

Modernização sem participação: transformações na política brasileira a partir dos anos 60

Wenceslau Gonçalves Neto
Universidade Federal de Uberlândia

O objetivo deste trabalho é discutir o processo de modernização que atinge os problemas econômico-políticos brasileiros durante um importante trecho de nossa história recente, que inclui os anos 60 e 80. Neste período, o Brasil deixou de ser um país rural para se tornar preponderantemente urbano: se em 1960 tínhamos mais da metade da população vivendo no campo, em 1990 esse percentual está próximo dos 20%. No imaginário popular, urbano é quase sinônimo de industrial e de moderno ou, dito de outra forma, não poderíamos ser modernos ou industrializados, conseqüentemente desenvolvidos, sem sermos urbanos.

O conceito de moderno, na vida política nacional, toma o significado de quebra de uma unidade, de rompimento com modelos anteriores, ditos "atrasados" ou "superados", diferentemente das novas propostas que sempre são "atuais", em sintonia com o processo de desenvolvimento mundial. Por esta observação já se percebe que o "moderno" normalmente não é nacional, mas vem do exterior, numa espécie de mimetismo político-econômico. Se a ação política é eficiente na realização do diagnóstico, e quase sempre o é, deixa a desejar quando da elaboração das propostas, demonstrando falta de originalidade ao debruçar-se sobre o que já existe ou foi pensado nos "centros" desenvolvidos. Portanto,

modernidade não significa superação da centenária situação de dependência, mas sua manutenção em um patamar mais elevado. Quando este é alcançado, as mudanças no cenário internacional já projetam um novo horizonte e uma "nova" onda de modernização se impõe. É por isso que chamamos este processo de permanente e, ao mesmo tempo, sem participação dos "de baixo".

No início dos anos 60, por exemplo, propostas ditas "conservadoras" trabalhavam com a idéia de salto qualitativo no processo de desenvolvimento, de internalização do setor de bens de produção, dando seqüência ao modelo clássico de industrialização e conseqüente aprofundamento das relações capitalistas. Já a esquerda brasileira via o País ainda envolto em relações feudais e propunha-se a realizar a revolução democrático-burguesa, embora a burguesia já fosse senhora destas terras desde muito tempo. Nos dois casos, o paradigma não é pensado a partir de dentro, mas vem de fora.

Desta forma, procuraremos resgatar os principais elementos do jogo político-econômico do período, buscando compreender os interesses e os agentes que participam, bem como os resultados esperados e conseguidos. Esperamos, assim, contribuir na análise dos rumos do processo de desenvolvimento brasileiro das últimas décadas.

O Processo de Desenvolvimento Econômico

Quando se analisa a economia da década de 60, especialmente em seu início, os autores convergem em reconhecer o esgotamento do chamado modelo de substituição de importações, ponto central de todo o processo industrializante brasileiro desde a década de 30. A partir deste período, como reflexo da crise mundial, a economia brasileira é atingida fundamental em sua capacidade de importar.

É nesse vazio de consumo, deixado pelas importações contidas, que começa a se desenvolver a industrialização substituidora. Sua evolução é apresentada por Maria da Conceição Tavares em três períodos: a) posterior à grande depressão (substituição de

uma série de bens de consumo leves); b) da Segunda Guerra Mundial (Volta Redonda, siderurgia); c) do pós-guerra, com três subfases: 1945-1947, alívio do setor externo, pelo saldo acumulado nos anos de guerra; 1948-1954, volta ao regime de controle cambial e substituição de bens de consumo durável; 1955-1956, transição; 1956-1961, aumento da participação do governo e do capital estrangeiro para financiamento dos investimentos[1]. É nesta terceira fase que se manifesta a crise do modelo. Ao lado do elevado custo social pago pela sociedade brasileira, com o correr do tempo,

> o dinamismo do processo de substituição de importações parece estar chegando ao fim e dificilmente se pode prever um quarto período de desenvolvimento dentro do mesmo modelo. A fase que o País atravessa atualmente parece indicar a necessidade de transição para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social[2].

Este é o impasse econômico que vive o Brasil nos anos iniciais dos anos 60: definição e engajamento em um novo modelo de desenvolvimento econômico. Conceição aponta, ainda, que a ligação entre o velho e o novo modelo só poderá ser feita através do investimento governamental, substituindo o impulso externo, já esgotado[3]. E essa presença dinamizadora do Estado na economia evoluiu constantemente, principalmente (para a análise do período) nos anos Kubitschek, caracterizados pela implementação do Programa de Metas, que aumentou fortemente a participação do setor público na economia. Carlos Lessa, utilizando estimativas da Fundação Getúlio Vargas, indica que

> a participação do governo na formação bruta de capital fixo (exclusive empresas estatais) cresce de 25,6% no quatriênio 1953/56 para 37,1% nos quatro anos do Plano de Metas. Esta cifra não ilustra em toda a medida o incremento relativo do setor público no processo de poupança-inversão, uma vez que não computa o papel das empresas estatais. Se incluídas, apenas as do governo federal elevariam a participação para 47,8%, no período 1957/60[4].

Patenteia-se, assim, no início dos anos 60 uma situação que apresenta o Estado como um dos maiores "sócios" da economia brasileira. No entanto, ainda segundo Lessa, a estrutura adminis-

trativa, o papel do Estado e o instrumental de política econômica (apesar da criação de diversos instrumentos, autarquias etc), não foram redefinidos[5]. As razões para essa aparente contradição entre um Estado que se torna empreendedor mas que não consegue modificar sua estrutura institucional arcaica, não podem ser entendidas apenas ao nível das informações econômicas. É necessário que se conjugue a estas o aspecto político (melhor explicitado na próxima seção) quando, então, poderemos nos aproximar das razões dessa lacerante lacuna: as elites modernizantes, em suas diversas frações, não têm condições suficientes para promover as alterações. No entanto, elas podem ser percebidas, em parte, pela análise econômica. O mesmo Lessa, ao analisar os problemas de continuidade das políticas econômicas do triênio 1961/63, observa:

> A ausência de duradouras composições políticas, de um executivo que reunisse por longo período as principais correntes partidárias não dispõe de condições favoráveis para que um esquema de política econômica vencesse as etapas iniciais de implantação. A cada mudança nos comandos políticos correspondeu a apresentação de novo esquema de política econômica, que antes de sua consolidação já era substituído por outro e assim por diante.

De qualquer forma, vemos conjugar-se o diagnóstico de Conceição Tavares com os dados coligidos por Carlos Lessa: ao gargalo da substituição das indústrias de bens de capital e da necessidade de intervenção do Estado como elemento dinâmico para a superação da crise, apontados pela primeira, corresponde exatamente o crescimento da participação do setor público na economia, e especificamente nos setores de bens de capital e de fornecimento de capital às empresas privadas, indicado pelo segundo.

Nestes termos, poder-se-ia supor que estavam dadas as condições para que o país efetivasse o salto rumo ao desenvolvimento de formas mais avançadas do capitalismo. No entanto, dois projetos se encontravam em pauta neste momento, como alternativas ao esgotamento do modelo substitutivo de importações: desen-

volvimento nacional autônomo (nacionalista-reformista) e desenvolvimento associado ao capital internacional.

Seguindo o raciocínio de Octávio Ianni, em 1967, pelo primeiro poder-se-ia compreender a possibilidade histórica aberta pela industrialização, de o país engajar-se em um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo:

> Entretanto, para que esse projeto se efetivasse, era necessária a reformulação drástica dos vínculos estruturais internos e externos. E essa reformulação teria sido possível em várias ocasiões críticas, no período entre 1914 e 1964[6].

Essa ruptura se embasaria na indefinição de hegemonia no bloco capitalista no interregno citado: decadência da Inglaterra e ascensão dos Estados Unidos. A essa possibilidade se interpunha o modelo de desenvolvimento associado, que propunha exatamente, em oposição ao anterior, reforçar os elos estruturais de dependência, internos e externos. Apesar de sua dominação explícita ocorrer apenas nos anos posteriores ao golpe de 1964, podemos perceber que o modelo internacionalizante e associado já havia sido implantado alguns anos antes, com o Programa de Metas de Juscelino Kubitschek.

Esta apresentação sucinta da situação do país no início dos anos 60 demonstra as bases do processo durante os próximos vinte anos: estagnação, recessão, recuperação e desaceleração. Partindo da desaceleração do processo de industrialização, José Serra chamará a atenção principalmente para os fatores de natureza cíclica, ligados à conclusão do "pacote" de investimentos públicos e privados implementados na execução do Programa de Metas, os quais receberam o auxílio, neste processo de desaceleração, das políticas de estabilização de 1963 e 1965/67[7]. A junção destas condições agrava a situação econômica. Considera que, se a ocorrência do ciclo era inexorável, as políticas contencionistas, no entanto, não o eram e outras alternativas poderiam ter sido tentadas:

> Entre 1962 e 1967 a economia brasileira atravessou sua pior fase do pós-guerra no que se refere ao crescimento, enquanto se pro-

> moviam modificações profundas tanto no arcabouço da política econômica (financiamento público, privado e externo, comércio exterior e capital estrangeiro), como nos padrões de distribuição funcional e pessoal da renda[8].

Promovidas essas alterações, marcadas pelo aumento da receita do setor público, organização do financiamento ao consumidor, intervenção nos sindicatos, arrocho salarial etc, demarcou-se condições para o início de novo surto de desenvolvimento, a partir de meados de 1967, que ficou conhecido como o "milagre" brasileiro (1967-1973), quando o país conseguiu altos níveis de crescimento de seu produto interno bruto.

O desenvolvimento econômico, contudo, não é harmônico, ocorrendo diversos desequilíbrios, comprometendo a saúde do modelo e apressando nova desaceleração. Estas desproporções, aliadas a problemas de caráter externo, como a inflação e o aquecimento do mercado mundial etc, geram pressões inflacionárias sobre a economia. Some-se a isto a contenção salarial, processada pelo recrudescimento da inflação e pelo controle de reajustes promovido pelo governo, e tem-se a inflexão do ciclo. Para Serra,

> a inflexão do ciclo parece ter sido determinada fundamentalmente pela aceleração da inflação e seus efeitos sobre os salários e a política de crédito. A aceleração da inflação, por sua vez, teve um importante componente endógeno, ou seja, as mencionadas desproporções no crescimento da economia[9].

A desaceleração, de 1974 até o final da década, no entanto, esteve longe de configurar uma situação depressiva, pois as taxas de crescimento do PIB mantiveram-se relativamente elevadas durante todo o período. Contudo, a crise da economia do país denotava o esgotamento das possibilidades de expansão do ciclo iniciado em 1967 e a necessidade de transformações estruturais para a retomada do desenvolvimento. Acrescente-se, como agravante pelo lado externo, que a economia mundial entrava, neste momento, em sua mais severa recessão desde os anos 30. Há que se notar, ainda, que o "choque" do petróleo em 1973, diferentemente

do que foi muito apregoado, não foi causa direta para a desaceleração: a economia já se encontrava extremamente vulnerável e o "choque" externo do petróleo apenas apressou sua deterioração.

Parecia que a economia brasileira repetiria nesta segunda desaceleração por que passou (1974 em diante) o mesmo erro da primeira (1962-67): o setor de produção de bens de capital não seria implementado. Aparentemente, o principal agente dessa nova realidade da economia brasileira, o Estado, assiste impassível ao avanço da estagnação. Tal, contudo, não é o fato concreto, pelo menos em sua totalidade. A partir de 1974 o governo não apenas tenta impedir a retração da economia como também direciona investimentos para os setores que obstaculizavam o processo de industrialização, de bens de produção e insumos básicos. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) é, talvez, o esforço mais bem acabado de uma tentativa governamental para a promoção de transformações na estrutura econômica desde o Programa de Metas.

Neste segundo PND, o capítulo das estratégias industrial e agropecuária, após analisar o esgotamento das possibilidades de crescimento da indústria por absorção de capacidade ociosa restante, reformulação de turnos etc, indica

> o fato de que nova fase de substituição de importações se vai acelerar, principalmente quanto a setores básicos, para corrigir desbalanceamentos na estrutura industrial e para poupar divisas. (...) Em outro plano de idéias, a viabilização da meta de crescimento está estreitamente vinculada à importância de consolidar um *modelo brasileiro de capitalismo industrial*[10].

Apesar dos percalços, que o levaram à desativação parcial antes do final de 1976, em virtude das políticas contencionistas que o governo se viu obrigado a implementar, autores como Antonio Barros de Castro reconhecem o acerto do diagnóstico do II PND e vêm como surgindo do esforço deste período os frutos que são colhidos na recuperação parcial da economia em meados dos anos 80.

Em instigante trabalho de 1984, Castro contradiz aos que viam nos resultados positivos daquele momento da economia brasileira, reflexos da aplicação do receituário do FMI, de ajustamento da estrutura produtiva do país. Para o autor, a raiz destes resultados não é encontrada nas políticas contracionistas de 1981 e 1983, mas nas decisões tomadas bem anteriormente, naquilo que ele chama "estratégia de 74", o conjunto de intervenções propostas no II PND. Para Castro, se o país conseguia saldos comerciais crescentes, como os colossais 13 bilhões de dólares de 1984, estabilizar o crescimento da dívida externa e recuperar as reservas cambiais, isto se devia não à política de ajustamentos da segunda gestão do ministro Delfim Neto, mas à maturação dos investimentos efetuados durante a vigência do II PND, que viabilizaram a substituição de pesadas importações e o incremento de novos setores de exportação. Segundo suas palavras,

> a nova política escolhia superar a atrofia dos setores produtores de insumos básicos e de bens de capital. Ocorre, porém, que o atraso relativo destes setores constitue o próprio estigma, no plano industrial, do subdesenvolvimento. Neste sentido, reiteramos, o II PND se propunha superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvolvimento(...)[11].

Além de objetivar transformar a estrutura produtiva, o II PND preocupava-se também em proteger o volumoso bloco de investimentos que fôra feito anteriormente e que estava entrando em produção. Qualquer tentativa contracionista por parte da política governamental, àquela altura, poderia levar o caos ao parque industrial montado no período anterior, com sérios reflexos sociais e abalando a confiança do empresariado, trazendo resultados desastrosos para a continuidade de desenvolvimento do processo.

Além destes aspectos, é importante salientar dois outros, que apontavam para setores essenciais para a continuidade do processo de desenvolvimento brasileiro: o esforço dispendido pelos governos militares para domínio da energia nuclear, quase uma fixação em seus projetos modernizantes; e a reserva de mercado

para a indústria nacional de informática, que ofereceria as condições para um salto qualitativo da produção brasileira. Em ambos os casos os resultados são conhecidos: fracasso. Contudo, só o fato do II PND privilegiá-los, demonstra a grandiosidade e ambição do projeto.

O modelo implementado, no entanto, requeria a formação de superávits na balança comercial, permitindo o pagamento dos juros, a amortização da dívida, e a remessa de lucros para as matrizes das companhias transnacionais, além de assegurar a continuidade de importações de matérias-primas, tecnologia e insumos, que garantiriam a continuidade do processo de desenvolvimento. Se a aceleração do período Kubitschek fôra assentada sobre o mercado interno, esta o seria sobre o mercado externo. Apesar dos esforços, contudo, boa parte das divisas conseguidas pelo país continuavam sendo geradas pela agropecuária. Quando a economia mundial adentra por um dos piores períodos recessivos dos últimos tempos, agravado pela violência dos preços do petróleo a partir de 1973, o modelo começa a apresentar sérias rachaduras. Era preciso gerar divisas, mas a estrutura para obtê-las não conseguia cumprir esta obrigação. Será principalmente pelo furo do balanço de pagamentos que se colocará em risco todo o dique dos investimentos efetuados na economia brasileira.

Os anos 80, a chamada "década perdida", significando estagnação e, às vezes, regressão de vários indicadores econômicos, acabaram se tornando cruciais para a presente década. A estabilidade aparente do período final do governo Figueiredo, agravada pelos desencontros do Plano Cruzado e posterior descontrole total das contas nacionais, abrem caminho para as políticas neoliberais inauguradas por Collor e aprimoradas por Fernando Henrique. Durante todo este período, o que sempre esteve em jogo foi a modernização da economia: para Delfim Netto era preciso reformular o processo produtivo, ampliar as exportações e reiniciar um novo ciclo de crescimento, para o quê, no sentido de depurar o sistema, promoveu duas recessões e inaugurou a fase de sofridas negociações com o FMI; Funaro buscava a estabi-

lização inflacionária conjugada ao desenvolvimento e à superação da dependência, mas não conseguiu nenhum destes objetivos, embora tenha contado com a confiança de toda a nação; Mailson buscou apenas entregar o "estabelecimento" ao próximo ocupante do cargo, uma vez que não contava com respaldo político nem tempo para promover qualquer alteração de fundo. A partir de Zélia, apesar do fracasso do Plano Collor, retornamos ao desenvolvimento associado, com a abertura para a importação de novas tecnologias, produtos e capitais, culminando naquilo que é chamado hoje de globalização da economia.

O Processo Político

Entrando na discussão política precisamos, contudo, manter presentes os gargalos da crise econômica do início da década de 60: o impasse sobre os rumos do desenvolvimento a ser imprimido à sociedade brasileira, interessando fundamentalmente aos países cêntricos e aos grupos internos a eles ligados, já que uma opção de tipo nacionalista, autonomista, poderia afetar grandemente seus interesses, que só poderiam ser reforçados caso a alternativa de desenvolvimento associado, internacionalizante, fosse a vencedora; e a contradição interna fundamental, que permitia o convívio do desenvolvimento industrial acelerado ao lado da manutenção de estruturas obsoletas no setor primário.

Florestan Fernandes chama a atenção para um importante aspecto da evolução capitalista no Brasil: a *dupla articulação*. De um lado, unem-se interesses internos e externos; e, de outro, articulam-se os interesses das elites dominantes, ao nível interno, garantindo-se a continuidade de todos os setores da economia, arcaicos e modernos. Esse caráter articulado da economia brasileira é o grande bloqueio para a definição de uma forma autônoma de desenvolvimento, pois além de não permitir alterações nas relações com as potências imperialistas, congela também as relações internas:

> A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores

> econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dívida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente[12].

Este trecho demonstra a profunda relação de dependência e a necessidade que têm os países cêntricos de estabelecer os limites da transformação na periferia. Isto quando não promovem eles mesmos a transformação que desejam. Continuando com Florestan Fernandes, deparamo-nos, exatamente, com essa articulação para a situação brasileira. Duas "decisões" se completam neste processo: a externa, de converter o país numa economia monopolista dependente; e a interna, pela criação de condições pelas elites locais para a instauração desse modelo. Essa "decisão interna" configura-se no momento do Programa de Metas de Juscelino e nos governos militares pós-64. E essa decisão foi central, pois sem ela os grandes grupos econômicos não encontrariam condições para penetrar tão profundamente sobre a realidade do país: a vontade externa só poderia avançar com a colaboração explícita das elites locais[13].

Essa articulação interna caracteriza-se pelo interrelacionamento de interesses entre os setores arcaicos e modernos, representados pela agricultura e indústria. Apesar de, no após 30, o setor primário perder a primazia política, não pode ser demolido, já que o setor urbano-industrial depende de sua atuação. Francisco de Oliveira assim interpreta:

> "De um lado, por seu sub-setor de produtos de exportação, ela (agricultura) deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessida-

> de de mante-la ativa é evidente por si mesma. (...) De outro lado, por seu sub-setor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a não elevar o custo da alimentação principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano industrial[14].

A partir da amarração destes dois nós – externo e interno –, desta dupla articulação, é necessário investigar as relações políticas e o tipo de Estado que se está desenvolvendo no Brasil, após o início do processo de industrialização. Francisco C. Weffort, identifica nas classes médias o novo sujeito das transformações sociais: a seu ver foram estes os grupos que mais pressionaram para a queda do sistema oligárquico[15], assentado basicamente nos interesses cafeeiros. Contudo, não conseguem a liquidação radical dos interesses oligárquicos. Nessas circunstâncias de vazio, onde nenhum dos grupos detém o poder com exclusividade, abre-se espaço para a formação de um Estado que passará a se afastar dos interesses imediatos dos grupos, sobrepondo-se ao conjunto da sociedade. No entanto, esta situação de compromisso não confere ao Estado a legitimação necessitada, devendo buscar nova base de sustentação, as massas populares:

> O Estado encontrará, assim, condições de abrir-se a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Não é também o Estado tal como se forma na tradição ocidental. É um certo tipo de Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular[16].

Este é, em essência, um Estado de compromisso, onde o espaço que ocupa só é possível em razão do vazio de poder político. Este não pode ser empunhado por algum dos grupos dominantes, pois nenhum tem condições de estabelecer sua hegemonia. Contudo, apesar de se legitimar pelo apoio das massas populares, esta base só pode sustentar o Estado enquanto houver espaço para o compromisso entre os grupos dominantes. E é nesse jogo

que se desenvolve o Estado populista, situação que perdura por décadas e desembocará na extensa crise dos anos 60, quando o espaço para a conciliação irá diminuindo gradativamente[17].

Apesar desta situação de compromisso, o presidente Goulart, pressionado pelas massas populares, toma o rumo das reformas de estrutura, provocando a crise do regime populista. As reformas não podiam agradar às forças que apoiavam a manutenção do sistema, antes ameaçavam seu equilíbrio: cabe ao Estado apenas administrar as divergências, não permitindo que elas coloquem em risco a estabilidade da ordem econômica (o que não interessa a qualquer das partes). Da mesma forma, a migração desse Estado rumo às reivindicações das massas populares e da burguesia progressista, com um projeto de desenvolvimento autônomo, caracteriza-se como uma provocação que não pode ser digerida. Neste momento vem à tona toda a fragilidade do populismo enquanto sistema político de direção.

No entanto, as reformas constituíam-se na única saída viável para qualquer dos dois projetos de desenvolvimento. Após o golpe de 1964 (vencendo o modelo associado), boa parte da estrutura jurídico-política e econômica da sociedade brasileira foi modificada. O que estava em questão não era a necessidade ou não das reformas, mas a responsabilidade, o sentido e o rumo da direção. Já para a alternativa autonomista, as reformas eram a única forma (se descartarmos a via revolucionária) de quebrar a dupla articulação da economia brasileira, que se mostrou muito mais forte do que supunha grande parte dos analistas do período.

O acirramento do debate foi rápido. Por um lado, a entrada em cena dos movimentos populares e sindicais, acicatados pela disparada inflacionária e pela perspectiva de estagnação econômica, levando ao afastamento do bloco desenvolvimentista e à assunção do receituário reformista, afeta o equilíbrio do sistema, principalmente ao reivindicarem a modificação da estrutura fundiária e o controle do capital estrangeiro. No dizer de José Luís Fiori, "pela primeira vez, pois, as reivindicações populares queriam

alterar as regras básicas da valorização do capital no espaço econômico brasileiro"[18].

Por outro lado, a aproximação da ação presidencial para com as propostas reformistas alarma as antigas elites, que se encaminham para uma aglutinação das frações conservadoras, temerosas do avanço esquerdista e da diminuição de seus privilégios. Neste processo, pois, a burguesia nacional vai tendo seu espaço comprimido e as opções vão se tornando bastante perigosas. Aceitar a via democrática e desenvolvimentista de uma de suas frações, liderando as classes trabalhadores, era um desafio por demais arriscado. Além disso, ao nível externo, via-se prensada pela pressão imperialista, que não lhe permitia caminhar para fora e ainda ameaçava puxar-lhe o tapete no seu próprio espaço. Para Carlos Estevam Martins:

> Acuada a partir de baixo e a partir de fora e, além do mais, ameaçada de se romper por dentro, a burguesia brasileira dos tumultuosos anos iniciais da década dos 60 só poderia gozar de um momento de relativo repouso político à custa de uma solução de compromisso. Cabia-lhe renunciar às suas desmedidas ambições autonomistas e hegemônicas e se conformar com seu papel bastante mais modesto, porém seguro, no seio de um novo pacto de poder fundamentalmente voltado para a preservação do mínimo denominador comum dos interesses burgueses historicamente diferenciados: a propriedade privada dos meios de produção[19].

Como o objetivo desta união era a supressão dos movimentos populares e sindicais, isto impossibilitava a burguesia de formar qualquer aliança extra-classe. Este padrão de dominação agregada levou a uma perda substancial do poder de barganha da burguesia nacional, levando-a a ocupar um papel subordinado no interior da *coalizão politicamente dominante* (internacional-modernizadora), cabendo a liderança à burguesia internacional. O isolamento avança, inclusive, para com o capital estatal, e é apontado por Martins como a "(...)trágica solidão política da burguesia nacional"[20].

Esse padrão compósito impede que os grupos dominantes consigam formar uma coalizão capaz de negociar com e dirigir as classes trabalhadoras, levando a uma forma coercitiva e autoritária

de governo. Mas quem exerceria esse poder estatal? Não poderia ser exercido por qualquer fração específica das classes dominantes (em razão do padrão agregado), o que afetaria o equilíbrio intra-classe. Requeria-se, portanto, a figura de

> Um *tertius* que, além de ser estranho ao povo, fosse também estranho à classe. Essa dupla condição foi perfeitamente atendida pelas correntes militares e tecnoburocráticas que se converteram na elite governamental contra-revolucionária[21].

Desta maneira o regime autoritário define sua face burguesa. Mas, pagando o preço das ditaduras sem hegemonia, esta classe passa a ocupar posição subordinada, embora seus interesses continuem sendo defendidos. Poderia ser diferente? Fiori alerta para a diversidade e complexidade dos grupos e dos interesses pactados, que não admitiriam qualquer arbitragem que não dispusesse da própria *força* como instrumento de decisão. Ou seja, a entronização das forças armadas visava quebrar o impasse e dirigir o país para a superação da crise[22].

É necessário que percebamos, contudo, que o estamento militar não é convocado de forma aleatória para assumir esta função dirigente. A identificação da ação militar com o desenvolvimento dos ideais burgueses pode ser encontrada, por exemplo, na análise da principal agência formadora do pensamento militar, no período que antecede e no que acompanha a dominação autoritária no Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG). Eliézer Rizzo de Oliveira demonstra esta integração de objetivos:

> a mobilização política e ideológica levada a efeito pela ESG reveste-se do significado de um reforço da tendência à predominância do grande capital (no meio do qual ressalta o capital estrangeiro) como meio indispensável ao desenvolvimento econômico e à implementação de uma política de segurança nacional. Resulta daí, no plano econômico e no político, o estabelecimento de limites 'toleráveis' à organização e participação política dos setores populares[23].

Concomitantemente à crise econômica que se instaura a partir de 1974, desenrola-se a crise política. Tanto a expansão econômica

iniciada em 1968 como o padrão compósito de dominação começam a mostrar suas fraturas. Os impasses políticos acompanham as crises econômicas: assim o foi em 1950/1954, 1961-1964 e novamente em 1974. Para Carlos Estevam Martins, esta problemática está relacionada ao modo falho e desarmonioso com que foi executado o projeto de dominação da aliança internacional-modernizadora. A questão central é que a "modernização" das relações do interior tinha que contar com a correspondente "modernização" das relações do exterior com o interior. Tal, porém, não ocorreu e o processo de industrialização dependente-associado teve que se apoiar no mercado interno para a continuidade do seu crescimento. Portanto, para o autor, o que existiu foi estreiteza do mercado externo e não do interno, que não propiciou que o setor internacional moderno gerasse as divisas que lhe permitiriam continuar caminhando por suas próprias pernas. A fragilidade do sistema era colocada a nu pelo balanço de pagamentos e pelas transformações sociais que deflagram novos conflitos, quebrando o equilíbrio que existia no interior do bloco no poder:

> As divergências cresceram em tamanho e em número, sem que aumentasse, na mesma proporção, a capacidade governamental de mantê-las intramuros. Patenteia-se, assim, uma inevitável inadequação entre o padrão contra-revolucionário de dominação e as novas condições que hoje definem o terreno das lutas interburguesas. Como estão, as coisas não podem continuar. Os pontos de ruptura têm que ser soldados ou eliminados sob pena do movimento de massas penetrar pelas fendas da solidariedade burguesa. O regime, é o que todos dizem, precisa ser "institucionalizada". Mas em que sentido?[24].

Este foi o grande obstáculo do regime autoritário: por mais que se esforçasse, não conseguiu obter a aceitação popular nem coordenar o retorno à normalidade institucional. Pela via do voto, foi tentada por duas vezes e, em ambas, reprovada. Em 1965, sob o governo Castelo Branco, o revés eleitoral retarda, inclusive, as medidas liberalizantes e facilita o encaminhamento para o "endurecimento" político. O grande teste repetir-se-ia em 1974, já no

governo Geisel, sofrendo o sistema uma derrota ainda mais fragorosa que a de 1965, o que levou os "engenheiros" do processo de abertura política a revisar seus planos e postergar o avanço das liberdades, através do que se convencionou chamar de "abertura lenta, gradual e segura", na realidade uma sobrevida para o sistema autoritário. Desta forma, por não conseguir institucionalizar-se, todo período de sucessão correspondia a uma crise.

O que se pode concluir destas observações é que, na segunda metade da década de 70, o modelo político brasileiro carecia de sustentação. Digladiam-se no interior da aliança dominante tendências "continuístas" e "mudancistas" alimentadas, por um lado, pelo aumento da dificuldade de se atender à ampla gama de interesses conjugados no interior da composição. Vários setores começam a se sentir marginalizados e a companhia de diversos parceiros se torna incômoda: o regime sangra por dentro. Por outro, crescem as pressões surgidas do descontentamento que se alastrou entre os setores populares: o regime é acicatado por fora[25].

É interessante anotar, também, o esvaziamento que sofrem não apenas os órgãos de representação direta dos trabalhadores, como os sindicatos, mas também os órgãos de representação em geral da sociedade, como o Congresso Nacional e as casas legislativas estaduais e municipais. Da mesma forma, quando é possível, são cooptados os meios de comunicação, setores da Igreja etc, ou, quando a cooptação não é viável, cerceia-se a sua atuação, inclusive com o uso da violência.

No entanto, por mais intenso que tenha sido o debate político (em determinados momentos, praticamente liberado), não estava claro, ao final da década, o rumo para a institucionalização ou reformulação do sistema dominante. Isto só será possível na década seguinte, com o último general/presidente do período autoritário[26]. Por ora, optou-se por uma solução transitória, a já citada "abertura lenta, gradual e segura".

O período de Figueiredo é marcado pelo rompimento, por dentro, do regime autoritário. Politicamente, o desgaste se

processa numa seqüência incontível de reveses, inaugurada com a bomba no Riocentro, quando temos a demissão do General Golbery e, conseqüentemente, o esgotamento do citado processo de abertura controlada. As eleições de 1982 para governadores reproduzem a triste sina dos governos militares quando procuraram o aval das urnas: a vitória das oposições nos principais estados aumenta o isolamento do governo e diminui sua margem de manobra. O desmoronamento se completa com a campanha das "diretas já", em 1984. Apesar de sustar as eleições, o regime não conseguiu mais controlar nem o nome para a sucessão, muito menos o resultado do Colégio Eleitoral. Repetindo-se uma tradição na política brasileira, novamente em época de sucessão instaura-se a crise.

Conclusão

Durante os anos 60 e 70 a idéia de modernização foi uma constante no cenário nacional. Tanto a economia quanto a política – e poderíamos estender a observação a outros setores – sofreram profunda intervenção no correr dos diversos governos militares.

Significaria esta ruptura, realmente, uma modernização das relações político-econômicas? Estaria havendo uma quebra das articulações seculares que emperravam o desenvolvimento nacional? A simples observação responde a estas perguntas. O candidato da oposição, afinal vencedor no Colégio Eleitoral em 1985, significava muito mais transição que ruptura, ainda mais que a aliança que procedeu ao desenlace autoritário fundava-se principalmente sobre os descontentes do sistema, que desertaram tão logo o barco começou a fazer água. Novamente assistimos à conciliação pelo alto e à exclusão por baixo, com resultados imprevisíveis para a nação. Ou previsíveis, se consultarmos a história política do país. De qualquer forma, o esboroamento do regime permitiu o retorno à prática democrática, com a formulação de nova Constituição, liberdade de imprensa, independência dos poderes e eleições diretas em todos os níveis.

No início dos anos 60 digladiavam-se duas alternativas, ambas propondo reformas. Nos anos 70 apenas uma era implementada. A partir dos anos 80 a sociedade brasileira pôde voltar a contar com o pluralismo em suas opções, embora de uma forma um tanto quanto anárquica. Contudo, ao final da década de 80 as condições político-econômicas praticamente não deixavam alternativa ao modelo "neoliberal", tanto em termos políticos quanto econômicos. O país se modernizou mas continuamos nos marcos de um capitalismo dependente e associado. E os setores populares que, por diversos momentos entoam sua voz, são retirados de cena para ceder espaço aos "novos/velhos" atores, já bastante conhecidos na política brasileira. Com o avanço do processo de globalização, atualmente uma nova modernização começa a se impor.

A discussão presente trata da implantação da qualidade total nas empresas, da diminuição do chamado "custo Brasil", da implementação da reforma do Estado, da privatização das estatais etc. Ou seja, a modernização continua...

Notas

[1] *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 67-73.

[2] *Idem*, p. 73.

[3] *Idem*, p. 118.

[4] "Quinze anos de política econômica". In *Suplemento ao Catálogo.* Campinas, nº 04, p. 41.

[5] *Idem*, pp. 65-66.

[6] *O colapso do populismo no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 155.

[7] "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra". In Luiz G. BELLUZZO & COUTINHO, R. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, vol. 01, 1982, pp. 80-85.

[8] *Idem*, p. 85.

[9] *Idem*, pp. 98-100.

[10] BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), Brasília. Presidência da República, p. 37.

[11] "Ajustamento x Transformação. A Economia Brasileira de 1974 a 1984". In CASTRO, Antonio B. & SOUZA, Francisco E. P. *A economia brasileira em marcha forçada.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.33.

[12] *A revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 250.

[13] *Idem*, p. 257.

[14] "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". In *Seleções CEBRAP 1.* São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1975, p. 15.

[15] "Estado e Massas no Brasil". In *O populismo na política brasileira*.Rio Janeiro, Paz e Terra, 1980, p.47.

[16] *Idem*, p. 51.

[17] *Idem*, p. 59.

[18] *A Crise do Estado Desenvolvimentista no Brasil.* Uma hipótese preliminar. Rio de Janeiro, UFRJ, 1986, p. 74.

[19] *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil.* Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 208.

[20] *Idem*, p. 203.

[21] MARTINS, Carlos Estevam, *op. cit.*, p. 216. Sobre o autoritarismo na vida política brasileira, cf. TAVARES, José Antonio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. Ainda sobre a entronização das forças armadas, passando a atuar como uma espécie de partido político da burguesia, cf. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo.* Rio de Janeiro, Graal, 1985, pp. 39-40.

[22] FIORI, José Luís, *op. cit.*, p. 76. Para análise específica do Golpe de 64 cf., por exemplo, DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado.* Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1987.

[23] *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969).* Petrópolis, Vozes, 1976, p. 21.

[24] MARTINS, Carlos Estevam *op. cit.*, p. 232. Para maior aprofundamento sobre o regime autoritário e suas vicissitudes, cf. CARDOSO, Fernando Henrique. "O modelo político brasileiro". In *O modelo político brasileiro e outros ensaios.* São Paulo Difel, 1973, pp. 50-82.

[25] Para compreensão dos processos de enfrentamento ao regime autoritário, consultar, por exemplo, ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984.* Petrópolis, Vozes, 1985.

[26] Para uma análise dos principais fatos políticos do período autoritário, cf. VELASCO E CRUZ, Sebastião C. & MARTINS, Carlos Estevam. "De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da 'Abertura'". In SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. *Sociedade e política no Brasil pós-64.* São Paulo Brasiliense, 1983, pp. 13-61. Para uma importante descrição da totalidade dos fatos do período, cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

VII

CIDADANIA EM MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES



No espaço da liberdade a construção de uma Igreja

Euclides Marchi
Universidade Federal do Paraná

Na conjuntura de implantação do regime republicano, a Igreja Católica passou a enfrentar um duplo desafio. A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política.[1]

Minha contribuição nesta mesa tem como objetivo discutir algumas das colocações do professor Francisco José da Silva Gomes no seu texto *De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República* e tecer considerações sobre a construção da Igreja do Brasil no início da República, após o término do sistema de padroado.

Gostaria, a princípio, de destacar que a reconstrução da trajetória das relações entre Igreja e Estado no Brasil, tão bem abordada pelo texto do professor Francisco, exige que se estabeleçam parâmetros mínimos para a compreensão da convivência entre estas duas instituições, pois estamos tratando de conceitos polissêmicos e complexos, que envolvem, além dos aspectos institucionais, interesses tanto político-sociais como os de caráter divino-religiosos. Além disso, neles está imbutida uma dimensão individual e coletiva, permeados por uma conotação temporal e espiritual.

Embora minhas considerações fiquem limitadas aos aspectos institucionais da relação Igreja e Estado, o que de certa maneira implica uma visão conceitual bastante circunscrita, reforço o caráter histórico dessas relações, bem como a dupla condição social vivida pelos seus membros: cidadãos e católicos.

Todavia, se a Igreja e o Estado se assemelhavam no plano institucional, ao conviverem com as questões sociais que afetavam os cidadãos-católicos no final do século passado e início deste, diferenciavam-se quanto às suas finalidades e forma de ação. A Igreja buscava um equilíbrio através do discurso escatológico tendo a fé como elemento de superação das diferenças materiais e temporais, o Estado, por sua vez, pretendia solucioná-las através de propostas permeadas pela ideologia do bem-estar e do interesse coletivo.

O texto do professor Francisco revela que a adoção do catolicismo como religião oficial, incorporado à Constituição Imperial, e a subsistência do padroado garantiram à Igreja privilégios exclusivos, e ao Estado direitos, de intervenção nos negócios da religião. Essas relações são aceitas pela historiografia como amigáveis, relações de submissão e atrelamento, registrando-se, de quando em vez, conflitos pontuais e sem maiores conseqüências institucionais.

São bastante conhecidas dos historiadores da história da Igreja as condições criadas pela política regalista para a Igreja e em especial para as ordens religiosas, contribuindo para um definhamento numérico e para o descrédito em ralação ao clero. Uma das conseqüência dessa política foi o afastamento dos fiéis das igrejas e dos rituais católicos em geral.

Se, conforme nos mostra o texto do professor Francisco, a política imperial manteve-se presa aos princípios regalistas, igual não parece ter sido a atitude da Igreja, especialmente no decorrer das últimas décadas do século XIX. A partir de então, inicia-se um processo de transformação e reforma que iria atingir tanto a hierarquia e o clero quanto os rituais litúrgicos e as práticas pastorais, com conseqüências diretas sobre seu relacionamento com o Esta-

do. Pontuavam divergências entre bispos e governantes, demonstrando que a adesão ao processo de romanização, em franca expansão em nível mundial e, mais especificamente, na América Latina, passava a ser a nova opção institucional. As lideranças católicas, ao aderirem ao processo de romanização, davam mostras evidentes de que os limites interpostos pela legislação imperial e a condição de repartição pública vivida pela instituição, já não condizia com os padrões da catolicidade mundial. Ao disputar seu espaço na sociedade brasileira criavam um impasse: sobrepunham Roma ao governo brasileiro nos negócios da religião. A definição desse impasse representava a continuidade do preceito constitucional ou a separação entre a Igreja e o Estado.

A opção dos governantes, influenciados pela presença dos maçons, dos positivistas e dos livre-pensadores, entre outros, em favor de um Estado liberal, leigo e secularizado, ou seja, um Estado sem Deus e um governo sem religião, além de colocar a República e a nação no palco das sociedades modernas e civilizadas, também era uma resposta às posições assumidas por grande parte da hierarquia católica. O golpe maior estava na equiparação da Igreja católica às demais confissões religiosas. O catolicismo deixava de ser religião oficial e a Igreja estava livre para atuar na sociedade brasileira. Decretava-se uma alforria mútua, após centenária convivência.

O professor Francisco destaca com muita propriedade que o padroado concedido à Coroa Portuguesa pela Santa Sé tornou a Igreja colonial fortemente dependente do Estado. Sua manutenção após a independência garantia ao imperador poderes que o sobrepunham ao aparelho eclesiástico e transformava os brasileiros em súditos que deveriam ser formalmente católicos, seguidores da religião do Estado.

O fato de o Estado manter uma ambigüidade entre os súditos e cidadãos afetava o comportamento não apenas dos católicos mas especialmente do aparelho eclesiástico. Construíra-se uma Igreja sem personalidade, com um clero vacilante entre manter seu *status* de funcionário público e ao mesmo tempo de sacerdote,

impedido de se manifestar em assuntos que ultrapassassem os limites litúrgicos ou pastorais. Embora mantida numa situação de fragilidade, esta condição lhes era favorável pois estava garantida sua presença na sociedade e o atrelamento da adesão ao catolicismo como condição de cidadania. Os limites de direitos impostos aos não-católicos, supostamente à disposição de todos num estado Liberal, não condiziam com os preceitos da democracia e da igualdade social.

Embora a situação social da Igreja fosse relativamente confortável, eram flagrantes os sinais de decadência da instituição. Padres pouco afeitos aos exercícios do ministério sacerdotal, seminários funcionando precariamente, culto abandonado, ordens religiosas minguando por falta de candidatos, perda do patrimônio e a pregação do Evangelho completamente esquecida. O desprezo governamental para com as questões da religião, impedindo a expansão do número de dioceses e paróquias, deixando vagos os cargos de vigário colado e de professor para as cadeiras dos cursos de formação do clero e dificultando a consolidação do poder pontifício eram as marcas de um final de século.

Ao diagnosticar os efeitos devastadores do padroado e ao estreitar os vínculos com o Vaticano, a Igreja partia para uma reforma estrutural que atingiria desde o funcionamento dos seminários, a formação do clero, o celibato, clericalização do culto, controle das práticas litúrgicas, até a exigência de submissão e obediência à autoridade hierárquica. Um conjunto de normas e resoluções que iria orientar o povo católico na prática da religiosidade.

Ao se consolidar a separação entre Estado e Igreja, seu corpo de especialistas elaborou um discurso que garantiria a base filosófica e teológica aos procedimentos da hierarquia. Embora produzido sob o impacto da separação, esse discurso transitou entre o polêmico e o autoritário, o épico e o acomodatício, privilegiou fatos específicos, absolutizou significados e institucionalizou práticas, buscando, sempre, tornar-se dominante e único. No centro de sua produção estava explícito um jogo de poder e uma relação dinâmica

e pedagógica entre os interlocutores. Era, portanto, um discurso datado e direcionado, com fins político-institucionais, com características sociais e ideológicas, com autores e ouvintes qualificados.

A Igreja passa a viver uma nova dinâmica, revelando a força de seu discurso e a vitalidade de suas práticas. Implantava um consistente processo de consolidação institucional. Ressurgia dos escombros do padroado, pronta para superar o longo período de aliança institucional com o Estado e disposta a formar um novo clero e agregar um quadro de leigos da estatura de um Alceu Amoroso Lima, entre outros, convictos defensores de uma reforma europeizante e romanizadora e engajados nas causas da catolicidade.

Isso não quer dizer que tenha ocorrido um afastamento entre as elites e o clero, ou a negação dos mecanismos de poder. Embora salvar almas e pregar a mensagem católica fossem prioridades institucionais, para viabilizá-las era necessário uma instrumentalização adequada. Por isso, o discurso e as práticas católicas na Primeira República revelavam que a instituição adaptara-se rapidamente às transformações da sociedade, maximizara sua influência no interior do Estado, rearticulara seus quadros profissionais e reconstruíra alianças capazes de garantir e defender seus interesses, aumentando o número de seus seguidores e preservando a própria instituição.

Um discurso institucional, único e coletivo

Para garantir a unidade de procedimentos e ações em todas as dioceses e paróquias, o episcopado brasileiro, no início do século XX, precisou construir um discurso uniforme e coletivo. Obediente às orientações do Vaticano de unir os bispos em torno de determinados princípios doutrinários e pastorais, realizava a cada três anos as Conferências episcopais, das quais resultaram as Cartas Pastorais Coletivas, contendo as diretrizes da mais alta hierarquia católica no Brasil sobre assuntos de religião, política e formas de governo.

A primeira Carta Pastoral Coletiva publicada em 19 de março de 1890, logo após o decreto de separação do Estado da Igreja, trazia um discurso catastrófico, ameaçador, mostrando uma situação de crise, com conseqüências desastrosas para o futuro da pátria se o progresso da nação tivesse como base a religião.

O discurso episcopal tendia também para o épico, com enunciações figurativas envolvendo um trono afundado no abismo dos princípios dissolventes, e um altar de pé sustentando a Cruz. Sob o paradigma da Igreja, construía uma visão maniqueísta da nação, do Estado e da sociedade. De um lado, os que defendiam a causa da religião, a causa de Deus e, do outro, aqueles que queriam banir Deus e Jesus Cristo da sociedade. Os inimigos da Igreja procuravam destruir a fé, a caridade, os costumes, as doutrinas cristãs, além de empreender uma guerra contra o papa e contra os fundamentos do catolicismo. Por isso, eles, os bispos, estariam alerta pelo país, pelos governantes e governados, para garantir que o Brasil não se tornasse uma terra maldita de Deus. Queiram evitar que a figura de Deus fosse suprimida na família, nas escolas, no governo e nas repartições públicas ou que os cemitérios fossem secularizados e as pessoas impedidas de ter acesso aos sacramentos. Era um discurso épico, carregado do trágico.

Religião e Igreja apareciam como as vítimas da impiedade moderna. Aqueles que queriam apoderar-se do Estado, dominar os negócios públicos e impor suas idéias tinham como objetivo desmentir sua teoria, seus ensinamentos, seus sacramentos, sua fé, negar sua história e transformá-las nas inimigas da sociedade. Para isso, queriam uma Igreja livre no Estado livre, acabando com as relações entre Estado e Igreja. A carta pastoral atribuía à separação um poder inusitado, capaz de varrer Deus da face da Terra, apagar a religião das mentes humanas, desorganizar completamente a sociedade, abrir a porta a todos os vícios e males, ao ateísmo e a irreligiosidade; dilúvio de erros que arrastaria tudo em suas águas lodosas: família, leis, religião – enfim, a sociedade.

Os bispos mostravam-se inconformados com a separação porque os cidadãos que constituíam tanto a Igreja como o Estado eram os mesmos. Todavia a união que queriam não era a do regalismo, mas aquela na qual o Estado não seria o árbitro supremo das questões religiosas e nem os membros do clero subalternos dos ministros civis. A união pretendida resultava do acordo e da harmonia, do respeito à dignidade e à preservação dos direitos mútuos.

Apesar dos protestos do episcopado, a separação era irreversível e o Estado caminhava para sua configuração laica e secularizada. Aos bispos caberia apenas reafirmar o direito à liberdade e à proteção e recomendar aos católicos que as usassem para consolidar a Igreja e fortalecer os princípios do catolicismo. Por isso, conclamavam os católicos para a luta dizendo-lhes que era hora de despertar da inércia, de estimular os brios, de agir com valor e de concerto para defender, restaurar e fazer florescer a religião, reativar a fé e salvar a pátria. Ninguém deveria ser hostil ao governo ou à República porque, por parte da Igreja não haveria conflitos se o Estado não interferisse e não legislasse em assuntos da religião e garantisse a liberdade de culto.

Advertiam aos constituintes para que na constituição republicana nada constasse de ofensivo à liberdade de consciência religiosa ou tolhesse o direito de total liberdade aos católicos de crer nos dogmas, de praticar a disciplina da religião. Não tolerariam estorvos às vocações sacerdotais, nem a obrigação dos sacerdotes católicos prestarem serviço militar, muito menos privar a Igreja da posse e administração de suas propriedades.

Na verdade, o episcopado fazia uma leitura radical da laicização e considerava que laicizar era opor-se ao cristianismo. Por isso, no Brasil repetia-se o que ocorrera em muitos países europeus: um afastamento entre a duas instituições.

Dez anos se passaram até que em 1899, o papa Leão XIII convocou os bispos da América Latina para o Concílio Plenário da América Latina. Nele ficavam definidos os novos rumos e as diretrizes sobre os procedimentos a serem adotados por toda a

cristandade latino-americana. Ficavam instituídas as reuniões episcopais, bem como as relações com o poder civil e com os Estados nacionais.

A CONSTRUÇÃO DA CONCÓRDIA

O texto do professor Francisco destaca que, apesar da consolidação do Estado laico, a Igreja adotou uma política de gradativa reaproximação, sobretudo a partir do momento em que a burguesia cafeeira se consolidou no poder. Ambos reencontravam-se em torno de um projeto conservador com o objetivo de manter a ordem estabelecida. Ao comemorar a virada do século e festejar o quarto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil, o episcopado brasileiro voltava a se manifestar coletivamente. Para eles, era o fim de um século apóstata, que iria desaparecer na eternidade. Ainda magoados por causa das atitudes da monarquia que protegera tanto a Igreja quanto as heresias, ressaltavam que o Brasil, um país favorecido por Deus, revelava-se ingrato, atentando contra o Criador. O povo católico deveria reparar esses males através da penitência e do retorno a Cristo, lutando para que a sua religião não fosse nivelada ao protestantismo, ao positivismo e às demais crenças. Aos católicos caberia a responsabilidade de homenagear a Deus pelo novo século que se iniciava, reparando os insultos e desprezos a Ele dirigidos pelo que findava.

Para a hierarquia católica a realidade apresentava-se preocupante dado que a sociedade perdera a confiança em si, não havia respeito à autoridade constituída; desaparecera a harmonia nas famílias. Homicídios, roubos, sacrilégios e outros crimes nefandos, de que anteriormente havia apenas notícia, agora multiplicavam-se, perturbando toda a sociedade. Os homens eram movidos apenas pelos interesses materiais, às vezes sórdidos; já não se respeitava a justiça, o dever, as consciências, muito menos a Deus. Tudo isso era um sintoma da dissolução social. Embora sem referir-se à separação, deixava-se implícito que os males que assolavam o país não eram outra coisa senão a mão de Deus que

flagelava toda a sociedade. A Carta Pastoral de 1900 resgatava, para o Brasil, uma história permeada pela presença de Deus e pelos ministros da religião, enriquecida pela ação da Igreja, de seus bispos, clero e missionários. Um Brasil devedor a Deus! Dívida testemunhada através dos templos e monumentos, cidades e obras que espelhavam o empenho da gente católica. O discurso abandonava o caráter épico e a Igreja deixava de ser vista como grande vítima do estado leigo.

O resgate da concórdia aparecia explícito nas palavras dos bispos quando afirmavam que assim como não foram contra o regime monárquico, também não o seriam em relação ao republicano; reconheciam a autoridade daqueles que governavam a nação e se mostravam dispostos a obedecê-los, contanto que estes respeitassem os preceitos divinos. Incitavam os católicos a protestar contra as leis ímpias e recomendavam que encaminhassem aos representantes do povo petições respeitosas, porém firmes e decididas, mostrando que não queriam uma nação sem Deus e sem religião nem um governo ateu. O silêncio e a omissão significariam a conivência com a apostasia nacional. Sem dúvida, era um discurso politicamente moderado em busca de paz, da concórdia e da prosperidade da nação, voltado mais para as questões da espiritualidade, da fé, das práticas religiosas e das obras de piedade. Era, claramente, o discurso da concórdia: concórdia de todos os cidadãos, das leis, do respeito às autoridades, a Deus. A união da nação com a Igreja de Cristo sem prepotência ou predomínio, união de amizade e não de cativeiro em busca da prosperidade. Lamentava apenas a laicização do Estado. Os prejuízos materiais causados à Igreja, a adoção do ensino leigo e do casamento civil, a retirada dos subsídios aos seminários, aos ministros da religião, ao culto e à manutenção dos templos. Mesmo considerando que a separação era injusta, ficava claro que a Igreja aprendera a caminhar de forma autônoma.

A BUSCA DA REAPROXIMAÇÃO

Na busca da reconstrução institucional, uma das tarefas do episcopado era a elaboração das Constituições Provinciais da Igreja no Brasil. Desde o final do século XIX, nos encontros trienais, iam sendo esboçadas as diretrizes e os princípios básicos destas constituições. Finalmente em 1915, em meio aos horrores de uma guerra mundial, o episcopado da Província Meridional[2] publicava uma das mais importantes cartas pastorais coletivas, acompanhada de decretos e resoluções que iriam orientar toda a Igreja do Brasil durante décadas. Nela o discurso tornara-se pedagógico; não bastava conhecer e reprovar o mal, era preciso combatê-lo e arrancá-lo do meio dos fiéis.

Evidenciava-se a ignorância religiosa do povo e seu despreparo para combater os vícios e os males, sua propensão para as superstições, uniões ilícitas e para as associações inimigas de Deus e da Igreja. A culpa cabia também aos sacerdotes, sobretudo por sua falta de empenho para impedir o avanço das outras igrejas. Apresentava também um viés social, combatendo os assaltos à propriedade privada e aos cofres públicos, os crimes contra a justiça, os roubos, as demissões de empregados, a baixa remuneração e as injustiças sociais. O povo católico era conclamado a se opor aos erros e à impiedade do mundo moderno e a lutar pelo ensino religioso nas escolas públicas. Porém maior ênfase era dada aos aspectos litúrgico-pastorais. Refeita do abalo da separação, a Igreja redefinia sua trajetória. Nenhuma referência era feita ao Estado, porém recomendava-se que se ensinasse ao povo a observância às leis, o respeitar às autoridades legítimas, o amor ao trabalho o acato aos direitos alheios. Afirmava-se ainda que era preciso cimentar e promover a união e a concórdia, o amor entre os indivíduos e entre as classes sociais.

Ao clero o documento recomendava submissão e obediência aos bispos e respeito às prescrições pontifícias e ressaltava a imunidade e preservação da autoridade da Igreja em todas as coisas que dizem respeito à religião. Neste ponto ficava claro também o

lugar dos leigos dentro da Igreja. Mesmo tendo sua participação valorizada, não deveriam, no entanto, ultrapassar os limites da ortodoxia, mantendo-se subordinados aos pastores legítimos e não pretendendo a supremacia da ação leiga sobre a da Igreja. O clero nacional deveria receber atenção especial, pois embora as ordens religiosas estrangeiras prestassem importantes serviços à Igreja do Brasil, dele dependeria o futuro da Igreja brasileira, a regeneração do povo e da sociedade.

As relações com o poder civil eram tratadas com a máxima prudência. A República estava aceita, a laicização já não incomodava tanto, as adaptações já haviam ocorrido. A Igreja, reconstruída institucionalmente, aceitava aproximar-se do Estado e colaborava com os governantes. Era um discurso suave, voltado para seus fiéis, para a espiritualidade, para as obras pias, para o respeito às leis, para a defesa da pátria e da religião católica.

A compreensão da trajetória da construção institucional e da elaboração de um discurso oficial impõem não apenas uma perspectiva histórica, mas também um respeito aos processos de autocompreensão da Igreja e da hierarquia. Além disso, ao enfatizar tais aspectos, aponta-se para uma Igreja conceitualmente entendida como uma complexa entidade social e religiosa, com múltiplas relações com o Estado, o Vaticano, o povo católico e com os não católicos.

Os quatro séculos de relações com o Estado, se lhe garantiram determinados privilégios, também contribuíram para a sua desestruturação e definhamento. No momento da separação, o episcopado teve de iniciar um aprendizado da liberdade e, apesar das dissensões internas, revelou-se capaz de manter a coesão em níveis que lhe permitiram superar as cisões e construir a instituição.

O esforço para a clericalização e europeização das práticas litúrgicas implicou a perda da domesticidade e docilidade do catolicismo popular e, não raras vezes, o afastamento do povo do culto católico. Todavia, a religiosidade foi mantida, os deuses e

os santos continuaram sendo cultuados independentemente do clero e à margem da instituição.

Por sua vez, a Igreja condenava as ousadias do mundo moderno, aplicava uma estratégia pastoral voltada para a classe média e alta e adotava uma modalidade de cristianismo ortodoxo e cultualista.

Um quarto de século de caminhada! Um sucesso? Afinal, uma instituição que em 1890 começara sua trajetória livre e autônoma e que em 1891 tinha apenas doze dioceses, em que 1900 já tinha dezessete, em 1910 trinta e em 1920 cinqüenta e oito, fazia-se merecedora do respeito de toda a sociedade.

Na década de iniciava-se outra história. As relações entre Igreja e Estado não voltariam a ser oficiais, mas sem dúvida as duas instituições estabeleciam um convívio amistoso e oficioso

E se para o Estado e para o governo pouco interessavam a religiosidade ou a religião do povo, reconstruir sua relação com a Igreja, oferecendo-lhe privilégios e favores em troca das colaboração e apoio, era, acima de tudo, uma opção política.

Notas

[1] MICELLI, Sérgio. *A Elite eclesiástica brasileira.* Rio de Janeiro, Ed.Bertrand Brasil S.A., 1988, p. 19.

[2] Em 1892, o papa Leão XIII autorizava uma divisão administrativa da Igreja do Brasil em duas províncias: a *Meridional*, composta pelos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a *Setentrional*, composta pelos demais estados do Brasil.

A reforma ultramontana do clero no Império e na República Velha

Lana Lage da Gama Lima
Universidade Federal Fluminense

Uma vez colocada pelo expositor desta mesa, a complexidade do processo de transformação dos súditos de um estado imperial confessional em cidadãos de uma República laicista, num contexto em que Igreja e Estado mantiveram, apesar da separação formal, estreitos laços e interesses comuns, tratarei da questão específica do clero nessa conjuntura.

Se, desde o século III, podemos falar, na Igreja cristã, de uma clivagem entre clérigos e leigos, foi somente após o advento do sistema de cristandade que se deu um verdadeiro processo de clericalização, através da constituição do aparelho eclesiástico e da progressiva destituição dos leigos do poder religioso na comunidade eclesial.

O processo de clericalização conheceu seus momentos de crise ao longo da história e foi objeto de reflexão e da ação dos grandes movimentos de reforma ocorridos na Igreja, como as reformas Gregoriana (séculos XI-XII) e Tridentina (séculos XVI-XVIII). A Reforma Gregoriana criou fundamentalmente os mecanismos para aprofundar a separação entre clérigos e leigos, insistindo no celibato eclesiástico e na distinção entre Igreja e Mundo, entre *Ecclesia universalis* e *Respublica christiana*, entre sagrado e profano. A estruturação em eixo do poder eclesiástico foi tam-

bém reforçada, estreitando-se os laços hierárquicos desde os párocos, passando pelos bispos até a Santa Sé, em Roma. E, ainda que a Reforma Gregoriana conhecesse várias limitações na implantação de seus propósitos, a cristandade medieval assistiu à difusão efetiva do sistema clerical e paroquial, sobretudo no século XIII.

Durante os séculos XIV e XV, a cristandade e a Igreja, em crise, esboçaram novos movimentos de reforma, mas o impulso decisivo só ocorreu no século XVI, dando origem de um lado à Reforma Protestante, e de outro à Reforma Católica ou Tridentina, muito mais ampla do que o movimento denominado tradicionalmente como Contra-Reforma.

Reunido de forma intermitente entre 1545 e 1563, o Concílio de Trento estabeleceu medidas destinadas a acentuar a clericalização herdada da Idade Média, afastando os sacerdotes cada vez mais dos laços familiares e dos interesses e costumes seculares, e promovendo uma cuidadosa preparação moral e intelectual do clero, realizada nos seminários. Separados dos leigos por trajes especiais e conduta austera, os clérigos deveriam atuar como "especuladores e atalaias que estão velando e guardando que Deus não seja ofendido em suas freguesias", como afirmava em seu *Catecismo* o arcebispo de Braga, Fr. Bartolomeu dos Mártires, dominicano português que teve destacada atuação no Concílio[1].

Assim, a Reforma Tridentina defendeu o sacerdócio dos ataques protestantes, insistindo no celibato clerical e revalorizando a figura do padre na comunidade de fiéis. A reiteração do primado dos sacramentos como meio obrigatório da salvação enfatizava a importância do clero como mediador da relação entre os católicos e seu Deus. Por outro lado, ao proclamar o primado do papa sobre os bispos, atava os clérigos a uma estrutura hierárquica encimada por Roma. A romanização se colocava pois como meta a ser atingida, apesar de na prática sofrer as vicissitudes causadas pelo jurisdicionalismo confessional do Estado moderno absolutista.

A Crise da cristandade Colonial e a Reforma Regalista (1759-1844)

No Brasil Colônia implantou-se, a partir do século XVI, uma cristandade de tipo constantiniano, regida pelo princípio confessional *cuius regio, illius et religio* (quem manda, manda também na religião). Os portugueses trouxeram para os trópicos um catolicismo herdado da Idade Média, com elementos tridentinos, vindos sobretudo na bagagem da Companhia de Jesus.

Nos dois primeiros séculos da colonização, os bispos, a quem Trento confiara a reforma do clero na Europa, pouco puderam fazer no Brasil. A submissão aos interesses da Coroa, decorrente do Padroado, a imensa extensão territorial e os largos períodos de vacância das dioceses tornaram o episcopado brasileiro inexpressivo como instrumento de reforma intelectual e moral do clero. Somente no século XVIII a Igreja ultramarina se empenharia, de forma mais sistemática, em implantar no Brasil as condições que permitiram, na Europa, a implementação da Reforma Tridentina, que implicava, entre outras coisas, a multiplicação da rede diocesana e paroquial, o reforço dos laços da hierarquia eclesiática e a reforma intelectual e moral do clero. Esse esforço, que teve seu momento mais expressivo em meados do século, foi, no entanto, prejudicado pela instituição do regalismo pombalino e pela expulsão dos jesuítas (1759). Na verdade, a Reforma Tridentina só se consolidou no Brasil no Segundo Reinado, juntamente com o processo de Reforma Ultramontana, romanizadora do catolicismo luso-brasileiro.

A crise da cristandade na colônia se deu no bojo da crise do sistema colonial e foi marcada pela desorganização da evangelização e do ensino, causada pela expulsão da Companhia de Jesus, e pelas crescentes ingerências da Coroa nas questões eclesiásticas, decorrentes da exacerbação do jurisdicionalismo de Estado verificada com o regalismo pombalino. O resultado desse quadro foi uma crise na disciplina e na vida do clero em geral, particularmente do baixo clero.

Após a independência do Brasil, o Estado imperial manteve o sistema de cristandade, incorporando o Padroado e valendo-se do aparelho eclesiástico como instrumento de direção moral da sociedade, legitimação e manutenção da ordem social e construção da unidade territorial. Manteve também o regalismo, procurando submeter a Igreja aos seus interesses.

O episcopado, com raras exceções, aderiu à independência. E no plano político, enquanto o alto clero era francamente conservador, o baixo clero se encontrava dividido. Uma parte considerável do clero secular e regular aderiu às idéias liberais, configurando um clero patriótico, seguidor das idéias regalistas e laicistas ensinadas na Universidade de Coimbra e no Seminário de Olinda. Alguns, mais radicais, chegaram mesmo a freqüentar lojas maçônicas. Padres e religiosos participaram de quase todos os movimentos revolucionários brasileiros, de fins do século XVIII a meados do XIX, desde a Conjuração Mineira (1789) até a Revolução Praieira (1848).

No plano internacional, a partir de 1815, a Santa Sé, envolvida na política da Restauração e da Santa Aliança, adotou uma atitude anti-liberal e romanizante, que se propunha a enfrentar não somente o jurisdicionalismo confessional de alguns Estados, mas também os Estados laicistas e aconfessionais, que adotavam, por vezes, políticas anti-clericais francamente hostis à Igreja. Nesse contexto surgiram, então, o Intransigentismo, denominação dada à luta da Igreja contra o Estado laicista e aconfessional; e o Ultramontanismo, política eclesiástica no sentido de unir os episcopados católicos em torno da Sé romana; de buscar a autonomia dos bispos em face do poder temporal, e de empreender a reestruturação do aparelho eclesiástico.

No Brasil, durante o Primeiro Reinado e a Regência, o Estado manteve uma situação de permanente ambigüidade. Por um lado, o Estado era confessional, oficialmente católico. Por outro, queria desvincular-se da jurisdição papal, considerando o Vaticano um Estado estrangeiro. Mantendo o regalismo, o governo procurava

subordinar a Igreja aos interesses de um Estado soberano e nacional. Daí os conflitos inevitáveis com um episcopado cada vez mais ultramontano e romanizador, que lutava pela autonomia de sua ação pastoral.

O antagonismo entre o Estado regalista e o episcopado ultramontano manifestou-se na aparição de duas visões contrárias de cristandade, inspiradoras de duas propostas diferentes de reforma da Igreja. Doravante dois movimentos reformadores, antagônicos sob certos aspectos, procurariam reestruturar e renovar o aparelho eclesiástico: um liderado pelo Estado imperial e outro pela própria Igreja. Mas, num ponto, ambos concordavam: na necessidade de manutenção do sistema de cristandade.

A reforma regalista da Igreja e do clero era liderada pelos liberais, quase sempre agressivos com relação à Santa Sé. Esses reformadores desejavam um catolicismo de tendência nacionalista, livre da intervenção romana. Pretendiam integrar a Igreja à máquina do Estado e funcionalizar o clero. A Reforma Ultramontana, liderada pelo episcopado, procurava livrar a Igreja das ingerências do Estado, atrelando-a cada vez mais à Cúria romana. Em suma, a conjuntura política e ideológica brasileira, de 1822 a 1844 foi propícia às atitudes radicais relativas à Igreja, a ponto de, em 1835, por pouco não se produzir um cisma com a Igreja romana.

O Segundo Reinado e a Reforma Ultramontana

Com a Maioridade, o Estado imperial foi progressivamente dissociando o regalismo do liberalismo, tornando-se mais conservador. Essa tendência resultou num reforço dos laços com o episcopado, igualmente conservador e anti-liberal. O imperador passou a nomear para os cargos importantes da hierarquia católica homens austeros, de grande piedade, e zelo para com a disciplina clerical. Esta virada do Estado vinha ao encontro de um tímido movimento de reforma, de inspiração tridentina e romanizadora, liderado pelo episcopado, mas que não havia podido se expandir pela força que tivera até então o movimento regalista de reforma

da Igreja. Este movimento desejava afastar o clero da vida profana, nomeadamente da política, trazendo-o exclusivamente para as atividades pastorais, numa espécie de volta aos prebistérios. O próprio caráter da formação dos clérigos nos seminários adquiria outros contornos. Afinal, como observa Lustosa, o ultramontanismo caracterizou-se, entre outras coisas, "pela supervalorização da moralização dos costumes, deixando em plano inferior um ensino e um conhecimento mais ligados à vida, pela espiritualização do clero interiormente enclausurado nas questões da Igreja e desligado dos problemas sociais e políticos"[2].

A reação do clero liberal e regalista não teve sucesso, e esse segmento do clero teve que se curvar às exigências reformadoras dos bispos, apoiados agora simultaneamente pela Santa Sé e pelo Estado imperial. Mas, ao estimular a Reforma Ultramontana, que se ajustava aos interesses do governo por seus aspectos conservadores do ponto de vista social, o Estado imperial tornou o clero cada vez mais autônomo em sua estrutura disciplinar interna e conseqüentemente em sua ação pastoral junto aos seus súditos, favorecendo a subordinação hierárquica ao papa e à cúria romana.

Em suma, tanto o Estado quanto a Igreja viviam um dilema. O Estado imperial queria manter o aparelho eclesiástico sob sua estreita vigilância, mas terminou por favorecer sua autonomia ao estimular a Reforma Ultramontana, capitaneada por um episcopado conservador, que suportava cada vez com mais impaciência a subordinação a um Estado regalista. Esse dilema se reproduzia ao nível do baixo clero, dividindo os sacerdotes entre suas funções de funcionários públicos e a cura d'almas; entre a obediência devida a um Estado do qual eram também súditos, e a fidelidade às diretrizes emanadas da cúria romana. Essas contradições explodiram de forma inequívoca nos conflitos que constituíram o que se convencionou chamar de Questão Religiosa (1872-1875).

A persistência desses conflitos no quotidiano das relações entre Igreja e Estado tornava cada vez mais complexa a manutenção do sistema de cristandade no Brasil, do qual nem os bispos

nem o governo imperial queriam no entanto abrir mão. O segmento ultramontano e conservador do baixo clero encontrava-se dividido entre a obediência ao Estado e ao episcopado atrelado à Santa Sé. O segmento regalista, politizado, liberal ou conservador, pouco importa, apelava para a Coroa quando se via prejudicado pelos bispos ciosos de sua ação reformadora. Esses impasses não deixaram que a Reforma Ultramontana se generalizasse durante o Império.

A República Velha e o Clero no Brasil

A proclamação da República pôs fim ao Estado confessional no Brasil e, portanto, às interferências regalistas nos negócios eclesiásticos. Finalmente, então, a Reforma Ultramontana pôde se fazer notar efetivamente tanto na vida dos fiéis, através de um catolicismo cada vez mais romanizado, quanto na vida dos clérigos. A reforma enfatizou a disciplina interna, a moralização, a espiritualização, a dedicação exclusiva a questões pastorais e intra-eclesiais e o distanciamento dos problemas sociais e políticos.

Com a separação entre Igreja e Estado, se o clero sofreu restrições em seus privilégios, sendo colocado no mesmo nível que os outros cidadãos, por outro lado viu-se livre das ingerências do Estado nos assuntos eclesiais. Somente a República proporcionou a implantação efetiva da reforma do clero em moldes tridentinos, tão almejada pela Igreja durante o Segundo Reinado.

Como a reestruturação e expansão do aparelho eclesiástico se fez sem entraves durante a República Velha, o clero pôde ser romanizado quase que integralmente através da ação do episcopado, auxiliado pelas ordens religiosas, que, sem os impedimentos colocados pelo governo imperial, puderam se multiplicar no Brasil. Em 1915, por exemplo, o número de instituições religiosas masculinas havia subido de dezoito, durante o Império, para quarenta. Quantos às femininas, passaram de onze para 68. A onda europeizante e romanizadora representada por esse aporte de religiosos estrangeiros, padres, irmãos e freiras foi importante no

sentido de enquadrar o baixo clero secular nos moldes tridentinos, preconizados pelo episcopado e pela Santa Sé.

O Estado republicano, muito embora mantivesse o separatismo estrito, passou a solicitar ao clero católico, agora bastante conservador e europeizado, sobretudo a partir dos anos 10 e 20, uma colaboração no sentido de que ele continuasse a desempenhar o seu papel tradicional de formador das consciências dos católicos e de um modo geral dos cidadãos brasileiros, já que os católicos constituíam a maioria da população.

O episcopado, por seu lado, acalentava um projeto de constituição de um Estado laico inspirado pelo cristianismo, em suma, um projeto de neo-cristandade, em que caberia ao clero incentivar e supervisionar as atividades de um apostolado leigo exercido por católicos militantes, enquadrados e organizados pela Ação Católica. Nesse contexto, a ação do baixo clero era imprescindível como mediadora das relações entre a hierarquia e os fiéis. Seu papel de formador de consciências continuava fundamental, mesmo num regime de separação entre Igreja e Estado.

Conclusão

Na verdade, os conflitos advindos da necessidade de escolha entre a fidelidade ao Estado, como súdito ou cidadão, e a fidelidade à Igreja, como seu sacerdote, não derivaram automaticamente do fato de existir ou não uma cristandade constantiniana ou pós-costantiniana, isto é, de haver ou não uma religião oficial, mas do modo como se articulavam os poderes da Igreja e do Estado, em qualquer das duas situações.

Houve assim, no Brasil, um período em que o clero se encontrou bastante dividido entre esses dois poderes, quando se exacerbou o jurisdicionalismo de Estado, primeiramente durante o período regalista de crise da cristandade colonial (1759-1844) e, depois, durante o período do regalismo conservador do Império(1844-1889). A República aconfessional e laicista, excetuando-se a ação mais radical de alguns liberais, positivistas e maçons,

não alimentou hostilidades contra a Igreja e o clero. Ainda que o Estado republicano se mantivesse efetivamente separado do aparelho eclesiástico e do clero católico, os grupos dirigentes da República Velha não se eximiram, muito pelo contrário, de ajudar a Igreja a se reestruturar e mesmo expandir-se. O papel do clero, mudou, em suma, muito pouco, com o advento da República, apesar de haverem mudado as formas de sua inserção na sociedade[3].

Notas

[1] MÁRTIRES, Frei Bartolomeu dos. *Catechismo ou Doutrina Cristã e Práticas Espirituais*. Braga, Antonio de Maris, 1564, p. 273.

[2] LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. *A presença da Igreja no Brasil;* história e problemas. São Paulo, Editora Giro, 1977, p. 43.

[3] Esta comunicação teve como apoio o texto apresentado pelo expositor da mesa-redonda, professor doutor Francisco José Silva Gomes *De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República;* sua tese de doutoramento *Le projet de néo-Chretienté dans le diocèse de Rio de Janeiro de 1869 à 1915*. Université de Toulouse-LeMirail, 1991: e ainda minha tese de doutoramento, *A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil colonial*, São Paulo, USP, 1990.

Mecenato e Cidadania

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

As iniciativas privadas para fomentar o acesso a livros e bibliotecas e permitir atividades culturais pouco acessíveis a indivíduos de grupos médios urbanos no Brasil, no final do século XIX e início do XX, começaram de forma bem tímida, ampliando-se somente com práticas mais generosas de imigrantes enriquecidos que se destacaram em criar associações e sustentá-las em benefício de setores mais carentes da população. Muitas vezes os esforços e verbas com estes fins originaram-se de grupos que através de associações episódicas levantavam fundos para financiar ampliação de bibliotecas e núcleos de estudos. O mecenato privado poderia realizar benefícios que o poder público muitas vezes delineava, mas não sabia tornar duradouros.

Este segmento de mecenato, ainda incipiente, tinha um perfil semelhante no caso da cidade do Rio de Janeiro. Era vinculado a categorias socioprofissionais como advogados e médicos, mas incluía também comerciantes, livreiros, jornalistas, e seus interesses comuns convergiam para a bibliofilia: os livros ou a "doença dos livros", citada desde o século XVII, nos estudos de Daniel Roche[1]. Possuíam livros em quantidade e um certo otimismo cultural quanto a seu uso e disseminação, realidade que pode ser compulsada ao se analisar seus inventários, testamentos, e correspondência.

As transformações que estavam em processo na cidade do Rio de Janeiro levariam à instalação de um novo monumento cultural público – a Biblioteca Nacional – que foi concluído em 29 de outubro de 1910, integrando o conjunto que representaria a renovação arquitetônica da cidade, na Avenida Central[2]. Posteriormente seria incorporado ao seu acervo uma das poucas bibliotecas particulares salvas entre as muitas desbaratadas daquele período, pertencente a um desses colecionadores que foi importante para a intensificação das atividades de mecenato no período.

Destaco aqui a figura de Francisco Ramos Paz, um bibliógrafo que apesar de vir de um meio que não integrava o típico homem de cultura tradicional, fomentou entre seus amigos atitudes típicas de mecenato, fundamentais para a manutenção e enriquecimento de bibliotecas públicas, como o Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca Fluminense e a própria Biblioteca Nacional. As outras colaborações vieram, na sua maioria, de homens originários de famílias que durante gerações preservaram fortunas e bens pessoais, e circulavam com segurança e interesse pelo ambiente cultural da época[3].

Francisco Ramos Paz era português e tinha imigrado para o Brasil ainda muito jovem, para trabalhar. Representava o imigrante em dificuldades que aqui aportava, muitas vezes analfabeto, encontrava novas possibilidades e suportava grandes privações iniciais para mudar seu padrão de vida. Os leitores proprietários de bibliotecas e colaboradores nas atividades de bibliotecas públicas eram refratários a esse tipo de intruso que fugia aos seus padrões habituais dos círculos de amizade. No entanto assimilaram-no, num momento em que, já enriquecido, Paz tornou-se a grande referência como bibliófilo e colecionador.

A sua biblioteca particular era tão conhecida e apreciada que o tornou figura de destaque para consultas e empréstimos. Nesse sentido, seu nome era diversas vezes mencionado na correspondência de políticos, historiadores, literatos e das categorias socioprofissionais consumidoras de livros. Capistrano de Abreu, sobre-

tudo nas cartas que trocava com João Lúcio de Azevedo, sempre mencionava a sua competência e a importância de sua biblioteca[4].

Para recuperar sua biografia é necessário recorrer a correspondências e catálogos de leilões que permitem melhor compreender sua trajetória. À medida que as cartas iam descortinando seus correspondentes, o papel do bibliófilo no entrosamento dos membros do círculo de leitores do Rio de Janeiro ficava cada vez mais caracterizado.

Francisco Ramos Paz pode ser identificado como um homem que fugia aos cânones que caracterizavam os integrantes do círculo de leitores, mas que encarnou as exigências e expectativas de muitos, ávidos por novidades no que diz respeito ao mercado editorial. Realizou papel fundamental no enriquecimento de vários acervos pessoais e no aprofundamento dos gostos por livros raros e de alto padrão de qualidade. Sua trajetória de vida esclareceu, por vezes, alguns aspectos nebulosos ligados ao comércio e aos fornecedores de livros raros. O círculo de leitores do Rio, esta cidade das letras na expressão de Angel Rama[5], com tantas dificuldades e possibilidades, semelhante a muitas outras latino-americanas, aumentava cada vez mais seus padrões de exigência.

Em relatório ao imperador datado de 1876[6], o então diretor da Biblioteca Nacional Benjamim Franklin de Ramiz Galvão citava o nome de Paz entre os que graciosamente haviam oferecido obras para o enriquecimento do depósito literário da Biblioteca Nacional, como Ferdinand Denis, Franklim de Menezes Dória, José Carlos Rodrigues, Zacarias de Góes e Vasconcelos, Francisco de Menezes Dias da Cruz, José Martiniano de Alencar entre outros, elogiados pelo bibliotecário em contraposição àqueles que, apesar de terem obrigação de fornecer obras para o depósito legal, eclipsavam-se, acobertados pelo que Ramiz chamou de fraco controle legal e desobediência às leis em vigor.

Não era apenas o fraco controle legal e a desobediência às leis que restringiam o número de colaboradores espontâneos e com atitude de mecenato: era a fraca presença da concepção de

mecenato privado existente na cultura da época. No entanto a iniciativa de alguns indivíduos permitiu a criação de uma rede de apoios que fomentou o mecenato privado em benefício de uma grande parte do público que pode cada vez mais usufruir do acesso a bibliotecas e livros.

Quando em 1872 Ramiz Galvão foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional da Corte, cargo que exerceu até 1882, aproximou-se de Francisco Ramos Paz e das pessoas mais envolvidas com livros e bibliotecas, bem como daquelas com interesses públicos ou com interesses privados. De uma maneira geral o período em que dirigiu a Biblioteca Nacional foi muito positivo para a instituição, tendo organizado duas importantes e celebradas exposições, uma sobre Luís de Camões e outra sobre História do Brasil, em 1881[7]. Publicou esses catálogos, muito elogiados, e dirigiu a publicação dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Catálogo da Exposição Nacional de 1875, entre outras[8].

Ramiz Galvão tornou-se, portanto, mais conhecido como bibliotecário e bibliófilo, revelando uma febril atividade, intermediando e incentivando todas as ações de mecenato, mesmo as mais discretas. Seu nome no entanto permanecia listado no *Almanaque Laemmert*, como médico no Rio de Janeiro, embora o endereço registrado fosse o da Biblioteca Nacional. Dentre as relações desenvolvidas por estes leitores privilegiados bibliófilos, colecionadores e mecenas aprendizes, a amizade entre Ramiz Galvão, Ramos Paz e Capistrano de Abreu se destacou em solidez. Paz e Capistrano conheceram-se por volta de 1880 e, aproximados por gostos semelhantes, logo ficaram amigos. Capistrano também era uma espécie de migrante e tinha vindo do interior do Ceará para a Corte, com 22 anos, em abril de 1875, empregando-se primeiramente na livraria Garnier[9].

Capistrano, saído de Maranguape, estudou em colégios de Fortaleza, depois foi para Recife sem, no entanto, cursar a Faculdade de Direito como era vontade de seus pais. Uma vez estabelecido no Rio, foi professor do Colégio Aquino e, mais tarde, oficial

da Biblioteca Nacional. Ali, encontraram-se os três e, cada um de sua forma, labutavam por melhores condições de funcionamento da instituição e de outras, alimentando as condições de alcançar, de forma mais sistemática, o apoio de um mecenato privado.

Na busca por fontes e raridades que pudessem aumentar o volume de documentos para sua produção historiográfica, Capistrano e Paz aproximaram-se naturalmente no segmento do círculo de leitores que se unia através de encontros informais nos quais se dava uma troca constante, fortalecida pelos laços de sociabilidade que se criavam. Aqui como biógrafo de Paz o historiador deixa entrever alguns traços de seu quotidiano:

> Não se contentava com o que ia descobrindo aqui, ou aqui desenterrava do esquecimento; queria que lhe viessem de fora novos testemunhos. Custeava a obtenção de cópias, fazia para isto, sacrifícios. Mobilizava amigos, procurava interessá-los em sua fúria de pesquisador (...)[10].

Foi, portanto, natural a intensificação de laços de amizade entre Paz e Capistrano, cujos mais importantes registros ficaram marcados na correspondência e no prefácio do catálogo que foi preparado para o leilão da biblioteca de Francisco Ramos Paz, após sua morte[11].

Em 1863, sua biblioteca já era bem significativa, a ponto de sua correspondência particular revelar uma proposta de compra para que esta se integrasse a uma associação. Outras cartas eram bastante eloqüentes quanto à real e incansável atividade do bibliófilo em relação a seus amigos ou outras pessoas por eles recomendadas, que o procuravam tentando resolver dificuldades encontradas na localização de livros[12]. Mas a interferência não se limitava a este tipo de problema. Era convocado para arranjar empregos, colocações, intermediar nomeações, administrar bibliotecas e, de forma mais amena, participar de audições musicais no Cassino Fluminense, até a convite de Machado de Assis. O círculo de leitores e a sociabilidade nele alimentada aumentavam a cadeia de favores entre os pares[13].

Ramos Paz havia se estabelecido profissionalmente e mantinha contatos comerciais com a Companhia Docas de Santos e o Banco do Brasil, sendo muito solicitado para atividades de consultoria que envolviam questões de orçamento. Embora possuísse prestígio e riqueza suficientes para manter suas atividades de bibliófilo, Capistrano afirmou, em sua notícia biográfica no *Suplemento*, também por ocasião do leilão de sua biblioteca, que Paz era um solteirão que tinha apenas o suficiente para o seu conforto e hábitos, e sua biblioteca não estava bem instalada porque ele jamais morou em casas espaçosas[14].

Para formar uma biblioteca invejável que depois faria parte do acervo de uma instituição que tanto admirava – a Biblioteca Nacional – houve um longo percurso. A fabulosa biblioteca pessoal que conseguiu organizar quase teve um melancólico fim. Não fosse a interferência de amigos como ele bibliófilos, colecionadores e mecenas aprendizes, que de alguma forma deviam-lhe o enriquecimento de seus próprios acervos e reconheciam-lhe o trabalho para a incorporação de obras especialíssimas às bibliotecas públicas, a biblioteca de Paz teria acabado como muitas outras, que sequer mereceram catálogo, apesar de ricas em número de livros e, quem sabe, em qualidade. Ora, uma biblioteca completa diz muito da biografia do possuidor, ou, como quer Antônio Candido,

> (...) a evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. Através desta cultura é possível esclarecer a história intelectual de um período, pois a formação de uma biblioteca equivale geralmente à superposição progressiva de camadas de interesse, que refletem a época através da pessoa[15].

A biblioteca de Paz foi mais bem inventariada que outras, mas não de forma a cumprir as etapas sugeridas por Antônio Candido. Era, *malgré lui*, um imigrante, e como tal passou por numerosas vicissitudes típicas: mudanças de empregos, sempre com todas as limitações sociais dos caixeiros, protegendo-se das armadilhas da saúde ao associar-se em 1850 a uma das ordens

terceiras. Passou a colaborar diretamente com instituições e bibliotecas que julgou poder incentivar.

O Gabinete Português de Leitura, obra de membros da colônia portuguesa, havia sido fundado em 1837. Seu criador, Francisco Eduardo Alves Vianna, comerciante de Funchal estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, ajudado por seu primeiro presidente, o doutor José Marcellino da Rocha Cabral, advogado e jornalista português, deu à cidade uma significativa biblioteca, que se expandiu a ponto de exigir, a partir de 1862, em seus novos estatutos, um edifício de acordo com a proporção do seu acervo, o que se concretizou em 1887[16].

Talvez inspirado nesses exemplos, Ramos Paz ocupou-se com uma sociedade de moços chamado O Retiro Literário Português, mencionada em artigo no *Diário do Rio*, no ano de 1872:

> O Retiro Literário Português teve seu seminário instrutivo e realizou saraus literários e artísticos com notável sucesso. Mas o fim principal da instituição foi proporcionar aos associados o ensino preparatório sobre estudos de línguas e filosofia que lhes facultassem mais tarde o ingresso nas carreiras liberais[17].

Algumas instituições fundadas por iniciativa de particulares muito colaboravam na formação de jovens que, assim como Paz, não teriam muitas possibilidades se fossem deixados sozinhos. Como elas, as bibliotecas maiores e com horário mais flexível facilitaram o acesso a determinadas obras que, por serem muito caras, dificilmente seriam adquiridas por pessoas que enfrentassem alguma dificuldade financeira. Em 1893, a *Gazetilha* do *Jornal do Commercio* comenta a importância do Liceu Literário Português, fundado em 10 de setembro de 1868, por um grupo de moços portugueses interessados em se instruir, "onde pudessem, nos lazeres que lhes deixassem as suas ocupações materiais educar as inteligências, pelo estudo e pela troca de idéias, conferências, leituras, debates de teses literárias e científicas(...)". Entre 1884 e 1892 tinha sido freqüentado por 11.116 alunos, uma média anual de freqüência de 1.200 alunos[18].

No relatório organizado em 1876 para o imperador[19], a respeito das condições de funcionamento da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão já citava Francisco Ramos Paz como um doador. Pelos comentários podia-se perceber as dificuldades por que passava a biblioteca no período: baixa freqüência, atribuída ao fato de se situar em local distante, mecanismos obsoletos de consulta aos catálogos e pequeno número de funcionários. As doações pareciam ser muito bem-vindas em virtude dos limitados recursos que deveriam atender as mais diferentes rubricas. Já mencionei as dificuldades para o aumento do acervo. As doações voluntárias atingiram 855 livros recebidos no espaço de dezoito meses, entre 1875 e o primeiro semestre de 1876[20].

A entusiasmada bibliofilia de Paz bastava para destacá-lo entre os demais. Capistrano de Abreu relatou um grande momento de reconhecimento público de sua pertinácia:

> Como colecionador Francisco Ramos Paz revelou-se ao público na Exposição de História e Geografia do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional de 1881. Os extremos até onde o levou a diligência mostram o catálogo de seus livros e o dos objetos de arte já dispersos em leilão. Durante mais de meio século dir-se-ia não fez senão colecionar, se a conquista do pão, os deveres a que não sabia nem queria fugir, não lhe deixassem apenas os momentos de sobras para cevar a paixão[21].

No período em que começou a reunir seu acervo, Paz encontrou grande facilidade na tarefa, devido à falta de interesse financeiro que havia em torno de impressos, manuscritos e livros raros no Brasil. O conceito de livros raros ainda não estava bem difundido ou relacionado a seu valor de mercado. Não era considerado de forma profissional aqui, fato que pode ter facilitado ou diluído os investimentos de Paz no setor. Na Europa, no entanto, a febre pelos incunábulos vinha como uma tendência, e já havia várias publicações sobre livros raros, censurados ou proscritos.

Dessa maneira, Paz foi aos poucos formando a sua biblioteca e colaborando diretamente com diversos intelectuais para a ampliação de outras, além de imprimir um ritmo significativo nas

suas pesquisas para o enriquecimento do acervo da Biblioteca Nacional. Mesmo fazendo uma espécie de hagiografia na apresentação de Paz no Catálogo[22], Capistrano nos coloca frente a frente com um personagem contraditório profundamente ligado a questões como livros, manuscritos e objetos de arte, mas sem cuidados elementares para conservá-los, o que exigiu de seus futuros testamenteiros um árduo esforço sistematizador.

Apreciador de leilões, Paz colecionou também, através deles, magníficos conjuntos de objetos incorporados ao seu acervo. Ao longo da vida, acumulou grande quantidade de obras raras, mas por não ter tido bibliotecário e ter sido um generoso emprestador de livros, sofreu alguns desfalques e tornou seu acervo de difícil sistematização. Deixou cerca de onze mil obras agrupadas de forma apenas intuitiva, o que representou um grande esforço para os organizadores do catálogo. Caso o levantamento fosse feito dentro de um rigor mais absoluto, os números totais do acervo se elevariam para trinta mil incluindo-se documentos, folhetos, notas e juízos críticos[23].

Sua atuação como doador era muito destacada. Há numerosos registros dela, além da menção feita no Relatório de Ramiz Galvão. Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ofereceu livros, uma série de folhetos, discursos e conferências sobre a questão religiosa, juntamente com o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*[24].

Com os pedidos que registrou em sua carta-testamento permitiu que os amigos salvassem a sua biblioteca de ser vendida "a retalhos". Muitos se reuniram para sistematizar o conjunto de obras e colocá-las em condições de serem leiloadas, após sua morte, que ocorreu em 31 de janeiro de 1919. A tarefa exigiu trabalho árduo de uma equipe que envolveu profissionais competentes para revisão e organização final da biblioteca[25].

R. A. Mourinho, juntamente com seus três filhos, levou "um trimestre e pouco, de ininterrupto labor" para a catalogação resumida do acervo de volumes e todas as demais tarefas necessárias

que culminaram com o leilão, problema resolvido quase ao termo, quando o doutor Arnaldo Guinle, um inesperado protetor, com boa tradição familiar na prática, comprou todo o conjunto e o doou à Biblioteca Nacional[26].

Dessa forma a biblioteca particular de um homem dedicado à bibliofilia e responsável por ações que deram às bibliotecas públicas do Rio de Janeiro facilidades para serem usufruídas por setores diversificados da população foi mantida, mesmo em uma sociedade onde a prática do mecenato era um aprendizado. Procurei destacar neste texto a relação entre mecenato e cidadania, nos limites do desempenho de uma figura que através de gestos diversos consolidou seu papel, mas ultrapassou os limites de uma preocupação pessoal para desenvolver atividades públicas em benefício de leitores em busca do conhecimento, caminho mais curto para a formação da cidadania.

Notas

[1] ROCHA, Daniel. *Le peuple de Paris: essai sur la culture populaire au XVIIIe. siècle.* Paris, Aubier Montaigne, 1981.

[2] Ver CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990).* Rio de Janeiro, Irradiação Cultural, 1994, pp. 94-95.

[3] Cf. Tese de Doutorado da autora *Palácios de destinos cruzados:* bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro(1870-1920). USP, abril de 1994, mimeo.

[4] Ver *Correspondência de Capistrano de Abreu* (vol. 2), organizado por RODRIGUES, José Honório . Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL, 1977, pp. 09-385.

[5] RAMA, Angel. *A cidade das Letras.* São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 76-101.

[6] Cf. GALVÃO, Benjamim Franklim de Ramiz. *Relatório do Bibliotecário da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1876.

[7] Ver Catálogo da Exposição de História do Brasil. GALVÃO, Barão de Ramiz (org.). Rio de Janeiro, Tipografia G. Leuzinger e Filhos,1881; e também. GALVÃO, Ramiz (org.). *Catálogo da Exposição Nacional.* Rio de Janeiro, Tipografia Carioca, 1875.

[8] Ver RODRIGO, José Honório Rodrigues (org.). *Correspondência de Capistrano.* vol. 02. pp. 66-73.

[9] *Idem.*

[10] Ver PAZ, Francisco Ramos. *Suplemento ao Catálogo da Biblioteca.* Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1920.

[11] Cf. PAZ, Francisco Ramos. *Catálogo da Biblioteca*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio,1920.

[12] Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Francisco Ramos Paz. Rio de Janeiro.

[13] *Idem*. Ver sobretudo os documentos: I – 4,1,23; I – 4,6, 42 ; I – 4, 4,4.

[14] Cf Catálogo do Leilão, *op. cit.*, passim.

[15] Ver CANDIDO, Antonio. "A evolução da cultura de homem se evidencia nos livros que leu". In *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, nº 138, pp. 82-86, 1990.

[16] Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro. GALVÃO, Benjamim Franklim de Ramiz (org.). Rio de Janeiro, *Tipografia do Jornal do Commercio,* 1906-1907, 2 vol.

[17] Apud: PAZ, Francisco Ramos. *Suplemento ao Catálogo*. Artigo de MONTORO, Reynaldo Carlos no Diário do Rio de Janeiro, março de 1872.

[18] Ver *Almanaque Laemmert*. Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, Tipografia Laemmert, 1870-1910.

[19] GALVÃO, Ramiz. *op. cit*.

[20] *Idem*.

[21] Ver Catálogo e Suplemento da Biblioteca de Francisco Ramos Paz, texto introdutório de Capistrano de Abreu.

[22] Ver texto de Capistrano no Suplemento ao Catálogo, p. V.

[23] *Idem*.

[24] Ver doações de Francisco Ramos Paz ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 37, pp. 401-407, 1874.

[25] Ver Capistrano, Suplemento ao Catálogo de Francisco Ramos Paz.

[26] Cf cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, In *Correspondência*.... vol. 2.

Os expostos de Catas Altas: estratégias de sobrevivência em uma comunidade camponesa. Minas Gerais: 1775-1875

Renato Pinto Venancio
Universidade Federal de Ouro Preto

Durante os séculos XVIII e XIX, milhares de crianças foram abandonadas, dadas a criar ou enviadas às Santas Casas da Misericórdia brasileiras. Os estudos até agora realizados mostram, porém, que havia uma marcante diferenciação na freqüência do abandono de acordo com a área sócio-econômica em que o fenômeno ocorria. Paradoxalmente, as regiões que dispunham de maiores recursos econômicos, as que estavam mais bem inseridas nas malhas do mercado internacional, eram as que apresentavam os mais elevados índices de crianças enjeitadas[1].

Nas regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores, o abandono era raro, a "família" consistia em uma unidade de produção fundamental, dependendo por isso mesmo da força de trabalho dos filhos, inclusive os de tenra idade. No meio camponês, os órfãos sem parentes próximos, ou dispostos a recebê-los, viviam como "agregados", ou seja, eram incorporados aos domicílios como *moradores de favor*.

A introdução do sistema de assistência à infância neste tipo de sociedade criava uma situação inteiramente nova. Através da análise da documentação referente a Catas Altas, observaremos que a multiplicação de enjeitados não traduzia uma desatenção ou desamor à criança, mas sim decorria do reforço na tradição de

"agregação familiar", principalmente em uma conjuntura de aumento dos recursos destinados à assistência.

Talvez esse seja o aspecto mais surpreendente do sistema assistencial que vigorou no Brasil durante os séculos XVIII e XIX e deixou marcas indeléveis até os nossos dias: as famílias pobres tentaram constantemente "traduzir" as regras que guiavam o socorro público para o universo cultural a partir do qual elas se organizavam. Ao fazerem isso, os pobres, principalmente os do meio camponês, acabaram muitas vezes por inverter a lógica do abandono, transformando o gesto em uma forma de proteger a criança.

Os Expostos de Catas Altas

A região de Catas Altas começou a ser povoada no início do século XVIII, sendo elevada à condição de paróquia em 1724[2]. A freguesia, subordinada à Câmara da Vila do Carmo, atual Mariana, foi palco de uma intensa atividade aurífera, tornando-se, após a exaustão das lavras, um centro voltado à agricultura de subsistência. Graças à sua localização estratégica, ponto de parada de tropeiros e comerciantes que se deslocavam no eixo Ouro Preto-Diamantina, a sede do arraial também conseguiu sobreviver à crise do ouro[3], havendo inclusive o desenvolvimento de uma pequena camada de estalajadeiros, taberneiros, assim como de ferradores, carapinas e negociantes.

No início do século XIX, a evolução populacional de Catas Altas, embora apresentasse oscilações, não sugeria uma tendência à decadência ou à estagnação econômica (Tabela I). A maioria dos habitantes residia na área rural, sobrevivendo graças à produção de bens agrícolas e da pecuária voltada ao abastecimento do mercado regional ou intra-regional. Os homens de Catas Altas se dedicavam à lide agrícola, enquanto as mulheres desenvolveram um artesanato voltado para a produção de tecidos grosseiros. Os cativos também compunham um segmento importante da sociedade de Catas Altas: em algumas épocas chegaram a representar 41,5 % da população total e pertenciam em sua maior parte aos pequenos proprietários, senhores de até cinco escravos[4].

TABELA 1 - POPULAÇÃO DE CATA ALTAS (1818-1873)

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1818	2.488
1822	2.179
1832	2.089
1838	2.421
1857	2.244
1873	7.768

Fonte: ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.* Dissertação de Mestrado, FFCH/UFMG, 1994, p. 41; MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837).* Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1981, vol. 2, p. 127; BOTELHO, Tarcísio R. "Catas Altas: fontes para a demografia histórica". In *Revista do LPH,* nº 7, 1997, p. 63.

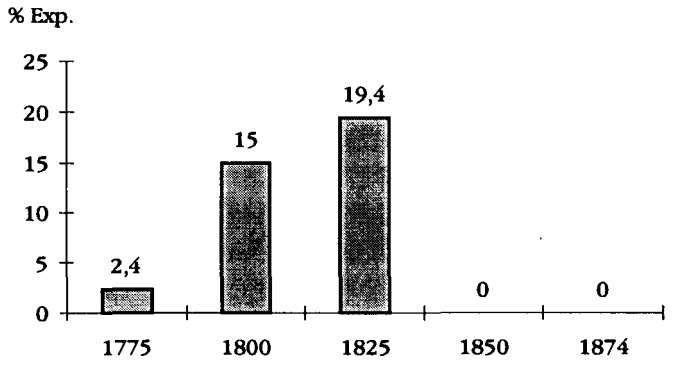
Nesse universo, os meninos e as meninas viviam ocupados em diversas atividades. Nos censos mineiros elaborados por ordem das Câmaras, crianças cativas ou pobres de apenas três anos eram arroladas como pagens[5]. Quando atingiam os cinco ou seis anos, elas começavam a fazer pequenos serviços, como, por exemplo, levar água para quem estava trabalhando na roça. Aos sete ou oito, ajudavam na limpeza das plantações, na capina do mato, também fazendo pequenas compras no povoado. Ao atingir a faixa etária entre nove e quatorze anos, as meninas e os meninos apareciam nas *listas de habitantes* com profissões definidas, tais como costureira ou campeiro.

A importância da criança no meio rural operava como um escudo protetor contra o abandono. Através dos registros paroquiais de batismos, percebe-se que, em fins do século XVIII, a cifra de enjeitados de Catas Altas era da ordem de 2,4 %; índice bastante modesto que pode ser comparado aos de outras áreas camponesas do Brasil oitocentista. No início do século XIX ocorre,

porém, uma súbita transformação. Como pode ser observado no Gráfico I, em 1800, o percentual de expostos aumentou intensamente, passando a envolver cerca de 15 % das crianças batizadas. Tal tendência persistiu nas décadas seguintes, para então, a partir da década de 1850, sofrer uma inflexão, dando origem a uma realidade em que o abandono de crianças deixou de ser registrado.

Ora, a primeira constatação a ser feita é a de que essa evolução, à primeira vista, contraria nossas afirmações iniciais. Afinal, em Catas Altas os índices de abandono de crianças registrados na primeira metade do século XIX parecem se comportar como os identificados nas áreas urbanas. Uma explicação para essa contradição seria a de ver, nas curvas do abandono, uma espécie de reflexo da evolução econômica e demográfica da região. Do ponto de vista da história sócio-econômica, é tentador ver no ciclo que vai de 1775 a 1825 um sintoma de aumento da pobreza entre os habitantes de Catas Altas. No entanto, ficaríamos constrangidos ao aplicar idêntico argumento à evolução ocorrida entre 1825 e 1874. Caso aceitemos o percentual de expostos como uma espécie de "termômetro" da pobreza, teríamos de admitir que Catas Altas, repentinamente, deixou de produzir pobres.

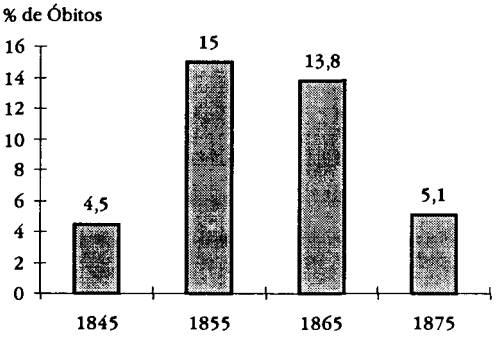
GRÁFICO 1
% DE EXPOSTOS BATIZADOS NA PARÓQUIA DE CATAS ALTAS: 1775-1874



Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana, cód. G-04, 05, 06 e 08.

Ao investigar os dados paroquiais constata-se o inverso: no período supracitado, observa-se a multiplicação do número de pobres. Isso ficou registrado nas atas de óbitos em que os padres anotavam regularmente a ocorrência de enterros "por esmola", enterros daquelas pessoas cujos familiares não dispunham de recurso algum para realização da cerimônia fúnebre. No Gráfico II, apresentamos os percentuais relativos a essas ocorrências. Como pode ser observado, no período em que as crianças deixaram de ser enjeitadas, o número de miseráveis e indigentes de Catas Altas tendeu a crescer.

GRÁFICO 2
% DE ÓBITOS DE POBRES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ÓBITOS DA POPULAÇÃO LIVRE EM CATAS ALTAS: 1845-1875

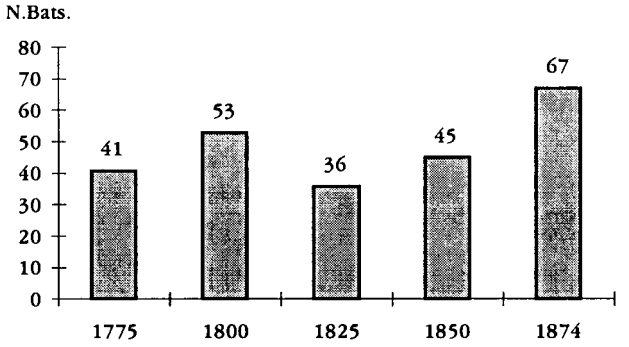


Fonte: Livro de Óbitos da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana, cód. H-07 e H-08.

Por outro lado, também poderíamos interpretar as variações das curvas em função das flutuações demográficas. Segundo esse modo de ver, o abandono aumentaria em função do crescimento do número de habitantes e desapareceria em razão de um suposto colapso demográfico ocorrido na segunda metade do século XIX. Porém, as informações da Tabela I e do Gráfico III descartam esse tipo de explicação. Entre 1825 e 1874, o número de habitantes aumentou em 300% e o número de batizados de crianças livres praticamente dobrou.

Uma terceira explicação, compartilhada por vários historiadores, seria a de ver no aumento do número de expostos um sintoma de crise moral, resultado da multiplicação de amores ancilares ou da prostituição. Nesse caso também deparamos com o mesma incongruência das duas interpretações citadas anteriormente: como explicar o súbito surto de "devassidão" no período 1775-1825, seguido do "puritanismo" do período 1825-1874?

GRÁFICO 3
NÚMERO DE BATISMO DE CRIANÇAS LIVRES EM CATAS ALTAS: 1775-1874



Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana, cód. G-04, 05, 06 e 08.

Qual seria a explicação para a paradoxal evolução do abandono de crianças na paróquia de Catas Altas? Acreditamos ser possível responder a esse enigma através da análise do funcionamento da assistência camarária. Em Catas Altas, freguesia rural subordinada à Câmara de Mariana, o socorro à infância carente tornou-se regular a partir de meados do século XVIII. Fundamentalmente, ele consistia no seguinte procedimento: todo aquele que encontrasse ou recebesse uma criança enjeitada deveria levá-la à presença do pároco que a batizava. Uma vez de posse da cópia da ata de batismo, o homem ou a mulher que havia acolhido o bebê podia solicitar à Câmara o registro da criança no Livro de

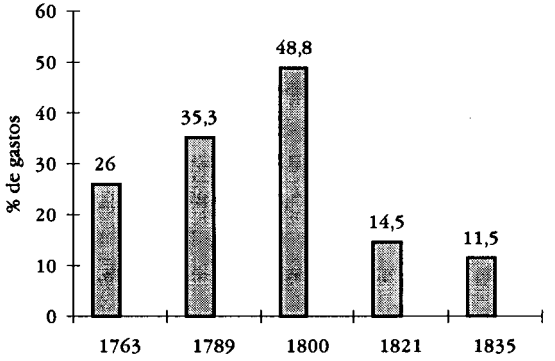
Matrículas de Expostos. Caso o enjeitado conseguisse ser matriculado, o criador ou criadeira passava a receber (mensalmente, trimestralmente, anualmente, ou ao final da criação) um determinado pecúlio até o menino ou menina completar os três ou sete anos de idade.

Inicialmente, o auxílio administrado pelo Senado da Câmara marianense era restrito à freguesia urbana ou então às que ficavam próximas à sede do *termo*. Com o passar dos anos, porém, o raio de ação do auxílio foi sendo ampliado até, em meados do século XVIII, atingir Catas Altas. Ora, através do Gráfico IV percebe-se que o ciclo de abandono intenso em Catas Altas, que vai de 1775 a 1825, está inserido no período de apogeu de gastos camarários com enjeitados.

A Câmara marianense despendia verdadeiras fortunas com os pequenos desamparados, chegando a comprometer quase a metade dos gastos orçamentários no pagamento de criadeiras e criadores. Para termos uma idéia ainda mais clara da importância desses gastos, podemos compará-los aos valores atribuídos aos escravos. Como é sabido, os cativos encarnavam o "bem econômico" por excelência no período colonial. Na Tabela II os gastos com expostos são comparados aos preços atribuídos aos escravos. O resultado desse exercício é revelador: tendo em vista os padrões econômicos da região em foco, podemos afirmar que a despesa com a assistência envolvia, em alguns anos, recursos que dariam para formar uma fazenda escravista.

A segunda fase do ciclo do abandono, que se estende entre 1825 e 1874, também parece ter sido influenciada por modificações de ordem institucional. Na década de 1840, ocorre uma mudança fundamental na freguesia de Catas Altas: ela deixa de ser subordinada à Câmara de Mariana, passando então à área municipal de Santa Bárbara. Na documentação dessa última localidade não consta que, no século XIX, a Câmara local tenha estabelecido auxílio aos expostos[6].

GRÁFICO 4
% DE GASTOS COM EXPOSTOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE GASTOS DA CÂMARA DE MARIANA: 1763-1835



Fonte: Livro de matrícula de Expostos da Câmara de Mariana em relação ao preço de escravos: 1763-1835.

QUADRO 3 - TOTAL DE GASTOS COM EXPOSTOS DA CÂMARA DE MARIANA EM RELAÇÃO AO PREÇO DE ESCRAVOS: 1763 - 1835

ANO	TOTAL DE GASTOS COM EXPOSTOS	PREÇO DE 1 ESCRAVO	GASTOS COM EXPOSTOS: EQUIVALENTE EM TERMOS DE PREÇO DE ESCRAVOS
1763	1.282$725	120$000	10 escravos
1789	2.756$971	125$000	22 escravos
1800	1.989$508	150$000	13 escravos
1821	469$672	200$000	2 escravos
1835	345$000	240$000	1 escravo

Fonte: Livro de Matrícula de Expostos. *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana*, códices 124, 151, 277, 373. MATTOSO, Kátia Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 92-95.

AS REAÇÕES DOS OFICIAIS DA CÂMARA

De certa maneira, desde meados do século XVIII, os vereadores mineiros perceberam que, no meio rural, a assistência reforçava e ampliava a tradição de "agregação familiar". Em 1748,

os oficiais da Câmara marianense votaram um "mandado" que tinha por objetivo restringir o auxílio às crianças encontradas em terrenos baldios ou nos "monturos". Segundo a determinação camarária, deveria ser mantido um "registro de mulheres grávidas", que não fossem legalmente casadas(ou seja, daquelas que mais dificuldades teriam para manter uma família), com o objetivo de facilitar a identificação da mãe que enviava o filho de um domicílio a outro.

O alcaide deveria ser responsável pela confecção de tais registros:

> O Doutor presidente e mais oficiais da Câmara desta leal Cidade de Mariana e seu termo, mandamos ao Alcaide desta Cidade que por bem deste nosso mandado indo por nos assinado notifique a toda mulher desta Cidade que não for casada em face de Igreja que se achar pejada para que depois de seu parto a vinte dias venha dar parte a este Senado do feto que teve com a omissão de que não fazendo assim a dita pejada, e não dando conta do dito Termo da sua barriga, pagará cinqüenta oitavas de ouro(...)[7]

Os vereadores reconheciam implicitamente a existência de duas formas bem diferentes de "abandono"; a primeira implicava em risco de vida da criança, sendo quase um infanticídio, como ocorria com os bebês deixados em calçadas e caminhos; já a segunda forma de "enjeitamento" nada mais era do que o recurso à tradicional "agregação familiar"[8]. Ao invés de expressar *falta de amor* ou *irresponsabilidade*, esse segundo tipo de "abandono" passou a ser um meio de os camponeses e camponesas de Catas Altas aliviarem temporariamente seus gastos domésticos[9], ao mesmo tempo em que contribuíam para aumentar os parcos rendimentos das *famílias criadeiras*. Não deixa de ser interessante observar a inexistência, no registro paroquial cata-altense, de recém-nascidos abandonados em terrenos baldios ou nos depósitos de lixo. Além disso, na *lista de habitantes* de 1822[10], elaborada no período de abandono intenso, nenhuma criança foi registrada como exposta ou enjeitada, sugerindo assim a recomposição das unidades familiares após a matrícula no auxílio camarário.

Notas

[1] A título de exemplo, podemos citar Vila Rica e Rio de Janeiro que, durante a segunda metade do século XVIII, apresentaram índices de crianças abandonadas da ordem de 10 a 21 %, ao passo que na periferia da cidade de São Paulo ou em Ubatuba do início do século XIX, localidades que dependiam da agricultura de subsistência, os índices de abandono eram da ordem de 0,6 a 2,8 %, ver MARCILIO, Maria Luiza e VENANCIO, Renato Pinto. "Crianças abandonadas e primitivas formas da sua proteção, Séculos XVIII e XIX." Brasil. In *Anais do VII encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte, ABEP/CNPq, vol. I, 1990, pp. 325-326.

[2] MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais(1837)*. Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1981, vol. 2, p. 127.

[3] ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, FFCH/UFMG, 1994, p. 41

[4] *Idem*, pp. 149-172

[5] Alguns exemplos podem ser encontrados no *Recenseamento de Vila Rica* (1804), publicado por Herculano Gomes Mathias. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969, p. 130. A respeito do trabalho das crianças, ver: FUKUI, Lígia G. "A riqueza do pobre - relação pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros". In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 14, 1973, pp. 75-80. MOTT, Maria Lúcia de Barros. "A criança escrava na literatura de viagem". In *Cadernos de pesquisa*. nº 31, 1979, pp. 57-68.

[6] Nas "coleções de leis" da Província de Minas Gerais eram publicados os orçamentos das câmaras, consultamos os volumes referentes aos anos de 1835 e 1859, não encontrando referência alguma à assistência camarária aos expostos de Santa Bárbara. Os registros paroquias locais, referentes ao ano de 1840, também não indicam a existência de expostos na localidade.

[7] Registro de um mandado que o Senado mandou passar (1748). *Arquivo Histórico da Câmara de Mariana*, cód. 554. Aparentemente, esse mandado nunca foi colocado em prática.

[8] Em 1760, os vereadores fizeram uma nova investida, só que agora temendo que os senhores de escravos também começassem a recorrer ao auxílio da Câmara; no intuito de impedir que isso ocorresse, os oficiais começaram a cancelar as matrículas de expostos negros, SOUZA, Laura de Mello. "O Senado da Câmara e as crianças expostas". In DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991, pp. 28-43.

[9] Tais práticas, obviamente, não eram restritas a Catas Altas e, no século XX, acabaram por inverter os objetivos das instituições destinadas ao "menores abandonados", ver: FONSECA, Cláudia. "O internato do pobre: Febens e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda." In *Temas IMEC*, nº 4, 1987, pp. 21-39.

[10] Lista Nominativa de Habitantes de Catas Altas do Mato Dentro (1822). *Arquivo Histórico da Câmara de Mariana*, cód. 154.

A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Lucia Maria Paschoal Guimarães
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A noção de cidadania, tal como hoje se concebe, implica uma espécie de contrato. A condição de membro ativo de um Estado constitui-se numa via de mão dupla, que supõe, por um lado, a garantia do gozo de direitos civis e políticos e, por outro, o desempenho de deveres para com esse mesmo Estado. Ao longo do século XIX, no entanto, nos meios jurídicos, políticos e letrados do Império brasileiro, a palavra cidadania era utilizada para definir o que mais tarde veio a se denominar de nacionalidade[1], tal como se observam as disposições da Carta Outorgada de 1824[2]. Portanto, na ótica dos intelectuais oitocentistas, pensar a cidadania significava o mesmo que pensar a nacionalidade, o que subentendia refletir sobre a existência "de um passado comum", bem como contribuir para formação de um "patrimônio coletivo"[3]. Partindo desses pressupostos, pretendo examinar a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no processo de construção da Memória Nacional.

Fundado em 21 de outubro de 1838, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por um grupo significativo de políticos e intelectuais da Corte do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico destinava-se a "coligir, metodizar, arquivar e publicar" os documentos necessários para a escrita da história do

Brasil"[4]. Seus fundadores justificavam a nova instituição, alegando o seu caráter pedagógico – "deveria ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros"[5]. A idéia de estabelecer a ilustrada associação representava um empreendimento de vanguarda, a exemplo do que já vinha ocorrendo em diversas localidades da Europa, num movimento identificado por Jacques Le Goff como "destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança"[6].

O trabalho desenvolvido nos primeiros anos de existência do Instituto não ficou restrito ao que Leibiniz concebeu como a organização da "memória de papel"[7]. Nem se limitou às atividades de um "atelier de trabalhos científicos", segundo a expressão de Renan, em que pesem a erudição e o cuidado que se dispensou à pesquisa documental[8]. Construiu-se a Memória Nacional, tal como esta operação foi definida, recentemente, por Pierre Nora: "a constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar"[9].

A idéia de formar esse "gigantesco e vertiginoso estoque material", de que nos fala Nora, encontra-se num ensaio, denominado "Lembranças do que devem procurar os sócios (...) para remeterem à sociedade central", escrito por Januário da Cunha Barbosa e publicado no lançamento da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, daqui por diante denominada apenas de *Revista*. Dentre as fontes a serem pesquisadas, Januário dava destaque especial às seguintes "lembranças": biografias de brasileiros ilustres; cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos; notícias de costumes indígenas, lendas, sua catequese e civilização; descrições do comércio interno e externo das Províncias, principais produtos, rios, montanhas, campos, portos, navegação e estradas; fundação, prosperidade e ou decadência de vilas, arraiais e suas populações[10].

Quanto à "necessidade de recordar", ela foi orientada pelas condições originais em que os integrantes do IHGB dialogaram com as circunstâncias históricas. Sobretudo o grupo dos políticos. A questão deslocava-se, portanto, do plano do discurso acadêmico, para se situar no da ação política. Deste patamar foram tomadas as decisões sobre a conveniência de tornar públicos certos documentos. Instituir a *arca do sigilo*, uma espécie de cofre-forte, idealizado por Francisco Freire Alemão, destinado a entesourar "(...) notícias históricas que alguém queira enviar, lacradas em cartas (...) que só serão abertas no tempo em que seu autor determinar"[11]. Ou, então, de censurar obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso e arquivar testemunhos cuja veiculação pudesse prejudicar a imagem de determinados sócios. Veja-se, por exemplo, o caso do Parecer da Comissão de História, a respeito de manuscrito raro, de autoria de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, sobre a Revolução de 1817, cuja divulgação foi desaconselhada, a pretexto de envolver personalidades do regime, em plena militância política:

> (...)conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, *não convém publicá-lo já ,pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes;* (...) *que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade* (o grifo é nosso)[12].

A presença de homens públicos nos quadros sociais do IHGB não foi meramente decorativa. Dentre os seus vinte e sete membros fundadores, catorze eram políticos de nomeada. Alguns principiaram a carreira no período reinol, a exemplo do Visconde de São Leopoldo e dos Marechais Raimundo da Cunha Mattos e Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, que já vinham prestando serviços à Casa de Bragança desde o tempo de D. João VI. A esses nomes acrescentavam-se duas figuras emblemáticas do movimento da independência, o cônego Januário da Cunha Barbosa e José

Clemente Pereira, afora um conjunto significativo de parlamentares que se iniciaram na vida pública durante a Assembléia Constituinte de 1823: Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Vianna, José Antonio da Silva Maia e Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma, além do financista José Antonio Lisboa, Ministro da Fazenda, no 11º Gabinete do Primeiro Reinado. Havia, ainda, um outro grupo de personalidades, que ascendera ao aparato de governo após a Abdicação, onde se destacavam Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa (filho do Visconde de Cairu) Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.

Esses vultos orientaram a consecução de todas as atividades da agremiação. A começar pela opção deliberada pela memória, em detrimento da história. O que significou dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum. Tal opção, intimamente articulada à necessidade de oferecer sustentação a um projeto político bem definido, desenvolveu-se com sucesso, graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao imperador[13]. Encobertos pelo escudo do discurso acerca da pretensa imparcialidade do historiador, os fundadores do Instituto Histórico e seus sucessores teceram a Memória Nacional tendo como fio condutor a idéia de continuidade[14]. Na sua concepção, o Estado monárquico, instaurado em 1822, apresentava-se como o legítimo herdeiro e sucessor do império ultramarino português[15]. Legado abrangente, que abarcava desde o idioma de Camões até o regime em vigor, passando pelo próprio monarca, um representante direto das tradições da Casa de Bragança. Concomitantemente ao processo de construção dessa memória, tratou-se de projetá-la no amanhã. Os políticos, *doublés* de intelectuais, valendo-se do registro dos "sucessos" do Segundo Reinado, idealizaram o futuro à custa da manipulação do presente, como demonstrarei a seguir.

Durante a cerimônia de inauguração das novas instalações do grêmio, no terceiro andar do Paço Imperial, em 15 de dezembro

de 1849, D. Pedro II parecia muito apreensivo com o futuro. Melhor dizendo, com a memória do seu governo. Circunspecto e breve nas suas falas em público, nesse dia o soberano deixaria de lado a frieza das convenções protocolares. No seu discurso de anfitrião, ele não economizou palavras. Abandonou até mesmo o ar casual com que costumava quebrar os momentos solenes, traço da sua personalidade que foi tão bem explorado, recentemente, pelo romancista Rubem Fonseca[16].

Naquela festividade, o imperador dispensou maiores rodeios e dirigiu uma longa e inexpressiva recomendação aos integrantes do seleto círculo letrado:

> (...) Sem dúvida, Srs., que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços (...) mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também pelos nossos próprios, torneis aquela a que pertenço digna, realmente dos elogios da posteridade[17].

A advertência era desnecessária. Desde a sua primeira hora, o Instituto vinha cuidando, com zelo, das futuras "lembranças" do Segundo Reinado, tecendo-as *pari passu* com o processo de consolidação do Império. Talvez não se estivesse dispensando a esses testemunhos um tratamento sistemático e formal, como Sua Majestade evidenciava desejar. O certo, porém, é que tais registros há muito que já existiam. Em algumas ocasiões, de maneira bem clara e ostensiva. Noutras, mais numerosas, pulverizavam-se, subjacentes aos discursos solenes, deputações e representações, relatórios anuais, biografias e necrológios de sócios.

Logo após o Golpe da Maioridade, um dos fundadores do Instituto demonstraria suas preocupações para com o devir. O deputado José Clemente Pereira, integrante da geração da independência e participante ativo da trama palaciana-parlamentar de 1840, sugeriu que o grêmio desse uma atenção especial aos "fatos memoráveis" do Segundo Reinado, organizando um livro denominado *Crônica do Senhor D. Pedro II*[18]. Já no "Relatório"

das atividades do exercício de 1841, Januário da Cunha Barbosa dava notícias de um importante projeto, que andava mobilizando os letrados: o registro das chamadas *Efemérides*[19]. Acontecimentos do presente, previamente selecionados, que na percepção sagaz do cônego não poderiam apagar-se "da lembrança no correr dos tempos". Ou seja, aqueles testemunhos, onde os "escritores da história do Brasil encontrariam suficiente matéria sobre a qual possam trabalhar"[20].

As *Efemérides* ganharam grande notoriedade, passando para a responsabilidade do doutor. Diogo Soares da Silva de Bivar, que integrava a Mesa Diretora do Instituto Histórico, na qualidade de orador oficial. O "Império da Santa Cruz", seguindo o legado da mãe pátria, parecia ter encontrado o seu Fernão Lopes[21].

As anotações do nosso cronista oficial, no começo, apresentavam-se muito heterogêneas. Abarcavam desde ocorrências do cotidiano carioca, como fugas de escravos, até notas sobre a movimentação do corpo diplomático estrangeiro, além dos informes obrigatórios acerca dos negócios públicos[22]. Pouco a pouco, porém, o critério de seleção dos fatos começou a se alterar, vindo a prevalecer os episódios de caráter político, mormente os que se referiam aos "sucessos do governo". Bivar, à testa dos trabalhos, esforçava-se para levar avante a herança quatrocentista que lhe fôra confiada. Tanto assim, que passou a denominar os seus manuscritos de *Crônica*. Na *Crônica* de 1842 as prosaicas narrativas sobre o dia-a-dia da Corte já haviam cedido lugar aos relatos da trajetória das tropas imperiais, empenhadas no combate aos insurretos das províncias de São Paulo e Minas Gerais, que se rebelaram em meados daquele ano, postulando por maior autonomia administrativa e política[23].

Numa caligrafia impecável, o documento está disponível para consulta no Arquivo do IHGB, o Fernão Lopes do lado de cá do Atlântico procurava honrar a tradição, consignando para as gerações vindouras não apenas à bem sucedida campanha do Barão de Caxias, futuramente elevado à condição de patrono do Exército

Brasileiro. Assinalava, sobretudo, a vitória do governo central, frente a um movimento que contestava o excesso de poder do Gabinete do Rio de Janeiro, em detrimento das chamadas "franquias provinciais"[24]. Da obra de Diogo de Bivar restaram os cadernos manuscritos. Fontes que, certamente, devem ter sido consultadas por muitos estudiosos. Tal como as narrativas de um outro "cronista" da consolidação do Estado monárquico, o doutor Domingos José Gonçalves de Magalhães.

Médico, poeta de prestígio e mais tarde diplomata, Gonçalves de Magalhães pertencia ao quadro efetivo do Instituto Histórico. Acompanhou o futuro Duque de Caxias, na qualidade de Secretário do Governo, em duas missões. A primeira, quando Luis Alves de Lima e Silva foi nomeado presidente da província do Maranhão, com a finalidade de sufocar a insurreição denominada de Balaiada. A segunda, quando aquele oficial ocupou cargo semelhante no Rio Grande do Sul, encarregado de pôr fim à chamada Guerra dos Farrapos. Em ambas as ocasiões essa parceria inusitada se mostraria bastante fecunda. Por um lado, Caxias, desembainhando a espada e usando da anistia, submetia os rebeldes e abria caminho para a política centralizadora do Segundo Reinado. Por outro, Magalhães, armado da pena, registrava-lhe os "sucessos políticos e militares", em relatórios circunstanciados, que eram dirigidos ao Rio de Janeiro. Tecendo, enfim, as lembranças daquelas campanhas.

O Instituto conferiu-lhe uma medalha de ouro, em 1847,em razão da monografia *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão entre 1838 e 1840,* julgada como o melhor trabalho histórico, apresentado naquele exercício[25]. O beletrista, considerado um dos próceres do romantismo no Brasil, que mais tarde seria aquinhoado com o título de Visconde do Araguaia, foi considerado um testemunho irrepreensível, modelo de imparcialidade, digno de figurar na *Revista*, conforme se lê no parecer da Comissão de História, que julgou o mérito de sua obra[26].

Na verdade, revendo-se a relação dos cabeças da Balaiada, compreende-se a benevolência dos censores do IHGB, via de regra tão rigorosos, quando se tratava de avaliar a divulgação mérito de manuscritos que tratassem de acontecimentos recentes da vida do Império. Os chefes da insurreição maranhense eram um vaqueiro cafuzo – Raimundo Gomes, um fazedor de balaios, apelidado de "o Balaio" e um negro que liderava escravos fugidos – Dom Cosme. Considerando a origem desses personagens, o poeta de *Suspiros poéticos e saudades* dificilmente iria transgredir as rígidas leis do dito "tribunal posteridade". Diferente do que poderia acontecer, caso se viesse a divulgar o relato sobre as operações militares na região da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, onde a "República de Piratini" envolvera estancieiros e charqueadores, com complicações internacionais. "Briga de brancos", no entender do historiador José Murilo de Carvalho[27]. Por motivos óbvios, as narrativas da última fase da Farroupilha não seriam impressas na *Revista*. Descobrimos, entretanto, que essas fontes existiram. E mais. Tal como idealizara Januário da Cunha Barbosa, no citado documento de 1841, foram servir de referência a um outro integrante da Casa da Memória Nacional: o associado Tristão de Alencar Araripe, que escreveu um longo trabalho, editado no periódico do IHGB, entre 1880 e 1883, intitulado *Guerra civil do Rio Grande do Sul*, baseando-se nos registros de Gonçalves de Magalhães[28].

A conflagração nos pampas, entretanto, não deixou de ser notícia no grêmio. Vez por outra, identificamos extensas referências às ações do governo, no sentido de debelar os rebeldes gaúchos. Ao apresentar o "Relatório" do ano de 1844, lido na sessão magna de aniversário, o segundo secretário Manoel Ferreira Lagos, em meio ao inventário das atividades do exercício, abriu uma brecha e começou a discorrer sobre o panorama político do país, detendo-se no exame do conflito, que já se estendia por quase uma década. Parabenizando D. Pedro II, pelas vitórias obtidas nos últimos meses, no combate aos "farrapos", previa a sua breve

capitulação, "(...) graças à gloriosa e sábia administração dos Ministros de S. M. Imperial"[29]. O insinuante cumprimento de Lagos ao Imperador atingia, também, a uma outra personalidade presente àquela cerimônia, o seu confrade, brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, então titular da pasta da Guerra. Anos mais tarde, no necrológio do brigadeiro Coelho, publicado na *Revista*, sua atuação nos momentos finais da Farroupilha seria devidamente salientada, como um dos fatos mais significativos da sua trajetória de militar[30].

Nenhum acontecimento, porém, podemos assegurar, deu margem à uma interpretação política tão tendenciosa, quanto a morte prematura do príncipe D. Afonso, herdeiro da Coroa e Presidente Honorário do IHGB, desaparecido em 1847. Nem a Guerra do Paraguai, nem a abolição da escravatura. Episódios que, no correr do Segundo Reinado, também mobilizariam as atenções e a retórica dos nossos letrados. Aliás, pouco se conhece a respeito dessa criança. Sua memória acabaria se perdendo no esquecimento, apesar do empenho do Instituto, sempre atento às lembranças que envolvessem os membros da Família Real.

D. Afonso veio ao mundo em 24 de fevereiro de 1845. Logo no dia seguinte, o grêmio se apressaria em enviar uma deputação ao Imperador, liderada pelo Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. No seu voto de congratulações, Machado de Oliveira não perdeu a oportunidade para dar um sentido político-providencialista ao nascimento do primeiro filho de D. Pedro II:

> (...) o seguro penhor do mais próspero futuro da nossa pátria (...) expressão da Bondade Divina, e com que o Céu premiou as altas virtudes de V.M.I., o seu amor para com os Brasileiros, e a dedicação que V.M.I. consagra ao bem estar do seu país natal, e aos gozos dos seus leais súditos[31].

Cerca de dois anos depois, a mesma conotação se repetiria, com palavras muito mais fortes, na *Oblação (...) à memória do Sr. D. Afonso, Augusto Primogênito de Suas Majestades Imperiais*. Dentre as diversas homenagens fúnebres, destacamos dois

discursos. O de Cândido José de Araújo Vianna e o de Manoel de Araújo Porto-Alegre, peças de oratória eminentemente políticas, onde o elogio ao falecido herdeiro do trono serviu de pretexto, para que os autores pudessem externar suas preocupações, em relação à precária unidade do Império e à falta de estabilidade do regime. Araújo Vianna, mais tarde Marquês de Sapucaí, dono de uma larga folha de serviços prestados à monarquia e presidente do IHGB, identificou a morte do Infante como uma "(...) punição do céu à nossa desunião, às nossas dissenções internas, denunciando a ingratidão com que insensatos recebemos os benefícios da Providência(...)"[32].

Porto-Alegre, por sua vez, embora não fosse político profissional, tomou o mesmo atalho. Comparou o passamento do herdeiro presuntivo da Coroa a um "(...) grande sacrifício, para que os brasileiros soubessem apreciar a sua ventura na América (...)". No seu entender, a imolação de um inocente deveria servir de lição para que os seus compatriotas "(...) se abraçassem, se unissem e recuassem do abismo medonho"[33]. Como se vê, os acadêmicos faziam uma alusão clara aos regionalismos que estariam afetando a integridade da única monarquia do continente.

Consolidado à custa da repressão de dezessete rebeliões, sem falar nos inúmeros motins e levantes, o Estado Monárquico alcançou a estabilidade política por volta de 1850, centrado numa aliança em que, de um lado, estavam o soberano e a alta magistratura, na qual se incluíam os membros do IHGB e, de outro, "o grande comércio e a grande propriedade", em especial a cafeicultura fluminense[34]. Revendo-se os registros do grêmio, acerca daquele processo, observa-se o fenômeno que James Fentress & Chris Wickham conceituam de "memórias partilhadas". Ou seja, a produção de narrativas escritas que tomam forma dentro de um quadro de significado, conferido pelo grupo onde são produzidas[35]. Neste sentido, percebe-se a exclusão deliberada daqueles conflitos que, quando consignados, seriam atribuídos à mocidade do país, aos arroubos da juventude. Atravessados os anos de re-

beldia, o Estado brasileiro teria chegado à idade adulta numa condição privilegiada. A paz fôra garantida e a unidade das províncias preservada. Legitimara-se o presente. A "turbulência política" das repúblicas vizinhas, sucessoras das antigas colônias espanholas passaram ao largo do "Império do Cruzeiro do Sul".

Intervindo na construção da memória nacional, colocando-se a serviço de um projeto político bem definido, os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocuparam-se, também, em forjar a imagem pública de D. Pedro II. Nessa modelagem, as representações se sucederam, em consonância com as diferentes fases do seu longo reinado.

A esse respeito, numa obra recente, *A fabricação do rei*, o historiador Peter Burke demonstrou que Luís XIV de França teve o seu perfil esboçado qual "príncipe perfeito, associado ao retorno da idade de ouro"[36]. Guardadas as devidas proporções, os mesmos traços – "perfeição" e "idade de ouro" – seriam utilizados pelo Instituto, na composição da imagem de D. Pedro II.

Passado e presente se conjugavam na figura monarca. Por um lado, lembrava-se a sua origem, descendente das mais tradicionais linhagens européias. Por outro, realçava-se, imediatamente, sua condição de natural da Terra de Santa Cruz[37]. O que significava, ainda, destacar uma outra peculiaridade, comum ao país e ao seu governante: a *juventude*. Contrastando com a nostalgia do Velho Mundo, ao invés de simbolizar uma volta a um passado ideal, o "Príncipe Perfeito", nascido ao sul do Equador, representava a perspectiva de um futuro brilhante, "(...) predestinado pela divina providência para lançar os seguros fundamentos da imensa grandeza do Império do Brasil"[38].

Fadado ao êxito político, o soberano, todavia, não empunhara a espada ou o sabre, para consolidar a sua Coroa. Faria da tolerância e do culto ao intelecto suas principais virtudes. Adolescente, ainda, Januário da Cunha Barbosa delineara-lhe as marcas que haveriam de acompanhá-lo por toda a vida: "(...) Príncipe à mais remota posteridade, acompanhado dos gloriosos epítetos de

Protetor das Letras, Ciências e Artes, Amigo e Pai de seus patrícios e súditos"[39].

Se o Instituto Histórico não mediu esforços no desenho cuidadoso do perfil do monarca, é forçoso reconhecer que contou com um cúmplice de primeira grandeza nesta empreitada: o próprio Imperador. Prestigiava às sessões magnas anuais desde menino, as quais fazia questão de comparecer, acompanhado do tutor e de suas irmãs. Transformado em patrono daquele reduto intelectual, aos doze anos de idade assumiu esse mecenato em tempo integral, a partir de 1849, ao trazer o grêmio para mais perto ainda de si, acolhendo-o no interior do Paço Imperial.

Aliás, o comparecimento rotineiro de Sua Majestade ao Instituto, nem de longe se comparava a uma visita protocolar, qual a realeza oitocentista européia costumava fazer aos núcleos acadêmicos que desfrutavam da sua proteção[40]. Tão pouco se tratava de uma presença apenas decorativa nos serões acadêmicos. Preocupava-se até mesmo com o *quorum*. Mandava bilhetes aos sócios que privavam da sua intimidade, a exemplo do Visconde de Bom Retiro, lembrando-os dos dias de reunião[41]. Instituiu prêmios anuais de incentivo à produção intelectual. Nas sessões ordinárias, atribuía aos membros presentes temas para dissertação, os chamados "programas históricos"[42]. Interessava-se, de um modo geral, por todos os assuntos ali tratados, ora participando dos debates, ora trazendo livros recém publicados, para servirem de objeto de discussão. Ofertava, com freqüência, manuscritos raros e obras valiosas, como foi o caso da chamada Biblioteca Americana, que pertencera ao naturalista alemão Von Martius. E, além das doações financeiras e do patrocínio às pesquisas, chegou mesmo a escrever uma pequena contribuição para a *Revista*, a *Notícia necrológica do Dr. Antonio Moraes e Silva*, publicada em 1860[43]. Sem querer minimizar as virtudes intelectuais de D. Pedro II, nem o seu apreço pela cultura, podemos afirmar que foi da parceria harmoniosa, estabelecida entre o Instituto e o seu protetor que nasceu a representação do "rei filósofo", avesso aos prazeres mundanos e amante

das letras. "(...) Príncipe que num dia visitava todos os desgraçados acometidos da peste, no outro vinha sentar-se nos bancos do Instituto e nivelar-se como cidadão (...)"[44]. Homem simplório, cujo ideal, dizia-se, era ser "mestre-escola". A figura emblemática que, aos olhos de Machado de Assis, conseguiu transformar "o trono numa confortável poltrona". Se Machado tivesse freqüentado a intimidade do Instituto Histórico, teria percebido, por certo, não apenas como a dita "poltrona" foi habilmente forjada, mas também com que zelo esculpiu-se o perfil do seu augusto ocupante.

Notas

[1] VALLADÃO, Haroldo, "Nacionalidade". In SILVA, Benedito (coord.). *Dicionário de ciências sociais.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 801.

[2]Cf. LEAL, Hamilton, *História das instituições políticas do Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1962, p. 197.

[3] RENAN, Ernest."Qu'est-ce qu'une nation?". In _____. *Oeuvres complètes*. Paris, Calmann-Lévy, 1882, t. 1, p. 903.

[4]IHGB, "Extrato dos Estatutos". In *Revista do IHGB.* Rio de Janeiro, vol. 01, 1839, pp. 18-19.

[5]*Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 04, nº 9, 1839.

[6] LE GOFF, Jacques, "Memória". In ROMANO, Rugiero (org.). *Enciclopédia Einaudi memória história*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 38.

[7]LEIBINIZ. Apud: NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire". In _____(org.), *Les lieus de mémoire. La république*. Paris, Gallimard, 1984, p. XXVI.

[8]RENAN, Ernest. Apud: BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les academies de l'histoire*, Paris, PUF, 1988, p. 09.

[9]NORA, Pierre. *op. cit.*, p. XXVI.

[10]BARBOSA. Januário da Cunha. "Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central". In *Revista do IGHB.* Rio de Janeiro, vol. 04, nº 01, pp. 128-130, 1839.

[11]A proposta de criação da "arca do sigilo" foi de autoriado sócio Francisco Freire Allemão. Cf. *Revista do IHGB.* Rio de Janeiro, vol. 4, nº 9, 1847, p. 567.

[12]IHGB, Atada sessão de 22 de outubro de 1839. *Revista do IHGB.* Rio de Janeiro, vol. 04, nº 01, 1839, p. 349.

[13]HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990, p. 84. Ver, ainda, HUTTON, Patrick. "The hole of memory in the historiographyofthe French Revolution". In *Historyand theory.* Oxford, vol. XXX, nº 01, 1991, p. 58.

[14] JOUTARD, Philippe, "Mémoire collective". In BURGUIÈRE, Alain (org.). *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris, PUF, 1986, p. 448.

[15] Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1995, pp. 135-136.

[16] FONSECA, Rubem. *O selvagem da ópera*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 19 e 85.

[17] IHGB, "Discurso do Imperador D. Pedro II". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 12, 1849, p. 552.

[18] *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 08, nº 2, 1840, p. 401.

[19] BARBOSA, Januário da Cunha. "Relatório do Secretário Perpétuo". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 3 (Suplemento), 1841, p. 537.

[20] *Idem*, p. 529.

[21] Sobre o "escrivão dos livros" de D. Duarte, ver: MARQUES, A. H. de Oliveira, "Fernão Lopes". In SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, vol. IV, pp.56-58.

[22] BIVAR, Diogo Soares da Silva de. *Efemérides brasileiras*. Ms., IHGB, lata 45, pasta 5, março de 1839 a março de 1841.

[23] _____. *Crônica de 1842*. Ms., IHGB, D 133.21, p.78 e verso.

[24] Sobre a defesa das chamadas "franquias provinciais", ver: CASTRO, Paulo Pereira de. "A 'experiência republicana', 1831-1840". In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed. São Paulo, DIFEL, t. II, vol. 1, p. 58; IHGB, Ata da sessão de 22 de julho de 1847. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº 09, 1847, p. 425.

[25] IHGB, Ata da sessão de 2 de setembro de 1847. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº9, 1847, p. 440.

[26] IHGB, Ata da sessão de 22 de julho de 1847. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº9, 1847, p. 425.

[27] CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, p.15.

[28] ARARIPE, Tristão de Alencar. "Guerra civil do Rio Grande do Sul". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t.43, vol. 61, 1880, pp. 115-191. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t.45, vol. 65, 1882, pp. 33-236. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t.46, vol. 67, 1883, pp. 156-564. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 47, vol. 69, 1993, pp. 47-238.

[29] LAGOS, Manoel Ferreira. "Relatório do Segundo Secretário". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 6 (Suplemento), 1844, pp. 34-35.

[30] MACEDO, Joaquim Manoel. "Discurso do Orador". *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 04, nº 23, 1860, pp. 690-694.

[31] OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. "Discurso". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº 25, 1845, p. 124.

[32] VIANNA, Candido de Araújo. "Discurso". Oblação (...) à memória do Sr. D. Afonso, Augusto Primogênito de Suas Majestades Imperiais. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 11, 1848, p. 09.

[33] PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. "Discurso". *op. cit.*, p. 12.

[34] *Idem*, pp.11-12.

[35] Sobre o conceito de "memórias partilhadas", cf. FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa, Teorema, 1992, p.112.

[36] Cf. BURKE, Peter. "Apresentação a Luís XIV". In _____. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, pp. 14-18.

[37] Cf. SÃO LEOPOLDO, Visconde de. "Discurso do Presidente". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 2 (Suplemento), 1840, pp. 8-10. O mesmo teor da alocução do Visconde se repete, quarenta e sete anos mais tarde, no "Relatório do 1º Secretário", Coronel Augusto Fausto de Souza, em 1887. Ver: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t.50, vol. 75, nº 4, 1887, p. 404.

[38] MACEDO, Joaquim Manoel de. "Relatório do Secretário". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 19 (Suplemento), 1856, pp. 121-122.

Cf. BERCÉ, Françoise. "Arcisse de Caumont et les sociétés savantes". In NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire - La Nation*. Paris, Gallimard, 1986, t. II, vol. II, pp. 533-567.

[39] BARBOSA, Januário da Cunha. "Relatório do Secretário Perpétuo". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 5 (Suplemento), 1843, p. 6.

[40] Cf. BERCÉ, Françoise. *op. cit.*, pp. 533-567.

[41] IMPERADOR D. PEDRO II. *Bilhete de* (...) a Luiz Pedreira do Couto Ferraz, datado de 13/6/1870. Ms., IHGB. Lata 742, Pasta 64.

[42] Sobre os "programas históricos", herança das academias setecentistas. Ver: ROCHE, Daniel. *Les républicains des lettres. Gens de culture et lumières au XVIII^ème siècle*. Paris, Fayard, 1988, pp.176-177.

[43] IMPERADOR D. PEDRO II. "Necrológio do Dr. Antonio Moraes e Silva". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 23, 1860, pp. 495-496.

[44] PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. "Discurso do Orador na sessão pública de aniversário". In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 18, 1855, p. 553.

A construção da liberdade e de uma identidade nacional. Corte do Rio de Janeiro, fins do XVIII e início do XIX

Gladys Sabina Ribeiro
Universidade Federal Fluminense
Universidade de Campinas

No alvorecer da terceira década do século passado, folhetos, jornais, proclamações, editais, bandos e todo tipo de material escrito discutiam o bom exercício da liberdade e o seu correto entendimento no Império Lusitano. Quando a Regeneração Portuguesa ocorreu e as cortes lisboetas se estabeleceram, para os militares portugueses europeus e comerciantes residentes em Portugal a palavra significava possibilidades múltiplas.

As metas principais eram levar de volta o Rei, àquela altura estabelecido no Brasil; restabelecer a independência do velho reino frente à ex-colônia – que na prática havia se tornado a Metrópole – ressuscitar e revitalizar as práticas comerciais a partir das cidades portuguesas, principalmente das do norte do país; e garantir os direitos de cidadania dos lusos estabelecidos no continente europeu. Tais direitos incluíam a convocação das cortes, defensoras da nação portuguesa, e a redação de garantias à propriedade através de uma constituição liberal, privilegiando um Poder Legislativo forte.

O movimento encetado pela cidade do Porto foi saudado pelos portugueses habitantes da América como um sinal de esperança: os velhos tempos do absolutismo e da tirania haviam pas-

sado em prol da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Os impressos destilavam lições de liberalismo.

Todos os grupos ou "facções" eram unânimes nos bons propósitos de organização da *nação portuguesa* ao redor de leis básicas e promotoras da liberdade do indivíduo. As noções de igualdade e fraternidade eram complexas e foram sendo elaboradas a partir do triunfo do constitucionalismo, reafirmando-se a necessidade de se reforçar a construção do Império Luso-Brasileiro, idéia acalentada desde finais do XVIII. Não havia uma cartilha pela qual se guiassem desde o primeiro momento. Os conceitos foram sendo edificados a partir dos acontecimentos. Aliás, da mesma forma que as decisões iam sendo tomadas.

Unidos os dois reinos e feita a "Regeneração", cada um por seu lado e interesse disputava a primazia de ser a Capital. A partir de então, tanto em Portugal como no Brasil os folhetos passaram a discutir os rumos da "Regeneração" em ambos os lados do Atlântico. Propunham soluções para o futuro do Império e para os acontecimentos imediatos; não raro debatiam entre si.

Como tática, os papéis impressos em Portugal, desejosos da recolonização, do retorno da família real e do restabelecimento da sede da monarquia em Lisboa, diminuíam o Brasil e os brasileiros. Chamavam-nos de "macacos" e "negrinhos", acentuando a diferença entre os habitantes dos dois reinos, com o intuito de frisar o "perigo" que tal população representava, tanto na possibilidade de sublevação da gente "de cor" quanto no enfraquecimento do "progresso" a ser atingido, em época que se julgava ser o povoamento fator importante para o desenvolvimento[1]. Além disso, a ameaça de uma rebelião negra tornaria inviável a autonomia brasileira como Reino, necessitando do auxílio de Portugal para a sua defesa. Esta posição era compartilhada pelos jornais portugueses *O Astro Da Lusitânia*, *O Constitucional Regenerado* e *O Compilador*, contra os quais a imprensa do Rio de Janeiro insurgia-se[2].

Em contrapartida, portugueses moradores no Brasil escreveram outros panfletos defendendo-no e aos brasileiros. Mostravam

as "riquezas do território" e a "bondade", as "virtudes" e o "bom coração" dos nascidos na América. Apesar de falarem distintamente em brasileiros e portugueses como qualificações relacionadas ao local de nascimento, não reconheciam "nacionalidades" diferenciadas e acusavam os articulistas lisboetas de quererem incutir rivalidades entre os "portugueses dos dois Reinos". Sublinhavam o fato de pertencerem a uma *mesma nação,* sendo necessária a união fraternal[3].

Mas não só os folhetos possuíam esta postura. Os negociantes portugueses estabelecidos no Brasil manifestaram-se explicitamente em duas ocasiões especiais nas quais se sentiram ameaçados: a primeira, em 1821, na época da partida de D. João VI; a segunda, em 1822, por ocasião dos pedidos ao Príncipe para que ficasse no Brasil.

Em 21 de março de 1821, escreveram um "embargo" e uma "representação"[4], afirmando a "fidelidade dos portugueses do Brasil" ao monarca. No "embargo", no qual assinaram "o Brasil", diziam que este novamente não se sujeitaria à condição de escravo, voltando ao estado de colônia, fechando os seus portos, limitando o seu comércio e demolindo as suas fábricas. Dando prosseguimento às suas reclamações, "O Corpo de Comércio desta Capital", "consternado", representou ao Senado da Câmara, legítimo representante do povo[5], "para procurar o remédio eficaz e pronto aos males incalculáveis de que se vê ameaçado".

Igual intimidação repetiram praticamente um ano depois, quando o "partido brasileiro" posicionou-se por ocasião das ordens da Corte, mandando regressar o príncipe. O tom do "manifesto" é o mesmo daquele do "embargo" e da "representação", feitos em março do ano anterior. Porém, faziam questão de recordar a força demonstrada no Decreto e Instruções de abril de 1821. Com antecedência, também "previam" desgraças. Diziam-se "cidadãos amigos do sossego e da boa ordem". Observavam que Portugal agia sem consultar ninguém, dividia o país em governos provinciais, independentes e arbitrários. Na posição de profetas, temiam pela "anarquia", que anunciava "futuros tristes e desas-

trosos". D. Pedro seria a solução para a unidade, a qual se faria por um governo centralizador.

Além do Corpo de Comércio, o "povo" do Rio de Janeiro também se pronunciou através de um "manifesto"[6], cujo conteúdo ressaltava "fatos" econômicos para demostrar a "prosperidade deste rico e vastíssimo Continente". Mostrava as mesmas coisas que o "Corpo de Comércio", mas, por caminhos diferentes: igualmente contestava as ordens das cortes de Lisboa pedindo a permanência de D. Pedro; contudo, o governante deveria ser constitucional, respeitando deputados e representantes das províncias. Os problemas econômicos preocupavam, podiam abalar a "segurança" e a "prosperidade" do Reino. As províncias possuíam um papel destacado e eram comandadas pelo Rio de Janeiro:

Ora, se juntarmos os discursos acima, chegaremos à um punhado de conclusões. Uma delas é que os manifestos foram produtos do "partido brasileiro"; possuíam como denominador comum o desejo de preservação da *unidade* de uma determinada ordem pela *via constitucional e monárquica,* mantendo-se a paz e o sossego, afastando-se a anarquia e construindo a *nação portuguesa.*

Em seguida, começaram a se delinear aí algumas divergências assinaladas a torto e a direito pela historiografia: um grupo estabelecia só haver possibilidade de progresso pela centralização ao redor do Rio de Janeiro; outro entendia ser a fraternidade nacional apenas conseguida pela autonomia das províncias; alguns pregavam a "soberania da nação", com o predomínio do Executivo, outros, a "soberania do povo" através do Legislativo. Haveria formas diferentes de dirigir o Estado, que deveria ser respeitado como reino autônomo, monárquico, constitucional, tendo como base social as classes vinculadas à propriedade de terras, de escravos e ao comércio[7]. O "partido brasileiro" seria um "saco de gatos", cujas disputas pelo poder começaram a ocorrer antes mesmo da Emancipação ser vista como separação política total dos reinos.

Dentro do quadro geral explicativo do período, 1821 tem sido considerado o ano do Constitucionalismo; 1822, o de reafir-

mação das idéias de Independência. Entretanto, podemos chegar a conclusões mais matizadas, colocando as palavras "constitucionalismo" e "independência" nos seus devidos contextos. As idéias de um Brasil constitucional e unido a Portugal ultrapassaram os meses de janeiro e de abril, considerados pelos autores como básicos na propaganda pela Independência. Se virmos com detalhe, vão além do Grito do Ipiranga!

Expliquemos. A "separação" era uma pedra-chave em ambos os discursos, nos produzidos na Metrópole e nos de origem americana, mas sempre como uma *hipótese*, arma que servia para intimidar e ameaçar interlocutores.

Os escritos dos naturais de Portugal acentuavam as diferenças entre os dois Reinos; discorriam sobre a pouca população da ex-Colônia e anunciavam suas intenções de deixá-la jogada à sanha da população negra, caso não aceitasse as suas propostas econômicas. Já os textos dos naturais do Brasil adotaram estratégias diferentes de acordo com o desenrolar dos acontecimentos e com os objetivos que iam priorizando. Em 1821, defendiam a população de xingamentos que lhe diminuíam o valor, ressaltando-lhe as suas qualidades e divulgando as possibilidades de riqueza da terra. Adotavam a mesma moeda dos seus "acusadores": se o Brasil era "terra de macacos, de pretos e de serpentes", similarmente Portugal era "terra de lobos, de galegos e de raposas". Os xingamentos tinham relação estreita com o momento vivido. O "lobo" e a "raposa" eram animais "astutos e mui daninhos"[8], alusão evidente às medidas das Cortes, que tinham traído a confiança nelas depositada. "Galego" era um termo pejorativo em si, designando indivíduo sem escrúpulos para conseguir algum tipo de vantagem econômica ou colocação no mercado de trabalho. Próprio para designar os habitantes de Portugal: nobres parasitas, que despejaram moradores da cidade quando da chegada da família real através do "ponha-se na rua" ("Príncipe Real = Ponha-se na Rua"); empregados públicos; caixeiros e negociantes de toda espécie; além de trabalhadores de todas as profissões. Constituíam uma

mão-de-obra branca, privilegiavam "patrícios" ou disputavam uma colocação no mercado de trabalho com nacionais e africanos.

Contudo, apesar da indignação flagrante, os textos escritos por "brasileiros" continuavam sublinhando serem os habitantes dos dois lados do hemisfério *irmãos da mesma família, unidos por laços naturais* e pertencentes a uma *mesma Nação portuguesa.*

Não se visava a separação, mas reafirmar as nossas qualidades e os laços naturais que ligavam os habitantes do Império, como vimos, "compatriotas". A população do Brasil branca e portuguesa contribuía para a sua riqueza. Acreditava-se que tudo se resolveria na fidelidade às cortes de Lisboa, que salvaguardariam os "direitos naturais" desta parte americana do Reino, embalados pelos juramentos feitos de respeitar a *constituição da monarquia portuguesa.* Apesar das rixas e rivalidades que aconteciam aqui e ali, no plano da política mais ampla não havia um conflito interno deflagrado entre brasileiros e portugueses. Para os folhetos, a luta conjunta era travada contra o absolutismo e a tirania, característicos do Antigo Regime. O rei não estava na berlinda porque havia aceito a representação da nação.

Porém, as notícias votadas nas Cortes em setembro e outubro de 1821 chegaram ao Rio de Janeiro em fins daquele ano e geraram "manifestos" do "Corpo de Comércio" e do "povo" para que D. Pedro ficasse. Exigindo-se o regresso do príncipe e abolindo-se os Tribunais Superiores no Rio de Janeiro, o debate sobre os mesmos direitos entre irmãos de uma mesma família e sobre a igualdade para os deputados dos dois lados da nação portuguesa evoluiu, e fez com que se mudasse um pouco o rumo da união. Agora, juntamente com ela, os discursos emanados do Brasil passaram a exigir o respeito às nossas especificidades, às nossas instituições, à nossa *emancipação, entendida como autonomia.* As Cortes lisboetas foram caindo em descrédito, passando a serem igualmente vistas como tirânicas e desejosas de agrilhoar novamente a ex-colônia.

As expectativas depositadas nas Cortes lisboetas começaram a ruir. As estratégias adotadas de defesa da população, endosso reiterado das riquezas naturais e de ênfase nos laços sangúineos não bastavam. Era necessário buscar novos caminhos para não se abdicar das conquistas. No âmbito econômico, elas haviam se cristalizado nos Tratados de 1808 e 1810; no político, somava-se esforços para não perder a condição de Metrópole, gravemente ameaçada com as notícias chegadas em fins de 1821.

Falavam em emancipação a torto e a direito, mas com o intuito de preservar a autonomia para a "conservação da harmonia geral", "da causa comum da nossa regeneração", enfim, da unidade do Império. É bem possível que a leitura de um ou outro documento, juntamente com a concepção de '"crise do sistema Colonial", possa ter levado alguns historiadores a marcar o ano da abertura dos portos como o do início do processo da emancipação política, como se esta fosse a lógica "natural" dos fatos ou como se a Independência fosse desejada ou planejada maquiavelicamente há muito[9], minimamente desde 1808...

Reproduziam, assim, o discurso daquele momento: o Brasil já era emancipado (autônomo do ponto de vista econômico) e naturalmente algum dia seria independente porque era próspero. Portanto, a emancipação política não estava em questão, nem mesmo sei se constava no horizonte imediato daqueles homens. Ela foi muito mais obra do *combate pela liberdade,* que até o último momento se pensava em obter *dentro da nação portuguesa*. Que vantagens teriam os comerciantes do Rio de Janeiro em promover a independência total e cortar liames com Portugal e suas possessões? Além de serem eles que custeariam a possível guerra contra Portugal, ficariam sem uma fatia expressiva do mercado, sem as facilidades e regalias da unidade do Reino

Falava-se vez por outra em separação, mas como estratégia. A continuidade da política de ameaças reforçava nesta conjuntura a existência de um país que se irmanava com a *nação portuguesa* porque tinha *liberdade de escolha,* porém poderia igualmente

rejeitá-la, se Portugal (as Cortes) continuasse não honrando os princípios constitucionais.

Os jornais *A Malagueta, O Revérbero Constitucional Fluminense* e *O Correio do Rio de Janeiro* passaram a defender essas posições. O bem da nação viria da reunião dos dois hemisférios portugueses e da reciprocidade de interesses que não prejudicasse a ambos os lados. O que se pregava era a liberdade, que animava o amor à pátria, e este não podia ser separado do amor à nação. A independência seria a liberdade, a autonomia e a união. A separação era inimiga da liberdade[10].

A concepção de nação observada por Hobsbawn pode ser encontrada em outro exemplar do *Revérbero*, de 29/01/1822[11]: "reunião dos Povos, que obedecem a uma mesma Lei, e a um mesmo sistema de governo". Ao excetuar "as classes privilegiadas" deste corpo, referia-se às "classes" e aos "privilégios do Antigo Sistema"; não significava que defendesse o direito dos mais pobres. Apenas lutava contra os que possuíam a força e arbitrariamente "quebravam os vínculos", ferindo a liberdade do povo brasileiro, provocando a discórdia e obstruindo o sistema constitucional[12]. Qualquer exagero com relação à liberdade seria condenável, tanto se pendesse para a tirania como para a democracia.

De uma maneira geral, *até o início de 1822 nascer brasileiro significava "ser português";* com isto designava-se apenas o *local de nascimento dentro da Nação portuguesa,* vendo preservados e respeitados os seus direitos de "patriota". Quanto muito, os "portugueses da Europa" que partilhavam e defendiam os interesses americanos, e que moravam no Brasil, eram também chamados "brasileiros" – eram os "bons portugueses", aos quais se referia o *Portuense Imparcial*[13]. Este era o sentido dos escritos ditos "brasileiros", mas que eram de portugueses residentes aqui há muitos anos; é igualmente o significado de artigos, cartas e reflexões dos editores de jornais que acusavam representantes brasileiros nas Cortes de "portugueses" e, em contrapartida, chamavam

portugueses eleitos pela América de "brasileiros" de coração se defendessem a causa da liberdade – Vergueiro é um exemplo[14].

No século XIX o "nacionalismo" firmava-se gradualmente sobre os princípios liberais; portanto, só se tornava justificável quando ajustado ao "progresso" e "alargava, e não restringia, a escala de operação humana na economia, na sociedade e na cultura"[15].

O Brasil não era uma "pátria" única[16]; era marcado por regionalismos. O termo "pátria" não significava uma sociedade que se reconhecia com uma identidade e cultura próprias, dentro de um espaço único. Era, sim, sinônimo do lugar reservado a determinados "homens bons", que se reconheciam por nexos de propriedade e de privilégio. Eles extrapolavam nas palavras "Pátria", "Portugal", "Brasil" ou "América Portuguesa" as suas individualidades, mundos pessoais[17] e, acrescentemos, interesses – que faziam passar pelos interesses de todos e pelo bem comum. Designava, desta forma, um espaço comunitário limitado, onde o objeto de lealdade e dignidade, em uma sociedade patriarcal, era o rei[18], agora constitucional.

Não era à toa que o *Correio do Rio de Janeiro* explicitava, logo depois do Sete de Setembro[19], que a liberdade não era para todos; era privilégio do "cidadão", do "patriota". Daí a importância de se consolidar a unidade. Sem querer a dispersão e tendo em primeiro plano a *nação portuguesa,* a existência de um *centro no Rio de Janeiro* era indispensável para esta representação do espaço dos "homens bons" do Sudeste; perpetuaria as suas conquistas – a emancipação econômica – e evitaria a anarquia. Na ótica de quem via o mundo pelas lentes americanas, só a permanência do príncipe seria capaz de congregar os interesses de alguns representando-os como de todos.

A liberdade, que animava o amor à pátria e à nação, não era privilégio apenas dos países. Beneficiava também indivíduos, guardando-lhes as "Propriedades" (com P maiúsculo, para mostrar a força deste direito!), e brindava com maior distinção os comerciantes, cujo amor à pátria estava informado pelos interesses...

A analogia entre o reino livre, aberto às relações com o mundo, e o cidadão livre era evidente. Esta articulava-se também no "ser brasileiro" ou "ser português", que obviamente envolvia a nação enquanto "pátria"/país/região e enquanto indivíduo, digno ou não da "pátria", compartilhando ou não com ela os seus interesses e os seus anseios de liberdade. Desta forma, o "ser brasileiro" ia sendo construído: era aquele que lutava pela liberdade, pela Monarquia Representativa e Constitucional; aquele que ia contra as medidas recolonizadoras das Cortes, não importava se o seu local de nascimento, fosse o Brasil ou Portugal. Neste momento, os "brasileiros" ainda poderiam salvar a monarquia portuguesa e garantir um Império poderoso. Para os negociantes de grosso trato do Sudeste e seus aliados, pensar a emancipação era preservar seus interesses, pensar a liberdade de outra forma: ou seja, como garantia da propriedade. Seria esta perspectiva que, em um futuro próximo, concretizar-se-ia no "correto exercício da cidadania", sem "anarquias" ou "exageros", sob o imperativo da centralização[20]. O Brasil não deveria ser província nem parte alguma do seu território poderia aceitar tal designação. Tão importante quanto a união com Portugal, era a preservação da unidade interna ao redor do Rio de Janeiro. Deveria haver um centro de poder ligado obrigatoriamente ao outro. No respeito à liberdade e à igualdade, afirmava-se a necessidade da existência de instituições separadas, já que as Cortes não entendiam as especificidades americanas. Se em 1821 pregava-se a união através da Constituição; 1822 surgiu acrescentando outros objetivos a estes: era o momento de afirmação da *emancipação, não como separação política total, mas como preservação da autonomia e dos direitos econômicos.* A dinâmica interna do liberalismo econômico, levada às últimas conseqüências, dava primazia à vontade de autonomia do cidadão-proprietário, que se insurgia contra as restrições jurídicas à sua esfera de atuação[21]. Dentro desse contexto, a idéia de um Legislativo no Brasil passou a ganhar cada vez mais força[22].

Portanto, não podemos concordar com a afirmação de Emilia Viotti da Costa de que a convocação da Constituinte no Brasil tenha sido "praticamente uma declaração de Independência", nem com a idéia de que os manifestos de agosto, tanto o redigido por Ledo[23] quanto o escrito por José Bonifácio[24], valham por "manifestos da Independência"[25]. Muito menos razão ainda tinha Nélson W. Sodré em afirmar ter sido o *Revérbero* "o órgão doutrinário da Independência", enquanto o *Correio* lutava pela liberdade política[26], ou, resumindo ainda a posição de uns e outros historiadores, que a luta pela Independência datava de fins de 1821, ou das disputas ao redor da convocação de um Conselho de Procuradores das Províncias ou da Assembléia Constituinte[27].

Fica evidente que todos "leram" os termos *emancipação* e *independência* como *sinônimos de separação política total,* com rompimento de quaisquer tipo de laços. E isto não aparece com clareza nos papéis da época, fossem folhetos, jornais, correspondências, proclamações etc[28].

Assim, ao longo da primeira metade do ano de 1822, os "brasileiros" eram os moradores do Brasil, verdadeiros guardiães do "constitucionalismo", e por isso capazes de salvar a monarquia e o Império. As rivalidades restringiam-se ao âmbito maior da política, da disputa entre países de uma mesma nação pela primazia no mundo português. Acirravam-se sobretudo quando se falava em solapar a independência, sinônimo da autonomia, e quando se pregava o que entendiam ser a volta aos "ferros" da situação colonial.

Dentro deste contexto inseriam-se os xingamentos raciais e as insinuações de revoltas da população "de cor", de que tratamos anteriormente e que só inadvertidamente eram abordadas como "reais". Na maioria das vezes, referiam-se às questões raciais como invencionices que tinham por objetivo fragilizar a autonomia brasileira. Neste sentido, estes discursos pseudo-nacionais encobriam as tensões raciais e o medo do haitianismo, que salpica a documentação. A retórica era pedagógica e não cessou no Sete de Setembro; foi muito além... Tanto o *Revérbero* quanto o *Correio*

continuaram a publicar reflexões, cartas e artigos combatendo as Cortes e pregando a união[29].

A leitura diária dos jornais dá a evidência de que as incertezas eram muitas. Parecia ainda estarmos sob a batuta de um único e mesmo governo! Não se pode, pois, aceitar a argumentação de Nélson W. Sodré, segundo a qual o *Revérbero* e o *Correio* não publicaram notícias sobre a Emancipação (separação total) porque para os seus redatores e partidários ela já estava feita desde a Convocação da Constituinte no Brasil[30].

Varnhagen e Tobias Monteiro chamaram atenção para o fato de a Independência não ser certa após a proclamação. Ambos ressaltaram a dubiedade do termo e comentaram que no Rio de Janeiro as insígnias portuguesas foram usadas por mais dois meses. E se acompanharmos os fatos na cronologia, veremos medidas como a Portaria de 21 de outubro, na qual D. Pedro declarava que o comércio continuaria regularmente[31]. As hostilidades foram se acentuando aos poucos, à medida que a certeza do total corte de laços ia dissipando as dúvidas dos espíritos... Portanto, até o "grito do Ipiranga" a separação era tida como coisa de "anarquistas", "demagogos" e "republicanos", ou vista como plantada pelos deputados portugueses[32].

Notas

[1] *Carta do Compadre de Belém ao redator do Astro da Lusitânia, dada a luz pelo Compadre de Lisboa.* Lisboa, Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1820, citado por OLIVEIRA, Cecília Lorenzini de Salles. *O disfarce do anonimato. O debate político através dos folhetos (1820-1822).* Dissertação de Mestrado, São Paulo, 1979. Departamento de História - Universidade do Estado de São Paulo, p. 35 e *Carta ao Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém ou Juízo Crítico sobre a opinião pública dirigida pelo Astro da Lusitânia.* Reimpresso no Rio de Janeiro, Impressão Nacional, 1821, B.N. Existiam outros folhetos que apenas defendiam a recolonização, tratando dos problemas portugueses após a vinda de D. João VI para o Brasil e da necessidade de Portugal centralizar o comércio; não utilizavam estratagemas raciais para defesa de objetivos econômicos.

[2] Algumas vezes estes jornais falavam da união preferível com a Espanha.

[3] Entre outros, podemos citar como exemplos de folhetos que defendiam estas idéias: *Hum Portuense Imparcial.* Anexo à *Carta, que em defesa dos*

Brasileiros insultados escreve ao Sacristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1821, B.N.; *Ensaio histórico político sobre a origem, progressos, e merecimentos da Antipatia, e Recíproca Aversão de alguns Portugueses Europeus, e Brasilienses, ou Elucidação de um período de célebre ata do Governo da Bahia datada de 18 de Fevereiro do ano corrente escrito por R.J.C.M." (Raimundo José da Cunha Mattos).* Rio de Janeiro, Typografia de Moreira de Garcez, 1822, B.N.; *Discurso que em desagravo dos Brasileiros ofendidos pelo Compadre de Lisboa na sua carta impolítica dirigida ao Compadre de Belém,* escreveu José Joaquim Lopes de Lima, Segundo Tenente da Armada Nacional. Rio de Janeiro, Impressão Nacional, 1821, B.N.

[4] *Por via de Embargos ao Venerando Decreto de 7 de Março de 1821, e em contrariedade do Manifesto feito pelos Portugueses Europeus às Cortes Estrangeiras, com toda a submissão devem os Portugueses estabelecidos no Brasil por esta, ou por outra melhor forma e via de Direito.* 20 de março de 1821, Manuscritos, B.N. e *Representação do comércio do Senado da Câmara para sustar o efeito do Decreto de 7 de Março sobre a partida d'El Rey.* 21 de Março de 1821, Seção de Manuscritos, B.N. Esta última representação está também no Códice II - 34, 30, 61 da Seção de Manuscritos da B.N.

[5] "Povo" significava aqui o conjunto dos cidadãos, os pares, os iguais diante da Lei. A distinção entre o povo e a plebe foi enfatizada por CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo. 1822-1842:* Matizes do Vocabulário Político e Social. Petrópolis/Campinas, Vozes/Universidade Estadual de Campinas, 1979 e por MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema.* São Paulo, HUCITEC/Instituto Nacional do Livro, 1987, pp. 135-136.

[6] Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a Residência de Sua Alteza Real no Brasil dirigido no Senado da Câmara. *Independência do Brasil,* 02/01/1822, cx. 740, pacote 4, documento 3, A.N. Este "manifesto" é geralmente atribuído pela historiografia ao grupo de Ledo.

[7] Nos seus estudos, João Fragoso demonstrou como os negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro converteram-se em grandes proprietários de terras do Vale do Paraíba. A reprodução de capital passava necessariamente pela compra de terras, em um projeto até certo ponto "arcaico". *Cf.* FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. (1790-1830). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992 e FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790- 1840. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

[8] Dois folhetos combatiam os xingamentos das cartas lisboetas: *Carta, que em defesa dos Brasileiros insultados escreve ao Sacristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1821, B.N. e *Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveu na sua Carta em Resposta ao Compadre de Belém, pelo Filho do Compadre do Rio de Janeiro, que offerece a dedica aos seus Patrícios (segunda edição corrigida e aumentada), Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1822.* In FAORO, Raymundo (Introdução de). *O debate político no processo de independência.* Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973. A primeira delas é que

utilizou os termos "lobo", "raposa" e "galego". Para conferir os significados das palavras "lobo" e "raposa", *ver* SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* ... 1822, p. 233 e p. 551. O autor da "Justa Retribuição ", tido por Varnhagen e José Honório Rodrigues como Luis Gonçalves dos Santos, é igualmente contestado por Cecília Oliveira. Ver OLIVEIRA, Cecília L. Salles de. *op. cit.*, pp. 34-40.

[9] Não quero minimizar a importância dos tratados para o desenvolvimento do comércio brasileiro na época. Só não quero que a emancipação da qual se falava naquele momento seja confundida como o desejo de separação total. Maria Odila Silva Dias é uma das historiadoras que dá grande ênfase a 1808, embora esvazie 1822 como o marco para o início da consolidação da unidade nacional, desvincule a data do quadro de luta da Colônia *versus* Metrópole e retire o caráter nacionalista do movimento. Cf. DIAS, Maria Odila Silva. "A Interiorização da Metrópole" (1808-1853). In MOTTA Carlos G. *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 160-184.

[10] "Reflexões". *Revérbero Constitucional Fluminense,* nº VIII, tomo 1, 01/01/1822, B.N. Mais adiante, nas "Considerações sobre o Manifesto de Portugal aos Soberanos e Povos da Europa", na parte relativa ao Reino do Brasil, oferecida aos Deputados deste Reino em Cortes", pp. 89-96, os redatores concitavam o Congresso português a buscar as bases liberais para a "felicidade geral", porque a prosperidade do Brasil se fez com o comércio. *Consultar também: Revérbero Constitucional Fluminense,* nº 1 Extraordinário, tomo II, 12/05/1822, B.N. (a "Causa da Liberdade" é a "Causa do Brasil", os representantes de uma província deveriam ser representates da Nação - todos lutando pela Liberdade...); *Correio Do Rio De Janeiro,* nº 16, 27/04/1822; nº 49, 08/06/1822; nº 152, 12/06/1822; nº 93, 05/08/1822; nº 98, 10/08/1822; nº 103, 17/08/1822; nº 111, 27/08/1822, B.N. *A Malagueta* nº 2, 12/1821; nº 8, 02/1822; nº 9, 07/03/1822; nº 10, 16/03/1822, nº 14, 06/04/1822, B.N.

[11] *Revérbero Constitucional Fluminense,* nºXII, tomo I, 29/01/1822, B.N.

[12] Uma boa discussão sobre os limites da liberdade, sobretudo partindo-se do pensamento de Locke, Mill, Benjamin Constant e Tocqueville, encontra-se em BERLIN, Isaiah. "Dois Conceitos de Liberdade". In *Quatro ensaios sobre a liberdade*. (1ª ed. 1969) Brasília, Ed.UnB, 1981.

[13] A menção aos "bons portugueses" encontra-se não só nos folhetos, mas também nos jornais. Cf., entre outros: *Revérbero Constitucional Fluminense* nº XIV, tomo I, 12/02/1822, B.N.: dizia que os brasileiros "são honrados, prudentes, e subordinados (e neste número compreendendo todos os Nossos verdadeiros Irmãos da Europa, que testemunham a nossa justiça, e que nos ajudam a sustentação da nossa honra, e para a união de toda a Monarquia Portuguesa)(...)"; *Correio do Rio de Janeiro,* nº 1, 10/04/1822, B.N.: falava da luta dos brasileiros com os "bons portugueses" pela liberdade, razão e justiça contra o despotismo das Cortes; *Correio Do Rio De Janeiro* nº 16, 27/04/1822, B.N.: os "bons portugueses" querem a liberdade e não querem desmembrar o Brasil em províncias.

[14] *Correio Do Rio De Janeiro*, nº 102, 16/08/1822; nº 111, 27/08/1822, B.N.

[15] HOBSBAWN, Eric. *Nação e nacionalismo desde 1780:* programa, mito e realidades. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 53.

[16] A discussão a respeito da palavra "Pátria", "Brasil" e "América Portuguesa" pode ser encontrada em BARMAN, Roderick J. *Brazil. The forging of a nation. 1798-1852.* 1ª ed., California, Stanford University Press, 1988, pp. 25-30. Arnaldo Contier também se refere ao termo "pátria" e "patriota'. Para ele, "patriota", em 1817, era utilizado como sinônimo de "sedicioso", "revolucionário", "desordeiro", aquele que era contrário ao regime. Mas, os termos teriam evoluído, tendo passado a designar os "homens bons", os partidários da independência. CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo. 1822-1842:* Matizes do Vocabulário Político e Social. Petrópolis/Campinas, Vozes/Universidade Estadual de Campinas, 1979, p. 136. Na verdade, se "patriota" significava aqueles que contestavam o regime, sendo revolucionários, não nos admiramos que este termo tenha sido aplicado ao momento da Independência, quando se questionavam as medidas tomadas pelas Cortes e, aos poucos, passou-se a duvidar do seu constitucionalismo. O termo foi retomado em 1831, quando os "patriotas históricos" fizeram nova leitura da Independência, como "revolução".

[17] BARMAN, Roderick J. *op.cit.*, p. 28.

[18] *Idem,* p. 29. Este significado não se opõe ao que Hobsbawn lhe atribui, como terra de nascimento. Cf. HOBSBAWN, Eric. *op. cit.*, p. 28. A "pátria" era o local de nascimento dos "homens bons".

[19] *Correio Do Rio De Janeiro,* nº 137, 26/09/1822, B.N.

[20] Sobre a questão da Independência, discordo da interpretação de Lúcia M. Bastos Pereira das Neves, que diz que os comerciantes portugueses, estabelecidos há muito no Brasil, só aderiram devido ao medo da retaliação dos brasilienses. Ora, isto ignora a complexidade do "ser português" e do "ser brasileiro", bem como renega o papel primordial que estes comerciantes tiveram na condução política dos negócios do Brasil. Igualmente acho curioso que a autora em questão diga que os escritos não mencionavam o "restabelecimento do exclusivo econômico como fator que tivesse contribuído para o separatismo brasileiro". Ora, este item é recorrente nos folhetos e jornais de época. Realmente é verdade que a Comissão para os Negócios do Brasil, e a proposta aprovada nas Cortes lisboetas, mais tarde, não revigoravam, tal como na época colonial, os monopólios. Nem podiam, visto ser o comércio brasileiro bastante forte. Contudo, retoricamente, este era um discurso fundamental para a obtenção da autonomia. E, depois, o foi para justificar a separação política total. Cf.. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo:* a Cultura Política da Independência, 1820-1822. São Paulo, 1992, pp. 569-570.

[21] Esta última idéia, contida no artigo de Alfredo Bosi intitulado "A Escravidão entre dois Liberalismos", é perfeita para entendermos os "direitos" reivindicados naquele momento. Cf., BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização.* São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 206.

[22] A historiografia em geral atribui a convocação da Constituinte a um "golpe" do "grupo" de José Bonifácio, já que a idéia teria seria do "grupo" de Ledo. Da mesma forma, desconfiado de Ledo e de seus "partidários", José Bonifácio teria fundado o "Apostolado da Nova Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz". É curioso observarmos os nomes das três "Palestras" (Lojas) nas quais esta sociedade dividiu-se: "Independência ou Morte"; "União e Tranquilidade" e

"Firmeza e Lealdade". *Ver*: BARRETO, Célia de Barros. "Ação das Sociedades Secretas". In Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira.* 4 ed., São Paulo, Difel/ Difusão Editorial S.A., vol.3, cap. 3, 1976, pp. 191-206 e p. 205 e CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. "A Fundação de um Império Liberal". In Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira.* 4 ed., São Paulo, Difel/ Difusão Editorial S.A.,Vol. 3, caps. 1 e 5, 1976, pp. 135-178 e 379-404. Gostaríamos de chamar atenção que as três expressões relacionavam-se ao ideário da liberdade.

[23] Manifesto do Príncipe Regente aos Povos do Brasil. 01/08/1822.MORAES, Alexandre José de Mello. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/ EDUSP, 2 vols., 1982, pp. 408-415.

[24] Manifesto 06/08/1822. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1822*, Parte 2, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, pp. 132-142, A.N. Melo Moraes também transcreve este Manifesto. *Cf.* MORAES, Alexandre José de Mello. *op. cit.*, pp. 415-427. Vale observar que sempre que pudemos procuramos consultar o original dos documentos e trabalhar com eles, não com as publicações. Nelas, as vezes há pequenas incorreções que podem mudar o sentido geral do texto.

[25] COSTA, Emília Viotti da. "Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil". In *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Ciências Humanas Ltda., 1979, pp. 45-46

[26] *Cf.* SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 62 e 79.

[27] Refiro-me, especialmente, a Varnhagen, Armitage, Oliveira Lima e Tobias Monteiro.

[28] Cecília Oliveira chamou atenção para o fato de que em outubro de 1822 o grupo de Ledo, através do *Correio*, ainda achava viável a união novamente com Portugal, reorganizando-se o Império Português, após a morte de D. João VI. Contudo, não aprofundou esta idéia, nem era este o objeto do seu trabalho. OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal*. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824).Tese de Doutorado. São Paulo, 1986. 2 vols. Departamento de História - Universidade de São Paulo, p. 336.

[29] Ver, entre outros, os seguinte jornais: Revérbero Constitucional Fluminense, nº 16, Tomo Ii, 10/09/1822, B.N.; Revérbero Constitucional Fluminense, nº 17, Tomo Ii, 17/09/1822, B.N.;Revérbero Constitucional Fluminense, nº 18, Tomo Ii, 24/09/1822, B.N; Revérbero Constitucional Fluminense, nº 19, Tomo Ii, 01/10/1822, B.N. E Revérbero Constitucional Fluminense, nº 20, Tomo Ii, 08/10/1822, B.N.; Correio Do Rio De Janeiro, nº 26, 09/09/1822; nº 124, 11/09/1822 E nº 130, 18/09/1822, B.N.; Correio Do Rio De Janeiro, nº 136, 25/09/); nº 140, 30/09/1822 e nº 143, 03/10/1822; Correio Do Rio De Janeiro, nº 145, 05/10/1822, B.N.

[30]SODRÉ, Nélson W. *op. cit.*, p. 66.

[31] MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império: a elaboração da Independência*. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ EDUSP, 1981, pp. 722-723; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga Metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data.* 3ª ed. (Edição

revista e anotada pelo Professor Hélio Vianna). São Paulo, Melhoramentos, 1957, pp. 133, 210, 151, 199 e 174.

[32] *O Correio* de 10 de outubro novamente afirmava que o Brasil não queria a Independência; que esta, na verdade, havia sido pregada e provocada pelas Cortes. A Independência como separação total seria "natural" como eram os "fenômenos físicos", mas viria também "naturalmente", no tempo certo; seria gradual. *Correio do Rio de Janeiro,* nº 149, 10/10/1822, B.N.

O coronelismo ainda é uma questão historiográfica?

Maria de Lourdes Monaco Janotti
Universidade de São Paulo

> Quantas revoluções já houve no Brasil? Uma porção, desde a proclamação da República, e ela continua de pé. (...) A base é o chefe político local, o coronel que manda seus eleitores votarem contra ou a favor de determinado candidato. (...) O coronel é o homem que comanda a política nacional, porque ele é quem elege os homens que a fazem. (...) E o coronel não é um cidadão atrasado e imbecil como se afirma. Em verdade, o coronel é o homem que resolve os casos sem solução. (...) Todo mundo pensa que o sujeito vai para o 'curral eleitoral' à força. Não, ele vai porque quer. (...) O coronel apenas mudou de título. Hoje ele é médico, advogado, industrial, comerciante, ou até mesmo fazendeiro, mas continua sendo coronel. (...) Eu, por exemplo, considero-me um coronel, porque tenho poder político municipal. Percorro todos os municípios de minha região sempre que há eleições. Conheço todos os candidatos e vereadores e converso com eles. Os homens que fazem isto como eu não têm mais título de coronel da Guarda Nacional, porque ela foi extinta há muito tempo, mas desempenham a função do que se chama comumente de coronel. (José Bonifácio de Andrade em entrevista a *O Estado de S.Paulo*, 16/3/1980).

Estas palavras de conhecido político que se julga um coronel e não vê isso de forma pejorativa nos alerta para uma questão que às vezes ocorre: o descompasso entre concepções historiográficas que consideram o coronelismo encerrado na Primeira Re-

pública, enquanto na consciência dos próprios agentes políticos ele continua em franca atuação.

Pensamos como Edward Shils, que reconhece haver, em países em desenvolvimento, uma distinção fundamental entre sistemas democráticos e sistemas oligárquicos:

> Os últimos se caracterizam por um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com uma boa organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiante na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição.[1]

O procedimento eleitoral vicioso e corrupto constituiu-se em um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico até os anos 30 e após essa data, sob nova roupagem, vinculado ao poder econômico que define, em grande parte, as eleições.

De uma forma geral, a prática política repousou sempre em uma longa cadeia de compromissos, na qual competia a cada um dos beneficiados deveres e direitos.

Na República Velha, o lugar privilegiado do exercício do poder das oligarquias era a Comissão Diretora dos Partidos Republicanos Estaduais, composta pelos mais influentes chefes políticos, comumente oriundos de troncos familiares tradicionais. A ela cabia escolher a lista dos candidatos às eleições municipais, estaduais e federais e dirimir as diversas contendas entre os membros do partido. Os mais altos cargos dos poderes da República eram exercidos pelos seus integrantes. Para que um jovem se iniciasse na carreira política deveria ser apadrinhado por um político mais antigo que contasse com o apoio da Comissão Diretora, ou dela fizesse parte.

O município ocupava o centro da trama política, pois deveria sufragar nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia. Por esta razão, novas relações de poder estabeleceram-se nos municípios. Os poderosos locais, em geral fazendeiros temidos e respeitados, chamados genericamente de "*coronéis*", controlavam o

grosso do eleitorado municipal que lhe era totalmente submisso. Disso decorreu o uso de expressões como *voto de cabresto* e *voto de porteira fechada*. Eram eles que asseguravam a eleição dos candidatos aos postos estaduais e, em compensação, os chefes oligarcas reconheciam-lhes a autoridade política sobre os municípios. O coronel nem sempre era um grande fazendeiro, mas sempre era um chefe político que conseguira apoio e prestígio junto aos oligarcas estaduais, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas. Alguns deles integravam a própria Comissão Diretora dos Partidos Republicanos Estaduais.

O coronel mantinha autoridade irrestrita sobre os moradores de suas fazendas, e isto se dava em todo o território nacional. O trabalhador rural, habitante das terras do fazendeiro, entregava ao proprietário quase a totalidade do fruto do seu labor, cabendo-lhe, apenas, o mínimo para a subsistência. Dependente da unidade produtiva, sofria as vicissitudes das oscilações econômico-financeiras da propriedade. A insegurança era uma constante na vida do trabalhador rural. Não existindo nenhuma legislação previdenciária que o amparasse, via-se desarmado para enfrentar o poder do proprietário. Por esta razão, o trabalho nunca foi visto pelo fazendeiro como um direito do lavrador ou do boiadeiro, mas sim como uma concessão de sua própria magnanimidade.

Dependendo das características econômicas de cada região, havia diferenças nas relações de trabalho, mas em todas elas subsistia um único princípio: direitos dos fazendeiros, obrigações dos trabalhadores rurais.

Nas regiões cafeeiras do Oeste paulista introduziram-se novas relações de trabalho mas, assim mesmo, persistiram antigas práticas culturais autoritárias. Tal soma de poderes arbitrários pode levar a pensar, indevidamente, que o *coronel* não tinha a quem prestar contas de seus atos. Nada mais falso. A cada privilégio que desfrutava correspondia uma série de obrigações que devia cumprir e delas prestar contas aos seus dependentes e aliados. O seu prestígio era constantemente posto à prova pois se falhasse

em atender às necessidades de sua clientela, esta podia se deslocar para a área de controle de seu adversário.

Nas pequenas cidades, sem atividade econômica diversificada, não se desenvolveram funções eminentemente urbanas. O fraco comércio, o limitado mercado de consumo, as reduzidas exigências das necessidades do cotidiano, a ausência quase absoluta de produção industrial conferiam-lhes uma fisionomia rural. Eram pontos de encontro entre proprietários e comerciantes, onde lavradores vinham vender ou trocar seus produtos; estas cidades foram reprodutoras das relações agrárias, muito mais do que centros impulsionadores de transformações progressistas. Nelas o poder coronelístico imperava e continua a imperar.

Por todas estas questões, avultava para a vida municipal a importância das boas relações entre o coronel e os chefes políticos estaduais. Através do chefe político é que o município pleiteava e recebia reforços para sua minguada receita. À medida que se desenvolviam as funções urbanas do município e sua importância econômica, conseqüentemente também crescia sua importância eleitoral. O poder coronelístico passava, então, a ser exercido por pessoas que não detinham, necessariamente, a posse da terra.

Embora muitos autores observem que os antigos chefes políticos perderam seu prestígio para advogados, jornalistas, médicos, delegados e prefeitos, as pesquisas históricas revelam que não houve uma simples substituição de dirigentes, antes definiu-se uma nova composição de forças, entremeada por novas situações econômicas.

Os profissionais liberais, em geral, faziam parte da parentela ou da clientela do coronel. Falando com desenvoltura, conhecendo os trâmites legais, quase sempre bem informados, traziam eles o coronel para o presente e dele necessitavam, pois os votos lhes advinham dos compromissos passados. Exerciam, pois, sua autoridade, escorados pelos antigos donos da situação e só se rebelavam quando velhos compromissos, entravando acordos políticos, afetavam novos interesses econômicos.

Quando aparecia, na região, um político que nela não possuía raízes familiares, para obter êxito e prestígio tinha que granjear para suas fileiras o grupo de oposição e representar os interesses de novos grupos econômicos.

Um exemplo do que se afirmou encontra-se no romance de Jorge Amado *Gabriela, Cravo e Canela.* A ação principal enfatiza as rivalidades entre o plantador Coronel Ramiro Bastos e o exportador de cacau Mundinho Falcão, um arrivista em Ilhéus. Na verdade, a luta que se travou entre ambos era a luta dos velhos plantadores contra a supremacia dos exportadores. Em nome do progresso, da modernização, da não violência, rapidamente Mundinho galvanizou a sociedade local. Tinha a seu serviço a imprensa de oposição e os grupos rivais do coronel Ramiro. Os eleitores citadinos mostravam sua nítida preferência pela candidatura do exportador a deputado federal. Criavam-se, assim, condições para uma luta renhida entre as facções, apresentando sérios empecilhos para os plantadores:

> – Fazer eleição aqui, a bico de pena, já tá meio difícil – constatava o Coronel Melk Tavares.

Conseguindo superar todos os obstáculos, com a morte de Ramiro Bastos, Mundinho torna-se o maior chefe político de Ilhéus. Os interesses dos exportadores venceram em toda a linha.

Embora o coronelismo tenha se implantado em todo o país, revestiu-se de características específicas nas diferentes regiões, assim como as oligarquias estaduais.

No estado de São Paulo, onde o café fizera brotar a elite política republicana, a autoridade coronelística e oligárquica foi exercida pelos troncos familiares mais importantes. Os grandes proprietários preferiam residir na capital, onde estavam mais próximos da atividade bancária e exportadora. Muitos diversificaram seus investimentos em diferentes atividades econômicas, introduzindo-se nas práticas capitalistas. Isto fez com que na direção do Partido Republicano Paulista coexistissem diversos grupos oligár-

quicos do interior do estado. As diversas oposições estaduais, em regra, foram absorvidas por nova composição de forças na direção do partido.

O caso do coronel Zacharias Nicolau, imigrante libanês que chefiava a política de Cássia dos Coqueiros é típico das modificações que comportou o coronelismo em São Paulo. Nas regiões de imigração sempre houve profundos ressentimentos entre os "orgulhosos senhores brasileiros" e os imigrantes, o que torna casos como esses dignos de serem mencionados pois a burguesia nascente se compôs com a aristocracia rural, absorvendo seus valores.

Zacharias Nicolau, cujo verdadeiro nome era Al Dehy, chegou ao Brasil por volta de 1910 com 16 anos de idade, indo para a cidade de Mococa. Começou como mascate, até se estabelecer com um grande armazém na vila Cássia dos Coqueiros, do Município de Cajuru. Tornou-se bemquisto no local, travando sólidas amizades com pequenos fazendeiros. Adiantava mercadorias aos colonos, facilitando-lhes as compras por intermédio de vales.

Em 1920, já possuía três fazendas na região. Suas atividades se diversificaram; passou a comprar e vender café, logo dedicando-se à exportação. Em política, sempre foi contra o PRP, que dominava Cajuru na pessoa do coronel Palma.

Na década de 20, as oposições ao Partido Republicano já estavam em franco desenvolvimento nos diversos estados, permitindo o crescimento político de imigrantes. O coronel Zacharias pertencia ao Partido Constitucionalista, que congregava a oposição local do PRP no período de 1926 a 1929. Lutou ao lado dos paulistas em 1932, para logo a seguir ser instado a apoiar Getúlio Vargas (Depoimento de Salma Nicolau).

O poder do coronel Zacharias correspondeu às várias mudanças que já se passavam no país e em São Paulo: a ascensão econômica de alguns imigrantes, o fastígio do café, o fortalecimento da oposição partidária e a formação da classe média.

Embora a origem de sua fortuna fosse o comércio e a exportação, o coronel Zacharias, ao adquirir fazendas, legitimou o seu poder junto à sociedade rural.

Não há dúvidas quanto ao fato de que houve coronéis que chegaram a esta posição sem serem fazendeiros. Por outro lado, a maioria acabou por se tornar proprietária de terras. Se o poder coronelístico afirmou-se na relação direta da fraqueza do poder municipal, da mesma forma revitalizou-se com as oposições estaduais nas décadas de 20 e 30.

O coronelismo define-se por uma ascendência política, econômica e social, primeiramente em nível local, podendo ir aumentando sua influência a círculos cada vez mais amplos. Nem todos os coronéis tinham acesso ou participação nas decisões das oligarquias governantes, mas muitos o tiveram.

Os coronéis viviam lutando entre si e, muitas vezes, essas lutas repercutiram no nível estadual e mesmo no federal, como a conhecida *Guerra do Cariri*, no Ceará, sob a liderança de padre Cícero Romão Batista, em 1913 e 1914. Nela se encontra aspectos precursores das ligações sugeridas no título desta mesa: coronelismo, revolução e populismo.

Padre Cícero não se caracterizava pela excentricidade. Comportava-se de acordo com a cultura sertaneja à qual pertencia. Exerceu considerável influência entre os coronéis da importante região econômicado Cariri, onde também era fazendeiro. Estreitamente ligado ao doutor Antonio Pinto Nogueira Acioli, chefe da poderosa oligarquia Acioli, família que governava o Ceará, e ao médico, coronel Floro Bartolomeu da Costa, deputado federal aliado de Pinheiro Machado, enfrentou os governos do Estado e o Federal na época da presidência de Hermes da Fonseca (15/11/1910 a 15/11/1914).

Essa luta nasceu de desinteligências, no âmbito federal, entre o líder gaúcho Pinheiro Machado e grupos hermistas. Pinheiro Machado havia conseguido, com hábeis alianças no Norte e Nordeste, eleger o marechal Hermes da Fonseca contra a candidatura de Rui Barbosa, apoiada por Minas Gerais e São Paulo. Jovens militares viram

nessa eleição a oportunidade de retomar a linha política do florianismo e acabar com a política "café com leite", exercida pelo domínio dos estados de Minas Gerais e São Paulo, desde a proclamação da República. A palavra do momento era o *salvacionismo*; salvar o Brasil do atraso e do domínio das oligarquias.

Hermes da Fonseca, para impedir a continuação da luta, decretou intervenção federal no Estado do Ceará, depondo Franco Rabelo e nomeando o coronel do Exército Setembrino de Carvalho para exercer a Interventoria. Na verdade esta atitude acabou por se traduzir na vitória do poder local pois, tacitamente, acabava por reconhecer os direitos tradicionais da oligarquia cearense. Floro Bartolomeu retirou suas tropas, Pinheiro Machado retomou o antigo prestígio e com ele os aciolistas novamente voltaram ao poder, mas já enfraquecidos, precisando admitir em suas fileiras membros de outras oligarquias. Entretanto, os dias do senador Pinheiro Machado estavam contados; foi assassinado em 1915 e, como sempre, foi preso o executante mas não foram identificados os mandantes do crime.

O Cariri sempre foi palco de sangrentas lutas entre coronéis. Esta situação de beligerância constante foi manipulada nas revoltas militares dos anos 20, especialmente por ocasião dos deslocamentos da coluna Prestes.

Neste jogo entre passado e futuro emerge a figura de Delmiro Gouveia, cognominado o "coronel dos coronéis". Foge ele de qualquer definição rígida que se queira imprimir ao poder coronelístico. De espírito empreendedor, pioneiro, tanto no comércio quanto na indústria, é perseguido pela oligarquia Rosa e Silva, internando-se no sertão, perto da Cachoeira de Paulo Afonso. Constrói uma hidrelétrica no São Francisco e passa a fabricar linhas de coser da marca Estrela, empreendimento que não sobrevive ao seu criador (1917) em razão do poderio da firma inglesa Machine Cotton, fabricante das linhas Corrente.

Em torno da sua fábrica surge um tipo de sociedade desconhecido no sertão. Seus empregados tinham "privilégios" não usuais

e residiam em uma vila operária. Delmiro conseguiu grande prestígio econômico-social, atraindo para si o ódio dos coronéis opositores. Contra a oligarquia e os interesses estrangeiros não pôde resistir. Seu assassinato simboliza, entretanto, reações à tentativa de modernização e de industrialização que, necessariamente, introduziriam, a longo prazo, alterações numa sociedade arcaica.

Não é o objetivo deste texto estabelecer uma tipologia social do coronel. Os traços constantes que se encontram no comportamento de coronéis do norte, do sul, de leste e de oeste do Brasil permitem caracterizar plenamente a natureza de seu domínio. As muitas diferenças regionais não pertencem à dimensão estrutural do poder coronelístico, antes representam matizes diversos que o fato assume, de acordo com o tempo e o espaço.

A própria morte de um coronel não extingue o poder coronelístico. Seu prestígio político e social é transferido para outro indivíduo que nem sempre é um membro de sua família. Muitas vezes, um elemento distante de sua parentela, ou, ainda, um político de destaque é reconhecido tanto por outros coronéis como pela própria clientela, por ter maiores condições de liderança e possibilidades de canalizar vantagens para um município. No entanto, a sucessão mais freqüente cabe ao filho do coronel.

A preocupação do coronel em impedir que, com sua morte, se desvaneça o império de sua influência, faz com que tome medidas práticas para assegurar a sua continuação. Ainda em vida, não raro coronéis apresentam à sua clientela, agregados e parentes, o futuro sucessor. É uma investidura quase solene. Transfere para o novo coronel todos os compromissos firmados no passado, que serão as bases dos compromissos futuros.

Autores insistem no ocaso do coronelismo, talvez por não terem se detido na observação dos seus novos compromissos. Até a Revolução de 30 modificações são registradas nas relações coronelísticas, mas não a ponto de determinar sua extinção. Não há dúvida que Getúlio Vargas se valeu dos coronéis do sertão, dos estancieiros gaúchos e mesmo dos fazendeiros paulistas para

tomar o poder e nele se manter. O mesmo poder-se-ia dizer de todos os governos da República, até hoje.

O coronelismo demonstra, portanto, ter uma estrutura bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos.

Dessa forma o poder local não se enfraquece com a mesma intensidade em todo o país. Ele se mantém, sob nova roupagem, ou se extingue nas áreas de maior concentração urbana, persistindo, nos mesmos moldes, em regiões de economia tradicional. Nesse sentido, a Revolução de 30 apenas representa um momento em que se dá um novo pacto social, no qual as oligarquias não estão ausentes.

O crescimento da classe média e do proletariado urbano expressa-se num aumento considerável de novos eleitores que exigem mudanças mais radicais.

O desenvolvimento da industrialização e o aparecimento histórico do proletariado pressionam o Estado, em busca da conquista de uma legislação trabalhista.

A supremacia dos interesses industriais seguida da proliferação partidária, após 1945, criam novos comportamentos políticos e exigem novas acomodações.

Na impossibilidade de controlar, segundo antigas normas, esses novos eleitores, surgem novos partidos, como PTB, PSP, UDN, PRP, PCB. Novas classes ingressam no jogo político, mesmo que a burguesia agroindustrial-financeira dirija o governo de acordo com o desenvolvimento atual do capitalismo.

Nessa nova conjuntura dos grandes centros urbanos, há certos traços de paralelismo entre a figura do coronel e a dos chefes populistas. Ambos utilizam na conquista do eleitorado o empreguismo, o favoritismo, a barganha eleitoral, o compadrio e a violência.

Diversas manifestações da violência coronelística, por exemplo, podem ser encontradas nos noticiários da imprensa, o que demonstra ser bastante discutível falar-se hoje no fim do coronelismo, mesmo num Estado de economia capitalista.

Durante a Primeira República, diversos coronéis chegaram a lugares de proeminência. Muitos apontam Pinheiro Machado, Washington Luís, Epitácio Pessoa, como representantes do prestígio coronelístico. Todavia, é necessário distinguir os diversos papéis que desempenharam. Nas regiões em que iniciaram a sua chefia, onde tinham total controle dos votos, suas relações eram semelhantes às de qualquer grande coronel. Enquanto no desempenho de altas funções públicas, representaram interesses econômicos mais amplos da burguesia agrária e financeira. Em jogo de tal envergadura em que se debatem as classes dominantes – de regiões com desenvolvimento economico diverso –, ajustando-se às exigências do capitalismo internacional, pouco peso tem nas suas decisões a origem coronelística de seu poder.

Grande parte das interpretações sobre o coronelismo estão viesadas pela idealização do Estado liberal. Nesta perspectiva é inadmissível a sobrevivência do poder pessoal. Por esta razão, o coronelismo foi visto erroneamente como anomalia ou excrescência.

A evolução do Estado liberal não deveria necessitar do poder privado, com todas as suas implicações, para se firmar. Daí as dificuldades em explicar o coronelismo segundo uma ótica idealista.

Alguns analistas incorporam à sua explicação a própria ideologia difundida pelos primeiros republicanos: a República era o único meio de democratizar o Estado. Admitiram um modelo de Estado liberal, que tendia à democratização de todas as suas funções. O coronel significou neste projeto, o irracional e, por isso, é percebido como um fenômeno surpreendente. No entanto, antes de se constituir num entrave, o coronelismo foi peça fundamental numa das etapas da luta da burguesia pela submissão da nação.

Embora o Estado tenha ampliado suas bases econômicas, modificado a composição das classes dirigentes, não atendeu, contudo, às necessidades das classes populares, a ponto de aumentar-lhes a participação na vida política e o acesso aos bens econômicos.

NOTA

[1] BOBBIO *Dicionário de política*, p. 836.

VIII

CIDADANIA E NEGÓCIOS



Negócios e eleições nos anos 80: notas introdutórias sobre o voto mercadoria

Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro
Universidade Estadual do Ceará

O tema deste simpósio é História e Cidadania. A cidadania tem pelo menos duas exigência mínimas de justiça: uma política e outra distributiva ou econômica. A tarefa da justiça é a paz. A paz que não é só um dom, é uma reconquista permanente dos que participam da vida da cidade.

Numa comunidade de cidadãos iguais em dignidade, numa cidade livre ou democracia, a solução dos conflitos é o desejo e missão política da assembléia dos homens livres, onde se decide com base no melhor argumento e não por maioria dos interesses. Se for assim, a liberdade é mais do que uma calça velha e desbotada, e pressupõe o conhecimento.

O conhecimento não liberta como pensava Platão e seus herdeiros, inclusive Marx. Ao contrário. Muitos deixaram a caverna para se dedicar à opressão. Na outra face, a ignorância e suas variações submetem, avassalam, iludem. Não diz o que é e não é o que diz.

A minha própria ignorância, que não desejo justificar ou racionalizar, espantou-me quando me propus a estudar as eleições de 1986 a 1989. Só queria compreender, ao modo dos hermeneutas, um processo particular. No final, me deparo com uma imensa rede onde não há cidadãos. Não era uma rede de capturar peixes

como na metáfora de Pedro, era uma rede de patos. É dela que vou tratar daqui em diante, porque nela também caí.

Começo com uma brevíssima crítica do coronelismo. Depois trato da financeirização da política e as redes montadas para as eleições de 86, 88 e 89. Finalmente, proponho um novo conceito empírico-analítico, tentando retornar ao compromisso da *História & Cidadania*.

Devo deixar claro que o texto ainda tenta enfrentar um enorme problema epistemológico contemporâneo, nascido em algum lugar do passado recente entre 1905, Teoria da Relatividade Restrita, e 1929, Escola dos Annales. Refiro-me à crise da percepção de Kapra, e à crise da doutrina do progresso contínuo de François Dosse, porque acredito que as grandes sínteses ainda são possíveis.

De qualquer modo, ficarei muito contente se, ao final, os que têm a paciência dos grandes teóricos e generosidade dos maiores sábios, concluírem que é preciso reconquistar a cidadania para além dos projetos egocêntricos do individualismo possessivo.

A CRÍTICA DA HISTÓRIA DO CORONELISMO.

A palavra crítica se perdeu na língua portuguesa provavelmente após a Reforma de 12 de agosto de 1943, quando desapareceu a letra *k*. Em grego, crítico é *kritikós*. A crítica é arte ou faculdade de julgar ou avaliar. Não é destratar, destruir, atacar, injuriar, defenestrar.

O objetivo desta crítica portanto, não é atacar ninguém. É dialogar com gente séria tentado responder a pergunta: *O conceito de coronel serve às pesquisas que tratam da história política brasileira de 1970 em diante?*

Antes de tentar responder, é preciso dizer que, rigorosamente falando, no mundo dos coronéis não há eleições. O poder e o prestígio dos coronéis da República Velha[1] deriva das fraudes eleitorais a que eles recorriam sempre. Todos o sabem. A dificuldade é relacionar a fraude ao coronelismo. O problema é que no conceito de *coronel*[2] a fraude quase nunca reaparece. Quando muito,

as fraudes, mesmo que rigorosamente descritas, não passam predicados secundários[3] ou curiosidades. Noutros textos ficam sem referência particular – era como se não existissem de forma particular, como fraudes determinadas[4].

O problema é: como excluí-las se a única falha moral do partido no poder era perder eleições?[5] Como excluí-las se eram expedientes comuns entre os *coronéis*?

Esta incompletude teórica dos textos que excluem as fraudes do conceito de *coronel*, embora as relacionem à sua prática política, torna a pesquisa a partir desse conceito uma tarefa muito complicada. Haveria, ao que parece, uma necessidade de se reexpor o conceito de coronel, de outro modo.

Os coronéis e a fraude por coação

É muito fácil redescobrir a fraude na historiografia do coronelismo. Vítor Nunes Leal[6] faz as duas coisas que tornam possível esta redescoberta: examina as instruções eleitorais e qualifica as fraudes. Para ele, a legislação eleitoral de 1916[7] começa pelo *Código Eleitoral de 1916*, que vigorou até o final da Primeira República. Esse diploma é uma primeira tentativa de pôr fim a algumas práticas fraudulentas, porque retirava a autonomia quase absoluta dos chefes políticos locais no que se refere à qualificação/apuração dos resultados eleitorais.

Durante sua vigência, criaram-se duas novidades. Primeiro, a Lei nº 3139 de 2 de agosto de 1916,

> reconheceu a competência dos Estados para regularem o alistamento estadual e municipal, anulou o alistamento anterior e confiou a qualificação para as eleições federais exclusivamente as autoridades judiciárias (...). Nos municípios em que não houvesse Juiz de Direito, os juízes municipais apenas preparavam os processos.

A segunda emenda, Lei nº 3208 de 27 de dezembro de 1916, manteve o sistema de votação anterior.

A legislação eleitoral de 1916, no que pesem seus méritos, não conseguiu pôr termo às inveteradas fraudes eleitorais, con-

correndo para este resultado as deficiências da nossa organização judiciária[8]. Há uma série de práticas fraudulentas que dominam as eleições durante a Primeira República, até a criação da Justiça Eleitoral em 1932. Eram:

a- *o bico de pena,* praticado pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora que inventavam nomes, ressuscitavam mortos, os ausentes compareciam. Feitas as atas, a pena toda-poderosa dos mesários realizava milagres poderosos;

b- *a depuração* ou *degola,* obra das câmaras legislativas no reconhecimento dos poderes quando os diplomas eram cassados na aprovação final;

c- *a violação do sigilo do voto*, possível por diferentes processos. O mais freqüente consistia no uso, pelos partidos políticos, de uma sobrecarta cujo formato, cor e tamanho identificavam o partido do eleitor. Com essa sobrecarta, o voto podia ser identificado ao ser depositado na urna.[9]

O compromisso que possibilita o recurso à fraude, sem uma correspondente perda do diploma do eleito, coloca em posição secundária o voto mesmo, seja ele ou não um *voto de cabresto*. O que importava era o interesse dos chefes em afastar ou conservar um representante votado.

> Mesmo porque os processos que usavam governo e oposição, na formação das mesas eleitorais, eram muito semelhantes. *A vantagem da situação era ter do seu lado a força policial e os cofres públicos*, estando, pois, em melhores condições de premiar e perseguir[10]

Um trecho do discurso de Assis Brasil na segunda Assembléia Constituinte republicana resumia o peso da fraude durante a República Velha.

> No regime que botamos abaixo com a revolução, ninguém tinha certeza de se fazer qualificar, como o de votar(...) Voltando, ninguém tinha certeza que lhe seria contado o voto(...) Uma vez contado o voto, ninguém tinha a segurança de que seu eleito havia de ser reconhecido através de uma apuração feita dentro desta casa e por ordem, muitas vezes superior.[11]

Em resumo, a fraude eleitoral praticada durante a Primeira República ia desde a qualificação do eleitor até a diplomação dos eleitos; todo processo era fraudulento.

A legislação eleitoral seguinte é regulada pelo Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Ela institui modificações importantes como o voto feminino, a garantia de sigilo e a redução da idade do eleitor brasileiro para dezoito anos. E no esforço de coibir as fraudes praticadas na Primeira República, foi criada a Justiça Eleitoral a quem ficava confiado o alistamento eleitoral, a apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos[12].

Com as novas regulamentações, as mesas receptoras perderam a atribuição de apurar os votos, fonte freqüente de atas adulteradas ou *penadas*; a diplomação dos eleitos pelo Tribunal Eleitoral impedia a prática da *degola*; a padronização das sobrecartas e a exigência de que fossem rubricadas lacradas, entre outros cuidados, pretendia impedir a violação do sigilo.

Mas não era o fim da fraude em geral, muito menos o fim da força e das práticas dos *coronéis*[13] relaciona várias das práticas de fraude que são possíveis após a legislação de 1932 e 35 .

O *esguicho*, por exemplo, era um expediente que se destinava a operar mudanças na posição dos eleitos pelo regime de proporcionalidade, influindo na classificação dos adversários na hora de somar os votos avulsos ou de legenda. A *violação das urnas*[14] era também freqüente. Além disso, os *juízes, ao nomearem mesas partidárias*, eram responsáveis por irregularidades. Foi através de mesas partidárias que se praticaram várias irregularidades no pleito 1933, principalmente quanto ao sigilo do voto[15]. Outra modalidade curiosa de fraude consistia em entregar ao eleitor uma sobrecarta já contendo a *cédula preenchida* pela própria mesa[16].

As mudanças introduzidas após 1935 não punha fim a coação dos partidos no poder. Era esta também uma maneira de fraudar os resultados criando um clima geral de coação.

> Aludimos à coação difusa, mas efetiva, que em muitos lugares precedia as eleições no interior do país; ao ambiente de insegu-

> rança adrede criado para os eleitores da oposição que, nos *menores municípios,* toda gente conhece; a *violência preparatória*, atual ou iminente, manifesta com pertinência em pequenas e grandes façanhas, dias, semanas e até meses a fio. Para este tipo de coação, não havia remédio no código, segundo interpretação restrita que lhe deu o Tribunal Superior Eleitoral[17].

A violência que precede as eleições é uma peculiaridade daquelas circunstâncias?

De certa forma, sim. O Código Eleitoral de 1932 não tinha penas previstas. Portanto, para Leal o poder exercido pelos *coronéis* é fundado na fraude que o compromisso coronelista legitima, porque inverte o sentido da transgressão e torna possível a fraude-coação. Ao mesmo tempo, aquele compromisso é capaz de capturar um conjunto de lealdades e fidelidades aos *coronéis*, o que obscurece a própria fraude e lhes amplia a liderança.

Se o *coronel* não tivesse liderança alguma, não haveria porque se firmar o compromisso coronelista; não haveria proveito de ambas as partes com o pacto entre o poder local e os governos estaduais, nem haveria dependência mútua[18]. Sem a penada, a degola, a violação do sigilo, a coação, a violência, os esguichos e posteriormente a diplomação dos eleitos, o *coronel* teria sua liderança muito diminuída. Só no fim do Estado Novo surgiriam os novos chefes políticos de que trata Blondel[19].

O *coronel* não é a fraude-coação. Mas um não existe se não em relação ao outro. Por isso se diz aqui que nas contas do esforço de entender o coronelismo está a tentativa de entender como o *coronel* funda seu poder num tipo particular de fraude, e dela se utiliza para ganhar as eleições e se apresentar como benfeitor[20], campeão de melhoramentos[21].

O *coronel* somente é um chefe político no interior do movimento de passagem pelo compromisso coronelista e a fraude-coação; ele só existe no movimento, no processo. O compromisso reconhece sua condição de chefe e possibilita a prática da fraude. A condição de chefe político permite-lhe participar do pacto e exercer sua liderança através da fraude. A fraude é termo de

compromisso e só pode impunemente ser praticada pelo *coronel*. Trata-se de uma espécie de passagem circular. Não é um círculo vicioso.

Queiroz, Blondel e mesmo Busztyn tentaram conceituar o *coronel* a partir de sua liderança, propriedade da terra, posse de riqueza ou chefia de uma parentela. Terminam por construir um conceito tão geral que se poderia encontrar um coronel em cada uma das grandes famílias, propriedades ou casas comerciais do Brasil. Eu digo que esses chefes políticos não eram necessariamente *coronéis*.

Leal e Vilaça e Albuquerque se referem à fraude como modo de agir do *coronel* e objeto do compromisso coronelista. No entanto, só estes últimos se referem à fraude-coação, sem explicitar suas formas. Apenas Leal se dar ao trabalho de descrevê-las.

O que se propõe é a síntese. A história do *coronel* faz sentido a partir da fraude e do compromisso.

As eleições dos anos 80 - Ainda há fraudes nas eleições dos anos 80?

De certo modo, não. Ou só muito pouco. Na pesquisa só encontrei um eleitor que reconhecesse a coação. E as fraudes da legislação eleitoral da república até Getúlio, não as encontrei um único caso.

A partir do final dos anos 70, mudou muito o ambiente em que se fazem as eleições. A economia brasileira como um todo assume a forma capitalista[22]. Toda a partilha da riqueza é por meio da forma mercadoria. Eleições são por isso muito caras. Votos têm preço.

As adesões a um candidato, não raramente, são feitas à base de trocas de natureza meramente mercantis entre candidatos a diferentes cargos eleitorais, entre eles e as lideranças locais, e entre eles e os eleitores e, finalmente, entre os candidatos e os cabos eleitorais. Todos têm em comum a necessidade de financiar sua própria eleição. Segundo os analistas especializados, gasta-se um milhão de dólares numa campanha para deputado federal.

Os eleitores mesmos raramente têm a chance de negociar seu voto. Eles só recebem as migalhas que caem do bolsos das lideranças organizadas em rede de apoio e dos cabos eleitorais.

Como qualquer outra mercadoria, as campanhas políticas, feitas com dinheiro e à base de compra de votos de eleitores e lideranças, devem ser financiadas. Dizer que é a burguesia que gasta este dinheiro é pouco. Interessa saber como tais operações de financiamento são montadas e como são articuladas com arranjos propriamente políticos. Os procedimentos que encontrei, e isto não quer dizer que sejam comuns, foram o financiamento direto feito com a máquina de governo que paga os custos da eleição e o financiamento feito por grandes empresas com interesse nos investimentos estatais. O autofinanciamento é raro. Poucos gastam o próprio dinheiro, porque o retorno pode ser demorado e penoso.

Os negócios entre as lideranças dentro da rede começam com reuniões de apoio em que se negocia cada apoio individualmente. A rede que estudei tinha 67 lideranças políticas de partidos de todas as cores e custou oito milhões de dólares ou 125 dólares por voto obtido. Só um desses líderes recebeu em quatro meses 250 mil dólares. O dinheiro que costura cada um dos membros da rede é proporcional ao prestígio da liderança, prestígio esse medido pelos votos obtidos nas campanhas anteriores.

Essa rede de confiança destrói completamente o poder e prestígio do *coronel*. Um deles assim me falou: *Hoje só vai vendo*. Não tem mais amigo ou compadre.

> O voto mercadoria, portanto, é a compra e venda de votos e de lideranças em que cada parte no negócio se apresenta como proprietária de uma mercadoria especial – voto, liderança política, mandato eletivo ou poder de influir de algum modo nas eleições, enfim, proprietária de determinado poder político-eleitoral mensurável em um determinado número de votos – e coloca nesta mercadoria um preço expresso em dinheiro ou em outras mercadorias.

Quem paga por um certo número de votos, entretanto, não tem nenhuma garantia de que vai recebê-los na quantidade con-

tratada. Somente aquela parte dos votos vendidos de fato chamaremos, de agora em diante, de fraude compra. Só nesse caso a fraude eleitoral tem seu objeto completamente definido e não é mais somente mera tentativa.

O candidato em campanha compra votos a quem, de alguma maneira, consegue aparecer como seu proprietário. A compra e venda de votos é a base material sobre a qual ele vai constituir sua liderança ou impor seu desejo a outros. O poder político, neste caso, é alavancado pelo dinheiro que a tudo paga.

Tentando tirar algumas conclusões desses fragmentos de depoimentos, dir-se-ia que:

a- a rede de confiança ou voto-mercadoria poderá ser autofinanciada se o candidato em campanha tem o dinheiro necessário;

b- o dinheiro com que a rede de confiança é costurada pode ter sua origem em operações regulares no mercado financeiro e bancário;

c- empresários privados, por alguma razão, podem ter interesse em financiar uma determinada campanha;

d- o dinheiro público pode ter sido apropriado privadamente e, daí por diante, financiar o voto-mercadoria;

e- um candidato pode financiar outro porque é de seu interesse;

f- o dinheiro público pode financiar obras públicas e, ainda assim, numa determinada relação social, ter sido um gasto em voto-mercadoria.

De volta à História da Cidadania

De tudo o que foi dito aqui sobre o voto-mercadoria, duas idéias básicas devem ficar realçadas.

Primeiro: *a venda de votos não é feita diretamente pelo eleitor. São as lideranças locais que o fazem.* É preciso dizer que antes que os eleitores dos grotões e os cidadãos de segunda categoria tenham se vendido por um par de chinelos ou um pneu de bicicleta, os cidadãos de primeira já o fizeram por eles e antes deles.

Segundo: *o voto mercadoria não deve ser visto como pura corrupção,* sob pena de reduzir todo o processo a uma mera questão da moral individual. Quer dizer, é só acabar com os corruptos e a democracia estará salva.

O voto é, antes de tudo, a manifestação de determinada vontade política, é deliberação no sentido de Hobbes[23]; já é, em si, a própria ação, a própria decisão política daquele que vota. Tem a ver com a liberdade de praticar ou evitar a ação, ainda no sentido liberal.

Ao assumir a forma de mercadoria, o voto passa a ser uma propriedade como outra qualquer que adquiriu um preço pela venda, preço que é calculado pelo candidato com base na capitalização dos gastos médios da campanha política.

O preço é o caminho que leva o voto ao mundo das mercadorias. Como a mercadoria, tem de satisfazer determinada necessidade. Uma certa quantidade de votos é calculada, de agora em diante, como equivalente a determinada quantidade de dinheiro. E as eleições ganham esta nova qualidade, a de serem resolvidas com dinheiro.

O voto tem preço. Mesmo tendo um preço, permanece voto, permanece uma deliberação política ainda que materialmente inadequada à troca. Conserva sua dimensão política original, sua substância política. Por isso, não elimina a política em geral, elimina e sucede determinadas práticas políticas. Conservando a inadequação entre a sua forma e seu conteúdo, o voto apenas adquire a qualidade de poder transitar do mundo da política para o mundo das mercadorias, conservando-se a vontade do eleitor, que ao final decide, conforme suas possibilidades reais de exercício da liberdade política, ora votando em quem lhe pagou, ora em quem ele deseja votar.

A passagem do voto à mercadoria corresponde à passagem de todas as formas sociais da riqueza à mercadoria. Contra tudo isso o coronel nada pode fazer. Corresponde a uma redefinição da pobreza e desamparo do eleitor. A pobreza agora tem seu referencial na propriedade de mercadorias, no mercado, instância

onde as necessidades humanas são atendidas somente mediadas pela forma da mercadoria.

A história da economia capturou a história da política com a financeirização das eleições. Desse ponto de vista as fronteiras entre a história da civilização material e a política se misturam e enfumaçam.

E A DEMOCRACIA?

A democracia não deveria ser tratada a partir da referência ao voto. O voto não é um predicado da essência da democracia. Aliás, ao contrário do que se pensou até a ascensão ao poder pelo voto de Hitler e do Partido Nacional Socialista alemão.

Depois do holocausto, a democracia volta a ser pensada como uma questão ética e não com o voto, enquanto a técnica de constituição e legitimação dos governos.

A democracia só poderá ser pensada como um projeto de uma sociabilidade baseada na justiça enquanto valor e da lei.

A democracia, no sentido de Aristóteles, tem a ver com a política. O problema da fundação política é o problema da justiça. A lei que distingue as cidades, na medida em que é justa, igualiza os desiguais. A desigualdade não pode ser negada, uma vez que é factual[24]. A tarefa da justiça é estabelecer a eqüidade. "A palavra justiça refere-se ao mesmo tempo ao interesse geral da cidade e ao interesse particular do cidadão"[25].

A eqüidade que a lei deve estabelecer tem, em, Aristóteles, dois momentos que se destinguem entre o partilhável e o participável. A riqueza, ou melhor, todos os valores de uso destinados à sobrevivência individual e coletiva, que têm a ver com a economia, dizem respeito ao partilhável. O que é por natureza indivisível, o poder, diz respeito ao participável.

O problema que se levanta diante da questão da participação no poder está no valor pelo qual há iguais. A resposta a esta pergunta pelo valor que cria a igualdade, Aristóteles dá ao distinguir os diversos tipos de Cidade: numa aristocracia o valor será a nobre-

za, numa oligarquia, a riqueza, numa democracia, a liberdade. Para Aristóteles, a primeira espécie de democracia é aquela que tem a igualdade por fundamento[26].

No nosso mundo, a primeira tarefa da justiça é construir o direito privado, é proteger a propriedade que, por sua vez, é desigualmente distribuída. Ainda que o Estado conserve a participação no poder como fonte de legitimidade e, para isso, recorra a formalização democrática, não pode fazê-lo senão como arranjo[27].

Com tudo isso, o voto-mercadoria revela um momento de igualdade, porque é como igual que se vota, e, de outro lado, um momento de liberdade para negociar o voto. A liberdade de escolha é transfigurada, entretanto, pela liberdade de alienar o direito à escolha, à participação no poder através do voto, o que faz dela manifestação da não-liberdade.

A substituição do pacto coronelista pelo pacto do dinheiro ou voto-mercadoria põe em xeque toda a arrumação partidária propriamente política. O elo da cadeia de interesses privados feito de dinheiro é mais forte que algumas identidades político-ideológicas.

O que se pôde observar é que com dinheiro se paga pela adesão do adversário local, seja ele do mesmo partido político de partidos adversários e até mesmo de partidos ideologicamente incompatíveis.

As lutas locais entre candidatos de mesmo partido e de mesmo grupo político têm revelado a fragilidade política da rede de apoios baseada no negócio mercantil entre lideranças, fazendo com que se percam os argumentos que sustentaram a República representativa como forma possível da democracia.

Pode-se dizer que, de agora em diante, se o voto é mercadoria, não existe representatividade. Não é o eleitor que é representado, mas os interesses privados dos que fizeram eleições com dinheiro. Se eleições são feitas com dinheiro, por que falar em democracia a não ser para ocultar a cara aristocrática de um governo que por definição não pode ser República?

O voto-mercadoria é um modo de cerceamento das garantias e liberdades individuais do cidadão posto no processo de instituição jurídica do ordenamento político liberal, em função mesmo das barreiras colocadas por este mesmo ordenamento.

A ordem social liberal mesma contém elementos na sua estruturação que tornam letra morta os direitos e garantias individuais formalmente instituídos como lei positiva. Ou seja, "a regra do mercado (máxima liberal) não pode ser tomada a máxima universal do bem-estar humano"[28].

Numa reflexão brilhante, ABRANCHES apresenta os limites da cidadania do seguinte modo:

> Pretendo estabelecer nestas notas que a sociedade liberal democrática caracteriza-se por algumas *contradições básicas,* que em muito *limitam* os meios para *a promoção da liberdade e da justiça social.* A principal delas está na natureza coletiva e organizada das ações políticas indispensáveis ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos[29].

E QUAIS SÃO ESTES LIMITES?

São o *individualismo liberal* que radicalizou a separação entre Estado e Sociedade e reduziu drasticamente o escopo do político pela ampliação das fronteiras de um mercado que passou a única estância de realização da sociabilidade. Essa separação radical entre o Estado e a Sociedade ou, mais corretamente, entre o Mercado e o Estado, *despolitizou a cidadania,* transformando os homens em indivíduos solitários.

O formalismo do Direito, na verdade, *leva à abdicação da soberania do cidadão em favor do Estado* e outras organizações, das quais passou a depender para promover seus interesses pessoais. A crescente complexidade social, econômica e institucional aguçou a contradição entre o *caráter individualista da cidadania* e a natureza coletiva dos meios de sua implementação. A representação tornou-se progressivamente aceitável, mas jamais se admitiu que a participação pudesse ter resultados positivos.

O modelo liberal desaconselha a ação social e política, com base na concepção de que apenas a ação econômica privada pode conduzir ao bem-estar coletivo. A personalidade do cidadão era obscurecida pela *persona* do produtor e trocador de mercadorias, enquanto que a ação política torna-se mecanismo puramente defensivo[30].

A constituição da rede de interesses políticos que culminam com a eleição da representação política radicada no voto-mercadoria parece ratificar a tese de Abranches.

Ao fazer de sua liderança política ou do seu voto objeto de negócio, tal como é feito, que outra coisa se tornou a participação se não a busca dos interesses privados por alguém que só se entende como indivíduo? Afinal, não são somente os pobres e desamparados camponeses que mercadejam seus direitos públicos.

O modelo liberal que muito mais hoje de que em 1983 (ano em que o artigo de Abranches foi escrito) tem postulado teórica e praticamente que o mercado é o *locus* por excelência da vida social. Assim, não se constitui em nenhuma novidade a mercantilização de todas as relações sociais, uma vez que tal modelo não levanta nenhum critério de justiça como fonte de sua legitimação que vá além do mercado. Por que não fazer do voto também uma mercadoria?

O cidadão posto pelo voto-mercadoria seria outra coisa que não fosse puro indivíduo?

A cidadania é em geral concebida como

> um *status* que dava acesso a certos *direitos civis* (século XVIII), enquanto no século XIX os *direitos políticos* foram a ele incorporados e, finalmente, no século XX os *direitos sociais* tornaram-se o mais importante componente da definição de cidadania[31].

Do exame dos limites historicamente postos à cidadania legal no contexto da ordem liberal, podem-se deduzir outras luzes que indicam que a relação indivíduo-cidadão não é mais que um arranjo precário, em função mesmo da natureza do indivíduo e do liberalismo. Por quê? Porque a condição do cidadão histórico, para Abranches, é condicionada por aquelas barreiras que o liberalismo põe à sua plena efetivação no contexto das sociedades

mercantis, metamorfoseada pelo "desejo secreto de lucrar a expansão dos outros"[32].

Se é assim, o cidadão termina por usar os outros para promover seus interesses privados. Tal procedimento é reforçado pela noção liberal de cidadania, que leva à relativa desvalorização da participação política, na medida em que separa a participação e a representação mandatária, fazendo desta última o único meio de influência dos indivíduos nos assuntos públicos[33].

> Alienação do eleitor individual , que se dá conta de que seu voto solitário pouco pode afetar as decisões, especialmente numa situação na qual ele dispõe de informações fragmentárias e não está familiarizado com os tortuosos e desmesurados problemas do dia[34].

Uma vez iniciado o processo de mercantilização das lideranças políticas e do voto; alienadas as condições efetivas do exercício um direito político dos cidadãos, fica também perdida, por entre os interesses e paixões, a legitimidade dos representantes. O mandatário perdeu qualquer resquício da legitimidade. Este vai ser sempre um problema que se vai colocar à democracia representativa que opõe o caráter individual da cidadania e os meios coletivos de sua efetivação.

Pelas razões apresentadas nesta nota, parece que o eleitor, ao vender o seu voto, abriu mão de uma prerrogativa política. Ele só deixou de fazer uso de um direito político para obter um outro direito sobre coisas. O que o eleitor solitário e desinformado não sabe é que a mercantilização que toma conta da política é muito maior do que ele poderia supor. Todavia, ele perigosamente intui tudo isso ao não acreditar no político. Perigosamente, ele generaliza e desacredita na própria democracia.

Notas

[1] FAORO (1984) também se refere à fraude eleitorial, mas não detalhadamente como LEAL, Vítor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto.* O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. E apesar da importâcia dessa obra de Raimundo Faoro, ela não foi muito útil na construção de um conceito operacionalizável de *coronel*.

[2] De uma forma mais ou menos elaborada, as referências as fraudes, coação e violência pervadem o conceito de *coronel* na obra de BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no estado da Paraíba.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957; BURSZTYN, 1984; CAVALCANTI, Robison. *As origens do Coronelismo.* Recife, Editora Universitária, 1984; DANTAS, 1986; FAORO, 1984; FERRAZ DE SÁ, M. A. *Dos velhos aos novos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo.* Recife, PIMES/ Universidade Federal de Pernambuco, 1974; LEAL, *op. cit*, 1976; QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Mandonismo local na vida política brasileira.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; QUEIROZ, Maria Isaura P. de "O coronelismo numa interpretação sociológica". In *História geral da civilização brasileira*, tomo III, O Brasil republicano, 1° volume, Estruturas de poder e economia, São Paulo, Difel, 1975, pp. 153-190; SAES, 1982, VILAÇA, M. e ALBUQUERQUE, R. C. *Coronel, coronéis.* Rio de Janeiro, Graal, 1985. Entrementes, LEAL, *op. cit.*, 1976, é o único que cuidadosamente recupera as fraudes e explicitamente trabalha o conceito de *coronel* circunscrito ao compromisso coronelista da República Velha. Entre os que explicitamente tratam do compromisso coronelista como um pacto que se faz visando legitimar a fraude estão LEAL, *op. cit.*, 1975, e VILAÇA, *op.cit.*, 1985, sendo devido ao primeiro o nome de "compromisso coronelista" ao pacto capaz de que fazem uso os *coronéis*.

[3] LEAL, *op. cit.*, 1976.

[4] QUEIROZ, *op. cit.*, 1969.

[5] LEAL, *op.cit.*, p. 224.

[6] *Idem*.

[7] A primeira Lei eleitoral federal foi a de numero 35, editada a 26 de janeiro de 1892. Durante sua vigência, a apuração, uma das principais fontes de fraude, era feita nas próprias seções eleitorais. De fato, fica a cargo de uma assembléia diretamente interessada nos resultados do pleito. Ainda de acordo com esta regulamentação, a apuração final era feita no município sede do distrito eleitoral, baseada no resumo dos resultados das atas das seções eleitorais. Esta tal comissão formada por cinco vereadores e os cinco cidadãos que se seguiam em número de votos ao vereador menos votado, por sua vez, era presidida pelo presidente do governo municipal. Quer dizer, todo o processo era dirigido pelos próprios políticos locais que, por isso, poderiam manipular livremente a escolha das seções, dos seus membros e, de alguma forma, a contagem dos votos, tudo isso no interior de uma discutível autonomia municipal. Ver a respeito LEAL (1975, p.228 ss.).

[8] LEAL, *op. cit.*, p.279.

[9] *Idem*, pp. 229 e 232.

[10] *Idem*, pp. 229 (grifos nossos).

[11] Assis Brasil apud: *idem*, p.230.

[12] LEAL, *op. cit.*, p. 230-231.

[13] *Idem*, p. 232-233.

[14] *Idem*, p.233, nota 51.

[15] *Idem*, p. 232, nota 48.

[16] *Idem*, p. 232, nota 48.

[17] *Idem*, p.234, grifos nossos.

[18] *Idem*, p.43.

[19] BLONDEL, *op. cit.*, 1957, pp. 60-61.

[20] LEAL, *op. cit.*

[21] VILAÇA e ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1985.

[22] Ver Chico de OLIVEIRA, *Elegia para uma (re)ligião*.

[23] HOBBES, 1983, p.37ss, I, 6.

[24] CHAUI, *op. cit.*, 1982, p. 99.

[25] ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1986, livro III, cap. VII, parágrafo. 13.

[26] ARISTÓTELES. *op.cit.*, livro VI, cap. IV, § 2.

[27] HABERMAS, J. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980, p. 35.

[28] ABRANCHES, S.H. "Nem cidadão, nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática". In *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Vol. 28, n° 1, Rio de Janeiro, 1985, p. 24.

[29] *Idem*, 1985, p.6, grifos nossos.

[30] *Idem.*, 1985, p.6.

[31] HAGUETTE, 1990-b, p. 49.

[32] ABRANCHES, *op. cit.*, p.11.

[33] ABRANCHES, *op. cit.*, p.15.

[34] *Idem*,p.17.

Os empresários mineiros no contexto da ordem populista

Ignacio Delgado
Universidade Federal de Juíz de Fora

Abaixo, expõe-se, de forma extremamente sintética, alguns aspectos da ação desenvolvida pelas entidades empresariais mineiras entre 1945 e 1956, com foco nas percepções, discursos e atitudes empresariais diante da ordem institucional definida ao fim do Estado Novo, sua origem e dinâmica. De passagem, indica-se, também, características da relação entre Estado e entidades empresariais durante os governos estaduais de Milton Campos e Juscelino Kubitschek, em Minas Gerais.

Os primeiros trabalhos que tomaram o empresariado como objeto de análise nas ciências sociais brasileiras apontaram a forma particular de articulação entre mundo rural e a indústria no Brasil, e o papel proeminente que tomou o Estado no processo de industrialização, como fatores suficientes para determinar naquele um comportamento meramente reativo e incapaz de ação concertada. Pesquisas posteriores não corroboraram tais formulações e dão substância à proposição que aponta a natureza retardatária e dependente do capitalismo brasileiro, e a forma como se institui o Estado burguês no país, como conducente a uma prática empresarial distinta daquela que aparece nos casos "clássicos" do capitalismo avançado, sem no entanto dispor da irrelevância indicada, para nomear alguns, por Luciano Martins e Fernando Henrique Cardoso[1].

Até os anos 40, o pequeno peso da indústria na estrutura econômica do país reduzia a possibilidade de uma relação do empresariado com o Estado que se caracterizasse pelo predomínio do *poder de veto* e do *jogo pluralista de influências*. Na República oligárquica, os empresários acomodam-se à dinâmica do regime, mantendo-se sob a égide das diversas frações regionais da oligarquia, não obstante buscarem constituir organismos próprios de articulação de interesses, que ficassem distantes do jogo político "viciado e morto" então predominante. Após 1930, superadas as reticências iniciais, encontram no modelo corporativo um conduto que mais facilmente os coloca próximos dos centros de decisão do Estado. No Estado Novo são parceiros dos militares e da burocracia estatal dentro de um Estado que claramente opta pelo alavancagem do processo de industrialização. Entretanto, tal parceria implicava atribuir exclusivamente ao Estado a responsabilidade pela organização do consenso junto aos trabalhadores, por via da legislação social, dos Institutos de Previdência e da ordem corporativa. Deixava, pois, os empresários em condições frágeis para deter eventuais disposições do "pessoal do Estado" de impregnar a ação deste por móveis estranhos aos interesses empresariais. A percepção desse risco ocorre em 1943 com a Lei de Lucros Extraordinários. A partir daí, os empresários buscam uma ação mais efetivamente dirigida à imposição de um ordenamento institucional que assegurasse a operação das formas clássicas de influência da burguesia sobre o Estado, mas que fosse impermeável a veleidades redistributivas, vetadas, no horizonte empresarial, na tematização do " atraso" do país.

Tal perspectiva temos denominado "democracia autoritária"[2]. Como aparece na *Carta da Paz Social,* divulgada em 1945 pela CNI e pela CNC, ela incluía quatro elementos fundamentais. Um primeiro indicava a democracia representativa e o jogo dos partidos como arcabouço fundamental para o aumento da influência das "classes produtoras". Outro advogava uma remodelação do nexo entre sociedade civil e Estado, quer pela extinção dos órgãos

estatais de regulação econômica, quer pela acentuação do controle dos associados sobre os Institutos de Previdência Social, quer, ainda, pela criação de organismos semi-privados – como o SESI – que deveriam disputar com os últimos a constituição de laços hegemônicos com a classe trabalhadora. Entretanto, a esses elementos, que tenderiam a configurar uma ordem próxima à democracia liberal, adicionavam-se dois outros, que justificam o rótulo "democracia autoritária". De um lado, a recusa em admitir um formato pluralista nas relações de trabalho e o rechaço à presença dos trabalhadores como força política autônoma, o que se expressa na defesa da Justiça do Trabalho como única arena a mediar os conflitos entre o capital e o trabalho – e capaz de substituir o livre embate entre o patronato e os empregados no mercado – além do apoio à exclusão do PCB do jogo dos partidos. Por fim, a confiança nos mecanismos "clássicos" da democracia representativa era acompanhada do apego continuado aos Conselhos Técnicos como forma de intermediação que privilegiasse as "classes produtoras". À noção de uma cidadania geral, no discurso empresarial, adicionava-se a visão de que ao empresariado devia caber papel especial na definição das ações governamentais, seja porque contribuía de forma mais acentuada para o erário público, seja porque sua atividade o predispunha para uma compreensão mais acurada dos fenômenos econômicos, seja, ainda, porque através de suas entidades, congressos e conferências decantaria um interesse público acima dos interesses privados.

Assim, Paulo Gontijo, na Associação Comercial de Minas em 1945, advertia contra a distância que separava as "classes produtoras" da vida pública do país:

> Somos as classes produtoras, o esteio da Nação. Contribuímos com parcelas elevadas para o custeio das despesas públicas, daí o direito e o correspondente dever que temos de opinar na elaboração das normas condutoras da nacionalidade. Devemos, porém, escolher o meio pelo qual teremos que opinar. (...) É nessa nova estruturação da sociedade emergente dos escombros da guerra que devemos estar presentes (...). Marchamos para a democracia

> e para a planificação. A tarefa das classes produtoras deverá ser, pois, de harmonizar as aspirações coletivas - conteúdo da democracia - com os princípios da vitalidade social que formam a substância da planificação, única forma econômica que traduz a riqueza e o progresso das Nações[3].

Já Gianetti, em 1946, na saudação ao novo interventor do governo de Minas, observava que:

> o mundo caminha rapidamente para um reajustamento dentro de ideais democráticos e de liberdade, e não há dúvidas, chegar-se-á em breve a uma solução para que todas as forças vivas que compõem e dão expressão à vida das Nações, possam atuar igual e harmonicamente[4].

O discurso empresarial dirigia-se contra a ação de órgãos estatais reguladores que associavam à continuidade de Vargas no poder. Entretanto, tal perspectiva não pressupunha o abandono de formas de intermediação de interesses que dispusessem de um caráter especificamente técnico. Os empresários, no plano federal, têm em mira o Conselho Nacional de Economia, criado em 1946 e instituído efetivamente em 1949 e, no plano estadual, apontam diversos organismos como fundamentais à imunização da ação do Estado de procedimentos "demagógicos". Em Minas Gerais, além do Conselho de Contribuintes, criado em 1946, as entidades empresariais se fizeram representar, em momentos diversos ao longo do período compreendido entre 1945 e 1956, no Instituto de Tecnologia Industrial no Conselho do Fundo de Pesquisas do Instituto Agronômico, no Conselho Rodoviário Estadual, num certo Conselho de Habitação Popular etc[5]. Além disso, será praxe a participação em comissões e conselhos, criados para acompanhar a execução de medidas ou a ação de órgãos cujas decisões afetam os interesses empresariais. Assim ocorre, por exemplo, quando da decretação de tributos como as "taxas", com as quais o governo do Estado buscava aumentar a arrecadação e driblar a obrigação constitucional de repassar parte dos impostos aos municípios. É o caso da "Taxa Hospitalar", criada no governo Milton

Campos, que veio acompanhada, sob pressão das entidades empresariais, do Conselho Estadual de Saúde e Assistência, com a finalidade de fiscalizar sua arrecadação e aplicação[6]. Da mesma forma, reivindica-se permanentemente a participação no Conselho da Administração da EFCB, em virtude da importância da ferrovia no transporte de mercadorias em Minas Gerais e do problema dos fretes, no Conselho Superior de Tarifas e nas comissões elaboradoras da Política de Comércio Exterior[7].

O apego a esse formato de intermediação não era apenas empírico. Junto às principais lideranças industriais ele encontrava uma justificação elaborada. Na Conferência de Araxá em 1949 Euvaldo Lodi assinalava que as

> classes produtoras (estão) bem conscientes das deformações corporativistas, com a inevitável hipertrofia do Estado, sua onipotência e onipresença e seu fatal encaminhamento para as formas totalitárias e supressivas dos fluxos de opinião, dos direitos individuais e dos grupos sociais. Mantemos, mais do que nunca, a fé nos regimes democráticos com base nos partidos políticos e na direta representação popular. Trazem os sistemas liberais virtudes de plasticidade que os tornam aptos aos caminhos da concordância entre a conveniência coletiva e o respeito à pessoa humana, entre a contingência da ação corretora do governo e a liberdade individual.

Entretanto, salientava que a

> previsão dos problemas sociais e econômicos está a exigir, com freqüência, na vida de nossos parlamentos modernos, medidas quer de emergência, quer de caráter duradouro, de extrema seriedade, pelas graves conseqüências que os seus desacertos, insuficiências ou tardanças, podem acarretar. São de extrema complexidade os problemas sociais e os da produção e distribuição de riqueza.

Se o são, apenas os homens testados nestas atividades, informados pela experiência adquirida na produção, no convívio das entidades e nas conferências das "classes produtoras", podem contribuir para que se busquem soluções acertadas. Neste sentido, a colaboração do Estado com as entidades empresariais

> é essencial, não só pela economia de recursos técnicos que assim se logra, como também pelo melhor exame da matriz dos problemas a serem resolvidos e, ainda, pela grande descentralização que se obtém na ação do governo, quando ele convoca a atividade de órgãos privados e lhes confere a função de aparelhos auxiliares ou mesmo lhes delega encargos especiais[8].

O dilema entre planificação e democracia, enunciado por Paulo Gontijo em 1945, resolve-se, pois, no discurso da elite industrial pela integração dos organismos empresariais à esfera de decisões, seja através das recomendações feitas em seus congressos e conferências, seja através da participação em órgãos técnicos, seja no exercício de atividades de natureza pública pelas entidades empresariais através de delegação do próprio Estado. Além disso, diversos outros canais pouco institucionalizados servem também de ponte entre o empresariado e a administração pública. Têm destaque o contato direto, as "mesas redondas" – nas quais uma determinada questão era discutida com a presença do titular dos cargos públicos por ela responsável – e as palestras realizadas por secretários de governo, dirigentes de autarquias, empresas públicas. Nos dois últimos casos, o contato, sempre revestido de caráter técnico, redundava em compromissos e acordos entre os dirigentes da administração e as entidades.

Entre 1945 e 1956 a FIEMG e a Associação Comercial promovem um sem número de mesas redondas, focalizando temas que vão desde a cultura de algodão e trigo, até os problemas da siderurgia no Estado, dos fretes da Central do Brasil, ou dos problemas vividos pela Cidade Industrial de Contagem, passando ainda pela realização de "mesas" com José Maria Alquimin quando secretário das Finanças de Juscelino Kubitschek, ou com Horácio Láfer, quando ministro da Fazenda, e Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil – sobre questões fiscais e a propósito da "retração do crédito bancário" – até o "Fórum Econômico da FIEMG", em finais de 1955 e início de 1956, quando se define a criação da Usiminas[9].

O modelo político empresarial complementa-se, como já apontado, com a proposição de organismos que permitam à classe

disputar com o Estado a constituição de laços hegemônicos com os trabalhadores, combinada à obstrução a uma arena competitiva ampla, em que estes pudessem participar com autonomia, seja no âmbito do mercado, seja na esfera política. O primeiro aspecto associa-se à proposições da *Carta da Paz Social* de 1945, que sugere a redução do poder dos Institutos de Previdência, ao mesmo tempo em que aponta para a criação do SESI, efetuada em 1946. O segundo aspecto diz respeito à recusa do livre embate entre patrões e empregados e a defesa da Justiça do Trabalho como arena fundamental para a harmonização dos interesses destes atores, ao lado da interdição do PCB, impedido de disputar numa arena legal competitiva a preferência política dos trabalhadores.

Gianetti, em 21/12/45, assinalava, por exemplo, que no Brasil

> a luta de classes já está esboçada. O fermento foi lançado e nós o recebemos nessa eleição. Quando há anos se pensou que a Justiça Trabalhista fosse o germe da luta de classes fez-se cálculo errado[10].

Também Newton da Silva Pereira observava

> mostra-se que o caminho para a solução do conflito não é a greve; é o dissídio coletivo. Instaura-se o dissídio e o caso vai para a Justiça do Trabalho. Paralisar todo o trabalho é processo mais ou menos medieval[11].

Na mesma direção, em março de 1946 a FIEMG apoia memorial da FIESP contra o direito de greve e contra as "campanhas subversivas" e em 1947 a Associação Comercial aplaudirá o fechamento do PCB[12].

O calcanhar de Aquiles deste modelo político é que, destinado a assegurar a "paz social" e um compromisso entre empregadores e empregados através de agências privadas como o SESI, assenta-se e busca assegurar um modelo de acumulação baseado, entre outras coisas, na compressão dos salários reais dos trabalhadores e, nestas condições, os tentames hegemônicos do empresariado no âmbito da sociedade civil não poderiam prescindir da presença do Estado na organização do controle corporativo e na repressão

aberta sobre a classe operária. Ao contrário dos formatos pluralistas, nos quais a disputa de interesses é livre, assentando-se tão somente num consenso básico quanto às *regras* da competição, o consenso buscado pelos empresários era um consenso *substantivo*, caudatário da noção de que a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico deveria subordinar-se primariamente às metas ligadas à modernização econômica do país, tematizada na imagem do atraso[13].

Em todo o período analisado, as entidades empresariais se opõem a uma remodelação da estrutura de distribuição de renda, seja resistindo aos aumentos salariais, seja impedindo a regulamentação do dispositivo constitucional que assegurava aos trabalhadores a participação nos lucros das empresas, seja combatendo uma reforma tributária progressiva, dentre outras medidas aventadas à época. Diante destas iniciativas, veiculam velhas imagens, como as que reproduzem o tom paternalista dos pronunciamentos da classe na República Velha, segundo os quais o operário é naturalmente incapaz de gastar, sendo o aumento dos salários ou a participação nos lucros das empresas um conduto para o vício[14]. Para garantia do modelo de acumulação, o controle corporativo sobre a classe operária era visto como fundamental, mas implicava no risco permanente de que a sua mobilização fosse desencadeada a partir do próprio Estado, quando nele tomassem assento titulares como Vargas, que se dispusessem a fazer dela um recurso de poder para disputas políticas. No segundo governo Vargas as elites empresariais se apercebem do problema ao estabelecerem a crítica ao populismo e à instabilidade que provoca um regime no qual o chefe do Executivo pode "recorrer diretamente às massas". Esta crítica, a desqualificação crescente da atividade política e a desconfiança progressiva quanto à eficácia da Justiça do Trabalho, compõem, a nosso ver, os elementos que configuram alterações no modelo político desenhado no nascimento do regime constitucional de 1946.

O comportamento dos políticos é objeto de críticas desde os debates verificados nas Assembléias Constituintes federal e estadual, não obstante a satisfação das entidades mineiras com seu resultado. Nas eleições legislativas de 1946, o baixo desempenho eleitoral dos candidatos apoiados pela entidade é lamentado na Associação Comercial, enquanto que a indicação de Gianetti e Magalhães Pinto para o governo Milton Campos, apesar de saudada como extremamente positiva para os interesses das "classes produtoras", é apontada como decorrente do "descortínio do atual governador" e não expressiva do poder que aquelas disporiam[15]. Nos anos seguintes as críticas à esfera parlamentar se acentuam, com destaque para as objeções às tentativas de regulamentação da participação dos empregados nos lucros das empresas e às propostas de absorção do SESI nos Institutos. No segundo governo Vargas, a elevação do salário mínimo por Jango, quando ministro do Trabalho, cria nas entidades empresariais a disposição para agir. Na Associação Comercial chega-se ao ponto de reclamar de Juscelino Kubitschek por ter recebido em 16 de agosto de 1954 um "presidente deposto"[16].

As denúncias contra um Executivo que "cortejava as massas" e contra "demagogia" dos políticos aparecem como elementos fragmentários de um discurso que, em fóruns nacionais das "classes produtoras", é sistematizado sob a forma de uma crítica global ao regime populista. Em julho de 1955 a Associação Comercial subscreve um manifesto intitulado "As Associações Comerciais do Brasil à Nação", aprovado na X Mesa Redonda das Associações Comerciais do Brasil, realizada em São Paulo. Intentando proceder a um diagnóstico do "sistema político brasileiro, o documento assinala que o sistema multipartidário dá às

> disputas políticas de caráter extremamente personalistas, que provoca a formação dos mais estranhos conúbios, juntando grupos os mais díspares, na mais desenfreada caça aos votos. (Sobre a) estrutura de governo (observa que) a pluralidade de partidos e o personalismo que caracterizam a vida política brasileira impedem que o partido majoritário conte com a maioria absoluta no Con-

> gresso e possibilita mesmo a eleição de chefes do Executivo pertencentes a um partido, quando outros partidos sejam majoritários no Congresso.

O chefe do governo "é obrigado a transigir, a tender a conveniências pessoais de líderes partidários, a executar uma política indecisa". Por seu turno, as minorias "nunca exercem sua função fiscalizadora e de crítica com absoluta isenção, pois alimentam sempre a esperança de virem a integrar as coalizões governamentais". Decorre que

> em virtude da precariedade com que funciona o Chefe do Executivo no sistema, as circunstâncias o induzem a recorrer diretamente às massas (sacrificando) sua linha natural de dignidade, ao recorrer a processos demagógicos.

Os vícios do sistema se agravam porque

> no plano da administração publica o personalismo e o paternalismo estimulados pelo sistema multipartidário em vigor, se traduzem numa centralização excessiva, uma vez que os atos administrativos assumem aspectos de concessões pessoais feitas para a manutenção de coalizões. (Resulta que) no Brasil ocorre a espantosa anomalia de ser procurado o cargo para o indivíduo e não o indivíduo para o cargo[17].

Tanto na denúncia de um executivo que recorre "diretamente às massas", quanto ao apontar os elementos de irracionalidade que o personalismo e a política partidária existente introduzem na administração pública, o empresariado revela a distância que percebia entre o modelo político que proclamara em 1945 e a dinâmica do regime populista. Não se indica aí qualquer adesão a formatos políticos abertamente autoritários. No documento em foco as medidas sugeridas para reforma do "sistema político" brasileiro circunscrevem-se a modificações na legislação eleitoral e partidária e a uma

> remodelação do processo administrativo (...) revendo-se o sistema de recrutamento e de promoção com o fim de racionalizar o trabalho do funcionalismo (...) e libertá-lo de influências estranhas[18].

Há, entretanto, uma evidente insatisfação com a política partidária, como ainda pode ser observado em discurso de Paulo Gontijo, ao final de julho de 1955, no qual assinala que é preciso

> separar política de politicagem. Nada temos a ver e nada queremos ter com os processos eleitoralescos postos em prática no país por defeitos de legislação, de formação do povo ou de preparo de nossa gente. Este não é o nosso tema. Porém, tudo temos a ver com as conseqüências administrativas que forçosamente irão de advir de campanhas acirradas e odiosas ou de eleições ganhas sob compromissos inconfessáveis e prejudiciais à Nação. Se os políticos profissionais não conseguiram, até aqui, modificar este diapasão nacional, cumpre às classes produtoras fazê-lo[19].

À uma política partidária vista como fator que conduz à irracionalidade na administração e à intranqüilidade, adiciona-se a percepção de que os mecanismos propostos em 1945 para proceder à harmonização entre capital e trabalho não operam com a eficácia desejada pelos empresários. Em 1952, Geraldo Magalhães Mascarenhas, do Sindicato da Indústria Têxtil, observava que a Justiça do Trabalho

> aumentou os níveis de salários de todo o país e logo em seguida, julgando inúmeros dissídios coletivos, tornou a elevá-los consideravelmente (...). A Justiça do Trabalho, ramo do poder Judiciário, ao julgar dissídios coletivos, não toca o dever de examinar e atentar para as conseqüências que de suas resoluções poderão advir para a ordem econômica do país e nem se pode desejar que a Justiça no Brasil examine problemas de economia política. Mas no Brasil existe essa situação paradoxal: toda a sua vida econômica está na dependência do poder Judiciário[20].

Se em 1945 o empresariado admite a Justiça do Trabalho como substitutivo do embate entre patrões e empregados no mercado, à medida que se intensificam as mobilizações operárias surgem vozes dissonantes dentro da classe no sentido de converter a questão salarial num problema especificamente técnico e não relacionado à disputa entre produtores e proprietários por fatias da renda gerada no processo de produção. O problema central é que, tanto o sindicalismo corporativo, quanto o colaboracionismo

do Judiciário Trabalhista, são freios eficazes sobre o movimento sindical e operário quando se inscrevem num clima político geral de repressão à mobilização dos trabalhadores. Sob Dutra, as intervenções nos sindicatos completavam o arcabouço de controle que tinha como foco o sindicato corporativo. No segundo governo Vargas, atenua-se a repressão aos sindicatos, que servem como recurso de poder buscado por Vargas diante da intensificação das pressões udenistas sobre seu governo. Na ausência de uma política aberta de repressão ao movimento operário, nada garantia que a Justiça do Trabalho sofresse também a influência dos recursos de poder que fossem mobilizados pelos trabalhadores. Além disso, as decisões do Judiciário Trabalhista não asseguravam o desmantelamento da organização operária que, no âmbito da legislação brasileira, dependeria de portarias do Ministério do Trabalho decretando intervenções em sindicatos, ou, mais grosseiramente, da ação da polícia. Os empresários sob Vargas, e especialmente a partir de 1953, não podiam contar facilmente com a primeira destas medidas. Desta forma vão acentuar-se os pronunciamentos tendentes a qualificar a questão salarial como uma questão técnica, que não deveria circunscrever-se à esfera do Judiciário, nem ser tratada como um "problema político"[21].

Tais pronunciamentos não indicam uma reorientação global do discurso empresarial em relação à proposição de que a Justiça do Trabalho operasse como substitutivo de um formato pluralista nas relações de trabalho. A rigor, ela continua como peça chave no ideário do empresariado. A brecha que se abre no seu discurso, entretanto, é reveladora de uma perda crescente de confiança nos mecanismos inscritos dentro do modelo da "democracia autoritária". Se os elementos que aparecem de forma fragmentada em seu discurso fossem de alguma maneira unificados, concretamente o "autoritário" do rótulo acima sugerido deixaria de ser tão somente um qualificativo da democracia proposta pelos empresários. A combinação de uma percepção essencialmente negativa da atividade política com o apoio à prevalência de uma adminis-

tração essencialmente técnica, mais a tecnicização das próprias relações de trabalho, muito dificilmente predisporia a classe para a adesão a formas políticas democráticas.

O "eterno retorno" dos empresários às formas políticas autoritárias, não se faria neste momento, entretanto, como se sabe. A eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência é percebida, após sua passagem pelo governo de Minas, como positiva por entidades empresariais de todo o país. Em Minas a FIEMG apoia abertamente a ação do General Lott, enquanto que a Associação Comercial apela ao "desarmamento dos espíritos". Era um bom termo para uma relação que nascera sob o signo da desconfiança.

Com Milton Campos, a Associação Comercial e a FIEMG tinham colocado seus representantes mais expressivos no secretariado, com Magalhães Pinto na Secretaria de Finanças e Américo Gianetti na Secretaria da Agricultura. Além disso, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de Gianetti, sintetizava o "programa de realizações" que as classes produtoras de Minas projetavam ver formulado de forma acabada na Reunião das Classes Produtoras prevista para 1947. Gianetti, alem disto, acenava com organismos que incorporavam as entidades na condução da política energética e de transportes a ser levada adiante pelo governo mineiro. Assim, em que pesem conflitos diversos relativos à permanência de alguns órgãos reguladores e à Taxa de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, o balanço das entidades empresariais mineiras sobre a atuação de Gianetti na Secretaria da Agricultura de Milton Campos foi extremamente positivo, a ponto de apoiarem sua indicação para o governo de Minas pela UDN. Derrotado na convenção deste partido por Gabriel Passos, Gianetti viria a se tornar prefeito de Belo Horizonte.

Juscelino Kubitschek elege-se numa articulação, como assinala Otávio Dulci, predominantemente político-partidária[22]. Indica para a Secretaria da Agricultura Tristão da Cunha, de perspectiva francamente agrarista. Assim, o início de seu governo é cercado de dúvidas nas entidades empresariais e motiva, até mesmo, a reali-

zação da nova Reunião das Classes Produtoras Mineiras, em que se indicam diversas recomendações ao governo, no sentido da manutenção do horizonte industrializante do governo mineiro. O comportamento dúbio de Kubitschek nas polêmicas relativas à elevação do salário mínimo, por um lado, e desacordos relativos à questão tributária, por outro, provocaram, por diversas vezes, indisposição das entidades empresariais mineiras para com seu governo. Na FIEMG, entretanto, o deslocamento de Hamleto Magnavaca em 1953 e a ascensão de Lídio Lunardi subtrairiam a entidade do comando de seu grupo pioneiro aproximando-a da órbita do governo estadual. A Associação Comercial manteve uma postura mais autônoma e buscou na realização de mesas e de reuniões regionais das "classes produtoras" acionar novos instrumentos de pressão sobre o governo. De qualquer forma, as inquietações atenuam-se à medida que Kubitschek aprofunda a política rodoviária e energética proposta no governo anterior e, com a criação da CEMIG e do DER, ensaia em Minas o "governo paralelo" de que fala Benevides sobre sua atuação na presidência. Assim, compatibiliza o atendimento às pressões do sistema partidário com uma ação industrializante do governo, através de organismos imunes àquelas pressões, sob direção de grupos tecno-burocráticos e permeáveis às demandas empresariais. Nesta medida, conclui seu governo com sólidas bases de apoio nas elites empresariais, postergando a disposição destas para um desenlace autoritário do rebento populista de seu projeto político.

Notas

[1] MARTINS, L. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Saga, 1968 e CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1972. Coube a Eli Diniz e Renato Boschi darem início a uma importante revisão da perspectiva de Martins e Cardoso, com trabalhos que indicavam a presença de um empresariado bem mais ativo do que até então se vislumbrava. Ver DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 e BOSCHI, R. *Elites Industriais e Democracia.* Rio de Janeiro, Graal, 1979.

[2] DELGADO, I.G. "Indústria, Elite Industrial e Tecnoburocracia em Minas Gerais". In *Nova Economia,* vol.5, nº 1, ago. 1995, Belo Horizonte, Departamento de

Economia da FACE/UFMG. Ver também DELGADO, I.G. *A estratégia de um revés.* Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora, EDUFJF, 1997.

[3]Ata de reunião da diretoria da Associação Comercial de Minas (doravante AC), 22/03/45.

[4]*Folha de Minas,* 07/11/46. Arquivo Público Mineiro.

[5]Respectivamente Ata de Reunião da FIEMG (doravante apenas FIEMG),11/11/46, AC 27/09/51. Ofícios 1156/48 e 414/26/51, Pró-Memória/FIEMG e *Folha de Minas,* 24/08/47, Arquivo Público Mineiro.

[6]AC 11/05/50 e AC 17/08/50.

[7]AC 25/08/49, AC 15/12/49, AC 23/03/50, FIEMG 06/04/51, AC 22/11/51.

[8]Discurso de encerramento da Conferência de Araxá, em Minas Gerais, 02/08/49, Pró-Memória/FIEMG.

[9]As "mesas" com Lafer e Jafet são, respectivamente, em maio e janeiro de 1951, promovidas pelas duas entidades, Cf. *Estado de Minas,* 15/05/51 e *Folha de Minas,* 19/01/52, Arquivo Público Mineiro. As discussões e resoluções do Fórum Econômico da FIEMG podem ser encontradas nos nº. 12, dezembro 1955 e 1, janeiro 1956, 3 março 1956 e 4 abril 1956 de *Vida Industrial* (revista da FIEMG).

[10]FIEMG, 21/12/45.

[11]FIEMG, 01/02/46.

[12]Respectivamente FIEMG 31/03/46 e AC 16/05/47.

[13]SARTORI, G.,1982.

[14]FIEMG, 24/08/45, 05/10/45, 21/12/45.

[15]AC, 10/04/47.

[16] AC, 16/08/54.

[17]*Mensagem Econômica* (Revista da Associação Comercial de Minas), nº 31, julho,1955, pp. 15-17.

[18]*Idem*, p. 18.

[19]*Idem*.

[20]FIEMG, 17/09/52.

[21]Ver, por exemplo, o pronunciamento de Custódio Soares da Silva na FIEMG em 1954, lamentando como o salário mínimo um problema "técnico foi considerado um problema político pelos poderes públicos", ou a sugestão da mesa redonda da FIEMG sobre a questão salarial, em 1955, indicando que esta fosse "objeto de cuidadoso exame de parte dos órgãos técnicos do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e do Conselho Nacional de Economia". Respectivamente CR/ FIEMG, 24/05/54 e *Vida Industrial*, nº 3, março 1955.

[22] DULCI, O. "Empresariado e política em Minas Gerais". In *Revista do Departamento de História,* UFMG, n.10 e *Cadernos do DCP*, UFMG, nº 8, (edição conjunta),1990.

Balcão de negócios: a operação financeira da independência

José Evaldo de Mello Doin
Universidade Estadual Paulista *Campus* de Franca

A gênese do endividamento público externo está diretamente articulada como o estabelecimento das bases iniciais e da consolidação do Estado Nacional e de seu papel de mediatizador da modernização, que passa pela híbrida constituição de suas elites, a constituição de uma dupla identidade do *burguês/aventureiro* de que nos fala Florestan Fernandes[1], o que me levou a conceituar as classes dominantes do Império de elite *bucaneira*, desprovida de uma ética capitalista[2].

O período do Império, dentro da ótica financeira, pode ser visto como o período em que se delineia a constituição da dívida pública externa brasileira. Dentro dessa perspectiva, o Estado age, por ser o único com capacidade de endividar-se, de garantir, com sua massa de rendas advindas de fontes tributárias ou de seu poder emissor, os mais variados negócios e empreendimentos, tornando-se, portanto, mais do que um simples representante das elites, ou seja, agindo como o principal agente de acumulação. A atuação do Estado brasileiro cria uma área extremamente porosa entre as esferas pública e privada, gestando condições para o desenvolvimento do capitalismo no país.

Não foram poucas, nem de pequena monta, as derrotas dos pioneiros do bucaneirismo nacional no processo de afirmação e

consolidação do capitalismo em terras cabralinas desde o período colonial. Os problemas do comércio de produtos importados e dos percalços na implantação de manufaturas tornam mais complexas as explicações da crise financeira que se acentuou no início do Primeiro Reinado.

Como regra geral, até 1860 a balança comercial era deficitária[3], o ouro e a prata, amoedados ou não, eram usados como remessas para cobrir créditos comerciais contraídos com as importações. A crise financeira, a falta de um produto que garantisse um firme crescimento das exportações, as crescentes despesas do Estado, as despesas com a ocupação e com a guerra no Uruguai e as "compensações" devidas a Portugal por ocasião da Independência provocam a necessidade de empréstimos externos.

Para obter o reconhecimento de Portugal e das outras nações como Estado soberano, o país teve de assumir, pela Convenção Secreta Adicional, do Tratado de Paz e Aliança, de 29 de agosto de 1825, a responsabilidade do empréstimo contraído por Portugal em Londres, em 1823, que era da ordem de um milhão e quatrocentos mil libras. Além desse empréstimo, o governo Imperial teve de concordar em assumir o pagamento, para D. João VI, de seiscentas mil libras, a serem liquidadas em 12 meses, à guisa da indenização, pelas propriedades que este possuía no Brasil. A responsabilidade total, com a indenização e o empréstimo português, montava a dois milhões de libras.

A ação predatória se fez presente desde o processo constitutivo do Estado-Nação, e são ilustrativos desse espírito de rapinagem os motivos que fundamentavam a lamentação do então Príncipe Regente a D. João VI, através de carta datada de 21 de setembro de 1821:

> (...) O Banco, desacreditaram-no seus delapidadores, que eram os mesmos que o administravam (...) De parte nenhuma vem nada; todos os estabelecimentos e repartições ficaram; os que comem da nação são sem número (...) é necessário pagar tudo quanto ficou estabelecido, como são: o Estado Maior; tribunais etc.; não há dinheiro, como já ficou exposto; não sei o que hei de fazer.[4]

A situação calamitosa das finanças e do banco oficial impeliam o jovem regente à cunhagem do cobre retirado de embarcações, ou seja, o Tesouro Público concorria com os particulares no derrame de moeda falsa.

O endividamento como forma de obtenção de recursos para fazer frente às demandas exigidas ao novo império inventado nos trópicos, passa desde muito cedo a ser cogitado pelo alto escalão do governo da Corte. Ainda com a Assembléia Constituinte em funcionamento, já se cogitava de um empréstimo externo.

Manoel Jacinto Nogueira da Gama, então ministro da Fazenda, já aconselhava, para custeio das grandes despesas extraordinárias, um empréstimo externo[5].

Após ter dissolvido a Assembléia, e antes mesmo de reconhecer a Constituição, D. Pedro determina o início das negociações para a obtenção do empréstimo e nomeia os *Ministros Plenipotenciários* para negociarem o pretendido empréstimo de três milhões de libras[6].

O Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, apresentado à sessão da Câmara dos Deputados de 6 de outubro de 1823, tratava do estado em que se encontrava o Tesouro Público e propunha que se contratasse o empréstimo que havia sido oferecido, espontaneamente, por Charles Oxenford[7]. Nogueira da Gama era explícito na sugestão para que se aceitasse a oferta de Oxenford, encontrando uma série de vantagens e benesses para o país, contrariando posições como as de Martim Francisco:

> (...) se não tiver quanto antes á sua disposição meios, e grandes meios, para com elles habilitar o chefe constitucional deste nascente imperio a firmar a nossa independencia (...) verá V. M. Imperial o offerecimento de um emprestimo da grande somma de 2.500.000£ e as condições exigidas para a sua prompta realisação (...) dispôr-se da somma de cem mil libras sterlinas por mez, que equivale a perto de um milhão de cruzados, e isto por cinco mezes consecutivos, e ainda antes de estar definitivamente arranjado todo o systema deste emprestimo (...) o que, concluido, ficará á disposição da nação brazileira o resto de todo o emprestimo (...)[8]

O documento acima apontado marca o início da trajetória seguida pela sociedade brasileira ao longo de toda a sua história independente, o endividamento externo como forma de crescimento, como instrumento gerador de liquidez para a atividade econômica como um todo, como veículo para a interiorização das relações capitalistas, como meio do Estado exercer o seu papel de agente de acumulação e de modernização. Acoplado aos vasos comunicantes das esferas pública e privada, na medida em que acentua o processo de exclusão social, de apropriação por uma diminuta parcela que se consolida como elite, ao invés do *conformismo na igualdade* na lição de Hanna Arendt[9], impondo um *jogo* de sombras e penumbras que atua na construção do *Homo ludens tropical*[10] estabelece-se o universo cultural que viabiliza o advento e a consolidação de sua hegemonia.

O Primeiro Empréstimo

As necessidades financeiras do governo imperial, a penúria do Tesouro Público e as insistentes investidas de Nogueira da Gama para que se aceitassem as ofertas britânicas levaram o assunto da contratação de um empréstimo a ser contraído na praça de Londres ao Conselho de Estado. Examinando o assunto, o Conselho sugeriu a realização de um empréstimo externo e, por conseqüência dessa sugestão, foi baixado o Decreto de 05 de janeiro de 1824, rubricado por D. Pedro I e assinado por Mariano José Pereira da Fonseca, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda:

> Reconhecendo não ser possivel occorrer com as rendas dinarias as despezas urgentes e extraordinarias, que exigem a defeza, segurança e estabilidade deste Imperio (...) Hei por bem, (...) Mandar contrahir na Europa um emprestimo de tres milhões de libras sterlinas (...) e Nomear para negociadores do dito emprestimo, e Meus Plenipotenciarios ad hoc a Felisberto Caldeira Brant Pontes e Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa (..) Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thezouro Publico, o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos

> e instrucções propostas (...) Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. Mariano José Pereira da Fonseca[11]

Devido à decisão do imperador de contrair um empréstimo em Londres e em decorrência do Decreto de 05 de janeiro de 1824, o ministro da Fazenda baixou uma Portaria, dando as instruções aos Plenipotenciários designados para negociarem o empréstimo:

> Sua Magestade Consigna, e Hypotheca para pagamento dos juros, o principal do sobredicto Emprestimo a renda de todas as Alfandegas do Imperio, e com especialidade a da Alfandega da Côrte, e Cidade do Rio de Janeiro (...) Tambem ficão authorizados para convencionar sobre as commissões (...) podendo tomar nellas aquella parte, que lhes possa, ou dever competir na qualidade de negociadores (...)[12]

As cláusulas do primeiro empréstimo revelam como sempre foi tênue a separação do universo público em relação aos interesses privados no *capitalismo bucaneiro* então em gestação. Ao lado da enorme autonomia que o mandato imperial conferia aos Plenipotenciários, que por si só, era um convite à fraude, havia a autorização oficial que permitia que estes fossem beneficiados materialmente com a efetivação da operação financeira, tornando-se ambos portanto um misto de corretores/representantes do Estado brasileiro, que encaravam a operação de crédito como um botim a ser conquistado:

> Por quanto D. Pedro I (...) tem resolvido fazer um emprestimo na Europa de £ 3.000.000 (...) Nomear ao dicto Marechal Felisberto Caldeira Brant, e o Cavalleiro Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, seus Plenipotenciarios, para esse fim (...) solicitado e requerido a assistencia dos ditos Srs. Bazett, Tarquhard, Crawford & C.ª, Fletcher, Alexander & C.ª, Thomaz Wilson & C.ª para a negociação do dicto emprestimo (...) adiantarão e pagarão ao dicto Felisberto Caldeira Brant e Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa (...) a somma de £ 300.000, alem do premio por uma terça parte do emprestimo, (...) Septima - Que se concederá e pagará uma commissão de 4% sobre a somma do dinheiro posto ao credito do dicto General Felisberto Caldeira Brant e o Cavalleiro Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa (...) e convem-se que uma quarta parte do pro-

> ducto liquido da dicta commissão, dedusindo as despezas, será paga ao dicto Felisberto Caldeira Brant, seus testamenteiros, administradores, e procuradores; e outra quarta parte ao dicto Cavaleiro Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, seus testamenteiros, administradores, e procuradores, que são expressamente autorizados por suas instruções de S. M. Imperial (...) e as duas quartas partes restantes aos dictos Bazett, Tarquhard, Crawford & C.ª, Fletcher, Alexander & C.ª, Thomaz Wilson & C.ª [13]

Pela cláusula nona, Felisberto Caldeira Brant e Manoel Gameiro Pessoa, acordavam com os banqueiros um verdadeiro assalto aos recursos públicos do país, praticamente arrendando sua capacidade de compra e, o que causa espécie, colocando claramente em um documento oficial as suas intenções e os meios pelos quais intentariam essa meta:

> Nona (...) ajustaram usar de toda sua influencia com o Governo e Ministerio S. M. Imperial para que os dictos Bazett, Tarquhard,Crawford & C.ª, Fletcher, Alexander & C.ª, Thomaz Wilson & C.ª sejam empregados em comprar os effeitos e generos que se embarcarem por conta de S. M. Imperial (...) as dictas casas poderão receber as commissões costumadas sobre compras, embarques, pagamentos ou remessas de dinheiro quaesquer serviços, que dellas forem requeridos (...) 2½% sobre as compras ou vendas de quaesquer mercadorias recebidas ou embarcadas - 1% sobre a compra ou venda de ouro ou prata em barra (...) 1% sobre todas as lettras de cambio remettidas para o Brazil, ou mandadas de lá para Londres, 1/2% sobre todos os seguros para o embarque de fazendas ou mercadorias, 1/2% sobre todos os seguros para o embarque de ouro ou prata (...)[14].

Uma série de medidas cautelares amarrava o governo brasileiro aos interesses financeiros dos agentes:

> S. M. Imperial especialmente empenha as rendas de suas Alfandegas, e mandará ao Administrador desse Ramo da Renda Publica em o Rio de Janeiro que estabeleça um fundo particular dos direitos alli recebidos como tambem dos outros seus portos de mar..."[15].

Felisberto e Manoel Rodrigues tinham tal autonomia que firmaram o contrato três meses antes do decreto imperial aceitando as imposições dos agentes[16].

Como o consórcio de banqueiros não exerceu a opção de completar a solicitação brasileira de três milhões de libras, limitando-se a um terço deste montante, os representantes brasileiros contrataram o restante com o negociante londrino Nathan Mayer Rotschild, cuja casa se tornou, até o declínio da hegemonia britânica, o principal agente financeiro do Brasil. Ambos os Plenipotenciários dividiram com Nathan 4% sobre o empréstimo, de comissão por serviços prestados[17].

As Repercussões Negativas

Não foi pacífica a alternativa do endividamento externo, tanto para cobrir os *déficits* governamentais, como para salvar o Banco do Brasil, ou resolver os problemas de numerário e expandir a máquina governamental. Nem Caldeira Brandt, nem Gameiro Pessoa ficaram livres de críticas e censura.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, tanto antes da Independência, como após esta, quando ministro, resistiu o quanto pôde ao assédio de espertos intermediários dos banqueiros e, mesmo quando exilado, teceu severas críticas à possibilidade do Império endividar-se.

Em carta escrita de Bordéus, a 12 de setembro de 1824, afirmava:

> Estou e sempre estive convencido de que a teoria dos empréstimos era um abismo (...) que um empréstimo contraído por qualquer Estado é sempre um sintoma de prodigalidade do seu governo (...) o Brasil resistiu a Portugal e prosperou sem empréstimo e jaz hoje no estado o mais calamitoso com ele (...) via Portugal cada vez mais fraco e decrépito (...) e com a sua saída o termo da grande dívida que nos devorava; via por último o Brasil livre de outros inimigos (...) e concluía de tudo que não havia necessidade de contrair empréstimos.(...)[18].

Sobre Felisberto Caldeira Brandt, afirmava na mesma carta:

> (...) entendia-se com os capitalistas de Londres (...) Note mais que neste tempo eu o recusei com o prêmio de 5% e o juro de

> 5%, (...) que não havia moeda e baixa fabricada em Londres; que não havia dividendos retidos, nem as usuras das £ 300.000 adiantadas e nem as comissões de Felisberto (...) recusei o empréstimo e disse a José (Bonifácio) que Felisberto pelos fatos acima referidos (...) de notória lesão dos interesses do Brasil, deveria ser mandado recolher (...)[19]

Na Câmara temporária, repercutiu desfavoravelmente o procedimento dos Plenipotenciários brasileiros. A Comissão da Fazenda da Câmara elaborou um Relatório em resposta ao do governo. Em 27 de junho de 1826, a Comissão apresentou seu relatório, que era marcado pela ambigüidade e pela tibieza de suas recomendações. Contudo, os membros da comissão não deixaram de registrar a sua estranheza em relação às concessões aos banqueiros e, em especial às vantagens consignadas aos dois Plenipotenciários.

> É notável neste negócio a comissão de 2% que tiveram os negociadores brasileiros (...) Os interesses que os dois comissários perceberam montando pouco mais ou menos a 59.998.10, custaram logo à Nação 72.000 libras e há de custar o seu pagamento final bem perto de 180.000 libras (...) mas que os agentes brasileiros (...) por ela pagos e remunerados, e honrados exijam, uma comissão pelo serviço em que os empregou a Nação que os pagava e honra, parece extraordinário, e impatriótico (...) Relatório do atual Ministro a esta Câmara acham-se as seguintes palavras: "resta-me ponderar que o pagamento do juro e capital do empréstimo contraído em Londres, e do que acresceu em consequencia da convenção de agosto de 1825 com Portugal já se acha providenciado não somente - os fundos ali existentes, mas com a remessa de 240.000 libras esterlinas anualmente (...)"[20].

A situação financeira do novo Estado não se aliviou com o empréstimo de 1824/25. Pelo contrário, além de permanecerem dificuldades com os papéis de circulação forçada do Banco do Brasil, a guerra na Cisplatina e as constantes rebeliões oneravam insuportavelmente o Tesouro, afora o uso cada vez mais ousado da esfera pública por interesses privados dos detentores do poder que invertem o que Hanna Arendt definiu como público, ou seja o que é visto, o que aparece:

> Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise da luz muito mais intensa da esfera pública[21].

A bucaneiria cabocla sempre preferiu as sombras como forma de agir na esfera do domínio público, servindo-se do banquete das facilidades e apropriando-se dos recursos do Estado e realizando no cotidiano a construção de um espaço público privatizado, como a esfera literária e burguesa de Habermas[22]. Por essas razões o Império recém-nascido penava com o ônus do pagamento de trezentas mil libras anuais para honrar os compromissos externos. Essa situação, já de si bastante sombria, era agravada pelos compromisso da Convenção Adicional ao Tratado de 29 de agosto de 1825, pelo qual nossa independência foi reconhecida por Portugal.

O processo de resgate do Empréstimo da Independência ultrapassou o prazo estipulado para sua extinção que era de trinta anos, devendo ser liquidado em 1854, o que não ocorreu efetivamente, tendo sido negociado o adiantamento, por dez anos, do resgate das duas parcelas da primeira operação financeira do país no mercado londrino. Do empréstimo como um todo, foram resgatados 3.173.000 libras até 31/12/1853[23]. O compromisso remanescente deveria, portanto, ficar liquidado em 1º de abril de 1864, entretanto, o que ocorreu foi o inverso do pretendido, pois em 31 de dezembro de 1863, a dívida externa brasileira alcançava a soma de £7.001.500[24] a parcela correspondente ao empréstimo de 1824 montava a £2.358.600.

A percepção da impossibilidade de se honrar os contratos já firmados para a liquidação do Empréstimo da Independência de 1824/25 e de seu prolongamento, o de 1843, leva o governo a solicitar do Legislativo a contratação de mais um empréstimo externo no valor de £361.300. Segundo o relatório da Contadoria Geral da República o empréstimo líquido negociado foi onze vezes maior, sendo que o capital nominal foi de 3.855.300 libras.

O empréstimo foi utilizado para a liquidação do de 1824 e no resgate do empréstimo de 1843, cujo saldo era de £362 mil libras além da diminuição de parte da dívida flutuante do Tesouro. Somente sessenta e cinco anos depois, em 1890, é que o empréstimo foi liquidado, pagando-se juros em todo o período. Outro ônus decorrente do Empréstimo da Independência foi o residual em circulação de 2.357.900 libras que fez parte da operação financeira efetuada em 1863, acarretando ao Brasil prejuízos decorrentes da taxa de emissão – 88% – e das comissões e demais vantagens concedidas aos banqueiros[25].

Notas

[1] FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981 (Biblioteca de Ciências Sociais).

[2] WEBER, Max. *História geral da economia.* Tradução de C. Pajuaba. São Paulo, Mestre Jou, 1968.

[3] PINTO, Virgílio Noya. "Balanço das transformações econômicas no século XIX". In MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva.* 2ª edição. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, p. 143.

[4] BRASIL. a- MINISTÉRIO DA FAZENDA (Conselho Técnico de Economia e Finanças). *História da dívida externa da União* (1ª Parte: 1824-1937). Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1946 (Série Finanças do Brasil; vol. XV), pp. 12-13.

[5] *Idem*, pp. 27-28.

[6] *Idem*, pp.27-28.

[7] BRASIL b- MINISTÉRIO DA FAZENDA (Contadoria Geral da República). *Dívida externa:* análise, legislação e documentos elucidativos. Análise, compilação e notas de Claudionor de Souza Lemos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp. 46-48.

[8] *Idem.*

[9] ARENDT, *op. cit.*, p. 49.

[10] HUIZINGA, 1993.

[11] BRASIL - b: 1946. p. 48.

[12] *Idem,* 48-49.

[13] *Idem*, pp. 49-50.

[14] *Idem.*

[15] BRASIL - b, *op. cit.*, p.49-50

[16] *Idem.*

[17] *Idem.*

[18] *Idem*.

[19] BRASIL - b, *op. cit.*, pp. 49-50.

[20] BRASIL - a, *op. cit.*, pp.30-34

[21] ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo; posfacio de Celso Lafer. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1991, p. 61.

[22] HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública:* investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 (Biblioteca Tempo Universitário; nº 76. Série Estudos Alemães).

[23] Relatório de 1854 do Senhor Ministro da Fazenda. Apud BRASIL - b: *op. cit.*, pp. 50-52.

[24] Relatório de 1854 do Senhor Ministro da Fazenda. Apud BRASIL - b: *op. cit.*, pp. 50-52.

[25] Relatório de 1854 do Senhor Ministro da Fazenda. Apud BRASIL - b, *op. cit.*, p. 52.

Maçonaria brasileira e sociabilidade ilustrada (1870-1890)

Alexandre Mansur Barata
Universidade Federal de Juiz de Fora

Nos últimos anos, o crescente diálogo travado entre a história e as outras ciências sociais, particularmente a ciência política, a sociologia, a lingüística e a antropologia, contribuiu para que a dimensão política voltasse a ocupar um espaço fundamental nos estudos históricos, num processo que René Rémond chamou de "renascimento da história política"[1].

O retorno dos estudos políticos, após anos de domínio quase exclusivo da história social e econômica, não deve ser entendido como uma volta ao velho enfoque "positivista", marcado por uma perspectiva elitista e factualista que prevaleceu no século XIX e início do século XX. O que marca efetivamente as novas pesquisas em história política é a busca de novas abordagens metodológicas e de novos enfoques teóricos.

Segundo Angela de Castro Gomes, a revitalização dos estudos de história política associa-se às mudanças teóricas por que passam as ciências sociais de forma geral, expressas na crise dos paradigmas estruturalistas então vigentes: o marxista, o funcionalista e também o de uma vertente da escola dos Annales. A recusa a explicações determinísticas, metodologicamente quantitativistas e marcadas pela presença de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e no espaço, teria forçado as ciências humanas

a rever suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas. Dessa forma, a história política não só não é redutível a um reflexo superestrutural do econômico, como goza de relativa autonomia, sendo espaço influenciador da dinâmica global da realidade[2].

Emergem, assim, pesquisas direcionadas para o estudo do comportamento eleitoral, do funcionamento dos grupos de pressão, da opinião pública, de cultura e do imaginário político, dentre outros.

É, portanto, neste contexto de renovação historiográfica e de crescimento dos estudos políticos – e, particularmente de cultura política – que as reflexões desta exposição se inserem. Nosso objetivo é repensar a atuação da instituição maçônica no final do século XIX no Brasil, período marcado pelos grandes debates que procuravam estruturar uma nova identidade nacional, tentando compreender a especificidade da "sociabilidade" proporcionada pelas lojas maçônicas e procurando dimensionar a força do seu ideário e os mecanismos de ação dos maçons.

A utilização da noção "sociabilidade", como vem sendo trabalhada por historiadores como M. Agulhon[3] e Jean-François Sirinelli[4], possibilita um exame extremamente rico da trajetória dos maçons e da atuação da Maçonaria brasileira, pois permite analisar esta instituição tendo em vista duas dimensões: a dimensão do *discurso*, ou *simbólica*, e a dimensão da organização. Dessa forma, a recuperação do "espaço social" construído pelos maçons torna-se um poderoso instrumento de entendimento do processo de produção e circulação das idéias. Para Sirinelli, "a palavra sociabilidade reveste-se (...) de uma dupla acepção, ao mesmo tempo redes que estruturam e microclima que caracteriza um microcosmo intelectual particular". Ou seja, o espaço de sociabilidade é, ao mesmo tempo, "geográfico" e "afetivo", pois ao estabelecer relações de adesão e/ou de rejeição, acaba por criar uma certa "sensibilidade ideológica"[5].

Entretanto, estudar a atuação da instituição maçônica é se aventurar em terreno pantanoso, embora extremamente rico. O próprio caráter secreto, a existência de vocabulário específico, de rituais e de um simbolismo peculiar são, efetivamente, barreiras que devem ser transpostas pelo historiador. Acrescenta-se a isto o reduzido número de estudos acadêmicos sobre o tema, especialmente no Brasil[6].

Outro problema que merece grande atenção por parte do historiador é a complexidade da estrutura maçônica revelada através da pesquisa empírica, que rompe de forma definitiva com o senso comum que percebe a Maçonaria enquanto uma instituição monolítica e unitária. Na realidade, além das especificidades nacionais, o que se descobre é uma Maçonaria marcada por algumas cisões internas.

Maçonaria e Sociabilidade Ilustrada

A maioria dos historiadores não é unânime quando se trata de analisar as origens da instituição maçônica. Todavia, grande parte deles concordam que as feições da Maçonaria moderna ou "especulativa" remontam ao final do século XVII e início do século XVIII na Inglaterra. De forma específica, tomam o ano de 1717 como marco de origem tendo em vista a fundação da Grande Loja de Londres[7].

Se a Maçonaria moderna nasceu na Inglaterra, foi na França, no decorrer do século XVIII, que ela atingiu sua plenitude como organização. A dimensão assumida pela atividade maçônica, na França do século XVIII, impõe a necessidade de se discutir a relação existente entre a Maçonaria e a Ilustração, movimento no qual se afirmam as principais categorias da sensibilidade intelectual do século XVIII: cultura, civilização, progresso e educação da humanidade[8].

Segundo Maurice Agulhon, em *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*, no século XVIII ocorreu uma identificação entre "sociabilidade" e "civilização", expressa no crescimento do

número de salões, de cafés, de clubes, de academias. É a partir da constatação desse "novo" comportamento que Agulhon passa a nortear suas pesquisas sobre a estruturação dos vários elementos que compunham a vida coletiva masculina, sobretudo no sul da França, das confrarias religiosas até as lojas maçônicas. Para ele, a Maçonaria era a instância mais conhecida e mais bem estruturada dessa nova sociabilidade, que poderia ser considerada liberal, na medida em que veiculava as idéias da Ilustração, e também porque sua existência se baseava no caráter associativo voluntário e livre[9].

Por sua vez, Koselleck[10], historiador alemão, amplia os contornos da discussão ao defender que, dentro do Estado Absoluto, as lojas maçônicas, envoltas no véu do secreto, representavam a formação típica de um "poder indireto", exercido pela nova burguesia. Apesar da evocação de mitos e mistérios antigos e do desenvolvimento de uma hierarquia própria, a Maçonaria não se enquadrava nos cânones de uma sociedade religiosa. Ela representava um tipo de organização particular à nova sociedade civil. Nas lojas maçônicas, e através delas, a burguesia articulava uma forma social própria, vivendo de acordo com suas "próprias" leis.

Esse "poder indireto" que Koselleck vislumbra concretizava-se na Maçonaria na medida em que uma das formas de oposição dessa burguesia à ordem social estabelecida, durante o Antigo Regime, era a prática da igualdade social no interior das lojas, inclusive com a possibilidade de ingresso de membros da nobreza.

Contudo, essa verdadeira liberdade civil praticada no interior das lojas maçônicas dentro do contexto do Antigo Regime só era possível sob a proteção do secreto. Koselleck propõe que a função protetora do secreto relaciona-se à necessidade da Maçonaria de separar as esferas da moral e da política. Para a Maçonaria, a ação moral se realizava no compromisso de abarcar em seu seio toda a humanidade, ou melhor, unir o mundo burguês de forma mais original à sociedade. O secreto criava um novo gênero de comunidade, onde o "mistério" era o cimento da fraternidade e uma forma de educação moral. Tal educação era forjada exatamente

no compromisso fundamental de guardar o segredo, na medida em que o silêncio era a base deste tipo de sociedade. Ao rejeitar a realidade política externa, por considerá-la a negação da posição moral interna do mundo das lojas, a Maçonaria assumia uma ação política indireta. Portanto, para Koselleck, a função principal do secreto era dissimular as conseqüências políticas que resultavam dos procedimentos morais de oposição ao Estado Absoluto[11].

Parece claro que os autores mencionados têm, como ponto central de suas análises, a percepção da atuação da Maçonaria como uma "sociedade de pensamento" profundamente vinculada à nova sociabilidade pré-democrática que se consolidava na França do século XVIII.

Entretanto, é preciso atentar e se aprofundar nos aspectos que singularizavam a Maçonaria enquanto uma instância dessa nova sociabilidade. Além do caráter secreto, a Maçonaria se distinguia de outras instituições, como academias e clubes, destinadas à discussão e difusão das idéias vinculadas ao movimento ilustrado, por ser uma sociedade iniciática, marcada por uma rígida hierarquia (toda dividida em graus) e por rituais profundamente influenciados pelo esoterismo.

Desta forma, torna-se evidente que a Maçonaria, instituição fundamental dentro da perspectiva da sociabilidade ilustrada, que possui princípios básicos na defesa da liberdade de pensamento e do racionalismo, apresenta, ao nível da organização, elementos inequivocamente tomados à tradição medieval. E é esta tradição que produz o substrato para a estruturação da matriz de pensamento conservador surgida nos fins do século XVIII e que, em oposição à Revolução Francesa, defendia e buscava conservar a antiga ordem.

Uma recente contribuição para este debate é o importante livro de Margaret Jacob, intitulado *Living the Enlightenment*, onde a autora procura analisar o Iluminismo do século XVIII para além dos grandes filósofos e seus escritos, evidenciando a existência de dois Iluminismos: o intelectual e o popular[12]. Na busca das

ligações entre os dois "Iluminismos", M. Jacob destaca que a sociedade civil moderna foi inventada durante a Ilustração nos novos "espaços de sociabilidade", dos quais a Maçonaria era a mais reconhecidamente constitucional e agressivamente cívica.

Todavia, Jacob refuta os historiadores que apenas enfatizam os elementos democráticos da sociabilidade maçônica, ignorando que as lojas espelhavam a velha ordem e, ao mesmo tempo, estavam criando uma forma de sociedade civil que em última instância a substituiria. Embora todos os Irmãos fossem tratados como iguais, isso não invalida o papel que as lojas maçônicas desempenharam como locais de reafirmação de hierarquias, baseadas não no nascimento, mas em uma ideologia do mérito. Era central para a identidade maçônica a crença de que o mérito, e não o nascimento, constituía o fundamento para a ordem social e política. Nas lojas maçônicas, dois mundos se encontravam: o Antigo Regime e o mundo moderno emergente.

Investigar a natureza dos elementos constitutivos dessa dualidade é tarefa fundamental para a compreensão da complexa Maçonaria. Assim, a harmonia entre "luzes" e "sombras" diferenciava a sociabilidade maçônica. No interior das lojas, protegidos pelos véus do segredo, os maçons arquitetavam uma forma social própria, baseada nos princípios da igualdade, da liberdade civil e da fraternidade.

A cruz e o esquadro: o conflito entre Maçonaria e Igreja Católica no Brasil

A partir de 1870, a sociedade brasileira conheceu profundas transformações. Esse período viu surgir uma elite intelectual que se propunha a "ilustrar" o país, a liberalizar de fato as instituições e que, portanto, acreditava no poder das idéias – da ciência – como o único mecanismo legítimo de transformação do país. Em síntese, buscava-se a colocação do país no "nível do século"[13].

Repensar a identidade nacional, para esta geração de intelectuais, era um "esforço de universalização" e de conseqüente

negação do passado marcado pela herança ibérica, pelo escravismo, pelo colonial, pelo singular. Todavia, para realizar a tarefa de liberalizar de fato as instituições do período, a "Ilustração brasileira" encontrou na Igreja Católica, baluarte do conservadorismo, importante obstáculo.

Realizando um certo recorte, pode-se dizer que os debates que marcaram o período da "Ilustração brasileira" revelaram dois grandes interlocutores: a Maçonaria, normalmente identificada com o pensamento liberal, e a Igreja Católica, fortalecida pelo processo de romanização e identificada com o pensamento conservador. A despeito dos cuidados que devem ser guardados para evitar-se uma identificação simplista, a radicalização dos debates se mostrou crucial para a construção de uma identificação entre Maçonaria e Ilustração, a partir da rejeição tenaz dos maçons ao discurso conservador ultramontano defendido pela Igreja Católica.

Assim, é a partir da crença na universalidade da natureza humana e no racionalismo, pressupostos fundamentais do movimento ilustrado, que o discurso maçônico se estrutura. Ao se definir como uma escola de formação moral da humanidade, ensinando as virtudes cardeais – a liberdade de pensamento e a independência da razão – , a Maçonaria assumia o compromisso das "Luzes" de combater as "Trevas", representadas pela ignorância, pela superstição e pela religião revelada[14].

Durante os últimos anos do século XIX, a Maçonaria brasileira constituiu-se na principal e na mais bem estruturada organização, no que dizia respeito à necessidade de instituir uma sociedade mais secularizada. Pressionada, sobretudo pelos confrontos com a Igreja Católica, ela se transformou em palco de debates entre as diversas concepções sobre o propósito de sua atividade na sociedade brasileira, evidenciando seus limites e as suas especificidades enquanto organização.

De modo particular, a estrutura organizacional da Maçonaria em nosso país, neste período, apresentou duas fases bastante distintas. Na primeira, de 1863 a 1883, o poder central da Ordem

estava dividido em dois grupos: o Grande Oriente do Brasil da rua dos Beneditinos (Saldanha Marinho era sua principal liderança) e o Grande Oriente do Brasil da rua do Lavradio (liderado pelo Visconde do Rio Branco). Essa divisão, iniciada em 1863, sofreu um pequeno intervalo entre maio e setembro de 1872, devido à formação do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Já a segunda fase, de 1883 a 1890, é marcada pela união oficial entre o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente dos Beneditinos, formando, novamente, o Grande Oriente do Brasil.

Apesar das cisões, nas últimas décadas do século XIX verificou-se inequivocamente uma grande expansão da sociabilidade maçônica por quase todo o território brasileiro. A Maçonaria chegou a possuir uma extensa rede de lojas instaladas nos mais diversos e distantes núcleos populacionais. Se, entre 1861-1865, funcionavam 180 lojas, este número cresceu para 244 no qüinqüênio 1886-1890[15].

A eclosão da Questão Religiosa, em 1872, contribuiu sobremaneira para mobilizar toda a organização maçônica, que desencadeou, através do Parlamento e da imprensa, uma verdadeira luta contra os adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, enfim, do liberalismo.

Essa crise, que envolveu o Estado, a Igreja e a Maçonaria, mereceu uma série de interpretações. A maioria delas marcadas por uma visão extremamente apaixonada e apologética, tomando ora a defesa da Maçonaria, ora a da Igreja[16].

Todavia, os estudos mais recentes procuram enfocar a crise sob dois aspectos. O primeiro aponta para a necessidade de entender a Questão Religiosa a partir das especificidades da realidade católica brasileira, atentando-se para o distanciamento entre o "catolicismo das consciências" e o "catolicismo institucional". O segundo, de forma complementar ao primeiro, insere-a no contexto de transformações ocorridas na Igreja Católica no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Seguindo uma tendência internacional, a Igreja Católica brasileira iniciou um processo de

reorganização interna conhecido como romanização do clero católico. A romanização significou o fortalecimento da Igreja como instituição, iniciando um movimento de caça aos chamados "erros modernos": o progresso, o racionalismo, o liberalismo, a liberdade religiosa[17].

Exercendo, de forma paralela, a Grão-Mestria do Grande Oriente do Lavradio e a presidência do Conselho de Ministros, a posição do Visconde do Rio Branco no encaminhamento da Questão Religiosa evidencia-se através dos debates parlamentares, notadamente com Cândido Mendes de Almeida, seu principal interlocutor e opositor. A argumentação do Visconde tinha, como ponto de partida, a reafirmação da especificidade da Maçonaria brasileira diante de suas congêneres européias. Se as lojas maçônicas européias interferiam excessivamente nos aspectos ligados à religião e à política dos Estados, as lojas brasileiras se ocupavam precipuamente do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem e de atos de beneficência[18].

Esta postura de Rio Branco, que procurava acentuar a especificidade da Maçonaria brasileira, muito pouco contribuía para o avanço das propostas defendidas pela "Ilustração brasileira", estruturada na separação entre Igreja e Estado, na liberdade de expressão e de pensamento. Para os maçons do Círculo do Lavradio, a Questão Religiosa se resumia no antagonismo entre a Maçonaria e Ultramontanismo, que interrompia a plena harmonia existente até aquela época entre as duas instituições.

Na realidade, ao se destacar o caráter apolítico e beneficente da Ordem Maçônica e a sua relação harmoniosa com o Estado e com a Igreja, procurava-se fortalecer as concepções regalistas que encontravam aprovação da maioria dos membros do Conselho de Estado e do Imperador.

O regalismo, que se estruturava a partir da noção de subordinação da Igreja ao Estado, entrava em choque com o pressuposto fundamental do pensamento liberal clássico, que era a liberdade de consciência. Para os liberais clássicos, a solução da crise só poderia ser alcançada pela separação entre Igreja e Estado.

Um dos principais expoentes do liberalismo clássico, no seio da comunidade maçônica foi Saldanha Marinho (1816-1895). Como jornalista do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Comércio*, publicou, sob o pseudônimo de "Ganganeli", vários artigos em que, dentre os temas principais, se destaca a defesa da separação entre a Igreja e o Estado e da liberdade de consciência.

A Maçonaria, escrevia Saldanha Marinho, não podia permanecer indiferente aos interesses que contribuiriam para o "bem estar geral da humanidade". Era seu programa disseminar a educação livre e racional, defender a secularização dos cemitérios, promover a instituição do casamento e do registro civil e a absoluta liberdade de culto. Tais reformas nada mais são do que "corolários da liberdade de consciência e da tolerância"[19].

Por sua vez, a partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica no Brasil, seguindo uma tendência internacional, iniciou um processo de reorganização interna, conhecido como romanização do clero católico.

O pontificado de Pio IX (1846-1878), consagrando a obra de seu antecessor Gregório XVI, potencializou ao máximo a luta entre o catolicismo e a sociedade moderna. A postura doutrinária da Santa Sé se consolidou através da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus Errorum*, que a acompanha (1864). Esses documentos condenaram o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a Maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, o liberalismo, o progresso e a civilização moderna. A incompatibilidade entre a Igreja e uma sociedade cada vez mais laicizada foi reforçada quando da aprovação, pelo Concílio do Vaticano (1870), do dogma da infalibilidade papal.

O embate entre Igreja e Maçonaria, nos anos 70 do século passado, é a expressão brasileira dessa grande luta travada pelo ultramontanismo contra as concepções liberais. Mas é preciso atentar para o fato de que as relações de confronto entre a Igreja e Maçonaria extrapolam a realidade nacional e remontam ao século XVIII.

A primeira condenação pontifícia da Maçonaria deveu-se a Clemente XII, na sua arta Apostólica *In Eminenti*, de setembro de 1738. O mesmo fez, alguns anos mais tarde, em 1751, Bento XIV com a constituição apostólica *Providas*. A partir de Clemente XII e Bento XIV, as condenações se sucederam ininterruptamente, tendo seu apogeu durante os papados de Pio IX e Leão XIII[20].

É importante assinalar que essa série de condenações diretas e sistemáticas contribuiu para reforçar no imaginário coletivo – em especial entre os católicos – uma visão da Maçonaria identificada com o perigo e com a subversão. Noção esta que se fortalece pelo fato de ser a Maçonaria uma sociedade secreta, pois, como nos ensina G. Simmel, para a estrutura das ações sociais recíprocas entre os homens, o secreto (o que se esconde) é sempre a expressão sociológica da maldade moral[21].

Quais foram, então, as bases da argumentação utilizada pela Igreja Católica na construção do mito da conspiração, identificado com a Maçonaria, e destinado a sustentar o seu projeto de redefinição interna e de luta contra as concepções liberais?

Para responder a esta questão, torna-se importante recorrer a Raoul Girardet e a suas interpretações sobre os sistemas mitológicos contemporâneos. Ele entende que o mito político exerce uma função explicativa que se desdobra em função mobilizadora, sobretudo nas conjunturas de crise – situações de vacuidade, de inquietação, de angústia ou de contestação. A mensagem a ser transmitida pelo mito político deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário. No que concerne ao mito da conspiração, uma questão a ser realçada é a que diz respeito ao caráter de organização. Assim, categorias como Segredo, Iniciação e Hierarquia revelam-se instrumentos necessários para o êxito de um grande empreendimento, que sempre será associado ao tema da subversão maléfica, da dominação. "O homem do complô desabrocha na fetidez obscura; confundido com os animais imundos, rasteja e se insinua; viscoso ou tentacular, espalha o veneno e a infecção..."[22].

Como aponta G. Simmel, o secreto produz, neste tipo de associação, um efeito isolador, individualizador. Este caráter isolacionista da sociedade secreta lhe confere certa autonomia, permitindo a representação do homem do complô como o homem da sombra, o não-conhecível, o estrangeiro, o inimigo[23].

Para a análise do Brasil conflituoso do final do século passado, a adoção deste enfoque, que enfatiza que o sistema mitológico possui uma dimensão mobilizadora, possibilita uma análise mais rica das nuanças do debate entre Maçonaria e Igreja Católica.

O primeiro ponto a ser levantado é a clara definição de que a Maçonaria, na sua origem, é uma inimiga em potencial da Igreja, visto que ela descende da Ordem dos Templários e atua sob a proteção do protestantismo. Logo, toda Maçonaria é inimiga e não há hipótese de especificidades nacionais. O pecado é original e mortal ao mesmo tempo.

Raoul Girardet defende que, ao mesmo tempo em que se desenvolve o processo de demonização do homem do complô, o anátema de que ele é objeto aparece cada vez mais como uma réplica ou como um eco dos velhos processos de feitiçaria. Com seus rituais clandestinos, seu cerimonial iniciático, suas hierarquias submetidas à mais rigorosa das disciplinas, a seita conspiradora aparece como aquela Contra-Igreja, consagrada ao exclusivo serviço do mal, que os antigos tratados de demologia denunciam[24].

O segundo ponto a ser destacado, que fica patente nesta narrativa mítica da conspiração, é o fato de que ela se constitui no principal instrumento do pensamento conservador na sua luta contra os princípios liberais.

> É porém a maçonaria quem se denuncia, mandando por seus membros, nos parlamentos, criação sua, introduzir na legislação princípios reformadores; mandando despertar no espírito do povo a idéia de revolta contra a autoridade legítima, persuadindo-o de que para serem livres, iguais e irmãos devem fazer desaparecer da Terra o princípio da autoridade que escraviza: na imprensa e até na tribuna sagrada, proclamando uma religião nova que baseiam só no amor de Deus, na prática do bem pelo bem, na

> tolerância absoluta religiosa, no casamento civil etc.(...) Todos estes princípios em parte já adotados pela sociedade a esforços da maçonaria aí estão perniciosamente atuando contra a sociedade e fazendo-lhe um mal imenso"[25].

Associando os maçons com os "ricos e pequenos burgueses sem religião", "homens entregues ao prazer", "ateus", "espíritos falsos", o discurso católico-conservador mobilizava os fiéis contra as forças secretas reunidas na "sinagoga do Satã".

> Os católicos sinceros, não deixaremos de lembrar, têm obrigação de reunirem-se para combater o inimigo que se levanta audaz, apesar de estar fora da lei, ameaçando esmagarnos. (...) Não se trata de interesses individuais, trata-se de salvar a sociedade, a nossa pátria e a nossa fé[26].

Como afirmou, em 1873, D. Macedo Costa, Bispo de Belém do Pará, em sua instrução pastoral dirigida aos católicos, a Maçonaria deveria ser condenada em três aspectos: sob o ponto de vista moral, por ser intrinsecamente má, em decorrência do seu caráter secreto; sob o ponto de vista religioso, por ser o anti-cristianismo organizado defensor da escola laica, do casamento civil e da secularização dos cemitérios; e, sob o ponto de vista social, por ser um poderoso instrumento de desorganização social, "escola preparatória" de revoluções[27].

Sem sombra de dúvida, a desqualificação da organização maçônica através do mito da conspiração política proporcionou uma certa homogeneidade ao discurso católico ultramontano. Para os católicos, os maçons são todos iguais, inimigos dos tronos e dos altares, não sendo possível a existência de especificidades nacionais. A Maçonaria é una e universal. A essa homogeneidade do discurso católico, o que se constatou foi a existência de um discurso maçônico dividido em duas vertentes, com variações na aproximação com as idéias ilustradas. Se Saldanha Marinho representava uma vertente do discurso maçônico mais próxima do liberalismo clássico, ao assumir a necessidade da separação Igreja e Estado, Rio Branco representava aquela vertente que, sem aban-

donar as idéias liberais, estava fortemente identificada com o regalismo. Assim, a identificação dos maçons brasileiros com a elite ilustrada do final do século XIX não deve ser percebida de forma unívoca. Todavia, cabe ressaltar que a eclosão da Questão Religiosa e a radicalização dos debates entre Igreja e Maçonaria tiveram um papel essencial, pois sustentaram, mesmo que em negativo, a identificação entre Maçonaria e Ilustração.

Notas

[1] RÉMOND, R. "Uma história presente". In (org.). *Por uma história política.* pp. 441-450.

[2] GOMES, Angela de Castro. "Política: história, ciência, cultura etc". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, 1996, pp. 59-84.

[3] AGULHON, M. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence.* Paris, In FAYARD, 1984.

[4] SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In RÉMOND, R. *op. cit.* , p. 231-269.

[5] *Idem*. p. 253.

[6] Entre os estudos acadêmicos que tratam da Maçonaria, podemos destacar: BANDECCHI, Brasil. *A Maçonaria, a bucha e o espírito liberal.* 3ª ed. São Paulo, Parma, 1982; BARRETO, Célia de Barros. "A Ação das Sociedades Secretas". In: HOLANDA, S. B. (org.). *História geral da civilização brasileira.* 6ª ed. São Paulo, Difel, 1985; VIEIRA, David G. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa*. Brasília, Ed.UnB, 1980. Encontramos também algumas referências nas obras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa e José Honório Rodrigues. Mais recentemente temos a importante contribuição de AZEVEDO, Célia M. M. "Maçonaria: história e historiografia". In *Revista USP*, n. 32, dez-jan-fev 1996-97.

[7] YATES, F. A . *O iluminismo rosa-cruz.* São Paulo, Cultrix-Pensamento, 1983, p.266.

[8] FALCON, F. J. C. *A época pombalina.* São Paulo, Ática, 1982, p. 110.

[9] AGULHON, M. *op.cit.*, pp.165-211.

[10] KOSELLECK, R. *Le règne de la critique.* Paris, Minuit, 1979, p. 57.

[11] KOSELLECK, R. *op.cit.*, p. 81.

[12] JACOB, M. *Living the Enlightenment.* New York, Oxford, 1991.

[13] BARROS, Roque S. M. *A Ilustração brasileira e a idéia de Universidade.* São Paulo, Convívio/EDUSP, 1986, p. 13.

[14] STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão.* São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

[15] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1992.

[16] Ver entre outros: PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil.* Recife: Massangana, 1982; FAGUNDES, Morivalde C. *A Maçonaria e as forças secretas da revolução.* Rio de Janeiro, Aurora, s/d; VILLAÇA, A. Carlos. *História da Questão Religiosa no Brasil.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974.

[17] Ver: MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira.* Rio de Janeiro, B.Brasil, 1988; FRAGOSO, Hugo. "A Igreja na formação do Estado liberal". In BEOZZO, J. Oscar (org.). *História da Igreja no Brasil.* Petrópolis, Paulinas-Vozes, 1985. t.II, vol.2; BARROS, Roque S. M. "A Questão Religiosa". In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo, Difel, 1985. t. II,vol.4; VIEIRA, David G. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.* Brasília, Ed.UnB, 1980.

[18] Ver: *Defesa da Maçonaria no Parlamento Brasileiro pelos Srs. Visconde do Rio Branco e Alencar Araripe.* Ouro Preto, Typ. do Echo de Minas, 1873.

[19] Ver: *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil.* Rio de Janeiro, vol. 2, nos 4-6, p. 251, abr-jun/1873.

[20] BENIMELI, José A. F. *A Maçonaria e a Igreja Católica.* São Paulo, Paulinas, 1983, p. 26.

[21] SIMMEL, G. "El secreto y la sociedad secreta". In: *Sociologia.* Madrid, Alianza Editorial, 1986, p. 379.

[22] GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.17.

[23] SIMMEL, G. *op.cit.*, p. 397.

[24] GIRARDET, R. *op.cit.*, pp. 47-8.

[25] Ver: *O Apóstolo.* Rio de Janeiro, 28/04/1872, p. 2.

[26] Ver: *O Apóstolo.* Rio de Janeiro, 28/05/1872, p.1.

[27] COSTA, Antônio Macedo. *A Maçonaria em oposição à moral, à Igreja e ao Estado.* Recife, Typ. Universal, 1873.

IX

CIDADANIA: O PÚBLICO E O PRIVADO



Os parâmetros curriculares nacionais e os novos desafios da escola

José Carlos Barreiro
Universidade Estadual Pulista/*Campus* de Assis

Gostaria de encaminhar o levantamento dos problemas em relação aos Parâmetros Curriculares apontando inicialmente para uma questão geral, que se refere não somente ao ensino de história, mas à escola de uma forma mais ampla.

Apesar do caráter heterogêneo que caracteriza nossa sociedade, creio que podemos dizer que ela se articula, no plano internacional, a um mundo que disponibiliza cada vez mais, e de forma ágil, uma grande quantidade de informações.

Essa constatação implica que qualquer discussão ou proposta que se venha a fazer em relação à escola deve levar em consideração a avaliação sobre o quanto a escola brasileira contemporânea está ou não se articulando a essa realidade.

As evidências empíricas que estão ao alcance de pais, professores e alunos são as de que, em maior ou menor grau, nesta ou naquela região, a escola está caminhando a reboque da sociedade, no que respeita ao que a sociedade disponibiliza cotidianamente, em termos de informações, conhecimentos e experiências possíveis.

Isso talvez explique por que um dos maiores dilemas do professor hoje em dia seja o de manter a "disciplina" em sala de aula. Como a escola deixou de ser o lugar do desafio e do viver a dialética da dor e do prazer na produção do conhecimento, o professor

é obrigado a trabalhar, impondo aos alunos a ditadura da ordem, do silêncio e da disciplina. A tarefa de ensinar acaba implicando, paradoxalmente, a destruição mesma da liberdade, condição primeira de sua possibilidade de realização.

Em relação ao ensino de história, é preciso discutí-lo também à luz das novas condições da sociedade contemporânea. Não é suficiente para resolver esta questão o capítulo relativo às orientações didáticas, desenvolvido nos Parâmetros Curriculares. Por mais historiográfica e didaticamente bem informado que esteja, ele não dá conta de discutir o que é ensinar história em uma sociedade em que, do ponto de vista da densidade e velocidade de informações, do ponto do vista dos desafios e experiências possíveis, da multiplicidade e complexidade de linguagem, não é mais a de dez anos atrás. Acho que a elaboração de um documento como os Parâmetros Curriculares poderia ter dado ensejo a uma grande discussão envolvendo mais amplamente os professores e a comunidade, para refletirem sob que aspectos o ensino de história teria de se renovar para continuar fazendo sentido às novas gerações e ao mundo moderno.

Num segundo nível, gostaria de refletir sobre a opção política do Ministério da Educação em excluir os professores dos processos de discussão e decisão em relação às matérias subordinadas à questão da promoção da melhoria do ensino. Isso é visível não só em relação à elaboração dos Parâmetros Curriculares, cujo conteúdo não foi submetido a uma discussão mais ampla, como também à definição do critério de escolha e classificação dos livros didáticos.

Essas posições supõem, mais do que uma mera desconfiança no discernimento e na capacidade do professor, que ele tenha critério e opinião em relação às coisas que dizem respeito à sua profissão. Os Parâmetros Curriculares são mais do que uma referência geral e básica para o ensino fundamental, e acabam por se constituir na definição de uma opção metodológica que vincula o professor a uma espécie de tutela. Uma tutela necessária, de acordo com os pressupostos do MEC, porque sua política se sus-

tenta na premissa de que os professores não têm autonomia intelectual para elaborar o diagnóstico de uma realidade e propor o desenvolvimento de um conhecimento específico que atenda às expectativas e às necessidades dessa realidade.

Acho que as deficiências do professor são uma realidade que não se pode ignorar. É dela, aliada a tantos outros fatores perversos, decorrentes da falta de investimentos, política de avaliação e de gerenciamento na educação, que decorre a atual taxa média de 30% de repetência e de um índice de evasão segundo o qual para cada cem alunos apenas sessenta concluem o Primeiro Grau.

Em todo o caso, se nós tivermos que lidar com essa deficiência, o melhor caminho não é certamente definir para o mestre as diretrizes teóricas e conteudísticas de seu trabalho, através de um documento como os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mesmo que a intenção fosse implantar, de cima para baixo, uma metodologia única de ensino, isso não se viabilizaria com a edição de um documento como esse, que traz em seu bojo um certo estreitamento de possibilidade de escolhas, porque o que está em pauta é a formação de profissionais capazes de desenvolver um trabalho competente na escola.

E é preciso que haja propostas nessa direção. Em relação aos professores que já estão no mercado de trabalho, o caminho mais sensato é o da definição de uma política nacional, voltada para um trabalho de completar a formação do professor naquilo que é fundamental, para que ele se transforme num profissional autônomo, capaz de definir livremente seu conteúdo e suas estratégias de ensino.

Em relação aos futuros professores, o problema a ser discutido é o tipo de trabalho que as universidades estão desenvolvendo com vistas à formação do professor. Neste particular, não se pode ignorar a realidade da existência das faculdades particulares. Surgidas no interior de um contexto específico, a maioria funciona sem condição de formar qualquer tipo de profissional. Nesse sentido, é fundamental ampliarmos nossa participação nas comissões

que analisam a solicitação da implantação de novos cursos, e sermos extremamente rigorosos em nossas decisões.

Quanto às universidades públicas, gostaria de retomar uma questão já anteriormente colocada pelo professor Marcos Silva. Trata-se da questão de como o professor universitário de história tem até agora entendido a sua tarefa de formar professores para o ensino de Primeiro e Segundo graus. Pelo menos dois problemas podem ser destacados: o primeiro, é o de que tem prevalecido visão de que aos professores das chamadas disciplinas específicas cabe ensinar conteúdo e aos professores das disciplinas pedagógicas, cabe cuidar da licenciatura e de todos os aspectos vinculados à formação do professor. Essa dissociação entre o ensino e a pesquisa empobrece a formação do professor para o ensino de Primeiro e Segundo graus. O segundo aspecto refere-se ao fato de que o professor universitário não só não se sente prestigiado, mas é até discriminado quando tem seu trabalho preponderantemente voltado para as questões de ensino. O prestígio de um professor universitário decorre fundamentalmente da elaboração de teses, publicação de livros, artigos e participação em congressos internacionais. As avaliações de sua carreira para a manutenção de seu emprego, são também fundamentalmente realizadas a partir desses itens.

Para concluir, eu diria que quando a Universidade assumir inteiramente a sua destinação histórica, que é também a de formar professores, haverá menos espaço para políticas educacionais de conteúdos impositivos, como as que atualmente presenciamos, não só em relação Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também ao Guia de Livros Didáticos e à política de avaliação das universidades.

Parâmetros para quem? Sobre outras histórias

Marcos Antonio da Silva
USP

O mundo neoliberal parece tão perfeito! Sempre existe alguém nas altas esferas do supralunar aristotélico[1] que possui respostas seguras para tudo. Tensões, propostas alternativas e movimentos sociais se assemelham, nessa perspectiva, a resquícios pré-jurássicos e o próprio fim da história[2] é anunciado com alegria por Fukuyama: conflitos significativos e riscos de mudanças profundas nunca mais...

O presidente Cardoso e seus ministros, inclusive o da Educação, sempre exibem aquela confiança de primeiro da classe – no nível de pós-pós-doutorado, é claro –, que tudo leu e de tudo sabe, tratando os mortais comuns (os outros, e ainda mais quando de oposição) com superior desdém. Assessores de diferentes áreas do saber assumem a tarefa de endossar com sua erudição o que já foi pré-resolvido naquelas cultas altas esferas ou ainda além delas – no Banco Mundial, digamos[3].

Em meio a essa santa felicidade, como incorrigíveis anjos tortos, surgem alguns desmancha-prazeres, que assumem por função cotidiana lembrar – o que pode incluir reconhecer a existência de dúvidas, dificuldades, antigos anúncios de fim do mundo que não se cumpriram etc. Que fazer com esses desmancha-prazeres, especialmente quando eles são nós?

Uma pausa teatral: o grande escritor russo Anton Tchecov escreveu um curto monólogo, *Os malefícios do tabaco*[4], que contém a esclarecedora fala do personagem Ivan Ivanovitch Nihoukhine: "A mim, é absolutamente indiferente". A frase se refere às tarefas que ele desempenhava a mando de sua mulher, desde cuidar da despensa doméstica até lecionar múltiplas disciplinas na escola de música de propriedade daquela e pronunciar múltiplas conferências sobre os mais diversos tópicos, inclusive "os malefícios do tabaco", assunto que o personagem confessa ignorar por completo, exceto pela via prática, pois é "fumador inveterado". O problema central da peça é exatamente negar essa alardeada indiferença, expondo o extremo sofrimento de Nihoukhine com seu desesperador cotidiano, que ele preferiria substituído pelo convívio entre um espantalho e os pássaros do campo.

Pode parecer que um documento como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Área de História[5] (doravante, designados como PCN/H), em uma de suas versões – agosto de 1996 –, não mereça a atenção de um debate acadêmico. Afinal, entre nossas eruditas aulas, teses, conferências e outras atividades dignas da academia contemporânea, para que mexer com o ensino de primeira a quarta série, sequer ministrado por especialistas da área? Talvez fosse mais confortável agir como Nihoukhine, dizendo: "A mim é absolutamente indiferente"! Mas a frase dele é tão sofrida e auto-negadora... Alguns decretarão peremptoriamente: deixemos isso para as faculdades de educação! Setores dessas faculdades acrescentarão: ensino é negócio nosso... Burocratas do Ministério da Educação e das secretarias estaduais e municipais congêneres indagarão: nós quem, caras-pálidas? E o assunto ficará a cargo desses personagens até que o enfado histórico volte a reclamar do baixo nível dos calouros na graduação de sua área específica e dos vestibulandos em geral.

O presente texto é feito com a intenção de contribuir para estragar aquele mundo aparentemente tão perfeito, salientando a responsabilidade de certos profissionais de história na definição

de algumas desastrosas políticas educacionais ora em implantação. O núcleo dos comentários aqui desenvolvidos se dirige aos PCN/H mas abrange também outros múltiplos estilos de debater ensino de história e educação *tout court*, contra qualquer monopólio nessa área.

Comecemos pelo começo: era uma vez o ensino de história no Brasil e seu início, nos PCN/H, deriva rigorosamente do império cronológico. É por isso que o tópico "Caracterização da História" se abre com singelas notícias sobre a Constituição de 1824, deixando clara, em estado prático, uma compreensão da relação passado/presente: via de mão única, que vem do cronologicamente mais distante para o atual, criando quadros para existência do tema. No caso, o cronologicamente mais afastado é a Independência, ato inaugural do estado nacional e de seus horizontes de ensino.

Junto com isso, cabe realçar o entendimento da história naquele começo como conhecimento derivado do estado e da escrita, dando início a uma perspectiva exclusivista de evocar um padrão culto e oficial da história como única referência de debate. Nesse sentido, a reiterada comparação desse ensino culto e oficial de história – tornado único – a religião e catecismos negligencia articulações entre aquela área e as letras, via instauração de uma língua nacional oficial e seu padrão culto. Ao mesmo tempo, tradições orais, multiplicidade de histórias e a força social das memórias extra-oficiais são ignoradas. Há um curioso panorama do Brasil imperial, naquele documento, no qual a história é apenas emanação da hegemonia, sendo escravos e homens livres pobres entendidos com um vasto nada - afinal, não participaram da Constituinte do Primeiro Império nem estudaram ou lecionaram no Colégio Pedro II e adjacências.

E no entanto é preciso lembrar o universo plurilingüístico da sociedade brasileira (grupos indígenas, grupos afro-brasileiros, contingentes de imigrantes) como exemplo muito claro de uma sociedade que não se restringia ao Paço Imperial. Paralelamente, memórias, histórias e identidades ultrapassavam de longe os

limites situados "entre a história sagrada" (católica) "e profana" (européia). Havia quem não se restringia a "repetir as lições dos livros" porque sequer tinha acesso a eles, o que não significa estar à margem de saber e de pensar – inclusive em termos de outras histórias[6].

Nesse sentido, os PCN/H opõem-se frontalmente à possibilidade de qualquer etno-história como saber produzido a partir de diferentes maneiras de ser culto, tornando exclusiva a cultura escolar e livresca. Isso significa transformar grupos populares em matérias-primas, sobre as quais pode-se falar abundantemente, desde que neles não se reconheçam vozes cultas. Caberia, em oposição a essa postura dos PCN/H, evocar os debates de Lévi-Strauss: os selvagens pensam (elaboram, armazenam e transformam conhecimentos) de modo diferente dos ocidentais[7], análise que rejeita a categoria do pré-lógico, cara a Lévy-Brühl[8] e a toda uma antropologia que situava os grupos tribais num estágio anterior ao do pensamento. Em contrapartida, os PCN/H ainda operam com a noção de pré-conhecimento quando se trata de falar em história, tratando hierarquicamente – inclusive através do silêncio – os não-especialistas, caso dos professores de primeira a quarta séries do primeiro grau, além, é evidente, da clientela escolar.

O império do cronológico, nos PCN/H, desdobra-se em ocultação do narrador (existem nomes próprios na capa do texto, ambigüamente misturados no subtítulo "Conhecimentos Históricos e Geográficos", que parece saudoso dos estudos sociais da ditadura militar), cujo efeito imediato é a eclosão de uma voz autoritária, sem interlocutores alternativos. A prática de não fazer indicações bibliográficas ao longo do texto reforça esse autoritarismo de locução, como se tudo proviesse de uma voz e a ela retornasse, alheio a debates e diferenças, re-instaurando o monopólio da voz analítica do ensino de história no país.

A continuação do começo (o império), nos PCN/H, se desdobra em marcos periodizantes "clássicos": abolição e república, anos 20 e 30 do século XX, pós-guerra, desenvolvimentismo, regime militar, os recentes anos 80 e 90. O caráter sucinto dos argu-

mentos contribuiu para que não se falasse em implantação da obrigatoriedade de ensinar história do Brasil, geografia do Brasil e língua portuguesa como faces da hegemonia[9] e no argumento da racionalização servindo de base para a desqualificação de trabalhadores do ensino[10]. O vazio social legitimando o monopólio da fala sobre história foi mantido também para esses outros períodos, significando calar as historicidades de imigrantes diversos, migrantes internos, etnias, classes sociais e grupos de opinião. No comentário sobre os estudos sociais, por sua vez, fala-se nas "marcas de ufanismo nacionalista" como efeito do regime "comandado pela aliança entre os setores mais conservadores e militares", sem especificar que profissionais de história escreveram guias curriculares nos quais cidade e indústria (quer dizer: o presente ideal da ditadura como símbolos da modernidade autoritária – veja-se a frase "mande sua poluição para cá") apareciam como *destino*[11], justificando o regime a partir de argumentos de um saber histórico que também se queria culto e oficial. Pode-se perceber, apesar dos PCN/H, que profissionais da história como saber erudito e letrado faziam parte daqueles "setores mais conservadores", evidenciando a multiciplicidade daquele saber.

O ensino de história durante a ditadura militar, na perspectiva do referido documento, foi caracterizado, por "afastamento entre as universidades e as escolas de primeiro e segundo graus", comentário que negligencia completamente a autoria de Guias Curriculares e seus Subsídios: os nomes ali arrolados são de professores universitários, autores de livros didáticos e estudos eruditos, tendência que se manteve posteriormente entre docentes universitários e escritores de livros acadêmicos que, desde então, assessoram ou estabelecem convênios, indiferentemente, com as gestões de Luiza Erundina ou Paulo Maluf, por exemplo, para restringir as referências ao universo paulistano.

No final desse breve histórico do ensino de história, os PCN/H salientam como essa área de conhecimento tem sido "permeada (...) pelos embates estabelecidos entre os intelectuais e políticos",

como se essas duas palavras designassem categorias excludentes, concluindo com a genérica consideração: "De uma forma ou de outra, o ensino de história tem como intenção legitimar uma identidade nacional, organizando o passado para explicar o presente e delinear propostas para o futuro da nação e do povo brasileiro".

Trata-se de afirmação que requer mínima demonstração, o que não se vê no documento. Raciocinar a partir de uma expressão como "de uma forma ou de outra" é lançar o pensamento para um nível impositivo tal que ele se reduz a uma homogeneidade absoluta, como se não fossem possíveis outras maneiras de expressão, exceto nação e povo. Se pensarmos em docentes anarquistas e trotskistas, por exemplo, como fica o referencial "nação"? Ao mesmo tempo, aqueles tópicos se fazem presentes nos próprios PCN/H, evidenciando uma auto-legitimação que se estabelece através daquela homogeneização.

Quando os PCN/H procuram apresentar sua área de saber no tópico "O Conhecimento Histórico: características e importância social", admitem a existência, junto com as "histórias escritas", de "memória coletiva espontânea das sociedades camponesas, coletoras e indígenas e, também, das sociedades industriais e urbanas", caracterizada como objeto de um processo de "mutilação". Vale ressaltar o adjetivo "espontânea": o documento, através dele, reafirma o caráter inculto daquela(s) memória(s), reforçando o viés hierárquico que marca seu contato com os universos populares.

Essa hierarquia cresce ainda mais quando se afirma que "na maioria das vezes, as 'histórias escritas' tendem a ser mais explicativas, mais abrangentes, mais globalizantes ou mais verdadeiras do que as anteriores". Trata-se de idealização ingênua, alheia à problematização dessas histórias, para a qual seria conveniente levar em conta a questão foucauldiana dos regimes de verdade[12]. É por isso que os PCN/H conseguem, tautologicamente, afirmar que "o oprimido não existe sem o opressor", deixando de enfatizar a via contrária (opressores existem sem oprimidos?) e diluindo a questão sob o signo de "ambos *(sic)* são projetados pela história

e são também seus construtores", versão despolitizante da abertura de *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*[13].

O debate sobre tempo histórico realça as categorias braudelianas de tempo breve, média duração e longa duração. Os PCN/H tratam essas categorias esquematicamente, como parcelas, concluindo com uma defesa da pluralidade de recortes analíticos e criticando o tempo linear. Isso pode parecer surpreendente diante daquela "Caracterização da História" que começa em 1824 (Constituição Outorgada do Império) e termina nos anos 90 do atual século (era dos Fernandos). A surpresa não se sustenta na medida em que a prática textual da linearidade suplanta a retórica autolegitimadora do documento. Daí os PCN/H revelarem uma face argumentativa preferencial: o apelo a grifes (Braudel e, depois, Thompson) e temas (tempo anti-linear, pluralidade de abordagens) prestigiosos, mesmo quando a experiência efetiva do documento trata de negá-los.

Essa discussão dos PCN/H efetivamente reafirma hierarquias entre conhecimento histórico (culto, acadêmico) e ensino de história, como se observa, dentre outras, na frase "As reflexões ao nível do conhecimento histórico têm repercutido no ensino de História"[14]. Como se vê nessa frase, para os PCN/H ensino de história não é conhecimento histórico nem reflete sobre ele, apenas é seu reflexo, sofrendo mecanicamente seus efeitos. Trata-se de visão excludente e linear, desrespeitando professores como pensadores. No universo de políticas educacionais que desvalorizam salários e priorizam aparatos técnicos – tv, vídeo, computadores etc –, tal desrespeito é sintomático para caracterizar aquele documento como instrumento ideológico e de opressão política e intelectual.

Embora falem em multiplicidade de recortes e anti-linearidade, os PCN/H, discutindo fatos históricos e sujeitos da história, estabelecem absoluta homogeneização de experiências através da oposição entre "tradicional" e "atual". Por tradicional, o documento entende tudo que é ultrapassado, envelhecido, conserva-

dor: "eventos políticos, festas cívicas, (...) ações de heróis nacionais, (...) grandes personagens, (...) ações individuais ou de cunho heróico, (...) tempo cronológico, calendários e datas (...) uniforme, regular ou sucessivo". Já o atual abrange "todos os acontecimentos sociais, (...) operários, (...) mini-saias, (...) todo agente de transformação social, (...) ação dos sujeitos históricos ao produzirem fatos em determinado tempo". Observa-se nessa posição entre tradicional e atual que os PCN/H desconhecem tradições de ruptura – a leitura de Thompson ajudaria a pensar sobre isso[15] – e ignoram dimensões conservadoras no atual, revelando-se adeptos de um presentismo a-crítico.

A oposição entre atual e tradicional tem por contrapartida a distinção do "tempo da fábrica" ("medição matemática") em relação ao "tempo da natureza" ("muito próximo aos ciclos naturais"). Aparentemente, essa divisão se inspira nos debates de Thompson sobre tempo. Como se observou em relação a Marx, todavia, trata-se de leitura despolitizante, perdendo de vista o quanto tais tempos são construções sociais reveladoras de relações de poder. Percebe-se como tais tempos são apreendidos enquanto dados, deixando-se de explorar sua elaboração e possível transformação. Os PCN/H, nesse sentido, deixam de pensar sobre o tempo como dimensão de experiência social, optando pelo tratamento do tema na condição de categoria classificatória.

Essas indicações dos PCN/H assumem caráter normativo ("Sendo assim, o ensino de história deve:"[16], tratando o professor como menor, no sentido kantiano[17], subordinando-o na medida em que, em vez de manter um diálogo com ele, oferece-lhe um guia. Ao mesmo tempo, o documento sublinha como resultado ideal do Ensino de história "diálogos e concordâncias para a construção do discurso histórico" [18], ignorando a discordância crítica, como se coubesse ao ensino fomentar o retorno da história única.

Essas posturas dos PCN/H, através de práticas altamente despolitizantes do debate sobre ensino de história, não podem ser confundidas com *atitude despolitizada*. O que se observa, pelo

contrário, é um caráter *alarmantemente politizado* do documento enquanto centralização do pensamento que anula qualquer debate, questão presente no conjunto de PCNs para diferentes disciplinas e nos temas transversais (saúde, ética, meio ambiente, convívio social) que pretendem substituir os movimentos sociais e o próprio arbítrio de professores e população, num elogio à docilidade dos cidadãos – a preferência de Cardoso por jacarés, porque mais dóceis que seres humanos, durante manifestações sociais contra seu governo em 1997, vai na mesma direção, evocando a opção de Figueiredo, nos ditatoriais anos 80, pelo cheiro de cavalo em relação ao de povo.

Nesses termos, os PCN/H são exemplo privilegiado da política e da cultura entendidas como administração de massas tornadas indiferentes, dispensando a população de qualquer interferência na gestão de seu mundo. No perfeito universo neo-liberal, há intenso investimento na transformação de *cidadãos* (seres dotados de vontade de potência) em *consumidores* (indivíduos carentes de coisas e possuidores de poder de compra - a exclusão se reafirma também nesse nível) e os PCN/H, lidando com historicidades e saberes, contribuem para tal projeto.

A etno-lingüista Maria Suely de Aguiar recolheu uma bela definição no grupo Shawãdáwa, antigamente designado como Arara-Pano, no Acre. Para eles, o branco é como vassoura que, por onde passa, varre tudo e, ao mesmo tempo, se destrói, perdendo as próprias cerdas.

Diante dos PCN/H e levando em conta experiências e saberes de professores e alunos, considero urgente, como professor de história, não ser um branco dos Shawãdáwa. Para tanto, entendo necessário encarar o ensino de história como aprendizagem conjunta, consciência de uma cultura histórica (a que os seres humanos possuem enquanto portadores e agentes de etnias, gêneros, projetos políticos, construções estéticas e outras faces de identidade) e consciência de outras culturas, inclusive a da história

culta e acadêmica. Isto só é possível longe da pretensa perfeição do mundo neo-liberal, que os PCN/H tanto reforçam.

Pós-escrito - O presente ensaio foi escrito como texto-base para a Mesa-Redonda "Sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais - Área de história", apresentada no Simpósio Nacional da ANPUH (UFMG, Belo Horizonte, MG, julho de 1997). Ele foi elaborado tendo por referência a segunda versão até então conhecida do referido documento.

Em setembro do mesmo ano, quando este material era preparado para publicação, tomei conhecimento de uma versão final daqueles "Parâmetros". Ela não apresenta modificações de fundo em relação ao material anterior que justifiquem refazer este texto. Cabe registrar apenas certa "limpeza" na escrita do documento, tornado menos rebarbativo e possível fruto de *copy-desk*, além de pequenos acréscimos na bibliografia final, que continua excludente e auto-centrada, e maior minúcia no que se refere aos descritores que podem ser usados nas avaliações e controles governamentais sobre a prática do professor - longa duração, tempo da fábrica etc..

O documento se adensou, portanto, apenas em suas funções burocráticas e disciplinadoras, facilitando as "avaliações" docentes anunciadas, com fins claramente desqualificadores do professorado. Há quem goste disso.

Notas

[1] ARISTÓTELES. *Traité du Ciel.* Tradução de J. Tricot. Paris, J. Vrin, 1949. Ver também, retomando o tema: VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Tradução de Antonio José da Silva Moreira. Lisboa, Edições 70, 1987 (Lugar da História-20).

[2] FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o ultimo homem.* Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

[3] *Cadernos de Pesquisa* São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 100, mar. 1997. (Globalização e Políticas Educacionais na América Latina).

[4] TCHECOV, Anton. "Os malefícios do tabaco". Tradução de Luiz Francisco Rebello, In *Seis peças em um acto.* Lisboa, Minotauro, 1965, pp. 107-115.

[5] Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

[6] Os trechos entre aspas foram extraídos dos PCN/H.

[7] LÉVI-STRAUSS, Claude. "A ciência do concreto". In *O Pensamento Selvagem.* Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo, Nacional, 1976, pp. 19-55.

[8] LÉVY-BRHÜL, Lucien. *Les Fonctions Mentales dans les Societés Inférieurs.* Paris, Presses Universitaires de France, 1951. Antes de Lévi-Strauss, Mário de Andrade, comentando a dança dos congos e o caráter sagrados dos reis em culturas africanas, sugeriu o para-lógico para criticar aquela categoria de Lévy-Brhül: ANDRADE, Mário. *Danças Dramáticas no Brasil.* Belo Horizonte, Itatiaia/INL, 1982, 3 volumes(Obras Completas de Mário de Andrade - 18).

[9] MATE, Cecília Hanna. *Dimensões da educação paulista nos anos 20.* Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação, São Paulo, PUC/SP, 1991, digitado.

[10] SILVA, Marcos A. da e ANTONACCI, Maria Antonieta M. "Vivências da Contramão - Produção de Saber Histórico e Processo de Trabalho na Escola de 1º e 2º Graus". In *Revista Brasileira de História* (História em Quadro-Negro). São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 19, set. 1989/fev 1990, pp. 09-29.

[11] SILVA, Marcos A. da. "O Direito ao Prazer". In SILVA, Zélia Lopes da. *Cultura histórica em debate.* São Paulo, EdUNESP, 1994, pp. 119-126.

[12] FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber.* Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1985 (*História da Sexualidade* - I).

[13] MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte.* Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

[14] PCN/H, p. 10.

[15] THOMPSON, Edward.*The making of the English working class*. Middlesex, Penguin Books, 1984. Existe edição brasileira pela Paz e Terra.

[16] PCN/H, p. 15.

[17] "Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?". Tradução de Floriano S. Fernandes. In *Textos seletos.* Petrópolis, Vozes, 1974, pp. 100-117.

[18] PCN/H, p. 18.

O público e o privado sem limites na colônia brasileira

Sheila de Castro Faria
Universidade Federal Fluminense

Em trabalho anterior[1], analisei as habitações dos homens coloniais tendo como base documental inventários *post-mortem* do século XVIII, em áreas do sudeste, especialmente a dos Campos dos Goitacases (que se mantém hoje, com o mesmo nome, ao norte do estado do Rio de Janeiro). Uma denominação que me chamou a atenção foi a referência à habitação – sempre no plural. Denominavam as casas de "casas de vivenda ou de morada". Concluí que o produzir, o dormir, o comer, tudo acontecia ao redor ou bastante próximo das casas de morada, o que fazia com que a indicação fosse sempre no plural.

Lugar de viver e de produzir, as "*casas de vivenda ou de morada*", no período colonial brasileiro, eram também lugar de articulações políticas, administrativas e sociais. Era em suas casas que os tabeliães recebiam as informações sobre a morte dos habitantes e iniciavam os inventários. Os cirurgiões licenciados atendiam nas casas dos enfermos, ou em suas próprias, e era nelas que vizinhos e parentes os chamavam para socorrer doentes. Os boticários preparavam remédios em suas casas de morada. O aprendizado do ofício, qualquer que fosse, era realizado em casas dos "mestres", onde tinham sua banca de sapateiro, as ferramentas de "carapina", os instrumentos de marcenaria, de alfaiataria etc.

Negociantes estabeleciam o lugar comercial em suas casas, alugadas ou não. Não havia separação entre o lugar de dormir e o de trabalhar. A redação dos testamentos, o encomendar dos mortos e os velórios eram sempre feitos nas moradias. Noivos casavam em capelas ou oratórios particulares. De dentro de suas casas os grandes senhores acompanhavam todo o funcionamento de sua produção. Em suma, quase todas as ocupações do dia-a-dia realizavam-se nas casas, sobrando pouco espaço para os encontros nos locais "públicos".

Todos sabiam muito de todos, já que freqüentar casas era o mesmo que freqüentar lugares hoje absolutamente especializados. Sabiam quem tinha falecido, quem tinha vendido (o que e para quem) e sabiam mais uma infinidade de pequenos detalhes da vida dos outros, o que transparece nos documentos.

Quer me parecer que os debates historiográficos acerca da temática "vida privada", em especial no Brasil colonial (e é só do Brasil que trato), encontram-se resumidos, de maneira um tanto simplista, na questão sobre o que vem a ser "privado". O que é privado? No *Dicionário etimológico*, de Antônio Geraldo da Cunha, não há o adjetivo "privado" - já "privacidade" é palavra registrada só no século XX[2]. Segundo Aurélio Buarque de Holanda, o termo é explicado pela negação: "o que não é público", seguido de "particular"[3], o que não deixa de ser bastante sugestivo.

É, portanto, um termo recente. O assunto e o interesse por ele também são recentes. Privacidade, pelo Aurélio, significa "vida privada, vida íntima, intimidade", o que também é interessante. A palavra "intimidade" foi registrada pela primeira vez no início do XIX[4]. Temos, então, um fenômeno relativamente recente, alguma coisa que, com o passar do tempo, recebeu uma designação precisa, que todos sabemos do que se trata. Vida privada, particular, íntima, são aspectos claramente de nossa época.

Acho que a questão principal para os historiadores, agora, é saber se existiu, em épocas anteriores, no Brasil, alguma coisa

próxima ao que pensamos hoje como "privado" e como se manifestava. Talvez residam aí certas imprecisões.

No livro há pouco lançado *História da Vida Privada no Brasil*[5], Fernando Novaes esclarece que a noção de "privado" está profundamente vinculada ao que se estava indicando também como "público". O "público", segundo o autor, foi delimitado com a constituição dos Estados Nacionais Modernos, definindo, paulatinamente, o espaço do privado, por oposição.

Aurélio B. de Holanda, portanto, está historicamente correto ao relacionar privado com "o que não é público".

E o que é público? A palavra existe desde o século XIII, designando o que é "relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade"[6]; pelo Aurélio, tem o mesmo significado, além de outros, sendo que o que mais interessa no momento é o de "o que é do uso de todos; comum"[7]. Se "público" pode estar ligado à formação dos Estados Modernos, também é verdade que o sentido de pertencer alguma coisa ao povo, à coletividade, existiu anteriormente a esta formação. Portanto, há também o fato de que alguma coisa poderia não pertencer à coletividade, ao povo. Pertenceria a quem? Ao indivíduo? Temos de definir melhor os termos e precisar a época que analisamos.

Contrapor somente privado ao público, entendendo por público o que se refere só ao Estado é, creio, bastante complicado. Se pensarmos que a palavra "público" também, e principalmente, remete ao espaço comum, de todos, não necessariamente a todos os cidadãos de um Estado, mas a um "todos" que engloba, inclusive, escravos, pouco provável que as casas de morada de nossos antepassados coloniais fossem lugares privados.

E onde estaria este "privado"? Creio que não está em lugar nenhum, no período colonial, pelo menos naquilo que hoje sentimos sobre o que é "privado". Se é estar distante do olhar do outro, não acho que isto teria tanta importância para nossos antepassados, como acontece hoje. Pessoas que faziam tudo o que imaginamos agora como "escondido", nas vistas de todos,

incluindo necessidades fisiológicas e sexuais, são muito diferentes de nós, adestrados para termos estas "sensações" de privacidade.

Em suma, eu não consigo achar que tenha nada de "privado", na acepção que damos hoje ao termo, na colônia, nem muito menos de "intimidade", a não ser que decidamos que o que seria "privado" e "íntimo", antes, não o é mais hoje, o que certamente seria bastante difícil comprovar.

Neste trabalho, abordo o período colonial do Brasil. Época Moderna, portanto, onde noções como "individualismo" e "intimidade" não existiam ou se encontravam em formação. Época, também, em que inúmeros costumes de pessoas de origens muito diferentes interagiam e interferiam no que podemos chamar de cultura ocidental. Não era a Europa. É necessário considerar um regime escravista, com mão-de-obra não só de negros mas também de índios, numa convivência intensa e, por que não dizer, muito íntima.

Penso, então, que o que não era "público" dizia respeito ao indivíduo, sim, mas a um indivíduo especial, que não ligava muito ou não tinha entre seus interesses imediatos o que entendemos hoje como "individualidade" ou "individualismo". Era um indivíduo inserido em grupos de parentesco (não importando se consangüíneo ou ritual), grupos de vizinhança, grupos de trabalho e grupos étnicos, e que vivia principalmente na zona rural, numa teia de sociabilidade que, comprovadamente, inseria gente de todas as "qualidades". Viviam, cotidianamente, senhores, homens livres pobres e escravos muito próximos.

Tudo isto tem sentido quando é necessário circunscrever um objeto de estudo. Difícil, portanto, definir o conceito "vida privada" nitidamente. Ele também se confunde muito, na historiografia, com outro: o de "cotidiano", como fizeram claramente Mary Del Priore, no capítulo intitulado "História do cotidiano e da vida privada" do livro *Domínios da História*[8], e os professores Fernando Novaes e Laura de Mello e Souza, no próprio subtítulo de *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa.*

Não pretendo complicar muito a questão, apesar de ter muito claro, para meus próprios estudos, que não faço, absolutamente, história da vida privada, mas faço história do cotidiano, ao trabalhar com o Brasil no período colonial e analisar, entre outros assuntos, as formas de produzir, as famílias, as casas de morada etc.

Cotidiano é palavra que existe desde o século XIII com significado semelhante: "diz-se de, ou aquilo que é diário, que sucede ou se pratica habitualmente"[9]. A rotina de trabalho é cotidiana, mas o comer, o dormir, o vestir, o procriar, o rezar, enfim, inúmeros atos que poderíamos designar como de "vida privada" também são cotidianos. Aliás, são sempre cotidianos. A vida privada, hoje, é cotidiana. Seria inimaginável separá-la do cotidiano. Só que cotidiano não se reduz à vida privada, embora, creio, o inverso seja verdadeiro.

Toda essa discussão torna a casa, ou as "casas de vivenda ou de morada", um emblema. Lugar tido como absolutamente privado hoje, no período colonial era o lugar onde se passava a maior parte do tempo. A referência a "casas", no plural, em todos os documentos de época, é bastante esclarecedora, pois demonstrava a proximidade do local de beneficiamento da produção, das senzalas (quando havia), das casas de agregados, das casas de filhos, das casas onde se cozinhava e se dormia, dos animais em torno delas ou de lavouras, de paióis ou casas de despejo, formando um complexo.

Posso até mesmo dizer que as casas eram um lugar público.

O principal dado para provar que alguma coisa era verdade consistia no depoimento oral de testemunhas, consideradas fidedignas. O "público e notório" era tido como verdadeiro. Tal tipo de comprovação se adequa bem ao espaço que estes homens habitavam, onde a privacidade ou atos solitários eram situações dificilmente alcançadas.

Muito se ouvia e se olhava. Antônio Tomás, em 1749, estava contratado para casar-se com Ana de Sampaio. Moravam na Freguesia de Rio das Ostras, da Cidade de Cabo Frio. Na publicação

do casamento, feita também na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Capivary (Comarca dos Campos dos Goitacases), por ser vizinha, se levantou um impedimento por parte de Manoel de Mello, acusando uma possível "cópula ilícita" entre o noivo e a futura sogra.

Manoel de Mello[10], no final do processo, retirou a acusação, argumentando que:

> pela razão de ter ele depoente (Manoel de Mello) ouvido a uma sua escrava, indo em uma noite a passar-lhe pela senzala, estar dizendo a outra, enfadada, contra a mãe da contraente (Ana de Sampaio). Por isso ela estava a roda do fogo com senhor Tomás, embrulhada com um lençol, e depois se foi para dentro com ele. E por ter ele depoente escrúpulos depôs ao dito Reverendo Vigário a forma do referido, para se tirar do dito escrúpulo. Contudo, porque ele depoente depois soube que fora isto uma mera malícia da dita escrava, e certificou-se também que o dito Tomás, ou Antônio Tomás, já estava morando portas adentro com os pais da contraente, em ordem de casar com ela, tendo já trato muito com a mesma, cessou de todo o seu escrúpulo, de sorte que nesta segunda vez que se apregoaram já lhe não quis sair com o dito impedimento, por ter sido falso e injurioso pela malícia da dita sua escrava, e mais não disse (...)

Uma escrava de terceiros pôde presenciar muito do cotidiano particular de uma família e, segundo os autos, "maliciar" o que foi observado. O senhor, por sua vez, *ouviu* de sua escrava, quando uma noite foi à senzala, uma história que lhe pareceu ser seu dever referir na paróquia, onde corriam os proclamas. Esta paróquia nem era a mesma dos envolvidos, mas era próxima o bastante para que comentários deste tipo corressem entre os vizinhos.

Não vamos saber nunca que interesses estariam envolvidos neste episódio, mas o que se mostra evidente é que a forma das construções, tanto de casas quanto de senzalas, guardava muito pouco o isolamento de seus habitantes, podendo seus atos (ou palavras) serem observados por outros, com muita facilidade.

O "fogo", referido no depoimento da "maliciosa" escrava, parece ter sido o fogo da cozinha, sempre colocada do lado de

fora da casa, com cobertura, mas possivelmente aberta em alguns lados para a saída da fumaça dos fogões de lenha, sujeita, portanto, aos olhares de quem quer que fosse. A negra Esperança[11] afirmou

> (...) que os vira (o noivo e a futura sogra) estarem conversando junto ao fogo e daí se levantaram e foram-se para dentro da casa, e não vira mais coisa alguma porque também se saiu e se veio embora.

Nesta declaração, subentende-se que, se a escrava tivesse ficado, saberia o que se tinha passado.

A forma e os materiais utilizados nas construções, a proximidade entre os lugares de morar e trabalhar e a convivência de pessoas diferenciadas num mesmo espaço possibilitaram que entre público e privado não houvesse demarcações precisas. As casas não tinham vedação suficiente para abafar os sons, feitas de taipa com telhados vazados e abertos, permitindo que tudo fosse visto e ouvido por quem estivesse por perto. E sempre havia muitos...

Foi só no decorrer do século XIX que as casas perderam seu plural. Homens e mulheres já viviam em "casa de morada", demonstrando, nitidamente, um processo de singularização do espaço. O distanciamento quase total do local de morar do de produzir ocorreu só no século XX. Poucos trabalham, hoje, próximo ao ou no lugar onde dormem.

Foi também no século XIX que as divisões internas das casas começaram a "privatizar" os espaços, criando as condições materiais para a intimidade, mas foi também só no XX, no Brasil, que portas e corredores passaram a tornar inacessíveis aos olhos e ouvidos dos habitantes de uma casa atos e práticas do outro.

A casa, hoje, tornou-se o símbolo do privado, do íntimo, em quase todo o mundo ocidental.

Os estudos sobre "vida privada", portanto, definem o que entendemos hoje sobre privado, e os historiadores vão buscar seu objeto no passado, no mesmo lugar, como se fosse a mesma coisa. Não é. Não foi. Reside justamente neste "não foi" a grande

atração da história, que mostra sempre o que é diferente e as potencialidades de mudança.

Apesar de tudo, não sou contra usar o título "vida privada" para designar o que antes não era mas que passou a ser "privado". É necessário fazer a história a partir de questionamentos atuais. Acho, inclusive, adequado, mas só ressalto que a história, nesse caso, passa a ser como a própria definição de "vida privada" de Aurélio Buarque de Holanda: o que não é.

Os objetos de investigação podem e devem ser enquadrados em diversas temáticas, já que há certamente grandes espaços de interseção entre os campos da história, além destes campos não serem nunca fixos – variam amplamente, no tempo e mesmo no espaço. Difíceis e trabalhosas, portanto, tornam-se as tentativas de limitar fronteiras muito rígidas, tomando o tempo de atitudes mais profícuas como as de fazer pesquisa, entre outras.

Concluo com somente mais uma observação: sou resistente a títulos e rótulos, apesar de entender que precisar conceitos é atitude academicamente correta. Mas, no final das contas, o que na verdade importa, é a forma como os pesquisadores elaboram suas questões e as tentam responder com as suas fontes, podendo estar seu trabalho aprisionado em ou livre de qualquer rótulo que se queira dar.

Notas

[1] Cf. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento.* Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

[2] Cf. CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

[3] CF. HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

[4] Cf. CUNHA, *op. cit.*

[5] Cf.NOVAES, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa.* São Paulo, Companhiia das Letras, 1997.

[6] Cf. CUNHA, *op. cit.*

[7] Cf. HOLANDA, *op. cit.*

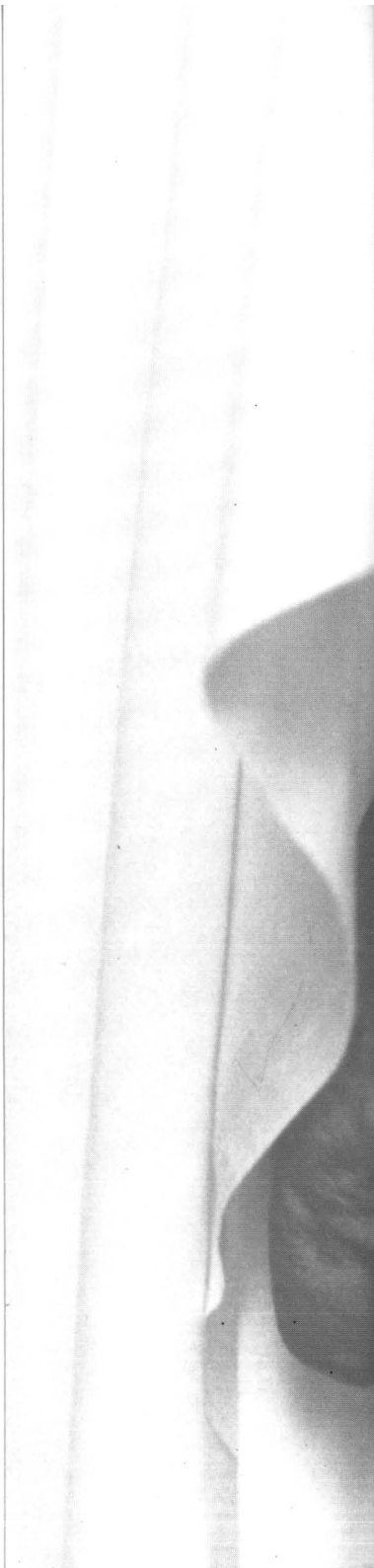
[8] PRIORE, Mary Del. "História do cotidiano e da vida-privada". In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

[9] Cf. CUNHA, *op. cit.*

[10] Processo de dispensa de impedimento para matrimônio, de 1749. Antônio Tomás e Ana de Sampaio. Arquivo da Mitra Arquiodiocesana de Niterói.

[11] *Idem*.

Título	*História e Cidadania*
Capa e Projeto Gráfico	Joceley Vieira de Souza e Leo Stucchi
Diagramação/Editoração	Joceley Vieira de Souza e Leo Stucchi
Fotos	Leo Stucchi
Montagem	Erbert Antão da Silva
Divulgação	Humanitas Livraria – FFLCH/USP
Formato	15 x 21cm
Mancha	11,7 x 17,5cm
Tipologia	Garamond, Erase
Papel	Pólen Rustic Areia 85g/m² (miolo)
	Supremo 240 g/m², laminação fosca (capa)
Impressão e Acabamento	Gráfica – FFLCH/USP
Nº total de páginas	608
Tiragem	1250 exemplares





Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

ANPUH